

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CHRISTIAN OTTO MUNIZ NIENOV

DISCURSO DA HISTORICIDADE COMO CRÍTICA DO DISCURSO DA
METAFÍSICA: DOMINAÇÃO DO DISCURSO DA VISÃO EM RELAÇÃO À
SUBORDINAÇÃO DO DISCURSO DA MISCIGENAÇÃO

Porto Alegre

2010

CHRISTIAN OTTO MUNIZ NIENOV

DISCURSO DA HISTORICIDADE COMO CRÍTICA DO DISCURSO DA
METAFÍSICA: DOMINAÇÃO DO DISCURSO DA VISÃO EM RELAÇÃO À
SUBORDINAÇÃO DO DISCURSO DA MISCIGENAÇÃO

Tese apresentada como requisito à obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Nythamar H. Fernandes de Oliveira Jr.

Porto Alegre

2010

CHRISTIAN OTTO MUNIZ NIENOV

DISCURSO DA HISTORICIDADE COMO CRÍTICA DO DISCURSO DA
METAFÍSICA: DOMINAÇÃO DO DISCURSO DA VISÃO EM RELAÇÃO À
SUBORDINAÇÃO DO DISCURSO DA MISCIGENAÇÃO

Tese apresentada como requisito à obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em 12 de novembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Nythamar H. F. de Oliveira Jr. (PUCRS) – Orientador

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza (PUCRS)

Prof. Dr. Ronel Albert da Rosa (PUCRS)

Prof. Dr. Alfredo Veiga Neto (UFRGS)

Prof. Dr. Ricardo Barberena (FALE/PUCRS)

Para Valentina Jodelle Silva Nienov, *ex toto corde*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Nythamar H. Fernandes de Oliveira Jr., meu orientador, pelo exemplo de conhecimento e erudição e devido à dedicação, paciência e ao cuidado com que me auxiliou.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul do período de 2006 até 2010, especialmente ao Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza, pelo exemplo de ética (e erudição) e devido à ajuda constante, ao Prof. Dr. Pergentino S. Pivatto, pelo exemplo de ética, e ao falecido Prof. Dr. Reinholdo A. Ullmann, pelo exemplo de erudição.

À “turma das quintas-feiras pela manhã”, durante o período de 2006 até 2008, pela convivência, amizade e cooperação, especialmente aos colegas Marcelo Leandro dos Santos e João Carlos Besen.

Ao Probolsa/PUCRS, pela concessão da bolsa de estudos, indispensável para a realização deste trabalho.

A todos os professores do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul do período de 1994 até 1997, especialmente à Prof^ª. Dr^ª. Maria José L. Barreras, pelo exemplo de humanidade, e ao Prof. Dr. Arnoldo W. Doberstein, pelo exemplo de docência e companheirismo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul do período de 1999 até 2001, especialmente ao Prof. Dr. Draiton G. de Souza, pelo exemplo de humanidade (e à Prof^ª. Me. Gládis T. Wohlgemuth, pelo exemplo de docência e devido ao auxílio).

A todos os meus familiares, especialmente aos meus pais, à minha irmã, à minha avó materna, à minha madrinha e ao meu padrinho, pela ajuda e devido ao apoio constante.

À minha esposa e à minha filha, pelo amor e pela vida compartilhada diariamente.

RESUMO

A arqueologia do saber é o livro reconhecidamente metodológico ou teórico de Foucault que procura estabelecer contato entre filosofia e história. Grosso modo, este livro pretende dar conta da relação entre análise das formações discursivas e descrição dos enunciados. Ora, independentemente da proposta explícita do autor, nosso estudo tem por escopo mostrar como a constituição do discurso da historicidade, como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, que é eliminação do discurso da metafísica (ou discurso do invisível) devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, como dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação, é a sustentação fundamental de **A arqueologia do saber**. O discurso da historicidade é discurso da visão como busca do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (que descarta a audição e subordina o tato) e ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (que elimina o invisível). O discurso da visão é a indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço (cuja função é a permanência no visível) que leva à descrição da especificidade (cuja função é a fixação da visão). O discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica (ou o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade), por isso a crítica da ausência, da utopia e da generalidade (cuja função é a eliminação do invisível). O discurso da miscigenação é a harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra. O discurso da historicidade domina o discurso da miscigenação (através do discurso da visão), por isso o controle da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra mediante presentificação, espacialização e especificação: a mobilidade da multiplicidade, por exemplo, pode levá-la ao infinito ou ilimitado, ou à unidade (dominação do discurso da metafísica como discurso do invisível), por isso sua imobilização (através da especificidade como singularidade: propriedade da individualidade, precisão da minúcia e separação da distinção) para a fixação da visão (dominação do discurso da historicidade como discurso da visão). Acompanha a explicação da constituição do discurso da historicidade a utilização da metáfora do estrangeiro como seu modelo de inteligibilidade privilegiado: a vontade do estrangeiro, a apologia da história mediante a defesa do discurso da historicidade, é o transporte das suas heranças filosóficas contraditórias, a afirmação da epistemologia através do elogio do discurso da visão, e a negação da metafísica mediante a crítica do discurso do invisível.

Palavras-chave: Foucault, historicidade, visão, miscigenação, metafísica, especificidade, multiplicidade, metáfora.

ABSTRACT

The Archaeology of Knowledge is arguably the methodological, theoretical book in which Foucault seeks to establish contact between philosophy and history. Roughly speaking, this book seeks to outline the relationship between the analysis of discursive formations and the description of statements. Quite apart from the explicit proposal of the author, our study sets out to show how the scope of the constitution of the historical discourse as domination over the discourse of vision in relation to the subordination of the discourse of miscegenation, eliminating the discourse of metaphysics (or discourse of the invisible) due to the possibility of solidarity with the discourse of miscegenation, is the fundamental support of The Archaeology of Knowledge. The discourse of historicity is the discourse of vision as an epistemological ideal of the solidary vision, perceptual and sovereign (which dismisses the hearing and allows for the touch) and pedagogic, argumentative ideal of absolute or total (which removes the invisible). Speaking of vision is the inseparable presence of need and demand for space (whose job is to stay in the visible) that leads to the description of specificity (whose function is to fix the view). Discourse of historicity is the opposite of the discourse of metaphysics (or the discourse of metaphysics reveals the underside of the historicity of the discourse), hence the criticism of the absence of utopia and the mainstream (whose function is to eliminate the invisible). The discourse of miscegenation is the relationship between harmony, variety, time and war. The historicity of discourse dominates the discourse of miscegenation (through the discourse of vision), hence the control of the relationship, multiplicity, time and war through presentification, spatial and specification: the mobility of multiplicity, for example, can take us to the infinitive or the unlimited, or unity (domination of the discourse of metaphysics as speech invisible), so his detention (through specificity and uniqueness, of individuality ownership, accuracy and thoroughness of the separation of distinction) for setting the vision (domination of the discourse of speech as the historicity of vision). Accompanying explanation of the constitution of the historicity of discourse using the metaphor of the alien as their preferred model of intelligibility: the will of the foreigner, the glorification of history through the defense of the historicity of discourse is the transposition of their contradictory philosophical inheritance, the assertion of epistemology through praise of the discourse of vision, and the denial of metaphysics through the critique of the discourse of the invisible.

Key words: Foucault, historicity, metaphor, metaphysics, miscegenation, multiplicity, specificity, vision.

SUMÁRIO

ABREVIATURA.....	14
INTRODUÇÃO.....	15-27
PRÓLOGO – DISCURSO DA HISTORICIDADE.....	28-48
A expressão “discurso da historicidade” não é compreendida gramaticalmente.....	28
O discurso é historicidade.....	28
Aparecimentos da palavra “historicidade”.....	29
Primeiro aparecimento da palavra “historicidade”: primeira apresentação via negativa.....	30
Segundo aparecimento da palavra “historicidade”: segunda apresentação via negativa.....	32
Terceiro aparecimento da palavra “historicidade”: primeira apresentação via positiva.....	34
Quarto aparecimento da palavra “historicidade”: segunda apresentação via positiva.....	35
Quinto aparecimento da palavra “historicidade”: terceira apresentação via negativa.....	36
Sexto aparecimento da palavra “historicidade”: terceira apresentação via positiva.....	37
Sétimo aparecimento da palavra “historicidade”: quarta apresentação via negativa.....	38
Oitavo aparecimento da palavra “historicidade”: quarta apresentação via positiva.....	40
Nono aparecimento da palavra “historicidade”: quinta apresentação via negativa.....	41
Décimo aparecimento da palavra “historicidade”: sexta apresentação via negativa.....	42
Décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade”: quinta apresentação via positiva.....	43
O discurso da historicidade.....	44
Herança filosófica: crítica da metafísica.....	45
Apologia da história.....	46
Herança filosófica: afirmação da epistemologia.....	47
O funcionamento do discurso da historicidade.....	47
PARTE I – DISCURSO DA VISÃO.....	49-485

CAPÍTULO 1 – EPISTEMOLOGIA DA PERCEPÇÃO: RELAÇÃO ENTRE OS SENTIDOS.....49-79

Discurso da visão como epistemologia da percepção.....	49
Sobre a expressão “epistemologia da percepção”.....	50
Sobre a relação entre os sentidos.....	51
Relação entre tato e visão.....	52
Relação entre audição, tato e visão.....	55
Relação entre audição e visão.....	56
Relação entre invisível e inaudível.....	57
Relação entre invisível e audível.....	62
Relação entre visível e inaudível.....	64
Relação entre visível e audível.....	66
O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana.....	76
Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra.....	77
Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica.....	78

CAPÍTULO 2 – EPISTEMOLOGIA DA PERCEPÇÃO: RELAÇÃO ENTRE VISÍVEL E INVISÍVEL.....80-137

Sobre a relação entre visível e invisível.....	80
A pedagogia da visão.....	82
A estrutura de argumentação da constatação da visão.....	96
Tipologia da visibilidade.....	131
Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa...134	
Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total.....	136

CAPÍTULO 3 – VISÃO ABSOLUTA OU TOTAL: NECESSIDADE DA PRESENÇA.....138-220

Sobre a presença.....	138
Terminologia da presença.....	139
Presença como acontecimento.....	141

Presença como aparecimento.....	155
Presença como existência.....	177
Presença como emergência.....	191
Presença como surgimento.....	197
Sobre a ausência.....	198
Crítica da ausência.....	199
Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença.....	209
Relações da presença com o discurso da visão.....	211
Indissociabilidade entre presença e espaço.....	213
Relações da presença com o discurso da miscigenação.....	217
Discurso da visão como necessidade da presença.....	218

CAPÍTULO 4 – VISÃO ABSOLUTA OU TOTAL: EXIGÊNCIA DO ESPAÇO.....221-318

Sobre o espaço.....	221
Terminologia plural do espaço: emprego metafórico com preservação do sentido próprio...225	225
Relações do espaço.....	236
Relações do espaço com o discurso da visão.....	237
Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade.....	243
Relações do espaço com o discurso da miscigenação.....	278
Relação entre espaço e guerra.....	303
Crítica da utopia.....	310
Discurso da visão como exigência do espaço.....	316

CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO DA ESPECIFICIDADE: DIFERENÇA COMO SINGULARIDADE.....319-485

Sobre a descrição da especificidade, ou primeiro conceito de diferença: singularidade.....	319
Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão.....	321

Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença).....	360
Relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade: do confronto entre especificidade e multiplicidade.....	372
Crítica da generalidade.....	400
Discurso da visão como descrição da especificidade.....	483
 CONCLUSÃO.....	 486-8
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 489-93

ABREVIATURA

AS – A arqueologia do saber

Observação: No corpo do texto (mesmo em notas de rodapé), houve conservação do título integral; a abreviatura serve apenas para as citações diretas e indiretas.

INTRODUÇÃO

A **arqueologia do saber** é (ou parece ser) o discurso do método de Foucault¹. Diante da abundância empírica das pesquisas que compõem o *corpus* foucaultiano², é (ou parece ser) um texto menor, subordinado, sem objeto próprio: no intervalo entre as investigações sobre a doença mental, a loucura, a medicina clínica, a literatura, as ciências humanas, e os estudos sobre a disciplina, a prisão, a biopolítica, a governamentalidade, a sexualidade, ou no interstício entre o período do saber e a época do poder e da ética, é (ou parece ser) o momento da reflexão teórica que avalia a obra precedente³, principalmente **História da loucura**,

¹ Dentre os comentadores ou intérpretes que consideraram **A arqueologia do saber** como o discurso do método de Foucault, podem-se destacar Deleuze, Veyne, Machado, Merquior. Ver DELEUZE, Gilles. Um novo arquivista (*A arqueologia do saber*). In: **Foucault**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1998, p. 39; VEYNE, Paul M. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Brasília: UnB, 1998, p. 282; MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 159-60; MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault, ou o nilismo de cátedra**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 21, 115 e 126.

² O *corpus* foucaultiano é composto por três tipos de produção distintos, mas interligados: os livros, desde **Doença mental e personalidade** (1954, depois **Doença mental e psicologia**, 1962) até **História da sexualidade III: o cuidado de si** (1984), passando por **Loucura e desrazão. História da loucura na idade clássica** (1961, depois 1972), **Nascimento da clínica: uma arqueologia do olhar médico** e **Raymond Rousset** (1963), **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** (1966), **A arqueologia do saber** (1969), **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970** (1971), **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...** (1973), **Vigiar e punir: nascimento da prisão** (1975), **História da sexualidade I: a vontade de saber** (1976) e **História da sexualidade II: o uso dos prazeres** (1984); a coletânea de apresentações, artigos, cartas, conferências, ensaios, entrevistas, introduções, mesa-redonda, prefácios, posfácios, resenhas, etc., desde a **Introdução** (ao livro de Binswanger, de 1954) até **A tecnologia política dos indivíduos** (de 1988), reunida nos **Ditos e escritos** (v.1: 1954-1969, v.2: 1970-1975, v.3: 1976-1979, e v.4: 1980-1988); e os cursos no Collège de France, na cátedra de “História dos sistemas de pensamento”, desde o primeiro, **A vontade de saber** (1970-1971) até o décimo-terceiro, **A coragem da verdade** (1982-1983), passando por **Teorias e instituições penais** (1971-1972), **A sociedade punitiva** (1972-1973), **O poder psiquiátrico** (1973-1974), **Os anormais** (1974-1975), **“É preciso defender a sociedade”** (1975-1976), **Segurança, território, população** (1977-1978), **Nascimento da biopolítica** (1978-1979), **Do governo dos vivos** (1979-1980), **Subjetividade e verdade** (1980-1981), **A hermenêutica do sujeito** (1981-1982) e **O governo de si e dos outros** (1982-1983). Evidentemente que o comentário e a interpretação de cada uma dessas produções fazem parte da história da obra foucaultiana: uma história de **A arqueologia do saber**, por exemplo, deveria levar em consideração sua recepção através dos comentários imediatos (geralmente circunscritos e apaixonados), passando pelos comentários mediatos (frequentemente comparativos e reflexivos), até os comentários perspectivistas (amiúde categóricos ou nostálgicos).

³ Afirma Deleuze: “Pode ser que Foucault, nesta arqueologia [do saber], faça menos um discurso do seu método do que o poema da sua obra anterior...” (DELEUZE, G. **Um...**, p. 39) Mas é o próprio Deleuze quem reconhece o caráter metodológico de **A arqueologia do saber** como avaliação da obra precedente, a mistura de extração de conclusões metodológicas e elaboração de teoria generalizada. Ver DELEUZE, Gilles. Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber). In: **Foucault...**, p. 75. Veyne considera **A arqueologia do saber** um “... livro desajeitado e genial, em que o autor tomou consciência plena do que fazia e levou sua teoria até sua conclusão lógica...” (VEYNE, P. **Foucault...**, p. 282) Machado, que assinala a origem longínqua e imediata de **A arqueologia do saber**, afirma: “É um livro que, embora não se proponha construir, em sentido rigoroso, uma teoria ou uma metodologia da história arqueológica, tem como objetivo principal refletir sobre (...) [o] trabalho de pesquisa dos livros anteriores.” (MACHADO, R. **Ciência...**, p. 159) Ou ainda: “... [A arqueologia do saber é] uma análise reflexiva que, através de uma revisão crítica das pesquisas já efetuadas, pretende sistematizar teoricamente o que, em momentos diferentes (...) foi praticado...” (MACHADO, R. **Ciência...**, p. 160) Merquior considera **A arqueologia do saber** uma oscilação entre justificação e autocrítica da obra anterior. Ver MERQUIOR, J.G. **Michel...**, p. 115.

Nascimento da clínica e As palavras e as coisas⁴, mas encerra uma etapa metodológica, a fase da arqueologia⁵. É (ou parece ser) um servo humilde diante da nobreza empírica: seu problema é (ou parece ser) o caráter teórico ou metodológico desvinculado de conteúdo empírico ou contingente.

O escopo é justamente dar valor àquele texto que na história da recepção da obra foucaultiana tem (ou parece ter) estatuto negativo – e isto à revelia ou com a conivência de seu autor. O que move a análise de **A arqueologia do saber** é uma louvação pelo ífero, na verdade, uma mescla de paixão contumaz pelo menosprezado e ódio ferrenho à injustiça: “Basta que o ódio esteja suficientemente vivo para que dele se possa extrair alguma coisa, uma grande alegria, sem qualquer ambivalência, não a alegria de odiar mas a alegria de querer destruir aquilo que mutila a vida.”⁶

O paradoxo de **A arqueologia do saber** vem do fato de que este texto difícil⁷ é (ou parece ser) uma teoria da história mediante reflexão filosófica⁸ sem ser obrigatoriamente filosofia ou história⁹. Texto inclassificável cuja construção ou experimentação está na confluência do contato improvável (diálogo de surdos) entre filosofia e história: espécie de conspiração contra a solidez (“... meu discurso, longe de determinar o lugar de onde fala, evita o solo em que se poderia apoiar...” [AS, p. 233]), sua força nasce justamente do amálgama

⁴ Sobre o livro **A arqueologia do saber** como avaliação da obra precedente, **História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**, ver do décimo-sétimo ao vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**: AS, p. 17-20. Ver também VEYNE, P. **Foucault...**, p. 282; MACHADO, R. **Ciência...**, p. 159-60; MERQUIOR, J.G. **Michel...**, p. 115.

⁵ A divisão tradicional da obra de Foucault determina três fases sucessivas distintas: o período do saber, correspondente ao método arqueológico (de 1961, com a **História da loucura**, até 1969, com **A arqueologia do saber**); o período do poder, correspondente ao método genealógico (de 1971, com a aula inaugural no Collège de France, até 1976, com o primeiro volume da **História da sexualidade**); e o período da ética, correspondente ao método analítico-interpretativo (de meados da década de 1970 ou início da década de 1980, até 1984, com os volumes finais da **História da sexualidade**). Evidentemente cada comentador ou intérprete analisa de forma distinta a passagem de uma etapa à outra. Ver DELEUZE, G. **Foucault...**; MERQUIOR, J.G. **Michel...**

⁶ DELEUZE, Gilles. Um novo cartógrafo (*Vigiar e punir*). In: **Foucault...**, p. 45.

⁷ Ver VEYNE, P. **Foucault...**, p. 239. Merquior fala do “tratado metodológico ligeiramente enfadonho” e da “prosa laboriosa e árdua”. Ver MERQUIOR, J.G. **Michel...**, respectivamente p. 21 e 125.

⁸ É o que parece sugerir a “Introdução” de **A arqueologia do saber**, já que seu objetivo é avaliar a mutação epistemológica ocorrida no domínio da história das ideias (ou da filosofia). Ver especialmente do décimo-terceiro ao décimo-sétimo parágrafo: AS, p. 14-8. Machado menciona a profunda relação entre reflexão filosófica e análise história na epistemologia francesa. Ver MACHADO, R. **Ciência...**, p. 9-14.

⁹ É o que parece sugerir a “Conclusão” de **A arqueologia do saber**, já que, num dos diálogos consigo mesmo, Foucault recusa explicitamente a identificação de seu discurso com a filosofia e a história e tenta definir a posição singular da arqueologia a partir da exterioridade das suas vizinhanças. Ver respectivamente do décimo-primeiro ao décimo-quinto parágrafo: AS, p. 232-6. Mesmo na “Introdução” este distanciamento em relação à filosofia e à história já é sugerido pela incerteza ou precariedade do discurso que expõe a necessidade do método da definição da posição singular através da exterioridade das vizinhanças (ou definição do espaço branco da fala), ou ainda mediante o diálogo consigo mesmo que culmina na (famosa) crítica da moral de estado civil (ou defesa da liberdade de escrita). Ver respectivamente do vigésimo-terceiro ao vigésimo-quinto parágrafo: AS, p. 19-20.

original de elementos filosóficos¹⁰ e históricos, daí a afirmação de que **A arqueologia do saber** é sustentada pela constituição de um discurso da historicidade que não é um discurso da história, nem uma filosofia da história¹¹.

A explicação da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação e como exclusão do discurso da metafísica é o escopo maior. No “Prólogo – Discurso da historicidade”, a análise dos onze aparecimentos da palavra “historicidade” mostra o funcionamento do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão, cujos elementos constitutivos são a presença, o espaço e a especificidade, em relação à subordinação do discurso da miscigenação, cujos elementos formadores são a relação, a multiplicidade e o tempo - a guerra contra o discurso da metafísica indica que este revela o avesso do discurso da historicidade. Na “Parte I – Discurso da visão”, a análise é dedicada à constituição e ao funcionamento do discurso da visão¹². No “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, a descrição da relação entre audição, tato e visão demonstra de que forma nasce o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana correlativo à descartabilidade da audição (e à subordinação do tato) - a análise da relação entre audição e visão mostra como surge o projeto de eliminação do invisível. No “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, a análise da relação interna à visão mostra, mediante a reciprocidade entre o funcionamento da pedagogia da visão e da estrutura de argumentação da constatação da visão, associada à exposição da tipologia da visibilidade, como o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana conduz ao ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total correlativo ao projeto de eliminação do invisível. No “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, a análise da necessidade da presença para o discurso da visão demonstra a tripla função da presença para o discurso da historicidade: a relação de harmonia da presença com o espaço e a

¹⁰ Deleuze considera **A arqueologia do saber** um texto filosófico original: “... [certas pessoas] dizem de si para si que algo de novo, de profundamente novo nasceu em filosofia, e que essa obra tem a beleza daquilo que recusa: uma manhã de festa.” (DELEUZE, G. *Um...*, p. 19)

¹¹ Sobre a recusa ou a crítica da filosofia da história, ver especialmente o décimo-segundo (libertação do campo metodológico da história em relação à filosofia da história) e o vigésimo (domínio da história como questionamento das antigas filosofias da história) parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**: AS, respectivamente p. 13 e 18.

¹² A “Parte II – Discurso da miscigenação”, consagrada à análise da constituição e do funcionamento do discurso da miscigenação como relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra, com um capítulo exclusivo dedicado à cada elemento, fica para o prosseguimento deste trabalho: o que se perde em meticulosidade, não se perde em realce da tese central: a explicação da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica) é plena (apenas, é uma história contada da perspectiva do vencedor).

especificidade mostra a constituição do discurso da visão, a relação de conflito da presença com a relação, a multiplicidade e o tempo mostra a constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão dominador e discurso da miscigenação subordinado, e a crítica da ausência mostra o projeto de eliminação do invisível (tributário da afirmação de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade). No “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, a descrição da exigência do espaço para o discurso da visão demonstra a tripla função do espaço para o discurso da historicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença que leva à descrição da especificidade mostra a constituição do discurso da visão, a relação de conflito do espaço com a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra mostra a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, e a crítica da utopia mostra o projeto de eliminação do invisível (tributário da afirmação de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade). No “Capítulo 5 – Descrição da especificidade: diferença como singularidade”, a análise da descrição da especificidade para o discurso da visão mostra que o primeiro conceito de diferença do discurso da historicidade é a definição da singularidade como propriedade da individualidade, precisão da minúcia e distinção da separação: da relação da descrição da especificidade com o discurso da visão nasce a possibilidade de exclusão do discurso da miscigenação devido à função da descrição da especificidade como fixação da visão através da imobilidade da singularidade; da relação da descrição da especificidade com o discurso da miscigenação surge a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação devido à função da descrição da especificidade como fixação da visão através do controle da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra: a relação da descrição da especificidade com o discurso da historicidade mostra que o confronto maior é entre imobilidade da singularidade para fixação da visão e mobilidade da multiplicidade mediante flexibilização da relação; a função da descrição da especificidade como crítica da generalidade que mostra o projeto de eliminação do invisível explica que a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação ocorre devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica que é fim da possibilidade de dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação. Duas sugestões prévias de roteiro de leitura: como os dois primeiros capítulos tratam da constituição do discurso da visão como funcionamento endógeno (importância do elemento da visão para o discurso da historicidade), recomenda-se sua leitura conjunta; como os três

capítulos finais tratam da constituição do discurso da visão como funcionamento exógeno (relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade), recomenda-se sua leitura conjunta, com a seguinte precisão: é preciso ler simultaneamente o antepenúltimo e o penúltimo capítulo (devido à analogia entre a função da necessidade da presença e a da exigência do espaço) e depois o último (já que a indissociabilidade entre presença e espaço leva à descrição da especificidade).

A explicação da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação e como exclusão do discurso da metafísica é perpassada pela utilização da metáfora do estrangeiro como modelo de inteligibilidade privilegiado da constituição do discurso da historicidade¹³. O estrangeiro (não é filósofo nem historiador) que carrega suas heranças filosóficas contraditórias (reflexão filosófica) quer conquistar a história (teoria da história), dito de outra maneira, a vontade do estrangeiro (apologia da história como elogio do discurso da historicidade) implica o transporte de sua herança filosófica positiva (afirmação epistemológica como defesa do discurso da visão) e de sua herança filosófica negativa (crítica metafísica como recusa do discurso do invisível), quer dizer, a metáfora do estrangeiro é o duplo, ou a repetição diferente, que pretende dar conta do *modus operandi* da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica.

Sobre a estrutura da tese, algumas observações fazem-se necessárias. Primeiro, o aspecto pedagógico ou critério do esclarecimento sucessivo. Cada capítulo retoma e amplia os antecedentes no sentido de um esmiuçamento progressivo (daí a proximidade com o próprio método de **A arqueologia do saber** dos círculos concêntricos¹⁴), de forma que as referências entre capítulos são amiúde supra e não infra (ficando as referências infra reservadas exclusivamente à organização interna de cada capítulo). E segundo, o aspecto performático ou critério do jogo não-intencional. As unidades básicas de análise são os parágrafos¹⁵, de modo

¹³ A elaboração da metáfora do estrangeiro remete à análise simultânea da “Introdução” e da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**: a leitura conjunta da parte inicial e da parte final do texto foucaultiano é o modo privilegiado de entendimento da origem e do funcionamento da metáfora do estrangeiro (como gabarito de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade). Ver AS, respectivamente p. 3-20 e 225-39.

¹⁴ Sobre o método dos círculos concêntricos como exposição característica de **A arqueologia do saber**, ver o décimo-quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”: AS, p. 131-3.

¹⁵ Parágrafo no sentido gramatical: “Seção de discurso (...) que forma sentido completo, e que usualmente se inicia com a mudança de linha e entrada.” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1266.)

que a descrição da constituição do discurso da historicidade não coincide com a proposta explícita do autor¹⁶ (nem com aquilo que estaria implícito no texto), mas com o quadro articulado (daí a proximidade com o projeto da história geral como estabelecimento da relação entre as diferentes séries¹⁷) da especificidade do que sustenta efetivamente o texto: aqui o aspecto performático ou o critério do jogo não-intencional encontra o aspecto pedagógico ou o critério do esclarecimento sucessivo, já que o quadro articulado é o esmiuçamento progressivo, e vice-versa.

O aspecto performático ou o critério do jogo não-intencional, como utilização de unidades básicas que não coincidem com a proposta explícita do autor, explica o uso dos comentadores e dos intérpretes. Na verdade, a maioria dos comentaristas, de uma maneira ou de outra, com distintos graus e sob diferentes aspectos, está presa da intencionalidade textual do autor. Daí a precariedade ou lateralidade do auxílio dos comentadores para o entendimento da constituição do discurso da historicidade¹⁸. De qualquer forma, o pequeno sumário da análise comparativa de quatro comentaristas extremamente díspares permite compreender que a contribuição do comentário para o entendimento da constituição do discurso da historicidade se dá segundo o princípio da distância salutar: quanto menor a proximidade da intencionalidade autoral, maior a possibilidade de auxílio, ou quanto maior a originalidade, menor a precariedade ou lateralidade. Se a prática do comentário pode ter alguma analogia com o comércio, pode-se dizer que a escolha dos comentaristas seguiu o critério do varejo e não do atacado: assim, o confronto entre o herdeiro infiel, o encomiasta, o herdeiro fiel e o antipanegirista.

Deleuze, com seu estudo clássico **Um novo arquivista (A arqueologia do saber)**¹⁹, é o comentador que une com maestria fidelidade ao dito e legislação em causa própria, quer

¹⁶ A proposta explícita do autor geralmente precisa de mais de um parágrafo gramatical para adquirir sentido completo (assim, por exemplo, a apresentação da teoria do enunciado necessita do desenvolvimento de pelo menos três capítulos para ser minimamente compreendida), de modo que o parágrafo “filosófico” (aquele frequentemente identificado pelo sinal gráfico § e que corresponde à intencionalidade do autor) não é a unidade básica de análise, por isso recusamos a utilização do sinal gráfico § como forma de evitar a possível confusão com o tradicional parágrafo “filosófico” (composto de vários parágrafos gramaticais) – mesmo que a organização de **A arqueologia do saber** não corresponda a este modelo. Sobre a exposição da teoria do enunciado, ver respectivamente o primeiro, o segundo e o terceiro capítulo, “Definir o enunciado”, “A função enunciativa” e “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivista”, de **A arqueologia do saber**: AS, p. 89-99, 100-21 e 122-36.

¹⁷ Sobre o projeto da história geral como constituição do relacionamento entre as diferentes séries, ver o décimo parágrafo da “Introdução” e o décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**: AS, respectivamente p. 11-2 e 188-9.

¹⁸ Como o objetivo da tese não é exatamente medir a concordância da sustentação não-intencional com a proposta explícita do autor, o auxílio do uso dos comentadores ou intérpretes dependentes da intencionalidade autoral é precário ou lateral.

¹⁹ Ver DELEUZE, G. **Um...**, p. 19-43. O artigo deleuziano faz parte da recepção imediata de **A arqueologia do saber**, já que originariamente de 1970, portanto seu comentário é circunscrito (e apaixonado).

dizer, seu comentário é uma herança infiel ou uma repetição diferente de **A arqueologia do saber**. Sua análise é fundamentalmente uma reconstrução da teoria do enunciado (portanto, dos cinco capítulos da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, respectivamente “Definir o enunciado”, “A função enunciativa”, “A descrição dos enunciados”, “Raridade, exterioridade, acúmulo” e “O *a priori* histórico e o arquivo”) a partir de um gabarito de inteligibilidade eminentemente triplo, composto pela aliança entre (recurso à) espacialidade, (teoria da) multiplicidade e (pragmática do) movimento: o enunciado é espaço (já que está associado ao triplo espaço colateral, correlativo e complementar), o enunciado é multiplicidade (já que procede por variação inerente e variável intrínseca) e o enunciado é movimento (já que sua mobilidade é transversal ou diagonal). Quanto à estrutura e à organização da tese, Deleuze ajuda a entender e corroborar as seguintes ideias: a pedagogia da visão como passagem da aparência ou visão horizontal imediata à visão específica ou minuciosa mediante conversão do olhar (já que analisa a transversalidade ou diagonalidade do enunciado como saber-ver que deve abandonar a lateralidade ou horizontalidade das frases e/ou a verticalidade ou hierarquização das proposições), o discurso da visão como identificação da efetividade (já que analisa a positividade ou a efetividade dos enunciados como realidade manifesta do dito), a vontade de visibilidade absoluta ou total como o ideal pedagógico-argumentativo do discurso da visão (já que analisa a raridade dos enunciados como identificação da efetividade e reconhecimento do limite ou da finitude), a crítica do discurso da metafísica como recusa do discurso do invisível (já que analisa a oposição do enunciado em relação à proposição, que através da formalização leva ao governo do infinito ou do ilimitado, e em referência à frase, que mediante interpretação leva ao comando do oculto ou do secreto), o discurso da visão como exigência do espaço (já que analisa o enunciado como espacial), o discurso da miscigenação como multiplicidade (já que analisa o enunciado como múltiplo), o discurso da miscigenação como relação (já que analisa o enunciado como movimento), o discurso da miscigenação como mobilidade da multiplicidade através da flexibilização da relação (já que analisa o movimento da multiplicidade como diagonalidade ou transversalidade), a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (já que analisa a multiplicidade como topológica e a relação ou o movimento, quer dizer, a diagonalidade ou transversalidade, como espacial, ou seja, já que o movimento da multiplicidade dá-se no espaço – há uma espacialização da miscigenação e da multiplicidade), a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da

metafísica (já que analisa a espacialização da multiplicidade e da relação como crítica à formalização, que envia a multiplicidade ao infinito ou ilimitado, e à interpretação, que remete a multiplicidade ao oculto ou secreto) e a vulnerabilidade ou fragilidade do discurso da miscigenação como suscetibilidade à influência tanto do discurso da historicidade quanto do discurso da metafísica, a partir da metáfora do estrangeiro cuja caracterização da história remete à ideia de animal indomável ou terra inóspita (já que analisa a exigência do espaço e a identificação da efetividade, ou a espacialização e a efetivação do movimento ou da mobilidade da multiplicidade no tempo, como controle que evita seja o envio da mobilidade da multiplicidade no tempo ao infinito ou ilimitado, seja sua remissão ao oculto ou secreto). De Deleuze, o artigo **Um novo arquivista (A arqueologia do saber)** deveria ser lido conjuntamente com **Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber)**²⁰, seu complemento indispensável, já que pretende dar conta da relação entre teoria do enunciado e análise das formações não-discursivas, ou da constituição do saber como problematização do relacionamento das condições de enunciabilidade com as condições de visibilidade através do reconhecimento da heterogeneidade ou anisomorfia, da pressuposição recíproca ou do amplexo mútuo e do primado do enunciado sobre a visibilidade não-discursiva. Neste sentido, tal texto auxilia a compreensão e a confirmação das seguintes ideias: a relação entre visão e audição como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana correlativo da descartabilidade da audição (já que analisa o arquivo como audiovisual ou o enunciado como fala, condição de dizibilidade ou legibilidade, portanto constituição de um discurso da audição – o saber ou o estrato é analisado em função das condições de enunciabilidade discursiva e de visibilidade não-discursiva, daí que o gabarito de inteligibilidade deleuziano é outro modo de entendimento da relação entre visão e audição cujos ideais extremos são a fala cega, ou o audível invisível, e a visão muda, ou o visível inaudível; entretanto, a problemática de se saber se a voz como modelo do discurso pode evitar o recurso ao invisível, afinal os enunciados “... fazem ver (...) outra coisa, que não aquilo que dizem...”²¹, remete à afirmação de que a fala ou a audição deve, em última instância, levar à escrita ou à visão como modo de garantir a manutenção da visibilidade do discurso e da legibilidade do enunciado, daí a constituição do discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, que prescindir da audição e ao mesmo tempo a governa), a pedagogia da visão como saber-ver ou passagem da aparência ou visão imediata à visão minuciosa ou específica (já que analisa o saber-ler como extração dos

²⁰ Ver DELEUZE, G. **Os estratos...**, p. 73-98.

²¹ DELEUZE, G. **Os estratos...**, p. 97.

enunciados a partir da necessidade de fender ou abrir as palavras) e o discurso da historicidade como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (já que analisa a afirmação de que tudo é sempre dito em cada época como o maior princípio histórico de Foucault).

Veyne, com seu estudo clássico sobre a obra foucaultiana, **Foucault revoluciona a história**²², é o comentador encomiasta que considera Foucault ao mesmo tempo filósofo, devido a seu materialismo, e historiador, devido a seu positivismo²³: seu gabarito de inteligibilidade passa pela união de constatação de raridade, importância da prática e primado da relação. Ajuda a entender e comprovar as seguintes ideias: a pedagogia da visão como passagem da aparência que ilude ou da visão espontânea como evidência ou obviedade à visão minuciosa ou específica que esclarece ou explica (já que analisa a atenção à raridade como abandono da reificação dos objetos naturais ou afastamento das banalidades tranquilizadoras, ou desnudamento, em direção à objetivação das diferentes práticas ou à dissecação da realidade ou da originalidade rara), o discurso da visão como identificação da efetividade (já que analisa a prática ou a objetivação como aquilo que realmente se faz), o discurso da visão como descrição da especificidade (já que analisa a raridade como determinação, precisão ou exatidão da minúcia ou da peculiaridade), o discurso da historicidade como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (já que analisa a raridade como reconhecimento do limite ou da finitude ou constatação da totalidade, ou a afirmação de que o todo da história a cada momento faz o mundo ser o que é e as práticas da humanidade serem o que são), a utilização da metáfora (do estrangeiro) como modelo de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade (já que analisa a passagem da visão espontânea à observação exata a partir da metáfora do iceberg; já que analisa a reificação e a negação dos objetos naturais a partir da metáfora arbórea de inspiração deleuziana - a construção da metáfora arbórea em **A arqueologia do saber**²⁴ serve duplamente ao discurso da visão, já que é exigência do espaço para a garantia da permanência no visível e controle da relação da multiplicidade no tempo para a garantia da fixação da

²² Ver VEYNE, P. **Foucault...**, p. 239-85. O artigo de Veyne faz parte da recepção mediata de **A arqueologia do saber**, já que originariamente de 1978, portanto seu comentário é reflexivo.

²³ "... Foucault é o historiador acabado, o remate da história." (VEYNE, P. **Foucault...**, p. 239) Quer dizer: "É o primeiro historiador a ser completamente positivista." (VEYNE, P. **Foucault...**, p. 239) Ou ainda: "Foucault é o historiador em estado puro: tudo é histórico, a história é inteiramente explicável..." (VEYNE, P. **Foucault...**, p. 270)

²⁴ Sobre a utilização da metáfora arbórea (análise das hierarquias internas às regularidades enunciativas como constituição ou descrição da árvore de derivação do discurso), ver especialmente o décimo e o décimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, "O original e o regular", da quarta parte, "A descrição arqueológica", de **A arqueologia do saber**: AS, p. 167-9.

visão; ora, Veyne tem outro modelo de entendimento da metáfora arbórea, visto que associa as árvores à reificação dos objetos naturais -; e já que analisa a especificação da multiplicidade temporal ou a positividade da materialidade a partir da metáfora do caleidoscópio), o discurso da miscigenação como relação (já que analisa a prática ou a objetivação a partir do fazer como relação), o discurso da miscigenação como relação de harmonia entre relação, multiplicidade e tempo (já que analisa as diferentes práticas ou objetivações como sucessão de heterogeneidades), a relação de solidariedade entre ideia de senso comum de história e definição metafísica da história (já que analisa a reificação dos objetos naturais como possibilidade dos problemas dualistas), a constituição do discurso da historicidade como crítica ao discurso da metafísica, ou a afirmação de que o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica ou o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade (já que analisa correlativamente o princípio de que “tudo é histórico” com a proposição de que “nada existe transistoricamente”), o discurso da miscigenação como mobilidade da multiplicidade, ou a história como animal indomável (já que analisa a materialidade como existência sem rosto perpetuamente agitada), a vulnerabilidade ou fragilidade do discurso da miscigenação como suscetibilidade ao discurso da metafísica e/ou ao discurso da historicidade (já que analisa a materialidade como possibilidade de reificação dos objetos naturais ou objetivação das diferentes práticas, ou já que analisa a matéria como ato sem ser ato de nada), a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão, através da descrição da especificidade ou imobilidade da singularidade, em relação à subordinação do discurso da miscigenação como mobilidade da multiplicidade (já que analisa a positividade da materialidade como especificação ou objetivação da multiplicidade temporal, ou nascimento de semblantes distintos na matéria sem rosto perpetuamente agitada) e a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão, através da descrição da especificidade, em relação à subordinação do discurso da miscigenação para evitar a possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (já que analisa o positivismo como guerra contra a metafísica através da determinação; ou já que analisa o “tudo é história” correlativamente ao “nada é indeterminado” ou “nada existe transistoricamente” como “só existe o determinado”; ou já que analisa a objetivação da prática ou do fazer como resposta à reificação dos objetos naturais ou à fabricação das ficções metafísicas). (Observação: o encontro fundamental de Veyne com Deleuze ocorre através da constatação da vulnerabilidade ou fragilidade da história como discurso da miscigenação que sofre dominação do discurso da historicidade mediante o discurso da visão; entretanto, a

diferença capital está na maneira como o discurso da visão controla o discurso da miscigenação, ou no modo como o animal indomável é dominado: enquanto que, para Deleuze, o movimento da multiplicidade é espacializado, para Veyne, a materialidade sem rosto perpetuamente agitada é especificada.)

Machado, com seu estudo clássico **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**²⁵, é o comentador mais fiel de Foucault: a análise da trajetória da arqueologia a partir da comparação com a epistemologia francesa privilegia a reconstrução sintética de **A arqueologia do saber** como repetição idêntica, a partir da análise do discurso (como análise das formações discursivas: daí a reconstrução cronológica dos sete capítulos que compõem integralmente a segunda parte, “As regularidades discursivas”, respectivamente “As unidades do discurso”, “As formações discursivas”, “A formação dos objetos”, “A formação das modalidades enunciativas”, “A formação dos conceitos”, “A formação das estratégias” e “Observações e conseqüências”), da teoria do enunciado (como descrição dos enunciados: daí a reconstrução cronológica dos três primeiros capítulos que compõem parcialmente a terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, respectivamente “Definir o enunciado”, “A função enunciativa” e “A descrição dos enunciados”) e da definição do saber (daí a reconstrução não-cronológica do sexto capítulo, “Ciência e saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”). Algumas observações sobre esta reconstrução sintética fiel como repetição idêntica não-integral que procura destacar as diferenças entre a história arqueológica e a história epistemológica a partir da consideração metodológica sobre o conceito, a descontinuidade e a normatividade: a questão central é a análise do sexto capítulo, “Ciência e saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica” (já que lá estão as diferenças fundamentais entre arqueologia e epistemologia – este capítulo, inclusive, dá título ao estudo de Machado), entretanto os outros capítulos que compõem esta parte praticamente não são mencionados (afora o quarto, “Os fatos comparativos”, no que se refere à relação entre o discurso e o não-discurso); a “Introdução” é analisada em função da diferença entre documento e monumento; a reconstrução integral da segunda parte, “As regularidades discursivas”, indica que a análise das formações discursivas é primordial (ao contrário de Deleuze, por exemplo); a repetição parcial da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, que assinala certa infidelidade (a diferença do enunciado em relação à frase e à proposição é descrita, mas sua distinção em referência ao ato de formulação, o *speech act*, é apenas

²⁵ Ver MACHADO, R. **Ciência...**, principalmente p. 161-73 (sobre **A arqueologia do saber**). O livro de Machado faz parte da recepção mediata de **A arqueologia do saber**, já que originariamente de 1982, portanto seu comentário é reflexivo (e comparativo).

mencionada) e uma ausência (os dois últimos capítulos, “Raridade, exterioridade, acúmulo” e “O *a priori* histórico e o arquivo”, não estão presentes – ao contrário de Deleuze, novamente - ; a própria reconstrução do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, é parcial, já que não menciona a análise do enunciado como não visível e não oculto), indica que a descrição dos enunciados é secundária (eis a grande diferença entre a leitura deleuziana, que privilegia a novidade da teoria do enunciado, e a reconstrução machadiana, que prioriza a originalidade da análise do discurso); por fim, a “Conclusão” é ignorada. A utilidade da leitura machadiana para o entendimento da organização e da estrutura da tese é correlativa ou complementar, devido a seu caráter de reconstrução sintética fiel ou repetição idêntica parcial, mas não direta ou explícita, visto que, mesmo mostrando como o elemento da história está associado à reflexão filosófica, não tematiza a constituição de um discurso da historicidade (seu problema é a diferença entre epistemologia e arqueologia).

Merquior, com seu estudo clássico sobre a obra foucaultiana, **Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra**²⁶, é o comentador antipanegirista *par excellence* (o oposto, portanto, do encomiasta Veyne)²⁷: sua crítica leva em consideração a análise das quatro palavras mais importantes de **A arqueologia do saber**, discurso (na verdade, prática discursiva), evento (crítica da segunda parte, “As regularidades discursivas”), enunciado e arquivo (crítica da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”) – os discursos, ou arquivos, são constituídos de eventos, ou enunciados. Algumas observações sobre a leitura merquioriana: apesar das aparências, o foco central da crítica corresponde à análise da quarta parte, “A descrição arqueológica” (existem rápidas alusões à “Introdução” e à “Conclusão”), já que Merquior faz a defesa da história das ideias contra a arqueologia do saber: neste sentido, sua leitura critica a posição antiobjetivista, porque defesa do imanentismo (oposição entre documento e monumento), anticontextualista, porque defesa do textualismo, e antiautoral, porque defesa da impessoalidade (ao formalismo da arqueologia, que defende a impessoalidade, a regularidade e a descontinuidade do discurso, opõe a metodologia da história das ideias, que prega a autoria, a inovação e a continuidade); para a compreensão da estrutura da tese, o destaque da palavra “evento” (tradução de *événement*) indica a importância da necessidade da presença (a

²⁶ Ver MERQUIOR, J.G. **Michel...**, principalmente p. 115-28 (o sexto capítulo, “O arquivo irônico”, é sobre **A arqueologia do saber**). O livro de Merquior faz parte da recepção perspectivista de **A arqueologia do saber**, já que originariamente de 1985, portanto seu comentário é categórico (e soturno).

²⁷ A ironia do antipanegirista é, por vezes, cruel ou desumana (o que é curioso para um defensor da tradição analítica acadêmica e do humanismo espiritualista, já que critica a “lítero-filosofia francesa” justamente devido à sua ironia como disfarce para a falta de rigor: talvez o sarcasmo do analítico seja perverso devido a seu mau-humor): falando sobre a imensa quantidade de traduções brasileiras da obra foucaultiana, afirma sobre o “calvo Nietzsche de Saint-Germain-des-Près”: “Que, aliás – confesso com prazer -, morreu em franca evolução intelectual.” (MERQUIOR, J.G. **Michel...**, p. 10)

tradução brasileira “oficial” por “acontecimento” igualmente preserva o sentido da presença): o evento, ou acontecimento, é a aliança de (necessidade da) presença e tempo (já que o acontecer é uma irrupção temporal); ainda sobre o evento (ou acontecimento), Merquior afirma, a partir do enunciado, sua materialidade, mas também sua incorporeidade (encontro parcial com Veyne, que igualmente fala da materialidade sem rosto perpetuamente agitada, mas não da sua incorporeidade; desencontro total com Deleuze, que afirma a espacialização da multiplicidade em movimento; o problema da leitura merquioriana é que a materialidade é discursiva mas a corporeidade só pode ser não-discursiva: negação da exigência do espaço; se houvesse sintonia entre as leituras merquioriana e deleuziana, poder-se-ia afirmar a indissociabilidade entre presença e espaço); por fim, é preciso dizer que, para um defensor da ciência e de sua racionalidade, a partir do elogio da analiticidade, a crítica do arquivo irônico (“Grande parte da *Arqueologia [do saber]* (...) foi escrita com a tinta da ironia.”²⁸) acaba sendo infundada, ou porque simplesmente opõe uma concepção à outra sem critério jurisdicional de decisão, levando então a escolha para o apelo ao “gosto” subjetivo do leitor (é o caso da análise da oposição entre história das ideias e arqueologia do saber), ou porque, pior, utiliza a própria ironia criticada como arma de ataque (é o caso da oposição entre ciência e saber, a partir da análise parcial do sexto capítulo, “Ciência e saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”: parece que o desespero em ver o valor racional da ciência supostamente questionado faz do comentarista autorizado um panfletista descuidado²⁹: assim, por exemplo, a reivindicação do direito de liberdade de escrita é vista como o “fulgor de espirituosa petulância”³⁰ – a ojeriza a Nietzsche e a seus “sectários” parece ter contaminado seus adversários mais ferrenhos, como quando o ódio se transforma em amor).

²⁸ MERQUIOR, J.G. *Michel...*, p. 125-6.

²⁹ O panegirista da ciência comete um deslize grave para um apologeta da filosofia analítica. Logo após mencionar que Foucault parece estimular um questionamento *a priori* das concepções científicas, afirma: “Uma arqueologia do saber poderia fazer algo melhor que suspeitar do *saber* tão aprioristicamente.” (MERQUIOR, J.G. *Michel...*, p. 125, grifo nosso) Ora, não é uma das características peculiares da tradição analítica o rigor conceitual, ou a precisão na definição dos termos (aliás, a leitura merquioriana justamente critica a dificuldade em penetrar a “névoa das indefinições” foucaultianas, ou ironiza os “elásticos e obscuros conceitos” de **A arqueologia do saber**)? Como então explicar a leitura desatenta do sexto capítulo, que já no seu título, “Ciência e saber”, sugeria, e depois explicaria, principalmente no item “b”, “O saber”, a diferença entre saber e ciência? Seria por que o comentarista leu apenas o item “c”, “Saber e ideologia”? Das duas, uma: ou o comentarista não é analítico, ou o analítico não é sério.

³⁰ Sobre a reivindicação do direito de liberdade de escrita (que é uma crítica da moral de estado civil), ver o vigésimo-quinto parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**: AS, p. 20. Sobre a interpretação desta reivindicação como “fulgor de espirituosa petulância”, ver MERQUIOR, J.G. *Michel...*, p. 126.

PRÓLOGO - DISCURSO DA HISTORICIDADE

A expressão “discurso da historicidade” não é compreendida gramaticalmente

Na expressão “discurso da historicidade” existe a possibilidade de um mal-entendido representado pelo conflito entre adjunto adnominal e genitivo. Se o primeiro indica restrição³¹ e o segundo possessão³², então há uma diferença de enfoque que determina fundamentalmente a relação entre discurso e historicidade. Não é apenas um debate gramatical sobre o privilégio do substantivo em detrimento do adjetivo, ou uma discussão a respeito do poder centralizador de uma classe de palavra específica que magnetiza as demais. Nem tampouco uma derivação filosófica do império gramatical para a interpretação de uma expressão como “ser do ente”. Aliás, as expressões “ser do ente” e “pensamento do ser” mostram exatamente a oscilação de forças de uma valoração que remete à gramática. Na verdade, é a relação tensa de dois substantivos colocados numa situação paradoxal: se na primeira expressão o substantivo “ser” comanda e, portanto, vigora a noção de adjunto adnominal, na segunda fórmula o mesmo “ser”, agora adjetivado, continua a governar, porém é o genitivo que tem o privilégio³³. Em termos estritamente gramaticais, não há razão inequívoca que explique as decisões contraditórias do combate entre “ser” e “ente” ou “ser” e “pensamento”. De qualquer forma, mesmo uma abordagem essencialmente dual ou binária, no fundo tributária da gramática e de seus postulados “guerreiros”, não dá conta do discurso da historicidade que aqui analisamos³⁴.

O discurso é historicidade

³¹ No dicionário de Aurélio, o quinto sentido, gramatical, da palavra “adjunto” corresponde ao significado de um termo acessório que modifica outro, principal. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 47. E sobre o sentido gramatical de adjunto adnominal: “Termo de valor adjetivo que especifica ou delimita o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste.” (FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 47)

³² No dicionário de Aurélio, o sentido gramatical de genitivo é o seguinte: “Caso de declinação de certas línguas, que representa, por via de regra, complemento possessivo...” (FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 845)

³³ Sobre as expressões “ser do ente” e “pensamento do ser”, ver, respectiva e comparativamente, os textos sobre a verdade e o humanismo: HEIDEGGER, Martin. Sobre a essência da verdade. In: **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 127-45; HEIDEGGER, Martin. Sobre o “humanismo”. In: **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 147-75.

³⁴ Marrou faz uma crítica aos malabarismos verbais à base de etimologia (e de gramática, poderíamos acrescentar) de Heidegger, responsáveis por um lirismo paroxístico, como garantia de profundidade, toleráveis em alemão, mas de uma puerilidade ridícula em francês, onde o sentido das palavras seria definido pelo uso e não pela raiz. Ver MARROU, Henri-Iréné. **Do conhecimento histórico**. 4. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1975, p. 185.

O discurso é historicidade, sem qualquer dualismo ou binarismo e, portanto, não há combate. Quando afirmamos que o discurso é historicidade significa que não há diferença fundamental entre dizer discurso e/ou historicidade, já que o discurso é sempre histórico, e a historicidade exposição discursiva. É claro que a asserção “todo discurso é histórico, mas nem toda historicidade é discursiva” é verdadeira, porque há historicidade do não-discurso, mesmo que o seu modo de apresentação privilegiado seja através do discurso³⁵. Assim, na expressão “discurso da historicidade” existe onipresença da historicidade no discurso – a onipresença é o modo de funcionamento da historicidade.

Aparecimentos da palavra “historicidade”

Se o discurso é historicidade, então a apresentação da historicidade expõe as características basilares do discurso. Existem onze aparecimentos da palavra “historicidade” em **A arqueologia do saber**: seis apresentações via negativa, quer dizer, exposições nas quais a historicidade é alvo de crítica, e cinco apresentações via positiva, ou seja, aparecimentos em que a historicidade é material de construção (de uma possibilidade)³⁶. No caso das apresentações via negativa, a operação de transvaloração dos valores permitirá transformar o alvo da crítica em material de construção. Tanto positiva quanto negativamente, os aparecimentos da historicidade mostram os alicerces do discurso de Foucault em **A arqueologia do saber**. Seguiremos, de forma bastante convencional, a trajetória de tais surgimentos segundo a cronologia dos fatos³⁷.

(Antes, um breve excursão. Se utilizássemos a expressão “aparecimentos explícitos” – da palavra historicidade -, cairíamos na redundância de uma fórmula pleonástica. Mas a questão não seria apenas de ordem gramatical. A expressão “aparecimento explícito”

³⁵ No décimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**, Foucault analisa o tema e a possibilidade de uma história geral como constituição de diferentes séries: é um projeto que historiciza o discurso e o não-discurso, sendo que o não-discurso aparece, em última instância, através do discurso. Ver AS, p. 11-2. Ver também, sobre o projeto de uma história geral como historicização do discurso e do não-discurso, o décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**: AS, p. 188-9. Ver ainda infra o primeiro e o sexto aparecimentos da palavra “historicidade”.

³⁶ No décimo-quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**, Foucault, ao tentar relacionar a análise das formações discursivas e a descrição dos enunciados, afirma que aquilo que faz não é uma teoria, mas o estabelecimento de uma possibilidade descritiva. É justamente neste sentido que analisamos as apresentações via positiva como material de construção: tentativa de estabelecimento de uma possibilidade. Ver AS, p. 131-3.

³⁷ O método da “cronologia dos fatos” é bastante convencional porque segue o caminho efetivo do próprio texto analisado, é uma espécie de repetição da trajetória do escrito. Evidentemente existem outras estratégias de leitura, mas a escolha de procedimento tradicional tem por princípio a máxima fidelidade à experiência de uma escritura em construção provisória.

pressupõe que exista o aparecimento implícito, o que, afinal de contas, além de ser uma contradição, também é o investimento de uma lógica dual ou binária que leva a aporias perigosas. Basta dar um exemplo. Se realmente estivéssemos comprometidos com o raciocínio absurdo dos aparecimentos explícitos (ou diretos) e implícitos (ou indiretos), precisaríamos afirmar que há um aparecimento implícito da historicidade no oitavo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Sua apresentação seria via positiva e estaria localizada junto à análise de um dos aspectos da primeira consequência da crítica do documento, a multiplicação das rupturas na história das ideias:

(...) na história das ideias, do pensamento e das ciências, a mesma mutação [crítica do documento] provocou um efeito inverso [ao da história propriamente dita: exposição dos longos períodos]: dissociou a longa série constituída pelo progresso da consciência, ou a teleologia da razão, ou a evolução do pensamento humano; pôs em questão, novamente, os temas da convergência e da realização; colocou em dúvida as possibilidades da totalização. Ela ocasionou a individualização de séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear. Assim, apareceram, em lugar dessa cronologia contínua da razão, que se fazia remontar invariavelmente à inacessível origem, à sua abertura fundadora, escalas às vezes breves, distintas umas das outras, rebeldes diante de uma lei única, frequentemente portadoras de um *tipo de história* que é própria de cada uma, e irredutíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória. (AS, p. 9, grifo nosso)

Primeiro, não aparece a palavra “historicidade”. Segundo, sua hipotética equivalência, implícita, “tipo de história”, gera uma discussão interminável a respeito da identificação do não-dito no dito. Terceiro, como não possuímos critérios irrefutáveis de verificação, as mais contraditórias afirmações podem ser feitas sobre a mesma passagem citada (em última instância, o confronto entre os extremos, a defesa da existência da historicidade e sua negação veemente). E quarto, o perigo é justamente a oscilação entre estes opostos e seu combate dogmático infundado³⁸.)

Primeiro aparecimento da palavra “historicidade”: primeira apresentação via negativa

O primeiro aparecimento da palavra “historicidade” está localizado no décimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da terceira consequência da crítica do documento: o tema e a possibilidade de uma história geral *versus* o

³⁸ Veremos, mais adiante, como o discurso da visão, um dos constitutivos fundamentais do discurso da historicidade, resolve este problema do binarismo ou da dualidade.

apagamento progressivo de uma história global. Sua apresentação é via negativa porque a historicidade aparece vinculada à história global, alvo de crítica (ver AS, p. 11-2).

O confronto entre a história geral e a história global está caracterizado de forma exemplar na apresentação da síntese de suas diferenças capitais:

Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão [constituição da relação legítima entre as diferentes séries]. (AS, p. 12)

A historicidade aparece associada a uma das hipóteses do projeto da história global:

(...) supõe-se (...) que uma única e mesma forma de *historicidade* compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e os submeta ao mesmo tipo de transformação (...) (AS, p. 11, grifo nosso)

Para a história global, a historicidade implica remissão das diferenças, especialmente temporais, à unidade e mesmidade.

Precisamos reter pelo menos quatro informações pertinentes para a compreensão das características do discurso da historicidade. Primeiro, o recurso à guerra. Há um confronto entre os distintos projetos da história global e da história geral: aquilo que uma defende, a outra repudia. Esta estratégia de apresentação de Foucault corresponde a uma opção deliberada por um discurso guerreiro, já que seria perfeitamente possível apresentar o tema da história geral sem fazer referência ao projeto da história global. Mas existe uma razão para esta caracterização do discurso da historicidade como guerra que vai além da mera enunciação intencional da vontade representada pelo método da busca da “identificação pela exterioridade das vizinhanças”³⁹: a necessidade da crítica constante do discurso da metafísica – e a diferença é guerra. Segundo, a importância do tempo. A historicidade tem relação direta com a temporalidade: a submissão das diferentes séries (economia, sociedade, mentalidade, técnica, política) ao mesmo tipo de transformação indica que a temporalidade da historicidade é unificante. Terceiro, o estabelecimento de relação. O funcionamento da historicidade está vinculado a um movimento relacional: as distintas séries estão inter-relacionadas através da remissão das diferenças à unidade e mesmidade. A historicidade é este mecanismo de unificação e mesmidade que relaciona as diferenças. Quarto, a necessidade da multiplicidade. A historicidade precisa do jogo do uno (mesmo) e do múltiplo (diferenças): a existência da multiplicidade, no fundo, é um registro basilar – e a diferença é multiplicidade.

³⁹ O método de definição da singularidade pela exterioridade das vizinhanças aparece no vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Ver AS, p. 19-20.

Daí a transvaloração dos valores: uma hipótese positiva que surge da apresentação negativa do primeiro aparecimento da palavra “historicidade”. Se a historicidade, para a história global, é a remissão das diferenças à unidade e mesmidade, e se a história global e a história geral são rivais opostas, então a historicidade seria, para a história geral, o resgate da multiplicidade das diferenças relacionadas numa dispersão temporal⁴⁰. Esta hipótese torna-se uma constatação com a afirmação de que a constituição das séries é a tarefa *par excellence* da história geral:

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre (...) [as] diferentes séries; que sistema vertical podem formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir. (AS, p. 11-2)

Portanto, a historicidade, neste seu primeiro aparecimento, é multiplicidade das diferenças relacionadas no espaço de uma dispersão temporal; e a diferença surge, respectivamente, como guerra e multiplicidade.

Segundo aparecimento da palavra “historicidade”: segunda apresentação via negativa

O segundo aparecimento da palavra “historicidade” está situado no décimo-sexto parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da função conservadora que afirma a vivacidade, a continuidade e a abertura da história e denuncia o assassinato da mesma mediante a invasão de um discurso da diferença e da descontinuidade. Sua apresentação é via negativa porque a historicidade aparece vinculada à ação da função conservadora, mira da crítica (ver AS, p. 16-7).

(Breve esclarecimento topológico. A divisão oficial da “Introdução” de **A arqueologia do saber** comporta quatro partes separadas entre si pelo sinal gráfico de um asterisco – além disso, a terceira parte está dividida em dois blocos, separados entre si pela presença de um espaço branco visível (ver AS, p. 3-20). À leitura fiel a esta divisão canônica poderíamos associar a máxima proximidade ao texto – o que não exclui a criação de outras divisões

⁴⁰ Deveríamos acrescentar uma quinta informação para a compreensão das características do discurso da historicidade: a existência do espaço. Já que a história geral tem por tarefa “desdobrar o espaço de uma dispersão”, podemos reformular a ideia transvalorada de historicidade: multiplicidade das diferenças relacionadas no espaço de uma dispersão temporal.

conforme as distintas experiências interpretativas. Para o caso do segundo aparecimento da palavra “historicidade”, presente no final do primeiro bloco da terceira parte, a compreensão de seu contexto conforme a divisão oficial é fundamental: há uma relação de dependência que explica a necessidade de entendê-lo junto ao desenvolvimento de toda terceira parte (ver AS, p. 14-7). Já para o primeiro aparecimento da palavra “historicidade”, a necessidade da inserção no contexto conforme a divisão canônica não era crucial: afora a relação evidente entre a “terceira consequência” e sua causa, a “crítica do documento”, o tema da história geral *versus* a história global possuía autonomia explicativa.)

A função conservadora, que tem por finalidade garantir a soberania da consciência, apanágio de um pensamento antropológico, e que, por isso, defende o tema de uma história viva, contínua e aberta, denuncia o assassinato da história quando da utilização de um discurso das diferenças:

Denunciaremos, então, a história assassinada, cada vez que em uma análise histórica – e sobretudo se se trata do pensamento, das ideias ou dos conhecimentos – vimos serem utilizadas, de maneira demasiado manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites. (AS, p. 16)

A historicidade aparece exatamente junto a esta denúncia:

Denunciaremos [a função conservadora, que opõe a história viva, contínua e aberta – defesa da soberania da consciência, do sujeito – à estrutura – discurso das diferenças -, denunciará] um atentado contra os direitos imprescritíveis da história [vivacidade, continuidade e abertura] e contra o fundamento de toda *historicidade* possível [cada vez que forem utilizadas as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, de ruptura e de transformação, a descrição das séries e dos limites]. (AS, p. 16, grifo nosso)

Para a função conservadora, a historicidade é vivacidade, continuidade e abertura.

Precisamos destacar três características essenciais do discurso da historicidade. Primeiro, novamente a existência da guerra. Agora, porém, o confronto é de uma belicosidade extrema – basta notar a presença dos temas do assassinato e do atentado (contra direitos imprescritíveis)⁴¹ -: há onipresença da guerra entre função conservadora e discurso das diferenças através do recurso à exposição veementemente combativa – no fundo, é a batalha do discurso da metafísica para a destruição do discurso das diferenças. Segundo, a pertinência da diferença. A função conservadora denuncia o uso do discurso das diferenças para o entendimento da historicidade: a historicidade habitada pela diferença como multiplicidade. Terceiro, a recorrência do tempo. A disputa entre função conservadora e discurso das diferenças tem por foco central a questão do tempo para a compreensão da historicidade: para

⁴¹ No final do décimo-sexto parágrafo há uma metáfora topológica (fortaleza vigiada e desertada) como instituição da guerra. Ver AS, p. 17 (linhas 27-40).

a primeira, a história é continuidade, para a segunda, descontinuidade – e a descontinuidade é diferença, portanto a diferença é tempo.

Se a historicidade, no primeiro aparecimento, é unidade e mesmidade e, no segundo, vivacidade, continuidade e abertura, então podemos perceber a relação entre os dois aparecimentos mediante seu recíproco entendimento metafísico: a historicidade é continuidade do mesmo. De maneira análoga, se a historicidade era, no primeiro aparecimento, por uma transvaloração dos valores, dispersão e multiplicidade, e agora é, mediante nova transvaloração, descontinuidade das diferenças, então igualmente podemos ver a ligação entre os dois aparecimentos através de sua mútua recusa metafísica: a historicidade é descontinuidade do múltiplo (ou dispersão da diferença). E a diferença surge, neste segundo aparecimento da palavra “historicidade”, como, respectivamente, multiplicidade e tempo.

Terceiro aparecimento da palavra “historicidade”: primeira apresentação via positiva

O terceiro aparecimento da palavra “historicidade” está presente no segundo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do significado da expressão “*a priori* histórico”. Sua apresentação é positiva porque a historicidade aparece associada à construção do conceito de *a priori* histórico (ver AS, p. 146-7).

Na expressão “*a priori* histórico”, o “*a priori*” significa condição de realidade ou de existência para enunciados em um discurso específico ou particular:

A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (AS, p. 146)

E o significado do “histórico” aparece mediante a emergência da historicidade:

Além disso, o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O *a priori* das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

Na expressão “*a priori* histórico”, historicidade significa transformação (de um sistema de dispersão temporal).

É preciso destacar seis aspectos relevantes para o entendimento do discurso da historicidade. Primeiro, o recurso à guerra. O método da identificação da singularidade pela exterioridade das vizinhanças faz parte da constituição do conceito de *a priori* histórico: para evitar a confusão possível, uma espécie de teologia negativa deve acompanhar o trabalho do conceito – assim, a historicidade não é intemporalidade, mas sim transformação: no fundo, é a crítica ou a recusa do discurso da metafísica através da utilização transvalorada de um termo característico desta tradição. Segundo, a definição da diferença. A historicidade é transformação, portanto diferença – e a diferença é multiplicidade. Terceiro, a ligação com o tempo. A historicidade é transformação de sistemas de dispersão temporal, ou seja, a historicidade é diferenciação temporal: há um processo de multiplicação das diferenças em que à diferença presente na dispersão temporal (“*a priori*”) acrescenta-se a diferença da transformação da dispersão temporal (“histórico”). Quarto, a realização através da presença. A historicidade é constituída de acontecimentos: o acontecer é um processo temporal que implica presença. Quinto, a atenção à especificidade. O discurso tem uma história específica, portanto a historicidade é especificidade. Sexto, a instância do visível. O *a priori*, como conjunto de regras que caracterizam uma prática discursiva, não é exterior aos enunciados que compõem o discurso, mas imanente a eles, ou seja, a historicidade é visível: “*A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência; mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas [e, portanto, visíveis].” (AS, p. 146)

No seu terceiro aparecimento, a historicidade é definida como presença da diferença temporal específica visível – e a diferença é, respectivamente, multiplicidade e tempo.

Quarto aparecimento da palavra “historicidade”: segunda apresentação via positiva

O quarto aparecimento da palavra “historicidade” está localizado no sétimo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do arquivo em sua atualidade incontornável. Sua apresentação é positiva porque a historicidade aparece associada à

caracterização do arquivo, peça conceitual fundamental na construção de uma possibilidade descritiva (ver AS, p. 150-1).

O arquivo, como sistema geral de formação e de transformação dos enunciados, é incontornável em sua atualidade:

(...) não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer – e a ele próprio, objeto de nosso discurso – seus modos de aparecimento, suas formas de existência e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de *historicidade* e de desaparecimento. (AS, p. 150, grifo nosso)⁴²

Entre o acúmulo e o desaparecimento, a historicidade é diferença temporal:

(...) [a descrição ou análise do arquivo] dissipa essa identidade temporal em que gostamos de nos olhar para conjurar as rupturas da história; rompe o fio das teleologias transcendentais e aí onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou sua subjetividade, faz com que o outro e o externo se manifestem com evidência. (AS, p. 151)

Quatro características importantes do discurso da historicidade precisam ser retidas. Primeiro, a questão da diferença como multiplicidade. A historicidade, mediante a análise ou descrição do arquivo, aparece como diferença ou proliferação da multiplicidade: “Ele [o diagnóstico fornecido pela análise do arquivo] estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras.” (AS, p. 151) Segundo, a impregnação do tempo. A historicidade é diferença essencialmente temporal. Terceiro, a necessidade da presença. A historicidade implica o aparecimento ou a existência do dito. Quarto, a importância da relação. A historicidade leva em consideração a coexistência dos ditos, ou a presença da multiplicidade em relação.

O quarto aparecimento da palavra “historicidade” mostra a relação direta com seu terceiro aparecimento: da presença da diferença temporal (específica visível) para a presença da diferença temporal (relacionada). E a diferença, neste quarto aparecimento da palavra “historicidade”, surge respectivamente como multiplicidade e tempo.

Quinto aparecimento da palavra “historicidade”: terceira apresentação via negativa

O quinto aparecimento da palavra “historicidade” está situado no terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a exposição da contradição fundamental como

⁴² Sobre o conceito de arquivo, ver do quarto ao oitavo parágrafo do quinto capítulo da terceira parte: AS, p. 148-51.

elemento constitutivo da história das ideias. Sua apresentação é negativa porque a historicidade aparece vinculada à história das ideias criticada pela arqueologia (ver AS, p. 173).

Para a história das ideias, a contradição fundamental é a lei de existência do discurso:

(...) é a partir dela [contradição fundamental] que ele [discurso] emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente, que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. (AS, p. 173)

A historicidade aparece, então, como lei secreta do discurso: “A contradição [fundamental] funciona, (...) ao longo do discurso, como o princípio de sua *historicidade*.” (AS, p. 173, grifo nosso) Para a história das ideias, a historicidade é o movimento da mudança (do discurso) invisível (devido à lei da contradição fundamental secreta).

Precisamos observar quatro características relevantes para o discurso da historicidade. Primeiro, a importância da presença. A historicidade é a emergência do discurso a partir da contradição fundamental. Segundo, o apelo à diferença. A historicidade do discurso é a mudança como tentativa de superação da contradição fundamental – e a diferença é multiplicidade. Terceiro, a necessidade do tempo. A historicidade é o movimento de mudança do discurso para a superação da contradição fundamental – e a diferença é tempo. Quarto, o recurso ao invisível. A historicidade é o movimento de mudança governado pela contradição como lei secreta ou oculta, portanto invisível – daí a metafísica como modelo de inteligibilidade da historicidade.

Se a historicidade é, para a história das ideias, movimento de emergência da mudança a partir do invisível, então, por uma transvaloração dos valores, a historicidade seria, para a arqueologia, presença da diferença temporal visível ou aparente. Assim, no seu quinto aparecimento, a historicidade aparece como presença da diferença temporal visível – e a diferença surge respectivamente como multiplicidade e tempo.

Sexto aparecimento da palavra “historicidade”: terceira apresentação via positiva

O sexto aparecimento da palavra “historicidade” está presente no décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição arqueológica dos

discursos na dimensão de uma história geral. Daí a possibilidade de analisar este sexto aparecimento em conjunto com o primeiro. Sua apresentação é positiva porque a historicidade aparece associada à construção do projeto de uma história geral (ver AS, p. 188-9)⁴³.

A descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão do projeto de uma história geral: “... procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva...” (AS, p. 189) Ao contrário do primeiro aparecimento da palavra “historicidade”, agora o tema da história global não está presente e, portanto, a historicidade não está vinculada à apresentação via negativa. A historicidade, neste sexto aparecimento, faz parte do projeto de uma história geral:

(...) o que ela [a descrição arqueológica dos discursos] quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de *historicidade* e que estão relacionados com todo um conjunto de *historicidades* diversas. (AS, p. 189, grifo nosso)

Para a arqueologia e seu projeto de uma história geral, a historicidade é espaço da multiplicidade de diferenças específicas relacionadas.

Deste sexto aparecimento, precisamos destacar cinco características do discurso da historicidade. Primeiro, a constatação da multiplicidade. Existem múltiplas, diversas, historicidades. Segundo, a incisão da diferença. Estas múltiplas historicidades são diferentes entre si – a diferença é multiplicidade. Terceiro, a atenção à especificidade. A diferença entre as múltiplas historicidades aparece como percepção das distintas especificidades – a diferença é especificidade ou singularidade. Quarto, a necessidade da relação. Entretanto, as múltiplas historicidades específicas estão relacionadas – há uma miscigenação das diferenças⁴⁴. Quinto, a importância do espaço. As múltiplas historicidades específicas relacionadas têm seu lugar na história. Assim, no seu sexto aparecimento, a historicidade é espaço da multiplicidade específica de diferenças relacionadas – e a diferença surge respectivamente como multiplicidade e especificidade.

Sétimo aparecimento da palavra “historicidade”: quarta apresentação via negativa

⁴³ Sobre o primeiro aparecimento, ver supra “Primeiro aparecimento da palavra ‘historicidade’: primeira apresentação via negativa”.

⁴⁴ A miscigenação é a relação entre os distintos tipos de historicidade dos diferentes discursos, mas também a articulação entre as diversas historicidades do discurso e do não-discurso. Sobre a relação entre as formações discursivas e os domínios não-discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos), ver AS, p. 186-9.

O sétimo aparecimento da palavra “historicidade” está localizado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do tema da sucessão. Sua apresentação é negativa porque a historicidade aparece vinculada à crítica da história arqueológica do discurso a dois modelos de sucessão, do ato de fala e do fluxo de consciência (ver AS, p. 193).

Para a arqueologia, a descrição histórica dos discursos deve abandonar duas formas de análise do fenômeno da sucessão: o modelo linear de ato da fala e o modelo de fluxo de consciência. Para o primeiro, “... todos os acontecimentos se sucedem, com exceção do efeito de coincidência e de superposição...” (AS, p. 193) Já para o segundo, o “... presente escapa sempre a si mesmo na abertura do futuro e na retenção do passado.” (AS, p. 193) Para a arqueologia, a historicidade é uma temporalidade específica relacional:

(...) as formações discursivas não têm o mesmo modelo de *historicidade* que o curso da consciência ou a linearidade da linguagem. O discurso, pelo menos tal como é analisado pela arqueologia, (...) não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão. (AS, p. 193, grifo nosso)

É preciso reter cinco características centrais do discurso da historicidade. Primeiro, a presença da guerra. A necessidade da arqueologia de mostrar a singularidade através do confronto com as diferenças, especialmente com o discurso da metafísica (representado pelo modelo de fluxo de consciência), é uma estratégia belicosa – a diferenciação é um procedimento de guerra. Como nesta estratégia do sétimo aparecimento a crítica convive *pari passu* com a apologia, então não há necessidade de transvaloração dos valores. Daí por que seguem as outras características do discurso da historicidade como se de uma apresentação via positiva se tratasse. Segundo, a questão do tempo. A historicidade é temporalidade, aqui considerada em seu aspecto de sucessão: “... tenta-se mostrar como pode haver sucessão e em que níveis diferentes encontram-se sucessões distintas.” (AS, p. 193) Terceiro, a importância das diferenças (ou da diferença como multiplicidade). A historicidade é a temporalidade de diferentes ou múltiplas sucessões. Quarto, o cuidado com a especificidade. A historicidade é a temporalidade de diferentes sucessões específicas. Quinto, a necessidade de relação. A historicidade é a temporalidade de diferentes sucessões específicas relacionadas: a arqueologia faz aparecer “... as diversas formas de sucessão que se superpõem nos discursos (...) e a maneira pela qual se articulam as sucessões assim especificadas.” (AS, p. 193) No seu sétimo aparecimento, a historicidade surge como temporalidade de diferenças específicas

relacionadas – e a diferença, neste percurso descritivo, assume os aspectos conceituais, respectivamente, de guerra, de multiplicidade e de especificidade.

Oitavo aparecimento da palavra “historicidade”: quarta apresentação via positiva

O oitavo aparecimento da palavra “historicidade” está situado no décimo-terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica ao modelo da homogeneidade para a análise das transformações. Sua apresentação é positiva porque a historicidade aparece associada à descrição das diferenças que compõem as transformações (ver AS, p. 199).

Para a arqueologia, as transformações não podem ser analisadas segundo processos homogêneos, como se as diferenças remetessem à instância de um único e mesmo corte: “... transformações contemporâneas, análogas e ligadas, não remetem a um modelo único que se reproduziria, diversas vezes, na superfície dos discursos e imporá a todos uma forma estritamente idêntica de ruptura...” (AS, p. 199) A historicidade não é unidade e mesmidade, e sim, ao contrário, diferenciação das diferenças, dispersão das descontinuidades. Tomada como objeto de análise numa remissão ao livro **As palavras e as coisas**, aparece como diferença temporal:

(...) quando descrevemos o corte arqueológico que deu lugar à filologia, à história [sic] e à economia, (...) foi (...) para mostrar quais eram as diferenças específicas (...) [das] transformações (como, em particular, a *historicidade* se introduz, de modo peculiar, nessas três positivities, como, por conseguinte, sua relação com a história não pode ser a mesma, apesar de todas terem uma relação definida com ela). (AS, p. 199, grifo nosso)⁴⁵

É preciso notar ao menos quatro características fundamentais do discurso da historicidade. Primeiro, a força da guerra. Mesmo sendo uma apresentação positiva da historicidade, existe a crítica a seu modo de aparecimento negativo como discurso da metafísica: assim, a transformação não remete à homogeneidade como unidade e mesmidade, mas à diferenciação como dispersão das descontinuidades. Segundo, a questão do tempo. A historicidade é temporalidade como transformação. Terceiro, a pertinência da especificidade. A historicidade é transformação específica. Quarto, a importância da diferença como multiplicidade. A historicidade é transformação de diferenças específicas. Se a historicidade não é unidade e mesmidade, é porque remete às múltiplas transformações de diferenças

⁴⁵ Erro de tradução: ao invés de “história” deveria ser “biologia”.

específicas. Portanto, neste seu oitavo aparecimento, a historicidade é temporalidade múltipla de diferenças específicas – e a diferença surge como multiplicidade.

Nono aparecimento da palavra “historicidade”: quinta apresentação via negativa

O nono aparecimento da palavra “historicidade” está presente no vigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da matemática como modelo de ciência para o entendimento da transposição simultânea dos distintos limiares de emergência das formações discursivas. Sua apresentação é negativa porque a historicidade aparece vinculada à crítica da matemática em relação à diferença entre aparecimento histórico e princípio de historicidade (ver AS, p. 213-4).

A matemática é o discurso que transpôs ao mesmo tempo todos os limiares de emergência, de positividade, de epistemologização, de cientificidade e de formalização:

A própria possibilidade de sua existência implicava que fosse considerado, logo de início, aquilo que, em todos os outros casos, permanece disperso ao longo da história: sua positividade primeira devia constituir uma prática discursiva já formalizada (mesmo que outras formalizações devessem, em seguida, ser operadas). (AS, p. 213)⁴⁶

A consequência é que seu surgimento tem simultaneamente valor de origem e de fundamento, e é justamente nesta oscilação conflituosa que aparece a historicidade: “... daí o fato de se examinar o começo da matemática menos como um acontecimento histórico do que a título de princípio de *historicidade*...” (AS, p. 214, grifo nosso) Para a matemática, a historicidade é fundamento absoluto, constituição de idealidade que remete todo acontecimento histórico à desvalorização, negação de sua singularidade pela repetição purificadora de um mesmo princípio.

É preciso considerar pelo menos quatro características basilares do discurso da historicidade. Primeiro, o mecanismo da guerra. É necessário praticar uma transvalorização dos valores que muda o estatuto da historicidade, da negatividade, ou desvalorização como metafísica, para a positividade, ou revalorização como arqueologia. Se a historicidade é, para a matemática, na verdade, para a metafísica, a remissão da multiplicidade e da singularidade à unidade e mesmidade – repetição de um único e mesmo princípio através dos distintos

⁴⁶ Sobre os limiares de positividade, de epistemologização, de cientificidade e de formalização, ver especialmente o vigésimo-segundo parágrafo deste sexto capítulo, item “d”, da quarta parte: AS, p. 211.

acontecimentos históricos -, então a historicidade deve ser, para a arqueologia, reenvio da unidade e mesmidade à multiplicidade e à especificidade – retorno dos acontecimentos históricos pelo abandono do mesmo princípio único. Segundo, o apelo da presença. A historicidade é retorno ao acontecimento histórico: o acontecer é a presença. Terceiro, a importância da especificidade. A historicidade é o acontecimento singular: busca da origem histórica específica – a singularidade é diferença. Quarto, a questão do tempo. A historicidade é a dispersão de acontecimentos singulares: temporalidade de presenças específicas – a diferença é, simultaneamente, tempo e multiplicidade. No seu nono aparecimento, a historicidade é múltipla presença temporal específica – e a diferença surge, respectivamente, como especificidade, tempo e multiplicidade.

Décimo aparecimento da palavra “historicidade”: sexta apresentação via negativa

O décimo aparecimento da palavra “historicidade” está localizado no vigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiars e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do discurso matemático como modelo de generalização para as ciências em relação à transposição simultânea dos diferentes limiars. Sua apresentação é negativa porque a historicidade aparece vinculada ao risco de homogeneização das ciências, alvo de crítica através do resgate das singularidades (ver AS, p. 213-4).

Observação preliminar: o décimo aparecimento da palavra “historicidade” deve ser analisado conjuntamente com o nono aparecimento em virtude não somente da mesma localização, mas também em função da recorrência de certas características do discurso da historicidade.

Se a matemática transpôs concomitantemente todos os limiars de emergência, positividade, epistemologização, cientificidade e formalização, o problema é considerá-la modelo para todas as ciências mediante o perigo da homogeneização:

A matemática foi seguramente modelo para a maioria dos discursos científicos em seu esforço de alcançar o rigor formal e a demonstratividade; mas, para o historiador que interroga o devir efetivo das ciências, ela é um mau exemplo – um exemplo que não se poderia, de forma alguma, generalizar. (AS, p. 214)

A historicidade, nesta generalização, significa eliminação da singularidade através do risco de homogeneização:

(...) ao tomar o estabelecimento do discurso matemático como protótipo do nascimento e do devir de todas as outras ciências, corre-se o risco de homogeneizar todas as formas singulares de *historicidade*, reconduzir à instância de um único corte todos os limiares diferentes que uma prática discursiva pode transpor, e reproduzir, indefinidamente, em todos os momentos, a problemática da origem: assim se achariam renovados os direitos da análise histórico-transcendental. (AS, p. 214, grifo nosso)

Para a matemática, a historicidade é homogeneização.

Poderíamos destacar cinco características centrais do discurso da historicidade. Primeiro, a insistência da guerra. Há um confronto entre generalização e homogeneização *versus* singularidade ou especificidade, dito de outro modo, existe uma luta da arqueologia contra a metafísica. Segundo, a existência da especificidade. A historicidade é singularidade. Terceiro, a questão da multiplicidade. A historicidade é singularidade, a singularidade é diferença, e a diferença é multiplicidade – atenção à transposição dos diferentes limiares específicos. Quarto, a importância da presença. O nascimento das ciências, portanto sua presença, ocorre mediante a transposição dos diferentes limiares específicos – cada limiar é um nascimento, ou uma presença. Quinto, a persistência do tempo. A historicidade é temporalidade ou devir das diferentes singularidades. Neste décimo aparecimento, a historicidade é temporalidade das múltiplas presenças específicas - e a diferença surge, respectivamente, como especificidade e multiplicidade.

Décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade”: quinta apresentação via positiva

O décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade” está situado no vigésimo-nono parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “e”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da história arqueológica das ciências. Sua apresentação é positiva porque a historicidade aparece associada à construção da história arqueológica como análise do limiar de epistemologização (ver AS, p. 216).

À história arqueológica corresponde a análise do limiar de epistemologização: “... o ponto de clivagem entre as formações discursivas definidas por sua positividade e figuras epistemológicas que não são todas, forçosamente, ciências (e que, de resto, talvez jamais cheguem a sê-lo).” (AS, p. 216) Neste nível, o objetivo é a descrição do saber: “... o que se tenta revelar (...) são as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o *status* e o papel de ciência.” (AS, p. 216) Entretanto, ao analisar a

transição do saber à ciência, a história arqueológica das ciências descreve a passagem pelos diferentes limiares:

Trata-se, pois, para tal análise, de traçar o perfil da história das ciências a partir de uma descrição das práticas discursivas; de definir como, segundo que regularidade e graças a que modificações, ela pôde dar lugar aos processos de epistemologização, atingir as normas da cientificidade e, talvez, chegar ao limiar da formalização. (AS, p. 216)

A historicidade aparece como relação temporal entre múltiplas diferenças:

Procurar o nível da prática discursiva na densidade histórica das ciências (...) significa (...) fazer aparecer entre positivities, saber, figuras epistemológicas e ciências, todo o jogo das diferenças, das relações, dos desvios, das defasagens, das independências, das autonomias, e a maneira pela qual se articulam entre si suas *historicidades*. (AS, p. 216, grifo nosso)

Devemos ressaltar sete características do discurso da historicidade⁴⁷. Primeiro, a importância da presença. A historicidade é presença: aparecimento. Segundo, a fixação do espaço. A historicidade é espaço: a prática discursiva dá lugar à passagem pelos diferentes limiares. Terceiro, a questão do tempo. A historicidade é temporalidade: aparecimento no espaço da passagem pelos diferentes limiares através da indicação de defasagens. Quarto, a atenção à especificidade. A historicidade é singularidade: a presença no espaço da temporalidade indica autonomias e independências. Quinto, a existência da diferença. A historicidade é diferença: a presença no espaço da temporalidade específica mostra também o jogo das diferenças. Sexto, a existência da multiplicidade. A historicidade é multiplicidade: há presença no espaço da temporalidade específica de múltiplas diferenças – e a diferença é multiplicidade. Sétimo, a pertinência da relação. A historicidade é miscigenação: a presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas mostra o jogo das relações – há o projeto de articulação das diversas historicidades. Neste décimo-primeiro aparecimento, a historicidade é presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas relacionadas – e a diferença surge como multiplicidade.

O discurso da historicidade

Os onze aparecimentos da palavra “historicidade” mostram as características basilares do discurso da historicidade. Se estes elementos constitutivos sustentam tal discurso, por

⁴⁷ Na verdade, deveríamos destacar oito características do discurso da historicidade, já que no início da passagem em que a historicidade aparece Foucault critica a interpretação de que o nível da prática discursiva na densidade histórica das ciências pudesse ser associado à recondução a um nível profundo e originário, ao solo da experiência vivida. Assim, teríamos a recorrência da guerra como aspecto central do discurso da historicidade, ao mesmo tempo método de identificação da singularidade mediante a exterioridade das vizinhanças e crítica ou recusa do discurso da metafísica. Ver AS, p. 216.

outro lado o discurso da historicidade mantém a consistência da estrutura argumentativa de **A arqueologia do saber** como “possibilidade descritiva”. A recapitulação dos aparecimentos, associada à análise dos elementos, permite identificar o funcionamento do discurso da historicidade.

A recapitulação dos onze aparecimentos da palavra “historicidade”, segundo a cronologia dos fatos, isto é, respectivamente do primeiro ao décimo-primeiro aparecimento, permite reconhecer onze definições distintas de historicidade: multiplicidade das diferenças relacionadas no espaço de uma dispersão temporal, descontinuidade das diferenças, descontinuidade do múltiplo ou dispersão da diferença (união do primeiro e do segundo aparecimento), presença da diferença temporal específica visível, presença da diferença temporal relacionada, presença da diferença temporal visível, espaço da multiplicidade específica de diferenças relacionadas, temporalidade de diferenças específicas relacionadas, temporalidade múltipla de diferenças específicas, múltipla presença temporal específica, temporalidade das múltiplas presenças específicas, presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas relacionadas. Se é preciso preservar a singularidade de cada aparecimento da palavra “historicidade” junto à trajetória da experiência de uma possibilidade em construção (*work in progress*), entretanto é peremptório notar a recorrência de certos elementos que sustentam o discurso da historicidade e indicam seu funcionamento efetivo. Os elementos são aqueles que surgiram, foram enumerados e depois analisados durante os aparecimentos: guerra, tempo, relação, multiplicidade, espaço, diferença, presença, especificidade e visibilidade. O modo de funcionamento destes elementos exige, inicialmente, uma repartição e, a seguir, um relacionamento, daí a afirmação de que a presença, o espaço e a especificidade (diferença) compõem o discurso da visão, e a relação, a multiplicidade (diferença) e o tempo (diferença) constituem o discurso da miscigenação: o contato entre o discurso da visão e o discurso da miscigenação ocorre através do confronto ou da guerra (diferença), e o discurso da historicidade é justamente a união tensa ou a aliança belicosa entre o discurso da visão e o discurso da miscigenação.

Herança filosófica: crítica da metafísica

“Odeio a metafísica!”, esta poderia ser a paixão herdada da filosofia como parricídio. E como a metafísica é um pensamento dualista ou binarista, pode-se compreender por que há recusa de uma derivação filosófica do império gramatical para a interpretação de uma

expressão como “ser do ente” ou “pensamento do ser” (é claro que nem todo dualismo ou binarismo é metafísico, mas toda metafísica é dualista ou binarista, e a aliança entre gramática binarista e filosofia dualista é metafísica – ainda mais quando a gramática é serva da filosofia). A crítica da metafísica aparece principalmente através das apresentações negativas da palavra “historicidade” mediante o elemento da guerra. Aliás, a guerra faz parte de uma estratégia de diferenciação, o método do estabelecimento da singularidade pela exterioridade das vizinhanças – e a diferença é guerra -, cujo escopo é, em última instância, a destruição do discurso da metafísica (de qualquer forma, tal discurso revela sempre o avesso do discurso da historicidade).

Apologia da história

“Quero ser historiador!”, esta poderia ser a vontade do estrangeiro. Se a ideia de senso comum de história é “narração de mudanças”⁴⁸, então o tempo, a multiplicidade e a relação parecem ser suas características essenciais. E o estrangeiro da história constrói um discurso da historicidade no qual os elementos constituintes do discurso da miscigenação predominam em relação àqueles que compõem o discurso da visão: em todos os aparecimentos da palavra “historicidade” estão presentes elementos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade ou tempo, enquanto que em uma oportunidade (no segundo aparecimento, descontinuidade das diferenças, descontinuidade do múltiplo ou dispersão da diferença – e a diferença é tempo e multiplicidade) não surge nenhum elemento do discurso da visão. Este predomínio do discurso da miscigenação é uma confirmação da ideia de senso comum de história atestada por um estrangeiro com vontade de tornar-se historiador reconhecido. Se, por outro lado, mas correlativamente, a ideia de senso comum de história é também “estudo do passado”⁴⁹, então a “narração de mudanças” resgata aquilo que não tem mais presença, nem ocupa espaço e, portanto, deixa de ser específico, o que permite entender novamente o predomínio do discurso da miscigenação, mas principalmente a subordinação ou a exclusão do discurso da visão (e se o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da

⁴⁸ No dicionário de Aurélio, a ideia de “narração” aparece no primeiro, no nono, no décimo e no décimo-primeiro sentido de “história”; já a ideia de “mudanças” é uma decorrência da multiplicidade de fatos narrados cronologicamente (nono sentido de “história”). Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 901.

⁴⁹ No dicionário de Aurélio, a ideia de “estudo” ou “conhecimento” aparece no primeiro, no segundo, no terceiro e no quinto sentido de “história”, já a ideia de “passado” está presente no primeiro, no segundo, no oitavo e no nono sentido da palavra (a ideia de “estudo do passado” está particularmente no segundo sentido). Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 901.

historicidade, então a definição metafísica da história é solidária da ideia de senso comum de história, já que ambas criticam ou recusam o discurso da visão).

Herança filosófica: afirmação da epistemologia

“Não posso abandonar a filosofia!”, este poderia ser o misto de angústia e convicção, uma resignação, do estrangeiro que carrega uma herança. Se o estrangeiro parece constatar o predomínio do discurso da miscigenação na constituição do discurso da historicidade, a confirmação da ideia de senso comum de história, o herdeiro, por sua vez, afirma epistemologicamente o discurso da visão, a negação da ideia de senso comum de história. A epistemologia histórica é a união tensa de uma herança e de uma novidade, a aliança belicosa do discurso da visão, e de seus elementos, presença, espaço e especificidade - e a diferença é especificidade -, e do discurso da miscigenação.

O funcionamento do discurso da historicidade

O estrangeiro (“Quero ser historiador!”) é um herdeiro (“Odeio a metafísica!” e “Não posso abandonar a filosofia!”): por isso a negação metafísica é aplicada ao discurso da historicidade; por isso a afirmação epistemológica é o modo privilegiado de inteligibilidade da história (mediante o discurso da visão); por isso, enfim, o elogio da história acontece através do discurso da miscigenação – aqui, é preciso notar que a diferença é, ao mesmo tempo, uma herança e uma novidade que, portanto, perpassa o discurso da historicidade como crítica da metafísica (diferença como guerra), afirmação da epistemologia (diferença como especificidade) e apologia da história (diferença como multiplicidade e tempo). Por fim, é necessário observar que existe uma transvaloração dos valores: a construção do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa do discurso da visão e do discurso da miscigenação opera uma alteração na ideia de senso comum de história, já que os elementos do discurso da visão tendem a controlar aqueles que constituem o discurso da miscigenação, ou seja, há dominação epistemológica do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação. E esta afirmação deve ser entendida no contexto das múltiplas relações entre ideia de senso comum de história, discurso da historicidade e definição metafísica da história: quando o discurso da historicidade confirma o predomínio do discurso da miscigenação, há concordância com a ideia de senso comum de história (como “narração

de mudanças”) e a definição metafísica da história é oposta a ambos (já que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade); quando o discurso da historicidade confirma a dominação do discurso da visão (em relação à subordinação do discurso da miscigenação), existe discordância com a ideia de senso comum de história (como “estudo do passado”) e a definição metafísica da história é solidária da ideia de senso comum de história (porque o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade).

PARTE I – DISCURSO DA VISÃO

CAPÍTULO 1 – EPISTEMOLOGIA DA PERCEPÇÃO: RELAÇÃO ENTRE OS SENTIDOS

Discurso da visão como epistemologia da percepção

Se o discurso da historicidade é constituído pela união tensa ou a aliança belicosa entre discurso da visão, cujos elementos formadores são a presença, o espaço e a especificidade, e discurso da miscigenação, composto por relação, multiplicidade e tempo⁵⁰; se o discurso da visão domina ou controla o discurso da miscigenação, acarretando uma modificação na ideia de senso comum de história caracterizada pelo predomínio dos elementos constituintes do discurso da miscigenação, ou se a defesa da epistemologia é uma herança filosófica que funciona como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação⁵¹; se a crítica ou a eliminação do discurso da metafísica é uma herança filosófica que revela o avesso do discurso da historicidade e mostra a solidariedade da definição metafísica da história com a ideia de senso comum de história⁵²; dito de outro modo, se a vontade do estrangeiro (“Quero ser historiador!”) implica o transporte da herança (“Odeio a metafísica!” e “Não posso abandonar a filosofia!”), então a abordagem do discurso da historicidade mediante a intervenção epistemológica aplicada ao discurso da visão, e acompanhada do entendimento do funcionamento da recusa metafísica, lança o questionamento a respeito da atuação conjunta das duas heranças filosóficas diante da história ou da constituição da historicidade⁵³. Esta questão mostra que a epistemologia da percepção é

⁵⁰ Sobre a enunciação da tese da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão, composto por presença, espaço e especificidade, e discurso da miscigenação, formado por relação, multiplicidade e tempo, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “O discurso da historicidade”, mas também “Herança filosófica: afirmação da epistemologia”.

⁵¹ Sobre a enunciação da tese da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação cuja consequência é a alteração da ideia de senso comum de história caracterizada pelo predomínio dos elementos constitutivos do discurso da miscigenação, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “O funcionamento do discurso da historicidade”.

⁵² Sobre a enunciação da tese de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “Herança filosófica: crítica da metafísica”. Sobre a solidariedade entre definição metafísica da história e ideia de senso comum de história como crítica ou exclusão do discurso da visão, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “Apologia da história”, mas também “O funcionamento do discurso da historicidade”.

⁵³ Sobre a metáfora do estrangeiro (que transporta suas heranças e pretende conquistar um novo domínio) como modelo de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da

o modo de análise do discurso da visão (a perceptibilidade se dá preferencialmente como visibilidade) e a relação entre os sentidos é a maneira de compreensão da crítica do discurso da metafísica (a invisibilidade é a imperceptibilidade absoluta). Assim, o escopo é a análise do discurso da visão através da epistemologia da percepção como relação entre os sentidos: para realizar tal propósito, duas heranças filosóficas precisam agir conjuntamente, a afirmação epistemológica, evidentemente, e a negação metafísica; portanto, o objetivo é provar a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão, o que já é parte da modificação da ideia de senso comum de história solidária da sua definição metafísica. Uma ressalva, entretanto: os elementos constituintes do discurso da visão, presença, espaço e especificidade, e do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade e tempo, apesar de seu aparecimento recorrente exercendo a função de auxílio das provas, não serão tratados diretamente (visto que haverá um momento oportuno para eles nos próximos capítulos), portanto fica suspensa temporariamente a comprovação da tese da dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação.

Sobre a expressão “epistemologia da percepção”

A expressão “epistemologia da percepção” significa análise do modo de aparecimento e de funcionamento dos sentidos no discurso. Dito de outro modo, a epistemologia da percepção aborda o discurso da historicidade mediante a pesquisa dos seus fundamentos perceptivos. Não se trata de um pensamento dualista ou binário cuja lógica remete à união e separação do inteligível e do sensível, mas do exercício de presença discursiva da audição, do olfato, do paladar, do tato e da visão.

A ideia de “epistemologia da percepção” aparece de forma exemplar numa passagem de **A condição pós-moderna**: “Acontece que administrar uma prova é fazer constatar um fato. Mas o que é uma constatação? O registro do fato pela vista, pelo ouvido, por um órgão dos sentidos?”⁵⁴ “Epistemologia” é a administração das provas, a constatação dos fatos. E “percepção” é a existência das provas, dos fatos. Há, também, outra referência em que é possível entender a expressão “epistemologia da percepção”. Está localizada no quinto parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**, e seu contexto é a análise da segunda

historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e também “O funcionamento do discurso da historicidade”.

⁵⁴ LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 80.

hipótese, a forma e o tipo de encadeamento, para a definição da unidade, como grupo de relações, entre enunciados: descrevendo a ciência médica a partir do século XIX, Foucault menciona a existência de um mesmo “sistema de transcrição do que se percebe no que se diz” (ver AS, p. 37-8). “Epistemologia” é análise do sistema de transcrição, “percepção”, presença dos sentidos no discurso, como discurso.

Duas observações preliminares sobre a expressão “epistemologia da percepção”. Primeiro, a justificativa da escolha da palavra “epistemologia”. O termo “arqueologia”, substituto possível da epistemologia, foi descartado porque tem função específica e uso basilar junto à estrutura argumentativa de **A arqueologia do saber**⁵⁵, daí a inevitável confusão advinda do risco de simbiose apressada. Além disso, os dois termos não são efetivamente intercambiáveis, já que a epistemologia está associada à percepção, enquanto a arqueologia remete ao saber⁵⁶. Segundo, a razão da opção pelo termo “percepção”. Tanto “percepção” quanto “sensibilidade” podem remeter aos sentidos. Mas existem pelo menos três motivos para a escolha de “percepção” ao invés de “sensibilidade”: a percepção está associada à pesquisa epistemológica, e o uso de “sensibilidade” tem forte conotação estética; depois, há uma tradição de pensamento dualista, que relaciona inteligibilidade e sensibilidade, a que não corresponde a utilização da expressão “epistemologia da percepção”; finalmente, o uso de “percepção” significa maior aproximação, e conseqüente fidelidade, à linguagem de **A arqueologia do saber**.

Sobre a relação entre os sentidos

A epistemologia da percepção aplicada à relação entre os sentidos significa que a análise do modo de aparecimento e de funcionamento dos sentidos no discurso da historicidade privilegiará a existência dos sentidos em conjunto, ou seja, não haverá descrição isolada dos sentidos considerados em sua autonomia, quer dizer, não existirá pesquisa de um determinado sentido independente dos outros. A razão para esta atitude é que os sentidos não

⁵⁵ Há dois aparecimentos exemplares da palavra “arqueologia” que mostram suas distintas funções específicas e, ao mesmo tempo, sua utilização basilar. Ver o sétimo parágrafo da “Introdução” e o oitavo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”: AS, p. 8 e 151, respectivamente.

⁵⁶ Como o próprio título do livro indica. Sobre as relações entre arqueologia e saber e a distinção ou separação entre arqueologia e epistemologia (para Foucault, a arqueologia está associada ao saber e a epistemologia à ciência), ver especialmente o sexto capítulo, “Ciência e saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”: AS, p. 201-22.

aparecem isoladamente em **A arqueologia do saber**. Na verdade, a única exceção é o caso da visão, motivo pelo qual ele será analisado à parte⁵⁷.

É preciso esclarecer, de imediato, que o olfato e o paladar não aparecem em **A arqueologia do saber** e, portanto, não exercem nenhuma função no discurso da historicidade. Restam, pois, a audição, o tato e a visão. Das quatro possibilidades simples de contato, analisaremos as relações entre o tato e a visão, entre a audição, o tato e a visão, e entre a audição e a visão – esta última, de longe, a relação mais importante –, já que de fato não aparecem relações exclusivas entre a audição e o tato.

Já que existem jogos de relações entre a audição, o tato e a visão, o problema é saber de que tipo são estas inter-relações: igualdade ou desigualdade, dominação (ou hierarquia) e subordinação, comando (ou governo) e exclusão (ou dissociação). A questão não é somente saber se há harmonia ou conflito (ou confronto, ou combate), mas também entender os diferentes mecanismos de funcionamento dos distintos e diversos movimentos, preservação das (ou respeito às) diferenças e das especificidades ou processo de indistinção e indiferenciação, que caracterizam as relações entre os sentidos.

Relação entre tato e visão

Destacaremos três aparecimentos da relação entre tato e visão, de acordo com a cronologia dos fatos: no primeiro, há relação de harmonia, como desigualdade, através da preservação das especificidades e das diferenças mediante hierarquia e subordinação, e relação de confronto, como comando e exclusão; no segundo, há relação de harmonia, como desigualdade, através do respeito à especificidade e à diferença; e, no terceiro, há relação de harmonia, como desigualdade, mediante hierarquia e subordinação, e relação de conflito, através de comando e exclusão.

Antes, um esclarecimento prévio. Existem pelo menos sete aparecimentos da relação entre tato e visão no contexto da relação entre visível e audível, e como a relação entre audição e visão é a mais fundamental dentre todos os sentidos, então analisaremos estas sete emergências do contato entre tato e visão justamente quando tratarmos das complexas relações entre visível e audível⁵⁸.

⁵⁷ O discurso da visão será analisado especialmente no próximo capítulo, “Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”.

⁵⁸ Ver infra o segundo, o quarto, o sexto, o nono, o décimo, o décimo-segundo e o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

O primeiro aparecimento da relação entre tato e visão está localizado no vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a exposição das características peculiares do livro em relação à obra anterior (ver AS, p. 19-20).

Há uma constatação inicial sobre a visão da “clareza do desenho” proporcionada pelas críticas aos livros precedentes: “... sem as questões que me foram colocadas, sem as dificuldades levantadas, sem as objeções, eu, sem dúvida, não teria *visto desenhar-se tão clara* a empresa à qual, quer queira quer não, me encontro ligado de agora em diante.” (AS, p. 19-20, grifo nosso) Mas esta visão da clareza do desenho não é total, por isso existe um tatear cego:

Daí, a maneira precavida, claudicante deste texto: a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, *tateia* em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. (AS, p. 20, grifo nosso)⁵⁹

O tatear é um ato de incerteza na tentativa de definição do espaço da fala: “... [trata-se de] tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda.” (AS, p. 20)⁶⁰

O tato aparece como tatear cego, ou tato invisível, já que representa uma condição de invisibilidade provisória no caminho em direção à visão total. A visão proporciona a clareza do desenho do espaço da fala (ou do escrito), portanto quando a clareza for absoluta (e a brancura do espaço for totalmente desenhada, “colorida”), não haverá necessidade do tato. Neste movimento do tato invisível à visão absoluta há uma relação de harmonia, como desigualdade, já que são preservadas as especificidades e as diferenças de cada sentido, mediante hierarquia e subordinação, visto que a visão é superior ao tato (o tato “serve” à visão), e há uma relação de conflito, como comando e exclusão, já que a visão, superior, descartará o tato quando seu “serviço” estiver alcançado o escopo desejado⁶¹.

O segundo aparecimento da relação entre tato e visão está situado no quinto parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da

⁵⁹ Notemos que há um uso metafórico do tato que, entretanto, não exclui, mas faz parte de sua função discursiva.

⁶⁰ Notemos que a audição (fala) aparece numa relação de igualdade com a visão (escrito), mediante um processo de indistinção ou indiferenciação, já que o discurso precário, incerto é um livro, **A arqueologia do saber**, que evidentemente pode ser lido (fala) com a condição de que haja o escrito (visível).

⁶¹ Esta relação de conflito entre o tato e a visão faz parte da estratégia de guerra representada pela “definição da singularidade através da exterioridade das vizinhanças”: o tato é o choque com a exterioridade das vizinhanças em direção à visão da singularidade. Ver AS, p. 19-20.

definição das posições do sujeito segundo sua relação com os diversos domínios ou grupos de objetos (ver AS, p. 59-60)⁶².

A definição das posições do sujeito de acordo com sua relação com a diversidade de objetos contribui para a formação de um sistema de relações que configura as modalidades de enunciação:

(...) [a configuração das modalidades de enunciação deve ser] considerada como o relacionamento, no discurso (...), de um certo número de elementos distintos, dos quais uns se referiam ao *status* (...) [dos indivíduos], outros ao lugar institucional e técnico de onde falavam, outros à sua posição como sujeitos que percebem, observam, descrevem, ensinam, etc. (AS, p. 60, sublinhado nosso)

Justamente nesta atenção à multiplicidade relacionada é possível definir a especificidade da percepção do tato e da visão: “... no discurso clínico, o médico é sucessivamente (...) *o olho que observa, o dedo que toca...*” (AS, p. 59, grifo nosso)

Existe uma relação de harmonia, como desigualdade entre o tato e a visão, decorrente do respeito à especificidade de cada sentido. E há uma necessidade de apego à multiplicidade específica derivada da existência da diferença. A diferença como multiplicidade é a origem do respeito à especificidade que gera a relação de harmonia como desigualdade entre o tato e a visão.

O terceiro aparecimento da relação entre tato e visão está presente no vigésimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é um diálogo consigo mesmo como estratégia de guerra (ver AS, p. 238-9).

O interlocutor imaginário, inimigo discursivo, lamenta o fim da vida no discurso como esquecimento do tato e complacência da visão destituída de memória:

Como! Tantas palavras acumuladas, tantas marcas depositadas em tantas folhas de papel e oferecidas a inúmeros *olhares*, um zelo tão grande para mantê-las além do *gesto que as articula*, uma piedade tão profunda destinada a conservá-las e inscrevê-las na *memória* dos homens – tudo isso para que não reste nada da *pobre mão que as traçou*, da inquietude que nelas procurava acalmar-se, e da vida acabada que só tem a elas, daqui por diante, para sobreviver? (AS, p. 238-9, grifo nosso)

Na verdade, o tato esquecido e a visão complacente significam o lamento pela perda do invisível representado pelo poder da consciência do autor: “... suprimo toda interioridade [consciência] nesse exterior [discurso] que é tão indiferente à minha vida e tão *neutro* que não estabelece diferença entre minha vida e minha morte?” (AS, p. 239)

O tato, como fabricação do discurso, e a visão, como contemplação do discurso e remissão à memória (da ação do tato), estão a serviço da lembrança do invisível, como

⁶² Neste contexto, Foucault analisa o exemplo do discurso clínico cujo surgimento abordou em **Nascimento da clínica**.

interioridade ou consciência. Há uma relação de harmonia, como desigualdade, mediante hierarquia e subordinação, já que o tato e a visão são “inferiores” ao invisível. Nesta lógica de funcionamento do discurso como rastro (ver AS, p. 238-9), o invisível comanda o tato, que oferece à visão a necessidade de remissão ou de lembrança do invisível originário⁶³. Mas quando acontece a exclusão, como esquecimento do invisível, e permanece apenas a visão solitária, surge uma relação de conflito: a crítica ao modo de ação do interlocutor inimigo, que ocorre através da constatação do governo da visão soberana, a exterioridade que não remete a nenhuma interioridade, o discurso que ignora a vida e a morte do autor⁶⁴.

Relação entre audição, tato e visão

Destacaremos apenas um aparecimento da relação entre audição, tato e visão, que indica harmonia, como desigualdade, através da preservação da especificidade, mas também processo de indiferenciação ou indistinção, como igualdade⁶⁵.

O único aparecimento da relação entre audição, tato e visão está localizado no vigésimo-quinto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade repetível do enunciado (ver AS, p. 117-8)⁶⁶.

A materialidade repetível do enunciado não corresponde à materialidade sensível da percepção: “Sem dúvida não é uma materialidade sensível, qualitativa, apresentada sob a *forma da cor, do som ou da solidez* e esquadrinhada pela mesma demarcação espaço-temporal que o espaço perceptivo.” (AS, p. 117, grifo nosso) Quer dizer: “O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria; mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais.” (AS, p. 118) Ou ainda: “... a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão...” (AS, p. 118) Existe uma preservação da especificidade de cada sentido, entretanto à custa de um processo de indiferenciação ou de indistinção. Na

⁶³ Sobre a dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver infra comparativamente o décimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁶⁴ Sobre a visão solitária e soberana, ver infra comparativamente o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁶⁵ Na verdade, poderíamos considerar também o primeiro aparecimento da relação entre tato e visão como relação entre audição, tato e visão. Ver supra “Relação entre tato e visão”.

⁶⁶ A existência material é a quarta condição para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado. Ver AS, p. 115-21.

verdade, os três sentidos, audição, tato e visão, remetem à singularidade perceptiva do enunciado que é neutralizada em virtude da possibilidade da manutenção de sua identidade através da repetição material. O caso do livro é exemplar: “Um livro, qualquer que seja seu número de exemplares ou de edições, quaisquer que sejam as substâncias diversas que ele pode utilizar, é um lugar de equivalência exata para os enunciados, uma instância de repetição sem mudança de identidade.” (AS, p. 118) E a justificativa da escolha do exemplo:

Mas aqui [caso exemplar do livro] “pequenas” diferenças [materialidade perceptiva singular dos sentidos] não são eficazes para alterar a identidade do enunciado e para fazer surgir um outro: elas estão todas neutralizadas no elemento geral – material, é claro, mas igualmente institucional e econômico – do “livro”. (AS, p. 117-8)

A relação entre audição, tato e visão é de harmonia, como desigualdade, devido à preservação das especificidades e, portanto, das diferenças, entretanto à custa de um processo de indiferenciação ou de indistinção, como igualdade, através da remissão das especificidades à neutralidade da repetição da percepção geral. Podemos ler esta relação entre audição, tato e visão como relação entre visível e audível: há também harmonia, como desigualdade, preservação das especificidades (cor do visível, som do audível), e como igualdade, indistinção ou indiferenciação (materialidade sensível, qualitativa)⁶⁷.

Relação entre audição e visão

A relação entre audição e visão é, de longe, a mais recorrente, complexa e importante. Uma análise combinatória prévia permite identificar dois tipos de relação entre audição e visão: harmonia – entendida como estabelecimento de igualdade ou determinação de desigualdade entre os sentidos - e conflito – que autoriza duas variações hierárquicas: dominação da audição (em relação à subordinação da visão) e dominação da visão (em relação à subordinação da audição). Estes quatro tipos de relação tornam-se mais problemáticos quando os dois sentidos são compreendidos em função de suas respectivas divisões internas: o audível e o inaudível (ou as condições de auditibilidade e de inauditibilidade), o visível e o invisível (ou as condições de visibilidade e de invisibilidade). Das seis possibilidades de combinação simples, duas são internas e, portanto, ficam excluídas dos propósitos deste capítulo⁶⁸. O conjunto das quatro inter-relações restantes, visível e

⁶⁷ Ver infra especialmente o décimo-primeiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁶⁸ Ver supra “Sobre a relação entre os sentidos”. A relação entre visível e invisível será analisada no próximo capítulo, “Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”. Já a relação entre audível e inaudível poderá ser elucidada em função do desenvolvimento das outras quatro relações entre audição e visão.

audível, visível e inaudível, invisível e audível, invisível e inaudível, aplicado às relações entre visão e audição, permite entender todo o jogo de relações entre os dois sentidos.

De maneira esquemática e geral⁶⁹, poderíamos afirmar que o ideal epistemológico-perceptivo de **A arqueologia do saber** é a visão soberana e solitária. Na hierarquia dos sentidos, a pretensa harmonia entre audição e visão, com a preservação de suas respectivas especificidades como desigualdade, está vinculada à possibilidade última da remissão, como subordinação, da audição à dominação da visão, cujo preço é a indiferenciação ou indistinção, como igualdade. Quanto mais distante a relação estiver do ideal, maior é a sua crítica. Assim, a relação entre visível e audível ainda conserva certo estatuto positivo, enquanto a relação entre visível e inaudível já é fruto de severo repúdio. Quando a invisibilidade exerce dominação em relação à visibilidade, a crítica é contundente: o caso mais grave, sem dúvida, é a relação entre invisível e inaudível. E todo este jogo de relações somente é possível porque a estratégia de guerra é um componente essencial de **A arqueologia do saber**⁷⁰.

Relação entre invisível e inaudível

É preciso esclarecer de antemão que a relação entre invisível e inaudível é a mais criticada de **A arqueologia do saber**. Isto se explica devido ao máximo afastamento do ideal epistemológico-perceptivo do governo soberano da visão solitária. Todos os dez aparecimentos da relação entre invisível e inaudível destacados mostram o conflito com o visível, ou então com a aliança entre visível e audível, portanto, no fundo, o maior perigo é a própria invisibilidade, cuja união com a inauditibilidade faz parte de uma estratégia deliberada e necessária, devido à possibilidade de remissão do audível ao visível, inserida num contexto de guerra perene.

O primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível está localizado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da oposição entre a descrição do discurso e a história do pensamento (ver AS, p. 31-2).

⁶⁹ Mas aqui vale a história com cara de anedota relatada por Eribon a respeito da crítica à generalização de Foucault. Quando do início de um curso de “psicologia geral” na universidade de Clermont-Ferrand, Foucault logo previne os alunos: “A psicologia geral, como tudo que é geral, não existe.” (ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 144)

⁷⁰ Guerra entendida, simultaneamente, como identificação da singularidade através da exterioridade das vizinhanças e como projeto de destruição (do discurso da metafísica).

Há uma crítica à história do pensamento como análise alegórica: “A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito?” (AS, p. 31) O funcionamento desta alegoria mostra a aliança entre invisível e inaudível:

Aí [história do pensamento] (...) não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a *palavra muda*, murmurante, inesgotável, que anima do interior a *voz que escutamos*, de restabelecer o *texto* miúdo e *invisível* que percorre o interstício das *linhas escritas* e, às vezes, as desarruma. (AS, p. 31, grifo nosso)

Notemos que a união de invisível e de inaudível (a palavra muda do texto invisível) é um caso de conflito como dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível – e há uma relação de harmonia, como desigualdade, entre visível e audível (a voz que escutamos percorre as linhas escritas), ou entre visão e audição, com a preservação de suas respectivas especificidades e diferenças⁷¹.

O segundo aparecimento da relação entre invisível e inaudível está situado no sétimo parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das modalidades de enunciação como espaço de exterioridade em que há a dispersão descontínua das posições de subjetividade e como crítica ao recurso a um sujeito transcendental (função sintética) e a uma subjetividade psicológica (função unificante) [ver AS, p. 61-2].

A análise das modalidades de enunciação considera o discurso como espaço de exterioridade desvinculado do fenômeno de expressão: “Se esses planos [de dispersão descontínua do sujeito] estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma *consciência* idêntica a si, *muda* e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.” (AS, p. 61, grifo nosso) Há uma aliança entre invisível e inaudível (consciência muda) que combate a união entre visível e audível (prática discursiva) - e existe um processo de indiferenciação ou de indistinção entre visível e audível que mostra uma relação de harmonia como igualdade⁷².

O terceiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível está presente no décimo parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As

⁷¹ Sobre a relação entre visível e audível, ver infra “Relação entre visível e audível”.

⁷² Foucault menciona a dispersão descontínua dos diversos planos de onde o sujeito fala (ou lê, como remissão ao escrito, poderíamos acrescentar). Ver AS, p. 61-2. Ver, também, infra “Relação entre visível e audível”.

regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos sistemas de formação como crítica ao trabalho do pensamento (ver AS, p. 83-4).

A descrição dos sistemas de formação (dos objetos, das modalidades de enunciação, dos conceitos e das estratégias) está aquém da análise da disposição final como construção acabada do discurso. Entretanto, é necessário fazer uma ressalva para evitar a confusão e é justamente aí que aparece a relação entre invisível e inaudível: “Mas é preciso que fique claro que se ela [a análise dos sistemas de formação] permanece na retaguarda em relação a esta construção última, não é para se desviar do discurso e apelar para o *trabalho mudo do pensamento...*” (AS, p. 84, grifo nosso) A aliança entre invisível e inaudível (pensamento mudo) combate a união entre visível e audível (discurso como texto ou fala) – o visível e o audível, nesta estratégia de guerra em relação ao invisível inaudível, sofrem um processo de indiferenciação ou de indistinção mediante relação de harmonia como igualdade⁷³.

O quarto aparecimento da relação entre invisível e inaudível está localizado no décimo-primeiro parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das formações discursivas como permanência na dimensão do discurso *versus* a passagem ao pensamento (ver AS, p. 84-5).

A análise das formações discursivas se opõe à descrição que valoriza o jogo da língua e do pensamento. Tal descrição supõe “... sob a fina *superfície do discurso*, toda a massa de um *dever* em parte *silencioso*: (...) um ‘pré-discursivo’ que se apóia em um essencial *mutismo*.” (AS, p. 84, grifo nosso) Este pré-discursivo significaria a remissão do discurso ao pensamento ou a passagem do visível audível ao invisível inaudível:

(...) essas relações [sistemáticas múltiplas], por mais que se esforcem para não serem a própria trama do texto, não são, por natureza, estranhas ao discurso. Pode-se mesmo qualificá-las de ‘pré-discursivas’, mas com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo, isto é, que elas não especificam um *pensamento*, uma *consciência* ou um *conjunto de representações* que seriam, mais tarde, e de uma forma jamais inteiramente necessária, transcritas em um *discurso* (...). Não procuramos, pois, *passar do texto ao pensamento, da conversa ao silêncio, do exterior ao interior* (...). Permanecemos na dimensão do *discurso*. (AS, p. 84-5, grifo nosso)

Há um combate entre a defesa do visível audível (discurso como exterioridade de um texto ou de uma conversa) e a crítica do invisível inaudível (pensamento ou consciência como interioridade silenciosa ou muda): enquanto a aliança harmoniosa entre o visível e o audível rechaça o invisível inaudível (e há preservação das especificidades, como desigualdade, à

⁷³ O processo de indiferenciação ou de indistinção entre o visível e o audível aparece mediante a afirmação do discurso como texto ou fala. Ver AS, p. 83-4. Ver também infra “Relação entre visível e audível”.

custa da possibilidade de remissão do audível ao visível, como igualdade)⁷⁴, o invisível ligado ao inaudível precisa da relação de conflito como jogo de dominação e de subordinação, como constante remissão do visível audível ao invisível inaudível.

O quinto aparecimento da relação entre invisível e inaudível está situado no décimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação do enunciado com seu sujeito enquanto dissociação entre o sujeito do enunciado e o autor da formulação como produtor de intenção de significação (ver AS, p. 105-6).

Há uma crítica à análise interpretativa, que remete a multiplicidade de sujeitos dos enunciados à unidade do autor da formulação como produtor de intenção de significação:

De uma maneira geral, parece, pelo menos à primeira vista, que o sujeito do enunciado é precisamente aquele que produziu seus diferentes elementos com uma intenção de significação. Entretanto, as coisas não são tão simples. Sabe-se que, em um romance, o autor da formulação é o indivíduo real cujo nome figura na capa do livro (ainda se coloca o problema dos elementos dialogados e das frases que se referem ao pensamento de um personagem; ainda se coloca o problema dos textos publicados sob pseudônimo: e sabemos todas as dificuldades que esses desdobramentos suscitam para os defensores da análise interpretativa quando querem relacionar, de uma só vez, todas essas formulações ao autor do texto, ao que ele queria dizer, ao que pensava, enfim, ao *grande discurso mudo, inaparente e uniforme* sobre o qual se apóia toda essa pirâmide de níveis diferentes) (...) (AS, p. 106, grifo nosso)

O invisível (inaparência), ligado ao inaudível (mudez), é criticado devido à função de dominação (unificação) exercida em relação à subordinação (da multiplicidade) do visível associado ao audível (texto) – há uma indiferenciação ou indistinção entre o visível (texto visto e lido) e o audível (texto visto e lido) como possibilidade de remissão do audível ao visível (texto lido porque visto)⁷⁵.

O sexto aparecimento da relação entre invisível e inaudível está presente no décimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da dissociação substancial e funcional entre o sujeito do enunciado e o autor da formulação (ver AS, p. 109)⁷⁶.

O sujeito do enunciado não é idêntico ao autor da formulação: “... não é (...) a intenção significativa que, *invadindo silenciosamente o terreno das palavras*, as ordena como o *corpo visível de sua intuição...*” (AS, p. 109, grifo nosso) Há um combate entre a defesa do visível

⁷⁴ Ver infra “Relação entre visível e audível”.

⁷⁵ Sobre esta relação de harmonia como igualdade, mas também de conflito como dominação e subordinação, ver infra “Relação entre visível e audível”.

⁷⁶ Ver infra, também, comparativamente, o oitavo aparecimento da relação entre visível e audível.

(terreno das palavras como corpo visível) subordinado *versus* a crítica à dominação do invisível inaudível (intuição silenciosa).

O sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível está localizado no décimo-terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não visível nem oculto (ver AS, p. 130-1).

A descrição da função enunciativa está no limite da linguagem, já que o enunciado é não visível nem oculto e, portanto, está na superfície do discurso:

Mas o fato de que se pode descrever essa superfície enunciativa prova que o ‘dado [sic] da linguagem não é a simples laceração de um *mutismo fundamental*; que as palavras, as frases, as significações, as afirmações, os encadeamentos de proposições não se apóiam diretamente na noite primeira de um *silêncio* (...) (AS, p. 130, grifo nosso)⁷⁷

O inaudível (mutismo, silêncio) aparece vinculado ao invisível como transcendência:

A possibilidade de uma análise enunciativa, se for estabelecida, deve permitir erguer o *suporte transcendental* que uma certa forma de discurso filosófico opõe a todas as análises da linguagem, em nome do *ser dessa linguagem* e do fundamento em que se deveria originar. (AS, p. 131, grifo nosso)

O invisível inaudível (transcendência muda ou silenciosa) é combatido pelo visível (ser da linguagem): o inaudível aparece subordinado à dominação do invisível – no fundo, o maior perigo é sempre o invisível, que necessita da aliança com o inaudível, já que a condição de auditibilidade pode remeter ao visível⁷⁸.

O oitavo aparecimento da relação entre invisível e inaudível está situado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do arquivo como sistema de aparecimento dos enunciados (ver AS, p. 148-9).

O arquivo é a presença, o visível audível: “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser *dito*, o sistema que rege o *aparecimento* dos enunciados como acontecimentos singulares.” (AS, p. 149, grifo nosso) Daí a crítica ao invisível inaudível:

Trata-se [conceito de arquivo] (...) do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as *leis do pensamento*, (...) que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na *ordem do espírito* (...); que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em *processos mudos*, nasçam segundo regularidades específicas (...) (AS, p. 148-9, grifo nosso)

⁷⁷ Erro de tradução: faltou apóstrofe após a palavra “dado”.

⁷⁸ Ver infra o décimo-quarto aparecimento da relação entre visível e audível.

O combate entre o visível audível (aparecimento do dito) e o invisível inaudível (pensamento ou espírito mudos) mostra a recusa do dualismo ou binarismo como incessante dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível.

O nono aparecimento da relação entre invisível e inaudível está presente no quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica da história das ideias como análise histórica que privilegia os temas da gênese, da continuidade e da totalização (ver AS, p. 158-9).

A história das ideias é caracterizada da seguinte forma: “Gênese, continuidade, totalização: eis os grandes temas da história das ideias, através dos quais ela se liga a uma certa forma, hoje [1969] tradicional, de análise histórica.” (AS, p. 158) Esta análise histórica mostra a dominação do invisível (cegueira) inaudível (surdez) em relação à subordinação do visível (aparência):

Ela [história das ideias] é a análise dos *nascimentos surdos* [gênese], das correspondências longínquas, das permanências que se obstinam sob *mudanças aparentes*, das lentas formações que se beneficiam de um sem-número de *cumplicidades cegas* [continuidade], dessas figuras globais que se ligam pouco a pouco e, de repente, se condensam na agudeza da obra [totalização]. (AS, p. 158, grifo nosso)

O décimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível está localizado no vigésimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da função crítica do livro (ver AS, p. 238-9)⁷⁹.

A “ingratidão” das pesquisas anteriores de Foucault, notadamente **História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**, faz com que **A arqueologia do saber** seja um livro de “afastamento de dificuldades preliminares”⁸⁰: “Sei o que pode haver de árido no fato de tratar os discursos não a partir da doce, *muda e íntima consciência* que aí se exprime, mas de um obscuro conjunto de regras anônimas.” (AS, p. 238, grifo nosso) Há uma crítica ao visível audível (os discursos) subordinado devido à dominação do invisível inaudível (*muda e íntima consciência*)⁸¹.

Relação entre invisível e audível

⁷⁹ Ver infra comparativamente o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸⁰ Este “afastamento de dificuldades preliminares” tem caráter metodológico e é um componente da estratégia de guerra de **A arqueologia do saber** próximo da “marcação da singularidade pela exterioridade das vizinhanças”. Neste sentido, ver, comparativamente, o vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” e este vigésimo parágrafo da “Conclusão”: AS, p. 19-20, p. 238-9, respectivamente.

⁸¹ Ver supra comparativamente o terceiro aparecimento da relação entre tato e visão.

Os dois aparecimentos da relação entre invisível e audível que destacaremos mostram um contato como conflito em relação ao visível inaudível: há uma dominação da aliança entre invisível e audível em relação à subordinação da união entre visível e inaudível como constante remissão do segundo ao primeiro⁸².

O primeiro aparecimento da relação entre invisível e audível está localizado no sexto e no sétimo parágrafos da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição crítica do documento em sua forma tradicional e da história como memória (ver AS, p. 7-8).

O documento, como rastro decifrável, remete o visível inaudível ao invisível audível:

(...) claro que, desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a *linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio*: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. (AS, p. 7, grifo nosso)

A história como memória é a lembrança desta audição originária: “... a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças...” (AS, p. 7-8) Ou ainda: “... a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem...” (AS, p. 8)⁸³ A visão (do documento) é comandada pela busca da audição (como origem): o documento seria a tradução incerta de sua origem perdida, mas recuperável pela volta à fala esquecida. O visível inaudível (documento silencioso) deve remeter ao invisível audível (memória de uma voz).

O segundo aparecimento da relação entre invisível e audível está situado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica ao uso dos temas do já-dito jamais-dito e da origem secreta como busca da continuidade para a análise do discurso (ver AS, p. 27-8).

O invisível aparece como a origem secreta: “... além de qualquer *começo aparente*, há sempre uma *origem secreta* – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente.” (AS, p. 28, grifo nosso) O audível surge como sopro:

⁸² Ver também infra o décimo-quinto e o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸³ Sobre a diferença entre monumento e documento, ver especialmente o sétimo parágrafo da “Introdução”: AS, p. 8.

A esse tema [da origem secreta] se liga um outro, segundo o qual todo *discurso manifesto* repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais-dito”, um discurso sem corpo, uma *voz tão silenciosa quanto um sopro*, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. (AS, p. 28, grifo nosso)

A aliança de invisível e audível é a escuta do não-dito:

O primeiro motivo [origem secreta] condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro [já-dito jamais-dito] a destina a ser interpretação ou *escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito*. (AS, p. 28, grifo nosso)

E a tarefa do invisível audível é a busca da continuidade do discurso: “É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta *presença* no jogo de uma *ausência* sempre reconduzida.” (AS, p. 28, grifo nosso) Existe a dominação do invisível audível (ausência como escuta do secreto) em relação à subordinação do visível inaudível (presença do discurso manifesto como escrita aparente).

Relação entre visível e inaudível

Os quatro aparecimentos destacados da relação entre visível e inaudível indicam o caminho do confronto, como dominação e subordinação, com o visível audível: nos três primeiros, o visível inaudível aparece como outra visibilidade, sucessivamente não-discurso empírico, duas vezes, e não-discurso transcendental; já no último, o visível inaudível é mesma visibilidade, como discurso, e combate, então, a auditibilidade da visão.

O primeiro aparecimento da relação entre visível e inaudível está localizado no décimo-sétimo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica à interpretação do discurso como história do referente (ver AS, p. 54-5).

Há um abandono da possibilidade da história do referente:

Mas não se trata (...) de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece *silenciosamente* aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “*coisas*”, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, *desejo*, inconsciente talvez, *de não ver* e de não dizer; substituir o

tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam (...) (AS, p. 54, grifo nosso)⁸⁴

O visível inaudível (coisas silenciosas) é o pré-discurso como não-discurso – e há um conflito entre este visível inaudível, que precisa da dualidade ou do binarismo da dominação do visível inaudível em relação à subordinação do visível audível, e o visível audível representado pela permanência no discurso.

O segundo aparecimento da relação entre visível e inaudível está situado no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica à busca do aquém do discurso (ver AS, p. 55-6).

Há uma crítica à busca do aquém do discurso como retorno às próprias coisas, à “plenitude viva da experiência”: “Não se volta ao aquém do discurso – lá onde nada ainda foi dito e onde *as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta*; (...) fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso.” (AS, p. 55, grifo nosso) Este confronto entre duas visibilidades, o visível das coisas e o visível do discurso, indica a diferença entre audível e inaudível: “Essas regras [próprias da prática discursiva] definem não a *existência muda de uma realidade*, (...) mas o regime dos objetos.” (AS, p. 56, grifo nosso) O visível audível (discurso) *versus* o visível inaudível (experiência muda de uma realidade) mostra o choque contra o dualismo ou binarismo que precisa do jogo de remissão entre o visível audível e o visível inaudível mediante hierarquia como dominação e subordinação⁸⁵.

O terceiro aparecimento da relação entre visível e inaudível está presente no oitavo parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica ao recurso do aquém do discurso para a descrição das estratégias (ver AS, p. 76-7).

A descrição das estratégias discursivas recusa a remissão ao visível inaudível como origem do discurso:

É preciso notar que as estratégias (...) descritas não se enraízam, aquém do discurso, na *profundidade muda* de uma escolha ao mesmo tempo preliminar e fundamental. Todos esses grupamentos de enunciados que devemos descrever não são a expressão de uma *visão do mundo* que teria sido cunhada sob a forma de palavras (...) (AS, p. 76, grifo nosso)

O visível inaudível (mudez de uma visão do mundo) está em confronto com o visível audível (discurso): na perspectiva criticada, é preciso jogar com a dominação do visível inaudível em

⁸⁴ Foucault admite a possibilidade da história do referente como resgate de uma experiência surda (visível inaudível), fazendo menção ao livro **História da loucura**, mesmo que tal não seja o projeto de **A arqueologia do saber**. Ver AS, p. 54-5.

⁸⁵ Ver infra o terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

relação à subordinação do visível audível; já na perspectiva defendida, existe apenas o visível audível.

O quarto aparecimento da relação entre visível e inaudível está localizado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da história das ideias como descrição de figuras globais (ver AS, p. 161-2).

Para a história das ideias, existem dois tipos de formulações, as valorizadas (novas, inéditas, originais, criativas) e as banais ou cotidianas (antigas, repetidas, tradicionais, maciças): “A cada um dos dois grupos a história das ideias atribui um *status*; além disso, não os submete à mesma análise.” (AS, p. 161) A análise das formulações banais ou cotidianas permite descrever uma série de figuras globais:

(...) manifesta a história como inércia e marasmo, como lento acúmulo do passado e *sedimentação silenciosa das coisas ditas*; os enunciados devem aí ser tratados em massa e segundo o que têm em comum; sua singularidade de acontecimento pode ser neutralizada; perdem sua importância também a identidade de seu autor, o momento e o lugar de seu aparecimento; em compensação, é sua extensão que deve ser medida: até onde e até quando eles se repetem, por que canais se difundem, em que grupos circulam, que horizonte geral delineiam para o pensamento dos homens, que limites lhe impõem e, caracterizando uma época, como permitem distingui-la das outras. Descreve-se, então, uma série de figuras globais. (AS, p. 161-2, grifo nosso)

O visível inaudível (*sedimentação silenciosa das coisas ditas*) é a neutralidade ou o esquecimento⁸⁶ da singularidade de acontecimento ou de aparecimento em nome da unidade global: o visível audível (formulações do discurso) perde sua condição de auditibilidade (singularidade de acontecimento) devido à diluição global. É um uso quase metafórico da auditibilidade, como se a voz estivesse associada à singularidade e o esquecimento da audição à massificação global⁸⁷.

Relação entre visível e audível

A relação entre visível e audível é a mais importante, recorrente e complexa das possibilidades de relação entre audição e visão, justamente porque está na maior proximidade do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana. De maneira esquemática e propedêutica, poderíamos afirmar que existe um conjunto relacionado de distintos contatos

⁸⁶ A descrição das figuras globais implica o restabelecimento das “solidariedades esquecidas”. Ver AS, p. 161-2.

⁸⁷ Para uma diferença de estatuto do visível inaudível, de negativo (relação com o visível audível) para positivo (relação com o invisível audível), ver o confronto, como dominação e subordinação, entre o visível inaudível (como discurso mudo) e o invisível audível (como memória de uma voz ou voz secreta), através dos dois aparecimentos da relação entre invisível e audível. Ver supra “Relação entre invisível e audível”.

que permite compreender o jogo entre visível e audível: há uma relação de harmonia, como desigualdade, quando ocorre um processo de preservação das especificidades e das diferenças, e como igualdade, quando acontece um processo de indistinção ou de indiferenciação; e a passagem da primeira à segunda mostra o caminho em direção à relação de confronto, como hierarquia que funciona mediante jogo de dominação (do visível) e de subordinação (do audível); e justamente através deste “resgate” da desigualdade surge o governo ou comando como possibilidade de exclusão, o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana.

É preciso um esclarecimento preliminar mediante duas observações relevantes. Primeiro, como a relação entre invisível e inaudível aparece vinculada ao conflito, como dominação e subordinação, com o visível audível, é necessário rever o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o oitavo e o décimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível para compreender a relação entre visível e audível. Segundo, como a relação entre visível e inaudível está associada ao conflito, como dominação e subordinação, com o visível audível, ao contrário do que uma análise meramente lógica poderia supor, em que o único adversário seria o invisível audível, é necessário reler os quatro aparecimentos da relação entre visível e inaudível para entender a relação entre visível e audível.

O primeiro aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos (ver AS, p. 30-1).

Após a suspensão das formas imediatas de continuidade, surge a liberação de um domínio para o projeto de descrição dos acontecimentos discursivos: “Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os *enunciados efetivos* (quer tenham sido *falados ou escritos*), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.” (AS, p. 30, grifo nosso) Há uma indistinção ou indiferenciação entre o visível (enunciados efetivos escritos) e o audível (enunciados efetivos falados), já que ambos são existentes (efetividade). Esta relação de harmonia, como igualdade, tem uma razão de ser: a possibilidade de remissão do audível ao visível, ou o governo da visão. Se o audível não fosse governado pelo visível, então não haveria a crítica da relação entre invisível e audível⁸⁸.

⁸⁸ Desenvolveremos algumas relações entre o invisível inaudível, o invisível audível, o visível inaudível e o visível audível especialmente no final deste capítulo. Ver infra “Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra”. De qualquer forma, ver também supra “Relação entre invisível e audível”.

O segundo aparecimento da relação entre o visível e o audível está situado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da primeira utilidade da supressão ou da suspensão sistemática de todas as unidades inteiramente aceitas ou admitidas, a restituição da singularidade de acontecimento e da descontinuidade temporal do enunciado (ver AS, p. 32).

Após a suspensão sistemática das unidades admitidas com evidência, aparece o enunciado como acontecimento estranho, dada sua singularidade e sua descontinuidade:

(...) inicialmente porque está ligado, de um lado, a um *gesto de escrita* ou à *articulação de uma palavra*, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma *memória*, ou na *materialidade* dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro (...) (AS, p. 32, grifo nosso)

Existe uma preservação das especificidades do visível (gesto de escrita⁸⁹: materialidade visual) e do audível (articulação de uma palavra: memória auditiva). Entretanto, esta relação de harmonia, como desigualdade, implica uma indiferenciação ou indistinção, já que visível e audível são “existências remanescentes”. Mas esta relação de harmonia, como igualdade, existe sob a condição da remissão do audível ao visível, porque o invisível audível (memória desvinculada da materialidade) seria fruto de crítica em nome justamente da visibilidade do audível (existência da memória).

O terceiro aparecimento da relação entre visível e audível está presente no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica à análise do aquém e do além do discurso (ver AS, p. 55-6).

A crítica ao aquém (recurso à plenitude viva da experiência: coisas) e ao além (descrição de um vocabulário: palavras) do discurso valoriza sua descrição imanente como prática:

(...) gostaria de mostrar que os “discursos”, tais como podemos *ouvi-los*, tais como podemos *lê-los* sob a forma de um texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras (...); gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (AS, p. 55-6, grifo nosso)

Há uma indistinção ou indiferenciação entre o visível (ler o texto) e o audível (ouvir o texto), já que ambos remetem à visibilidade (discurso como prática). Da relação de harmonia, como

⁸⁹ Notemos que o tato (gesto de escrita) aparece vinculado à visão com ambiguidade: é uma harmonia servil, já que a visão governa a relação, quer dizer, no ordenamento que especifica as diferentes funções, o comando hierárquico corresponde à visão.

igualdade (leitura ou escuta do mesmo texto), à relação de governo, como desigualdade (escuta porque há leitura do texto que é visto), existe uma recusa do visível inaudível (como não-discurso)⁹⁰, já que o visível (discurso) é sempre possibilidade de auditabilidade, mesmo quando provisoriamente inaudível⁹¹.

O quarto aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a tentativa de identificação do enunciado e do ato de formulação mediante a definição do ato ilocutório (ver AS, p. 93-4).

A definição do ato ilocutório começa com um esclarecimento negativo: “É claro que não se visa com isso o *ato material* que consiste em *falar (em voz alta ou baixa)* e em *escrever (à mão ou à máquina)*...” (AS, p. 94, grifo nosso) Existem dois processos aparentemente contraditórios, mas perfeitamente coerentes: a preservação das especificidades do visível (escrita à mão ou à máquina⁹²) e do audível (fala em voz alta ou baixa) e também a indistinção ou indiferenciação entre o visível e o audível (ato material da fala ou da escrita). As relações de harmonia, respectivamente como desigualdade e como igualdade, remetem, por sua vez, à possibilidade da subordinação do audível ao visível, ou ao governo ou comando da visão.

O quinto aparecimento da relação entre visível e audível está situado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do ato ilocutório como crítica à relação entre causa e efeito (ver AS, p. 93-4).

A definição do ato ilocutório é a afirmação da singularidade da formulação (ou do enunciado⁹³) *versus* o jogo do dualismo ou do binarismo da relação entre causa e efeito:

(...) não se designa (...) o resultado eventual do que ele [o indivíduo que fala] *disse* (se convenceu ou suscitou desconfiança; se *foi ouvido* e se suas ordens foram cumpridas; se sua prece foi compreendida); descreve-se a operação que foi efetuada pela própria fórmula, em sua *emergência*: promessa, ordem, decreto, contrato, compromisso, constatação. O ato ilocutório (...) não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. (AS, p. 94, grifo nosso)

Há uma dissociação entre o audível, e o jogo da condição de auditabilidade (falar/dizer e ouvir ou escutar) – relação entre causa e efeito -, e o visível – emergência singular. Esta relação de

⁹⁰ Ver supra o segundo aparecimento da relação entre visível e inaudível.

⁹¹ Ver supra o primeiro aparecimento da relação entre invisível e audível.

⁹² Notemos que o tato é comandado pela visão, já que o ato da escrita serve à visibilidade.

⁹³ Trata-se da tentativa de identificação entre o ato de formulação e o enunciado. Ver supra o quarto aparecimento da relação entre visível e audível.

confronto mostra que o ideal epistemológico-perceptivo é a visão solitária e soberana, já que somente através da condição de visibilidade é possível valorizar a singularidade, porque a condição de auditibilidade, desvinculada do visível, permitiria a relação de conflito entre falar/dizer e ouvir/escutar.

O sexto aparecimento da relação entre visível e audível está presente no décimo-terceiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da possibilidade da análise do enunciado como existência material (ver AS, p. 96-7).

Após a diferenciação entre língua e enunciado⁹⁴, surge o questionamento do estatuto do enunciado como materialidade:

Mas basta, então, que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, fabricados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que apareceram em um momento do tempo e em um ponto do espaço, uma vez que *a voz que os pronunciou ou o gesto que os moldou* lhes deram as dimensões de uma *existência material*? (...) será que esses signos, expostos, *visíveis*, manipuláveis, podem ser razoavelmente considerados como enunciados? (AS, p. 97, grifo nosso)

Há um processo de indistinção ou de indiferenciação entre o visível (produção de signos mediante gesto que os molda⁹⁵) e o audível (produção de signos através da voz que os pronuncia) que conduz à remissão do audível ao visível (visibilidade da existência material). A relação de harmonia, como igualdade, leva ao governo ou ao comando da visão.

O sétimo aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no décimo-quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do enunciado como função de existência (ver AS, p. 98-9).

Na definição do enunciado como função de existência aparece a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível:

O enunciado (...) é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua *formulação (oral ou escrita)*. (AS, p. 98-9, grifo nosso)

A relação de harmonia como igualdade (indistinção ou indiferenciação) respeita a desigualdade (especificidade) na medida em que é possível remeter o audível ao visível (relação de confronto como dominação e subordinação).

⁹⁴ Ver o início deste décimo-terceiro parágrafo: AS, p. 96-7.

⁹⁵ Notemos que o tato está subordinado ao comando da visão.

O oitavo aparecimento da relação entre visível e audível está presente no décimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da dissociação substancial e funcional entre o sujeito do enunciado e o autor da formulação (ver AS, p. 109)⁹⁶.

O sujeito do enunciado é diferente do autor da formulação: “Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da *articulação escrita ou oral* de uma frase...” (AS, p. 109, grifo nosso) Há uma indistinção ou indiferenciação entre visível (articulação escrita) e audível (articulação oral) que mostra a relação de harmonia como igualdade, possível devido à remissão ao governo da visão.

O nono aparecimento da relação entre visível e audível está presente no décimo-quinto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da terceira característica da função enunciativa, a existência de um domínio associado (ver AS, p. 109-10).

Um esclarecimento preliminar faz surgir a relação entre visível e audível: “Isso [a existência de um domínio associado] faz do enunciado algo diferente e mais que um simples agregado de signos que precisaria, para existir, apenas de um *suporte material – superfície de inscrição, substância sonora*, matéria moldável, incisão vazia de um traço.” (AS, p. 109-10, grifo nosso) Há relação de harmonia, como igualdade, quer dizer, indistinção ou indiferenciação – o visível, superfície de inscrição⁹⁷, e o audível, substância sonora, são perceptíveis como materialidade, suporte material – e existe relação de confronto, como hierarquia e desigualdade, dominação da visão – a materialidade, suporte material, remete à visibilidade.

O décimo aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no vigésimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da quarta condição para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada como um enunciado, a existência material (ver AS, p. 115).

O enunciado é sempre materialidade: “O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer.” (AS, p. 115) Daí a relação entre visível e audível:

⁹⁶ Ver supra comparativamente o sexto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁹⁷ Notemos que o tato, como gesto de escrita, inscrição na superfície, é comandado pela visão – na verdade, não é possível tocar o invisível, nem o audível, se este não estiver subordinado ao visível.

Poderíamos falar de enunciado se *uma voz não o tivesse enunciado*, se *uma superfície não registrasse seus signos*, se ele não tivesse tomado corpo em um *elemento sensível* e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes – em uma *memória* ou em um *espaço*? Poderíamos falar de um enunciado como de uma *figura ideal e silenciosa*? (AS, p. 115, grifo nosso)

A relação de harmonia, como igualdade, através da indistinção ou indiferenciação – o visível, espaço da superfície de registro⁹⁸, e o audível, memória da enunciação da voz, como percepção sensível -, combate o invisível (figura ideal) inaudível (figura silenciosa). Entretanto, a identidade material do enunciado é variável: “As coordenadas e o *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos.” (AS, p. 115) Daí a relação entre visível e audível como preservação das especificidades:

Composta das mesmas palavras, carregada exatamente do mesmo sentido, mantida em sua identidade sintática e semântica, *uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral.* (AS, p. 115, grifo nosso)

A relação de harmonia como desigualdade, mediante a especificidade, não é oposta à relação de harmonia como igualdade, já que existe a possibilidade da remissão do audível ao visível, como dominação da visão⁹⁹.

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre visível e audível está situado no vigésimo-quinto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade repetível do enunciado. Basta rever o único aparecimento da relação entre audição, tato e visão¹⁰⁰.

O décimo-segundo aparecimento da relação entre visível e audível está presente no vigésimo-sexto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do regime de materialidade dos enunciados (ver AS, p. 118-9).

A materialidade do enunciado é mais institucional do que espaço-temporal: “O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal...” (AS, p. 118) Daí a relação entre visível e audível respectivamente como indistinção ou indiferenciação e como preservação da especificidade e da diferença:

⁹⁸ Notemos que o tato está subordinado à visão.

⁹⁹ De qualquer forma, é necessário notar que a relação de harmonia como igualdade aparece vinculada à constatação da materialidade do enunciado, em contraposição à sua imaterialidade, e a relação de harmonia como desigualdade está associada à análise da identidade material variável do enunciado. Ver AS, p. 115.

¹⁰⁰ Ver supra “Relação entre audição, tato e visão”.

Um enunciado pode ser o mesmo, *manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro*; pode ser o mesmo *pronunciado oralmente, impresso em um cartaz, reproduzido por um gravador*; em compensação, quando um romancista *pronuncia* uma frase qualquer na vida cotidiana, visto que a coloca tal qual no manuscrito que *redige*, atribuindo-a a um personagem, ou mesmo deixando-a ser pronunciada pela voz anônima que representa a do autor, não se pode dizer que se trate, nos dois casos, do mesmo enunciado. (AS, p. 118, grifo nosso)¹⁰¹

Há relação de harmonia como igualdade, ligada à manutenção da identidade do enunciado, e há relação de harmonia como desigualdade, associada à mudança ou à perda da identidade do enunciado; nos dois casos, a dominação da visão é uma possibilidade fundamental.

O décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não oculto (ver AS, p. 126).

O enunciado é não oculto: “Não oculto, por definição, já que caracteriza as modalidades de existência próprias de um conjunto de signos efetivamente produzidos.” (AS, p. 126) A descrição dos enunciados mostra a relação entre visível e audível: “A análise enunciativa só pode se referir a *coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados...*” (AS, p. 126, grifo nosso) Há uma relação de harmonia, como desigualdade, já que são preservadas as especificidades ou as diferenças entre visível (escrita traçada)¹⁰² e audível (pronúncia articulada); há uma relação de harmonia, como igualdade, já que visível e audível são indiferenciados através do “dito”; e há uma relação de confronto, como hierarquia ou desigualdade, jogo de dominação e de subordinação, visto que o audível remete ao comando ou governo do visível.

O décimo-quarto aparecimento da relação entre visível e audível está situado no décimo-terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como nem visível nem oculto (ver AS, p. 130-1)¹⁰³.

O enunciado, nem visível, nem oculto, aparece no domínio de exercício de uma função enunciativa como presença:

(...) entre a linguagem, tal como a *lemos* e *ouvimos*, mas também como a *falamos*, e a ausência de qualquer formulação, não há o formigamento de todas as coisas pouco ditas, de todas as frases em suspenso, de todos os pensamentos semiverbalizados, do monólogo infinito do qual emergem

¹⁰¹ Notemos que o tato aparece subordinado à dominação da visão.

¹⁰² Notemos que o tato (traço da escrita) está subordinado à dominação da visão (visibilidade do traço da escrita).

¹⁰³ Ver supra, também, comparativamente, o sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

apenas alguns fragmentos; mas, antes de tudo – ou, pelo menos, antes dela (pois dela depende) – as condições segundo as quais se efetua a função enunciativa. (AS, p. 130, grifo nosso)

Há relação de harmonia, como desigualdade: existe a preservação das especificidades e das diferenças entre visível (leitura que remete à escrita) e audível (fala). Há também relação de harmonia, como igualdade: existe indistinção e indiferenciação entre visível e audível como presença. E há relação de confronto, como hierarquia através de dominação e subordinação: a presença (do visível e do audível) remete à visibilidade (governo ou comando da visão). Notemos que entre a leitura e a escuta (condição de auditibilidade) não existe problema, justamente porque a escrita (visão) é a fonte da presença; já a fala, sem a presença da escrita, pode, de qualquer forma, remeter a ela (como visão).

O décimo-quinco aparecimento da relação entre visível e audível está presente no décimo-quarto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados no jogo de uma exterioridade como nível do “diz-se” (ver AS, p. 141-2).

O jogo da exterioridade é o nível do “diz-se”:

Ela [a análise dos enunciados] situa-se, de fato, no nível do “diz-se” – e isso não deve ser entendido como uma espécie de opinião comum, de representação coletiva que se imporia a todo indivíduo, nem como uma *grande voz anônima que falaria* necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o *conjunto das coisas ditas*, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. (AS, p. 141-2, grifo nosso)

Há uma dissociação entre audível (fala de uma grande voz anônima) e visível (observação do conjunto das coisas ditas) – evidentemente o anonimato da audição é invisível, e o dito da visão é escrito ou, em última instância, possibilidade da remissão do audível ao visível. Esta relação de confronto mostra que o ideal epistemológico-perceptivo é a visão solitária e soberana, já que ou o audível obedece ao visível (comando ou governo da visão como hierarquia através de dominação e subordinação) ou o audível serve ao invisível (relação de combate entre visível inaudível e invisível audível) e então a relação é de combate¹⁰⁴.

O décimo-sexto aparecimento da relação entre visível e audível está localizado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica da arqueologia ao modelo linear de ato da fala para a análise da sucessão (ver AS, p. 193).

¹⁰⁴ Ver supra “Relação entre invisível e audível”.

A arqueologia analisa o fenômeno da sucessão como multiplicidade: “... tenta-se mostrar como pode haver sucessão e em que níveis diferentes encontram-se sucessões distintas.” (AS, p. 193) Daí a recusa do modelo linear de ato da fala, “... em que todos os acontecimentos se sucedem [tema de que a sucessão é um absoluto], com exceção do efeito de coincidência e de superposição...” (AS, p. 193) O discurso, para a arqueologia, é historicidade; a língua, para o ato da fala, é linearidade; quer dizer, há uma dissociação entre o visível (historicidade como escrita) e o audível (linearidade como fala). Esta relação de confronto mostra uma característica fundamental do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, a diferença como multiplicidade temporal; ao contrário do funcionamento da condição de auditibilidade como linearidade da fala, que indica a busca da identidade como unicidade temporal: “O que ela [a arqueologia] suspende é o tema de que a sucessão é um absoluto: um encadeamento primeiro e indissociável a que o discurso estaria submetido pela lei de sua finitude; e também o tema de que no discurso só há uma forma e um único nível de sucessão.” (AS, p. 193)¹⁰⁵

O décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível está situado no vigésimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da função do livro como ingratidão insuportável (ver AS, p. 238-9)¹⁰⁶.

A arqueologia é uma crítica insuportável:

(...) considerando-se o que cada um quer colocar, pensa colocar de “si mesmo” em seu próprio discurso, quando tenta *falar*, o que há de insuportável em recortar, analisar, combinar, recompor todos os *textos que agora voltam ao silêncio*, sem que neles jamais se desenhe o semblante transfigurado do autor (...) (AS, p. 238, grifo nosso)

Há um choque entre o audível invisível (fala de si – como interioridade) e o visível inaudível (texto silencioso)¹⁰⁷, mas a dissociação fundamental é entre audição e visão, já que o ideal epistemológico-perceptivo é a constatação da visão solitária e soberana – e o expediente auditivo é uma subordinação posterior à visibilidade¹⁰⁸.

O décimo-oitavo aparecimento da relação entre visível e audível está presente no vigésimo-primeiro parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a exposição de uma conversa consigo mesmo como crítica (ver AS, p. 239).

¹⁰⁵ Sobre o visível como elemento da historicidade, ver supra o sétimo aparecimento da palavra “historicidade”: tanto lá quanto aqui, aparece a presença da guerra (aqui, como relação de confronto entre visível e audível), a questão do tempo e a importância da multiplicidade (ou da diferença como multiplicidade).

¹⁰⁶ Ver supra comparativamente o décimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

¹⁰⁷ Ver supra “Relação entre invisível e audível”.

¹⁰⁸ Ver supra comparativamente o terceiro aparecimento da relação entre tato e visão (sobre a relação entre o invisível como interioridade e o visível como exterioridade, e sobre a constatação do governo da visão solitária e soberana como ideal epistemológico-perceptivo).

No diálogo de confronto com seu interlocutor discursivo coletivo, Foucault apresenta a relação entre visível e audível como indistinção ou indiferenciação:

Tantas coisas em sua linguagem já lhes escaparam: eles não querem mais que lhes escape, além disso, *o que dizem, esse pequeno fragmento de discurso – falado ou escrito, pouco importa* – cuja débil e incerta existência deve levar sua vida mais longe e por mais tempo. (AS, p. 239, sublinhado nosso)

Esta relação de harmonia, como igualdade (discurso falado ou escrito, tanto faz), revela a condição de auditibilidade como remissão ao visível:

Não podem suportar (e os compreendemos um pouco) *ouvir dizer*: “O discurso não é a vida: seu tempo não é o de vocês; nele, vocês não se reconciliarão com a morte; é possível que vocês tenham matado Deus sob o peso de tudo que disseram; mas não pensem que farão, com tudo o que vocês dizem, um homem que viverá mais que ele.” (AS, p. 239, grifo nosso)

A dominação ou o comando da visão em relação à subordinação da condição de auditibilidade (jogo entre dizer/falar e ouvir ou escutar) aparece como performatividade do próprio discurso: o ouvir-dizer do interlocutor imaginário coletivo remete à visão do escrito como instância de verificação fundamental.

O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana

A epistemologia da percepção, como relação entre os sentidos, permite caracterizar o discurso da historicidade como busca da visão solitária e soberana. Este ideal epistemológico-perceptivo é o estágio superior na escala da hierarquia inter-relacional dos sentidos e sua disseminação como onipresença “contamina” o funcionamento do jogo de relações entre audição, tato e visão.

As relações entre tato e visão, entre audição, tato e visão, e entre audição e visão mostram, independentemente das suas especificidades, que a audição e o tato estão subordinados à dominação da visão. Assim, há uma relação de harmonia, como desigualdade, com a preservação das especificidades e das diferenças, que remete, no entanto, a uma hierarquia, como dominação e subordinação, já que o tato, ao produzir o escrito, ao proporcionar visibilidade, “serve” à visão, revelando sua inferioridade, daí o surgimento de uma relação de conflito, como comando e exclusão, quer dizer, a visão, comandando o tato, pode, na verdade, excluí-lo, dada sua situação de superioridade¹⁰⁹. Já com a audição, a situação não é muito diferente: há uma relação de harmonia, como igualdade, mediante processo de indistinção ou de indiferenciação; mas esta relação, na verdade, supõe outra, de

¹⁰⁹ Ver supra especialmente o primeiro aparecimento da relação entre tato e visão.

harmonia também, entretanto como desigualdade, através da preservação das especificidades e das diferenças, e remete a uma relação de conflito, como dominação e subordinação, cuja possibilidade de transformação em governo solitário e soberano (da visão) que exclui (a audição) é iminente.

Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra

O jogo de contatos entre audição e visão precisa ser compreendido através do feixe múltiplo de relações plurais entre invisível e inaudível, invisível e audível, visível e inaudível e visível e audível. Há dois gabaritos de inteligibilidade sobre o funcionamento desta estrutura complexa: a estratégia de guerra, como confronto entre defesa e crítica, e o mecanismo da hierarquia, como axiologia da superioridade e da inferioridade. De acordo com este último, a ordem da escala de valor, do superior ao inferior, é a seguinte: visível, visível audível, visível inaudível, invisível audível, invisível inaudível e invisível¹¹⁰. E é preciso saber que quanto maior a distância do ideal (visão solitária e soberana), mais feroz será a crítica. Assim, segundo a estratégia de guerra, a intensidade da crítica é variável conforme o confronto: o invisível inaudível é combatido pelo visível audível (ou somente pelo visível¹¹¹), o invisível audível pelo visível inaudível, o visível inaudível pelo visível audível, e este último pelo visível. Notemos que esta estratégia de guerra não pode simplesmente ser identificada com a lógica, senão a oposição entre visível inaudível e visível audível, por exemplo, seria ininteligível. Ora, é justamente por esta razão que é necessário entender o mecanismo da hierarquia acompanhado da estratégia de guerra, e estes dois vinculados à relação entre audição e visão: como a visão solitária e soberana é o ideal epistemológico-perceptivo, então é compreensível que correlativamente a este projeto haja a busca da eliminação da audição ou sua descartabilidade; então compreendemos também por que o visível inaudível é combatido pelo visível (e não pelo invisível, como seria “lógico”) audível. Por fim, precisaríamos acrescentar que o recurso às “provas” da epistemologia da percepção, como relação entre os sentidos, é fundamental para o pleno entendimento do conjunto de relações que a compõe, senão não conseguiríamos compreender por que o invisível audível é combatido pelo visível inaudível, mas o visível inaudível é combatido pelo visível audível: nem a lógica, nem o mecanismo da hierarquia, nem, finalmente, a estratégia de guerra, sozinhos ou unidos, podem

¹¹⁰ Sobre a dominação do invisível em relação à subordinação do inaudível, ver supra especialmente o sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

¹¹¹ Ver supra o sexto, o sétimo e o nono aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

explicar razoavelmente este paradoxo, mas somente a especificidade de cada exemplo (assim, saberíamos que não é do mesmo visível inaudível que se trata nas duas situações de confronto)¹¹².

Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica

A vontade do estrangeiro (“Quero ser historiador!”) que carrega sua herança (“Odeio a metafísica!” e “Não posso abandonar a filosofia!”) mostra que o discurso da historicidade é constituído pelo discurso da visão através da epistemologia da percepção como relação entre os sentidos. (Afastamento duplo: da ideia de senso comum de história e da definição metafísica da história, porque para ambas, perspectivas solidárias, o discurso da visão é impossível, já que, no primeiro caso, não há visibilidade do que não tem mais presença, não ocupa espaço e perdeu portanto sua especificidade, e, no segundo caso, é o invisível que, de qualquer forma, explica a visibilidade – daí a solidariedade da ideia e da definição: a metafísica promete resgatar o que na verdade jamais foi explicado pela visibilidade.) Das múltiplas relações entre audição, tato e visão nasce o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, e particularmente das complexas relações entre audição e visão, entendidas segundo os modelos de inteligibilidade da axiologia da hierarquia e da estratégia de guerra, surgem as diferenças capitais entre o discurso da historicidade como discurso da visão e o discurso da metafísica.

O discurso da historicidade é constituído pelo discurso da visão primeiro porque a visibilidade é um de seus elementos constituintes (basta rever o terceiro e o quinto aparecimento da palavra “historicidade”, cujas respectivas definições de historicidade são presença da diferença temporal específica visível e presença da diferença temporal visível¹¹³), depois porque os elementos formadores do discurso da historicidade, particularmente a

¹¹² Sobre este aparente paradoxo do visível inaudível que combate o invisível audível e que é combatido pelo visível audível, ou sobre a mudança de estatuto do visível inaudível, de positivo para negativo, ver supra “Relação entre invisível e audível”, “Relação entre visível e inaudível”, o décimo-quinto e o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

¹¹³ Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Terceiro aparecimento da palavra ‘historicidade’: primeira apresentação via positiva” e “Quinto aparecimento da palavra ‘historicidade’: terceira apresentação via negativa”.

presença, o espaço e a especificidade¹¹⁴, aparecem vinculados ao discurso da visão como auxiliares na confirmação das provas¹¹⁵.

O modo privilegiado de análise do discurso da visão é a epistemologia da percepção, e a relação entre os sentidos é o modo particular de funcionamento da epistemologia da percepção. Se a relação entre audição, tato e visão faz surgir o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária (ou solipsista) e soberana (ou suprema), e se a relação entre audição e visão revela ao mesmo tempo uma axiologia da hierarquia e uma estratégia de guerra, é porque há um jogo de relações entre heranças e apologia: a epistemologia da percepção (herança filosófica) aplicada ao discurso da historicidade (apologia da história) e acompanhada da crítica ao discurso da metafísica (herança filosófica) mostra que a existência do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana está associada à invisibilidade como ideal epistemológico-(im)perceptivo da metafísica, por isso na axiologia da hierarquia o ideal é a visão solitária e soberana (e quer-se também, correlativamente, a eliminação do invisível) e quanto maior a distância do ideal (a visibilidade solipsista e suprema) menor o valor ou maior a crítica (e quer-se dizer, concomitantemente, que quanto menor a proximidade do invisível, maior o valor ou menor a crítica); por isso também, na estratégia de guerra, o invisível é sempre o inimigo e a condição de auditibilidade e de inauditibilidade funciona em torno da condição de visibilidade e de invisibilidade (o audível e o inaudível somente adquirem posição na guerra, e *status* hierárquico, conforme suas relações com o visível e o invisível)¹¹⁶. O discurso da historicidade (apologia da história) é discurso da visão (alteração da ideia de senso comum de história solidária da sua definição metafísica) mediante a epistemologia da percepção (herança filosófica) como relação entre os sentidos que mostra o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana correlativo do projeto de eliminação do invisível e da descartabilidade da audição (herança filosófica: crítica da metafísica).

¹¹⁴ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade” (exceto o segundo).

¹¹⁵ Ver supra, por exemplo, no primeiro aparecimento da relação entre tato e visão, a importância do espaço como auxiliar na comprovação da visibilidade (o espaço é o veículo de passagem do tato e da audição à visão).

¹¹⁶ Isso explica substancialmente a mudança de estatuto do visível inaudível, de positivo (quando oposto ao invisível audível) para negativo (quando oposto ao visível audível) – o que não exclui, entretanto, o recurso às “provas” da epistemologia da percepção, ou à especificidade de cada exemplo.

CAPÍTULO 2 – EPISTEMOLOGIA DA PERCEPÇÃO: RELAÇÃO ENTRE VISÍVEL E INVISÍVEL

Sobre a relação entre visível e invisível

Se o discurso da historicidade é constituído pelo discurso da visão¹¹⁷ (e se o modo de análise do discurso da visão ocorre através da epistemologia da percepção¹¹⁸ como contato entre condições de visibilidade e de invisibilidade) – cujos elementos formadores são presença, espaço e especificidade¹¹⁹ –, e se o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade¹²⁰; dito de outra maneira, se a vontade do estrangeiro (apologia da história) implica o transporte de suas heranças (afirmação epistemológica e negação metafísica), então existe uma via de acesso privilegiada para o entendimento da relação entre visível e invisível: o visível é a defesa da historicidade como epistemologia da percepção (ou: a vontade do estrangeiro que carrega a herança filosófica da afirmação epistemológica) e o invisível é a crítica da metafísica (ou: a vontade do estrangeiro que transporta a herança filosófica da negação metafísica) – já que o modo de contato entre as duas heranças filosóficas é o confronto, entende-se por que há combate entre visível e invisível, ou entre discurso da historicidade como discurso da visão e discurso da metafísica¹²¹. Assim, o objetivo é a análise do discurso da visão através da epistemologia da percepção como relação entre visível e invisível: nesse sentido, duas heranças atuam conjuntamente e continua-se

¹¹⁷ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “O discurso da historicidade”, mas também “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”. Na verdade, o início do processo de comprovação da tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão remonta à identificação da visibilidade como elemento constitutivo da historicidade. Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Terceiro aparecimento da palavra ‘historicidade’: primeira apresentação via positiva” (historicidade como presença da diferença temporal específica visível) e “Quinto aparecimento da palavra ‘historicidade’: terceira apresentação via negativa” (historicidade como presença da diferença temporal visível).

¹¹⁸ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão mediante análise da epistemologia da percepção, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, principalmente “Discurso da visão como epistemologia da percepção”, mas também “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

¹¹⁹ Sobre a tese da constituição do discurso da visão como aliança entre presença, espaço e especificidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “O discurso da historicidade”.

¹²⁰ Sobre a tese de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”.

¹²¹ Sobre a metáfora do estrangeiro como modelo de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade (a vontade do estrangeiro é a apologia da história como discurso da miscigenação e suas heranças filosóficas são a afirmação epistemológica do discurso da visão e a negação metafísica como projeto de eliminação do invisível), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”, e também, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

tentando provar a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão¹²². Uma mesma ressalva: os elementos formadores do discurso da visão, presença, espaço, especificidade, apesar de aparecerem recorrentemente, exercendo o papel de auxílio das provas, não serão abordados de maneira específica¹²³.

Da relembração da epistemologia da percepção como relação entre os sentidos, quer dizer, da análise das relações entre audição, tato e visão (sabe-se que o olfato e o paladar não aparecem na epistemologia da percepção)¹²⁴, especialmente das complexas, recorrentes e fundamentais relações entre audição e visão como contato entre condições de visibilidade (e de invisibilidade) e de auditibilidade (e de inauditibilidade) expresso pelas relações entre invisível e inaudível, invisível e audível, visível e inaudível, visível e audível mediante aliança do modelo de inteligibilidade da axiologia da hierarquia e da estratégia de guerra¹²⁵, a retenção de duas observações fazem-se necessárias: primeiro, o fato de que as relações internas ou imanentes a cada sentido não foram descritas (e este realmente não era o escopo)¹²⁶; segundo, a constatação de que o ideal epistemológico-perceptivo é a visão solitária e soberana¹²⁷. Estas duas observações, respectivamente uma restrição e uma conclusão, serão unidas através da descrição do aparecimento e do funcionamento do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana no discurso em função da análise da relação interna à visão como contato entre condição de visibilidade e de invisibilidade ou entre visível e invisível – e a inseparabilidade do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana de seu avesso, o projeto de eliminação do invisível, é a união das duas heranças filosóficas opostas, a afirmação epistemológica e a negação metafísica, aplicadas à vontade do estrangeiro, a apologia da história¹²⁸.

¹²² Sobre a comprovação da tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão, objetivo explícito do capítulo anterior, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, especialmente “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

¹²³ Sobre a mesma ressalva da utilização dos elementos formadores do discurso da visão, presença, espaço e especificidade, como auxiliares na comprovação das provas, mas sem tratamento direto, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e também “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

¹²⁴ Sobre a tese da inexistência do olfato e do paladar na epistemologia da percepção, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Sobre a relação entre os sentidos”.

¹²⁵ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, especialmente “O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana” (sobre as relações entre audição, tato e visão) e “Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra” (sobre as relações entre audição e visão).

¹²⁶ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Sobre a relação entre os sentidos”.

¹²⁷ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, especialmente “O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana”.

¹²⁸ Sobre a constituição do discurso da historicidade (vontade do estrangeiro: apologia da história) como inseparabilidade entre ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (herança filosófica: afirmação epistemológica) e projeto de eliminação do invisível (herança filosófica: negação metafísica), ver

A aliança entre o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana e a relação entre visível e invisível aparece mediante dois gabaritos de inteligibilidade, a pedagogia da visão e a constatação da visão, e uma exposição da tipologia da visibilidade.

A pedagogia da visão é um processo educativo do movimento do olhar. Existe uma trajetória que vai da cegueira ou da ilusão até a visão absoluta ou total. Da aparência, como ilusão ou imaginação, como horizontalidade, surge a necessidade de outra visão, diferente e específica, que implica uma conversão do olhar como saber-ver, visão ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, porque imposição de ver mais, com maior minúcia, visão da proximidade como verticalidade. Duas são as lições desta educação da visão: primeiro, a vontade da visão absoluta ou total como desejo de ver tudo, como necessidade da onipresença da visão – e podemos então entender como o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana aparece e funciona -; e segundo, a cegueira ou a invisibilidade como condição provisória, como imperativo de busca da visão específica e absoluta ou total – e aí podemos compreender como aparece e funciona a relação entre visível e invisível.

Esta pedagogia da visão tem um correlato na demonstratividade da argumentação como constatação da visão. Há uma estrutura de argumentação cuja lógica de demonstração segue um percurso de constatação definido: da crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, que aparece como projeto de eliminação do invisível, à permanência no visível como defesa da visão solitária e soberana, até a vontade de visão absoluta ou total cujo perigo é a unicidade (ou igualdade) da visão.

Da conjunção destes dois gabaritos de inteligibilidade, a pedagogia da visão e a constatação da visão, é possível estabelecer uma tipologia da visibilidade. Existem três visibilidades reconhecidas: uma, não-discursiva, dos objetos; e duas discursivas, a primeira, explícita, intencional, imediata, dos signos, da horizontalidade – e percebemos a aparência como ilusão -, a segunda, manifesta, anônima, específica, dos enunciados, da verticalidade – e notamos a visão minuciosa.

A pedagogia da visão

A pedagogia da visão é uma educação do olhar ou um saber-ver cujo funcionamento segue a trajetória da passagem da aparência ou da visão imediata como ilusão ou imaginação à visão diferente ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia, em que a

supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

invisibilidade é uma condição provisória ou transitória, até a visão absoluta ou total como vontade de ver tudo, que carrega o perigo da unicidade da visão. O escopo é mostrar ou provar a disseminação epistemológica desta pedagogia da visão segundo a cronologia dos fatos sem recorrer à exaustividade como esgotamento: por isso, o destaque e a análise de dezesseis aparecimentos mediante unidades simples (parágrafos) ou blocos textuais (como conjuntos argumentativos exemplares).

O primeiro aparecimento da pedagogia da visão está localizado logo no início de **A arqueologia do saber**, do primeiro ao oitavo parágrafo da “Introdução”. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é a dupla constatação inversa, da passagem da descontinuidade à continuidade na história propriamente dita e da passagem da continuidade à descontinuidade na história das ideias, vinculada à mesma crítica do documento, como descrição intrínseca *versus* extrínseca do monumento, cuja primeira consequência é justamente a exposição dos períodos longos na história propriamente dita e a multiplicação das rupturas na história das ideias (ver AS, p. 3-9).

No primeiro parágrafo, logo no início do texto, existe a constatação de que a história “profissional” passou de uma abordagem tradicional voltada à descontinuidade para uma análise diferente associada à continuidade:

Há dezenas de anos que a atenção dos historiadores se voltou, de preferência, para longos períodos, como se, sob as peripécias políticas e seus episódios, eles se dispusessem a revelar os equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos, os processos irreversíveis, as regulações constantes, os fenômenos tendenciais que culminam e se invertem após continuidades seculares, os movimentos de acumulação e as saturações lentas, as grandes bases imóveis e mudas que o emaranhado das narrativas tradicionais recobriria com toda uma densa camada de acontecimentos. (AS, p. 3)

No parágrafo seguinte, a constatação inversa de que a história das ideias, em sua forma tradicional direcionada à busca da continuidade, agora persegue a descontinuidade:

Ora, mais ou menos na mesma época, nessas disciplinas chamadas histórias das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura (...), nessas disciplinas que, apesar de seu título, escapam, em grande parte, ao trabalho do historiador e a seus métodos, a atenção se deslocou, ao contrário, das vastas unidades descritas como “épocas” ou “séculos” para fenômenos de ruptura. (AS, p. 4)¹²⁹

Daí a conclusão a que se chega no quarto parágrafo a partir do estabelecimento da relação de oposição entre os dois tipos de história:

Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto que a história propriamente dita, a história pura e

¹²⁹ A constatação de que a história das ideias persegue a descontinuidade ao invés da continuidade, como fora outrora, aparece no segundo e no terceiro parágrafos. Ver AS, p. 4-6.

simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos. (AS, p. 6)

Então, no quinto parágrafo, o abalo da argumentação que levava logicamente à conclusão da oposição entre as transformações simultâneas e inversas:

Mas que este entrecruzamento não nos *iluda*. Não *imaginemos*, com fé nas *aparências*, que algumas das disciplinas históricas caminham do contínuo ao descontínuo, enquanto que outras iam do formigamento das descontinuidades às grandes unidades ininterruptas; não *imaginemos* que, na análise da política, das instituições ou da economia, fomos cada vez mais sensíveis às determinações globais, mas sim que, na análise das ideias e do saber, prestamos uma atenção cada vez maior aos jogos da diferença; não acreditemos que, ainda uma vez, essas duas grandes formas de descrição se cruzaram sem se reconhecerem. (AS, p. 6-7, grifo nosso)

E no sexto parágrafo a explicação deste cruzamento de reconhecimento: “Na verdade, os problemas colocados são os mesmos, provocando, entretanto, na superfície, efeitos inversos. Pode-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do *documento*.” (AS, p. 7) A crítica do documento, comum à história das ideias e à história propriamente dita como recusa de uma forma tradicional de análise a partir da defesa de uma abordagem diferente, é o trabalho intrínseco (*versus* extrínseco, portanto dualista ou binário) do documento:

Ora, por uma mutação que não data de hoje [1969], mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (AS, p. 7)

No sétimo parágrafo, a síntese da crítica do documento como abandono da história como memória:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias [1969], a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (AS, p. 8)¹³⁰

Por fim, no oitavo parágrafo, o retorno diferente aos três primeiros parágrafos, mediante a identificação da crítica do documento com os dois tipos de história: “Isso [a crítica do

¹³⁰ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e audível (sobre a oposição entre documento e monumento como dominação do invisível audível em relação à subordinação do visível inaudível).

documento] tem várias consequências. Inicialmente, o efeito de superfície que já se assinalou: a multiplicação das rupturas na história das ideias, a exposição dos períodos longos na história propriamente dita.” (AS, p. 8) Na verdade, o que une os dois tipos de história através da crítica do documento é a oposição entre uma abordagem tradicional e uma análise atual, crítica em relação à primeira:

O aparecimento dos períodos longos na história de hoje [1969] não é um retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações; é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries. Ora, na história das ideias, do pensamento e das ciências, a mesma mutação provocou um efeito inverso: dissociou a longa série constituída pelo progresso da consciência, ou a teleologia da razão, ou a evolução do pensamento humano; pôs em questão, novamente, os temas da convergência e da realização; colocou em dúvida as possibilidades da totalização. Ela ocasionou a individualização de séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear. (AS, p. 9)

O conjunto da argumentação composta pela crítica do documento e sua primeira consequência (aparência anterior e posterior à crítica) é uma pedagogia da visão. Primeiro, porque percorre a trajetória de ensino da visão: da aparência, como ilusão ou imaginação, até a visão total ou absoluta, como vontade de ver tudo, passando pela necessidade de ver mais e com maior minúcia, em que a invisibilidade ou a cegueira é apenas uma condição provisória, existe o tema do saber-ver. A conclusão da oposição irrestrita entre a história propriamente dita como busca da continuidade e a história das ideias como perseguição da descontinuidade “parece” legítima até o quarto parágrafo¹³¹; entretanto, o quinto parágrafo revela que ela é uma aparência como ilusão ou imaginação, já que a oposição é apenas “superficial”, e a crítica do documento tem por função exatamente unir os dois tipos de história. Esta é a lição da necessidade de ver mais, com maior minúcia: aquilo que não se vê, o invisível, é apenas a provisoriedade de uma condição transitória. E o erro em supor uma total separação e oposição entre a história propriamente dita e a história das ideias tem uma razão: a remissão do visto ao invisível (ainda não-visto). Surge, então, o projeto de eliminação do invisível, que é sempre um erro, seja devido à “pressa” da interpretação, seja devido à “prisão” da provisoriedade. Quando percebemos o que une a história propriamente dita e a história das ideias, a crítica do documento, então voltamos ao “efeito de superfície”, que opôs os dois tipos de história, entendido agora justamente como consequência da crítica: alcançamos a visibilidade total ou absoluta, porque vemos que é a mesma crítica a um modelo tradicional que permite compreender a razão pela qual pudéramos supor a total oposição entre os dois tipos de

¹³¹ Não é indiferente o fato de que o sinal de um asterisco logo após o final do quarto parágrafo encerra a primeira divisão da “Introdução” (é o fim da fase da aparência como ilusão ou imaginação). Ver AS, p. 6.

história, quer dizer, o “círculo se fechou”. Esta vontade de visibilidade total ou absoluta é a verdadeira lição de visão. Segundo, porque existe a performatividade da visão: o que se diz, e o que se defende, a necessidade de passar da aparência à visão minuciosa, em que a invisibilidade é uma condição provisória como imperativo de ver mais, e desta à visão absoluta ou total, é o que se faz efetivamente.

O segundo aparecimento da pedagogia da visão está situado no décimo-primeiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da quarta consequência da crítica do documento, a análise de certo número de problemas metodológicos que caracterizam a história nova (ver AS, p. 12-3).

A história nova é caracterizada por uma série de problemas metodológicos como escolhas múltiplas que indicam plurais direções:

Entre eles [certo número de problemas metodológicos], pode-se citar: a constituição de *corpus coerentes* e homogêneos de documentos (*corpus* abertos ou fechados, acabados ou indefinidos), o estabelecimento de um princípio de escolha (conforme se queira tratar exaustivamente a massa documental, ou se pratique uma amostragem segundo métodos de levantamento estatístico, ou se tente determinar, antecipadamente, os elementos mais representativos); a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes (no material estudado, pode-se salientar as indicações numéricas; as referências – explícitas ou não – a acontecimentos, a instituições, a práticas; as palavras empregadas, com suas regras de uso e os campos semânticos por elas traçados, ou ainda, a estrutura formal das proposições e os tipos de encadeamento que as unem); a especificação de um método de análise (tratamento quantitativo dos dados, decomposição segundo um certo número de traços assinaláveis, cujas correlações são estudadas, decifração interpretativa, análise das frequências e das distribuições); a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado (regiões, períodos, processos unitários); a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto (pode tratar-se de relações numéricas ou lógicas; de relações funcionais, causais, analógicas; pode tratar-se da relação significante-significado). (AS, p. 12-3)

A pedagogia da visão aparece mediante a caracterização da fase da necessidade de ver com minúcia e através do aceno para a vontade de visibilidade total ou absoluta. A necessidade de ver com minúcia é a visão específica, já que cada escolha determina a direção do olhar, e a visão diferente, visto que existem múltiplas direções do olhar. O inventário das múltiplas visões específicas diferentes, através da descrição exaustiva da complexidade (dos problemas metodológicos), indica a vontade de visibilidade total ou absoluta.

O terceiro aparecimento da pedagogia da visão está presente no vigésimo-primeiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da terceira observação esclarecedora, sobre a definição do método de análise histórica liberado do tema antropológico (ver AS, p. 18-9).

A trajetória de pesquisa de Foucault, de **História da loucura** até **A arqueologia do saber**, passando pelo **Nascimento da clínica** e por **As palavras e as coisas**, indica o caminho da cegueira ao “esclarecimento”, quanto à definição do método de análise histórica isento da antropologia:

As pesquisas sobre a loucura e o aparecimento de uma psicologia, sobre a doença e o nascimento de uma medicina clínica, sobre as ciências da vida, da linguagem e da economia, foram tentativas de certa forma *cegas*: mas elas se *esclareciam* sucessivamente, não somente porque *precisavam, pouco a pouco*, seu método, mas porque descobriram – neste debate sobre o humanismo e antropologia – o ponto de sua possibilidade histórica. (AS, p. 18-9, grifo nosso)

A pedagogia da visão aparece como percurso da cegueira (ou invisibilidade como condição provisória), passando pela necessidade de ver mais, minuciosamente, até a visibilidade total ou absoluta. Notemos, além disso, a importância da estratégia de guerra (debate sobre humanismo e antropologia) para a trajetória da pedagogia da visão¹³².

O quarto aparecimento da pedagogia da visão está localizado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação de uma série de problemas da descrição de relações legítimas entre enunciados (ver AS, p. 35).

Uma das séries de problemas da descrição das relações entre enunciados no campo do discurso mostra a visão como aparência: “... [uma série de problemas se refere] às relações que podem ser legitimamente descritas entre (...) enunciados, deixados em seu agrupamento *provisório e visível*.” (AS, p. 35, grifo nosso) A provisoriedade desta aparência é a ilusão representada pela dúvida metódica como constante suspensão das evidências: “Tive o cuidado de não admitir como válida nenhuma dessas unidades que me podiam ser propostas e que o hábito punha à minha disposição.” (AS, p. 35)¹³³ A pedagogia da visão aparece mediante o esclarecimento da aparência como ilusão que indica, conseqüentemente, a necessidade de ver mais e diferentemente (e neste percurso, a invisibilidade é uma condição transitória).

O quinto aparecimento da pedagogia da visão está situado no segundo parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da legitimidade da

¹³² A estratégia de guerra é a definição da singularidade através da exterioridade das vizinhanças, mas também a crítica do discurso da metafísica (a própria performatividade da pedagogia da visão já é uma estratégia de guerra).

¹³³ Sobre o trabalho negativo de suspensão das unidades imediatamente aceitas, ver especialmente do segundo ao oitavo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”: AS, p. 23-30.

descrição de relações entre enunciados considerados em grupamentos provisórios, familiares e insistentes (ver AS, p. 35-6).

A problematização das unidades estudadas em **História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**, através da dúvida metódica¹³⁴, leva à definição da aparência como ilusão:

Será que [as unidades que aparecem] não passam de um reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas se *iludem* sobre seu próprio passado? São formas que se instauraram definitivamente e se desenvolveram soberanamente através do tempo? Encobrem outras unidades? E que espécie de laços reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática? (AS, p. 36, grifo nosso)

A pedagogia da visão aparece como passagem da aparência como ilusão para a visão diferente, como necessidade de ver mais e com maior minúcia – e a invisibilidade é apenas uma condição provisória nesta trajetória.

O sexto aparecimento da pedagogia da visão está presente no segundo parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do questionamento da eficácia descritiva das formações discursivas para a definição de unidades (ver AS, p. 78-9).

A recapitulação de toda segunda parte como repetição sintética ou reconstrução sumária é uma pedagogia da visão. Primeiro, a lembrança da crítica da aparência como ilusão: “De início, eu havia questionado as unidades preestabelecidas segundo as quais escandimos tradicionalmente o domínio indefinido, monótono, abundante do discurso.” (AS, p. 78) Depois, a presença da visão diferente em que a invisibilidade é uma condição provisória:

Entretanto – e é neste ponto que todas as análises precedentes parecem bastante problemáticas -, seria necessário sobrepor a essas unidades, talvez na verdade um pouco incertas, uma outra categoria de *unidades menos visíveis*, mais abstratas e, sem dúvida, bem mais problemáticas? (AS, p. 78, grifo nosso)

Então, a existência da visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia:

Por que, então, proceder a reagrupamentos tão duvidosos justamente no momento em que se problematizam aqueles que pareciam os mais evidentes? Que domínio novo se espera descobrir? Que relações permanecem ainda obscuras ou implícitas? Que transformações ainda permaneceram fora do alcance dos historiadores? Em suma, que eficácia descritiva se pode atribuir a essas novas análises? (AS, p. 78)

Por fim, a vontade de visibilidade absoluta ou total:

¹³⁴ Ver o início deste segundo parágrafo.

Tentarei responder a todas essas perguntas mais adiante. Mas é preciso, desde já, responder a uma questão primordial em relação às análises ulteriores, e terminal em relação às precedentes: na verdade, tem-se o direito de falar de unidades a propósito das formações discursivas que tentei definir? O recorte que se propõe é capaz de individualizar conjuntos? E qual é a natureza da unidade assim descoberta ou construída? (AS, p. 79)

O sétimo aparecimento da pedagogia da visão está localizado no quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como átomo do discurso (ver AS, p. 90).

A definição do enunciado em relação à retrospectiva crítica da análise das formações discursivas mostra a etapa da aparência como ilusão em função da trajetória da pedagogia da visão:

À primeira vista, o enunciado *aparece* como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de grupamentos; como um grão que *aparece* na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (AS, p. 90, grifo nosso)

O uso da expressão “à primeira vista” é a referência à aparência – que se revelará como ilusão diante do prosseguimento do texto como necessidade de visão diferente, ver mais e minuciosamente¹³⁵.

O oitavo aparecimento da pedagogia da visão está situado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da possibilidade de reciprocidade entre a individualização dos enunciados e a demarcação dos atos de formulação (ver AS, p. 93-4)¹³⁶.

Existe a suposição da identificação entre o enunciado e o ato de formulação:

Pode-se (...) supor que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação: cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos. Existiriam um pelo outro e em uma exata reciprocidade. (AS, p. 94)

Esta suposição surgira como aparência: “Permanece uma última possibilidade [de correspondência para o enunciado]: *à primeira vista*, a mais verossímil de todas.” (AS, p. 93, grifo nosso) Mas esta aparência, representada pela expressão “à primeira vista”, é uma ilusão

¹³⁵ Para acompanhar o desenvolvimento da crítica da aparência como ilusão (enunciado como átomo do discurso), mediante a visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia (enunciado como função de existência), ver os parágrafos seguintes até o final deste capítulo: AS, p. 91-9.

¹³⁶ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto e o quinto aparecimento da relação entre visível e audível.

cuja crítica, como visão diferente que necessita ver mais e minuciosamente, está presente no parágrafo imediatamente seguinte¹³⁷.

O nono aparecimento da pedagogia da visão está presente no décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da formação do enunciado como crítica ao limiar de existência dos signos (ver AS, p. 97-8).

O enunciado não existe da mesma forma que a mera existência de signos: não basta “... qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado *apareça* e passe a existir.” (AS, p. 98, grifo nosso) Da aparência, como visão imediata, portanto ilusão, surge a necessidade da conversão do olhar como saber-ver, a visão diferente, como ver mais e com maior minúcia. É por isso que os exemplos de tentativa de identificação do enunciado à mera existência de signos são hipóteses recusadas que aparecem mediante uma expressão de minúcia da visão: “*Olhando-se mais de perto*, esses dois exemplos (caracteres de chumbo e signos por mim traçados) não podem ser inteiramente superpostos.” (AS, p. 97, grifo nosso)¹³⁸

O décimo aparecimento da pedagogia da visão está localizado no décimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da dissociação entre o sujeito do enunciado e o emissor de signos com uma intenção de significação (ver AS, p. 105-6).

O surgimento da possibilidade da identificação do sujeito do enunciado com o produtor de signos com intenção de significação ocorre através de expressão típica da aparência, “à primeira vista”: “De uma maneira geral, *parece*, pelo menos *à primeira vista*, que o sujeito do enunciado é precisamente aquele que produziu seus diferentes elementos com uma intenção de significação.” (AS, p. 106, grifo nosso)¹³⁹ Esta aparência é uma ilusão, como generalização, que remete à necessidade de uma visão diferente: “Entretanto, as coisas não são tão simples.” (AS, p. 106) Esta visão diferente é específica, um apelo à minúcia, ver mais e minuciosamente:

Sabe-se que, em um romance, o autor da formulação é o indivíduo real cujo nome figura na capa do livro (ainda se coloca o problema dos elementos dialogados e das frases que se referem ao pensamento de um personagem; ainda se coloca o problema dos textos publicados sob pseudônimo: e

¹³⁷ Ver o décimo parágrafo para a compreensão das razões da impossibilidade de estabelecimento de relação biunívoca entre o conjunto dos enunciados e o dos atos ilocutórios: AS, p. 94-5. A própria performatividade da pedagogia da visão no caminho do nono ao décimo parágrafo atesta esta passagem da aparência como ilusão até a visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia.

¹³⁸ Sobre os dois exemplos hipotéticos recusados, ver o décimo-terceiro e o décimo-quarto parágrafos: AS, p. 96-8.

¹³⁹ Notemos que a aparência está vinculada diretamente à generalização como indiferenciação.

sabemos todas as dificuldades que esses desdobramentos suscitam para os defensores da análise interpretativa quando querem relacionar, de uma só vez, todas essas formulações ao autor do texto, ao que ele queria dizer, ao que pensava, enfim, ao grande discurso mudo, inaparente e uniforme sobre o qual se apóia toda essa pirâmide de níveis diferentes); mas, até foras dessas instâncias de formulação que não são idênticas ao indivíduo-autor, os enunciados do romance não têm o mesmo sujeito, conforme dêem, como se fosse do exterior, os marcos históricos e espaciais da história contada, ou descrevam as coisas como as veria um indivíduo anônimo, invisível e neutro, magicamente misturado às figuras da ficção, ou ainda dêem, como se fosse por decifração interior e imediata, a versão verbal do que, silenciosamente, experimenta um personagem. (AS, p. 106)¹⁴⁰

A partir da visão específica é possível chegar à visibilidade absoluta ou total:

Esses enunciados, ainda que o autor seja o mesmo, ainda que só os atribua a si, ainda que não invente *relais* suplementar entre o que ele é e o texto que se lê, não supõem para o sujeito enunciante os mesmos caracteres; não implicam a mesma relação entre o sujeito e o que ele está enunciando. (AS, p. 106)

A pedagogia da visão é este caminho da aparência como ilusão (associada à generalização) à visibilidade absoluta ou total, passando pela visão diferente como minúcia (vinculada à especificidade) – e a invisibilidade é apenas a provisoriade de uma condição que desaparece ao final do percurso.

O décimo-primeiro aparecimento da pedagogia da visão está situado no décimo-quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da tentativa de aliança entre a análise das formações discursivas e a descrição dos enunciados (ver AS, p. 131-3).

A tentativa de união entre a análise das formações discursivas e a descrição dos enunciados é ocasião para a pedagogia da visão:

É importante dar uma resposta a essa questão, pois é neste ponto que o empreendimento a que me liguei, há tantos anos, e que havia desenvolvido de maneira um tanto ou quanto *cega*, mas cujo perfil geral tento agora retomar – livre para reajustá-lo, livre para retificar-lhe erros ou imprudências -, deve *fechar seu círculo*. (AS, p. 131-2, grifo nosso)

Em relação ao livro **A arqueologia do saber**, a obra anterior, especialmente **História da loucura**, **Nascimento da clínica** e **As palavras e as coisas**, representa a saída progressiva da cegueira em direção à visibilidade absoluta ou total (o “fechamento do círculo”, cuja possibilidade é anunciada através da tentativa de união entre a análise das formações

¹⁴⁰ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quinto aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre como a crítica à interpretação, expressão da dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível, está associada à crítica à aparência como necessidade da visão diferente e minuciosa, quer dizer, a análise interpretativa é a ilusão que aparece e que precisa da minúcia da visão como apelo à especificidade).

discursivas e a descrição dos enunciados). Antes, porém, deste “fechamento do círculo”, existe a necessidade da minúcia da visão, mediante o esclarecimento do procedimento:

Não procedo por dedução linear, mas por *círculos concêntricos*, e vou ora na direção dos mais exteriores, ora na dos mais interiores: partindo do problema da descontinuidade no discurso e da singularidade do enunciado (tema central), procurei analisar, na periferia, certas formas de grupamentos enigmáticos; mas os princípios de unificação com que me deparei, e que não são nem gramaticais, nem lógicos, nem psicológicos e que, por conseguinte, não podem referir-se nem a frases, nem a proposições, nem a representações, exigiram que eu voltasse, para o centro, ao problema do enunciado e que tentasse elucidar o que é preciso entender por enunciado. (AS, p. 132, grifo nosso)

Justamente este método por círculos concêntricos permitirá alcançar a visibilidade absoluta ou total:

E considerarei, não que eu tenha construído um modelo teórico rigoroso, mas que tenha liberado um domínio coerente de descrição – do qual, se não estabeleci o modelo, pelo menos abri e preparei a possibilidade – se tiver conseguido “*fechar o círculo*” e mostrar que a análise das formações discursivas está bem centrada na descrição do enunciado em sua especificidade. Em suma, se tiver conseguido mostrar que as dimensões próprias do enunciado é que estão utilizadas na demarcação das formações discursivas. (AS, p. 132-3, grifo nosso)¹⁴¹

O próprio método de **A arqueologia do saber**, quer dizer, sua performatividade, é uma pedagogia da visão: aquilo que aparece precisa sempre da busca da minúcia para que haja a visibilidade absoluta ou total (o “fechamento do círculo”). E cada círculo remete ao mesmo procedimento, tanto internamente, quanto em relação aos outros círculos: é por isso que o primeiro círculo (a análise das formações discursivas) está associado ao segundo (a descrição dos enunciados) e os dois ao terceiro (a aplicação da união entre análise das formações discursivas e descrição dos enunciados à história das ideias)¹⁴².

O décimo-segundo aparecimento da pedagogia da visão está presente no vigésimo-primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do estabelecimento de uma positividade (ver AS, p. 144).

¹⁴¹ Para entender o estabelecimento efetivo da aliança entre a análise das formações discursivas e a descrição dos enunciados é preciso ver os parágrafos seguintes, do décimo-quinto até o vigésimo: AS, p. 133-6.

¹⁴² Este décimo-quarto parágrafo é de uma importância capital para o entendimento de toda estrutura de argumentação de **A arqueologia do saber**, não só porque elucida o método (procedimento por círculos concêntricos), mas também porque permite compreender a relação entre as partes que compõem o livro. A união da segunda parte, “As regularidades discursivas”, em que são definidas as formações discursivas, e da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, em que existe a definição do enunciado, permite a aplicabilidade da arqueologia (que é justamente a aliança entre análise das formações discursivas e descrição dos enunciados) à história das ideias, na quarta parte, “A descrição arqueológica”. Há uma pedagogia da visão, como caminho da aparência como ilusão ou cegueira até a visibilidade absoluta ou total, passando pela visão diferente como minúcia, que atravessa cada parte e possibilita também entender a relação entre as partes.

A aliança entre a análise das formações discursivas e a descrição dos enunciados e a relação entre raridade, exterioridade e acúmulo permitem estabelecer uma positividade:

Analisar uma formação discursiva é (...) tratar um conjunto de performances verbais, ao nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso. Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente. (AS, p. 144)

O estabelecimento da positividade é uma pedagogia da visão que remete à etapa da cegueira: “E não estou desgostoso por ter, várias vezes (se bem que de maneira ainda um pouco *cega*), empregado o termo positividade para designar, de longe, a meada que tentava desenrolar.” (AS, p. 144, grifo nosso) Novamente, a obra anterior de Foucault corresponde à ilusão de uma aparência cega que precisou ver mais através da visão minuciosa para chegar à visibilidade absoluta ou total – quer dizer, em **A arqueologia do saber**, a positividade assume sua definição de forma explícita e literalmente visível, seja em relação à obra anterior, seja em função de sua trajetória interna.

O décimo-terceiro aparecimento da pedagogia da visão está localizado no segundo parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da separação e da diferença entre análise arqueológica e história das ideias (ver AS, p. 156).

A medição da eficácia descritiva da arqueologia oscila entre a descoberta da novidade e a remissão ao já existente – e a aparência é dúvida: “Agi como se descobrisse um domínio novo e como se, para descrevê-lo, tivesse necessidade de medidas e marcos inéditos. Mas, na verdade, não me alojei exatamente no espaço que se conhece bem, e há muito, sob o nome de ‘história das ideias’?” (AS, p. 156) Se, de fato, a arqueologia faz parte da história das ideias, então o arqueólogo é um historiador das ideias envergonhado ou presunçoso – e a aparência é fuga: “Se minha intenção tivesse sido *não desviar os olhos dele* [do espaço da história das ideias], será que nele não encontraria, já preparado e analisado, tudo que buscava? No fundo, talvez eu não passe de um historiador das ideias, mas envergonhado ou, se quiserem, presunçoso.” (AS, p. 156, grifo nosso) A explicação da vergonha ou da presunção mostra que a aparência é ilusão:

Um historiador das ideias que quis renovar inteiramente sua disciplina; que desejou, sem dúvida, dar-lhe o rigor que tantas outras descrições, bastante próximas, adquiriram recentemente; mas que, incapaz de modificar realmente a velha forma de análise, incapaz de fazer com que transpusesse o limiar da cientificidade (quer porque tal metamorfose jamais seja possível, quer porque não tenha tido forças para operar ele mesmo essa transformação), declara, para *iludir*, que sempre fez e quis fazer outra coisa. (AS, p. 156, grifo nosso)

A aparência (de novidade) é uma ilusão (já que remete ao já existente como tentativa de renovação fracassada): “Toda essa nova nebulosidade serviu para *esconder* o fato de que permanecemos na mesma paisagem, ligados a um velho solo gasto até a miséria.” (AS, p. 156, grifo nosso) Mas então a reafirmação da aparência inicial (arqueologia como novidade) mostra que o verdadeiro perigo da ilusão seria justamente identificar arqueologia e história das ideias: “Eu não teria o direito de estar tranquilo enquanto não me separasse da ‘história das ideias’, enquanto não mostrasse em que a análise arqueológica se diferencia de suas descrições.” (AS, p. 156) A pedagogia da visão é a possibilidade de identificação do perigo da ilusão da aparência, que somente ocorre quando há minúcia da visão diferente como necessidade de ver mais¹⁴³.

O décimo-quarto aparecimento da pedagogia da visão está situado no segundo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição das originalidades mediante o problema metodológico da sequência (ver AS, p. 162-3).

Para a história das ideias, a descrição das originalidades supõe que a sequência seja homogeneidade:

Essa descrição das originalidades, se bem que *pareça evidente*, coloca dois problemas metodológicos bem difíceis: o da semelhança e o da sequência. Supõe, na verdade, que se possa estabelecer uma espécie de grande série única em que cada formulação seja datada segundo marcos cronológicos homogêneos. (AS, p. 162-3, grifo nosso)

Esta aparência, como evidência, é uma ilusão combatida pela necessidade da visão diferente, da minúcia e da especificidade:

Mas, se *olharmos mais de perto*, será que foi da mesma forma e na mesma linha temporal que Grimm, com sua lei das mutações vocálicas, precedeu Bopp (que a citou, a usou, lhe deu aplicações e lhe impôs ajustamentos) e que Coeurdoux e Anquetil-Duperron (constatando analogias entre o grego e o sânscrito) anteciparam a definição das línguas indo-européias e precederam os fundadores da gramática comparativa? (AS, p. 163, grifo nosso)¹⁴⁴

Então, mediante a minúcia da visão que combate a ilusão da aparência, surge a possibilidade da visibilidade absoluta ou total:

A precedência não é um dado irredutível e primeiro; não pode desempenhar o papel de medida absoluta que permitiria avaliar qualquer discurso e distinguir o original do repetitivo. Não basta a demarcação dos antecedentes para

¹⁴³ É em função da necessidade de ver mais, minuciosamente, como visão diferente, que os próximos quatro capítulos da quarta parte serão dedicados à diferenciação entre arqueologia e história das ideias, em relação à determinação de novidade (“O original e o regular”), à análise das contradições (“As contradições”), às descrições comparativas (“Os fatos comparativos”) e à demarcação das transformações (“A mudança e as transformações”). Ver AS, p. 171-200.

¹⁴⁴ Este tema da gramática geral tem relação direta com **As palavras e as coisas**.

determinar uma ordem discursiva: ela se subordina, ao contrário, ao discurso que se analisa, ao nível que se escolhe, à escala que se estabelece. Estendendo o discurso ao longo de um calendário e dando uma data a cada um de seus elementos, não se obtém a hierarquia definitiva das precedências e das originalidades; esta só se refere aos sistemas dos discursos que tenta valorizar. (AS, p. 163)

O décimo-quinto aparecimento da pedagogia da visão está presente no segundo parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da mudança na visão das coisas (ver AS, p. 191).

A passagem do primeiro ao terceiro parágrafo mostra o caminho da pedagogia da visão, da apresentação das críticas à arqueologia (aparência como ilusão), a sincronia das positivities e a instantaneidade das substituições¹⁴⁵, à resposta às críticas (visibilidade absoluta ou total)¹⁴⁶, passando pela minúcia da visão como menção da necessidade de ver mais: “É preciso, no entanto, *observar as coisas mais de perto*.” (AS, p. 191, grifo nosso)

O décimo-sexto aparecimento da pedagogia da visão está localizado no décimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como apresentação da vantagem secundária e da vantagem maior do jogo de incompreensões e de deslocamentos (ver AS, p. 231-2).

No diálogo consigo mesmo, o interlocutor como inimigo discursivo estabelece um jogo coerente de deslocamentos e de incompreensões¹⁴⁷ que comporta duas vantagens. A vantagem secundária:

(...) poder dirigir-se em diagonal a todas as formas de estruturalismos que é preciso tolerar – e às quais já foi preciso ceder tanto – e lhes dizer: “*Vejam a que vocês se exporiam se tocassem nos domínios que ainda são os nossos; os procedimentos que vocês adotam, e que talvez tenham em outro lugar alguma validade, aí reencontrariam logo seus limites; eles deixariam escapar todo o conteúdo concreto que vocês queriam analisar; vocês seriam obrigados a renunciar a seu empirismo prudente; e vocês cairiam, contra a vontade, em uma estranha ontologia da estrutura. Tenham, pois, a prudência de se manter nos domínios que, sem dúvida, conquistaram, mas que fingiremos, de agora em diante, haver concedido a vocês, já que nós próprios fixamos-lhes os limites.*” (AS, p. 231, grifo nosso)

Depois, a vantagem maior:

(...) ela consiste, é claro, em mascarar a crise em que estamos envolvidos há muito tempo e cujo âmbito não pára de crescer: crise em que estão comprometidas a reflexão transcendental com a qual se identificou a filosofia desde Kant; a temática da origem, da promessa do retorno pela qual evitamos a diferença de nosso presente; um pensamento antropológico que consagra

¹⁴⁵ Ver o primeiro parágrafo: AS, p. 190-1.

¹⁴⁶ Ver do terceiro ao sexto parágrafo (para primeira resposta): AS, p. 191-3; e do sétimo ao décimo-quinto parágrafo (para segunda resposta): AS, p. 194-200.

¹⁴⁷ Sobre os quatro componentes do jogo de incompreensões e de deslocamentos, ver o nono parágrafo: AS, p. 230-1.

todas as interrogações à questão do ser do homem, e permite evitar a análise da prática; todas as ideologias humanistas; e – enfim e sobretudo – o *status* do sujeito. É esse debate que você sonha mascarar e de que espera, creio, desviar a atenção, prosseguindo os jogos agradáveis da gênese e do sistema, da sincronia e do devir, da relação e da causa, da estrutura e da história. (AS, p. 231-2, sublinhado nosso)

A aparência é a ilusão (crise mascarada pela vantagem secundária) que necessita da visão diferente (crise desmascarada pela vantagem maior) como minúcia: há uma conversão do olhar como necessidade de ver mais e com maior minúcia – a própria performatividade do texto é uma pedagogia da visão.

Sobre a pedagogia da visão, é preciso ver infra também o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto, o oitavo, o nono, o décimo-primeiro, o décimo-quarto, o décimo-sexto, o décimo-oitavo e o décimo-nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão; e o segundo, o quarto e o quinto aparecimento da tipologia da visibilidade.

A estrutura de argumentação da constatação da visão

A estrutura de argumentação da constatação da visão é uma mecânica de funcionamento que tem etapas sucessivas encadeadas: da crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível nasce o projeto de eliminação do invisível; resta, então, a defesa da permanência no visível como visão solitária e soberana¹⁴⁸ que coincide com a identificação da efetividade, quer dizer, a constatação do visível como efetivo, dito ou escrito (o audível remete, em última instância, ao visível¹⁴⁹); a seguir, surge a possibilidade da visão absoluta ou total através do reconhecimento do limite ou da finitude, ou seja, o visível efetivo é limitado ou finito, daí a totalidade do visível; por fim, aparece o perigo da unicidade da visão como reconhecimento da igualdade, isto é, a totalidade do visível é a mesma para todos. A demonstração não exaustiva da disseminação desta estrutura de argumentação da

¹⁴⁸ Esta estrutura de argumentação da constatação da visão, da crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível como nascimento do projeto de eliminação do invisível cuja consequência é a defesa da permanência no visível como visão solitária e soberana, corresponde ao movimento conclusivo do “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”: é a união das duas heranças filosóficas, a afirmação epistemológica e a negação metafísica, aplicadas à apologia da história (ver supra especialmente “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”). A verificação e a crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível já apareceram diante da análise da relação entre os sentidos, mais especificamente quando do contato entre audição e visão (ver supra “Relação entre invisível e inaudível”, “Relação entre invisível e audível” e o décimo, o décimo-quinto e o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível). A defesa da permanência no visível como visão solitária e soberana já aparecera diante da análise da relação entre os sentidos, por exemplo quando do contato entre tato e visão (ver supra o primeiro e o terceiro aparecimento da relação entre tato e visão), mas especificamente quando do contato entre audição e visão (ver supra principalmente “Relação entre visível e audível”).

¹⁴⁹ Outra constatação ou conclusão advinda do “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” (ver supra especialmente “Relação entre visível e audível”).

constatação da visão segundo a cronologia dos fatos privilegiará a análise de vinte e um aparecimentos como unidades simples (parágrafos) ou como blocos textuais (conjuntos argumentativos exemplares).

O primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no sexto e no sétimo parágrafos da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da crítica do documento (ver AS, p. 7-8).

A história, em sua forma tradicional, considerava o documento como rastro decifrável do passado:

(...) [o objetivo era] reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. (AS, p. 7)

Neste sentido, a história é memória:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem (...) (AS, p. 8)

A história como memória, que trata o documento como rastro decifrável, representa a dominação do invisível (documento) em relação à subordinação do visível (monumento)¹⁵⁰.

Este mecanismo de dominação e de subordinação é combatido pela crítica do documento:

Ora, por uma mutação que não data de hoje [1969], mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (AS, p. 7)

Aqui, a história é materialidade:

(...) em nossos dias [1969], a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (AS, p. 8)¹⁵¹

¹⁵⁰ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e audível (sobre a dominação do invisível em relação à subordinação do visível como dominação do invisível audível, o documento, e subordinação do visível inaudível, o monumento).

¹⁵¹ Ver, também, sobre a história como materialidade, o final do sexto parágrafo: AS, p. 8.

A história como materialidade, que trata o documento intrinsecamente, significa a eliminação do invisível (documento) e a permanência no visível (monumento). A luta entre história como memória e história como materialidade também aparece como oposição entre arqueologia e história:

Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias [1969], se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (AS, p. 8)

Há um movimento que corresponde à estrutura de argumentação da constatação da visão: da dominação do invisível em relação à subordinação do visível para a eliminação do invisível e a permanência no visível como visão solitária e soberana¹⁵².

O segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado no décimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da terceira consequência da crítica do documento, o tema e a possibilidade de uma história geral (ver AS, p. 11-2).

A apresentação do projeto de uma história geral é a busca da visibilidade absoluta ou total:

O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries [economia, instituição, ciência, religião, literatura, etc.]; que sistema vertical podem formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir. (AS, p. 11-2)

A história geral é a vontade de visibilidade absoluta ou total: busca do quadro do visível discursivo (ciência, religião, literatura, etc.) e não-discursivo (economia, instituição, etc.). Este projeto recusa e combate o tema da história global: “Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão.” (AS, p. 12)¹⁵³ O tema da história global representa a dominação do invisível (espírito unificador) em relação à subordinação do visível (fenômenos visíveis discursivos e não-

¹⁵² Ver supra comparativamente o primeiro aparecimento da pedagogia da visão (sobre a verificação e a crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível como nascimento do projeto de eliminação do invisível cuja consequência é a permanência no visível como visão solitária e soberana, em correspondência com a etapa da necessidade de ver mais e com maior minúcia em que a invisibilidade é uma condição provisória).

¹⁵³ Ver, também, sobre o tema da história global, o início do décimo parágrafo: AS, p. 11.

discursivos)¹⁵⁴, portanto a história geral pretende eliminar o invisível (unidade do espírito) e permanecer no visível (dispersão do espaço).

O terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente do segundo ao décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é, em primeiro lugar, a apresentação do trabalho negativo de suspensão das formas prévias, certas ou imediatas de continuidade (do segundo ao oitavo parágrafo), mediante libertação do jogo de noções, tais como tradição, influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade ou espírito (segundo parágrafo); inquietação diante de certos recortes ou agrupamentos familiares, os tipos, as formas ou os gêneros de discurso (terceiro parágrafo); suspensão das unidades do livro (quarto parágrafo) e da obra (quarto e quinto parágrafos); renúncia de dois temas ligados e opostos, a origem secreta e originária e o já-dito jamais-dito (sexto parágrafo); exposição da função e do escopo do trabalho negativo de manutenção da suspensão (sétimo e oitavo parágrafos); em segundo lugar, como consequência do trabalho negativo, a análise do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos (do nono ao décimo-quarto parágrafo), através da exposição da oposição da descrição do discurso à análise da língua (nono parágrafo) e à história do pensamento (décimo parágrafo); da apresentação das utilidades do trabalho negativo de suspensão, sendo a primeira, a restituição da singularidade de acontecimento e da descontinuidade do enunciado (décimo-primeiro parágrafo), a segunda, a possibilidade de apreensão de formas de regularidade ou de tipos de relações na instância do acontecimento enunciativo (décimo-segundo parágrafo), e a terceira, a possibilidade de descrição de outras unidades (décimo-terceiro parágrafo); da definição de um recorte provisório como região inicial, as ciências humanas (décimo-quarto parágrafo) – ver AS, p. 23-34.

O esclarecimento do uso da descontinuidade na análise histórica como problema teórico para a história das ideias¹⁵⁵ começa, no segundo parágrafo, com um trabalho negativo de libertação de todo um jogo de noções (tradição, influência, desenvolvimento e evolução, mentalidade ou espírito) que tem por função diversificar o tema da continuidade:

É preciso pôr em questão (...) essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e

¹⁵⁴ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro aparecimento da palavra “historicidade” (sobre como a historicidade, vinculada ao tema da história global, aparece como redução da multiplicidade à unidade, ou dominação do invisível em relação à subordinação do visível, por isso sua apresentação é via negativa e suas características basilares surgem mediante o método da transvaloração dos valores – a apresentação e o método correspondem, respectivamente, à eliminação do invisível e à permanência no visível).

¹⁵⁵ Ver o primeiro parágrafo: AS, p. 23.

essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da *sombra* onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos. (AS, p. 24, grifo nosso)

Existe uma pedagogia da visão como saída da sombra, quer dizer, abandono da aparência como ilusão (noções que têm por tarefa diversificar o tema da continuidade) e necessidade de visão diferente (aceitação de uma população de acontecimentos dispersos). E esta pedagogia da visão também é uma estrutura de argumentação da constatação da visão: a recusa do jogo do invisível e do visível ou da dominação do invisível em relação à subordinação do visível¹⁵⁶, como eliminação do invisível, e a permanência no visível, como visão solitária e soberana.

O trabalho negativo de suspensão das formas prévias de continuidade prossegue no terceiro parágrafo, com a inquietação diante de certos recortes ou agrupamentos familiares, a distinção dos tipos ou gêneros de discursos (ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção, política, etc. – ver AS, p. 24-5), e também no quarto parágrafo, com o questionamento das unidades imediatas do livro e da obra (ver AS, p. 25-6). A mesma pedagogia da visão como passagem da aparência, como ilusão (formas prévias de continuidade), para a visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia, em que a invisibilidade da visão diferente é apenas uma condição provisória em relação à vontade de visibilidade absoluta ou total (trabalho negativo de suspensão). E a mesma estrutura de argumentação da constatação da visão, em que a crítica à dominação do invisível em relação à subordinação do visível (a lógica de funcionamento das formas prévias de continuidade) ocorre como tentativa de eliminação do invisível (trabalho negativo de suspensão) e como permanência no visível – visão solitária e soberana (visão diferente como necessidade de ver mais e minuciosamente). Em relação à unidade imediata do livro e da obra, por exemplo, primeiro existe sua apresentação como aparência ou como dominação do invisível em relação à subordinação do visível:

Aparentemente, pode-se apagá-las [as unidades imediatas do livro e da obra] sem um extremo artifício? Não são elas apresentadas da maneira mais exata possível? Individualização material do livro que ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites de seu começo e de seu fim; estabelecimento de uma obra que se reconhece e que se delimita, atribuindo um certo número de textos a um autor. (AS, p. 25, grifo nosso)

¹⁵⁶ Ver, especialmente, a crítica às noções de mentalidade ou espírito, em que a soberania de uma consciência coletiva (dominação do invisível) funciona como princípio de unidade e de explicação de fenômenos simultâneos ou sucessivos (subordinação do visível) de uma determinada época: AS, p. 24.

Então, a visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia ou a busca da eliminação do invisível e a permanência no visível (invisibilidade provisória): “E, no entanto, assim que são *observadas um pouco mais de perto*, começam as dificuldades.” (AS, p. 25, grifo nosso)¹⁵⁷

A análise crítica da obra como unidade imediata, certa e homogênea, no quinto parágrafo (ver AS, p. 26-7), é uma pedagogia da visão e uma estrutura de argumentação da constatação da visão:

Na verdade, se se fala com tanto prazer e sem maiores questionamentos sobre a “obra” de um autor, é porque a *supomos* definida por uma certa função de expressão. Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso *imaginar*) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. Mas *vê-se* logo que tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa (já que decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo) (...) (AS, p. 27, grifo nosso)

Da aparência, como ilusão ou imaginação (obra como expressão do pensamento do autor), para a visão diferente (obra não é unidade imediata, certa e homogênea), através da necessidade de ver mais e com maior minúcia (trabalho negativo de suspensão da evidência da obra), a pedagogia da visão. Da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (operação interpretativa) à eliminação do invisível e à permanência no visível (trabalho negativo de suspensão da obra como unidade imediata, certa e homogênea), a estrutura de argumentação da constatação da visão.

O trabalho negativo de suspensão prossegue, no sexto parágrafo, com a crítica de dois temas ligados e opostos, a origem secreta e originária e o já-dito jamais-dito, que têm por função garantir a continuidade (irrefletida) do discurso (ver AS, p. 27-8)¹⁵⁸:

O primeiro motivo [origem secreta e originária] condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro [já-dito jamais-dito] a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. (AS, p. 28)¹⁵⁹

Nos dois temas há dominação do invisível (origem secreta ou oculta e originária ou vazia; já-dito jamais-dito não-dito) em relação à subordinação do visível (começo aparente; discurso

¹⁵⁷ No restante deste quarto parágrafo o esclarecimento da crítica à unidade imediata do livro representa a visão diferente (como necessidade de ver mais e com minúcia) e a eliminação do invisível como permanência no visível. O mesmo processo ocorrerá no quinto parágrafo em relação à crítica da unidade imediata da obra. Ver: AS, p. 25-7.

¹⁵⁸ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e audível.

¹⁵⁹ Sobre o funcionamento dos dois temas, ver o início deste sexto parágrafo: AS, p. 27-8.

manifesto ou tudo que se diz). Notemos que para a origem secreta, o começo aparente é uma ilusão (a aparência é uma ilusão) que remete ao oculto (portanto, invisível); já para a pedagogia da visão, o jogo entre visível e invisível (remissão do começo aparente à origem secreta) é uma ilusão (a aparência é uma ilusão) que aponta, ao contrário, para a necessidade da visão diferente, minuciosa, como permanência no visível e eliminação do invisível. Então surge a crítica aos dois temas relacionados:

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos [sic], nessa pontualidade em que *aparece* e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, *escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros*. (AS, p. 28, grifo nosso)¹⁶⁰

A recusa do jogo do invisível e do visível (jogo entre ausência e presença), quer dizer, a eliminação do invisível, ocorre como permanência no visível (acolhida da irrupção de acontecimento, da pontualidade de aparecimento). Notemos que “aquilo que aparece” pode ser aparência (então, remete à ilusão do jogo entre invisível e visível) ou aparecimento (e aí implica a permanência no visível como eliminação do invisível). Esta visão solitária e soberana é específica (irrupção ou pontualidade), um apelo à singularidade: para a pedagogia da visão, a visão diferente é específica, como necessidade de minúcia. Por fim, a menção ao “discurso escondido bem longe de todos os olhares na poeira dos livros” é um traço de ironia da pedagogia da visão: a minúcia da visão específica exige paciência na busca da vontade de visibilidade absoluta ou total (e a poeira precisa ser eliminada através da coragem de um gesto visual e olfativo), e não preguiça da remissão do visível ao invisível (assim, a poeira somente crescerá na proporção da recusa em ver cada vez mais como conforto e segurança do apoio da incontestável invisibilidade).

A análise crítica das formas prévias de continuidade como manutenção em suspensão, no sétimo parágrafo, questiona o valor das unidades aceitas com evidência (ver AS, p. 29): “Será preciso tomá-las [as unidades aceitas] por *ilusões*, construções sem legitimidade, resultados mal alcançados?” (AS, p. 29, grifo nosso) A resposta a tal pergunta indica o caminho de uma pedagogia da visão:

Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase-evidência, de liberar os problemas que colocam; reconhecer que não são o lugar tranquilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões (Que são? Como defini-las ou limitá-las? A que tipos distintos de leis podem obedecer? De que articulação são suscetíveis? A que subconjuntos podem dar lugar? *Que fenômenos*

¹⁶⁰ Erro de tradução: ao invés de “acontecimentos” deveria ser “acontecimento”.

específicos fazem aparecer no campo do discurso?). Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que se acreditava que fossem à primeira vista. (AS, p. 29, grifo nosso)

Existe a passagem da aparência como ilusão (unidades aceitas com evidência, à primeira vista) à visão diferente como especificidade (aparecimento de fenômenos específicos no campo do discurso), como necessidade de ver mais e com minúcia.

O trabalho negativo de suspensão, no oitavo parágrafo, aceita as unidades inteiramente formadas com o objetivo imediato de fazer a sua crítica (ver AS, p. 29-30):

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua *aparente* familiaridade, permita fazer sua teoria. (AS, p. 30, grifo nosso)

Explicitamente, há uma pedagogia da visão: passagem da aparência como ilusão (dissipar aparente familiaridade dos conjuntos unitários aceitos) à visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia – o questionamento das unidades formadas procura saber se elas “... não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o *efeito de superfície* de unidades mais consistentes.” (AS, p. 30, grifo nosso)

A partir do trabalho negativo de suspensão das formas imediatas de continuidade, surge, no nono parágrafo, o projeto de descrição dos acontecimentos discursivos (ou da população de acontecimentos no espaço do discurso em geral) – ver AS, p. 30-1: “Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de *todos os enunciados efetivos* (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.” (AS, p. 30, grifo nosso) A ideia de limite (conjunto de *todos os enunciados efetivos*) implica a possibilidade da visibilidade absoluta ou total. E a ideia de efetividade (conjunto de *todos os enunciados efetivos*: falados ou escritos¹⁶¹) estabelece a permanência no visível, a visão solitária e soberana. Quer dizer, de acordo com a estrutura de argumentação da constatação da visão, é porque existe a permanência no visível (ideia de efetividade) que há a possibilidade da visibilidade absoluta ou total (ideia de limite). A diferenciação entre descrição dos acontecimentos discursivos e análise da língua (sistema para enunciados possíveis: conjunto finito de regras que autoriza número infinito de desempenhos) permite compreender melhor o funcionamento da vontade de visibilidade absoluta ou total:

¹⁶¹ Lembremos que o audível (fala) é efetivo porque remete, em última instância, ao visível (escrita). Ver supra especialmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” a “Relação entre visível e audível”.

O campo dos acontecimentos discursivos (...) é o conjunto *sempre finito e efetivamente limitado* das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro [sic] de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto *finito*. (AS, p. 30-1, grifo nosso)¹⁶²

A vontade de visibilidade absoluta ou total é possível porque existe efetivamente (permanência no visível) o limite ou a finitude. E a invisibilidade é apenas uma condição provisória (a dificuldade de leitura devido à imensidão da massa finita de registros) diante da possibilidade efetiva da vontade de visibilidade absoluta ou total – segundo o ensinamento da pedagogia da visão, é preciso sempre ver mais, e minuciosamente, até o limite de ver tudo. Esta visibilidade absoluta ou total como recurso à minúcia da visão aparece explicitamente diante da exposição da questão central do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos: “A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma (...) questão (...) *diferente* [da análise da língua]: como *apareceu* um *determinado* enunciado, e não outro em seu lugar?” (AS, p. 31, grifo nosso)¹⁶³ A visão diferente do específico (aparecimento de um determinado enunciado) indica que, na verdade, há uma vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade.

A análise da oposição entre a descrição do discurso e a análise do pensamento, no décimo parágrafo, mostra a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível como eliminação do invisível (ver AS, p. 31-2)¹⁶⁴: “A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito?” (AS, p. 31) E mostra também, como consequência desta estrutura de argumentação da constatação da visão, a permanência no visível como visão solitária e soberana: “A questão pertinente a uma tal análise [do campo discursivo] poderia ser assim formulada: que *singular existência* é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (AS, p. 31-2, grifo nosso) E este visível, conforme a pedagogia da visão, é a visão específica (existência singular), como necessidade de minúcia (o que se diz).

Após a apresentação das duas primeiras utilidades do trabalho negativo de manutenção da suspensão das unidades admitidas com evidência, a restituição ao enunciado de sua singularidade de acontecimento e de sua descontinuidade, e a possibilidade de apreensão de formas de regularidade ou de tipos de relações junto à instância do acontecimento enunciativo, respectivamente no décimo-primeiro e no décimo-segundo parágrafos (ver AS, p.

¹⁶² Erro de tradução: faltou vírgula após “registro”.

¹⁶³ Sobre a questão pertinente à análise da língua, ver o final deste nono parágrafo: AS, p. 31.

¹⁶⁴ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível e o primeiro aparecimento da relação entre visível e audível.

32-3), aparece o terceiro interesse, no décimo-terceiro parágrafo (ver AS, p. 33): “Eis o terceiro interesse de tal descrição dos fatos de discurso: libertando-os de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras unidades, mas, dessa vez, por um conjunto de decisões controladas.” (AS, p. 33) A análise de outras unidades implica a descrição de relações que remetem à invisibilidade como condição provisória: “Contanto que se definam claramente as condições, poderia ser legítimo constituir, a partir de relações corretamente descritas, conjuntos que não seriam arbitrários, mas que, entretanto, teriam permanecido *invisíveis*.” (AS, p. 33, grifo nosso) Estas relações não são aquelas da aparência como ilusão:

Certamente, essas relações jamais teriam sido formuladas, por elas mesmas, nos enunciados em questão (diferentemente, por exemplo, dessas *relações explícitas* que são colocadas e ditas pelo próprio discurso, quando assume a forma do romance, ou quando se inscreve numa série de teoremas matemáticos). (AS, p. 33, grifo nosso)

Para a pedagogia da visão, a aparência como ilusão (relações explícitas das unidades aceitas) remete à visão diferente (descrição de outras unidades) e a invisibilidade é uma condição provisória (conjuntos que teriam permanecido invisíveis) neste percurso. Além disso, estas relações não-explícitas, mas provisoriamente invisíveis, recusam a dominação do invisível em função da subordinação do visível através da eliminação do invisível e da permanência no visível como apelo à visão diferente, da minúcia:

Elas [as relações corretamente descritas], entretanto, não constituiriam, de maneira alguma, uma espécie de discurso *secreto*, animando, do *interior*, os discursos *manifestos*; não é, pois, uma interpretação dos fatos enunciativos que poderia *trazê-los à luz*, mas a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa. (AS, p. 33, grifo nosso)

Para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a crítica à dominação do invisível em relação à subordinação do visível (discurso secreto que anima do interior os discursos manifestos) ocorre como eliminação do invisível (recusa da interpretação) e como permanência no visível (trazer à luz os fatos enunciativos).

No décimo-quarto parágrafo, existe a definição de certo recorte provisório como região inicial da análise do discurso (ver AS, p. 33-4): “... o conjunto dos enunciados que escolheram como ‘objeto’ o sujeito dos discursos (seu próprio sujeito)...” (AS, p. 34)¹⁶⁵ A necessidade do recorte provisório ocorre devido a uma impossibilidade prática: “Fora de cogitação (...) está o fato de se poder descrever, sem limites, *todas as relações* que possam assim *aparecer* [diante da análise da coexistência dos enunciados].” (AS, p. 33, grifo nosso)

¹⁶⁵ São os discursos que definem as ciências do homem. Ver o décimo-quinto parágrafo: AS, p. 34.

Para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a vontade de visibilidade absoluta ou total aparece como possibilidade real (devido ao limite da totalidade dos aparecimentos) e como impossibilidade prática (visto que há uma imensa quantidade de aparecimentos que perfazem o limite da totalidade). Daí por que razão existe uma pedagogia da visão como necessidade constante de ver cada vez mais e, no limite, ver tudo, e uma estrutura de argumentação da constatação da visão que leva necessariamente à vontade de visibilidade absoluta ou total, já que a permanência no visível como visão solitária e soberana implica o reconhecimento do limite ou da finitude da efetividade (que conduz justamente à possibilidade da visibilidade absoluta ou total).

O quarto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no quinto parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da segunda hipótese para a definição de um grupo de relações entre os enunciados, sua forma e seu tipo de encadeamento (ver AS, p. 37-8).

Para tentar definir a unidade de um conjunto de enunciados através do caráter constante da enunciação, o exemplo escolhido foi o da medicina clínica¹⁶⁶: “Pela primeira vez, a medicina não se constituía mais de um conjunto de tradições, de observações, de receitas heterogêneas, mas sim de um *corpus* de conhecimentos que supunha uma mesma visão das coisas...” (AS, p. 38, sublinhado nosso) Mesmo que esta tentativa seja um fracasso, devido à constatação da unidade (conjunto de regras) através da multiplicidade espacial heterogênea e da transformação temporal dispersa¹⁶⁷, o exemplo serve como alerta para a identificação do perigo da vontade de visibilidade absoluta ou total, tanto na pedagogia da visão, quanto na estrutura de argumentação da constatação da visão. Se a visão da totalidade (ver tudo) for atingida, na pedagogia da visão, ou se a visão do limite ou da finitude da efetividade for alcançada, na constatação da visão, então surgirá o perigo da unicidade da visão, porque a totalidade implica igualdade como unicidade (a visão de tudo é a mesma visão para todos, ou todos aqueles que viram tudo, viram a mesma coisa) – independente da vontade de visibilidade absoluta ou total ser específica (justamente a minúcia é um componente desta educação ou desta argumentação que levam ao perigo da unicidade da visão).

O quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado no oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte,

¹⁶⁶ O exemplo da medicina clínica é uma referência ao livro anterior **Nascimento da clínica**.

¹⁶⁷ Ver o restante deste quinto parágrafo e também o sexto parágrafo: AS, p. 38-9.

“As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a generalização da formação discursiva dos objetos (ver AS, p. 50-1).

Há uma proposta de generalização da formação dos objetos a partir da análise do discurso psiquiátrico do século XIX:

Generalizemos: o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto *semelhante*; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar. (AS, p. 50-1, grifo nosso)¹⁶⁸

A generalização é a passagem da síntese do específico (discurso psiquiátrico do século XIX) à possibilidade do geral (estabelecimento de um conjunto semelhante, mesma formação discursiva dos objetos): justamente nesta passagem surge o conflito entre especificidade e generalização. E neste conflito identificamos a pressa da vontade de visibilidade absoluta ou total como perigo da unicidade da visão. Aqui, o perigo é a esperança de que da visão total da especificidade (primeiro aparecimento do perigo) se possa chegar à mesma visão específica total da própria totalidade (segundo aparecimento do perigo). A estrutura de argumentação da constatação da visão, que leva necessariamente ao perigo da unicidade da visão como igualdade, já que a visão total do específico é a própria possibilidade da visão total (a permanência no visível é o reconhecimento do limite ou da finitude da efetividade), precisa da pedagogia da visão, como necessidade de ver cada vez mais, com minúcia, até o limite de ver tudo, para a confirmação de sua validade.

O sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente no segundo parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do *status* dos indivíduos que proferem o discurso (ver AS, p. 57-8).

A análise da figura do médico, exemplo retirado de **Nascimento da clínica**, permite afirmar, ao mesmo tempo, a generalidade e a singularidade:

Esse *status* dos médicos é, em geral, bastante singular em todas as formas de sociedade e de civilização: ele não é, quase nunca, um personagem indiferenciado ou intercambiável. A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do

¹⁶⁸ Sobre a análise do exemplo da psicopatologia do século XIX, retomado de **História da loucura**, como modelo para a generalização da formação discursiva dos objetos, ver os sete primeiros parágrafos deste terceiro capítulo: AS, p. 46-50.

personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (AS, p. 58, sublinhado nosso)

O processo de generalização (em geral, todas as formas, de maneira geral), mesmo levando à constatação das singularidades (*status* singular), revela a vontade de visibilidade absoluta ou total como possibilidade de conflito com a visão específica, já que existe o perigo da unicidade da visão:

Mas sabe-se também que esse *status* foi profundamente modificado na civilização ocidental, no final do século XVIII e no início do século XIX, quando a saúde das populações tornou-se uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial. (AS, p. 58)

A vontade de visibilidade absoluta ou total é a tentativa de preservação da visão específica diante do projeto de ver tudo, já que, para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a vontade de visibilidade absoluta ou total é uma necessidade lógica, e para a pedagogia da visão, a visão específica é uma etapa educacional. O perigo da unicidade da visão acontece quando da visão específica se chega à visão absoluta ou total: o processo de generalização (do exemplo específico à aplicação geral, e do exemplo específico ao uso de categorias generalizantes – política, economia, sociedade) é o exemplo deste caminho.

O sétimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no décimo-segundo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do nível pré-conceitual (ver AS, p. 68-9).

A definição do nível pré-conceitual é a crítica do recurso ao invisível, portanto, a eliminação do invisível:

O nível “*pré-conceitual*” que assim destacamos não remete nem a um horizonte de idealidade nem a uma gênese empírica das abstrações. De um lado, não é um horizonte de idealidade colocado, descoberto ou instaurado por um gesto fundador – e de tal forma originário que escaparia a qualquer inserção cronológica; não é, nos confins da história, um *a priori* inesgotável, ao mesmo tempo na retaguarda, porque escaparia a qualquer começo, a qualquer reconstituição genética, e afastado, porque jamais poderia ser contemporâneo de si mesmo em uma totalidade explícita. (AS, p. 68-9)¹⁶⁹

O objetivo é a permanência no visível como visão solitária e soberana:

Na verdade, colocamos a questão ao nível do próprio discurso que não é mais *tradução exterior*, mas lugar de *emergência* dos conceitos; não associamos as constantes do discurso às estruturas *ideais* do conceito, mas descrevemos a rede conceitual a partir das regularidades *intrínsecas* do discurso (...) (AS, p. 69, grifo nosso)

Portanto, a permanência no visível é correlativa da eliminação do invisível:

¹⁶⁹ Notemos que a expressão “totalidade explícita” corresponde à visibilidade absoluta ou total.

Por isso mesmo não é mais necessário apelar para os *temas da origem indefinidamente recuada e do horizonte inesgotável*: a organização de um conjunto de regras, na prática do discurso, mesmo se ela não constitui um *acontecimento* tão fácil de ser situado quanto uma formulação ou uma descoberta, pode, no entanto, ser determinada no *elemento da história* (...) (AS, p. 69, grifo nosso)

A eliminação do invisível como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível e a permanência no visível como visão solitária e soberana fazem parte da mesma estrutura de argumentação da constatação da visão:

O “pré-conceitual” assim descrito, em lugar de delinear um horizonte que viria do fundo da história e se manteria através dela, é, pelo contrário, no nível mais “superficial” (no nível dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram efetivamente aplicadas. (AS, p. 69)¹⁷⁰

O oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado no quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição da análise dos enunciados como nível específico de descrição (ver AS, p. 125).

A vontade de visibilidade absoluta ou total encontra uma limitação na análise dos enunciados:

Vê-se, em particular, que a análise dos enunciados não pretende ser uma descrição total, exaustiva da “linguagem” ou de “o que foi dito”. Em toda densidade resultante dos [sic] performances verbais, ela se situa num nível *particular* que deve ser separado dos outros, caracterizado em relação a eles e abstraído. (AS, p. 125, grifo nosso)¹⁷¹

A análise dos enunciados é a busca da visão diferente:

Ela não toma o lugar de uma análise lógica das proposições, de uma análise gramatical das frases, de uma análise psicológica ou contextual das formulações: constitui uma *outra maneira* de abordar as performances verbais, de dissociar sua complexidade, de isolar os termos que aí se entrecruzam e de demarcar as diversas regularidades a que obedecem. (AS, p. 125, grifo nosso)

Esta visão diferente é a necessidade da visão específica como minúcia: “A análise dos enunciados corresponde a um nível *específico* de descrição.” (AS, p. 125, grifo nosso) A busca da visão diferente como visão específica mostra que existe uma vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade.

O nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente do quinto ao décimo-terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é a análise do enunciado

¹⁷⁰ Notemos que a ideia de efetividade está associada à permanência no visível como visão solitária e soberana.

¹⁷¹ Erro de tradução: ao invés de “dos” deveria ser “das”.

como não visível e não oculto (quinto parágrafo): em primeiro lugar, não oculto (do sexto ao oitavo parágrafo), como análise histórica fora de qualquer interpretação (sexto parágrafo), como crítica aos efeitos de desdobramento ou de redobramento e de desdobramento ou de recalçamento do enunciado (sétimo parágrafo), e como diferença entre ausência, característica de uma regularidade enunciativa, e significação oculta (oitavo parágrafo); em segundo lugar, não visível (do nono ao décimo-segundo parágrafo), como análise do nível enunciativo como proximidade (nono parágrafo), como exposição das razões para a proximidade, a primeira, a quase-invisibilidade do “há” (décimo parágrafo), a segunda, a remissão da estrutura significante sempre à outra coisa (décimo-primeiro parágrafo), e a terceira, a suposição do enunciado pelas outras análises da linguagem sem que elas tenham jamais de mostrá-lo (décimo-segundo parágrafo); a análise do nível enunciativo, como nem oculto, nem visível, no limite da linguagem (décimo-terceiro parágrafo) – ver AS, p. 125-31.

A análise do enunciado como não visível e não oculto começa, no quinto parágrafo, com a definição da verticalidade do olhar (ver AS, p. 125-6): “A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma *vertical*, às condições de *existência* dos diferentes conjuntos significantes [frase, proposição, ato de formulação].” (AS, p. 125, grifo nosso) Esta visão vertical (existência vertical) se opõe à horizontalidade do olhar:

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento *horizontal*, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma *existência específica*. (AS, p. 125, grifo nosso)

Esta visão horizontal corresponde à aparência como ilusão, por isso a remissão à visão vertical como especificidade (existência específica). Entretanto, esta visão específica, como apelo à minúcia, não é a remissão ao invisível:

Daí um paradoxo: *ela [a descrição dos enunciados] não tenta contornar as performances verbais para descobrir, atrás delas, ou sob sua superfície aparente, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica* (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil de elucidar). (AS, p. 125-6, grifo nosso)

A visão vertical é a permanência no visível e a eliminação do invisível como dominação do invisível em relação à subordinação do visível: “O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto.” (AS, p. 126) O paradoxo da visão vertical (do enunciado) é que ela não é a aparência (não visível), mas não é o invisível (não oculto): segundo a pedagogia da visão (não visível), a aparência como ilusão (visão horizontal) leva à visão específica como necessidade

de ver mais e com maior minúcia (visão vertical), e conforme a estrutura de argumentação da constatação da visão (não oculto), a permanência no visível implica a eliminação do invisível.

A análise do enunciado como não oculto, no sexto parágrafo, mostra a permanência no visível (ver AS, p. 126):

Não oculto, por definição, já que caracteriza as modalidades de existência próprias de um conjunto de signos efetivamente produzidos. A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. Só pode se referir a performances verbais realizadas, já que as analisa ao nível de sua existência: descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas. (AS, p. 126, grifo nosso)¹⁷²

A permanência no visível (existência das coisas ditas) é real porque existe a efetividade (signos efetivamente produzidos) e, portanto, o limite ou a finitude que, por sua vez, proporciona a possibilidade da visibilidade absoluta ou total. Correlativo à permanência no visível, há o projeto de eliminação do invisível:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva. (AS, p. 126, grifo nosso)

A eliminação do invisível (*versus* interpretação) como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (não-dito que comanda dito) é a permanência no visível (análise histórica: evidência da linguagem efetiva) como visão solitária e soberana (existência, manifestação ou aparecimento do dito) que permite a identificação da visão específica (singularidade da existência do dito).

A análise do enunciado como crítica aos efeitos de desdobramento ou de redobramento e de desdobramento ou de recalçamento aparece no sétimo parágrafo (ver AS, p. 126-7). Primeiro, a exposição dos efeitos de desdobramento e de redobramento:

Sabemos – e, talvez, desde que os homens falam – que as coisas, muitas vezes, são ditas umas pelas outras; que uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes; que um sentido manifesto, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo, esotérico ou profético, que uma decifração mais sutil ou apenas a erosão do tempo acabarão por descobrir; que sob uma formulação visível pode reinar uma

¹⁷² Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim, que, de um modo ou de outro, as coisas ditas dizem bem mais que elas mesmas. (AS, p. 126-7, grifo nosso)

Depois, a crítica:

Mas, de fato, esses efeitos de redobramento ou de desdobramento, esse não-dito que se encontra dito, apesar de tudo, não afetam o enunciado, pelo menos como foi aqui definido. A polissemia – que autoriza a hermenêutica e a descoberta de um outro sentido – diz respeito à frase e aos campos semânticos que ela utiliza: um único e mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos e a várias construções possíveis; ele pode ter, entrelaçadas ou alternadas, significações diversas, mas sobre uma base enunciativa que permanece idêntica. (AS, p. 127)

Os efeitos de desdobramento e de redobramento representam o jogo do visível e do invisível como dominação do invisível em relação à subordinação do visível. A base enunciativa idêntica significa a permanência no visível e a eliminação do invisível com seu jogo de dominação e de subordinação. A seguir, surge a crítica aos efeitos de desdobramento e de recalçamento (ou de repressão):

Da mesma forma, a repressão de uma performance verbal por outra, sua substituição ou sua interferência, são fenômenos que pertencem ao nível da formulação (mesmo se têm incidências sobre as estruturas linguísticas ou lógicas); mas *o próprio enunciado não é afetado, pelo desdobramento ou pelo recalçamento, já que é a modalidade de existência da performance verbal tal como foi efetivada.* O enunciado não pode ser considerado como o resultado cumulativo ou a cristalização de vários enunciados flutuantes, apenas articulados, que se rejeitam entre si. *O enunciado não é assombrado pela presença secreta do não-dito, das significações ocultas, das repressões;* ao contrário, a maneira pela qual os elementos ocultos funcionam e podem ser restituídos depende da própria modalidade enunciativa (...) (AS, p. 127, grifo nosso)

Os efeitos de desdobramento e de recalçamento (ou de repressão) representam a dominação do invisível (presença secreta do não-dito, significações ocultas) em relação à subordinação do visível (enunciado como dito). Sua crítica, quer dizer, o projeto de eliminação do invisível, ocorre através da permanência no visível (enunciado como modalidade de existência da performance verbal tal como foi efetivada). A efetividade (o dito) implica o limite ou a finitude, daí a possibilidade da visibilidade absoluta ou total.

A distinção entre não-dito e ausência, no oitavo parágrafo, é fundamental para o entendimento da efetividade e do limite ou da finitude (ver AS, p. 127-8):

(...) a todas essas modalidades do *não-dito* que podem ser demarcadas sobre o campo enunciativo [efeitos de desdobramento e de redobramento e de desdobramento e de recalçamento ou de repressão], é necessário, sem dúvida, acrescentar uma *ausência*, que, ao invés de ser interior, seria correlativa a esse campo e teria um papel na determinação de sua própria existência. Pode haver – e, sem dúvida, sempre há – nas condições de emergência dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização. Mas não se deve

confundir, nem em seu *status*, nem em seu efeito, a ausência característica de uma regularidade enunciativa e as significações encobertas pelo que se encontra formulado. (AS, p. 127-8)

O não-dito está associado ao jogo do visível e do invisível, portanto à possibilidade e ao infinito ou ao ilimitado. A ausência, ao contrário, está associada à eliminação do invisível e à permanência no visível, portanto à efetividade e ao limite ou à finitude que autorizam a visibilidade absoluta ou total.

A análise do nível enunciativo como proximidade, ou a análise do enunciado como não visível, no nono parágrafo, mostra a necessidade da visão diferente (ver AS, p. 128):

É necessária uma certa *conversão do olhar* e da atitude para poder reconhecê-lo [o enunciado] e considerá-lo em si mesmo. Talvez ele seja tão conhecido que se esconde sem cessar; talvez seja como essas transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentadas com clareza total. (AS, p. 128, grifo nosso)

Para a pedagogia da visão, a visão diferente é a busca da minúcia: “O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade.” (AS, p. 128) A visão diferente é a procura por ver mais, com maior minúcia (proximidade), a busca da especificidade. Para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a permanência no visível (proximidade) é uma necessidade.

A exposição da primeira razão do nível enunciativo como proximidade, ou do enunciado como não visível, a quase-invisibilidade do “há”, no décimo parágrafo, indica o caminho de uma pedagogia da visão, a busca da visão diferente como minúcia, e a estrutura de argumentação da constatação da visão como permanência no visível (ver AS, p. 128):

(...) o enunciado não é uma unidade ao lado – acima ou abaixo – das frases ou das proposições; está sempre dentro de unidades desse gênero, ou mesmo em sequências de signos que não obedecem a suas leis (e que podem ser listas, séries ao acaso, quadros); caracteriza não o que nelas se apresenta ou a maneira pela qual são delimitadas, mas o próprio fato de serem apresentadas e a maneira pela qual o são. (AS, p. 128)

A existência é a prova da permanência no visível e da eliminação do invisível: “Ele [o enunciado] tem essa quase-invisibilidade do ‘há’, que se apaga naquilo mesmo do qual se pode dizer: ‘há tal ou tal coisa’.” (AS, p. 128)

A exposição da segunda razão do nível enunciativo como proximidade, ou do enunciado como não visível, a remissão da estrutura significativa da linguagem sempre a outra coisa, no décimo-primeiro parágrafo, indica a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (ver AS, p. 128-9): “A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela *ausência*. Não é ela o lugar de *aparecimento* de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se

dissipar?” (AS, p. 128) A recusa deste jogo do visível e do invisível (relação entre aparecimento da linguagem e ausência), como projeto de eliminação do invisível, aparece como permanência no visível e como necessidade de busca de uma visão diferente:

Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento – logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que determina sua *existência singular e limitada*. (AS, p. 128-9, grifo nosso)

Para a pedagogia da visão, a visão diferente é a necessidade de ver mais e com maior minúcia, a busca da especificidade (existência singular). Para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a permanência no visível, como visão solitária e soberana, é a possibilidade da visibilidade absoluta ou total, como reconhecimento do limite (existência limitada), através exatamente da visão específica.

A exposição da terceira razão da quase-invisibilidade do enunciado, ou do enunciado como não visível, a sua suposição pelas outras análises da linguagem sem necessidade de mostrá-lo, no décimo-segundo parágrafo, indica a permanência no visível como finitude (ou limite) que permite a visibilidade absoluta ou total (ver AS, p. 129-30):

Para que a linguagem possa ser tomada como objeto, decomposta em níveis distintos, descrita e analisada, é preciso que haja um “dado enunciativo” que será sempre determinado e não infinito: a análise de uma língua se efetua sempre a partir de um *corpus* de discursos e textos; a interpretação e a revelação das significações implícitas repousam sempre em um grupo delimitado de frases; a análise lógica de um sistema implica a reescrita, em uma linguagem formal, de um conjunto dado de proposições. (AS, p. 129, sublinhado nosso)

Para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a permanência no visível através do reconhecimento da finitude ou da determinação (dado enunciativo sempre determinado e não infinito) é a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total. A importância fundamental da permanência no visível como anterioridade mostra o recurso dispensável ao invisível como secundário:

Quanto ao nível enunciativo, encontra-se cada vez neutralizado: seja porque se defina somente como uma amostra representativa que permite liberar estruturas indefinidamente aplicáveis; seja porque se esconda em uma pura aparência, atrás da qual deve aparecer a verdade de uma outra fala; seja porque valha como uma substância indiferente que serve de suporte a relações formais. O fato de ser sempre indispensável para que a análise possa ocorrer lhe tira toda pertinência em relação à própria análise. (AS, p. 129)

A permanência no visível e a eliminação do invisível como dominação do invisível em relação à subordinação do visível constituem a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total porque permitem o reconhecimento da finitude:

Se acrescentarmos a isso que todas essas descrições só se podem efetivar quando elas próprias constituem *conjuntos finitos de enunciados*, compreenderemos, concomitantemente, por que o campo enunciativo as envolve de todas as maneiras, por que elas não podem liberar-se dele e por que não podem tomá-lo diretamente como tema. Considerar os enunciados em si mesmos não será buscar, além de todas essas análises e em um *nível mais profundo*, um certo segredo ou uma certa raiz da linguagem que elas teriam omitido. É tentar *tornar visível* e analisável essa transparência tão próxima que constitui o elemento de sua possibilidade. (AS, p. 129-30, grifo nosso)

E esta passagem do jogo de dominação e de subordinação do visível e do invisível à permanência no visível e à correlativa eliminação do invisível como possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total é uma pedagogia da visão como caminho da aparência como ilusão (dominação do invisível em relação à subordinação do visível) à visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia (permanência no visível como visão solitária e soberana e eliminação do invisível através da identificação da efetividade), até a busca da visão total como tentativa de ver tudo (vontade de visibilidade absoluta ou total devido ao reconhecimento do limite ou da finitude).

A análise do nível enunciativo como nem oculto nem visível, no décimo-terceiro parágrafo, mostra a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (descrição transcendental) através da permanência no visível (análise enunciativa como aparecimento do ser da linguagem) como busca da verticalidade do olhar (cruzamento da direção) – ver AS, p. 130-1¹⁷³:

A linguagem, na instância de seu *aparecimento* e de seu modo de ser, é o enunciado; como tal, se apóia em uma descrição que não é nem transcendental, nem antropológica. A análise enunciativa não prescreve para as análises linguísticas ou lógicas o limite a partir do qual elas deveriam renunciar e reconhecer sua impotência; ela não marca a linha que fecha seu domínio; mas *se desenrola em outra direção que as cruza*. A possibilidade de uma análise enunciativa, se for estabelecida, deve permitir *erguer o suporte transcendental* que uma certa forma de discurso filosófico opõe a todas as análises da linguagem, em nome do *ser dessa linguagem* e do fundamento em que se deveria originar. (AS, p. 131, grifo nosso)¹⁷⁴

O décimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da

¹⁷³ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-quarto aparecimento da relação entre visível e audível.

¹⁷⁴ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre como o suporte transcendental está associado à aliança entre invisível e inaudível).

terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de discurso (ver AS, p. 135-6).

A definição do discurso permite entender a permanência no visível (existência) como reconhecimento do limite (número limitado de enunciados) que autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total: “... [o discurso] é constituído de um número *limitado* de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de *existência*.” (AS, p. 135, grifo nosso)

O décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado do primeiro ao oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é a análise do efeito de raridade (do primeiro ao oitavo parágrafo): crítica da análise do discurso sob o duplo signo da totalidade e da plethora (segundo parágrafo); busca do estabelecimento de uma lei de raridade (terceiro parágrafo), como princípio de rarefação (quarto parágrafo), definição de um sistema limitado de presenças (quinto parágrafo), descrição de posição singular (sexto parágrafo) e explicação da unificação em totalidades e da multiplicação dos sentidos (sétimo parágrafo); análise da raridade como lei da pobreza enunciativa (oitavo parágrafo) – ver AS, p. 137-9.

A análise do discurso sob o duplo signo da totalidade (como unidade) e da plethora (como multiplicidade), no segundo parágrafo, apresenta a dominação do invisível em relação à subordinação do visível segundo dois modelos opostos e complementares, a plethora dos múltiplos significantes em relação ao significado único e a plethora do significado em relação a um significante único (ver AS, p. 137). Sobre o primeiro modelo:

Substitui-se (...) a *diversidade das coisas ditas* por uma espécie de grande *texto uniforme*, ainda *jamais articulado* e que, pela primeira vez, traz à luz o que os homens haviam “querido dizer”, não apenas em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem. *Em relação a esse “sentido” implícito, soberano e comunitário, os enunciados, em sua proliferação, aparecem em superabundância, já que é apenas a ele que todos remetem e só ele constitui sua verdade: plethora dos elementos significantes em relação a esse significado único.* (AS, p. 137, grifo nosso)

O invisível (texto uniforme jamais articulado, sentido implícito, significado único) comanda (sentido soberano, remissão dos enunciados ao sentido implícito como à sua verdade) o visível (diversidade das coisas ditas, proliferação dos enunciados em sua superabundância, plethora dos elementos significantes). Sobre o segundo modelo:

Mas já que esse sentido primeiro e último brota através das formulações manifestas, já que se esconde sob o que aparece e secretamente o desdobra,

é que cada discurso encobria o poder de dizer algo diferente do que ele dizia e de englobar, assim, uma pluralidade de sentidos: *pletora do significado em relação a um significante único*. (AS, p. 137, grifo nosso)

O invisível (sentido secreto que se esconde, pletora do significado) comanda (sentido primeiro e último) o visível (formulações manifestas, o que aparece, significante único). Nos dois modelos, a relação entre visível (significante) e invisível (significado), ou o jogo entre uno e múltiplo, autoriza a indefinição como ilimitado: “Assim estudado, o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza *indefinida*.” (AS, p. 137, grifo nosso) A dominação do invisível em relação à subordinação do visível funciona segundo a lógica da indefinição ou do ilimitado, já que a constante remissão ao invisível tem por característica justamente a incapacidade de verificação.

A apresentação da lei de raridade, no terceiro parágrafo, mostra que a análise do discurso através dos enunciados e das formações discursivas é exatamente recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (ver AS, p. 138):

A análise dos enunciados e das formações discursivas abre uma direção inteiramente oposta [ao jogo da totalidade e da pletora]: ela quer determinar o princípio segundo o qual puderam *aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados*. Busca estabelecer uma lei de raridade. (AS, p. 138, grifo nosso)

Esta lei de raridade, o aparecimento dos únicos conjuntos significantes que foram enunciados, é a permanência no visível como identificação da efetividade.

A análise da lei de raridade como princípio de rarefação, no quarto parágrafo, mostra que a permanência no visível é uma necessidade (ver AS, p. 138):

Ela [a lei de raridade] repousa no princípio de que nem *tudo* é sempre dito; em relação ao que poderia ser enunciado em língua natural, em relação à combinatória ilimitada dos elementos linguísticos, os enunciados (por numerosos que sejam) estão sempre em *déficit*; a partir da gramática e do tesouro vocabular de que se dispõe em dada época, relativamente poucas coisas são ditas em suma. Vamos, então, procurar o princípio da rarefação ou, pelo menos, do não preenchimento do campo das formulações possíveis, tal como é aberto pela língua. (AS, p. 138)

O princípio de rarefação (poucas coisas ditas) é a permanência no visível.

A análise da lei de raridade como definição de um sistema limitado de presenças, no quinto parágrafo, mostra que a permanência no visível é, ao mesmo tempo, a eliminação do invisível e o reconhecimento do limite (ver AS, p. 138): “*Estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros*.” (AS, p. 138, grifo nosso) A definição de um sistema limitado de presenças, como permanência no visível (surgimento do dito), eliminação do invisível (separação ou exclusão

do não dito) e reconhecimento do limite (limite do surgimento do dito), é a possibilidade da visibilidade absoluta ou total.

A análise da lei de raridade como definição de posição singular, no sexto parágrafo, apresenta a eliminação do invisível e a permanência no visível como espaço que permite a identificação da efetividade e o reconhecimento do limite (ver AS, p. 138):

(...) não supomos que, sob enunciados manifestos, alguma coisa permaneça oculta e subjacente. Analisamos os enunciados, não como se estivessem no lugar de outros enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível, mas como estando sempre em seu lugar próprio. Recolocamo-los em um espaço que seria inteiramente aberto e que não comportaria nenhuma reduplicação. Não há texto embaixo, portanto nenhuma pletora. O domínio enunciativo está, inteiro, em sua própria superfície. Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence. (AS, p. 138, grifo nosso)

A permanência no visível como espaço (enunciados manifestos em seu lugar próprio), associada à eliminação do invisível (reduplicação como texto embaixo, oculto, subjacente, abaixo da linha de emergência possível), à identificação da efetividade e ao reconhecimento do limite (o domínio enunciativo está inteiro em sua própria superfície), é a definição da singularidade:

A descrição não consiste pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o não-dito cujo lugar ele ocupa; (...) mas, pelo contrário, que posição singular ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados. (AS, p. 138, grifo nosso)

Esta visão espacial singular tem relação com a pedagogia da visão, na medida em que a visão diferente é a busca da minúcia, portanto da especificidade ou da singularidade, e traz consigo o perigo da unicidade da visão, já que a singularidade da visão espacial implica o reconhecimento da igualdade, quer dizer, a mesma única visão (todos veem a mesma coisa justamente devido à singularidade da visão espacial).

A análise da lei de raridade como explicação da unificação em totalidades e da multiplicação dos sentidos, no sétimo parágrafo, permite compreender como o jogo do visível e do invisível surge da própria raridade do visível (ver AS, p. 138-9): “Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles.” (AS, p. 139)

A análise da raridade como lei da pobreza enunciativa, no oitavo parágrafo, mostra que a permanência no visível como identificação da efetividade é correlativa da eliminação do invisível (ver AS, p. 139):

Diferentemente de todas essas interpretações cuja própria existência só é possível pela raridade efetiva dos enunciados, mas que entretanto não tomam conhecimento dela, e, ao contrário, tomam como tema a compacta riqueza do que é dito, a análise das formações discursivas se volta para essa raridade;

toma-a por objeto explícito; tenta determinar-lhe o sistema singular; e, ao mesmo tempo, dá conta do fato de que pôde haver interpretação. (AS, p. 139, grifo nosso)

A permanência no visível (pobreza) permite compreender o jogo de dominação e de subordinação do invisível e do visível (interpretação):

Interpretar é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela. Mas analisar um [sic] formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e determinar-lhe a forma específica. (AS, p. 139)¹⁷⁵

Este visível é espacial: “... [o valor dos enunciados] não é definido por sua verdade, não é avaliado pela presença de um conteúdo *secreto*; mas caracteriza o *lugar* deles...” (AS, p. 139, grifo nosso) A associação entre a eliminação do invisível e a permanência no visível leva ao reconhecimento do limite ou da finitude:

(...) o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se pode tirar sempre novas riquezas, e a cada vez *imprevisíveis*; (...) ele aparece como um bem – *finito, limitado*, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização (...) (AS, p. 139, grifo nosso)

Este reconhecimento do limite ou da finitude autoriza a possibilidade da visibilidade absoluta ou total e carrega consigo o perigo da unicidade da visão – já que a visão de tudo é a mesma visão para todos.

O décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente do nono ao décimo-quarto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é a análise dos enunciados na forma sistemática da exterioridade (do nono ao décimo-quarto parágrafo): crítica do tema histórico-transcendental como oposição entre interior e exterior (nono parágrafo); análise enunciativa como procura da exterioridade paradoxal (décimo parágrafo); busca do exterior com três suposições: exterioridade como domínio prático (décimo-primeiro parágrafo), como campo anônimo (décimo-segundo parágrafo) e como recusa do tempo do pensamento ou da temporalidade da consciência (décimo-terceiro parágrafo); análise dos enunciados como jogo de uma exterioridade sem referência a um *cogito* (décimo-quarto parágrafo) – ver AS, p. 139-42.

A análise crítica do tema histórico-transcendental como oposição entre exterior e interior, no nono parágrafo, mostra a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (ver AS, p. 139-40):

¹⁷⁵ Erro de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

Em geral, a *descrição histórica das coisas ditas* é inteiramente atravessada pela oposição do interior e do exterior, e inteiramente comandada pela tarefa de voltar dessa exterioridade – que não passaria de contingência ou pura necessidade material, *corpo visível* ou tradução incerta – em direção ao núcleo essencial da interioridade. Empreender a *história do que foi dito* é refazer, em outro sentido, o *trabalho da expressão*: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao *segredo interior* que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. (AS, p. 139-40, grifo nosso)

O invisível (segredo interior), comandando (trabalho da expressão) o visível (exterior como coisas ditas, como corpo visível), é a subjetividade fundadora:

Assim se encontra libertado o núcleo central da *subjetividade fundadora*, que *permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história*, mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último (e, por isso, mais senhora de todas as suas determinações). (AS, p. 140, grifo nosso)

Este é justamente o tema histórico-transcendental, como dominação do invisível (história secreta da subjetividade fundadora) em relação à subordinação do visível (história manifesta dos acontecimentos).

A descrição da análise enunciativa como exterioridade paradoxal, no décimo parágrafo, mostra que o paradoxo da exterioridade é a inexistência de interioridade (ver AS, p. 140-1):

Desse tema [histórico-transcendental da oposição entre exterior e interior] a análise enunciativa tenta liberar-se, para restituir os enunciados à sua pura dispersão; para analisá-los em uma exterioridade sem dúvida paradoxal, já que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade (...) (AS, p. 140)

A relação entre exterior e interior, como remissão do primeiro ao segundo, é a dominação do invisível (transcendental interior) em relação à subordinação do visível (histórico exterior). O projeto de eliminação do invisível recusa este jogo entre visível e invisível através da permanência no visível como exterioridade que não é neutralidade, mas existência dos acontecimentos:

Sem dúvida, seria melhor falar de “neutralidade” que de exterioridade; mas essa palavra remete demasiado facilmente a uma suspensão de crença, a um desaparecimento ou a uma colocação entre parênteses de qualquer *posição de existência*, enquanto o que importa é reencontrar o *exterior* onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu espaço aberto, os *acontecimentos* enunciativos. (AS, p. 140-1, grifo nosso)

A busca do exterior como domínio prático, no décimo-primeiro parágrafo, mostra a recusa da dominação do invisível (constituições transcendentais: pensamento ou consciência) em relação à subordinação do visível (local empírico de acontecimentos), como eliminação do invisível (vestígio), e a permanência no visível (domínio prático) – ver AS, p. 141:

Essa tarefa [busca do exterior] supõe que o campo dos enunciados não seja descrito como uma “tradução” de operações ou de processos que se desenrolam em algum outro lugar (no *pensamento* dos homens, em sua *consciência* ou em seu inconsciente, na esfera das *constituições transcendentais*); mas que seja aceito, em sua modéstia *empírica*, como *local de acontecimentos*, de regularidades, de relacionamentos, de modificações determinadas, de transformações sistemáticas; em suma, que seja tratado não como resultado ou *vestígio* de outra coisa, mas como um *domínio prático* que é autônomo (...) e que pode se pode descrever em seu próprio nível (...) (AS, p. 141, grifo nosso)

Notemos que o outro lugar, pensamento ou consciência (dominação do invisível), é nenhum lugar, utopia (eliminação do invisível), e o local empírico de acontecimentos (permanência no visível) é o único lugar, disperso e múltiplo.

A busca do exterior como campo anônimo, no décimo-segundo parágrafo, apresenta a eliminação do invisível (subjetividade transcendental), como dominação do invisível (subjetividade soberana) em relação à subordinação do visível (domínio enunciativo), e a permanência no visível (campo anônimo dos enunciados como lugar possível dos sujeitos falantes) – ver AS, p. 141:

Ela [busca do exterior] supõe (...) que esse domínio enunciativo não tome como referência nem um sujeito individual, nem alguma coisa semelhante a uma consciência coletiva, nem uma *subjetividade transcendental*; mas que seja descrito como um *campo anônimo cuja configuração defina o lugar possível dos sujeitos falantes*. Não é mais preciso situar os enunciados em relação a uma *subjetividade soberana*, mas reconhecer, nas diferentes formas da subjetividade que fala, efeitos próprios do campo enunciativo. (AS, p. 141, grifo nosso)

Notemos, de novo, que a utopia funciona segundo a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (passagem do domínio enunciativo à subjetividade transcendental soberana), e que a permanência no visível é a persistência espacial (campo enunciativo anônimo como lugar possível dos sujeitos falantes).

A busca da exterioridade como recusa do tempo do pensamento ou da temporalidade da consciência, no décimo-terceiro parágrafo, mostra o projeto de eliminação do invisível (o campo dos enunciados não obedece à temporalidade da consciência como a seu modelo necessário) mediante recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (o tempo dos discursos não é a tradução em uma cronologia visível do tempo obscuro do pensamento) – ver AS, p. 141:

Ela [busca do exterior] supõe (...) que em suas transformações, em suas séries sucessivas, em suas derivações, *o campo dos enunciados não obedeça à temporalidade da consciência como a seu modelo necessário*. Não se deve esperar (...) poder escrever uma história das coisas ditas que seria, de pleno direito, ao mesmo tempo em sua forma, em sua regularidade e em sua natureza, a história de uma consciência individual ou anônima, de um projeto, de um sistema de intenções, de um conjunto de metas. *O tempo dos*

discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento. (AS, p. 141, grifo nosso)

A análise dos enunciados como jogo da exterioridade, no décimo-quarto parágrafo, recusa a referência a um *cogito* que representa a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (oculto soberano comanda dito) – ver AS, p. 141-2¹⁷⁶: “Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou *se oculta no que diz*, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal.” (AS, p. 141, grifo nosso) A permanência no visível é o nível do “diz-se”, que deve ser entendido como “... *o conjunto das coisas ditas*, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas, o domínio do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o *lugar singular de um sujeito falante* e podem receber o nome de um autor.” (AS, p. 141-2, grifo nosso) Este visível (conjunto das coisas ditas como lugar singular de um sujeito falante) é o exterior como espaço: “ ‘Não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.” (AS, p. 142)¹⁷⁷

O décimo-terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no sétimo parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do primeiro princípio da análise arqueológica (ver AS, p. 159).

A apresentação do primeiro princípio da análise arqueológica mostra a eliminação do invisível, com o jogo da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, e a permanência no visível:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (AS, p. 159)¹⁷⁸

¹⁷⁶ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-quinto aparecimento da relação entre visível e audível (sobre como o invisível associado ao audível é combatido pelo ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana).

¹⁷⁷ Sobre a exterioridade como projeto de eliminação do invisível (tema do fundamento transcendental) que aparece como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (descrição de um conjunto de enunciados em referência à interioridade de um pensamento) e como permanência no visível (descrição da dispersão das relações de exterioridade), ver também o vigésimo-primeiro parágrafo deste quarto capítulo: AS, p. 144.

¹⁷⁸ Sobre o discurso como documento (dominação do invisível em relação à subordinação do visível) e como monumento (eliminação do invisível e permanência no visível como visão solitária e soberana), ou sobre a crítica do documento (passagem da dominação do invisível em relação à subordinação do visível para a permanência no visível), ver também o sexto e o sétimo parágrafos da “Introdução”: AS, p. 7-8. Neste sentido,

O projeto de eliminação do invisível (discurso como documento, interpretação, alegoria) significa a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (pensamentos ocultos que comandam o discurso, passagem da opacidade importuna do discurso à transparência profunda do essencial). E a permanência no visível (discurso enquanto prática, discurso como monumento, em seu volume ou sua opacidade próprios) é a visão solitária e soberana.

O décimo-quarto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado no décimo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das hierarquias internas às regularidades enunciativas como descrição de uma árvore de derivação do discurso (ver AS, p. 167-8).

A afirmação da regularidade do enunciado é a permanência no visível como visão solitária e soberana: “Todo o campo enunciativo é, ao mesmo tempo, *regular* e *vigilante*: é *insone...*” (AS, p. 168, grifo nosso) Tanto para a pedagogia da visão quanto para a estrutura de argumentação da constatação da visão, a insônia é a condição perceptivo-visual perfeita: seja porque facilita a busca da visão diferente como minúcia, cujo escopo é a vontade de ver tudo, seja porque assume a permanência no visível, como identificação da efetividade e como reconhecimento do limite ou da finitude, que leva à possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total. Se a insônia é a condição da vontade de visibilidade absoluta ou total, então a permanência no visível como visão solitária e soberana deve receber a adição de outra caracterização, a onipresença da visão ou o panoptismo.

O décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente do primeiro ao quinto parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é, em primeiro lugar, a análise crítica da história das ideias como relação entre coerência e contradição (do primeiro ao quarto parágrafo): busca da lei de coerência do discurso (primeiro parágrafo), apresentação da coerência como supressão da contradição (segundo parágrafo), análise da contradição fundamental (terceiro parágrafo) e exposição dos dois níveis de contradição, o das aparências e o dos fundamentos (quarto parágrafo); e, em segundo lugar, a apresentação da análise

ver supra comparativamente o primeiro aparecimento da relação entre invisível e audível (no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”), o primeiro aparecimento da pedagogia da visão e o primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

arqueológica das contradições como descrição imanente de objetos (quinto parágrafo) – ver AS, p. 171-5.

A análise crítica da história das ideias como procura da lei de coerência do discurso através da busca da unidade oculta, no primeiro parágrafo, mostra a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (ver AS, p. 171): “Ela [a história das ideias] se encarrega de encontrar, em um nível mais ou menos *profundo*, um princípio de coesão que organiza o discurso e lhe restitui uma unidade *oculta*.” (AS, p. 171, grifo nosso) O invisível (princípio de coesão como unidade oculta) comanda o visível (discurso): “Somos *obrigados* a supô-la [a coerência como unidade oculta] para reconstituí-la, e só estaremos seguros de havê-la encontrado se a tivermos perseguido de bem longe e por muito tempo.” (AS, p. 171, grifo nosso)

A análise crítica da coerência como supressão da contradição, no segundo parágrafo, mostra a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (ver AS, p. 172-3):

Sob todas essas formas [temáticas ou sistemáticas, explícitas ou não, individuais ou coletivas], a coerência assim descoberta desempenha sempre o mesmo papel: mostrar que as *contradições imediatamente visíveis* não são mais que um *reflexo de superfície*; e que é preciso reconduzir a um foco único esse jogo de fragmentos dispersos. *A contradição é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada*: só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão. De qualquer forma, a análise deve suprimir, sempre que possa, a contradição. (AS, p. 172-3, grifo nosso)

O invisível (foco único, unidade oculta ou ocultada, pensamento, idealidade) comanda (recondução do jogo de fragmentos dispersos a um foco único) o visível (contradições imediatamente visíveis como reflexo de superfície, jogo de fragmentos dispersos, texto, corpo contingente da expressão).

A análise crítica da contradição fundamental, no terceiro parágrafo, mostra a relação entre visível e invisível como jogo de dominação e de subordinação (ver AS, p. 173), já que a contradição fundamental funciona “... como *lei fundadora e secreta* que justifica todas as contradições menores e lhes dá um fundamento sólido: modelo, em suma, de todas as outras oposições.” (AS, p. 173, grifo nosso) A contradição fundamental (invisível) comanda o discurso (visível):

(...) é a partir dela [contradição fundamental como lei secreta] que ele [discurso] emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, *é por estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente*, que ele muda, se

metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. (AS, p. 173, grifo nosso)¹⁷⁹

A análise crítica dos dois níveis de contradição da história das ideias, das aparências e dos fundamentos, no quarto parágrafo, apresenta o jogo de dominação e de subordinação da relação entre visível e invisível (ver AS, p. 173-4):

A história das ideias reconhece, pois, dois níveis de contradições: *o das aparências, que se resolve na unidade profunda do discurso, e o dos fundamentos, que dá lugar ao próprio discurso*. Em relação ao primeiro nível de contradição, o discurso é a figura ideal que se deve separar de sua presença accidental, de seu corpo demasiado visível; em relação ao segundo, o discurso é a figura empírica que as contradições podem assumir, e cuja aparente coesão devemos destruir para reencontrá-las, afinal, em sua irrupção e violência. (AS, p. 173, grifo nosso)

O invisível (unidade profunda, figura ideal ou fundamental) comanda o visível (aparência, presença accidental como corpo visível, figura empírica): “O discurso é o caminho de uma contradição a outra: *se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta.*” (AS, p. 173, grifo nosso) Quer dizer, o invisível (oculto) é a lei do visível.

A análise arqueológica das contradições como descrição imanente de objetos, no quinto parágrafo, mostra o projeto de eliminação do invisível como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível e a permanência no visível (ver AS, p. 174-5):

Para a análise arqueológica, *as contradições não são nem aparências a transpor, nem princípios secretos que seria preciso destacar. São objetos a serem descritos por si mesmos*, sem que se procure saber de que ponto de vista se podem dissipar ou em que nível se radicalizam e se transformam de efeitos em causas. (AS, p. 174, grifo nosso)

Esta permanência no visível (objetos descritos por si mesmos), correlativa da eliminação do invisível (aparências a transpor, princípios secretos a destacar), mostra a relação entre visão e espaço: “Em relação a uma história das ideias que desejaria fundir as contradições na unidade semioturna de uma figura global, ou transmutá-las em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação ou de explicação, a arqueologia descreve os diferentes *espaços de dissensão.*” (AS, p. 175) A arqueologia é a permanência no visível (como espaço) que combate a história das ideias como jogo de dominação e de subordinação da relação entre visível e invisível (remissão das contradições visíveis à unidade de figura global invisível, ou transformação das contradições visíveis em princípio geral, abstrato e uniforme – portanto invisível – de interpretação ou de explicação).

¹⁷⁹ Ver supra comparativamente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o quinto aparecimento da palavra “historicidade” (terceira apresentação via negativa) – sobre como a historicidade aparece vinculada ao invisível e, através de uma transvaloração dos valores, mostra a visibilidade como característica sua fundamental.

O décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado do terceiro ao sexto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. É um bloco textual como conjunto argumentativo exemplar. Seu contexto é a análise arqueológica como comparação limitada e regional (do terceiro ao sexto parágrafo), daí a comparação limitada e regional (terceiro parágrafo) como exclusão deliberada e metódica (quarto parágrafo), como singularidade e multiplicidade (quinto parágrafo) e como efeito multiplicador (sexto parágrafo) – ver AS, p. 181-3.

A análise da comparação como limitada e regional, no terceiro parágrafo, estabelece a possibilidade da visibilidade absoluta ou total (ver AS, p. 181): “A comparação (...) é sempre *limitada* e regional. Longe de querer fazer aparecerem formas gerais, a arqueologia procura *desenhar configurações singulares*.” (AS, p. 181, grifo nosso) A permanência no visível propicia o reconhecimento do limite que, por sua vez, autoriza a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total como especificidade (desenho de configurações singulares); quer dizer, há uma vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade – para a pedagogia da visão, a busca da visão diferente é a procura da visão específica, da minúcia – e é justamente daí que surge o perigo da unicidade da visão, já que o fato de todos verem a mesma coisa (visibilidade absoluta ou total da especificidade, ver tudo minuciosamente) como visão solitária e soberana proíbe a interpretação como remissão ao invisível.

A análise da comparação limitada como exclusão deliberada e metódica, no quarto parágrafo, mostra que o reconhecimento do limite é fruto de uma opção (ver AS, p. 181-2): “Não só admito que minha análise seja limitada, mas quero que seja assim e lho imponho.” (AS, p. 182) Somente há possibilidade de reconhecer o limite porque existe permanência no visível correlativa à eliminação do invisível:

As relações que descrevi valem para definir uma configuração particular [região de interpositividade]; não são signos para descrever, em sua totalidade, a fisionomia de uma cultura [espírito ou ciência de uma época]. É a vez de os amigos da *Weltanschauung* ficarem decepcionados: cuidado que a descrição que encetei não seja do mesmo tipo da deles. (AS, p. 182)

O objetivo da exclusão deliberada e metódica é a eliminação do invisível que autoriza, então, a vontade de visibilidade absoluta ou total, da especificidade (região de interpositividade como configuração particular), mas que carrega consigo o perigo da unicidade da visão.

A análise da comparação limitada e regional como multiplicidade, no quinto parágrafo, significa que a permanência no visível implica a busca da minúcia (ver AS, p. 182-3):

Tais redes [interdiscursivas] não são, pois, em número previamente definido, só a prova da análise pode mostrar se existem e quais existem (isto é, quais são suscetíveis de serem descritas). Além disso, cada formação discursiva não pertence (de qualquer forma não pertence necessariamente) a um único desses sistemas, mas entra simultaneamente em diversos campos de relações em que não ocupa o mesmo lugar e não exerce a mesma função (...) (AS, p. 183)

A permanência no visível é a prova da análise da existência (das redes interdiscursivas). O apelo à multiplicidade (cada formação discursiva entra simultaneamente em diversos campos de relações em que varia seu lugar e sua função), como prerrogativa própria da pedagogia da visão no sentido da necessidade da visão diferente como busca da minúcia, indica a possibilidade de plurais visibilidades absolutas ou totais de diferentes especificidades.

A análise da comparação arqueológica como efeito multiplicador, no sexto parágrafo, apresenta a permanência no visível como critério da prova de existência (ver AS, p. 183): “O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, *uma* ciência, *uma* racionalidade, *uma* mentalidade, *uma* cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato.” (AS, p. 183) E também como pedagogia da visão no sentido da busca da visão diferente através da minúcia e da especificidade:

A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a *repartir sua diversidade em figuras diferentes*. A *comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador*. (AS, p. 183, grifo nosso)

O efeito unificador é a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (redução da diversidade dos discursos visíveis à unidade totalizadora invisível). O efeito multiplicador é a vontade de visibilidade absoluta ou total das especificidades (repartição da diversidade dos discursos em figuras diferentes).

O décimo-sétimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente no nono parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item b, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das positivities como antecedente (da ciência) – ver AS, p. 205-6.

A análise das positivities é a descrição da prática discursiva: “Analisar positivities é mostrar segundo que regras uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas.” (AS, p. 205) Os elementos formados (objetos, enunciações, conceitos e escolhas teóricas) são o antecedente: “Formam o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um

obstáculo superado.” (AS, p. 205-6) Este antecedente é a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível:

Vê-se bem que esse antecedente não pode ser analisado como um dado, uma experiência vivida – ainda inteiramente engajada no imaginário ou na percepção – que a humanidade, no curso de sua história, teria tido que retomar na forma de sua racionalidade, ou que cada indivíduo deveria atravessar por conta própria, se quisesse reencontrar as *significações ideais* que aí estão introduzidas ou *ocultas*. (AS, p. 206, grifo nosso)

O antecedente não é um pré-conhecimento ou um estágio arcaico no movimento do conhecimento imediato (do visível não-discursivo ao visível discursivo: importância da experiência vivida) à apoditicidade (do visível discursivo ao invisível não-discursivo como comando do invisível: relevância das significações ideais ocultas). O antecedente é a permanência no visível, e a eliminação do invisível, como prática discursiva:

(...) trata-se dos elementos que devem ter sido formados por uma prática discursiva, para que, eventualmente, se constituísse um discurso científico, especificado não só por sua forma e seu rigor, mas também pelos objetos de que se ocupa, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza. (AS, p. 206)

Há eliminação do invisível, através da recusa do jogo de dominação e de subordinação do visível e do invisível (fundação do comando do invisível, a intenção de idealidade, na experiência vivida do visível), e a permanência no visível (visível como dito):

Assim, a ciência não se relaciona com o que devia ser vivido, ou deve sê-lo, para que seja fundada a intenção de idealidade que lhe é própria; mas sim com o que devia ser dito – ou deve sê-lo – para que possa haver um discurso que, se for o caso, responda a critérios experimentais ou formais de cientificidade. (AS, p. 206, grifo nosso)

O décimo-oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como crítica à transcendência do discurso (ver AS, p. 226-7).

O interlocutor como inimigo discursivo critica a análise do discurso de Foucault devido ao abandono da dominação do invisível (iniciativa e liberdade) em relação à subordinação do visível (discurso): “Foi assim que você [Foucault] quis reduzir as dimensões próprias do discurso, abandonar sua irregularidade específica, *ocultar o que ele pode comportar de iniciativa e de liberdade*, compensar o desequilíbrio que instaura na língua: você quis fechar essa abertura.” (AS, p. 226, grifo nosso)¹⁸⁰ A resposta de Foucault é a recusa do jogo de dominação e de subordinação do invisível e do visível como eliminação do invisível (transcendência): “Você tem razão: *ignorei a transcendência do discurso...*” (AS, p. 226, grifo nosso) Para isso, defende a permanência no visível: afirma que o escopo da análise

¹⁸⁰ A crítica do inimigo discursivo está presente no terceiro parágrafo da “Conclusão”: AS, p. 226.

do discurso era “... mostrar que, ao lado dos métodos de estruturação linguística (ou dos de *interpretação*), podia-se estabelecer uma *descrição específica dos enunciados*, de sua formação e das regularidades próprias do discurso.” (AS, p. 226, grifo nosso) Notemos que a interpretação é a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (envio do dito, visível, ao não-dito, invisível), a descrição específica dos enunciados é a visão diferente como apelo à minúcia (pedagogia da visão) e as regularidades próprias do discurso são a permanência no visível.

O décimo-nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está situado no sétimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como crítica da dominância histórico-transcendental (ver AS, p. 228-9).

O sétimo parágrafo é um duplo do sexto, como passatempo, já que Foucault recusa a interpretação: “Permita-me, como passatempo, é claro – porque, como você [interlocutor discursivo] bem sabe, *não tenho inclinação particular para a interpretação* – dizer-lhe como compreendi seu discurso de há pouco.” (AS, p. 228, grifo nosso)¹⁸¹ A interpretação, como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, é a estratégia da preguiça: para a pedagogia da visão, é a recusa em ver mais e minuciosamente, para a estrutura de argumentação da constatação da visão, é o abandono da vontade de visibilidade absoluta ou total. É justamente “interpretando” (na verdade, há um deslocamento como passagem do que aparece, o discurso do inimigo discursivo no sexto parágrafo, para a necessidade da visão diferente, a “interpretação” de Foucault no sétimo parágrafo¹⁸²) o discurso do interlocutor discursivo que Foucault faz a crítica da dominação do invisível (transcendental) em relação à subordinação do visível (histórico):

Será a ela [delimitação transcendental] (...) – e estaremos firmemente decididos a jamais renunciar a isto -, que colocaremos a questão da origem, da constituição inicial, do horizonte teleológico, da continuidade temporal. Será este pensamento, que (...) se efetiva como nosso, que manteremos na *dominância histórico-transcendental*. (AS, p. 229, grifo nosso)

O vigésimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está presente no oitavo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como libertação da história do pensamento de sua sujeição transcendental (ver AS, p. 230).

¹⁸¹ Sobre o sexto parágrafo, como discurso do interlocutor discursivo, ver AS, p. 227-8.

¹⁸² Foucault desenvolve uma estratégia de diálogo com o interlocutor discursivo que defende o comando do invisível através da colocação em prática ou da performatividade da própria pedagogia da visão como movimento da aparência como ilusão (a dominação do invisível em relação à subordinação do visível) à visão diferente como necessidade de ver mais e com minúcia (eliminação do invisível e permanência no visível).

A libertação da história do pensamento de sua sujeição transcendental é o projeto de eliminação do invisível como dominação do invisível em relação à subordinação do visível:

Tratava-se de analisar tal história [do pensamento] em uma descontinuidade que nenhuma teleologia reduziria antecipadamente: demarcá-la em uma dispersão que nenhum horizonte prévio poderia tornar a fechar; deixar que ela se desenrolasse em um anonimato a que nenhuma *constituição transcendental* imporia a forma do sujeito; abri-la a uma temporalidade que não prometeria o retorno de nenhuma aurora. Tratava-se de despojá-la de qualquer *narcisismo transcendental*; era preciso libertá-la da esfera da origem perdida e reencontrada em que estava presa: era preciso mostrar que a história do pensamento não podia ter o momento revelador do *momento transcendental* (...) (AS, p. 230, grifo nosso)

O vigésimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão está localizado no décimo-segundo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como recusa de identificação com os rótulos de filosofia e de história do pensamento (ver AS, p. 232-3).

O interlocutor discursivo obriga Foucault a dar a identificação de seu discurso, história ou filosofia¹⁸³. O inimigo discursivo afirma que se o discurso de Foucault é um positivismo ingênuo, então não pode enfrentar a força do pensamento transcendental, e se for uma interrogação radical, então não escapa à interrogação transcendental. A estratégia é clara: “Ou não nos atinge, ou nós o reivindicamos.” (AS, p. 232) Aí está a força do invisível: é incontestável. Se a permanência no visível (positivismo) é ingenuidade, então a remissão ao comando do invisível (pensamento transcendental) é impossibilidade de contestação. A questão é que a defesa do invisível quer o resguardo da contestação e a defesa da permanência no visível aceita o confronto: no primeiro caso, há conforto na preguiça, no segundo, coragem na busca da visibilidade total ou absoluta como possibilidade de verificação. A resposta de Foucault é a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível: “É um discurso sobre discursos, mas não pretende neles encontrar uma *lei oculta*, uma origem recoberta que só faltaria libertar...” (AS, p. 233, grifo nosso) Ou ainda: “Tal discurso não tem por papel dissipar o esquecimento, reencontrar no *âmago das coisas ditas*, e onde elas se calam, o momento de seu nascimento (quer se trate de sua criação empírica ou do *ato transcendental que lhes dá origem*)...” (AS, p. 233, grifo nosso) E continua: “... ao invés de procurar, no que foi dito, o *outro* discurso oculto, que permanece o *mesmo* (ao invés, portanto, de ele [discurso de Foucault] fazer, sem interrupção, de *alegoria* e de *tautologia*), opera sem cessar as diferenciações: é *diagnóstico*.” (AS, p. 233) Portanto, o discurso de Foucault, como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (lei oculta do discurso,

¹⁸³ A intervenção do interlocutor discursivo está localizada no décimo-primeiro parágrafo da “Conclusão”: ver AS, p. 232.

origem das coisas ditas como ato transcendental, dito como remissão ao oculto: alegoria) - através do projeto de eliminação do invisível (transcendental) e da permanência no visível (discurso) como visão solitária e soberana -, não é nem filosofia, nem história do pensamento: “Se a filosofia é memória ou retorno da origem, o que faço não pode, de modo algum, ser considerado como filosofia, e se a história do pensamento consiste em tornar a dar vida a figuras semi-apagadas, o que faço não é, tampouco, história.” (AS, p. 233)

Tipologia da visibilidade

A apresentação da tipologia da visibilidade serve como complemento adicional ao esclarecimento da pedagogia da visão e da estrutura de argumentação da constatação da visão. A análise de apenas seis aparecimentos, segundo a cronologia dos fatos e através das unidades simples (parágrafos), tem por objetivo ressaltar as instâncias educativas e demonstrativas vinculadas às condições de visibilidade (e de invisibilidade) segundo a hierarquia de valor: da recusa do invisível, passando pela crítica da visibilidade não-discursiva explícita (o visível audível ou inaudível) e da visibilidade discursiva horizontal (explícita, direta, imediata, consciente, intencional), até a defesa da visibilidade discursiva vertical (prática, imanente, anônima). Neste sentido, a descrição da tipologia da visibilidade também é um complemento ao entendimento das relações entre audição e visão de acordo com os contatos entre invisível e inaudível, invisível e audível, visível e inaudível e visível e audível segundo o modelo de inteligibilidade da axiologia da hierarquia e da estratégia de guerra acompanhado da análise da especificidade de cada exemplo¹⁸⁴.

O primeiro aparecimento da tipologia da visibilidade está localizado no décimo-segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da distinção entre relações primárias ou reais, secundárias ou reflexivas e discursivas (ver AS, p. 52).

As relações primárias são aquelas estabelecidas entre instituições, técnicas, formas sociais, etc. São exteriores ao discurso (e independentes deste) e representam a visibilidade não-discursiva explícita:

(...) elas nem sempre podem ser sobrepostas às relações que são formadoras de objetos: as relações de dependência que podem ser assinaladas nesse nível

¹⁸⁴ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, especialmente “Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra”.

primário não se exprimem, forçosamente, no relacionamento que torna possíveis objetos de discurso. (AS, p. 52)

Distintas destas dependências reais, as relações secundárias são internas ao discurso, mas não reproduzem “... o jogo das relações que tornam possíveis e sustentam os objetos do discurso...” (AS, p. 52) Representam a visibilidade discursiva explícita. As relações discursivas são distintas das duas outras, anteriores, já que representam a visibilidade discursiva prática:

Assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das *relações primárias* ou *reais*, sistema das *relações secundárias* ou *reflexivas*, e sistema das *relações* que podem ser chamadas propriamente de *discursivas*. O problema é fazer com que apareça a especificidade dessas últimas e seu jogo com as outras duas. (AS, p. 52)

O segundo aparecimento da tipologia da visibilidade está situado no décimo-sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da avaliação do projeto inicial de procura da unidade do discurso junto à multiplicidade dos objetos (ver AS, p. 53-4).

A análise do exemplo da psicopatologia, extraído de **História da loucura**, permite distinguir a visibilidade discursiva explícita da visibilidade discursiva imanente:

(...) tínhamos usado, a título de marco, uma “unidade” como a psicopatologia: se tivéssemos querido fixar-lhe uma data de nascimento e um domínio preciso, teria sido necessário, sem dúvida, reencontrar o aparecimento da palavra, definir a que estilo de análise ela poderia aplicar-se e como se estabeleceria sua separação, por um lado, da neurologia e, por outro, da psicologia. O que se descobriu foi uma unidade de um outro tipo, que não tem provavelmente as mesmas datas, nem a mesma superfície, nem as mesmas articulações, mas que pode dar conta de um conjunto de objetos para os quais o termo psicopatologia não passava de uma rubrica reflexiva, secundária e classificatória. (AS, p. 53)

Para a pedagogia da visão, a aparência (visibilidade discursiva explícita, referente às relações secundárias ou reflexivas) é uma ilusão que remete à visão diferente (visibilidade discursiva imanente, referente às relações propriamente discursivas) como necessidade de ver mais.

O terceiro aparecimento da tipologia da visibilidade está presente no primeiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da busca de uma lei de emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes (que não seja uma sistematicidade lógica) – ver AS, p. 63.

A busca de uma lei de emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes é uma alternativa ao abandono da sistematicidade lógica dos conceitos que não seja uma entrega à aparência de desordem dos conceitos. A sistematicidade lógica é a visibilidade discursiva explícita comandada pela invisibilidade da virtualidade dedutiva, e a emergência,

sucessiva ou simultânea, de conceitos discordantes é a visibilidade discursiva imanente (do aparecimento):

Não se poderia encontrar uma *lei* que desse conta da *emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes*? Não se pode encontrar entre eles um *sistema de ocorrência* que não seja uma *sistematicidade lógica*? Antes de querer repor os conceitos em um *edifício dedutivo virtual*, seria necessário descrever a organização do *campo de enunciados em que aparecem e circulam*. (AS, p. 63, grifo nosso)

O quarto aparecimento da tipologia da visibilidade está localizado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica à construção interna dos conceitos para a descrição do sistema de sua formação como pré-conceitual (ver AS, p. 66-7).

A descrição do sistema de formação conceitual é uma crítica à visibilidade discursiva explícita (direta e imediata, manifesta): “A descrição de semelhante sistema [de formação conceitual] não poderia valer por uma descrição *direta e imediata* dos próprios conceitos.” (AS, p. 66, grifo nosso) É um apelo à visibilidade discursiva imanente (anônima):

Colocamo-nos na retaguarda em relação a esse jogo conceitual *manifesto*; e tentamos determinar segundo que esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso (...). Esses esquemas permitem descrever – não as *leis de construção interna dos conceitos*, não sua gênese progressiva e individual no espírito de um homem – mas sua *dispersão anônima* através de textos, livros e obras (...) (AS, p. 66-7, grifo nosso)

Notemos que a visibilidade discursiva explícita (interna) é consciente, intencional e progressiva; já a visibilidade discursiva imanente é anônima e impessoal. Esta visibilidade discursiva imanente (anônima) é o pré-conceitual: “Tal análise refere-se (...) em um nível de certa forma *pré-conceitual*, ao campo em que os enunciados podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido.” (AS, p. 67) Para a pedagogia da visão, existe a passagem da aparência como ilusão (visibilidade discursiva explícita, manifesta, direta e imediata) à visão diferente como necessidade de ver mais e com maior minúcia (visibilidade discursiva imanente e anônima).

O quinto aparecimento da tipologia da visibilidade está situado no sétimo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do exemplo da gramática geral para o entendimento do pré-conceitual (ver AS, p. 67).

A análise dos quatro esquemas teóricos que caracterizam a gramática geral nos séculos XVII e XVIII, estudados em **As palavras e as coisas**, indica a recusa do modelo de passagem da aparência como ilusão (visibilidade discursiva manifesta) à invisibilidade:

Esses quatro esquemas – atribuição, articulação, designação e derivação – *não designam conceitos efetivamente utilizados* por gramáticos clássicos; não permitem tampouco *reconstituir, acima de diferentes obras* de gramática, uma espécie de *sistema mais geral, mais abstrato*, mais pobre, mas que *descobriria*, por isso mesmo, *a compatibilidade profunda desses sistemas aparentemente opostos*. (AS, p. 67, grifo nosso)

Para a pedagogia da visão, a passagem da aparência como ilusão (visibilidade discursiva manifesta, consciente: conceitos efetivamente utilizados) não é uma remissão à invisibilidade ou à generalidade através da abstração (reconstituição, acima da visibilidade discursiva manifesta, de sistema mais geral, mais abstrato, que descobriria a compatibilidade profunda), mas sim a busca da visão diferente (visibilidade discursiva imanente, anônima) mediante minúcia e especificidade.

O sexto aparecimento da tipologia da visibilidade está presente no terceiro parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o questionamento da eficácia descritiva das formações discursivas para a definição de unidades (ver AS, p. 79).

Os distintos discursos comportam uma dispersão de elementos:

(...) essa própria dispersão (...) pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas: se há unidade, ela não está na *coerência visível e horizontal* dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação. (AS, p. 79, grifo nosso)

Existe crítica da visibilidade horizontal (que é a visibilidade discursiva manifesta, explícita) e defesa da visibilidade vertical (que é a visibilidade discursiva imanente, anônima – do sistema regular de formação). Sobre a oposição entre visibilidade horizontal e vertical, ver supra comparativa e complementarmente o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa

A recapitulação do funcionamento da pedagogia da visão e da estrutura de argumentação da constatação da visão permite compreender uma série de relações que ajudam a esclarecer a tipologia da visibilidade. O escopo é mostrar como há reciprocidade, apesar das diferenças, entre a pedagogia e a constatação, quer dizer, o que uma possui de processual (e de projeto), a outra tem de demonstração (e de prova).

A pedagogia da visão começa com a identificação e a crítica da aparência como ilusão. A constatação da visão inicia através da identificação e da crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível. A aparência que ilude é o jogo de dominação e de subordinação do visível e do invisível, a constante remissão do visível ao comando do invisível: a visibilidade discursiva horizontal é aquela que ilude porque faz o jogo do envio do visível ao invisível.

A pedagogia da visão busca a visão diferente como especificidade: a única maneira de combater a aparência ilusória é através da necessidade de ver mais e com maior minúcia – a procura da quantidade é uma opção pela qualidade. A pedagogia recusa o invisível mediante o mesmo gesto que aceita a invisibilidade apenas como condição provisória no caminho da procura de mais visão com maior minúcia. A constatação da visão, após a identificação do jogo de dominação e de subordinação do visível e do invisível, assume o projeto de eliminação do invisível, a que corresponde a visão diferente como necessidade de ver mais e a aceitação da invisibilidade como condição provisória, e defende a permanência no visível, como visão solitária (desvinculada dos outros sentidos) e soberana (dissociada do invisível), a que corresponde a visão específica como necessidade de ver com maior minúcia. A identificação da efetividade, como aquilo que realmente foi dito ou escrito (o visível ou o visível audível), é, no mesmo gesto, eliminação do invisível e permanência no visível, e visão diferente e/ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia. Esta visão diferente e a permanência no visível efetivo são a busca da visibilidade discursiva vertical. Uma observação: já que há possibilidade da visibilidade não-discursiva, é preciso afirmar que a escolha da permanência no visível discursivo (como visível/escrito ou como visível audível/dito – lembremos que o audível/dito remete, em última instância, ao visível/escrito¹⁸⁵) exclui a referência ao visível não-discursivo, das coisas ou dos objetos (o inaudível, *par excellence*)¹⁸⁶ – é preciso lembrar que **A arqueologia do saber** é um livro sobre a relação entre a análise das formações discursivas (análise do discurso) e a descrição dos enunciados (teoria do enunciado)¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, principalmente “Relação entre visível e audível”.

¹⁸⁶ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Relação entre visível e inaudível”.

¹⁸⁷ O desenvolvimento de **A arqueologia do saber**, afora sua “Introdução” e sua “Conclusão” (que, aliás, deveriam ser lidas em conjunto, dada uma série de ressonâncias peculiares), é a busca da relação, na quarta parte, “A descrição arqueológica”, entre a análise das formações discursivas, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, e a descrição dos enunciados, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”. A segunda divisão, letra “B”, do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, mais especificamente o décimo-quarto parágrafo, estabelece esta possibilidade de união de maneira explícita. Ver AS, p. 131-3.

A pedagogia da visão, como processo de busca da visão diferente ou específica através da necessidade de ver mais e com maior minúcia, é a vontade de ver tudo, procura da visibilidade absoluta ou total. A constatação da visão, como reconhecimento do limite ou da finitude proporcionado pela identificação da efetividade da permanência no visível (ao contrário do invisível, abstrato, portanto infinito e ilimitado¹⁸⁸, o visível tem uma efetividade que autoriza o reconhecimento do limite ou da finitude - do escrito ou do dito), é a possibilidade da visão absoluta ou total. A vontade da pedagogia é a possibilidade da constatação. E é justamente desta conjunção da vontade com a possibilidade que surge o perigo da unicidade da visão, como se a totalidade levasse à igualdade, como se do fato de todos verem tudo, alcançarem a visão absoluta ou total, a consequência fosse a mesma visão. O fato de a visão diferente ser específica não altera a situação, ao contrário, já que a busca da minúcia ou a atenção à efetividade tende a facilitar o acordo, ou a reconhecer a igualdade como visibilidade absoluta ou total da especificidade¹⁸⁹.

Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total

A apologia da história é a união de duas heranças filosóficas opostas, a defesa da epistemologia e a crítica da metafísica: por isso, o discurso da historicidade é discurso da visão como eliminação do invisível, quer dizer, a abordagem da relação entre visível e invisível como epistemologia da percepção mediante o gabarito de inteligibilidade do processo pedagógico e da estrutura de argumentação, aliado à exposição da tipologia da visibilidade, mostra que a visão absoluta ou total é o escopo do discurso da historicidade, ao mesmo tempo seu ideal educativo e sua vontade demonstrativa – se da relação entre os sentidos surge o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana¹⁹⁰, da relação interna à visão como contato entre visível e invisível nasce o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total.

O discurso da historicidade (apologia da história) é discurso da visão (herança filosófica da afirmação epistemológica) não apenas porque a visibilidade é um de seus

¹⁸⁸ Ver supra o nono e o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a relação do invisível com o infinito ou a indefinição e/ou o ilimitado).

¹⁸⁹ Ver supra o oitavo e o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a visão ou visibilidade absoluta ou total da especificidade).

¹⁹⁰ Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, especialmente “O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana”.

elementos constitutivos¹⁹¹, nem somente porque os elementos formadores do discurso da historicidade vinculados ao discurso da visão, presença, espaço e especificidade, são auxiliares na confirmação das provas¹⁹², mas também porque a eliminação do invisível (herança filosófica da negação metafísica) é seu projeto. Se o discurso da visão, analisado mediante processo pedagógico, mostra performaticamente que a invisibilidade é uma condição provisória no caminho da aparência como ilusão à visibilidade absoluta ou total, ou revela que a própria aparência ou a visão horizontal é uma ilusão justamente quando e porque remete constantemente ao invisível¹⁹³, e se o discurso da visão, abordado através de constatação argumentativa, mostra que a eliminação do invisível é uma etapa lógica na construção da estrutura que leva à visão absoluta ou total, então, nos dois casos, o discurso da historicidade é discurso da visão como vontade de visibilidade absoluta ou total, já que o processo pedagógico é correlativo da constatação argumentativa.

¹⁹¹ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o terceiro e o quinto aparecimento da palavra “historicidade”. Ver supra também, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

¹⁹² Sobre como o espaço, por exemplo, ao mesmo tempo elemento constituinte do discurso da historicidade (ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro, o sexto e o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade”) e associado ao discurso da visão, auxilia a confirmação das provas (quer dizer, demonstra a existência do discurso da visão na constituição do discurso da historicidade), ver supra o décimo-primeiro, o décimo-segundo e o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a primeira demonstração da tese de que os elementos formadores do discurso da historicidade associados ao discurso da visão são auxiliares na confirmação da prova da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão (exemplo do espaço), ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”.

¹⁹³ Ver supra o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a diferença entre aparecimento como presença e aparência como ilusão).

CAPÍTULO 3 – VISÃO ABSOLUTA OU TOTAL: NECESSIDADE DA PRESENÇA

Sobre a presença

O discurso da historicidade é discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana¹⁹⁴ e como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total¹⁹⁵ (e o discurso da historicidade é crítica do discurso da metafísica como projeto de eliminação do invisível¹⁹⁶), quer dizer, a vontade do estrangeiro (a apologia da história) é transporte das heranças (a afirmação epistemológica e a negação metafísica) – e o combate entre as heranças estabelece que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade¹⁹⁷. Se o discurso da historicidade está associado ao elemento da presença¹⁹⁸, e o discurso da historicidade é discurso da visão (mas também discurso da miscigenação), então é preciso mostrar como a presença aparece e funciona vinculada ao discurso da visão (demonstração da relação de harmonia entre visão e presença como primeira explicação da repartição do discurso da historicidade em discurso da visão¹⁹⁹: a presença pertence ao

¹⁹⁴ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão cujo ideal epistemológico-perceptivo é a visão solitária e soberana, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica” (tal tese é a conclusão do primeiro capítulo).

¹⁹⁵ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão cujo ideal pedagógico-argumentativo é a visão absoluta ou total, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total” (tal tese é a conclusão do segundo capítulo).

¹⁹⁶ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica mediante projeto de eliminação do invisível, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, o quinto aparecimento da palavra “historicidade” (terceira apresentação via negativa), no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Axiologia da hierarquia e estratégia de guerra” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, e, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”.

¹⁹⁷ Sobre a tese do discurso da metafísica como revelação do avesso do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, e, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”.

¹⁹⁸ Sobre o elemento da presença como constitutivo do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o terceiro, o quarto, o quinto, o nono, o décimo e o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade” (historicidade como, respectivamente, presença da diferença temporal específica visível, presença da diferença temporal relacionada, presença da diferença temporal visível, múltipla presença temporal específica, temporalidade das múltiplas presenças específicas e presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas relacionadas).

¹⁹⁹ Sobre a tese da repartição do discurso da historicidade em discurso da visão (e discurso da miscigenação), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”.

discurso da visão) e relacionada aos outros elementos do discurso da historicidade (demonstração da relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade como segunda explicação da repartição do discurso da historicidade em discurso da visão: a presença, o espaço e a especificidade constituem o discurso da visão²⁰⁰; e demonstração da relação de conflito da presença com a relação, a multiplicidade e o tempo como explicação da repartição do discurso da historicidade em discurso da visão e discurso da miscigenação: o discurso da historicidade é constituído pela união tensa ou a aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação²⁰¹). Assim, o escopo é mostrar, em primeiro lugar, a relação entre presença e discurso da visão através da forma como a pedagogia da visão e principalmente a (estrutura de argumentação da) constatação da visão reivindicam a necessidade da presença, e, em segundo lugar, mostrar a relação entre a presença e os outros elementos do discurso da historicidade, espaço e especificidade (demonstração da relação de harmonia que prova a tese da constituição do discurso da visão como relação entre presença, espaço e especificidade), relação, multiplicidade e tempo (demonstração da relação de conflito que prova a tese da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação). Lembremos que o estrangeiro inverte a ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação em relação ao discurso da visão, justamente porque afirma uma herança, a epistemologia aplicada ao discurso da visão, e rejeita outra, a metafísica, solidária da ideia de senso comum de história, como recusa do discurso da visão: ora, isso explica a união tensa ou a aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação²⁰² – o que será demonstrado mediante a constatação da relação de conflito entre a presença e os elementos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade e tempo.

Terminologia da presença

²⁰⁰ Sobre a tese da constituição do discurso da visão como relação (de harmonia) entre presença, espaço e especificidade (repartição do discurso da historicidade), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”.

²⁰¹ Sobre a tese (principal) da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão, cujos elementos são presença, espaço e especificidade, e discurso da miscigenação, cujos elementos são relação, multiplicidade e tempo, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”.

²⁰² Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade, união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, como consequência da inversão da ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação em relação ao discurso da visão, solidária da sua definição metafísica como recusa ou possibilidade de eliminação do discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”.

A presença está associada à visão: há relação de harmonia entre presença e discurso da visão, ou o discurso da visão é constituído pela necessidade da presença (a presença pertence ao discurso da visão). De acordo com a pedagogia da visão, a procura da visão diferente ou específica como exigência de ver com maior minúcia²⁰³ é necessidade da presença. Segundo a estrutura de argumentação da constatação da visão, a permanência no visível como visão solitária e soberana²⁰⁴ é necessidade da presença. A busca da visão diferente ou específica como procura da minúcia e a permanência no visível como visão solitária e soberana estão vinculadas à identificação da efetividade: o visível é efetivo, o efetivo é específico²⁰⁵, daí a tríplice caracterização da necessidade da presença como garantia da permanência no visível, através da procura da visão específica, ou da identificação da efetividade.

A presença está vinculada ao discurso da visão através da relação de harmonia com o espaço e a especificidade: há indissociabilidade entre presença e espaço (presença no espaço, espaço da presença: a presença sempre ocorre no espaço, o espaço é sempre ocasião de presença) – e ambos garantem a permanência no visível ou a identificação da efetividade –; e a necessidade da presença ou a indissociabilidade entre presença e espaço levam à descrição da especificidade (a presença e o espaço são sempre específicos) – e a permanência no visível é procura da visão específica ou identificação da efetividade. A presença está associada aos outros elementos do discurso da historicidade, relação, multiplicidade e tempo (discurso da miscigenação) mediante relação de conflito devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica²⁰⁶.

A demonstração da necessidade da presença para o discurso da visão (como pedagogia e como constatação) mediante relação de harmonia com o espaço e a especificidade – e também a relação de conflito da presença com a relação, a multiplicidade e o tempo –, eis o escopo almejado: para isso, será necessário analisar a terminologia própria da presença, cuja

²⁰³ Sobre a pedagogia da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “A pedagogia da visão”.

²⁰⁴ Sobre a estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “A estrutura de argumentação da constatação da visão”.

²⁰⁵ Sobre a relação entre permanência no visível como visão solitária e soberana e identificação da efetividade (o visível é efetivo) e sobre a relação entre permanência no visível como visão solitária e soberana, visão específica como necessidade de ver com maior minúcia e identificação da efetividade (o efetivo é específico), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, respectivamente “A estrutura de argumentação da constatação da visão” e “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

²⁰⁶ O discurso da miscigenação, a que corresponde a ideia de senso comum de história, é solidário da definição metafísica da história justamente como recusa ou possibilidade de eliminação do discurso da visão, por isso a relação de conflito entre a presença e os elementos do discurso da miscigenação.

axiologia remete ao critério da recorrência, assim os termos mais repetidos são acontecimento, aparecimento (de longe, o mais recorrente), existência, emergência e surgimento – mas também, menos recorrentes, já que sua atuação é mais pontual, entretanto funcionalmente relevantes, já que também exercem o papel de prova (da necessidade da presença), irrupção (histórica), (constituição de) incisão, aparição, emissão, ato de (aparecimento), nascimento, presente/atualidade, formação, manifestação, transformação, derivação, substituição, instauração, aparência, origem, começo, gênese (histórica), permanência/conservação, ser (ontologia), instituição, apresentação, incidência, realização/realidade, produção, ocorrência, efetivação/efetuação, dito (coisas ditas), empiria (figura empírica) ou contingência, determinação (histórica), fato (enunciativo), mostrar-se, exterioridade, materialidade. Apresentaremos, conforme a cronologia dos fatos, de modo pormenorizado (mas não exaustivo), com o intuito de comprovar a disseminação fundamental, noventa e três aparecimentos desta terminologia da presença, de acordo com a seguinte sequência: análise do acontecimento, do aparecimento, da existência, da emergência e, por fim, do surgimento – e os termos menos recorrentes serão analisados em função dos termos mais repetidos.

Presença como acontecimento

Para começar, dentre os termos mais recorrentes da presença, o acontecimento (*l'événement*). Analisaremos dezessete aparecimentos da presença como acontecimento, destacando, por um lado, sua relação (de harmonia) com o discurso da visão, através do contato com a pedagogia da visão e, principalmente, com a estrutura de argumentação da constatação da visão, e, por outro lado, sua relação (de harmonia) com os outros elementos do discurso da visão, espaço, através da indissociabilidade, e especificidade, e sua relação (de conflito) com os elementos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade e tempo.

O primeiro aparecimento da presença como acontecimento está localizado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da renúncia dos temas que garantem a continuidade do discurso (ver AS, p. 27-8).

A renúncia aos temas que garantem a continuidade do discurso é a permanência no visível como presença (e espaço):

É preciso renunciar a todos esses temas [origem secreta e originária, e dito já-dito como jamais-dito ou não-dito] que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua *irrupção de acontecimentos* [sic], nessa *pontualidade em que aparece* (...) (AS, p. 28, grifo nosso)²⁰⁷

A presença é o acontecimento como irrupção (relação entre presença e tempo: tempo da presença, presença no tempo) e o aparecimento na pontualidade (relação entre presença e espaço: presença no espaço - indissociabilidade entre presença e espaço, já que a presença sempre acontece no espaço).

O segundo aparecimento da presença como acontecimento está situado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos como oposição à análise da língua (ver AS, p. 30-1).

A suspensão das formas imediatas de continuidade tem como consequência a liberação de um domínio para a análise: “Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de *todos* os enunciados *efetivos* (quer tenham sido falados ou escritos), em sua *dispersão* de *acontecimentos* e na *instância própria* de cada um.” (AS, p. 30, grifo nosso) A presença é o acontecimento (do enunciado). O enunciado é efetivo (falado ou escrito, audível ou visível, e audível/falado como possibilidade de remissão ao visível/escrito²⁰⁸), quer dizer, a presença é o acontecimento como efetividade ou permanência no visível (acontecimento do enunciado efetivo ou visível). O domínio liberado é o do conjunto de todos os enunciados efetivos como acontecimentos, ou seja, porque há efetividade (permanência no visível como presença) existe totalidade (visão absoluta ou total): a presença dos enunciados como acontecimentos efetivos autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total²⁰⁹. Os enunciados efetivos, como acontecimentos, estão dispersos, quer

²⁰⁷ Erro de tradução: ao invés do plural “acontecimentos” deveria ser o singular “acontecimento”. Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e audível (sobre como o invisível audível, a ausência como escuta do secreto, domina o visível inaudível, a presença do discurso manifesto como escrita aparente). Ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre como a permanência no visível e a consequente eliminação do invisível estão associados à importância da presença e à busca da visão específica como necessidade de minúcia).

²⁰⁸ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre visível e audível (sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível como possibilidade de remissão do audível ao governo da visão).

²⁰⁹ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre como a efetividade como permanência no visível e o limite ou a totalidade autorizam a vontade de visibilidade absoluta ou total).

dizer, há relação entre presença (acontecimentos dos enunciados efetivos) e multiplicidade (dispersão dos acontecimentos) – de qualquer forma, a dispersão ou multiplicidade é controlada pela totalidade ou vontade de visão absoluta ou total, já que a dispersão de acontecimento dos enunciados refere-se à totalidade dos enunciados efetivos. Os enunciados considerados em sua instância própria indicam a singularidade de cada um, ou seja, existe relação entre presença (enunciados como acontecimentos efetivos) e especificidade ou singularidade (propriedade da instância de cada um). Caracterizemos de outro modo o domínio imenso liberado à análise: “... o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos...*” (AS, p. 30, sublinhado nosso) A presença é o acontecimento (discursivo - do enunciado) e o aparecimento. Existe relação entre presença (acontecimento) e multiplicidade (população): população de acontecimentos discursivos. Há relação entre presença (acontecimento) e espaço (discurso): os enunciados acontecem no discurso (presença no espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço). O projeto de descrição dos acontecimentos discursivos aparece a partir da neutralidade inicial proporcionada pela suspensão das formas imediatas de continuidade: a presença é o aparecimento. A comparação entre análise da língua e descrição dos acontecimentos discursivos permite distinguir o projeto de descrição: “O *campo dos acontecimentos discursivos (...)* é o conjunto sempre *finito e efetivamente limitado* das únicas seqüências linguísticas que tenham sido formuladas...” (AS, p. 30-1, grifo nosso) A presença é o acontecimento (discursivo). Há relação entre presença (acontecimento), espaço (campo) e multiplicidade – o espaço da presença múltipla, o campo dos acontecimentos discursivos – e existe a identificação da efetividade (quer dizer, do espaço da presença múltipla como efetivo, o campo dos acontecimentos discursivos é efetivo) que permite o reconhecimento da finitude ou do limite (espaço da presença múltipla como finito ou limitado, o campo dos acontecimentos discursivos é sempre finito e limitado) como autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total²¹⁰. A questão fundamental da descrição dos acontecimentos do discurso é: “... como *apareceu um determinado* enunciado, e não outro em seu *lugar?*” (AS, p. 31, grifo nosso) A presença (acontecimento, aparecimento) é sempre singular ou específica (um determinado, e não outro) e espacial (em seu lugar). A relação entre presença, especificidade e espaço permite caracterizar a permanência no visível como busca da visão

²¹⁰ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre como o reconhecimento do limite ou da finitude autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total).

específica (necessidade de minúcia): a visão solitária e soberana é sempre singular porque fixa a presença no espaço²¹¹. Daí o risco da imobilidade do olhar: a especificidade da visão que fixa a presença no espaço.

O terceiro aparecimento da presença como acontecimento está localizado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da primeira utilidade da manutenção em suspensão das unidades admitidas, a restituição da singularidade de acontecimento do enunciado (ver AS, p. 32).

A manutenção em suspensão das unidades admitidas tem por objetivo a restituição da singularidade de acontecimento do enunciado:

(...) a supressão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua *singularidade de acontecimento* (...); faz-se, assim, com que ele *surja* em sua *irrupção histórica*; o que se tenta observar é essa *incisão* que ele *constitui*, essa *irreduzível* – e muito frequentemente minúscula – *emergência*. (AS, p. 32, grifo nosso)

A presença é o acontecimento, o surgimento, a irrupção histórica, a constituição de incisão, a emergência - do enunciado. Há relação entre presença e especificidade: singularidade de acontecimento, irreduzível emergência (do enunciado) – todo acontecimento é singular, toda emergência é irreduzível (a presença é sempre específica):

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua *aparição*, por menos entendido ou mal-decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um *acontecimento* que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. (AS, p. 32, grifo nosso)

A presença é a aparição, o acontecimento (do enunciado).

Trata-se de um *acontecimento* estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um *gesto de escrita* ou à *articulação de uma palavra*, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma *existência remanescente* no campo de uma memória, ou na *materialidade* dos manuscritos, dos livros e de *qualquer forma de registro*; em seguida, porque é *único* como todo *acontecimento*, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação (...) (AS, p. 32, grifo nosso)

A presença é o acontecimento (estranho do enunciado), a existência (remanescente do enunciado). O audível (articulação de uma palavra) e o tátil (gesto de escrita) estão vinculados ao visível (existência remanescente na materialidade de qualquer forma de registro²¹²: relação entre presença, espaço e tempo – a presença é permanência no visível: o visível precisa da

²¹¹ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a relação entre a busca da visão específica como necessidade de minúcia e a vontade de visibilidade absoluta ou total).

²¹² Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre visível e audível. Ver supra também, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Relação entre audição, tato e visão”.

presença e a presença é sempre visibilidade). Existe relação entre presença e especificidade: acontecimento único (do enunciado).

O quarto aparecimento da presença como acontecimento está situado no décimo-segundo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da segunda utilidade da manutenção em suspensão das unidades admitidas, a possibilidade da apreensão de outras formas de regularidade ou de outros tipos de relações (ver AS, p. 32-3).

A segunda utilidade da suspensão das unidades admitidas é a possibilidade da descrição de relações discursivas e não-discursivas: “Fazer *aparecer*, em sua pureza, o *espaço* em que se desenvolvem os *acontecimentos* discursivos (...) é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, *jogos de relações*.” (AS, p. 33, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do espaço) e o acontecimento (discursivo). Há relação entre presença, espaço e miscigenação: a presença do espaço (aparecimento do espaço discursivo) e o espaço da presença (espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos) – indissociabilidade entre presença e espaço - remetem à descrição de jogos de relações discursivas (entre enunciados e entre grupos de enunciados) e não-discursivas: “... *relações* entre enunciados ou grupos de enunciados e *acontecimentos* de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política).” (AS, p. 33, grifo nosso) O não-discursivo é presença (acontecimento), ou seja, visível (audível ou inaudível), e a possibilidade de relação entre as duas visibilidades (discursiva e não-discursiva) ocorre mediante remissão última ao visível discursivo²¹³.

O quinto aparecimento da presença como acontecimento está localizado no vigésimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do regime de materialidade repetível do enunciado (ou da diferença entre enunciação e enunciado) – ver AS, p. 116-7.

A enunciação é singular: “A enunciação é um *acontecimento* que não se repete; tem uma *singularidade situada e datada* que não se pode reduzir.” (AS, p. 116, grifo nosso) A enunciação é a relação entre presença (acontecimento), especificidade (singularidade), espaço (situação) e tempo (data): “Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos for *emitido*. Cada uma dessas articulações tem sua *individualidade espaço-temporal*.” (AS, p. 116, grifo nosso) A enunciação é a fixação da presença (emissão de signos) no espaço e no tempo como singularidade (individualidade), cujo risco é a imobilidade do olhar. O enunciado

²¹³ A tese de que o visível não-discursivo remete, em última instância, ao visível discursivo foi enunciada no “Prólogo – Discurso da historicidade” (ver supra “O discurso é historicidade”).

é repetível: “Ora, o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples *fato* [sic] da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua *materialidade...*” (AS, p. 117, grifo nosso)²¹⁴ A repetibilidade do enunciado é a sua diferença em relação à enunciação, entretanto ele possui materialidade, por isso a relação entre presença (acontecimento), espaço (materialidade), tempo e especificidade também é fundamental. Tanto enunciação quanto enunciado são visíveis (materiais), daí a importância da presença (como acontecimento) – no espaço.

O sexto aparecimento da presença como acontecimento está situado no vigésimo-oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo de utilização do enunciado como princípio de variação de sua identidade (ver AS, p. 120).

A repetibilidade (manutenção da identidade) do enunciado se opõe à singularidade da enunciação mediante a definição do espaço (campo de utilização): “A constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do *campo de utilização* no qual ele se encontra inserido.” (AS, p. 120, sublinhado nosso) Para a enunciação, a presença (acontecimento) é sempre singular – relação entre presença e especificidade. Para o enunciado, a presença (acontecimento) depende do espaço (campo de utilização) – relação entre presença e espaço.

O sétimo aparecimento da presença como acontecimento está localizado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a fixação do vocabulário (definição de performance verbal ou linguística e de formulação) – ver AS, p. 123-4.

Há relação entre as definições de performance verbal ou linguística e de formulação:

Se aceitarmos chamar *performance verbal*, ou talvez melhor *performance linguística*, todo conjunto de signos efetivamente produzidos a partir de uma língua natural (ou artificial), poderemos chamar *formulação* o ato individual (ou, a rigor, coletivo) que faz surgir [sic], em um material qualquer e segundo uma forma determinada, esse grupo de signos: a formulação é um acontecimento que, pelo menos de direito, é sempre demarcável segundo coordenadas espaço-temporais, que pode ser sempre relacionada a um autor, e que eventualmente pode constituir, por si mesma, um ato específico (...) (AS, p. 123, sublinhado nosso)²¹⁵

A definição de performance verbal ou linguística estabelece a relação entre identificação da efetividade (portanto, necessidade da presença, quer dizer, permanência no visível) – signos

²¹⁴ Problema de tradução: ao invés de “fato” deveria ser “acontecimento”.

²¹⁵ Problema de tradução: ao invés de “surgir” deveria ser “aparecer”.

efetivamente produzidos - e reconhecimento do limite ou da finitude através da totalidade (todo conjunto de signos efetivamente produzidos) -, daí a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total. A definição de formulação estabelece a presença como ato de aparecimento, como acontecimento. Esta presença tem relação com o espaço e o tempo, e com a especificidade: acontecimento (aparecimento) ou ato específico demarcável segundo coordenadas espaço-temporais.

O oitavo aparecimento da presença como acontecimento está situado no décimo-sétimo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da remanência dos enunciados (ver AS, p. 143).

A remanência dos enunciados se opõe ao retorno à formulação como acontecimento passado: “Essa análise [enunciativa das formas específicas de acúmulo] supõe que os enunciados sejam considerados na *remanência* que lhes é própria e que não é a do retorno sempre possível ao acontecimento passado da formulação.” (AS, p. 143) A formulação é a presença (acontecimento) e somente é possível retornar a ela (portanto, ela é visível) justamente porque tem presença (acontecimento). A remanência (dos enunciados) é a permanência na visibilidade, é a presença: há relação entre presença, especificidade e tempo, já que a remanência (presença no tempo) dos enunciados é própria (específica).

O nono aparecimento da presença como acontecimento está localizado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148).

A definição de arquivo estabelece relação entre presença e espaço:

(...) temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. (AS, p. 148, sublinhado nosso)

O arquivo é a relação entre presença (enunciado como acontecimento – e/ou aparecimento) e espaço (enunciado como coisa: campo de utilização), quer dizer, só há presença no espaço e o espaço é presença (por isso a presença do espaço e o espaço da presença são indissociáveis) – a permanência no visível é esta necessidade da presença e, conseqüentemente, do espaço.

O décimo aparecimento da presença como acontecimento está situado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O

enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148-9).

A análise da definição de arquivo expõe a terminologia da presença:

Trata-se (...) do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, (...) [tenham *surgido*] tenham *aparecido* graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; (...) *nasçam* segundo regularidades *específicas* (...) (AS, p. 148-9, grifo nosso)

A presença é o surgimento, o aparecimento ou o nascimento (de tantas coisas ditas) – o nascimento específico é a relação entre presença e especificidade. Continua a definição de arquivo: “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o *aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares*.” (AS, p. 149, grifo nosso)²¹⁶ Existe relação entre presença (aparecimento como acontecimento) e especificidade (singularidade): aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares - a presença é sempre específica. Depois, o arquivo como sistema de enunciabilidade:

O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade*. (AS, p. 149, sublinhado nosso)

Há indissociabilidade entre presença (enunciado-acontecimento) e espaço (corpo em que se dá) – notemos que a caracterização do espaço ocorre como corporeidade. A seguir, o arquivo como sistema de funcionamento: “O arquivo não é, também, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é *o sistema de seu funcionamento*.” (AS, p. 149, sublinhado nosso) O modo de atualidade do enunciado-coisa (o arquivo como sistema de seu funcionamento) é a presença como presente. Por fim, o arquivo “... é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria.” (AS, p. 149, sublinhado nosso) Há relação entre presença (existência) e multiplicidade: arquivo diferencia os discursos em sua existência múltipla (presença múltipla)²¹⁷. Existe relação entre presença, multiplicidade, tempo e especificidade: arquivo especifica os discursos em sua duração própria (presença múltipla no tempo específico)²¹⁸.

²¹⁶ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o oitavo aparecimento da relação entre invisível e inaudível (especificamente sobre a relação entre necessidade da presença e permanência no visível audível).

²¹⁷ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

²¹⁸ Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade”, o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”. Sobre a diferença como tempo, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade”, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto e o nono aparecimento da palavra “historicidade”.

O décimo-primeiro aparecimento da presença como acontecimento está localizado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 149-50).

O arquivo define um nível particular: “... o de uma prática que faz *surgir* uma *multiplicidade* de enunciados como tantos *acontecimentos* regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação.” (AS, p. 150, grifo nosso) A presença (surgimento, acontecimento) está relacionada à multiplicidade (de enunciados): visão de múltiplas presenças. Continua a definição do nível particular do arquivo: “... entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se *modificarem* regularmente. *É* [sic] *o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.*” (AS, p. 150, sublinhado nosso)²¹⁹ O arquivo é a presença como aparecimento (das regras de uma prática) e como formação (dos enunciados). Há relação entre presença e tempo: formação e subsistência (quer dizer, presença e permanência no tempo), mas também transformação ou modificação (presença no tempo). O arquivo é um instrumento conceitual da visibilidade (da permanência no visível) porque garante presença (permanente).

O décimo-segundo aparecimento da presença como acontecimento está situado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da história das ideias como reencontro da linha contínua de uma evolução e como descrição de uma série de figuras globais (ver AS, p. 161-2).

A história das ideias distingue duas categorias de formulações, as antigas (repetidas, tradicionais, banais) e as novas (inéditas, originais) – as criações são aquelas “... que *aparecem* pela primeira vez...” (AS, p. 161, grifo nosso) A presença é o aparecimento. O grupo das formulações banais (como descrição de uma série de figuras globais)

(...) *manifesta* a história como inércia e marasmo (...); os enunciados devem aí ser tratados em massa e segundo o que têm em comum; sua *singularidade de acontecimento* pode ser neutralizada; perdem importância também a identidade de seu autor, *o momento e o lugar de seu aparecimento* (...) (AS, p. 161-2, grifo nosso)

A presença é manifestação (da história), acontecimento (há relação entre presença e especificidade: singularidade de acontecimento) e aparecimento (existe relação entre

²¹⁹ Erro de tradução: não há grifo de “É” no original.

presença, espaço e tempo: momento e lugar de aparecimento)²²⁰. Ainda sobre as formulações originais (como reencontro da linha contínua de uma evolução): “No primeiro caso [reencontro da linha contínua de uma evolução através das criações], a história das ideias descreve uma sucessão de *acontecimentos* de pensamento; (...) reconstituímos a *emergência* das verdades ou das formas...” (AS, p. 162, grifo nosso) A presença é o acontecimento e a emergência. Há relação entre presença e tempo: sucessão de acontecimentos. Uma breve observação: como há uma crítica da história das ideias, a terminologia da presença aparece como oposição ao funcionamento da própria história das ideias mediante a defesa da arqueologia: assim, a presença como acontecimento não deve ser entendida em função do pensamento (remissão ao invisível), mas sim em virtude do discurso (permanência no visível)²²¹.

O décimo-terceiro aparecimento da presença como acontecimento está localizado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como definição das regras de formação de um conjunto de enunciados a partir do nível de embreagem dos acontecimentos (ver AS, p. 191-2).

A arqueologia estabelece a relação entre o discurso e o não-discurso:

A arqueologia define as regras de formação de um conjunto de enunciados. *Manifesta*, assim, como uma *sucessão de acontecimentos* pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica. A arqueologia analisa o grau e a forma de permeabilidade de um discurso: apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de *acontecimentos sucessivos*; define os operadores pelos quais os *acontecimentos* se transcrevem nos enunciados. (AS, p. 191-2, grifo nosso)²²²

A presença é o acontecimento (e a manifestação): o visível (do discurso e do enunciado) e o visível audível ou inaudível (do exterior). Há relação entre presença, miscigenação e tempo: articulação do discurso com uma cadeia de acontecimentos sucessivos.

A arqueologia não nega a possibilidade de enunciados novos em correlação com acontecimentos “exteriores”. Sua tarefa é mostrar em que condições pode haver tal correlação entre eles, e em que ela consiste precisamente

²²⁰ Sobre a descrição de uma série de figuras globais como perda da especificidade, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre visível e inaudível.

²²¹ É o mesmo método da transvaloração dos valores adotado diante da análise dos aparecimentos da palavra “historicidade” segundo a apresentação via negativa. Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro, o segundo, o quinto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

²²² A transcrição da sucessão de acontecimentos (exteriores, não-discursivos) nos enunciados (ou no discurso) confirma a tese de que o não-discursivo aparece e funciona como discurso, ou a visibilidade não-discursiva somente aparece e funciona como visibilidade discursiva. Ver supra o quarto aparecimento da presença como acontecimento.

(quais são seus limites, forma, código, lei de possibilidade). Não evita a mobilidade dos discursos que os faz agitarem-se ao ritmo dos acontecimentos; tenta libertar o nível em que ela se desencadeia – o que se poderia chamar o nível de *embreagem dos acontecimentos* [sic]. (Embreagem que é específica para cada formação discursiva (...)) (AS, p. 192, sublinhado nosso)²²³

A relação entre os enunciados (visível como presença discursiva) e os acontecimentos exteriores (visível como presença não-discursiva) ocorre através da embreagem ou mobilidade que é específica, ou seja, há relação entre presença, especificidade, miscigenação e tempo.

O décimo-quarto aparecimento da presença como acontecimento está situado no nono parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como distinção de diversos planos de acontecimentos possíveis na densidade do discurso (ver AS, p. 195-6).

A arqueologia, como diferenciação da multiplicidade das diferenças, estabelece a diversidade das presenças:

A arqueologia (...) distingue, na própria densidade do discurso, diversos planos de *acontecimentos* possíveis: plano dos próprios enunciados em sua *emergência singular*; plano de *aparecimento* dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas estratégicas (ou das *transformações* que afetam as que já *existem*); plano da *derivação* de novas regras de *formação* a partir de regras já empregadas – mas sempre no elemento de uma única e mesma positividade; finalmente, em um quarto nível, plano em que se efetua a *substituição* de uma formação discursiva por outra (ou do *aparecimento* e do *desaparecimento* puro e simples de uma positividade). Tais *acontecimentos*, de longe os mais raros, são para a arqueologia os mais importantes: somente ela, de qualquer forma, pode fazê-los *aparecerem*. Mas eles não são o objeto exclusivo de sua descrição; seria errado acreditar que comandam imperativamente, [sic] todos os outros e que induzem, nos diferentes planos que puderam ser distinguidos, rupturas, análogas e simultâneas. Todos os *acontecimentos* que se produzem na densidade do discurso não se apóiam uns nos outros. (AS, p. 195-6, grifo nosso)²²⁴

Há uma hierarquia no uso da terminologia da presença: do comando do acontecimento à cadeia de suas substituições, emergência, aparecimento, transformação, existência, derivação, formação, substituição, aparecimento/desaparecimento. Há relação entre presença e espaço: a presença ocorre no espaço, os diversos planos de acontecimentos distintos aparecem na densidade do discurso (indissociabilidade entre presença e espaço). Existe relação entre presença e especificidade: cada presença é específica (emergência singular dos enunciados), a

²²³ A tradução optou pela convenção gramatical (“embreagem dos acontecimentos”) ao invés do neologismo (“embreagem acontecimental”) que, de acordo com o tratamento filosófico específico aqui realizado, o destaque da terminologia da presença, seria mais conveniente.

²²⁴ Erro de tradução: não deveria haver vírgula após “imperativamente”.

distinção tem por escopo justamente mostrar a diferença como especificidade²²⁵ – assim, o visível é a presença da especificidade²²⁶. Há relação entre presença e tempo: a presença como transformação, derivação e substituição indica presença no tempo. A terminologia da presença que segue o comando do acontecimento segundo a lógica das substituições prossegue:

Certamente, o *aparecimento* de uma formação discursiva se correlaciona, muitas vezes, com uma vasta renovação de objetos, formas de enunciação, conceitos e estratégias (princípio que não é, entretanto, universal: a Gramática geral se *instaurou* no século XVII sem muitas modificações *aparentes* na tradição gramatical); mas não é possível fixar o conceito determinado ou o objeto particular que *manifesta*, repentinamente, sua *presença*. Não é preciso, pois, descrever semelhante *acontecimento* segundo as categorias que podem convir à *emergência* de uma formulação ou ao *aparecimento* de uma palavra nova. Inútil fazer a esse *acontecimento* perguntas como: “Quem é o autor? Quem falou? Em que circunstâncias e em que contexto? Animado por que intenções e tendo que projetos?” O *aparecimento* de uma nova positividade não é assinalado por uma frase nova – inesperada, surpreendente, logicamente imprevisível, estilisticamente desviante – que viria inserir-se em um texto e anunciaria quer o começo de um novo capítulo, quer a intervenção de um novo locutor. Trata-se de um *acontecimento* de tipo totalmente diferente. (AS, p. 196, grifo nosso)

Assinalemos que esta hierarquia (do acontecimento em relação ao aparecimento, à instauração, à aparência, à manifestação, à emergência) é específica, ou seja, não funciona segundo uma lógica invariável ou constante. E notemos que o acontecer implica presença no tempo.

O décimo-quinto aparecimento da presença como acontecimento está localizado no décimo parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da arqueologia como análise das transformações diversas (ver AS, p. 196-7).

A análise das transformações diversas é uma descrição das distintas presenças:

É necessário definir precisamente em que consistem (...) [as] modificações: substituir a referência indiferenciada à *mudança* – ao mesmo tempo continente geral de todos os acontecimentos e princípio abstrato de sua sucessão – pela análise das *transformações*. O desaparecimento de uma positividade e a emergência de uma outra implica diversos tipos de transformações. Indo das mais particulares às mais gerais, pode-se e deve-se descrever como se transformaram os diferentes elementos de um sistema de formação (...); como se transformaram as relações características de um sistema de formação (...); como as relações entre diferentes regras de formação foram transformadas (...); como, enfim, se transformam as relações entre diversas positivities (...) (AS, p. 196-7, sublinhado nosso)

²²⁵ Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

²²⁶ A permanência no visível é a necessidade da presença como especificidade: daí por que na pedagogia da visão a busca da visão diferente é a procura da visão específica, minuciosa, e na estrutura de argumentação da constatação da visão a permanência no visível como visão solitária e soberana remete à identificação da efetividade. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” respectivamente “A pedagogia da visão” e “A estrutura de argumentação da constatação da visão”.

A presença é o acontecimento, a transformação e a emergência. Existe relação entre presença, especificidade, multiplicidade e tempo: definir precisamente as modificações como análise das transformações ou do desaparecimento de uma positividade e da emergência de outra como transformações diversas: há uma exigência de especificação da multiplicidade das presenças no tempo, quer dizer, a permanência no visível requer a visão diferente como específica²²⁷ (a diferença é especificidade²²⁸) até a possibilidade da visão absoluta ou total da especificidade²²⁹ (a visão da totalidade dos acontecimentos é uma visão específica – notemos que a multiplicidade é controlada pela totalidade).

O décimo-sexto aparecimento da presença como acontecimento está situado no vigésimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da repartição dos diferentes limiares no tempo (ver AS, p. 211-2).

A repartição dos diferentes limiares, de positividade, de epistemologização, de cientificidade e de formalização, no tempo é singular: “Trata-se, de fato, de *acontecimentos* cuja dispersão não é evolutiva: sua ordem *singular* é um dos caracteres de cada formação discursiva.” (AS, p. 212, grifo nosso) A instauração do limiar no tempo é um acontecimento singular: relação entre presença (acontecimento), especificidade (singular) – a presença é sempre específica - e tempo.

O décimo-sétimo aparecimento da presença como acontecimento está localizado no vigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da matemática como única prática discursiva que transpôs de uma só vez os diferentes limiares (ver AS, p. 213-4).

A matemática foi a única prática discursiva que transpôs de uma só vez o limiar de positividade, de epistemologização, de cientificidade e de formalização: “A própria possibilidade de sua *existência* implicava que fosse considerado, logo de início, aquilo que,

²²⁷ Sobre o conflito entre especificação, como procura da visão minuciosa, e generalização, como risco de realização do jogo do invisível e do visível através do comando do invisível (é o caso da mudança como generalização e abstração: ela faz o jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível), ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quinto e o sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²²⁸ Sobre a diferença como especificidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”, e, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “A pedagogia da visão”.

²²⁹ Sobre a visão absoluta ou total da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o oitavo e o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

em todos os outros casos, permanece disperso ao longo da história: sua positividade primeira devia constituir uma prática discursiva já formalizada...” (AS, p. 213, grifo nosso) A presença é a existência. Houve uma série de consequências desta transposição simultânea dos limiares:

Daí o fato de ser sua *instauração* ao mesmo tempo tão enigmática (tão pouco acessível à análise, tão fechada na forma do começo absoluto) e tão valorizada (já que vale, concomitantemente, como *origem* e como fundamento); (...) daí o fato de se examinar o *começo* da matemática menos como um *acontecimento histórico* do que a título de princípio de historicidade; daí, enfim, o fato de se relacionar, no caso de todas as outras ciências, a descrição de sua *gênese histórica*, de suas tentativas e de seus fracassos, de sua tardia abertura, com o modelo meta-histórico de uma geometria que *emerge* súbita e definitivamente das práticas triviais da agrimensura. (AS, p. 213-4, grifo nosso)

A terminologia da presença aparece como instauração (origem), começo (acontecimento histórico), gênese histórica (emergência)²³⁰. A adoção do modelo da matemática traz o risco da homogeneização: “Mas ao tomar o estabelecimento do discurso matemático como protótipo do *nascimento* e do devir de todas as outras ciências, corre-se o risco de homogeneizar todas as formas *singulares* de historicidade...” (AS, p. 214, grifo nosso) A presença (nascimento) e o tempo (devir) estão associados à especificidade (singularidade) – a presença no tempo é específica. Por fim, a diferença entre matemática e história:

A matemática foi seguramente modelo para a maioria dos discursos científicos em seu esforço de alcançar o rigor formal e a demonstratividade; mas, para o historiador que interroga o devir *efetivo* das ciências, ela é um mau exemplo – um exemplo que não se poderia, de forma alguma, generalizar. (AS, p. 214, grifo nosso)

A história é a identificação da efetividade, portanto a necessidade da presença (e cada presença é específica ou singular); a matemática, como modelo formal, é a possibilidade da generalização (ou da homogeneidade), ou seja, recusa da especificidade (ou da singularidade), portanto da presença, ou da efetividade, por isso da história, enfim da permanência no visível como busca da visão específica²³¹.

A presença como acontecimento está associada também à presença como aparecimento (ver infra primeiro e vigésimo-quinto surgimento), como existência (ver infra primeiro e décimo-oitavo aparecimento) e como emergência (ver infra segundo aparecimento); à crítica da ausência (ver infra primeiro e décimo aparecimento) e à relação

²³⁰ Sobre a importância da terminologia da presença para a defesa do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o nono aparecimento da palavra “historicidade”.

²³¹ Sobre a importância da presença para a defesa do discurso da historicidade e sobre o conflito entre especificidade e generalização como homogeneização, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo aparecimento da palavra “historicidade”. Ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quinto e o sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão, e o décimo-quinto aparecimento da presença como acontecimento (sobre o conflito entre especificidade e generalidade).

entre presença e espaço como indissociabilidade entre presença e espaço (ver infra terceiro aparecimento).

Presença como aparecimento

O termo recorrente mais repetido para caracterizar a presença é o aparecimento (*l'apparaître*). Analisaremos quarenta surgimentos da presença como aparecimento, evidenciando as relações da presença com o discurso da visão (relação de harmonia), através da pedagogia da visão e especialmente da estrutura de argumentação da constatação da visão, com o espaço (mediante indissociabilidade) e a especificidade (relação de harmonia entre os elementos constitutivos do discurso da visão), e com a relação, a multiplicidade e o tempo (relação de conflito com os elementos constitutivos do discurso da miscigenação).

O primeiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de um recorte provisório como região inicial para a análise (ver AS, p. 33-4).

Primeiro, uma constatação anterior ao estabelecimento do recorte provisório como região inicial:

Fora de cogitação (...) está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações [entre enunciados] que possam (...) *aparecer*. É preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade. (AS, p. 33-4, grifo nosso)

A presença é o aparecimento. Há relação entre presença, espaço e miscigenação: aparecimento das relações entre enunciados a partir de um recorte provisório como região inicial (presença da miscigenação no espaço limitado)²³². Depois, a escolha da região inicial:

Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever: e em que outra região os *acontecimentos* discursivos parecem estar mais ligados uns aos outros, e segundo relações mais decifráveis, senão nesta que se designa, em geral, pelo termo ciência? (AS, p. 34, grifo nosso)

A presença é o acontecimento. Há relação entre presença, espaço e miscigenação: acontecimentos discursivos ligados uns aos outros na região designada como ciência

²³² Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre o reconhecimento do limite, a partir da presença no espaço, como possibilidade da visão absoluta ou total).

(presença miscigenada no espaço). A seguir, outro critério para a escolha do recorte provisório:

Mas, por outro lado, como se dar o máximo de chances de tornar a apreender, em um enunciado, não o momento de sua estrutura formal e de suas leis de construção, mas o de sua *existência* e das regras de seu *aparecimento*, a menos que nos dirijamos a grupos de discursos pouco formalizados, onde os enunciados não pareçam se engendrar necessariamente segundo regras de mera sintaxe? (AS, p. 34, grifo nosso)

A presença é a existência e o aparecimento. A permanência no visível significa a necessidade da presença (como aparecimento - e também como acontecimento e existência).

O segundo surgimento da presença como aparecimento está situado no quarto parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da constatação da multiplicidade dos objetos como formulação da lei de sua repartição (ver AS, p. 37).

A busca da unidade do discurso ocorre através da constatação das regras da multiplicidade dos objetos: “A relação característica que permitiria individualizar um conjunto de enunciados (...) seria (...) a regra de *emergência simultânea ou sucessiva* dos *diversos* objetos que aí são nomeados, descritos, analisados, apreciados ou julgados?” (AS, p. 37, grifo nosso) A presença é a emergência. Há relação entre presença, tempo e multiplicidade: emergência simultânea ou sucessiva dos diversos objetos. Assim, a unidade do discurso seria “... o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o *aparecimento* dos objetos...” (AS, p. 37, grifo nosso) A presença é o aparecimento (dos objetos, proporcionado pelo jogo das regras) – e há relação entre presença e tempo: aparecimento dos objetos durante um período dado.

O terceiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a recapitulação das quatro tentativas, dos quatro fracassos e das quatro hipóteses que se revezam (ver AS, p. 42-3).

Primeiro, há uma constatação: “Eis-me, pois, em *presença* de quatro tentativas, de quatro fracassos e de quatro hipóteses que se revezam.” (AS, p. 42, grifo nosso) As quatro tentativas eram procedimentos de redução da multiplicidade à unidade; os quatro fracassos foram verificações da inexistência da unidade devido à insistência da multiplicidade

irredutível; e as quatro hipóteses eram a busca da lei das multiplicidades²³³. Quer dizer, a presença é a performatividade: a permanência no visível é o apelo à presença – a recapitulação do revezamento das quatro tentativas, dos quatro fracassos e das quatro hipóteses é a representificação da presença, é a confirmação de que aquilo que se defende (a permanência no visível como necessidade da presença) é o que se faz (através da própria visibilidade da presença – aqui, representificada). A hipótese da procura da lei das multiplicidades indica também a presença: “Daí a ideia de descrever essas dispersões [dos objetos, das formulações, dos conceitos e das possibilidades estratégicas]; (...) detectar uma regularidade [entre esses elementos]: uma ordem em seu *aparecimento sucessivo*...” (AS, p. 43, grifo nosso) A presença é o aparecimento (dos diferentes elementos: objetos, formulações, conceitos, estratégias). Há relação entre presença, tempo e multiplicidade: aparecimento sucessivo dos múltiplos/diferentes elementos – a diferença é multiplicidade²³⁴.

O quarto surgimento da presença como aparecimento está situado no primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da formação dos objetos (através do exemplo da psicopatologia do século XIX) – ver AS, p. 46-7.

A constatação do surgimento de múltiplos objetos (não-discursivos) leva à busca de seu funcionamento (discursivo): “Pode-se estabelecer a regra a que seu *aparecimento* [dos múltiplos objetos] estava submetido? (...). Qual foi seu regime de *existência* enquanto objetos de discurso?” (AS, p. 47, grifo nosso) A presença é o aparecimento e a existência (do visível não-discursivo e discursivo – e o visível não-discursivo aparece e funciona como visibilidade discursiva²³⁵). Há relação entre presença e multiplicidade: aparecimento de múltiplos objetos como existência discursiva.

O quinto surgimento da presença como aparecimento está localizado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da demarcação das superfícies de emergência dos objetos de discurso (ver AS, p. 47).

O estabelecimento das regras de aparecimento como regime de existência dos objetos tem por tarefa a demarcação das superfícies de emergência dos objetos: “Seria preciso

²³³ As tentativas, os fracassos e as hipóteses foram aplicados sucessivamente aos objetos, aos tipos de enunciação, aos conceitos e às escolhas estratégicas. Ver, respectivamente, do terceiro ao décimo parágrafo do segundo capítulo da segunda parte: AS, p. 36-42. O décimo-primeiro parágrafo “repete” este processo.

²³⁴ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra especialmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

²³⁵ Sobre o aparecimento e o funcionamento do visível não-discursivo como visível discursivo (ou da remissão da visibilidade não-discursiva à visibilidade discursiva), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso é historicidade”, o quarto e o décimo-terceiro aparecimento da presença como acontecimento.

inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência* [dos objetos]: mostrar onde podem surgir...” (AS, p. 47, sublinhado nosso) A presença é a emergência, o surgimento (do visível, audível ou inaudível, que é não-discursivo). Há relação entre presença e espaço: a presença do espaço (superfície) é o espaço da presença (de emergência) – indissociabilidade entre presença e espaço. As superfícies de emergência são específicas: “Essas *superfícies de emergência* não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso.” (AS, p. 47, sublinhado nosso) Ou seja, as superfícies de emergência ou de aparecimento (ver AS, p. 47) são organizadas “... de modo *específico*...” (AS, p. 47, grifo nosso) Há relação entre presença, espaço e especificidade:

Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que então se manifestam, o discurso (...) encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe o *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível. (AS, p. 47, sublinhado nosso)

A presença é a manifestação, o aparecimento, o espaço é o campo, o domínio, e a especificidade a diferenciação.

O sexto surgimento da presença como aparecimento está situado no oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a generalização do exemplo do discurso psiquiátrico do século XIX para o entendimento da formação discursiva dos objetos (ver AS, p. 50-1)²³⁶.

O discurso psiquiátrico do século XIX formou seus objetos através de uma série de relações que funcionaram como regra: “Essa formação [dos objetos] é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de *emergência*, de delimitação e de especificação.” (AS, p. 50, grifo nosso) A presença é a emergência. A generalização do exemplo do discurso psiquiátrico do século XIX tem por escopo o estabelecimento de critérios para a identificação de qualquer formação discursiva de objetos:

Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante [de relações entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação]; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu *lugar* e sua lei de *aparecimento*; se se puder mostrar que ele pode dar *origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos* que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar. (AS, p. 50-1, grifo nosso)²³⁷

A presença é o aparecimento, o nascimento - a própria formação. Existe relação entre presença e espaço: na instância de emergência o objeto encontra seu lugar e sua lei de

²³⁶ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²³⁷ Problema de tradução: ao invés de “origem” deveria ser “nascimento”.

aparecimento. Há relação entre presença, espaço, multiplicidade e tempo: a instância de emergência pode dar nascimento simultânea ou sucessivamente a (múltiplos) objetos.

O sétimo surgimento da presença como aparecimento está localizado no segundo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da organização do campo de enunciados como formas de sucessão para a formação dos conceitos (ver AS, p. 63-4).

A formação dos conceitos depende das formas de sucessão dos enunciados: o que vai “... reger o *aparecimento* e a recorrência dos conceitos (...) é a disposição geral dos enunciados e sua *seriação em conjuntos determinados...*” (AS, p. 64, grifo nosso) Ou seja, há “... um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos.” (AS, p. 64) A presença é o aparecimento. Há relação entre presença, tempo e especificidade: aparecimento (dos conceitos) de acordo com a seriação ou a sucessão (dos enunciados) em conjuntos determinados.

O oitavo surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a recapitulação da recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos para a individualização dos enunciados (ver AS, p. 95-6).

A recusa do modelo analítico para a individualização do enunciado permite mostrar, entretanto, a importância da presença: “... para a análise dos atos de linguagem, [o enunciado] *aparece* como o *corpo visível* no qual eles se *manifestam*.” (AS, p. 95-6, grifo nosso) A presença é o aparecimento e a manifestação. Há relação entre presença, espaço e visão: somente existe permanência no visível porque o enunciado tem presença no espaço – aparecimento como corpo visível (o espaço é caracterizado pela corporeidade) –, quer dizer, (na verdade) a indissociabilidade entre presença e espaço garante a permanência no visível.

O nono surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-terceiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o questionamento do enunciado como existência material (ver AS, p. 96-7).

Há um questionamento da identificação do enunciado com a mera produção de signos (existência material):

Mas basta, então, que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, fabricados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que *apareceram em um momento do*

tempo e em um ponto do espaço, uma vez que a voz que os pronunciou ou o gesto que os moldou lhes deram as dimensões de uma existência material? Será que as letras do alfabeto por mim escritas ao acaso, em uma folha de papel, como exemplo do que não é um enunciado, será que os caracteres de chumbo utilizados para imprimir os livros – e não se pode negar sua materialidade que tem espaço e volume –, será que esses signos, expostos, visíveis, manipuláveis, podem ser razoavelmente considerados como enunciados? (AS, p. 97, grifo nosso)²³⁸

A presença é a existência material, o aparecimento. Há relação entre presença, tempo e espaço (e visão): aparecimento (dos signos visíveis) em um momento do tempo e em um ponto do espaço – ora, a permanência no visível é assegurada justamente pela presença.

O décimo surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como função vertical de existência (ver AS, p. 98-9)²³⁹.

Existe a definição do enunciado como função vertical de existência: “... ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função [vertical de existência] que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que *apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.*” (AS, p. 99, grifo nosso) A presença é o aparecimento (e a existência). Há relação entre presença, especificidade, tempo e espaço: aparecimento de conteúdos concretos (o concreto é sempre singular) no tempo e no espaço – a busca da visão diferente (neste caso, a verticalidade) é a procura da minúcia, daí por que o concreto é específico.

O décimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição do nível enunciativo (ver AS, p. 105).

A descrição do nível enunciativo deve ser feita “... pela análise das relações entre o enunciado e os *espaços de diferenciação*, em que ele mesmo faz *aparecer as diferenças.*” (AS, p. 105, grifo nosso) A presença é o aparecimento (das diferenças). Há relação entre presença, espaço e multiplicidade: aparecimento das diferenças nos espaços de diferenciação – diferença como multiplicidade²⁴⁰.

²³⁸ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sexto aparecimento da relação entre visível e audível (sobre como a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível leva à remissão do audível ao governo ou comando do visível).

²³⁹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

²⁴⁰ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os onze aparecimentos da palavra “historicidade”.

O décimo-segundo surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição do campo enunciativo como critério para que uma sequência de elementos linguísticos seja um enunciado (ver AS, p. 112-3).

Uma série de signos (ou uma sequência de elementos linguísticos), para ser enunciado, precisa de um campo associado (ou um campo enunciativo): “Pode-se dizer, de modo geral [sic] que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um *campo* enunciativo em que *apareça* como elemento *singular*.” (AS, p. 113, grifo nosso)²⁴¹ A presença é o aparecimento. Há relação entre presença, espaço e especificidade: aparecimento (do enunciado) como singularidade no espaço (campo enunciativo).

O décimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no vigésimo-sétimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da identidade do enunciado submetida a um grupo de condições e de limites impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura, pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo e pelo papel ou função que deve desempenhar (ver AS, p. 119).

A identidade do enunciado está associada a um campo de estabilização:

Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas, constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. (AS, p. 119, sublinhado nosso)

A presença é o aparecimento (de um novo enunciado) – e a manifestação (das identidades semânticas, gramaticais ou formais). Há relação entre presença e espaço: o aparecimento (do enunciado) sempre ocorre no espaço (campo - de estabilização) – indissociabilidade entre presença e espaço.

O décimo-quarto surgimento da presença como aparecimento está situado no vigésimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como possibilidade de repetição (ver AS, p. 120-1).

O enunciado possui a capacidade de repetição:

²⁴¹ Problema de tradução: faltou vírgula após “geral”.

Demasiado repetível para ser inteiramente solidário com as *coordenadas espaço-temporais de seu nascimento* (é algo diverso da *data* e do *local de seu aparecimento*), demasiado ligado ao que o envolve e o suporta para ser tão livre quanto uma pura forma (é algo diferente de uma lei de construção referente a um conjunto de elementos), ele é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao *campo* em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma *permanência temporal* que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado. (AS, p. 120-1, grifo nosso)

A presença é o nascimento, o aparecimento e a permanência (do enunciado). Há relação entre presença, espaço e tempo: coordenadas espaço-temporais de nascimento, ou data e local de aparecimento (do enunciado); permanência temporal (do enunciado) no campo em que está colocado.

O décimo-quinto surgimento da presença como aparecimento está localizado no trigésimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como objeto específico diante da materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa (ver AS, p. 121).

A materialidade repetível caracteriza o enunciado como objeto específico: “Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz *aparecer* o enunciado como um objeto *específico...*” (AS, p. 121, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do enunciado). Há relação entre presença (do enunciado) e especificidade (como objeto específico). Sobre a identidade do enunciado:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva (...) o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. (AS, p. 121, sublinhado nosso)

A presença é o surgimento (da materialidade), o aparecimento (com um *status*) – do enunciado. Existe relação entre presença e espaço: surgimento ou aparecimento (do enunciado) em campos de utilização – indissociabilidade entre presença e espaço.

O décimo-sexto surgimento da presença como aparecimento está situado no terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação de uma possibilidade descritiva (ver AS, p. 124).

A definição do enunciado e do discurso²⁴² pertence à apresentação de uma possibilidade descritiva independente da gramática, da lógica e da filosofia analítica: “... gostaria de fazer *aparecer* uma possibilidade descritiva, esboçar o domínio ao qual ela é

²⁴² Ver o segundo parágrafo do terceiro capítulo da terceira parte: AS, p. 123-4.

suscetível, definir seus limites e sua autonomia.” (AS, p. 124, grifo nosso) A presença é o aparecimento (de uma possibilidade descritiva). Há relação entre presença, espaço e especificidade: aparecimento do domínio (de uma possibilidade descritiva) como definição de sua autonomia.

O décimo-sétimo surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível enunciativo, nem visível nem oculto, no limite da linguagem (ver AS, p. 130-1).

O nível enunciativo, nem visível nem oculto, está no limite da linguagem: “Ele define a modalidade de seu *aparecimento*: antes sua periferia que sua organização interna, antes sua *superfície* que seu conteúdo.” (AS, p. 130, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do enunciado). Existe relação entre presença e espaço: aparecimento na superfície (presença do espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço). A superfície enunciativa é o local da presença: “... o súbito *aparecimento* de uma frase, o lampejo do sentido, o brusco índice da designação, *surgem* sempre no domínio de exercício de uma função enunciativa...” (AS, p. 130, grifo nosso) A presença é o aparecimento (de uma frase), o surgimento (de uma frase, do sentido, da designação)²⁴³. Num diálogo consigo mesmo, o interlocutor discursivo de Foucault estabelece uma crítica à presença (e ao espaço, conseqüentemente) através do resgate da transcendência como ausência: “Sabe que você somente descreveu alguns caracteres de uma linguagem cuja *emergência* e *modo de ser* são, em suas análises, inteiramente irreduzíveis [à transcendência]?” (AS, p. 131, grifo nosso) A presença é a emergência e o modo de ser (ontologia) - da linguagem. A resposta de Foucault é a crítica da transcendência como ausência, portanto, a afirmação da presença como ontologia:

A linguagem, na instância de seu *aparecimento* e de seu *modo de ser*, é o enunciado; como tal, se apóia em uma descrição que não é nem transcendental, nem antropológica. (...). A possibilidade de uma análise enunciativa, se for estabelecida, deve permitir erguer o suporte transcendental que uma certa forma de discurso filosófico opõe a todas as análises da linguagem, em nome do *ser* dessa linguagem e do fundamento em que se deveria originar. (AS, p. 131, grifo nosso)²⁴⁴

A presença é o aparecimento e o modo de ser (da linguagem como enunciado), o ser (da linguagem) e seu fundamento (ontologia), portanto, recusa da ausência (como transcendência)

²⁴³ Sobre a presença como permanência no visível (e como garantia da relação entre visível e audível), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-quarto aparecimento da relação entre visível e audível.

²⁴⁴ Sobre o discurso filosófico cujo suporte transcendental remete à ausência como aliança entre invisível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

– ora, este confronto entre defesa da presença e crítica da ausência é a luta da permanência no visível (como necessidade da presença) e contra a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (como recurso constante à ausência), daí o projeto de eliminação do invisível (portanto, da ausência)²⁴⁵.

O décimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento está situado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da busca do estabelecimento de uma lei de raridade (ver AS, p. 138).

Há uma busca de estabelecimento de uma lei de raridade: “A análise dos enunciados e das formações discursivas abre uma direção (...): ela quer determinar o princípio segundo o qual puderam *aparecer* os *únicos* conjuntos significantes que foram enunciados. Busca estabelecer uma lei de raridade.” (AS, p. 138, grifo nosso) A presença é o aparecimento (dos conjuntos significantes enunciados). Existe relação entre presença e especificidade: aparecimento dos únicos conjuntos significantes enunciados. A constatação da especificidade é a identificação da efetividade como reconhecimento do limite ou da finitude: daí que a permanência no visível como necessidade da presença autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total²⁴⁶.

O décimo-nono surgimento da presença como aparecimento está localizado no oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da raridade efetiva dos enunciados (ver AS, p. 139).

Há uma oposição entre a análise das formações discursivas e a interpretação:

Diferentemente de todas essas interpretações cuja própria *existência* só é possível pela *raridade efetiva dos enunciados*, mas que entretanto não tomam conhecimento dela, e, ao contrário, tomam como tema a compacta riqueza do que é dito, a análise das formações discursivas se volta para essa raridade; toma-a por *objeto explícito*; tenta determinar-lhe o *sistema singular*; e, ao mesmo tempo, dá conta do fato de que pôde *haver* interpretação. (AS, p. 139, grifo nosso)

²⁴⁵ Lembremos que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade. Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, e no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”. Ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁴⁶ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a identificação da efetividade como permanência no visível).

A presença é a existência (verbo haver) - das interpretações. A existência da raridade efetiva dos enunciados como objeto explícito indica que a identificação da efetividade é a permanência no visível como necessidade da presença. Existe relação entre presença e especificidade: raridade efetiva dos enunciados como sistema singular – a permanência no visível, como identificação da efetividade, através da necessidade da presença, é a procura da visão específica²⁴⁷. A interpretação é a multiplicação do sentido²⁴⁸, a análise das formações discursivas a pobreza enunciativa: “... analisar um [sic] formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e determinar-lhe a forma *específica*. É, pois, em um sentido, pesar o ‘valor’ dos enunciados. Esse valor (...) caracteriza o *lugar* deles...” (AS, p. 139, grifo nosso)²⁴⁹ Há relação entre presença, especificidade e espaço: pobreza (enunciativa) específica localizada²⁵⁰. Para a análise das formações discursivas, o discurso

(...) *aparece* como um bem – *finito, limitado*, desejável, útil – que tem suas regras de *aparecimento* e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua *existência* (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder (...) (AS, p. 139, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (do discurso como um bem, de suas regras e de suas condições de apropriação e de utilização) e a existência (do discurso como um bem). O aparecimento do discurso como bem finito, limitado estabelece o reconhecimento do limite ou da finitude como permanência no visível ou como necessidade da presença que autoriza a vontade de visão absoluta ou total²⁵¹.

O vigésimo surgimento da presença como aparecimento está situado no sétimo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do arquivo como não descritível em sua totalidade e incontornável em sua atualidade (ver AS, p. 150-1).

O arquivo é incontornável em sua atualidade:

(...) não nos é possível descrever nosso próprio arquivo, já que é no interior de suas regras que falamos, já que é ele que dá ao que podemos dizer – e a ele próprio, objeto de nosso discurso – seus modos de *aparecimento*, suas

²⁴⁷ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁴⁸ Sobre a interpretação como jogo da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁴⁹ Problema de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

²⁵⁰ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a permanência no visível como recurso ao espaço).

²⁵¹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

formas de *existência* e de coexistência, seu sistema de acúmulo, de historicidade e de desaparecimento. (AS, p. 150, grifo nosso)

A presença é o aparecimento, a existência (do que podemos dizer). A própria atualidade, como diferença, é a presença:

A análise do arquivo comporta, pois, uma *região* privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa *atualidade*, trata-se da orla do *tempo* que cerca nosso *presente*, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o controle de suas possibilidades) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; seu limiar de *existência* é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva (...) (AS, p. 150-1, grifo nosso)

A presença é a atualidade, o presente (incontornável para a análise do arquivo), e a existência (do limiar que nos separa do que não podemos mais dizer). Há relação entre presença, espaço e tempo: arquivo como análise de região caracterizada pelo tempo que cerca nosso presente – a busca da delimitação ou do corte desta região é a procura do reconhecimento do limite ou da finitude (que autoriza a visão absoluta ou total), e o tempo é diferença²⁵². A análise do arquivo serve como diagnóstico do presente, porque “... faz com que o outro e o externo se *manifestem* com evidência.” (AS, p. 151, grifo nosso) A presença é a manifestação (do outro e do externo, portanto, da diferença)²⁵³.

O vigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no quinto parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição arqueológica como procura do estabelecimento da regularidade dos enunciados (ver AS, p. 164-5).

A descrição arqueológica procura estabelecer a regularidade dos enunciados: “Regularidade (...) designa, para qualquer performance verbal (extraordinária ou banal, única em seu gênero ou mil vezes repetida), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua *existência*.” (AS, p. 165, grifo nosso) A presença é a existência (da performance verbal). “A regularidade, assim entendida, (...) *especifica um campo efetivo de aparecimento*.” (AS, p. 165, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do enunciado). Há relação entre presença, espaço e especificidade: especificação de um campo efetivo de aparecimento. A presença (aparecimento) é efetiva, quer dizer, existe permanência

²⁵² Sobre a diferença como tempo, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o segundo, o terceiro, o quarto (especialmente), o quinto e o nono aparecimento da palavra “historicidade”.

²⁵³ Ver supra comparativamente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o quarto aparecimento da palavra “historicidade” (sobre a impregnação do tempo e a necessidade da presença como elementos constitutivos fundamentais do discurso da historicidade).

no visível através da identificação da efetividade como necessidade da presença. A presença (aparecimento) surge no espaço (campo): há indissociabilidade entre presença e espaço – a presença sempre ocorre no espaço, o espaço é sempre local de presença. A presença (aparecimento) efetiva no espaço (campo) é (sempre) específica – a permanência no visível como identificação da efetividade é a busca da visão específica.

O vigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento está situado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como descrição dos diferentes espaços de dissensão (ver AS, p. 174-5).

A arqueologia analisa os diferentes espaços de dissensão através da descrição da contradição: “... definimos o *lugar* em que se dá [a contradição]; fazemos *aparecer* a ramificação da alternativa; localizamos a divergência e o *lugar* em que os (...) discursos se justapõem.” (AS, p. 175, grifo nosso) A presença é o aparecimento (da ramificação da alternativa). Há relação entre presença e espaço: o aparecimento da ramificação da alternativa ocorre através da localização do lugar da divergência ou da justaposição dos discursos (espaço da presença, presença no espaço, indissociabilidade entre presença e espaço)²⁵⁴.

O vigésimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da comparação como limitada e regional (ver AS, p. 181).

A comparação é sempre limitada e regional: “Tratava-se de fazer *aparecer* um conjunto *bem determinado* de formações discursivas, que têm entre si um certo número de relações descritíveis.” (AS, p. 181, grifo nosso) A presença é o aparecimento (de um conjunto de formações discursivas). Há relação entre presença e especificidade: aparecimento de um conjunto bem determinado (quer dizer, específico) de formações discursivas – a permanência no visível á a procura da visão específica²⁵⁵.

O vigésimo-quarto surgimento da presença como aparecimento está situado no oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição

²⁵⁴ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a importância do espaço para a permanência no visível).

²⁵⁵ Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre como da procura da visão específica é possível alcançar a visão absoluta ou total da especificidade como perigo da unicidade da visão).

arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da arqueologia como libertação do jogo das analogias e das diferenças (ver AS, p. 184).

A arqueologia tem por escopo a libertação do jogo das analogias e das diferenças: “O que esta [a arqueologia] quer libertar é (...) – mantidas a *especificidade* e a distância das diversas formações discursivas –, o jogo das analogias e das diferenças, tais como *aparecem* no nível das regras de formação.” (AS, p. 184, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do jogo das analogias e das diferenças no nível das regras de formação). Há relação entre presença e especificidade: o aparecimento do jogo das analogias e das diferenças preserva a especificidade das diversas formações discursivas.

O vigésimo-quinto surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-quinto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da arqueologia como definição de formas específicas de articulação entre formações discursivas e domínios não-discursivos (ver AS, p. 186).

A arqueologia determina a relação entre o discurso e o não-discurso através da definição de formas específicas de articulação: “A arqueologia faz (...) com que *apareçam* relações entre formações discursivas e domínios não-discursivos (instituições, *acontecimentos* políticos, práticas e processos econômicos).” (AS, p. 186, grifo nosso) A presença é o aparecimento (das relações entre discurso e não-discurso) e o acontecimento (político). Há uma visibilidade discursiva e outra não-discursiva (audível ou inaudível): esta última remete, em última instância, à primeira (já que as relações entre discurso e não-discurso aparecem como discurso)²⁵⁶. Existe relação entre presença e miscigenação: aparecimento das relações entre formações discursivas e domínios não-discursivos.

O vigésimo-sexto surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-sétimo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como articulação do discurso com práticas não-discursivas (ver AS, p. 187-8).

A arqueologia recusa a análise simbólica e a análise causal:

Se a arqueologia aproxima o discurso (...) de um certo número de práticas é para descobrir relações muito menos “imediatas” que a expressão [análise simbólica], mas muito mais diretas que as de uma causalidade [análise causal] substituída pela consciência dos sujeitos falantes. (AS, p. 187)

Para a arqueologia,

²⁵⁶ Sobre a remissão da visibilidade não-discursiva à visibilidade discursiva, ver supra o quarto e o décimo-terceiro aparecimento da presença como acontecimento, e o quarto surgimento da presença como aparecimento. Ver supra também, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso é historicidade”.

(...) umas [simbolizações] e outras [causalidades] só podem ser demarcadas uma vez definidas as positivities em que *aparecem* e as regras segundo as quais essas positivities foram formadas. O *campo de relações* que caracteriza uma formação discursiva é o *lugar* de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados. (AS, p. 187, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (das regras de formação das positivities). Há relação entre presença, espaço e miscigenação: o campo de relações que caracteriza uma formação discursiva é o lugar de aparecimento das regras de formação das positivities. A arqueologia estabelece a relação entre o discurso e práticas não-discursivas: “Ela [a arqueologia] quer mostrar (...) como e por que ela [a prática – política] faz parte de suas condições [do discurso] de *emergência*, de inserção e de funcionamento.” (AS, p. 187, grifo nosso) A presença é a emergência (do discurso através de sua relação com a prática – política).

O vigésimo-sétimo surgimento da presença como aparecimento está localizado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da sincronia das formações discursivas (ver AS, p. 191).

A resposta à crítica da sincronia das formações discursivas ocorre através da suspensão do calendário das formulações: “... a suspensão tem precisamente por fim fazer *aparecerem relações* que caracterizam a *temporalidade* das formações discursivas e a *articulam em séries*, cujo entrecruzamento não impede a análise.” (AS, p. 191, grifo nosso) A presença é o aparecimento (de relações que caracterizam a temporalidade das formações discursivas e a articulam em séries). Há relação entre presença, miscigenação e tempo: aparecimento de relações que caracterizam a temporalidade das formações discursivas e a articulam em séries (presença da miscigenação como tempo).

O vigésimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento está situado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da sucessão para a história arqueológica do discurso (ver AS, p. 193).

A arqueologia recusa o tema da sucessão como um absoluto e da unicidade da sucessão: “Ela [a arqueologia] substitui esses temas [do absoluto e da unicidade] por análises que fazem *aparecer*, ao mesmo tempo, as *diversas* formas de *sucessão* que se superpõem nos discursos (...) e a maneira pela qual se *articulam* as sucessões assim *especificadas*.” (AS, p.

193, grifo nosso)²⁵⁷ A presença é o aparecimento (da diversidade da sucessão e de sua articulação). Há relação entre presença, multiplicidade, especificidade, tempo e miscigenação: aparecimento da diversidade específica das sucessões articuladas²⁵⁸: “... tenta-se mostrar como pode *haver sucessão* e em que níveis *diferentes* encontram-se *sucessões distintas*.” (AS, p. 193, grifo nosso) A presença é a existência (verbo haver) – da sucessão. Existe relação entre presença, multiplicidade, especificidade e tempo: existência de múltiplas (distintas) sucessões (tempo) específicas (diferentes) – há um movimento de especificação da multiplicidade que corresponde à definição da diferença como multiplicidade e especificidade²⁵⁹.

O vigésimo-nono surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-quinto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como desarticulação da sincronia dos cortes e da unidade abstrata da mudança e do acontecimento (ver AS, p. 200).

A desarticulação da sincronia dos cortes e da unidade abstrata da mudança e do acontecimento tem como consequência a seguinte definição da época clássica:

A época [sic] clássica, que foi frequentemente mencionada nas análises arqueológicas, não é uma figura temporal que impõe sua unidade e sua forma vazia a todos os discursos; é o nome que se pode dar a um emaranhado de continuidades e de descontinuidades, de modificações internas às positivities, de formações discursivas que *aparecem* e desaparecem. (AS, p. 200, grifo nosso)²⁶⁰

A presença é o aparecimento (de formações discursivas). Existe relação entre presença e tempo: o aparecimento (e o desaparecimento) de formações discursivas ocorre mediante um emaranhado de continuidades e de descontinuidades (presença no tempo).

O trigésimo surgimento da presença como aparecimento está situado no quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “a”, “Positividades, disciplinas, ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do exemplo de **Histoire de la folie** para a crítica da tentativa de estabelecimento de

²⁵⁷ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-sexto aparecimento da relação entre visível e audível (sobre o visível associado à multiplicidade temporal *versus* o audível associado à unicidade absoluta).

²⁵⁸ Ver supra complementarmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sétimo aparecimento da palavra “historicidade” (sobre a questão do tempo, a importância da diferença como multiplicidade, o cuidado com a especificidade e a necessidade da relação para o discurso da historicidade).

²⁵⁹ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”. Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

²⁶⁰ Problema de tradução: ao invés de “época” deveria ser “idade”. A época clássica, como recurso temporal, foi utilizada em **História da loucura**, **Nascimento da clínica** e **As palavras e as coisas**.

relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas (ver AS, p. 202-3).

A comprovação da impossibilidade do estabelecimento de relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas ocorre através do exemplo de **Histoire de la folie**: “A questão central da *Histoire de la folie* era o aparecimento, no início do século XIX, de uma disciplina psiquiátrica.” (AS, p. 202, sublinhado nosso) A presença é o aparecimento (da disciplina psiquiátrica):

(...) o que a tornou possível na *época* em que *apareceu*, o que determinou essa grande mudança na economia dos conceitos, das análises e das demonstrações, foi todo um *jogo de relações* entre a hospitalização, a internação, as condições e os procedimentos da exclusão social, as regras da jurisprudência, as normas do trabalho industrial e da moral burguesa, em resumo, todo um conjunto que caracteriza, para essa prática discursiva, a *formação* de seus enunciados (...) (AS, p. 202, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (da disciplina psiquiátrica), a formação (dos enunciados da prática discursiva composta pelo jogo de relações). Há relação entre presença, tempo e miscigenação: aparecimento (da prática discursiva) na época através de um jogo de relações (formação de seus enunciados). Entretanto,

(...) essa prática não se manifesta somente em uma disciplina de *status* e pretensão científicos; encontramos-la igualmente empregada em textos jurídicos, em expressões literárias, em reflexões filosóficas, em decisões de ordem política, em propósitos cotidianos, em opiniões. A formação discursiva cuja existência a disciplina psiquiátrica permite demarcar não lhe é coextensiva; ao contrário, ela a excede amplamente e a cerca de todos os lados. (AS, p. 202, sublinhado nosso)

A presença é a manifestação (da prática discursiva em uma disciplina de pretensão científica), a existência (da formação discursiva através da disciplina psiquiátrica). Além disso,

(...) recuando no tempo e procurando o que pôde preceder nos séculos XVII e XVIII a *instauração* da psiquiatria, percebeu-se que não havia nenhuma disciplina anterior (...). Entretanto, apesar da ausência de qualquer disciplina *instituída*, uma prática discursiva com sua regularidade e consistência era empregada. (AS, p. 202-3, grifo nosso)

A presença é a instauração (da psiquiatria), a instituição (de qualquer disciplina). Assim, não há possibilidade de estabelecimento de relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas: “Temos, então, na época clássica, uma formação discursiva e uma positividade perfeitamente acessíveis à descrição, às quais não corresponde nenhuma disciplina definida que se possa comparar à psiquiatria.” (AS, p. 203) Notemos que o critério para a impossibilidade de identificação de relação biunívoca entre disciplina instituída e formação discursiva é justamente a presença: porque existe formação discursiva a que não corresponde nenhuma disciplina instituída é que não há possibilidade de identificação de

relação biunívoca – ou seja, a permanência no visível como necessidade da presença é o critério que define a acessibilidade à descrição da relação.

O trigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da definição de saber (ver AS, p. 206-7).

Há definição de saber em função da formação dos conceitos: “... um saber é (...) o *campo* de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos *aparecem*, se definem, se aplicam e se transformam...” (AS, p. 206-7, grifo nosso) A presença é o aparecimento (dos conceitos). Existe relação entre presença e espaço: os conceitos aparecem (presença) no campo de coordenação e de subordinação dos enunciados (no espaço) – indissociabilidade entre presença e espaço.

O trigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre saber e ciência (ver AS, p. 208).

O saber envolve a ciência: “As ciências – pouco importa (...) a diferença entre os discursos que têm presunção ou *status* de cientificidade e os que apresentam realmente seus critérios formais – aparecem no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo.” (AS, p. 208, sublinhado nosso) A presença é a apresentação (de critérios formais de cientificidade) e o aparecimento (das ciências na formação discursiva como saber). Daí os questionamentos sobre a relação entre ciência e saber: “... que *local* e papel pode ter uma *região* de cientificidade no *território* arqueológico em que se delinea? Segundo que ordens e que processos se dá a *emergência* de uma *região* de cientificidade em uma formação discursiva *determinada*?” (AS, p. 208, grifo nosso)²⁶¹ A presença é a emergência (de uma região de cientificidade). Há relação entre presença, espaço e especificidade: emergência (presença) de uma região (espaço) de cientificidade no território (espaço) arqueológico ou em uma formação discursiva dada (especificidade).

O trigésimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento está localizado no vigésimo-primeiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do funcionamento ideológico de uma ciência (ver AS, p. 211).

²⁶¹ Problema de tradução: ao invés de “determinada” deveria ser “dada” – mesmo que o “dado” preserve o sentido da especificidade.

O funcionamento ideológico de uma ciência remete à formação discursiva: “Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo *aparecer* (...) é colocá-la novamente em questão como formação discursiva...” (AS, p. 211, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do funcionamento ideológico de uma ciência).

O trigésimo-quarto surgimento da presença como aparecimento está situado no vigésimo-nono parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da história arqueológica (ver AS, p. 216).

A história arqueológica aborda o limiar de epistemologização: “... o se tenta revelar, na *história arqueológica*, são as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o *status* e o papel de ciência.” (AS, p. 216) A história das ciências, para a arqueologia, tem por objetivo “... mostrar como a *instauração* de uma ciência, e eventualmente sua passagem à formalização, pode ter encontrado sua possibilidade e sua *incidência* em uma formação discursiva e nas modificações de sua positividade.” (AS, p. 216, grifo nosso) A presença é a instauração (de uma ciência) e sua incidência (em uma formação discursiva). Assim, há relação entre ciência e saber:

Procurar o nível da prática discursiva na densidade histórica das ciências (...) significa (...) fazer *aparecer* entre positivities, saber, figuras epistemológicas e ciências, todo o *jogo* das diferenças, *das relações*, dos desvios, das defasagens, das independências, das *autonomias*, e a maneira pela qual se *articulam* entre si suas historicidades [sic]. (AS, p. 216, grifo nosso)²⁶²

A presença é o aparecimento (dos múltiplos jogos de relações entre positivities, saber, figuras epistemológicas e ciências). Existe relação entre presença, multiplicidade, miscigenação e especificidade: aparecimento de múltiplos jogos de relações (desvios, defasagens, independências, autonomias) entre positivities, saber, figuras epistemológicas e ciências, e articulação de suas historicidades próprias²⁶³.

O trigésimo-quinto surgimento da presença como aparecimento está localizado no trigésimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “f”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do saber político na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas (ver AS, p. 220-1).

²⁶² Problema de tradução: faltou acrescentar “próprias” após “historicidades”.

²⁶³ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade” (sobre a importância da presença, a atenção à especificidade, a existência da multiplicidade e a pertinência da relação ou miscigenação para o discurso da historicidade).

A arqueologia poderia fazer uma análise sobre o saber político: “Tentariamos ver se o comportamento político de uma sociedade, de um grupo ou de uma classe, não é atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível.” (AS, p. 220) Este saber político seria analisado na direção das lutas:

Em lugar de analisá-lo (...) na direção da *episteme* a que pode dar lugar, analisaríamos esse saber na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas. Faríamos aparecer, assim, um saber político que não é da ordem de uma teorização secundária da prática e que não é, tampouco, uma aplicação da teoria. (...). Inscreve-se, logo de início, no campo das diferentes práticas em que encontra, ao mesmo tempo, sua especificação, suas funções e a rede de suas dependências. (AS, p. 220-1, sublinhado nosso)

A presença é o aparecimento (do saber político como prática). Há relação entre presença, espaço e especificidade: aparecimento do saber político (presença) no campo das práticas (espaço) em que encontra sua especificação (especificidade).

O trigésimo-sexto surgimento da presença como aparecimento está situado no trigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “f”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da arqueologia como análise do saber orientada para a *episteme* (ver AS, p. 221-2).

A arqueologia questiona a ciência para realizar a análise do saber: “Foi interrogando as ciências, sua história, sua estranha unidade, sua dispersão e suas rupturas, que o *domínio* das positivities pôde *aparecer*; foi no interstício dos discursos científicos que se pôde apreender o jogo das formações discursivas.” (AS, p. 222, grifo nosso) A presença é o aparecimento (do domínio das positivities). Há relação entre presença e espaço: aparecimento do domínio das positivities (presença do espaço, espaço da presença - indissociabilidade entre presença e espaço).

O trigésimo-sétimo surgimento da presença como aparecimento está localizado no quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como crítica da transcendência e da diacronia do discurso (ver AS, p. 226-7).

À crítica da recusa da transcendência do discurso²⁶⁴, Foucault responde com a defesa da imanência do discurso:

Se falei de um discurso, (...) foi (...) para fazer *aparecer*, na densidade das performances verbais, a *diversidade* dos níveis possíveis de análise; para mostrar que (...) podia-se estabelecer uma descrição *específica* dos

²⁶⁴ Para a crítica da recusa da transcendência do discurso, estabelecida pelo interlocutor discursivo de Foucault, ver o terceiro parágrafo da “Conclusão”: AS, p. 226. Ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

enunciados, de sua *formação* e das regularidades próprias do discurso. (AS, p. 226, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (da diversidade dos níveis possíveis de análise) – há relação entre presença e multiplicidade – e a formação (dos enunciados) – existe relação entre presença e especificidade: descrição específica da formação dos enunciados²⁶⁵. À crítica da diacronia (da simultaneidade) do discurso²⁶⁶, Foucault responde com a defesa da história como multiplicidade dispersa:

(...) não neguei a história; mantive em suspenso a categoria geral e vazia da mudança para fazer *aparecerem transformações* de níveis diferentes; recuso um modelo uniforme de temporalização para descrever, a propósito de cada prática discursiva, suas regras de acúmulo, exclusão, reativação, suas formas próprias de derivação e suas *modalidades específicas de conexão em sequências diversas* [sic]. (AS, p. 227, grifo nosso)²⁶⁷

A presença é o aparecimento (de transformações de níveis diferentes). Há relação entre presença, multiplicidade, especificidade e tempo: aparecimento de transformações como descrição dos modos específicos de embreagem de cada prática discursiva em sucessões diversas.

O trigésimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento está situado no décimo-primeiro parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como questionamento da identidade do discurso (ver AS, p. 232).

O interlocutor discursivo, defensor do pensamento transcendental, acusa o discurso de Foucault de positivismo ingênuo:

Se você [Foucault] não fez nada além de uma análise *empírica* consagrada ao *aparecimento* e à transformação dos discursos, se você descreveu conjuntos de enunciados, figuras epistemológicas, as formas *históricas* de um saber, como pode escapar à ingenuidade de todos os *positivismos*? (AS, p. 232, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (dos discursos). Há uma cadeia de termos que remete à permanência no visível, como visão solitária e soberana, através da necessidade da presença: empirismo, aparecimento, história e positivismo.

O trigésimo-nono surgimento da presença como aparecimento está localizado no décimo-quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como esclarecimento da arqueologia (ver AS, p. 234-5).

²⁶⁵ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a permanência no visível como procura da visão específica).

²⁶⁶ Para a crítica da diacronia (da simultaneidade) do discurso, realizada pelo inimigo discursivo de Foucault, ver o terceiro parágrafo da “Conclusão”: AS, p. 226.

²⁶⁷ Problema de tradução: ao invés de “suas modalidades específicas de conexão em sequências diversas” deveria ser “seus modos específicos de embreagem em sucessões diversas”.

A arqueologia tem relação com formas científicas de análise: a gramática gerativa é, para ela, uma análise-conexa:

(...) criticando, na massa das coisas ditas, o enunciado definido como função de realização da *performance* verbal, ela se destaca de uma pesquisa que teria como campo privilegiado a *competência* linguística: enquanto tal descrição constitui um modelo gerador para definir a aceitabilidade dos enunciados, a arqueologia tenta estabelecer regras de formação para definir as condições de sua realização (...) (AS, p. 234-5, sublinhado nosso)

A presença é a realização (da *performance* verbal como enunciado) e a formação (regras de formação dos enunciados). A arqueologia tem relação, também, com disciplinas (teorias que respondem a critérios de rigor), tais como, respectivamente, a epistemologia e a sociologia (que são, para ela, espaços correlativos):

(...) tentando fazer *aparecer* as regras de *formação* dos conceitos, os modos de *sucessão*, encadeamento e coexistência dos enunciados, ela se depara com o problema das estruturas epistemológicas; estudando a *formação* dos objetos, os *campos* nos quais *emergem* e se *especificam*, estudando também as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais. (AS, p. 235, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (das regras de formação dos conceitos) – e a própria formação (dos conceitos). Há relação entre presença e tempo: aparecimento dos modos de sucessão dos enunciados. A presença é a formação e a emergência (dos objetos). Existe relação entre presença, espaço e especificidade: emergência dos objetos nos campos em que se especificam (presença específica no espaço).

O quadragésimo surgimento da presença como aparecimento está situado no vigésimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como afastamento de dificuldades preliminares (ver AS, p. 238-9).

O afastamento de dificuldades preliminares é a ingratidão da pesquisa: “O que há de desagradável em fazer *aparecer* os limites e as necessidades de uma prática no lugar em que tínhamos o hábito de ver desenrolarem-se, em pura transparência, os jogos do gênio e da liberdade.” (AS, p. 238, grifo nosso)²⁶⁸ A presença é o aparecimento (dos limites e das necessidades da prática discursiva).

A presença como aparecimento está vinculada também à presença como acontecimento (ver supra primeiro, segundo, quarto, sétimo, nono, décimo, décimo-primeiro, décimo-segundo e décimo-quarto aparecimento), como existência (ver infra sexto, oitavo,

²⁶⁸ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o terceiro aparecimento da relação entre tato e visão (sobre a crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível e do tato), o décimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre a crítica da dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível) e o décimo-sétimo aparecimento da relação entre visível e audível (sobre o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana).

décimo-primeiro e décimo-quinto aparecimento) e como emergência (ver infra primeiro e quarto aparecimento); à crítica da ausência (ver infra quinto e nono aparecimento) e à relação entre presença e espaço como indissociabilidade entre presença e espaço (ver infra primeiro aparecimento).

Presença como existência

Outro termo recorrente para caracterizar a presença é a existência (*l'existence*). Analisaremos vinte e seis aparecimentos da presença como existência, ressaltando, primeiramente, a relação (de harmonia) da presença com o discurso da visão mediante o contato com a pedagogia da visão e a estrutura de argumentação da constatação da visão, a seguir, a relação (de harmonia) da presença com o espaço (indissociabilidade) e a especificidade, e com a relação, a multiplicidade e o tempo (relação de conflito com o discurso da miscigenação).

O primeiro aparecimento da presença como existência está localizado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da oposição entre descrição do discurso e história do pensamento (ver AS, p. 31-2).

A descrição do discurso, ao contrário da história do pensamento, que é sempre alegoria²⁶⁹, é imanência:

(...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e *singularidade* de sua situação [sic]; de determinar as condições de sua *existência*, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro [discurso], como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um *lugar* que nenhum outro poderia ocupar. (AS, p. 31, grifo nosso)²⁷⁰

A presença é o acontecimento e a existência (do enunciado). Há relação entre presença, especificidade e espaço: singularidade de acontecimento ou de existência (do enunciado), lugar que nenhum outro (discurso) poderia ocupar (exclusão). “A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que *singular existência* é esta que vem à tona no que se

²⁶⁹ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre o funcionamento da história do pensamento como dominação da aliança entre invisível e inaudível em relação à subordinação do visível audível) e no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre o funcionamento da história do pensamento como dominação do invisível em relação à subordinação do visível).

²⁷⁰ Problema de tradução: ao invés de “situação” deveria ser “acontecimento”.

diz e em *nenhuma outra parte* [sic]?” (AS, p. 31-2, grifo nosso)²⁷¹ A presença é a existência (do dito). Existe relação entre presença, especificidade e espaço: singular existência (a presença é sempre específica) do dito como lugar (a presença é sempre espacial) – a permanência no visível é assegurada pela presença (e pela presença no espaço: indissociabilidade entre presença e espaço) como especificidade, quer dizer, procura da visão específica como minúcia²⁷².

O segundo aparecimento da presença como existência está situado no décimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de formação discursiva e de regras de formação (ver AS, p. 43-4).

A formação discursiva, como descrição da regularidade entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, está relacionada à definição de regras de formação: “As regras de formação são condições de *existência* (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva [objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas].” (AS, p. 43-4, grifo nosso) A presença é a existência (dos objetos, das modalidades de enunciação, dos conceitos e das escolhas temáticas enquanto formação discursiva).

O terceiro aparecimento da presença como existência está localizado no sétimo parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da individualização de um sistema de formação como caracterização de um discurso ou de um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (ver AS, p. 81-2).

Os sistemas de formação são imanentes ao discurso:

Esses sistemas [de formação] (...) residem no próprio discurso; ou antes (já que não se trata de sua *interioridade* e do que ela pode conter, mas de sua *existência específica* e de suas condições) em suas fronteiras, nesse limite em que se definem as regras *específicas* que fazem com que *exista* como tal. (AS, p. 81-2, grifo nosso)

A presença é a existência (do discurso). Há relação entre presença e especificidade: existência específica (do discurso). A presença (como existência) está em oposição à ausência (como interioridade) – é a permanência no visível como visão específica que recusa o recurso ao invisível.

²⁷¹ Problema de tradução: ao invés de (em nenhuma outra parte” deveria ser “em nenhum outro lugar”.

²⁷² Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O quarto aparecimento da presença como existência está situado no décimo-segundo parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica do limiar do enunciado como limiar de existência dos signos (ver AS, p. 96).

O questionamento do enunciado é o de seu limiar como existência dos signos:

(...) seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos – e por que não, talvez? – desde que exista um e somente um. O limiar do enunciado seria o limiar de existência dos signos. Entretanto, (...) as coisas não são tão simples, e o sentido que é preciso dar a uma expressão como “a existência dos signos” precisa ser elucidado. Que queremos dizer quando afirmamos que há signos, e que basta que *haja* signos para que *haja enunciado*? Que *status singular* atribuir a esse “há”? (AS, p. 96, sublinhado nosso)

A presença é a existência (verbo haver) - dos signos, do enunciado. Há relação entre presença e especificidade: a singularidade da existência (verbo haver) é o enunciado.

O quinto aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como função vertical de existência (ver AS, p. 98-9)²⁷³.

A definição do enunciado implica presença: “O enunciado (...) é uma função de *existência* que pertence, exclusivamente, aos signos...” (AS, p. 98-9, grifo nosso) A presença é a existência (dos signos como enunciado) – permanência no visível assegurada pela necessidade da presença²⁷⁴.

O sexto aparecimento da presença como existência está situado no sétimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é análise do referencial do enunciado (ver AS, p. 103-5).

O referencial do enunciado implica presença:

Está (...) [um enunciado] ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de *existência* para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o *lugar*, a condição, o *campo de emergência*, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de *aparecimento* e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (AS, p. 104, grifo nosso)

²⁷³ Ver supra comparativamente o décimo surgimento da presença como aparecimento.

²⁷⁴ Sobre a presença (do enunciado) como visível ou audível (formulação escrita ou oral), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

A presença é a existência, a emergência, o aparecimento. Há relação entre presença e espaço: referencial do enunciado como lugar ou campo de emergência (do que é posto em jogo pelo próprio enunciado) – espaço da presença, presença no espaço, indissociabilidade entre presença e espaço.

O sétimo aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-quinco parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da terceira característica da função enunciativa, a existência de um domínio associado (ver AS, p. 109-10).

A apresentação da terceira característica da função enunciativa expõe a necessidade da presença: “Terceira característica da função enunciativa: ela não pode se exercer sem a *existência* de um *domínio* associado.” (AS, p. 109, grifo nosso) A presença é justamente a existência (de um domínio associado)²⁷⁵. Há relação entre presença e espaço: existência de domínio associado (presença do espaço – indissociabilidade entre presença e espaço).

O oitavo aparecimento da presença como existência está situado no vigésimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da quarta condição para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado, a existência material (ver AS, p. 115).

A exposição da quarta condição da função enunciativa mostra a importância da presença: “... para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado, é preciso que ela preencha uma quarta condição: deve ter *existência material*.” (AS, p. 115, grifo nosso) A presença é a existência (material): “Poderíamos falar de enunciado se uma voz não o tivesse enunciado, se uma *superfície* não *registrasse* seus *signos*, se ele não tivesse tomado *corpo* em um *elemento sensível* e se não tivesse deixado *marca* – apenas alguns instantes – em uma memória ou em um *espaço*?” (AS, p. 115, grifo nosso)²⁷⁶ Há relação entre presença e espaço: superfície de registro dos signos, corpo em um elemento sensível, marca em um espaço: “O enunciado é sempre apresentado através de uma *espessura material*, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas *surgida* [sic], estiver condenada a se desvanecer.” (AS, p. 115, grifo nosso)²⁷⁷ A presença é o aparecimento,

²⁷⁵ Sobre a presença (existência) como materialidade que remete à indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (à custa, entretanto, da possibilidade do governo da visão), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o nono aparecimento da relação entre visível e audível.

²⁷⁶ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo aparecimento da relação entre visível e audível (sobre as distintas relações entre visibilidade e auditabilidade).

²⁷⁷ Problema de tradução: ao invés de “surgida” deveria ser “aparecida”.

o espaço é a espessura material: presença (sempre) no espaço ou indissociabilidade entre presença e espaço: “... o enunciado tem necessidade dessa *materialidade*...” (AS, p. 115, grifo nosso) Quer dizer: “As coordenadas [espaço-temporais] e o *status material* do enunciado fazem parte de seus caracteres *intrínsecos*.” (AS, p. 115, sublinhado nosso) A presença (existência) no espaço (material) e o espaço (materialidade) da presença (do aparecimento) são características intrínsecas da permanência no visível.

O nono aparecimento da presença como existência está localizado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a fixação do vocabulário: definição de enunciado e de discurso (ver AS, p. 123-4)²⁷⁸.

Primeiro, a definição do enunciado:

Chamaremos *enunciado* a modalidade de *existência própria* desse conjunto de signos [*efetivamente* produzidos a partir de uma língua natural ou artificial]: (...) modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (AS, p. 123-4, sublinhado nosso)

A presença é a existência (do conjunto de signos efetivamente produzidos). Há relação entre presença e especificidade: existência própria dos signos efetivamente produzidos, quer dizer, presença específica – notemos que a permanência no visível é garantida pela identificação da efetividade, daí a necessidade da presença como visão específica. Segundo, a definição de discurso: “... da maneira mais geral e imprecisa, ele [o discurso] designava um conjunto de performances verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente *tudo que havia sido produzido*) em matéria de conjunto de signos.” (AS, p. 124, grifo nosso) O discurso, como conjunto de todas as performances verbais, portanto presença de todos os signos produzidos, é a vontade de visibilidade absoluta ou total. Continua a definição de discurso: “Enfim – e este sentido foi finalmente privilegiado (com o primeiro que lhe serve de *horizonte*) – o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades *particulares de existência*.” (AS, p. 124, grifo nosso) A presença é a existência (de um conjunto de sequências de signos enquanto enunciados). Há relação entre presença e especificidade: existência particular ou específica de um conjunto de sequências de signos como enunciados. O discurso como vontade de visibilidade absoluta ou total (primeiro sentido de discurso) é o horizonte do discurso como presença específica (último sentido,

²⁷⁸ Como a definição de enunciado e de discurso é construída a partir da definição de performance verbal ou linguística e de formulação, é preciso ver supra o sétimo aparecimento da presença como acontecimento.

privilegiado, do discurso), quer dizer, o escopo é ver tudo, e isso somente é possível porque tudo está presente (permanência no visível como necessidade da presença), e como cada presença é específica, a visão absoluta ou total é da especificidade²⁷⁹.

O décimo aparecimento da presença como existência está situado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não visível e não oculto (ver AS, p. 125-6).

O enunciado é não visível e não oculto devido à sua verticalidade: “A descrição dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de *existência* dos diferentes conjuntos significantes.” (AS, p. 125, grifo nosso) Dito de outro modo: “Descrever um enunciado (...) significa (...) definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma *existência*, e uma *existência específica*.” (AS, p. 125, grifo nosso) A presença é a existência (dos diferentes conjuntos significantes a partir da descrição dos enunciados e/ou de uma série de signos). Existe relação entre presença e especificidade: existência específica (de uma série de signos como enunciado)²⁸⁰.

O décimo-primeiro aparecimento da presença como existência está localizado no sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não oculto (ver AS, p. 126)²⁸¹.

O enunciado é não oculto: “Não oculto, por definição, já que caracteriza as modalidades de *existência próprias* de um conjunto de signos *efetivamente* produzidos.” (AS, p. 126, grifo nosso) A presença é a existência (de um conjunto de signos). Há relação entre presença e especificidade: existência própria de um conjunto de signos efetivamente produzidos (a identificação da efetividade é a permanência no visível como especificidade): “A análise enunciativa só pode se referir a coisas *ditas*, a frases que foram *realmente pronunciadas ou escritas*, a elementos significantes que foram *traçados ou articulados* – e, mais precisamente, a essa *singularidade* que as faz *existirem...*” (AS, p. 126, grifo nosso) Há relação entre presença e especificidade (como identificação da efetividade): existência

²⁷⁹ Sobre a visão absoluta ou total da especificidade, ou sobre como a visão absoluta ou total é constituída pela visão específica, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o oitavo e o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁸⁰ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a visão vertical como permanência no visível que é procura da minúcia da visão, busca da visão específica).

²⁸¹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

singular do realmente dito, pronunciado/escrito/traçado ou articulado – audível, visível, tátil²⁸²: “Só pode se referir a performances verbais *realizadas*, já que as analisa ao nível de sua *existência*: descrição das *coisas ditas*, precisamente porque foram ditas.” (AS, p. 126, grifo nosso) A presença é a existência (das performances verbais ou das coisas ditas) – a realização das performances verbais é a identificação de sua efetividade que garante a permanência no visível (como especificidade). Neste sentido, a permanência no visível (presença efetiva específica) é um procedimento epistemológico-metodológico da história:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica (...): às coisas ditas, (...) pergunta (...) de que modo *existem*, o que significa para elas o fato de se terem *manifestado*, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem *aparecido* – e nenhuma outra *em seu lugar*. (...) aquilo a que nos dirigimos está na *evidência da linguagem efetiva*. (AS, p. 126, grifo nosso)

A presença é a existência, a manifestação e o aparecimento (das coisas ditas). Há relação entre presença e espaço: aparecimento das coisas ditas em seu lugar como apelo à evidência da linguagem efetiva – quer dizer, presença no espaço, ou indissociabilidade entre presença e espaço, como identificação da efetividade (ou permanência no visível).

O décimo-segundo aparecimento da presença como existência está situado no sétimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como crítica aos efeitos de redobramento ou de desdobramento e de desdobramento ou de recalçamento (ver AS, p. 126-7).

A análise enunciativa é crítica da busca das significações ocultas e da procura das repressões: “... o próprio enunciado não é afetado, pelo desdobramento ou pelo recalçamento [: repressões; e pelo redobramento ou pelo desdobramento: significações ocultas], já que é a modalidade de *existência* da performance verbal tal como foi *efetivada*.” (AS, p. 127, grifo nosso) A presença é a existência (da performance verbal). A identificação da efetividade indica a necessidade da presença: existência efetiva da performance verbal (permanência no visível, portanto). Há crítica da ausência como não-dito: o oculto e a repressão são a inexistência e a abstração²⁸³.

²⁸² Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível (sobre a relação entre audível, tátil e visível como remissão última ao comando ou governo do visível).

²⁸³ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre como a identificação da efetividade garante a permanência no visível através da necessidade da presença e autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total, e sobre como o não-dito como oculto ou repressão está associado ao jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível).

O décimo-terceiro aparecimento da presença como existência está localizado no oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre a ausência característica de uma regularidade enunciativa e as modalidades diversas do não-dito (ver AS, p. 127-8).

Há uma diferença entre a ausência e a ocultação: a primeira é exterior ao enunciado, a segunda é interior a ele²⁸⁴:

(...) a todas essas modalidades diversas do *não-dito* [redobramento ou desdobramento: oculto, e desdobramento e recalçamento: repressão] que podem ser demarcadas sobre o campo enunciativo, é necessário, sem dúvida, acrescentar uma *ausência*, que, ao invés de ser interior, seria correlativa a esse campo e teria um papel na determinação de sua própria existência. (AS, p. 127, sublinhado nosso)

A presença é a existência (do enunciado). Há relação entre presença e espaço: existência do campo enunciativo (presença do espaço – indissociabilidade entre presença e espaço). A ausência é constitutiva do enunciado: “Pode haver – e, sem dúvida, sempre há – nas condições de *emergência* dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização.” (AS, p. 127-8, grifo nosso) A presença é a emergência (dos enunciados).

O décimo-quarto aparecimento da presença como existência está situado no décimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da primeira razão do nível enunciativo como proximidade, a quase-invisibilidade do “há” (ver AS, p. 128).

O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade: “Ele [o enunciado] tem essa quase-invisibilidade do ‘há’, que se apaga naquilo mesmo do qual se pode dizer: ‘há tal ou tal coisa’.” (AS, p. 128, grifo nosso) A presença é a existência (verbo haver) – do enunciado. Esta necessidade da presença garante a permanência no visível²⁸⁵.

O décimo-quinto aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação

²⁸⁴ Sobre o não-dito como possibilidade e infinito ou ilimitado, daí dominação do invisível, oposto à ausência como efetividade, daí permanência no visível como visão solitária e soberana, e finitude ou limite, daí visão absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁸⁵ E indica a busca da visão diferente como minúcia. Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

da segunda razão do nível enunciativo como proximidade, a remissão da estrutura significante da linguagem sempre a outra coisa (ver AS, p. 128-9).

A estrutura significante da linguagem remete sempre a outra coisa: “Não é ela [a linguagem] o *lugar de aparecimento* de algo diferente de si e, nessa função, sua própria *existência* não parece se dissipar?” (AS, p. 128, grifo nosso)²⁸⁶ A presença é justamente o aparecimento e a existência (da linguagem). Há relação entre presença e espaço: linguagem como lugar de aparecimento (espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço).

Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa *existência*; interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; (...) se deter no momento (...) que determina sua *existência singular e limitada*. (AS, p. 128-9, grifo nosso)

A presença é a existência (como produção da linguagem). Há relação entre presença e especificidade: existência singular e limitada (da linguagem). O reconhecimento do limite é a permanência no visível (necessidade da presença e procura da visão específica) como possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total²⁸⁷. “Trata-se de suspender, no exame da linguagem, não apenas o ponto de vista do significado (...), mas também o do significante, para fazer *surgir* [sic] o fato de que em ambos *existe* linguagem...” (AS, p. 129, grifo nosso)²⁸⁸ A presença é o aparecimento (do fato) e a existência/verbo haver (da linguagem).

O décimo-sexto aparecimento da presença como existência está situado no décimo-oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do pertencimento de um enunciado a uma formação discursiva (ver AS, p. 135).

Um enunciado pertence a uma formação discursiva:

(...) a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa: o que não é paradoxal, (...) já que os enunciados (...) não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de *existência*. (AS, p. 135, grifo nosso)

A presença é a existência (dos enunciados na formação discursiva) – a permanência no visível é garantida pela necessidade da presença.

²⁸⁶ Sobre a estrutura significante da linguagem como jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁸⁷ Sobre a relação entre visão específica e visão absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁸⁸ Problema de tradução: ao invés de “surgir” deveria ser “aparecer”.

O décimo-sétimo aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da definição de discurso (ver AS, p. 135-6).

A definição do discurso implica presença: “... [o discurso] é constituído de um número *limitado* de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de *existência*.” (AS, p. 135, grifo nosso) A presença é a existência (dos enunciados como discurso). O reconhecimento do limite (discurso como existência de um número limitado de enunciados) é a permanência no visível (necessidade da presença) como possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total²⁸⁹.

O décimo-oitavo aparecimento da presença como existência está situado no décimo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise enunciativa como exterioridade (ver AS, p. 140-1).

A análise enunciativa é libertação do tema histórico-transcendental:

Desse tema [histórico-transcendental] a análise enunciativa tenta liberar-se, para restituir os enunciados à sua pura dispersão; para analisá-los em uma exterioridade sem dúvida paradoxal, já que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade; (...) para apreender sua própria *irrupção no lugar e no momento em que se produziu*; para reencontrar sua *incidência de acontecimento*. (AS, p. 140, grifo nosso)²⁹⁰

A presença é a irrupção ou produção e a incidência de acontecimento (do enunciado). Há relação entre presença, espaço e tempo: irrupção no lugar e no momento (em que se produziu o enunciado). Esta presença é exterior – e a escolha da palavra “exterioridade” é justificada pela necessidade do destaque da própria presença como permanência no visível:

Sem dúvida, seria melhor falar de “neutralidade” que de exterioridade; mas essa palavra remete demasiado facilmente a uma suspensão de crença, a um desaparecimento ou a uma colocação entre parênteses de qualquer posição de *existência*, enquanto o que importa é reencontrar o exterior onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu *espaço* aberto, os *acontecimentos* enunciativos. (AS, p. 140-1, grifo nosso)

²⁸⁹ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁹⁰ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a crítica do tema histórico-transcendental como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível através do projeto de eliminação do invisível correlativo da permanência no visível como necessidade da presença).

A presença é a existência (exterior) e o acontecimento (enunciativo). Há relação entre presença e espaço: acontecimentos enunciativos no espaço aberto (da exterioridade) – presença no espaço, indissociabilidade entre presença e espaço.

O décimo-nono aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-sexto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise enunciativa como descrição dos temas relacionados ao sono dos textos (ver AS, p. 142).

A análise enunciativa do acúmulo não é volta ao passado: “... a particularidade da análise enunciativa não é despertar textos de seu sono atual para reencontrar, encantando as *marcas* ainda *lisíveis* em sua *superfície*, o clarão de seu *nascimento*...” (AS, p. 142, grifo nosso) A permanência no visível é a identificação dos textos como constituídos de marcas lisíveis em sua superfície (visão da presença como tato no espaço)²⁹¹. A recusa da permanência no visível é a busca, a partir destes textos adormecidos, do despertar do clarão de seu nascimento como resgate do passado perdido invisível (ausência reconduzida à presença). Na verdade,

(...) trata-se, ao contrário, de segui-los ao longo de seu sono, ou antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de *existência* pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, *na espessura do tempo* em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos. (AS, p. 142, grifo nosso)

A presença é a existência (dos enunciados). Existe relação entre presença e tempo: existência (dos enunciados) na espessura do tempo. A presença é a permanência no visível, por isso é possível procurar o modo de existência (dos enunciados) independentemente de sua enunciação (clarão de seu nascimento).

O vigésimo aparecimento da presença como existência está situado no décimo-sétimo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da remanência dos enunciados (ver AS, p. 143).

A análise enunciativa do acúmulo considera a remanência própria dos enunciados: “Isso quer dizer (...) que as coisas não têm mais o mesmo modo de *existência*, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas.” (AS, p. 143, grifo nosso) A

²⁹¹ A presença é garantida pelo tato subordinado à dominação da visão (marcas lisíveis, ou tato visível). Sobre a relação entre tato e visão, ver supra principalmente, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Relação entre tato e visão”.

presença é a existência (remanente das coisas ditas) – distinta, portanto, do acontecimento passado da formulação²⁹²:

Embora a conservação através do *tempo* seja o prolongamento acidental ou bem-sucedido de uma *existência* feita para passar com o momento, a remanência pertence, de pleno direito, ao enunciado; o esquecimento e a destruição são apenas, de certa forma, o grau zero da remanência. (AS, p. 143, grifo nosso)

A presença é a existência (do enunciado). Há relação entre presença e tempo: existência remanente ou conservação da existência através do tempo (do enunciado).

O vigésimo-primeiro aparecimento da presença como existência está localizado no oitavo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arqueologia (ver AS, p. 151).

A definição de arqueologia estabelece a relação entre enunciado, formação discursiva e arquivo: “Ele [o termo arqueologia] designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua *existência*: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte.” (AS, p. 151, grifo nosso) A presença é a existência (do já-dito) – permanência no visível, portanto.

O vigésimo-segundo aparecimento da presença como existência está situado no quinto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das redes interdiscursivas como indefinição e diversidade (ver AS, p. 182-3).

A análise das redes interdiscursivas é, inicialmente, indefinição e diversidade:

Tais redes [interdiscursivas] não são, pois, em número previamente definido, *só a prova da análise pode mostrar se existem e quais existem* (isto é, quais são suscetíveis de serem descritas). Além disso, cada formação discursiva não pertence (de qualquer forma não pertence necessariamente) a um único desses sistemas, mas entra simultaneamente em *diversos campos de relações em que não ocupa o mesmo lugar* e não exerce a mesma função (...) (AS, p. 183, grifo nosso)

A presença é a existência (das redes interdiscursivas). A permanência no visível como identificação da efetividade e/ou necessidade da presença e como reconhecimento do limite ou da finitude possibilita a vontade de visibilidade absoluta ou total: somente a prova da análise pode mostrar (permanência no visível) se existem (identificação da efetividade) e quais existem (reconhecimento do limite ou da finitude). Existe relação entre presença, tempo,

²⁹² Sobre o acontecimento passado da formulação, ver supra o oitavo aparecimento da presença como acontecimento.

multiplicidade, espaço e miscigenação: existência da formação discursiva que entra simultaneamente em diversos campos de relações em que não ocupa o mesmo lugar²⁹³.

O vigésimo-terceiro aparecimento da presença como existência está localizado no décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição arqueológica dos discursos na dimensão de uma história geral (ver AS, p. 188-9)²⁹⁴.

A análise arqueológica, como história geral, quer

(...) descobrir o *domínio de existência* e de funcionamento de uma prática discursiva. Em outras palavras, a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o *domínio* das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode *articular-se* uma formação discursiva (...) (AS, p. 189, grifo nosso)

A presença é a existência (de uma prática discursiva – na dimensão de uma história geral). A permanência no visível implica a necessidade da presença do visível discursivo (domínio de existência da prática discursiva: espaço da presença da visibilidade discursiva) vinculada ao espaço do visível não-discursivo, audível ou inaudível (articulação no domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais: miscigenação no espaço da visibilidade não-discursiva).

O vigésimo-quarto aparecimento da presença como existência está situado no décimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da influência da ideologia sobre o discurso científico e do funcionamento ideológico das ciências (ver AS, p. 209-10).

As relações da ideologia com as ciências estão vinculadas ao saber:

A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências (...) articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber. Se a questão da ideologia pode ser proposta à ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se *localiza*, estrutura alguns de seus objetos, sistematiza algumas de suas enunciações, formaliza alguns de seus conceitos e de suas estratégias; é na medida em que, por um lado, esta elaboração escande o saber, o modifica, o redistribui, e por outro, o confirma e o deixa valer; é na medida em que a ciência encontra seu *lugar* em uma regularidade discursiva e, por isso, se desdobra e funciona em todo um *campo* de práticas discursivas ou não. (AS, p. 209-10, grifo nosso)

²⁹³ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

²⁹⁴ Ver supra comparativamente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto aparecimento da palavra “historicidade”.

A questão da ideologia associada à ciência mostra a necessidade da presença: “... a questão da ideologia proposta à ciência (...) é a questão de sua *existência* como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas.” (AS, p. 210, grifo nosso) A presença é a existência (da ciência como prática discursiva). Há relação entre presença e espaço: existência da ciência no campo da prática discursiva localizado no saber (presença no espaço, indissociabilidade entre presença e espaço).

O vigésimo-quinto aparecimento da presença como existência está localizado no trigésimo-primeiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “e”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos caracteres essenciais da descrição da *episteme* (ver AS, p. 217-8).

A *episteme* permite entender as limitações impostas ao discurso:

A *episteme*, (...) como conjunto de relações entre ciências, figuras epistemológicas, positivities e práticas discursivas, permite compreender o jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõem ao discurso; (...) [a *episteme*] é aquilo que, na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências. (AS, p. 217-8, sublinhado nosso)

A presença é a existência (das figuras epistemológicas e das ciências a partir da positividade das práticas discursivas). A *episteme* é recusa da interrogação transcendental e defesa da história:

(...) a análise da *episteme* não é uma maneira de retomar a questão crítica (“sendo apresentado algo como uma ciência, qual é seu direito ou sua legitimidade?”); é uma interrogação que só acolhe o dado da ciência a fim de se perguntar o que é, para essa ciência, o fato de ser conhecida. No enigma do discurso científico, o que ela põe em jogo não é o seu direito de ser uma ciência, é o fato de que ele existe. E o ponto onde se separa de todas as filosofias do conhecimento é que ela não relaciona tal fato à instância de uma doação originária que fundaria, em um sujeito transcendental, o fato e o direito; mas sim aos processos de uma prática histórica. (AS, p. 218, sublinhado nosso)

A presença é a existência (do discurso científico como prática histórica). A permanência no visível, como necessidade da presença, é característica da história.

O vigésimo-sexto aparecimento da presença como existência está situado no décimo-oitavo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como crítica do destino histórico-transcendental do Ocidente (ver AS, p. 237-8).

No diálogo com seu interlocutor discursivo, Foucault opõe a prática discursiva à história do espírito:

A prática do discurso revolucionário e do discurso científico na Europa, há duzentos anos, não o liberou da ideia de que as palavras são vento, um sussurro exterior, um ruído de asas que mal ouvimos na seriedade da história? Ou será preciso imaginar que, para recusar essa lição, você se obstinou a desconhecer as práticas discursivas em sua *existência própria*, e que queria manter contra ela uma história do espírito, dos conhecimentos da razão, das ideias ou das opiniões? (AS, p. 237-8, grifo nosso)

A presença é a existência (das práticas discursivas). Há relação entre presença e especificidade: existência própria (das práticas discursivas) – apelo à visão minuciosa. O recurso ao transcendental é o medo da história:

Qual é, pois, o medo que o faz responder em termos de consciência, quando lhe falam de uma prática, de suas condições, de suas regras, de suas transformações *históricas*? Qual é, pois, o medo que o faz procurar, além de todos os limites, as rupturas, os abalos, as escansões, o grande destino histórico-transcendental do Ocidente? (AS, p. 238, grifo nosso)

A história é a permanência no visível como necessidade da presença; o transcendental é a remissão ao invisível como necessidade da ausência.

A presença como existência está associada também à presença como acontecimento (ver supra terceiro, décimo, décimo-quarto e décimo-sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra primeiro, quarto, nono, décimo, décimo-nono, vigésimo, vigésimo-primeiro, vigésimo-oitavo e trigésimo surgimento) e como emergência (ver infra quarto aparecimento); à crítica da ausência (ver infra oitavo e nono aparecimento) e à relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade (ver infra segundo aparecimento).

Presença como emergência

Outro termo recorrente que seria preciso destacar, para a caracterização da presença, é a emergência (*l'émergence*). Analisaremos oito aparecimentos da presença como emergência, destacando as relações da presença com o discurso da visão, através da pedagogia da visão e (especialmente) da estrutura de argumentação da visão (relação de harmonia: aliança entre visão solitária e soberana e necessidade da presença); com o espaço (indissociabilidade entre presença e espaço) e a especificidade (da necessidade da presença para a descrição da especificidade) - relação de harmonia: constituição do discurso da visão mediante união de seus elementos -; e com a relação, a multiplicidade e o tempo (relação de conflito com discurso da miscigenação solidário do discurso da metafísica).

O primeiro aparecimento da presença como emergência está localizado no primeiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As

regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da lei de emergência simultânea ou sucessiva de conceitos discordantes (ver AS, p. 63).

A análise da dispersão dos conceitos é recusa do recurso à lógica:

Não se poderia encontrar uma lei que desse conta da *emergência simultânea ou sucessiva* de conceitos discordantes? Não se pode encontrar entre eles um sistema de *ocorrência* que não seja uma sistematicidade lógica? Antes de querer repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual, seria necessário descrever a organização do *campo* de enunciados em que *aparecem* e circulam. (AS, p. 63, grifo nosso)

A presença é a emergência, a ocorrência e o aparecimento (de conceitos discordantes)²⁹⁵. Há relação entre presença, espaço e tempo: emergência simultânea ou sucessiva ou aparecimento de conceitos discordantes no campo de enunciados (presença temporal no espaço).

O segundo aparecimento da presença como emergência está situado no décimo-segundo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível pré-conceitual (ver AS, p. 68-9).

A análise do nível pré-conceitual é descrição intrínseca do discurso: “Na verdade, colocamos a questão ao nível do próprio discurso que não é (...) tradução exterior, mas *lugar de emergência* dos conceitos; (...) descrevemos a rede conceitual a partir das regularidades *intrínsecas* do discurso...” (AS, p. 69, grifo nosso) A presença é a emergência (dos conceitos). Há relação entre presença e espaço: emergência dos conceitos no discurso como lugar (indissociabilidade entre presença e espaço). O apelo ao intrínseco é a identificação da efetividade, a permanência no visível²⁹⁶ como procedimento histórico:

(...) a organização de um conjunto de regras, na prática do discurso, mesmo se ela não constitui um *acontecimento* tão fácil de ser situado quanto uma formulação ou uma descoberta, pode, no entanto, ser determinada no elemento da *história*; e, se ele é inesgotável, é no sentido de que o sistema, perfeitamente descritível, por ele constituído, dá conta de um jogo considerável de conceitos e de um número muito importante de transformações que afetam, ao mesmo tempo, esses conceitos e suas relações. (AS, p. 69, grifo nosso)

A presença é o acontecimento (histórico da organização de um conjunto de regras na prática do discurso). Este acontecimento é inesgotável justamente porque a permanência no visível como identificação da efetividade estabelece o reconhecimento do limite ou da finitude como

²⁹⁵ A sistematicidade lógica é a visibilidade discursiva explícita comandada pela invisibilidade da virtualidade dedutiva, e a lei de emergência de conceitos discordantes é a visibilidade discursiva imanente. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da tipologia da visibilidade.

²⁹⁶ A permanência no visível é a visão solitária e soberana, solidária da eliminação do invisível. Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sétimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total – a inesgotabilidade é a prerrogativa de ver tudo como necessidade de ver sempre mais e com maior minúcia: “O ‘pré-conceitual’ assim descrito, (...) é (...), no nível mais ‘*superficial*’ (no nível dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram *efetivamente* aplicadas.” (AS, p. 69, grifo nosso) A identificação da efetividade é a necessidade do espaço de presença (discurso como superfície – de aplicação das regras).

O terceiro aparecimento da presença como emergência está localizado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da tentativa de individualização dos enunciados a partir da demarcação dos atos de formulação (ver AS, p. 93-4)²⁹⁷.

O ato de formulação, ou *speech act*, ou ato ilocutório, implica presença: “... descreve-se a operação que foi efetuada pela própria fórmula, em sua *emergência*...” (AS, p. 94, grifo nosso) A presença é a emergência (da fórmula – do ato). Quer dizer, o ato ilocutório é “... o que se *produziu* pelo próprio fato de ter sido enunciado – e *precisamente esse enunciado (e nenhum outro)* em circunstâncias bem determinadas.” (AS, p. 94, grifo nosso) A presença é a produção (do ato ilocutório como enunciado). Há relação entre presença e especificidade: emergência ou produção do enunciado preciso (único – singular)²⁹⁸. Aliás, a tentativa de individualização dos enunciados a partir da demarcação dos atos de formulação ocorre justamente devido à importância da presença que garante a permanência na visibilidade para ambos²⁹⁹.

O quarto aparecimento da presença como emergência está situado no décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica à existência do enunciado como a língua e como objetos quaisquer apresentados à percepção (ver AS, p. 97-8).

Após a análise de dois exemplos do que não é o enunciado³⁰⁰, a conclusão:

²⁹⁷ Ver supra comparativamente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre visível e audível (sobre o ato de formulação como relação entre visível e audível).

²⁹⁸ Sobre a relação entre o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana como necessidade da presença e a valorização da especificidade (ou singularidade), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quinto aparecimento da relação entre visível e audível.

²⁹⁹ Sobre o fracasso dessa tentativa como aparência que remete à ilusão, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o oitavo aparecimento da pedagogia da visão.

³⁰⁰ Sobre os dois exemplos do que não é o enunciado, os caracteres de chumbo utilizados para imprimir os livros e os signos traçados ao acaso, ver o final do décimo-terceiro parágrafo e o início do décimo-quarto: AS, p. 97. Ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono

Eis-nos, pois, em *presença* de um certo número de consequências negativas: não se requer uma construção linguística regular para formar um enunciado (esse pode ser constituído de uma série de probabilidade mínima); mas não basta tampouco qualquer *realização* [sic] *material de elementos linguísticos*, ou qualquer *emergência de signos no tempo e no espaço*, para que um enunciado *apareça* e passe a *existir*. O enunciado, portanto, não existe nem do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma certa *materialidade*, e que se possa sempre situá-lo segundo *coordenadas espaço-temporais*). (AS, p. 98, grifo nosso)³⁰¹

A presença é a performatividade (da apresentação negativa do enunciado através de dois exemplos próximos). A presença é também a efetivação ou efetuação (material de elementos linguísticos – na verdade, a materialidade remete à presença e a efetivação ou efetuação à identificação da efetividade: nos dois caos, permanência no visível), a emergência (de signos), o aparecimento e a existência (do enunciado). Há relação entre presença, tempo e espaço: emergência de signos no tempo e no espaço, enunciado como materialidade situada segundo coordenadas espaço-temporais.

O quinto aparecimento da presença como emergência está localizado no segundo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do *a priori* histórico (ver AS, p. 146-7).

Na expressão “*a priori* histórico”, o *a priori* designa “... condição de *realidade* para enunciados.” (AS, p. 146, grifo nosso) Quer dizer, trata-se de “... isolar as condições de *emergência* dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma *específica* de seu modo de *ser*, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem.” (AS, p. 146, grifo nosso) Assim, este *a priori* é o de uma “... *história determinada* [sic], já que é a das *coisas efetivamente ditas*.” (AS, p. 146, grifo nosso)³⁰² A presença é a realidade, a emergência, o ser (ontologia) – dos enunciados -, a história das coisas ditas. Há relação entre presença e especificidade: forma específica do modo de ser dos enunciados. A história que é dada, das coisas efetivamente ditas, é a permanência no visível como necessidade da presença através da identificação da efetividade: daí a busca da minúcia, visão da especificidade (há um

aparecimento da pedagogia da visão (sobre como os dois exemplos remetem à aparência como visão imediata ou ilusão que requer a conversão do olhar como visão diferente e minuciosa).

³⁰¹ Problema de tradução: ao invés de “realização” deveria ser “efetivação” ou “efetuação”.

³⁰² Problema de tradução: ao invés de “determinada” deveria ser “que é dada”.

encadeamento na sequência permanência no visível (visão solitária e soberana), identificação da efetividade, necessidade da presença, procura da visão específica (como minúcia)³⁰³.

O sexto aparecimento da presença como emergência está situado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre o *a priori* formal e o *a priori* histórico (ver AS, p. 147-8).

O *a priori* formal e o *a priori* histórico são diferentes:

Diante dos *a priori* formais cuja jurisdição se estende sem contingência, ele [o *a priori* histórico] é uma figura puramente empírica; mas, por outro lado, já que permite compreender os discursos na lei de seu dever efetivo, deve poder dar conta do fato de que tal discurso, em um momento dado, possa acolher e utilizar ou, ao contrário, excluir, esquecer ou desconhecer, esta ou aquela estrutura formal. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

O *a priori* histórico

(...) permite compreender como os *a priori* formais podem ter na história pontos de junção, lugares de inserção, de irrupção ou de emergência, domínios ou ocasiões de utilização, e compreender como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

A presença é a contingência ou figura empírica (do *a priori* histórico), a irrupção ou a emergência histórica (dos *a priori* formais). Há relação entre presença e tempo: compreensão do dever efetivo dos discursos como figura empírica (a identificação da efetividade é a permanência no visível como necessidade da presença). Existe relação entre presença, espaço e especificidade: irrupção ou emergência (dos *a priori* formais) na história como lugar de regularidade específica (presença no espaço, indissociabilidade entre presença e espaço, e história como especificidade, procura da visão específica como minúcia).

O sétimo aparecimento da presença como emergência está localizado no vigésimo-segundo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos diferentes limiares (ver AS, p. 211).

A definição dos diferentes limiares é a passagem por distintas presenças: “A propósito de uma formação discursiva, pode-se descrever *diversas emergências distintas*.” (AS, p. 211, grifo nosso) A presença é a emergência (os limiares são emergências). Há relação entre

³⁰³ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o terceiro aparecimento da palavra “historicidade” (sobre a realização através da presença, a atenção à especificidade e a instância do visível como elementos constitutivos do discurso da historicidade).

presença e multiplicidade: diversas emergências distintas – e a diferença é multiplicidade³⁰⁴.

Há o limiar de positividade:

O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado *limiar de positividade*. (AS, p. 211)

Existe também o limiar de epistemologização:

Quando no jogo de uma formação discursiva um conjunto de enunciados se delinea, pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce, em relação ao saber, uma função dominante (modelo, crítica ou verificação), diremos que a formação discursiva transpõe um *limiar de epistemologização*. (AS, p. 211)

Além disso, há o limiar de cientificidade:

Quando a figura epistemológica, assim delineada, obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpõe um *limiar de cientificidade*. (AS, p. 211)

Por fim, existe o limiar de formalização:

(...) quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui, diremos que transpõe o *limiar da formalização*. (AS, p. 211)

Os diferentes limiares são distintas emergências (presenças).

O oitavo aparecimento da presença como emergência está situado no vigésimo-quarto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise de exemplos das diferenças na demarcação dos distintos limiares no tempo (ver AS, p. 212-3).

Dentre as várias demarcações históricas dos diferentes limiares no tempo, existe a união, simultânea, entre o limiar de positividade e o limiar de epistemologização: “... pode acontecer (...) que esses dois limiares [de positividade e de epistemologização] estejam confundidos no *tempo* e que a *instauração* de uma positividade seja, ao mesmo tempo, a *emergência* de uma figura epistemológica.” (AS, p. 212, grifo nosso) A presença é a instauração (de uma positividade) e a emergência (de uma figura epistemológica). Há relação entre presença e tempo: instauração ou emergência simultânea (no tempo) – a presença é sempre temporal.

³⁰⁴ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra especialmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

A presença como emergência está vinculada também à presença como acontecimento (ver supra terceiro, décimo-segundo, décimo-quarto, décimo-quinto e décimo-sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra segundo, quinto, sexto, décimo-sétimo, vigésimo-sexto, trigésimo-segundo e trigésimo-nono surgimento) e como existência (ver supra sexto e décimo-terceiro aparecimento).

Presença como surgimento

Outro termo, menos recorrente, da presença é o surgimento (*le surgissement*). Analisaremos apenas dois aparecimentos da presença como surgimento, evidenciando a relação (de harmonia) da presença com o discurso da visão, seja através da pedagogia da visão e da estrutura de argumentação da constatação da visão, seja mediante os elementos do espaço e da especificidade, e a relação (de conflito) da presença com o discurso da miscigenação, através dos elementos da relação, da multiplicidade e do tempo.

O primeiro aparecimento da presença como surgimento está localizado no quinto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da lei de raridade como definição de um sistema limitado de presenças (ver AS, p. 138).

Um dos aspectos da busca do estabelecimento de uma lei de raridade é a recusa do não-dito: “Estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz *surgirem* à exclusão de todos os outros.” (AS, p. 138, grifo nosso) A presença é o surgimento (dos enunciados). Há relação entre presença e especificidade: surgimento dos enunciados à exclusão de todos os outros. Existe crítica da ausência como não-dito: o enunciado é específico (único) justamente porque há eliminação do invisível. Esta eliminação do invisível (do não-dito) permite “... definir um sistema *limitado* de *presenças*.” (AS, p. 138, grifo nosso) A permanência no visível como necessidade da presença autoriza o reconhecimento do limite (ou da finitude) como possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total³⁰⁵.

O segundo aparecimento da presença como surgimento está situado no décimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica das formações discursivas como tentativa de periodização totalitária (ver AS, p. 169-70).

³⁰⁵ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A análise das formações discursivas é crítica da periodização totalitária:

(...) a arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente. (AS, p. 170)

A arqueologia é definição da especificidade dos períodos diante da confusão das épocas:

Nas tão confusas unidades chamadas “épocas”, ela faz *surgirem*, com sua *especificidade*, “períodos enunciativos” que se articulam no tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas de evolução linguística, mas sem se confundir com eles. (AS, p. 170, grifo nosso)

A presença é o surgimento (dos períodos enunciativos). Há relação entre presença, especificidade e tempo: surgimento da especificidade dos períodos enunciativos.

A presença como surgimento está associada também à presença como acontecimento (ver supra terceiro, décimo e décimo-primeiro aparecimento) e como aparecimento (ver supra quinto, décimo-quinto e décimo-sétimo surgimento); e à crítica da ausência (ver infra quinto aparecimento).

Sobre a ausência

O discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade: se o ideal epistemológico-perceptivo do discurso da historicidade (como discurso da visão) é a visão solitária e soberana, o escopo do discurso da metafísica é a eterna remissão do visível ao comando do invisível; se o ideal pedagógico-argumentativo do discurso da historicidade (como discurso da visão) é a visão absoluta ou total, o objetivo do discurso da metafísica é a busca do invisível (como procura do) ilimitado ou infinito; quer dizer, se a vontade do estrangeiro (apologia da história como defesa do discurso da historicidade) é o transporte da herança que se afirma (epistemologia da percepção como discurso da visão), mas também da herança que se nega (crítica da metafísica como projeto de eliminação do invisível), então o princípio da revelação do discurso da historicidade como avesso do discurso da metafísica é um modo privilegiado de inteligibilidade indireta do discurso da historicidade. Ora, se o discurso da visão é a necessidade da presença, então o discurso da metafísica é a necessidade da ausência – e a crítica da ausência (como projeto de eliminação do invisível) é um modo indireto de caracterização da necessidade da presença (como permanência no visível) -; se o discurso da visão é constituído pela relação de harmonia da presença com o espaço e a

especificidade, então o discurso da metafísica é a união da ausência com a utopia e a abstração – e a crítica da ausência mostra de maneira negativa a aliança entre presença, espaço e especificidade (como constituição do discurso da visão) -; se o discurso da visão está ligado ao discurso da miscigenação, através dos elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, mediante conflito, é porque o discurso da miscigenação contém o risco da solidariedade com o discurso da metafísica (e, neste caso, ambos remetem à ideia de senso comum de história como predomínio dos elementos do discurso da miscigenação em relação à possibilidade de eliminação dos elementos do discurso da visão) - e a inversão da ideia de senso comum de história (como privilégio do discurso da visão) é, ao mesmo tempo, crítica da metafísica (como eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica através da dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação) e defesa do discurso da historicidade (já que o discurso da historicidade é a união tensa ou a aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação)³⁰⁶.

Crítica da ausência

A (crítica da) ausência está associada (à crítica) ao discurso da metafísica como comando do invisível: (o discurso da visão como necessidade da presença recusa o) recurso ao invisível como necessidade da ausência. Na pedagogia da visão, a ausência está ligada à aparência como ilusão, já que a visão imediata é inespecífica (e a crítica da ausência acontece através da procura da visão diferente ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia). Na estrutura de argumentação da constatação da visão, a ausência é o invisível, já que o invisível é a ausência e a ausência é sempre invisível (e a crítica da ausência é projeto de eliminação do invisível, como jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível, correlativo da permanência no visível como visão solitária e soberana). Se a busca da visão diferente ou específica como procura da minúcia (ver mais e com maior acuidade) e a permanência no visível como visão solitária e soberana estão vinculadas à identificação da efetividade, se, portanto, a necessidade da presença é a garantia da permanência no visível

³⁰⁶ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, ou inversão da ideia de senso comum de história como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, cuja consequência é a eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, já que a ideia de senso comum de história é o predomínio do discurso da miscigenação em relação à possibilidade de eliminação do discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “O funcionamento do discurso da historicidade”.

como procura da visão específica ou da identificação da efetividade, então a necessidade da ausência é a garantia do comando do invisível como remissão constante do visível ao invisível (ou perda da especificidade) ou recurso à abstração; se o visível é a presença, o invisível é a ausência, se o visível é o efetivo, o invisível é o abstrato, se o efetivo é o específico, o abstrato é o inespecífico (ou geral).

A (crítica da) ausência está vinculada (à crítica) ao discurso da metafísica como (recusa da) relação de harmonia com a utopia e a generalidade: se a indissociabilidade entre presença e espaço garante a permanência no visível ou a identificação da efetividade, então a união entre ausência e utopia assegura o comando do invisível através do recurso à abstração; se a necessidade da presença e a indissociabilidade entre presença e espaço levam à descrição da especificidade, então a necessidade da ausência e a união entre ausência e utopia asseguram a remissão à generalidade (o comando do invisível é a remissão à generalidade ou o recurso à abstração). A ausência está associada aos elementos constitutivos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade e tempo, mediante possibilidade de solidariedade³⁰⁷; assim, a crítica da ausência acontece como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, por isso a constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação³⁰⁸.

A demonstração da necessidade da ausência para o discurso da metafísica mediante relação de harmonia com a utopia e a generalidade (ou a abstração) e através da possibilidade de solidariedade com o discurso da miscigenação, tudo isso como revelação do avesso do discurso da historicidade, eis o objetivo almejado: para tanto, será necessário salientar a crítica da ausência como apologia da necessidade da presença. Analisaremos, de forma não exaustiva, conforme a cronologia dos fatos, dez aparecimentos da crítica da ausência, a fim de mostrar sua disseminação essencial.

³⁰⁷ Sobre a possibilidade de solidariedade do discurso da metafísica, através da necessidade da ausência, com o discurso da miscigenação, mediante os elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, como confirmação da ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação em relação à possibilidade de eliminação do discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “Apologia da história”, mas também “O funcionamento do discurso da historicidade”.

³⁰⁸ Exemplo da crítica da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica através da relação da ausência com a multiplicidade: se a multiplicidade for considerada ilimitada ou infinita, então remeterá ao comando do invisível, daí à necessidade da ausência (o múltiplo ilimitado ou infinito é invisível, portanto ausente), por isso o controle da multiplicidade como totalidade (então o múltiplo total tem limite ou é finito, é visível, está presente, autoriza a vontade de visão absoluta). Ver supra exemplarmente o segundo aparecimento da presença como acontecimento (sobre a multiplicidade dominada pela totalidade como autorização da vontade de visão absoluta ou total).

O primeiro aparecimento da crítica da ausência está localizado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica de dois temas ligados e opostos, a origem secreta e o já-dito como jamais-dito não-dito (ver AS, p. 27-8)³⁰⁹.

Primeiro, a apresentação do tema da origem secreta e originária:

Um [tema] quer que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente, há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente. Desta forma, seríamos fatalmente reconduzidos, através da ingenuidade das cronologias, a um ponto indefinidamente recuado, jamais presente em qualquer história; ele mesmo não passaria de seu próprio vazio; e a partir dele, todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço ou ocultação (na verdade, em um único e mesmo gesto, isto e aquilo). (AS, p. 28, sublinhado nosso)

A ausência é a origem secreta e originária, o vazio (de um ponto indefinidamente recuado, jamais presente na história)³¹⁰. Há recusa da presença (irrupção de acontecimento, começo aparente, história) através do recurso à abstração (envio da presença à ausência): do começo aparente à origem secreta e originária, da história como presença ao vazio como ocultação. Segundo, a apresentação do tema do dito como já-dito jamais-dito, isto é, não-dito:

A esse tema [da origem secreta] se liga um outro, segundo o qual todo *discurso manifesto* repousaria *secretamente* sobre um *já-dito*; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “*jamais-dito*” (...). Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. *O discurso manifesto não passaria*, afinal de contas, *da presença repressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz*. (AS, p. 28, grifo nosso)

A ausência é o já-dito secreto como jamais-dito, ou seja, o não-dito como vazio. Há recusa da presença (discurso manifesto, dito) através do recurso à abstração (envio da presença à ausência): do discurso manifesto ao não-dito como vazio que comanda o dito.

O primeiro motivo [origem secreta] condena a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica; o outro [já-dito como não-dito] a destina a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não-dito. (AS, p. 28)

A ausência é (busca e repetição da) origem secreta e (interpretação ou escuta do) já-dito como não-dito³¹¹. Há, portanto, recusa da presença ou do discurso da historicidade como discurso da

³⁰⁹ Ver supra comparativamente o primeiro aparecimento da presença como acontecimento.

³¹⁰ Sobre a origem secreta (e originária) como o invisível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e audível.

³¹¹ Sobre a interpretação ou escuta do não-dito como aliança entre invisível e audível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e audível.

visão: abandono da determinação histórica e do dito para a análise do discurso³¹². A ausência funciona segundo o recurso à abstração: “É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a *infinita* continuidade do discurso e sua *secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida*.” (AS, p. 28, grifo nosso)³¹³ O recurso à abstração (recondução da presença à ausência) garante a possibilidade do infinito (infinita continuidade do discurso).

O segundo aparecimento da crítica da ausência está situado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da oposição entre descrição do discurso e história do pensamento (ver AS, p. 31-2)³¹⁴.

A história do pensamento é busca da ausência:

(...) não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um *conjunto definido de discursos*. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos *próprios enunciados*, a *intenção* do sujeito falante, sua atividade *consciente*, o que ele *quis dizer*, ou ainda o jogo *inconsciente* que *emergiu* [sic] involuntariamente *do que disse ou* da quase imperceptível fratura *de suas palavras manifestas*; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a *palavra muda*, murmurante, *inesgotável*, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o *texto* miúdo e *invisível* que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. (AS, p. 31, grifo nosso)³¹⁵

A ausência é o invisível: intenção, consciência, querer-dizer, inconsciente (do sujeito falante), em suma, o invisível inaudível (texto invisível, palavra muda)³¹⁶. Há recusa da presença (como permanência no visível): conjunto definido de discursos, próprios enunciados, mostrar-se do dito ou das palavras manifestas, voz que escutamos e linhas escritas (aliança do visível e do audível)³¹⁷. O recurso à abstração, como desejo e comando do invisível, é a possibilidade do infinito ou do ilimitado: descoberta da palavra muda (e do texto invisível) inesgotável. A história do pensamento é recurso à abstração: “A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava

³¹² Nos dois casos, busca e repetição da origem secreta e interpretação ou escuta do já-dito como não-dito, a ausência é o invisível e o recurso à abstração (o envio da presença à ausência) é o jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³¹³ Sobre a crítica da ausência (comando do invisível) através da necessidade da presença (permanência no visível), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão, e o primeiro aparecimento da presença como acontecimento.

³¹⁴ Ver supra comparativamente o primeiro aparecimento da presença como existência.

³¹⁵ Problema de tradução: ao invés de “emergiu” deveria ser “mostrou-se”.

³¹⁶ Sobre a aliança entre invisível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

³¹⁷ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre a aliança entre visível e audível como preservação de suas especificidades e diferenças, e sobre a dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível).

dito?” (AS, p. 31) O recurso à abstração (envio do dito ao não-dito – ausência invisível) é a perda da especificidade. Basta analisar a descrição do discurso, como oposição à história do pensamento, e sua necessidade da singularidade, como exclusão (do invisível): “Não se busca, sob o que está *manifesto*, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como *exclui* qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um *lugar a que nenhum outro poderia ocupar.*” (AS, p. 31, grifo nosso)³¹⁸ O jogo do visível (envio da presença como discurso manifesto) e do invisível (à ausência como outro discurso, invisível audível) mostra que a ausência como recurso à abstração é a busca da utopia (como perda da especificidade): ao invés da presença no espaço específico (discurso manifesto no lugar que nenhum outro poderia ocupar: relação entre presença, espaço e especificidade)³¹⁹, a ausência (invisível) como utopia (abstrata): relação entre ausência, utopia e abstração.

O terceiro aparecimento da crítica da ausência está localizado no décimo-terceiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do terceiro interesse da descrição dos fatos de discurso como libertação das unidades naturais, imediatas e universais, a possibilidade de descrição de outras unidades (ver AS, p. 33).

A libertação das unidades naturais, imediatas e universais autoriza a descrição de outras unidades, que significam recusa da ausência:

Elas [relações corretamente descritas que definem conjuntos] (...) não constituiriam, de maneira alguma, uma espécie de *discurso secreto, animando, do interior, os discursos manifestos*; não é, pois, uma *interpretação dos fatos enunciativos* que poderia trazê-los à luz, mas a análise de sua coexistência, de sua sucessão, de seu funcionamento mútuo, de sua determinação recíproca, de sua transformação independente ou correlativa. (AS, p. 33, grifo nosso)

A ausência é o discurso secreto, interior – a interpretação é o recurso à ausência. Existe recusa da presença (discurso manifesto, fatos enunciativos) através de sua remissão à ausência – a interpretação é o procedimento de abstração como envio da manifestação ao segredo³²⁰.

³¹⁸ Sobre a crítica da dominação do invisível (através do recurso à abstração) em relação à subordinação do visível como projeto de eliminação do invisível e permanência no visível como visão solitária e soberana ou busca da visão específica, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³¹⁹ Sobre a relação entre presença (como permanência no visível), espaço e especificidade, ver supra também o primeiro aparecimento da presença como existência.

³²⁰ A crítica da interpretação é a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ou da remissão da presença (permanência no visível) à ausência (comando do invisível). Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O quarto aparecimento da crítica da ausência está situado no terceiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da primeira hipótese para a formação de um conjunto de enunciados, a referência a um único e mesmo objeto (ver AS, p. 36).

A impossibilidade da individualização de um conjunto de enunciados ocorre, a partir da análise e da constatação do exemplo da psicopatologia, devido a duas razões, dentre as quais a primeira indica a oposição entre ausência e presença:

Cometeríamos um erro, seguramente, se perguntássemos ao próprio ser da loucura [do objeto], ao seu *conteúdo secreto*, à sua *verdade muda* e fechada em si mesma, o que se pôde dizer a seu respeito e em um momento dado; a doença mental [o objeto] foi constituída pelo *conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados* que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus. (AS, p. 36, grifo nosso)

A ausência é o conteúdo secreto (invisível), a verdade muda (inaudível)³²¹. A presença é o conjunto do que foi dito (permanência no visível). Há possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total, já que existe reconhecimento do limite ou da finitude através da constatação da totalidade (conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados).

O quinto aparecimento da crítica da ausência está localizado no décimo-sétimo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica da interpretação como recusa da história do referente (ver AS, p. 54-5).

A descrição da formação dos objetos é recusa da interpretação como história do referente: “Nas descrições cuja teoria acabo de tentar fornecer, não se trata de interpretar o discurso para fazer através dele uma história do referente.” (AS, p. 54) Neste caso, a interpretação é duplicação do visível: remissão do discurso ao referente – mas o referente é justamente a ausência que comandaria a presença do discurso:

(...) não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar *o que permanece silenciosamente aquém* dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo *surgir* na complexidade que lhe é própria. (AS, p. 54, grifo nosso)

³²¹ Pode-se ler neste quarto aparecimento da crítica da ausência um caso de relação de confronto entre a aliança do invisível e do inaudível contra a união do visível e do audível. Ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Relação entre invisível e inaudível”.

A ausência é o visível inaudível (o que permanece silenciosamente aquém do discurso). A presença é o surgimento (do discurso)³²². O objetivo é a despresentificação das coisas, ou o abandono da ausência, para que haja a permanência no visível como presença discursiva:

Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às coisas, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexos das regularidades que regem sua dispersão. (AS, p. 54-5)

A ausência é a coisa (visível não-discursivo). A presença é o visível discursivo, o aparecimento (histórico dos objetos discursivos).

O sexto aparecimento da crítica da ausência está situado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não visível e não oculto (ver AS, p. 125-6).

O paradoxo do enunciado é o fato de ser não visível e não oculto, ou da sua existência vertical³²³: “... ela [a descrição dos enunciados] não tenta contornar as performances verbais para descobrir, atrás delas, ou sob sua *superfície aparente*, um *elemento oculto*, um *sentido secreto* que nelas se *esconde*, ou que através delas *aparece* [sic] sem dizê-lo...” (AS, p. 125-6, grifo nosso)³²⁴ A ausência é o elemento oculto, o sentido secreto escondido. A presença é a superfície aparente (relação entre presença e espaço: espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço), o mostrar-se (do sentido)³²⁵. A crítica da ausência é a recusa da abstração como remissão da presença à ausência (descoberta do oculto ou do secreto através ou sob a superfície aparente)³²⁶.

³²² Sobre a interpretação (história do referente) como dominação do visível inaudível (a ausência como não-discurso) em relação à subordinação do visível audível (a presença como discurso), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre visível e inaudível.

³²³ Sobre o paradoxo do enunciado como visão vertical, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³²⁴ Problema de tradução: ao invés de “aparece” deveria ser “mostra-se”.

³²⁵ Sobre a necessidade da presença como permanência no visível, ver supra comparativa e complementarmente o décimo aparecimento da presença como existência.

³²⁶ Sobre a crítica da dominação do invisível em relação à subordinação do visível ou sobre a recusa da remissão da presença à ausência, como projeto de eliminação do invisível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O sétimo aparecimento da crítica da ausência está localizado no sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não oculto (ver AS, p. 126)³²⁷.

O enunciado é não oculto:

A análise enunciativa é, pois, uma *análise histórica*, mas que se mantém fora de qualquer *interpretação*: às *coisas ditas*, não pergunta o que *escondem*, o que nelas estava dito e o *não-dito* que involuntariamente *recobrem*, a abundância de *pensamentos*, *imagens* ou *fantasmas* que as habitam (...) (AS, p. 126, grifo nosso)

A ausência é o escondido, o não-dito recoberto, os pensamentos, as imagens ou os fantasmas (quer dizer, o invisível). A presença é o dito (coisas ditas)³²⁸. O comando da ausência em relação à presença ocorre através da interpretação, que é um procedimento de abstração, ou de busca do invisível – já a análise histórica é a permanência no visível como presença do dito³²⁹.

O oitavo aparecimento da crítica da ausência está situado no sétimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como crítica aos efeitos de redobramento ou de desdobramento e de desdobramento ou de recalçamento (ver AS, p. 126-7)³³⁰.

A análise do enunciado é crítica aos efeitos de redobramento ou de desdobramento:

Sabemos (...) que as coisas, muitas vezes, são ditas umas pelas outras; que uma mesma frase pode ter, simultaneamente, duas significações diferentes; que um sentido *manifesto*, aceito sem dificuldade por todos, pode encobrir um segundo, esotérico ou profético, que uma *decifração* mais sutil ou apenas a erosão do tempo acabarão por descobrir; que sob uma *formulação visível* pode reinar uma outra que a comande, desordene, perturbe, lhe imponha uma articulação que só a ela pertence; enfim que, de um modo ou de outro, as *coisas ditas* dizem bem mais que elas mesmas. Mas, de fato, esses efeitos de redobramento ou de desdobramento, esse *não-dito* que se encontra dito, apesar de tudo, não afetam o enunciado (...). A polissemia – que autoriza a hermenêutica e a descoberta de um outro sentido – diz respeito à frase e aos campos semânticos que ela utiliza: um único e mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos e a várias construções possíveis; ele pode ter, entrelaçadas ou alternadas, significações diversas, mas sobre uma base enunciativa que permanece idêntica. (AS, p. 126-7, grifo nosso)

A ausência é o não-dito. A operação de redobramento ou de desdobramento, como ato hermenêutico, é o recurso à abstração como envio (decifração) do visível, ou da presença

³²⁷ Ver supra complementarmente o décimo-primeiro aparecimento da presença como existência.

³²⁸ Sobre as coisas ditas como relação entre visível e audível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

³²⁹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³³⁰ Ver supra também o décimo-segundo aparecimento da presença como existência.

(dito, frase dita, sentido manifesto, formulação visível, coisas ditas, enunciado), ao invisível, ou à ausência (não-dito, significação diferente, sentido esotérico ou profético)³³¹. A análise enunciativa também é crítica aos efeitos de desdobramento ou de recalçamento:

(...) a repressão de uma performance verbal por outra, sua substituição ou sua interferência, são fenômenos que pertencem ao nível da formulação (...); mas o próprio enunciado não é afetado, pelo desdobramento ou pelo recalçamento, já que é a modalidade de *existência* da performance verbal tal como foi *efetivada*. (...). *O enunciado não é assombrado pela presença secreta do não-dito, das significações ocultas, das repressões* (...) (AS, p. 127, grifo nosso)

A ausência é o não-dito (secreto), as significações ocultas, a própria repressão. A presença é a existência (do enunciado) – a identificação da efetividade através da necessidade da presença é a permanência no visível³³²: existência efetiva da performance verbal. O desdobramento ou recalçamento (repressão) é a abstração que envia a presença (existência efetiva) à ausência (não-dito secreto, significação oculta)³³³.

O nono aparecimento da crítica da ausência está localizado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da segunda razão do nível enunciativo como proximidade, a remissão da estrutura significante da linguagem sempre a outra coisa (ver AS, p. 128-9)³³⁴.

A remissão da estrutura significante da linguagem sempre a outra coisa é o comando da ausência em relação à presença através da abstração:

(...) os objetos aí se encontram designados; o sentido é visado; o sujeito é tomado como referência por um certo número de signos, mesmo se não está presente em si mesmo. A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente [sic], pelo distante, pelo longínquo; *ela é atormentada pela ausência*. Não é ela o lugar de *aparecimento* de algo diferente de si e, nessa função, sua própria *existência* não parece se dissipar? (AS, p. 128, grifo nosso)³³⁵

A ausência é o objeto, o sentido, o sujeito; a abstração é a designação, a hermenêutica, a autoria; a presença, o aparecimento, a existência (da linguagem)³³⁶ – e há relação entre presença e espaço: linguagem como lugar de aparecimento (espaço da presença,

³³¹ Sobre o redobramento ou desdobramento como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³³² Ver supra comparativamente o décimo-segundo aparecimento da presença como existência.

³³³ Sobre a operação de desdobramento ou de recalçamento como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³³⁴ Ver supra complementarmente o décimo-quinto aparecimento da presença como existência.

³³⁵ Problema de tradução: ao invés de “ausente” deveria ser “alhores”.

³³⁶ Sobre o comando da ausência em relação à presença através do recurso à abstração como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

indissociabilidade entre presença e espaço). A crítica da ausência que domina a presença ocorre justamente através da permanência no visível como presença: “... se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa *existência* [da linguagem]...” (AS, p. 128, grifo nosso)³³⁷

O décimo aparecimento da crítica da ausência está situado no nono parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados na forma sistemática da exterioridade (ver AS, p. 139-40)³³⁸.

A análise dos enunciados na forma sistemática da exterioridade é crítica da dominação da ausência em relação à subordinação da presença:

Em geral, a descrição histórica das coisas ditas é inteiramente atravessada pela oposição do interior e do exterior, e inteiramente comandada pela tarefa de voltar dessa exterioridade – que não passaria de contingência ou pura necessidade material, corpo visível ou tradução incerta – em direção ao núcleo essencial da interioridade. (AS, p. 139-40)

A ausência (interioridade) que comanda a presença (exterioridade: contingência, materialidade, corpo visível) é a remissão da presença, através do recurso à abstração, à ausência:

Empreender a história do que foi dito é refazer (...) o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. (AS, p. 140)

A ausência é o segredo interior. Há recusa da presença (enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço: relação entre presença, multiplicidade, tempo e espaço) através do recurso à abstração (trabalho da expressão: envio da presença à ausência). A crítica da ausência é a recusa do tema histórico-transcendental como comando da ausência (transcendental) em relação à presença (histórico):

Assim se encontra libertado o núcleo central da *subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história, mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último (e, por isso, mais senhora de todas as suas determinações)*. (AS, p. 140, grifo nosso)

³³⁷ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a crítica da ausência ou do comando do invisível mediante a necessidade da presença ou a permanência no visível como visão solitária e soberana) e o décimo-quinto aparecimento da presença como existência (sobre a importância da necessidade da presença para a permanência no visível).

³³⁸ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A ausência é a subjetividade fundadora, a história mais séria, secreta e fundamental, a origem, o horizonte último. A presença é a história manifesta, os acontecimentos. A crítica da ausência é a recusa da abstração como comando da ausência em relação à presença: subjetividade fundadora por trás da história manifesta, história secreta sob os acontecimentos³³⁹.

A crítica da ausência está relacionada também à presença como aparecimento (ver supra décimo-sétimo surgimento), como existência (ver supra terceiro, décimo-segundo, décimo-nono e vigésimo-sexto aparecimento) e como surgimento (ver supra primeiro aparecimento); e à relação entre presença e espaço como indissociabilidade entre presença e espaço (ver infra terceiro aparecimento).

Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença

O panóptico é a visão absoluta ou total e/ou a plenitude da (realização da) vontade de visibilidade absoluta ou total (ou ainda a eliminação do invisível e/ou o fim da condição provisória de invisibilidade como término da ilusão da aparência). A vigilância da insônia é a radicalização da permanência no visível como visão solitária e soberana e/ou da exigência de ver mais como procura da minúcia da visão específica (ou ainda a radicalidade do projeto de eliminação do invisível e/ou do abandono da visão imediata como recusa da remissão do visível ao invisível). A necessidade de onipresença é a radicalização da necessidade da presença e/ou da identificação da efetividade (ou da busca da visão específica) – ou o sucesso da crítica da ausência. Dito de outro modo, o estrangeiro (apologia da história) que persegue o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana para alcançar o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (herança filosófica da afirmação epistemológica) é insone: a insônia é a atitude perfeita do estrangeiro que almeja o panóptico – assim como a sonolência (ou a cegueira) é a atitude perfeita do metafísico que deseja o invisível (herança filosófica da negação metafísica). Existem dois casos exemplares que mostram a radicalidade da relação entre permanência no visível como visão solitária e soberana (e projeto de eliminação do invisível) e necessidade da presença (e crítica da ausência): se a permanência no visível é a necessidade da presença (como identificação da efetividade), então o projeto de eliminação do invisível é a crítica da ausência (como recusa

³³⁹ Sobre o comando da ausência em relação à presença como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

do recurso à abstração); se o reconhecimento do limite ou da finitude autoriza a visão absoluta ou total (ou a vontade de visibilidade absoluta ou total), então a possibilidade do ilimitado ou do infinito legitima o comando do invisível (ou o desejo de invisibilidade): ora, a vigilância da insônia (radicalização da permanência no visível), como necessidade de onipresença (radicalização da necessidade da presença), leva, através do reconhecimento do limite ou da finitude, ao panóptico (visão absoluta ou total, plenitude da vontade de visibilidade absoluta ou total), assim como o descuido da sonolência, como necessidade da ausência, leva, mediante a possibilidade do ilimitado ou do infinito, ao (comando e desejo do) invisível.

O primeiro caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença está localizado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a recapitulação da recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos para a individualização dos enunciados (ver AS, p. 95-6).

A individualização dos enunciados é recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos:

Quando se quer individualizar os enunciados, não se pode admitir sem reservas nenhum dos modelos tomados de empréstimo à gramática, à lógica ou à “Análise”. Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda sua extensão, e que se, às vezes, o enunciado assume as formas descritas e a elas se ajusta exatamente, acontece também que não lhes obedece: encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse mais tênue, menos carregado de determinações, menos fortemente estruturado, mais onipresente, também, que todas essas figuras; como se seus caracteres fossem em número menor e menos difíceis de serem reunidos; mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (AS, p. 95, sublinhado nosso)

A individualização do enunciado, como diferença em relação à frase, à proposição e ao ato de formulação³⁴⁰, permite entender que sua característica essencial (e diferencial em comparação com as outras unidades) é justamente a onipresença. A onipresença é a identificação permanente da efetividade ou a radicalização da necessidade da presença que levará ao reconhecimento do limite ou da finitude e daí à plena realização da vontade de visibilidade absoluta ou total como visão absoluta ou total: a onipresença é correlativa do panóptico.

O segundo caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença está situado no décimo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu

³⁴⁰ Sobre a recusa do modelo analítico para a individualização do enunciado como destaque da importância da presença, ver supra o oitavo surgimento da presença como aparecimento.

contexto é a análise das hierarquias internas às regularidades enunciativas como descrição de uma árvore de derivação (ver AS, p. 167-8).

Todo enunciado é regular, portanto ativo: “Todo o campo enunciativo é, ao mesmo tempo, regular e *vigilante: é insone...*” (AS, p. 168, grifo nosso) O enunciado, como regular (e ativo), é vigilante, quer dizer, insone. Outra característica essencial do enunciado, além da onipresença, é a insônia: a permanência constante no visível, quer dizer, sua radicalização como vigilância da insônia³⁴¹, é a necessidade da onipresença, como radicalização da identificação da efetividade (ou da necessidade da presença). Quanto maior a vigilância da insônia (ou a proximidade do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana), maior será a possibilidade de realização da vontade de visibilidade absoluta ou total (como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total), porque maior a proximidade do reconhecimento do limite ou da finitude: a vigilância da insônia é correlativa do panóptico.

Relações da presença com o discurso da visão

A presença tem dois tipos de relação com o discurso da visão: como necessidade da presença que garante a permanência no visível, e/ou o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, e/ou a procura da visão diferente ou específica como busca da minúcia, e/ou a identificação da efetividade, esclarece o funcionamento da visão como elemento do discurso da historicidade; como indissociabilidade entre presença e espaço que leva à descrição da especificidade, esclarece a constituição do discurso da visão como repartição do discurso da historicidade. Como a relação da (necessidade da) presença com a pedagogia da visão e (principalmente com) a estrutura de argumentação da constatação da visão foi descrita quando da exposição da terminologia da presença como acontecimento, aparecimento, existência, emergência e surgimento³⁴², analisaremos prioritariamente a relação entre presença, espaço e especificidade – antes, porém, destacaremos ainda, de acordo com a

³⁴¹ Sobre a (vigilância da) insônia como condição epistemológico-perceptiva perfeita tanto para a pedagogia da visão quanto para a estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quarto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³⁴² Ver supra, respectivamente, “Presença como acontecimento”, “Presença como aparecimento”, “Presença como existência”, “Presença como emergência” e “Presença como surgimento”.

cronologia dos fatos, dois aparecimentos da relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade³⁴³.

O primeiro aparecimento da relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade está localizado no quinto parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da formação das estratégias (ver AS, p. 73-4).

A formação discursiva é determinada por suas escolhas estratégicas: “Uma formação discursiva não ocupa (...) todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas.” (AS, p. 74) A análise da formação das escolhas estratégicas é a necessidade da presença como identificação da efetividade:

(...) todos os jogos possíveis não estão *efetivamente* realizados: há muitos conjuntos parciais, compatibilidades regionais, arquiteturas coerentes, que poderiam ter *aparecido* [sic] e que não se *manifestaram*. Para dar conta das escolhas – e apenas delas – que foram realizadas entre todas as que o poderiam ter sido, é preciso descrever instâncias *específicas* de decisão (...) (AS, p. 73, grifo nosso)³⁴⁴

A necessidade da presença (nascimento, manifestação) e a identificação da efetividade (das escolhas efetivamente realizadas) levam à especificidade: a presença efetiva é sempre específica (nascimento ou manifestação das escolhas específicas efetivamente realizadas), quer dizer, a permanência no visível, proporcionada pela necessidade da presença e pela identificação da efetividade, é a procura da visão específica como busca da minúcia.

O segundo aparecimento da relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade está situado no nono parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica ao jogo secundário das opiniões para a análise da formação das escolhas teóricas (ver AS, p. 77).

A análise da formação das escolhas teóricas é recusa do jogo secundário das opiniões (discursos de opinião que a história lançaria para o passado), daí o uso dos exemplos retirados de **As palavras e as coisas** para comprovação: “A taxionomia clássica ou a análise das riquezas tais como existiram efetivamente, e tais como constituíram figuras históricas, compreendem, em um sistema articulado mas indissociável, objetos, enunciações, conceitos e

³⁴³ Sobre a tese da relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade (como permanência no visível ou visão solitária e soberana, e/ou procura da visão diferente, específica ou busca da minúcia), ver supra “Terminologia da presença”.

³⁴⁴ Problema de tradução: ao invés de “aparecido” deveria ser “nascido”.

escolhas teóricas.” (AS, p. 77, sublinhado nosso) A necessidade da presença e a identificação da efetividade (existência efetiva) garantem a permanência no visível indispensável ao discurso da historicidade (a história é a existência efetiva).

A relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade (como permanência no visível e/ou visão solitária e soberana, e/ou procura da visão diferente ou específica) também está associada à presença como acontecimento (ver supra segundo, sétimo, décimo-quarto e décimo-sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra décimo-oitavo, décimo-nono e vigésimo-primeiro surgimento), como existência (ver supra nono, décimo-primeiro, décimo-segundo e vigésimo-segundo aparecimento) e como emergência (ver supra segundo, quarto, quinto e sexto aparecimento); e à crítica da ausência (ver supra oitavo aparecimento).

A necessidade da presença, como garantia da permanência no visível, e/ou do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, e/ou da procura da visão diferente ou específica como busca da minúcia, e/ou da identificação da efetividade, leva ao reconhecimento do limite ou da finitude (constatação da totalidade), como autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total, e/ou do ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total. A relação entre necessidade da presença e reconhecimento do limite ou da finitude está vinculada à presença como acontecimento (ver supra segundo e sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra primeiro, décimo-oitavo, décimo-nono e vigésimo surgimento), como existência (ver supra décimo-quinto, décimo-sétimo e vigésimo-segundo aparecimento), como emergência (ver supra segundo aparecimento) e como surgimento (ver supra primeiro aparecimento); à crítica da ausência (ver supra quarto aparecimento) e à relação entre (vigilância da) insônia e (necessidade de) onipresença (ver supra primeiro e segundo aparecimento da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença).

Indissociabilidade entre presença e espaço

A constituição do discurso da visão (repartição do discurso da historicidade) como relação entre presença, espaço e especificidade permite entender que o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (permanência no visível como procura da visão específica, ou identificação da efetividade) e o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (panóptico como plena realização da vontade de visibilidade absoluta ou

total através da constatação da totalidade ou do reconhecimento do limite ou da finitude), cuja perfeição é a vigília da insônia, são garantidos pela necessidade da presença (cuja radicalização é a necessidade de onipresença), mas também pela exigência do espaço, e principalmente pela indissociabilidade entre presença e espaço (presença no espaço, a presença é sempre espacial, espaço da presença, o espaço é sempre presencial). Analisaremos (ainda) três aparecimentos da relação entre presença e espaço, de acordo com a cronologia dos fatos, como forma de (reforço da) identificação de sua disseminação essencial.

O primeiro aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço está localizado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das relações que permitem o aparecimento dos objetos em um campo de exterioridade (ver AS, p. 51).

O aparecimento do objeto é definido por relações que o colocam em um campo de exterioridade:

Elas [essas relações] não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite *aparecer*, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua *diferença*, sua *irreducibilidade* e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um *campo de exterioridade*. (AS, p. 51, grifo nosso)

A presença é o aparecimento (do objeto). O espaço é o campo (de exterioridade). A exterioridade é a permanência no visível. Há relação entre presença e espaço: aparecimento (do objeto) em um campo (de exterioridade) – presença no espaço (visível): a indissociabilidade entre presença e espaço garante a permanência no visível. Existe relação entre presença, espaço e especificidade: aparecimento do objeto em um campo de exterioridade como definição de sua diferença ou irreducibilidade – e a diferença é especificidade³⁴⁵.

O segundo aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço está situado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da configuração do campo enunciativo como formas de coexistência que delinham um campo de presença (ver AS, p. 64-5).

A configuração do campo enunciativo é composta por formas de coexistência que demarcam um campo de presença:

³⁴⁵ Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

(...) *campo de presença* (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados [sic] discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos); nesse campo de presença, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; essas relações podem ser explícitas (e, por vezes, formuladas em tipos de enunciados especializados: referências, discussões críticas), ou implícitas e introduzidas nos enunciados correntes. (AS, p. 64)³⁴⁶

Há relação entre presença e espaço: formas de coexistência (dos enunciados) como campo de presença (ou espaço da presença) – a indissociabilidade entre presença e espaço garante a permanência no visível. Notemos que a especificação das formas de coexistência ou do campo de presença é a procura da visão minuciosa (presença da especificidade no espaço): a necessidade da presença, e a exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço como permanência no visível, levam à descrição da especificidade.

O terceiro aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço está localizado no décimo-primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da busca do exterior como domínio prático (ver AS, p. 141).

A busca do exterior é permanência no visível como necessidade da presença:

Essa tarefa supõe que o *campo dos enunciados* não seja descrito como uma “tradução” de operações ou de processos que se desenrolam em algum *outro lugar* (no *pensamento* dos homens, em sua *consciência* ou em seu *inconsciente*, na *esfera das constituições transcendentais*); mas que seja descrito, em sua modéstia *empírica*, como *local de acontecimentos* (...); em suma, que seja tratado não como resultado ou vestígio de outra coisa, mas como um *domínio prático* (...) (AS, p. 141, grifo nosso)

A presença é o acontecimento. O espaço é o campo (dos enunciados) como local empírico, como domínio prático. Há relação entre presença e espaço: campo dos enunciados como local empírico ou domínio prático de acontecimentos (espaço da presença) – a indissociabilidade entre presença e espaço garante a permanência no visível. Existe crítica da ausência como utopia: recusa do outro lugar, heterotopia, como pensamento, consciência, inconsciente, esfera transcendental, quer dizer, como não-lugar, utopia, cuja tradução (recurso à abstração como comando do invisível) ocorreria no espaço da presença, o campo dos enunciados como local empírico ou domínio prático de acontecimentos (comando do invisível, como utopia, em relação ao visível, como indissociabilidade entre presença e espaço)³⁴⁷.

³⁴⁶ Problema de tradução: faltou vírgula após “criticados” e antes de “discutidos”.

³⁴⁷ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A indissociabilidade entre presença e espaço (como relação entre presença e espaço) também está associada à presença como acontecimento (ver supra primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, nono, décimo, décimo-segundo e décimo-quarto aparecimento), como aparecimento (ver supra primeiro, quinto, sexto, oitavo, nono, décimo, décimo-primeiro, décimo-segundo, décimo-terceiro, décimo-quarto, décimo-quinto, décimo-sexto, décimo-sétimo, décimo-nono, vigésimo, vigésimo-primeiro, vigésimo-segundo, vigésimo-sexto, trigésimo-primeiro, trigésimo-segundo, trigésimo-quinto, trigésimo-sexto e trigésimo-nono surgimento), como existência (ver supra primeiro, sexto, sétimo, oitavo, décimo-primeiro, décimo-terceiro, décimo-quinto, décimo-oitavo, vigésimo-segundo, vigésimo-terceiro e vigésimo-quarto aparecimento) e como emergência (ver supra primeiro, segundo, quarto e sexto aparecimento); e à crítica da ausência (ver supra segundo, sexto, nono e décimo aparecimento).

A necessidade da presença é a procura da visão específica como busca da minúcia e/ou a identificação da efetividade, por isso a presença é sempre específica e/ou efetiva; além disso, a necessidade da presença e/ou a indissociabilidade entre presença e espaço levam à descrição da especificidade (daí a constituição do discurso da visão e, conseqüentemente, a repartição do discurso da historicidade), por isso sempre há presença no espaço e espaço da presença da especificidade. A relação entre necessidade da presença e descrição da especificidade (como relação entre presença e especificidade) está associada à presença como acontecimento (ver supra segundo, terceiro, sexto, oitavo, décimo, décimo-segundo, décimo-terceiro, décimo-quarto, décimo-quinto, décimo-sexto e décimo-sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra sétimo, décimo-quinto, décimo-oitavo, décimo-nono, vigésimo-terceiro, vigésimo-quarto, vigésimo-oitavo, trigésimo-quarto e trigésimo-sétimo surgimento), como existência (ver supra terceiro, quarto, nono, décimo, décimo-primeiro, décimo-quinto e vigésimo-sexto aparecimento), como emergência (ver supra terceiro e quinto aparecimento) e como surgimento (ver supra primeiro e segundo aparecimento); e à relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade (ver supra primeiro aparecimento). A relação da indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço com a descrição da especificidade (como relação entre presença, espaço e especificidade) está vinculada à presença como acontecimento (ver supra segundo, quinto e sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra quinto, décimo, décimo-segundo, décimo-sexto, décimo-nono, vigésimo-primeiro, trigésimo-segundo, trigésimo-quinto e trigésimo-nono surgimento), como existência (ver supra primeiro aparecimento) e como emergência (ver supra sexto aparecimento); à crítica da ausência (ver supra segundo aparecimento) e à indissociabilidade

entre presença e espaço (ver supra primeiro e segundo aparecimento da relação entre presença e espaço).

Relações da presença com o discurso da miscigenação

A presença está relacionada ao discurso da miscigenação através da dominação que exerce em referência à subordinação dos elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, ou seja, há relação de conflito entre a necessidade da presença e os elementos do discurso da miscigenação (explicação parcial da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação: o discurso da visão domina o discurso da miscigenação para eliminar a possibilidade de solidariedade deste último com o discurso da metafísica, quer dizer, o estrangeiro – apologia da história – defende uma herança – epistemologia da percepção aplicada ao discurso da visão – contra outra – crítica ao discurso da metafísica solidário ao discurso da miscigenação -, por isso justamente o discurso da historicidade é a união tensa ou a aliança belicosa entre discurso da visão que domina e discurso da miscigenação subordinado)³⁴⁸. A relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento da relação (ou miscigenação) – como relação entre presença e miscigenação - está associada à presença como acontecimento (ver supra quarto e décimo-terceiro aparecimento), como aparecimento (ver supra primeiro, vigésimo-quinto, vigésimo-sexto, vigésimo-sétimo, vigésimo-oitavo, trigésimo e trigésimo-quarto surgimento) e como existência (ver supra vigésimo-segundo e vigésimo-terceiro aparecimento). A relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento da multiplicidade (como relação entre presença e multiplicidade) está vinculada à presença como acontecimento (ver supra segundo, décimo, décimo-primeiro e décimo-quinto aparecimento), como aparecimento (ver supra segundo, terceiro, quarto, sexto, décimo-primeiro, vigésimo-oitavo, trigésimo-quarto e trigésimo-sétimo surgimento), como existência (ver supra vigésimo-segundo aparecimento) e como emergência (ver supra sétimo aparecimento); e à crítica da ausência (ver supra décimo aparecimento). A relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento do tempo (como relação entre presença e tempo) está associada à presença como acontecimento (ver supra primeiro,

³⁴⁸ Quando há solidariedade entre discurso da miscigenação e discurso da metafísica, a ideia de senso comum de história é eliminação do discurso da visão; quando existe dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, a ideia de senso comum é invertida como discurso da historicidade. Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “O funcionamento do discurso da historicidade”.

terceiro, quinto, sétimo, oitavo, décimo, décimo-primeiro, décimo-segundo, décimo-terceiro, décimo-quarto, décimo-quinto, décimo-sexto e décimo-sétimo aparecimento), como aparecimento (ver supra segundo, terceiro, sexto, sétimo, nono, décimo, décimo-quarto, vigésimo, vigésimo-sétimo, vigésimo-oitavo, vigésimo-nono, trigésimo, trigésimo-sétimo e trigésimo-nono surgimento), como existência (ver supra décimo-oitavo, décimo-nono, vigésimo e vigésimo-segundo aparecimento), como emergência (ver supra primeiro, quarto, sexto e oitavo aparecimento) e como surgimento (ver supra segundo aparecimento); e à crítica da ausência (ver supra décimo aparecimento).

Discurso da visão como necessidade da presença

A necessidade da presença é a realização do ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana. A necessidade de onipresença é a realização do ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total. O panóptico, como vigilância da insônia, como necessidade de onipresença, esclarece o funcionamento do elemento da visão para o discurso da historicidade.

A necessidade da ausência é a realização do ideal epistemológico-(im)perceptivo do jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível (a crítica da ausência é a recusa do comando do invisível). A necessidade da ausência é a realização do comando do invisível (o fim da ausência é o projeto de eliminação do invisível). O comando do invisível, como descuido da sonolência (ou da cegueira), como necessidade da ausência, esclarece o funcionamento do elemento do invisível para o discurso da metafísica (a eliminação do invisível, como recusa da preguiça da cegueira, como crítica da ausência, esclarece negativamente o funcionamento do discurso da historicidade).

A necessidade da presença e a exigência do espaço, a indissociabilidade entre presença e espaço, levam à descrição da especificidade, quer dizer, há relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade (permanência no visível como procura da visão diferente ou específica através da busca da minúcia, ou identificação da efetividade: o visível é presença no espaço e/ou espaço da presença como especificidade ou efetividade): o panóptico da especificidade³⁴⁹ esclarece a repartição do discurso da historicidade como constituição do discurso da visão.

³⁴⁹ Sobre o panóptico da especificidade, como aliança entre constatação da visão (visão absoluta ou total, ou panóptico) e pedagogia da visão (especificidade), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção:

A necessidade da ausência e a exigência da utopia, através do recurso à abstração, levam à generalização, ou seja, há relação de harmonia entre ausência, utopia e generalização (abstração) – jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível como ilusão da aparência, ou recurso à abstração: o invisível é ausência e/ou utopia como generalidade ou abstração -: o invisível da generalidade esclarece o funcionamento do discurso da metafísica como dominação do discurso do invisível em relação à subordinação do discurso da visão. A crítica da ausência, da utopia, da abstração e da generalidade (projeto de eliminação do invisível como recusa da aparência) esclarece negativamente a repartição do discurso da historicidade como constituição do discurso da visão.

A dominação da necessidade da presença, da exigência do espaço (da indissociabilidade entre presença e espaço) e da descrição da especificidade em relação à subordinação dos elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, quer dizer, a constituição do discurso da visão como relação de conflito com o discurso da miscigenação esclarece a constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação.

A possibilidade de solidariedade do discurso da metafísica com os elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, ou seja, a dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação³⁵⁰ esclarece negativamente a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação.

O estrangeiro (apologia da história como defesa do discurso da historicidade) afirma a herança filosófica epistemológica (epistemologia da percepção aplicada ao discurso da visão) e nega a herança filosófica metafísica (crítica da metafísica como discurso do invisível), por isso ele é insone; seu inimigo (apologia da história como defesa do discurso da metafísica) nega a herança filosófica epistemológica (discurso do invisível como imperceptibilidade) e

relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

³⁵⁰ Na verdade, a possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, como confirmação da ideia de senso comum de história, é estratégica, já que num primeiro momento o objetivo é a eliminação do discurso da visão, por isso o predomínio do discurso da miscigenação como exclusão do discurso da visão; mas num segundo momento tal solidariedade revela-se como dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação, já que os elementos do discurso da miscigenação são controlados (e transformados) pelo discurso da metafísica: assim, por exemplo, a multiplicidade, além de ausente (crítica da presença), é infinita ou ilimitada (comando do invisível), quer dizer, a confirmação da ideia de senso comum de história (multiplicidade como ausência) transforma-se em ou revela-se como definição metafísica da história (multiplicidade como infinitude ou ilimitado).

afirma a herança filosófica metafísica (defesa da metafísica como discurso do invisível), por isso ele é preguiçoso³⁵¹.

³⁵¹ Sobre a sonolência ou cegueira, atitude perfeita do metafísico (ou inimigo do estrangeiro insone), que é, em última instância, preguiça (recusa do panóptico devido à falta de vontade ou apatia), ver supra “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”.

CAPÍTULO 4 – VISÃO ABSOLUTA OU TOTAL: EXIGÊNCIA DO ESPAÇO

Sobre o espaço

O espaço, elemento do discurso da historicidade³⁵², faz parte da constituição do discurso da visão através da relação de harmonia com a presença e a especificidade³⁵³: há indissociabilidade entre exigência do espaço e necessidade da presença que leva à descrição da especificidade³⁵⁴, ou existe a garantia da permanência no visível, e/ou a identificação da efetividade, como visão solitária e soberana, que leva à procura da visão minuciosa, como busca da acuidade da visão específica³⁵⁵ (e o reconhecimento do limite ou da finitude, e/ou a constatação da totalidade, autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total e/ou a visão absoluta ou total da especificidade)³⁵⁶. Além disso, o espaço, elemento do discurso da visão,

³⁵² Sobre o espaço como elemento do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro, o sexto e o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade” (historicidade como, respectivamente, multiplicidade das diferenças relacionadas no espaço de uma dispersão temporal, espaço da multiplicidade específica de diferenças relacionadas e presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas relacionadas).

³⁵³ Sobre a tese da constituição do discurso da visão como relação entre presença, espaço e especificidade (repartição do discurso da historicidade), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”.

³⁵⁴ Sobre a constituição do discurso da visão como relação de harmonia entre necessidade da presença, exigência do espaço e descrição da especificidade (repartição do discurso da historicidade), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, especialmente “Sobre a presença”, “Terminologia da presença”, “Relações da presença com o discurso da visão”, “Indissociabilidade entre presença e espaço” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁵⁵ Sobre a tese da reciprocidade entre permanência no visível como visão solitária e soberana e identificação da efetividade, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “A estrutura de argumentação da constatação da visão”. Sobre a tese da reciprocidade entre permanência no visível como visão solitária e soberana, identificação da efetividade e procura da visão diferente ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”. Sobre a tese da tríplice caracterização da necessidade da presença como procura da visão diferente ou específica (necessidade de ver com maior minúcia), permanência no visível (visão solitária e soberana) e identificação da efetividade (o visível é efetivo, o efetivo é específico), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença” e “Relações da presença com o discurso da visão”.

³⁵⁶ Sobre a relação entre necessidade da presença e discurso da visão como reciprocidade entre pedagogia da visão e (estrutura de argumentação da) constatação da visão, ou sobre como a necessidade da presença está vinculada à lógica (interna) de funcionamento do discurso da visão (é preciso destacar que há analogia entre a função da necessidade da presença e a da exigência do espaço, por isso ambas têm o mesmo tipo de relação com o discurso da visão), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, especialmente “Terminologia da presença”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”, “Relações da presença com o discurso da visão”, “Indissociabilidade entre presença e espaço” e “Discurso da visão como necessidade da presença”. Sobre o funcionamento interno do discurso da visão como reciprocidade entre pedagogia da visão e estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível”, “A pedagogia da visão”, “A estrutura de argumentação da constatação da visão”, “Discurso da visão: reciprocidade

está vinculado ao discurso da miscigenação mediante relação de confronto com a relação, a multiplicidade e o tempo³⁵⁷: existe dominação do discurso da visão em referência à subordinação do discurso da miscigenação (inversão da ideia de senso comum de história), ou a exigência do espaço assegura a permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo³⁵⁸ (é preciso acrescentar que a guerra, elemento do discurso da historicidade³⁵⁹, faz parte do discurso da miscigenação através da relação de harmonia com a relação, a multiplicidade e o tempo: a relação da multiplicidade no tempo ocorre como guerra, ou assim como a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade³⁶⁰, a relação da multiplicidade no tempo leva à guerra – por isso, a exigência do espaço tem por função garantir a permanência no visível também da guerra³⁶¹).

A constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre espaço e presença é evidentemente aproximação da exigência do espaço com a necessidade da presença (toda presença ocorre no espaço, espaço da presença, e todo espaço é presença, presença do espaço)³⁶², entretanto há uma diferença fundamental entre a apresentação da presença e a do espaço: enquanto o elemento da presença possui terminologia própria, cujos termos principais

entre processo pedagógico e constatação argumentativa” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”.

³⁵⁷ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”. Sobre a analogia entre espaço e presença, quer dizer, semelhantemente à presença, também o espaço, como elemento do discurso da visão, está associado ao discurso da miscigenação mediante relação de confronto (ou de conflito) com a relação, a multiplicidade e o tempo, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença” e “Terminologia da presença”.

³⁵⁸ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (inversão ou alteração da ideia de senso comum de história), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O funcionamento do discurso da historicidade”. Sobre a analogia entre espaço e presença, quer dizer, semelhantemente à presença, também o espaço, como elemento do discurso da visão, está vinculado ao discurso da miscigenação através da dominação que exerce em função da subordinação dos elementos da relação, da multiplicidade e do tempo, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁵⁹ Sobre a guerra como elemento do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro, o segundo, o terceiro, o sétimo, o oitavo, o nono, o décimo e o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade”.

³⁶⁰ Sobre a tese da constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre presença e espaço que leva à descrição da especificidade, ou relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença”, “Relações da presença com o discurso da visão”, “Indissociabilidade entre presença e espaço” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁶¹ Sobre a importância da guerra, e de suas várias utilizações e definições, para o discurso da historicidade, ver infra “Relação entre espaço e guerra”.

³⁶² Sobre a tese da indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço (presença do espaço, espaço da presença), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, principalmente “Terminologia da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

são acontecimento, aparecimento, existência, emergência e surgimento³⁶³ (por isso a necessidade da presença está diretamente associada à estrutura de argumentação da constatação da visão: a terminologia própria condiz com o aspecto argumentativo e/ou constativo³⁶⁴), o elemento do espaço está ligado a uma terminologia plural com emprego metafórico que conserva o sentido próprio, ou seja, há permanência no visível porque o emprego metafórico preserva o sentido próprio da exigência do espaço (por isso a exigência do espaço está diretamente vinculada à pedagogia da visão: o emprego metafórico, como aparência que contém o risco da ilusão, a perda do sentido próprio, deve preservar justamente o sentido próprio, como procura da visão minuciosa³⁶⁵).

A constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre espaço e presença aproxima a exigência do espaço da necessidade da presença também através da crítica ao discurso da metafísica (se o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica³⁶⁶, e se o discurso da historicidade é discurso da visão³⁶⁷, então o discurso da metafísica é discurso do invisível³⁶⁸ - este argumento “silogístico” pode ser esclarecido à luz da metáfora

³⁶³ Sobre a terminologia própria da presença, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença”, “Presença como acontecimento”, “Presença como aparecimento”, “Presença como existência”, “Presença como emergência” e “Presença como surgimento”.

³⁶⁴ Sobre a tese de que não é à toa que a necessidade da presença está relacionada ao discurso da visão principalmente através da estrutura de argumentação da constatação da visão, basta notar a recorrência da lógica de funcionamento da estrutura de argumentação da constatação da visão diante dos aparecimentos (da necessidade) da presença como acontecimento, aparecimento, existência, emergência e surgimento (ora, como a presença possui terminologia própria, evidentemente há relação entre a especificidade desta terminologia e o aspecto argumentativo-constativo do discurso da visão), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Presença como acontecimento”, “Presença como aparecimento”, “Presença como existência”, “Presença como emergência” e “Presença como surgimento”.

³⁶⁵ Sobre a tese de que a exigência do espaço, mediante sua terminologia plural com emprego metafórico que preserva o sentido próprio, está relacionada ao discurso da visão, principalmente através da pedagogia da visão, ver infra “Terminologia plural do espaço: emprego metafórico com preservação do sentido próprio”.

³⁶⁶ Sobre a tese de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade (portanto, o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica), ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”, “Sobre a ausência” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁶⁷ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O discurso da historicidade”, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”. Sobre a prova da tese da constituição do discurso da historicidade como discurso da visão, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁶⁸ Sobre a tese da constituição do discurso da metafísica como discurso do invisível, ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da

do estrangeiro como modelo de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade: aquele que carrega suas heranças contraditórias, a afirmação epistemológica do discurso da visão e a negação metafísica do discurso do invisível, quer conquistar um novo território, daí sua vontade como apologia da história, ou seja, o estrangeiro que se torna historiador é insone³⁶⁹): se a necessidade da presença, para a permanência no visível, implica crítica da ausência, para a eliminação do invisível³⁷⁰, então a exigência do espaço, para a permanência no visível, implica crítica da utopia, para a eliminação do invisível³⁷¹. Se o discurso da metafísica, como exigência da utopia, precisa do jogo de dominação da utopia em relação à subordinação do espaço, então o discurso da visão, como exigência do espaço, necessita da recusa da heterotopia (outro espaço, alhures) como eliminação da utopia (não-lugar, nenhures), quer dizer, se o discurso da metafísica envia o espaço à heterotopia como comando da utopia, então o discurso da visão permanece no espaço como recusa da heterotopia que é eliminação da utopia.

Eis o objetivo almejado sobre a análise do espaço: a descrição da relação de harmonia do espaço com a presença e a especificidade (constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre exigência do espaço e necessidade da presença que leva à descrição da especificidade, ou permanência no visível e/ou identificação da efetividade, e/ou visão solitária e soberana, como procura da visão específica, e/ou busca da visão minuciosa) e da

ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁶⁹ Sobre a metáfora do estrangeiro como gabarito de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”, “Sobre a ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”. Sobre a insônia como atitude perfeita do estrangeiro (da história, que almeja o panóptico), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁷⁰ Sobre a necessidade da presença, garantia da permanência no visível, como relação (irrevogável) com a crítica da ausência, garantia da eliminação do invisível, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

³⁷¹ Sobre a constituição do discurso da visão, indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço, como crítica ao discurso da metafísica, recusa da indissociabilidade entre (necessidade da) ausência e (exigência da) utopia (quer dizer, há analogia entre espaço e presença não somente porque ambos têm o mesmo tipo de relação com o discurso da visão, a necessidade da presença e a exigência do espaço asseguram a permanência no visível como visão solitária e soberana, mas também porque ambos possuem o mesmo tipo de relação com a crítica ao discurso da metafísica, a recusa correlativa da ausência e da utopia garante a eliminação do invisível como fim do jogo de dominação do invisível em referência à subordinação do visível), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

relação de confronto do espaço com a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra (constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ou inversão da ideia de senso comum de história³⁷²: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra); sobre a indissociabilidade entre espaço e presença, a análise da existência de uma diferença fundamental, o emprego metafórico da terminologia plural do espaço com preservação do sentido próprio (a exigência do espaço, através do emprego metafórico, garante a permanência no visível, porque há manutenção do sentido próprio: vinculação da exigência do espaço com a pedagogia da visão), e de uma aproximação correlativa, assim como a crítica da ausência está diretamente associada à necessidade da presença, a crítica da utopia está diretamente ligada à exigência do espaço (nos dois casos, a eliminação do invisível é imprescindível para a permanência no visível, por isso a crítica da utopia é correlativa da crítica da ausência – a indissociabilidade entre espaço e presença é o avesso da união entre utopia e ausência, assim a correlação entre crítica da utopia e crítica da ausência é complementar à indissociabilidade entre espaço e presença).

Terminologia plural do espaço: emprego metafórico com preservação do sentido próprio

A exigência do espaço é a garantia da permanência no visível: existe uma pluralidade de termos associados à apresentação do espaço, dentre os quais domínio, campo, autoctonia, solo, ponto, lugar, alhures, paisagem, plaga, posição, isotopia, terra, céu, local, corpo (exterioridade), superfície, o que se diz, descontinuidade, geologia, materialidade, região, margem, dispersão, incidência, planície, volume, raiz, árvore, ramificação, extensão, território, localização, onde (exterioridade), desenho de configuração, elemento, interstício, distância, repartição, plano, discurso, texto, conversa, área (geográfica), coordenada (espacial), cidadela, fortaleza, terreno, cujo emprego metafórico preserva o sentido próprio, quer dizer, a terminologia plural do espaço conserva a exigência do espaço para o discurso da visão (repartição do discurso da historicidade através da constituição do discurso da visão

³⁷² Lembremos que a constituição do discurso da historicidade, dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, como inversão da ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação, é a eliminação da solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, ou o fim da possibilidade de exclusão do discurso da visão. Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O funcionamento do discurso da historicidade”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

como exigência do espaço). A terminologia plural do espaço como emprego metafórico com preservação do sentido próprio indica que o transporte do termo espacial que exercerá outra função não perde a especificidade de seu sentido próprio espacial, ou seja, há conservação da exigência do espaço quando do seu emprego metafórico, por isso existe garantia da permanência no visível e por isso a terminologia plural do espaço está estreitamente vinculada à pedagogia da visão, já que o emprego metafórico contém o risco da ilusão da aparência, mas a preservação do sentido próprio indica o caminho da visão diferente como procura da visão específica, necessidade de ver mais e com maior minúcia (assim como a metáfora é a necessidade da busca do sentido próprio, a aparência é a necessidade da procura da visão específica). Analisaremos dezoito aparecimentos da terminologia plural do espaço como emprego metafórico com preservação do sentido próprio, segundo a cronologia dos fatos e de modo não exaustivo, a fim de comprovar sua disseminação fundamental.

O primeiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no décimo-nono parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da transformação autóctone no domínio da história (*versus* importação de análise estrutural) – ver AS, p. 18.

O livro **A arqueologia do saber** está vinculado à história (das ideias) e não ao estruturalismo:

Não se trata de transferir para o *domínio* da história, e singularmente da história dos conhecimentos, um método estruturalista que foi testado em outros *campos* de análise. Trata-se de revelar os princípios e as consequências de uma transformação *autóctone* que está em vias de se realizar no *domínio* do saber histórico. (AS, p. 18, grifo nosso)

O espaço é o domínio (da história – dos conhecimentos -, do saber histórico)³⁷³, o campo (outros campos de análise)³⁷⁴ e a autoctonia (transformação autóctone no domínio do saber histórico)³⁷⁵: emprego metafórico do espaço, para indicação da distinção entre história e outras disciplinas (que testaram o método estruturalista), com conservação do sentido próprio – ora, esta exigência do espaço, através de seu emprego metafórico, garante a permanência no visível porque preserva o sentido próprio.

³⁷³ Se o domínio é o âmbito de uma arte ou ciência (domínio da história), também é o poder sobre uma extensão territorial (história como espaço discursivo). Sobre os diferentes sentidos da palavra “domínio”, ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 607.

³⁷⁴ Se o campo é o âmbito de uma arte ou ciência (sinônimo de domínio, portanto) – campos de análise que testaram o método estruturalista -, também é o local especial (espaços distintos da história que testaram o método estruturalista). Sobre os diferentes sentidos da palavra “campo”, ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 329.

³⁷⁵ Se a autoctonia é a origem do local onde se encontra, então é o espaço próprio, nativo (transformação autóctone no domínio ou espaço do saber histórico). Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 202.

O segundo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no vigésimo-primeiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de um método de análise histórica liberado do tema antropológico (ver AS, p. 18-9).

A definição de um método de análise histórica liberado do tema antropológico é a tarefa de **A arqueologia do saber** em relação aos livros precedentes, principalmente **História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**:

Ela [a teoria] tenta formular, em termos gerais (e não sem muitas retificações e elaborações), os instrumentos que essas pesquisas [já feitas] utilizaram ou criaram para atender às necessidades da causa. Mas, por outro lado, ela se reforça com os resultados então obtidos para definir um método de análise que esteja isento de qualquer antropologismo. O *solo* sobre o qual repousa é o que ela descobriu. (AS, p. 18, grifo nosso)

O espaço é o solo (descoberto)³⁷⁶: emprego metafórico para definição metodológica.

As pesquisas sobre a loucura e o aparecimento de uma psicologia, sobre a doença e o nascimento de uma medicina clínica, sobre as ciências da vida, da linguagem e da economia, foram tentativas de certa forma cegas: mas elas se esclareciam sucessivamente, (...) porque descobriram – neste debate sobre o humanismo e antropologia – o *ponto* de sua possibilidade histórica. (AS, p. 18-9, grifo nosso)³⁷⁷

O espaço é o ponto (de possibilidade histórica)³⁷⁸: emprego metafórico para descoberta de possibilidade histórica no debate sobre o humanismo e a antropologia – a exigência do espaço, através do emprego metafórico como conservação do sentido próprio, é a garantia da permanência no visível (notemos que a passagem da cegueira ao esclarecimento sucessivo até a descoberta do ponto de possibilidade histórica é o caminho de uma pedagogia da visão que garante a permanência no visível como busca da visão específica mediante justamente a exigência do espaço)³⁷⁹.

O terceiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no vigésimo-quarto parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como apresentação da mudança de identidade (ver AS, p. 20).

³⁷⁶ Se o solo é a terra (para produção), também é a superfície (para construção) – descoberta do solo da teoria como espaço discursivo. Sobre os diferentes sentidos da palavra “solo”, ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 1608.

³⁷⁷ Notemos que há utilização da terminologia da presença: aparecimento (de uma psicologia), nascimento (de uma medicina clínica). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença” e também “Presença como aparecimento”.

³⁷⁸ Se o ponto é o momento (oportuno), também é o lugar determinado (ponto de possibilidade histórica das pesquisas como espaço específico no debate sobre o humanismo e a antropologia). Sobre os diferentes sentidos da palavra “ponto”, ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 1362-3.

³⁷⁹ Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da pedagogia da visão.

O interlocutor discursivo questiona a mudança constante de identidade (como deslocamento espacial):

Você [Foucault] não está seguro do que diz? Vai novamente mudar, deslocar-se em relação às questões que lhe são colocadas, dizer que as objeções não apontam realmente para o *lugar* em que você se pronuncia? Você se prepara para dizer, ainda uma vez, que você nunca foi aquilo que em você se critica? Você já arranja a saída que lhe permitirá, em seu próximo livro, ressurgir em *outro lugar* [sic] e zombar como o faz agora: não, não, eu não estou onde você me espreita, mas aqui de onde o observo rindo. (AS, p. 20, grifo nosso)³⁸⁰

O espaço é o lugar e alhures (outro lugar) – na verdade, há um deslocamento de lugar: oposição entre o lugar da crítica e da espreita e alhures (o outro lugar), da pronúncia e da zombaria. Os termos são próprios (lugar e alhures), mas o emprego é metafórico (deslocamento espacial como mudança de identidade), com preservação da exigência do espaço como garantia da permanência no visível.

O quarto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da descrição de relações legítimas entre enunciados (ver AS, p. 35).

O projeto de descrição das relações entre enunciados tem como foco a análise do discurso: “Decidi-me a descrever enunciados no *campo* do discurso e as relações de que são suscetíveis.” (AS, p. 35, grifo nosso)³⁸¹ O espaço é o campo (do discurso) – o discurso é o espaço da presença dos enunciados (indissociabilidade entre espaço e presença) -: emprego metafórico para indicação de que o discurso é constituído de enunciados (ou os enunciados formam o discurso) – preservação do sentido próprio devido à exigência do espaço como garantia da permanência no visível.

O quinto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no sexto parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da função exercida pelo discurso em um campo de práticas não-discursivas (ver AS, p. 74-5).

Existe relação entre determinação das escolhas teóricas e função do discurso em práticas não-discursivas: “A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende (...) de uma outra instância. Essa instância se caracteriza (...) pela *função* que deve exercer o

³⁸⁰ Problema de tradução: ao invés de “outro lugar” melhor seria “alhures”.

³⁸¹ Sobre o projeto de descrição das relações legítimas entre enunciados no campo do discurso como aparência, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quarto aparecimento da pedagogia da visão.

discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas.*” (AS, p. 74, sublinhado nosso) O espaço é o campo (de práticas não-discursivas: visível não-discursivo): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para caracterização da função (do discurso) – a exigência do espaço é a identificação da efetividade (como garantia da permanência no visível – discursivo e não-discursivo): determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende da função do discurso em um campo de práticas não-discursivas.

O sexto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no sétimo parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do sistema de formação das estratégias (ver AS, p. 75-6).

O sistema de formação das estratégias é o estabelecimento de um jogo constante de relações: “O discurso (...) define-se por uma certa maneira constante de relacionar possibilidades de sistematização interiores a um discurso, outros discursos que lhe são exteriores e todo um *campo*, não discursivo, de práticas, de apropriação, de interesses e de desejos.” (AS, p. 76, grifo nosso) O espaço é o campo (não-discursivo): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para a indicação de práticas (não-discursivas) – a exigência do espaço garante a permanência no visível discursivo e não-discursivo (o não-discursivo torna-se visível devido justamente à exigência do espaço).

O sétimo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no vigésimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da procura do uso legítimo das noções de formação discursiva e de enunciado, e do projeto de descrição do que é exigido e do que é excluído pela análise do campo enunciativo e das formações que o escandem (ver AS, p. 136).

Primeiro, existe a busca do uso legítimo das noções de formação discursiva e de enunciado:

Resta-me (...) fazer oscilar a análise e, após ter relacionado as formações discursivas aos enunciados que descrevem, procurar em uma outra direção, rumo ao exterior desta vez, o uso legítimo dessas noções; o que se pode descobrir através delas, como podem ter *lugar* entre outros métodos de descrição, até que ponto podem modificar e redistribuir o *domínio* da história das ideias. (AS, p. 136, grifo nosso)

O espaço é o lugar (do uso legítimo das noções de formação discursiva e de enunciado - termo próprio) e o domínio (da história das ideias): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para definição metodológica (exigência do espaço como garantia da permanência no visível). Depois, há o projeto de descrição das exigências e das exclusões da

análise enunciativa e discursiva: “... tentarei precisar o que é exigido e o que é excluído pela análise do *campo* enunciativo e das formações que o escandem.” (AS, p. 136, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para indicação de pertencimento dos enunciados às formações discursivas (exigência do espaço para permanência no visível).

O oitavo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no segundo parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das idéias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da diferença entre análise arqueológica e história das ideias (ver AS, p. 156).

O objetivo é medir a eficácia descritiva da arqueologia: “Agi como se descobrisse um *domínio* novo e como se, para descrevê-lo, tivesse necessidade de medidas e marcos inéditos.” (AS, p. 156, grifo nosso) O espaço é o domínio (novo descoberto). Entretanto, há suspeita de que a arqueologia seja, realmente, história das ideias: “Mas, na verdade, não me alojei exatamente no *espaço* que se conhece bem, e há muito, sob o nome de ‘história das ideias’? Não foi a ele que me referi implicitamente, mesmo quando em duas ou três ocasiões tentei manter-me distante?” (AS, p. 156, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço (da história das ideias). Então, o arqueólogo seria um historiador das ideias envergonhado ou presunçoso: “Se minha intenção tivesse sido não desviar os olhos dele [do espaço da história das ideias], será que nele não encontraria, já preparado e analisado, tudo que buscava? No fundo, talvez eu não passe de um historiador das ideias, mas envergonhado ou, se quiserem, presunçoso.” (AS, p. 156) É como se do fracasso em dar cientificidade à história das ideias resultasse a declaração ilusória de que a arqueologia faz outra coisa: “Toda essa nova nebulosidade serviu para esconder o fato de que permanecemos na mesma *paisagem*, ligados a um velho *solo* gasto até a miséria.” (AS, p. 156, grifo nosso) O espaço é a (mesma) paisagem³⁸² e o solo (gasto até a miséria). Todo este jogo de deslocamentos (arqueologia igual a/ diferente da história das ideias) mostra o espaço através do emprego metafórico (domínio, paisagem, solo), mas com preservação do sentido próprio, justamente porque a exigência do espaço garante a permanência no visível. Por fim, é preciso esclarecer que existe diferença entre arqueologia e história das ideias: “Eu não teria o direito de estar tranquilo enquanto não me separasse da ‘história das ideias’, enquanto não mostrasse em que a análise arqueológica se diferencia de suas descrições.” (AS, p. 156) Todo este processo de diferenciação entre arqueologia e

³⁸² A paisagem é a união perfeita de espaço e visão como uso metafórico que preserva o sentido próprio, já que é o espaço visível, ou a visão do espaço, a inseparabilidade entre espaço e visão, por isso a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível. Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 1247.

história das ideias é uma pedagogia da visão como identificação da ilusão da aparência através da minúcia da visão diferente ou específica como necessidade de ver mais³⁸³.

O nono aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no sexto parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo dos enunciados como um domínio inteiramente ativo (ver AS, p. 165-6).

A arqueologia, como busca da regularidade de uma prática discursiva, não estabelece distinção entre criação (ativa) e imitação (passiva): “O *campo* dos enunciados não é um conjunto de *plagas* inertes, escandido por momentos fecundos; é um *domínio* inteiramente ativo.” (AS, p. 166, grifo nosso) O espaço é o campo (dos enunciados), a plaga (conjunto de plagas inertes)³⁸⁴ e o domínio (inteiramente ativo): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para mostrar a regularidade (dos enunciados) como atividade (exigência do espaço como garantia da permanência no visível).

O décimo aparecimento da terminologia do espaço como emprego metafórico está situado no nono parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das diferentes funções que a contradição pode exercer (ver AS, p. 177-8).

As oposições exercem múltiplas funções específicas:

Algumas asseguram um *desenvolvimento adicional* do campo enunciativo: abrem sequências de argumentação, de experiência, de verificações, de inferências diversas; permitem a determinação de objetos novos, suscitam novas modalidades enunciativas, definem novos conceitos ou modificam o campo de aplicação dos que já existem, mas sem que nada seja modificado no sistema de positividade do discurso (...) (AS, p. 177-8, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (enunciativo e de aplicação dos conceitos): emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para ressaltar os enunciados como conjunto (e a aplicação dos conceitos) – exigência do espaço para garantia da permanência no visível. Depois, outra função das contradições:

Outras induzem uma *reorganização* do campo discursivo: colocam a questão da tradução possível de um grupo de enunciados em outro, do ponto de coerência que poderia articulá-los, de sua integração em um espaço mais geral (...); não são novos objetos, novos conceitos, novas modalidades enunciativas que se somam linearmente aos antigos; mas objetos de outro nível (mais geral ou mais particular), conceitos que têm outra estrutura e outro campo de aplicação, enunciações de outro tipo, sem que, entretanto, as regras de formação sejam modificadas. (AS, p. 178, sublinhado nosso)

³⁸³ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-terceiro aparecimento da pedagogia da visão.

³⁸⁴ A plaga é uma extensão de terra, uso metafórico que remete ao sentido próprio do espaço. Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 1343.

O espaço é o campo (discursivo e de aplicação dos conceitos) e o próprio espaço (mais geral): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para indicação do discurso como conjunto de enunciados (exigência do espaço como garantia da permanência no visível).

O décimo-primeiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no décimo-primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da isotopia arqueológica (ver AS, p. 184-5).

Uma das tarefas da libertação do jogo das diferenças e das analogias presentes no nível das regras de formação das diversas formações discursivas é mostrar a isotopia arqueológica:

Mostrar como conceitos perfeitamente diferentes (...) ocupam uma posição análoga na ramificação de seu sistema de positividade – que são dotados, assim, de uma *isotopia arqueológica* - ainda que seu domínio de aplicação, seu grau de formalização, sobretudo sua gênese histórica, os tornem totalmente estranhos uns aos outros. (AS, p. 184-5, sublinhado nosso)

O espaço é a posição (análoga dos conceitos)³⁸⁵ – a isotopia – e o domínio (de aplicação): emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para mostrar analogia entre os conceitos (exigência do espaço para garantia da permanência no visível).

O décimo-segundo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no décimo-sétimo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da articulação do discurso em práticas que lhe são exteriores (ver AS, p. 187-8).

A análise simbólica e a análise causal remetem à positividade da formação discursiva: “O *campo* de relações que caracteriza uma formação discursiva é o *lugar* de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados.” (AS, p. 187, grifo nosso)³⁸⁶ O espaço é o campo (de relações) e o lugar (termo próprio): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para indicação da formação discursiva como jogo de relações (exigência do espaço para a permanência no visível). As relações da prática discursiva estabelecem articulação com o não-discursivo para a constituição de objetos: “... o discurso (...), como prática que se dirige a um certo *campo* de objetos, (...) se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva.” (AS, p. 188, grifo nosso) O espaço é o campo (de objetos): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio,

³⁸⁵ A posição é o lugar hierárquico, emprego metafórico que conserva o sentido próprio do espaço. Ver FERREIRA, A. B. de H. **Novo...**, p. 1371.

³⁸⁶ Sobre a relação entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço, ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-sexto surgimento da presença como aparecimento.

para indicação de grupos de objetos (exigência do espaço para a garantia da permanência no visível – não-discursivo).

O décimo-terceiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no décimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das relações da ideologia com as ciências (ver AS, p. 209-10).

Há relação entre, saber, ciência e ideologia:

É sem dúvida aí, nesse *espaço* de ação [como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber], que se estabelecem e se especificam as relações da ideologia com as ciências. A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências (...) articulam-se onde a ciência se destaca sobre o saber. (AS, p. 209, grifo nosso)

O espaço é o próprio espaço (de ação das relações entre saber e ciência e entre ideologia e ciência): uso metafórico, com preservação do sentido próprio, para mostrar jogo de relações entre saber, ciência e ideologia (a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível). A relação entre ideologia e ciência remete ao saber:

Se a questão da ideologia pode ser proposta à ciência, é na medida em que esta, sem se identificar com o saber, mas sem apagá-lo ou excluí-lo, nele se *localiza* (...); é na medida em que a ciência encontra seu *lugar* em uma regularidade discursiva e, por isso, se desdobra e funciona em todo um *campo* de práticas discursivas ou não. (AS, p. 209-10, grifo nosso)³⁸⁷

O espaço é o lugar (da ciência na regularidade discursiva) – termo próprio - e o campo (de práticas discursivas ou não): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para determinação do funcionamento da ciência em práticas discursivas ou não-discursivas (exigência do espaço para a garantia da permanência no visível – discursivo e não-discursivo).

O décimo-quarto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no vigésimo-nono parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “e”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da história arqueológica (ver AS, p. 216).

A definição da história arqueológica remete à relação entre saber e ciência: “... o que se tenta revelar, na *história arqueológica*, são as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o *status* e o papel de ciência.” (AS, p. 216, sublinhado nosso) O espaço é o lugar (práticas discursivas como saber – termo próprio):

³⁸⁷ Sobre a relação entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço, ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-quarto aparecimento da presença como existência.

emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para definição da relação entre práticas discursivas, saber e ciência (exigência do espaço como garantia da permanência no visível). A história arqueológica é descrição das práticas discursivas:

Trata-se, (...) para tal análise, de traçar o perfil da história das ciências a partir de uma descrição das práticas discursivas; de definir como, segundo que regularidade e graças a que modificações, ela pôde dar *lugar* aos processos de epistemologização, atingir as normas de cientificidade e, talvez, chegar ao limiar da formalização. (AS, p. 216, grifo nosso)³⁸⁸

O espaço é o lugar (como passagem das práticas discursivas às ciências – termo próprio): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para registrar justamente a passagem das práticas discursivas às ciências (exigência do espaço para garantia da permanência no visível). A relação entre prática discursiva e ciência não remete ao espaço não-discursivo:

Procurar o nível da prática discursiva na densidade histórica das ciências não significa querer reconduzi-la (...) ao *solo* da experiência vivida (à *terra*, que se apresenta, irregular e retalhada, anterior a qualquer geometria, ao *céu* que cintila através do esquadrinamento de qualquer astronomia) (...) (AS, p. 216, grifo nosso)³⁸⁹

O espaço (do discurso) remete ao visível discursivo – há recusa do espaço não-discursivo (terra, céu: solo da experiência vivida) que remete ao visível não-discursivo (ou seja, crítica da visibilidade não-discursiva explícita)³⁹⁰.

O décimo-quinco aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no trigésimo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “e”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição da análise da *episteme* (ver AS, p. 216-7).

A definição de *episteme* estabelece relação entre as formações discursivas, as positivities e o saber, com as figuras epistemológicas e as ciências: “Por *episteme* entende-se (...) o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados...” (AS, p. 217, sublinhado nosso) O espaço é o lugar (termo próprio): emprego metafórico, com

³⁸⁸ Sobre a importância da fixação do espaço para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade”.

³⁸⁹ Sobre a necessidade da presença para a história das ciências no nível da prática discursiva, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-quarto surgimento da presença como aparecimento.

³⁹⁰ Sobre a crítica da visibilidade não-discursiva explícita, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Tipologia da visibilidade”.

conservação do sentido próprio, para indicar passagem das práticas discursivas às figuras epistemológicas (a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível).

O décimo-sexto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no nono parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como equívoco do debate sobre o estruturalismo (ver AS, p. 230-1).

O interlocutor discursivo acusa Foucault de utilização do método estrutural para a análise histórica e então atesta seu fracasso devido à perda do movimento e da espontaneidade da história. Foucault responde que a defesa da história contínua, aberta, teleológica, causal não é uma proteção contra a invasão estrutural, mas a garantia da soberania do poder da consciência. Daí o jogo de cena como deslocamento espacial:

Ora, tal defesa [dos poderes de uma consciência constituinte] devia ter *lugar em outra cena* [sic] e não no próprio *local* do debate: pois, se você reconhecia em uma pesquisa empírica, em um mínimo trabalho de história, o direito de contestar a dimensão transcendental, então abria mão do essencial. (AS, p. 230, grifo nosso)³⁹¹

O espaço é o lugar como alhures e o local (termos próprios): emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para indicar os deslocamentos do debate (exigência do espaço para a permanência no visível). Voltemos ao jogo de cena para o entendimento do deslocamento espacial: a acusação de que a arqueologia teria importado o estruturalismo para a disciplina histórica e daí seu conseqüente fracasso (alhures) desloca a questão de que a arqueologia é uma descrição histórica que quer libertar a história do pensamento de sua sujeição transcendental (local próprio do debate), quer dizer, o deslocamento espacial como passagem do equívoco (alhures) ao “inequívoco” (local próprio) é a garantia da permanência no visível como pedagogia da visão: da ilusão da aparência que engana à visão diferente ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia.

O décimo-sétimo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está localizado no décimo-primeiro parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como aceitação da crise do pensamento transcendental (ver AS, p. 232)³⁹².

O interlocutor discursivo admite a crise do pensamento transcendental e questiona a identidade do discurso de Foucault:

Suponhamos que o debate esteja onde você diz; suponhamos que se trate de defender ou de atacar o último reduto do pensamento transcendental e

³⁹¹ Problema de tradução: ao invés de “lugar em outra cena” deveria ser “lugar alhures”.

³⁹² Sobre a necessidade da presença como permanência no visível, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento.

admitamos que nossa discussão, agora, tenha *lugar* na crise de que você fala: qual é, então, o título de seu discurso? De onde vem e de onde poderia exercer seu direito de falar? Como poderia legitimar-se? (AS, p. 232, grifo nosso)

O espaço é o lugar (crise do pensamento transcendental – termo próprio): emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para identificação do debate (a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível). O pedido ou a cobrança da identidade do discurso de Foucault é a necessidade de sua localização (espaço).

O décimo-oitavo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico está situado no décimo-sétimo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como esclarecimento das práticas discursivas (ver AS, p. 236-7).

A liberdade humana está associada às práticas discursivas:

As positivities que tentei estabelecer (...) constituem o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá *lugar* a enunciados parcial ou totalmente novos, segundo as quais, enfim, ela pode ser modificada. Trata-se menos dos limites colocados à iniciativa dos sujeitos que do *campo* em que ela se articula (...) (AS, p. 236-7, grifo nosso)

O espaço é o lugar (enunciados na prática: termo próprio) e o campo (da prática): emprego metafórico, com conservação do sentido próprio, para identificação da relação entre práticas discursivas e liberdade (exigência do espaço como garantia da permanência no visível).

Relações do espaço³⁹³

O espaço, como elemento do discurso da historicidade, está relacionado ao discurso da visão e ao discurso da miscigenação: o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (ou a permanência no visível, ou a procura da visão específica, ou a identificação da efetividade) é a exigência do espaço – assim como o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (o panóptico, ou a vigilância da insônia, ou a visão absoluta ou total da especificidade, mediante o reconhecimento do limite ou da finitude, ou a constatação da totalidade) é (seria) a exigência do panorama (o espaço faz parte do discurso da visão); a relação de harmonia entre espaço, presença e especificidade, a exigência do espaço e a necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, que levam à descrição da

³⁹³ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, as “Relações do espaço” deveriam ser lidas conjuntamente com “Sobre a presença”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença” e também “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”.

especificidade, mostra a constituição do discurso da visão como repartição do discurso da historicidade; a relação de conflito do espaço com a relação, a multiplicidade, o tempo (e a guerra) mostra a constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação devido ao perigo da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica.

Relações do espaço com o discurso da visão³⁹⁴

O discurso da visão é a exigência do espaço (somente é visível aquilo que é espacial, e o espaço é sempre visível): para a pedagogia da visão³⁹⁵, a procura da visão específica como busca da visão minuciosa é exigência do espaço; para a estrutura de argumentação da constatação da visão³⁹⁶, a permanência no visível é exigência do espaço; assim, a visão solitária e soberana, ou a permanência no visível como procura da visão específica, e/ou a identificação da efetividade³⁹⁷, é exigência do espaço; além disso, a vontade de visibilidade absoluta ou total como necessidade de ver cada vez mais, e/ou a visão absoluta ou total como reconhecimento do limite ou da finitude, é exigência do espaço; quer dizer, o panóptico, ou a vigilância da insônia, ou a visão absoluta ou total (da especificidade), ou a constatação da totalidade, é exigência do espaço (cuja radicalidade seria a exigência do panorama). Analisaremos um aparecimento basilar da relação entre exigência do espaço e discurso da visão, mas sua implicação será retomada através da análise das outras relações do espaço.

O (único) aparecimento da relação entre exigência do espaço e discurso da visão está localizado no nono parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados na forma sistemática da exterioridade (ver AS, p. 139-40).

A análise dos enunciados na forma da exterioridade é crítica do jogo do exterior e do interior:

³⁹⁴ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, as “Relações do espaço com o discurso da visão” deveriam ser lidas conjuntamente com “Terminologia da presença” e “Relações da presença com o discurso da visão”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença” e “Relações da presença com o discurso da visão”, e também “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”.

³⁹⁵ Sobre o funcionamento da pedagogia da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “A pedagogia da visão”.

³⁹⁶ Sobre o funcionamento da estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “A estrutura de argumentação da constatação da visão”.

³⁹⁷ Sobre a aliança entre pedagogia da visão e estrutura de argumentação da constatação da visão (e também identificação da efetividade), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

Em geral, a descrição histórica das coisas ditas é inteiramente atravessada pela oposição do interior e do exterior, e inteiramente comandada pela tarefa de voltar dessa exterioridade – que não passaria de contingência ou pura necessidade material, *corpo visível* ou tradução incerta – em direção ao núcleo essencial da interioridade. (AS, p. 139-40, grifo nosso)

O espaço é o corpo (exterioridade) – emprego metafórico com preservação do sentido próprio. Há relação entre exigência do espaço e discurso da visão: exterioridade como corpo visível, quer dizer, a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível. Existe crítica da utopia: recusa do comando do interior (utopia, não-lugar invisível) em relação ao exterior (espaço visível) – o comando do invisível em relação ao visível é o envio do espaço à utopia³⁹⁸.

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o *trabalho da expressão*: retomar *enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço*, em direção ao *segredo interior* que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. (AS, p. 140, grifo nosso)

O espaço é o próprio espaço – há relação entre (exigência do) espaço e multiplicidade: enunciados dispersos no espaço, espaço como dispersão ou multiplicidade. Existe relação entre (exigência do) espaço, tempo e multiplicidade: enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço. E há crítica da utopia: recusa do trabalho da expressão como remissão do dito ou dos enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço ao segredo interior (envio do espaço à utopia, comando do interior ou da ausência em relação ao interior ou à presença³⁹⁹, ou dominação do invisível em relação à subordinação do visível^{400,401}).

Sobre a relação entre discurso da visão como identificação da efetividade (ou permanência no visível como procura da visão específica: o visível é efetivo, o efetivo é específico)⁴⁰² e exigência do espaço (o visível é espacial, o espaço é visível, logo o efetivo é

³⁹⁸ Sobre a dominação do invisível em relação à subordinação do visível (como envio do espaço à utopia), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

³⁹⁹ Sobre o comando da utopia em relação ao espaço como comando da ausência em relação à presença (através do recurso à abstração), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo aparecimento da crítica da ausência.

⁴⁰⁰ Sobre o envio do espaço à utopia como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁰¹ A crítica da utopia é a análise do tema histórico-transcendental: ver AS, p. 139-40.

⁴⁰² Sobre a relação entre discurso da visão e identificação da efetividade, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “A estrutura de argumentação da constatação da visão” e “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

espacial e o espaço é efetivo), analisaremos apenas dois aparecimentos conforme a cronologia dos fatos⁴⁰³.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade está localizado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos como oposição à análise da língua (ver AS, p. 30-1)⁴⁰⁴.

O trabalho negativo de suspensão das formas imediatas de continuidade libera um domínio à análise:

Trata-se de um *domínio* imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. (...) o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. (AS, p. 30, grifo nosso)

O espaço é o domínio (imenso) e o próprio espaço (do discurso em geral). Há relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade: domínio imenso como conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos) – a exigência do espaço como identificação da efetividade (visível ou audível)⁴⁰⁵ que leva à constatação da totalidade garante a permanência no visível como vontade de visibilidade absoluta ou total⁴⁰⁶. Há relação entre exigência do espaço, identificação da efetividade, multiplicidade e (necessidade da) presença: domínio de todos os enunciados efetivos em sua dispersão de acontecimentos ou população de acontecimentos no espaço do discurso em geral – a exigência do espaço e a necessidade da presença como identificação da efetividade garantem a permanência no visível. Existe relação entre exigência do espaço, identificação da efetividade e (descrição da) especificidade: domínio de todos os enunciados efetivos na instância própria de cada um – a exigência do espaço como identificação da efetividade leva à descrição da especificidade. Há relação entre

⁴⁰³ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a relação entre discurso da visão como identificação da efetividade e exigência do espaço deveria ser lida conjuntamente com a relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da visão”.

⁴⁰⁴ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da presença como acontecimento.

⁴⁰⁵ Sobre a identificação da efetividade como indistinção ou indiferenciação entre visível (escrito) e audível (falado), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁴⁰⁶ Sobre a relação entre identificação da efetividade (como permanência no visível) e reconhecimento do limite ou da finitude (como constatação da totalidade) como autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

(exigência do) espaço e (necessidade da) presença: domínio de todos os enunciados efetivos como população de acontecimentos no espaço do discurso em geral (enunciado no discurso, acontecimento no espaço, presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença). A descrição enunciativa é diferente da análise da língua como sistema para enunciados possíveis (conjunto finito de regras que autoriza número infinito de desempenhos): “O *campo dos acontecimentos* discursivos (...) é o conjunto sempre *finito e efetivamente limitado* das *únicas* sequências linguísticas que tenham sido formuladas...” (AS, p. 30-1, grifo nosso) O espaço é o campo (discursivo). Há relação entre (exigência do) espaço e (necessidade da) presença: campo dos acontecimentos discursivos (espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença). Existe relação entre exigência do espaço, identificação da efetividade, (descrição da) especificidade e (reconhecimento do) limite ou (da) finitude: campo (discursivo) como conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas formuladas – a exigência do espaço (e a necessidade da presença) como identificação da efetividade leva ao reconhecimento do limite ou da finitude mediante descrição da especificidade, por isso a permanência no visível como procura da visão específica é autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total⁴⁰⁷. A questão central da descrição enunciativa é: “... *como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?*” (AS, p. 31, grifo nosso) O espaço é o lugar. Há relação entre (exigência do) espaço, (descrição da) especificidade e (necessidade da) presença: aparecimento de um determinado enunciado em seu lugar – a indissociabilidade entre espaço e presença, presença no espaço, leva à descrição da especificidade (permanência no visível como procura da visão específica)⁴⁰⁸. Existe crítica da utopia: lugar como aparecimento de um determinado enunciado, e não outro, ou seja, o espaço é específico e não comporta duplicação (cada espaço é único).

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade está situado no décimo-segundo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível pré-conceitual (ver AS, p. 68-9)⁴⁰⁹.

O nível pré-conceitual é o nível do próprio discurso: “... colocamos a questão ao nível do próprio discurso, que (...) é (...) *lugar de emergência* dos conceitos...” (AS, p. 69, grifo

⁴⁰⁷ Ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁰⁸ Na verdade, existe vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁰⁹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da presença como emergência.

nosso) O espaço é o lugar (discurso). Existe relação entre (exigência do) espaço e (necessidade da) presença: (discurso como) lugar de emergência (dos conceitos) – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença.

O “pré-conceitual” (...), em lugar de delinear um horizonte que viria do fundo da história e se manteria através dela [temas da origem indefinidamente recuada e do horizonte de idealidade inesgotável], é, pelo contrário, no nível mais “*superficial*” (no nível dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram *efetivamente* aplicadas. (AS, p. 69, grifo nosso)

O espaço é a superfície (discurso). Existe relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade: conjunto das regras efetivamente aplicadas no nível superficial dos discursos – a exigência do espaço como identificação da efetividade é permanência no visível⁴¹⁰. Há crítica da utopia: recusa da origem indefinidamente recuada e do horizonte de idealidade inesgotável – outro lugar como não-lugar, utopia⁴¹¹.

Sobre a relação entre discurso da visão como reconhecimento do limite ou da finitude (ou vontade de visibilidade absoluta ou total que através da constatação da totalidade autoriza o panóptico: o visível é finito ou limitado, logo há visão absoluta ou total)⁴¹² e exigência do espaço (o visível é espacial, o espaço é visível, logo o espaço finito ou limitado é exigência do panorama para a visão absoluta ou total), analisaremos apenas dois aparecimentos segundo a cronologia dos fatos⁴¹³.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e reconhecimento da finitude ou do limite está localizado no primeiro parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da positividade como *a priori* histórico (ver AS, p. 145-6).

A positividade de um discurso, como caracterização de sua unidade, “... permite o aparecimento da medida segundo a qual (...) [diferentes autores] falavam da ‘mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’ ou à ‘mesma distância’, desenvolvendo ‘o mesmo *campo*”

⁴¹⁰ Sobre a permanência no visível (como visão solitária e soberana), ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sétimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão

⁴¹¹ Sobre a crítica da utopia como projeto de eliminação do invisível (que domina o visível), ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sétimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴¹² Sobre a relação entre discurso da visão e reconhecimento do limite ou da finitude, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, especialmente “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”.

⁴¹³ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a relação entre discurso da visão como reconhecimento do limite ou da finitude e exigência do espaço deveria ser lida conjuntamente com a relação entre necessidade da presença e reconhecimento do limite ou da finitude. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da visão”.

conceitual’, opondo-se sobre ‘o mesmo *campo de batalha*’...” (AS, p. 145, grifo nosso) O espaço é o campo (conceitual e de batalha). Existe relação entre (exigência do) espaço e guerra: campo de batalha (o emprego metafórico preserva o sentido próprio tanto do espaço quanto da guerra).

Ela [a positividade de um discurso como unidade] define um *espaço limitado* de comunicação: *espaço* relativamente restrito, já que está longe de deter [sic] a amplitude de uma ciência tomada em todo seu devir histórico, desde sua mais longínqua origem até seu ponto atual de realização; mas um *espaço* mais extenso, entretanto, que o jogo das influências que pôde ser exercido de um autor a outro, ou que o *domínio das polêmicas* explícitas. (AS, p. 145, grifo nosso)

O espaço é o próprio espaço (de comunicação) e o domínio (das polêmicas explícitas). Existe relação entre exigência do espaço e reconhecimento do limite (ou da finitude): espaço limitado (de comunicação) – a exigência do espaço, mediante o reconhecimento do limite (ou da finitude), autoriza a visão absoluta ou total. Há relação entre (exigência do) espaço e guerra: domínio das polêmicas explícitas. Todos os textos que pertencem a uma mesma formação discursiva comunicam pela forma de positividade de seus discursos: “... essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um *campo* em que, eventualmente, podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos.” (AS, p. 146, grifo nosso) O espaço é o campo (definido pela positividade) – a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e reconhecimento do limite ou da finitude está situado no terceiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do problema metodológico da semelhança (ver AS, p. 163-4).

O problema metodológico da semelhança, ou da identidade entre as enunciações, remete à definição de limite: “Não há semelhança em si, imediatamente reconhecível, entre as formulações; sua analogia é um efeito do *campo* discursivo em que a *delimitamos*.” (AS, p. 164, grifo nosso) O espaço é o campo (discursivo). Existe relação entre exigência do espaço e reconhecimento do limite (ou da finitude): campo (discursivo) limitado – o espaço é sempre limitado ou finito, daí a permanência no visível como autorização da visão absoluta ou total (notemos que a crítica à semelhança imediatamente reconhecível é a recusa da aparência como ilusão através da procura da visão diferente como necessidade de minúcia).

Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade⁴¹⁴

A constituição do discurso da visão como relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade mostra que a indissociabilidade entre presença e espaço leva à descrição da especificidade, dito de outro modo, a visão solitária e soberana, como permanência no visível, ou identificação da efetividade, como necessidade da presença e exigência do espaço, é procura da visão minuciosa, ou identificação da efetividade, ou leva à descrição da especificidade⁴¹⁵ (e a visão absoluta ou total é justamente a necessidade da presença e a exigência do espaço que, mediante reconhecimento do limite ou da finitude, ou constatação da totalidade, leva à descrição da especificidade como panóptico da especificidade).

Sobre a relação de harmonia entre exigência do espaço e necessidade da presença (ou de como a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível como visão solitária e soberana: o visível é presença e espaço, a presença é espacial, o espaço é presencial), analisaremos vinte e sete aparecimentos, de acordo com a cronologia dos fatos, de modo não-exaustivo, a fim de mostrar sua disseminação essencial⁴¹⁶.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no vigésimo-segundo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da obra como inserida no campo de manifestação das questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito (ver AS, p. 19).

O livro **A arqueologia do saber** é um questionamento sobre a subjetividade originária: a obra se inscreve “... no *campo* em que se *manifestam*, se cruzam, se emaranham e se *especificam* as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito.” (AS, p. 19,

⁴¹⁴ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade” deveria ser lida conjuntamente com “Terminologia da presença” e “Indissociabilidade entre presença e espaço”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença” e “Indissociabilidade entre presença e espaço”, e também “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Relações da presença com o discurso da visão”.

⁴¹⁵ Notemos que a exigência do espaço e a necessidade da presença estão (mais) relacionadas à estrutura de argumentação da constatação da visão (visão solitária e soberana como permanência no visível ou identificação da efetividade), enquanto a descrição da especificidade está mais diretamente vinculada à pedagogia da visão (procura da visão minuciosa ou identificação da efetividade). Sobre as semelhanças e as diferenças entre a pedagogia da visão e a estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, principalmente “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

⁴¹⁶ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a relação (de harmonia) entre exigência do espaço e necessidade da presença deveria ser lida conjuntamente com a indissociabilidade entre presença e espaço (como relação entre presença e espaço). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”.

grifo nosso) O espaço é o campo. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: campo de manifestação (espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, garantia da permanência no visível como visão solitária e soberana). Há relação entre (exigência do) espaço e (descrição da) especificidade: campo de especificação (a exigência do espaço leva à descrição da especificidade, quer dizer, há permanência no visível como procura da visão específica).

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição do discurso como oposição à história do pensamento (ver AS, p. 31-2).

A descrição do discurso é recusa da história do pensamento: “A análise do *campo* discursivo é orientada de forma inteiramente diferente [da história do pensamento]; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e *singularidade* de sua *situação* [sic]...” (AS, p. 31, grifo nosso)⁴¹⁷ O espaço é o campo (discursivo). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: singularidade de acontecimento do enunciado no campo discursivo (presença específica no espaço: a permanência no visível é busca da visão específica). “Não se busca, sob *o que está manifesto*, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um *lugar que nenhum outro poderia ocupar*.” (AS, p. 31, grifo nosso) O espaço é o lugar. Há relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: o que está manifesto como lugar que nenhum outro (discurso) poderia ocupar (presença do espaço como especificidade: a necessidade da presença e a exigência do espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível, levam à descrição da especificidade, como procura da visão minuciosa). Existe crítica da utopia: recusa do outro discurso (inaudível – e invisível – ver AS, p. 31⁴¹⁸). A questão central da descrição do discurso é: “... que *singular existência* é esta *que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte* [sic]?” (AS, p. 32, grifo nosso)⁴¹⁹ O espaço é o que se diz. Existe relação entre exigência do espaço, necessidade

⁴¹⁷ Problema de tradução: ao invés de “sua situação” deveria ser “seu acontecimento”.

⁴¹⁸ Sobre a crítica à união entre invisível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível. Sobre a eliminação do invisível como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a recusa da aliança entre invisível e inaudível como crítica da ausência, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da crítica da ausência.

⁴¹⁹ Problema de tradução: ao invés de “em nenhuma outra parte” deveria ser “nenhures”.

da presença e (descrição da) especificidade: singular existência que vem à tona no que se diz (presença específica no espaço: visão da minúcia)⁴²⁰. Há crítica da utopia: o que se diz como espaço que recusa nenhures – outro espaço, heterotopia, como remissão a nenhum espaço, nenhures, utopia⁴²¹.

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da primeira utilidade da manutenção em suspensão das unidades admitidas, a restituição (da singularidade de acontecimento e) da descontinuidade do enunciado (ver AS, p. 32)⁴²².

A supressão sistemática das unidades aceitas permite “... mostrar que a *descontinuidade* não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na *geologia da história*, mas já no simples fato do enunciado...” (AS, p. 32, grifo nosso) O espaço é a descontinuidade (do enunciado) e a geologia (da história): emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para indicar o espaço como descontinuidade, a história como geologia (descontínua) – a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível. O enunciado é um acontecimento estranho: “... inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma *existência* remanescente (...) na *materialidade* dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro...” (AS, p. 32, grifo nosso) O espaço é a materialidade (de qualquer forma de registro, visível ou audível)⁴²³. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: existência (remanescente) na materialidade (de qualquer forma de registro) – presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível.

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo-segundo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é

⁴²⁰ Sobre a visão solitária e soberana como visão específica, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a presença como existência e a relação entre (necessidade da) presença, (exigência do) espaço e (descrição da) especificidade, ver também supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da presença como existência.

⁴²¹ Sobre a oposição entre defesa da exigência do espaço e da necessidade da presença que levam à descrição da especificidade e crítica da união entre utopia, ausência e abstração, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da crítica da ausência.

⁴²² Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como acontecimento.

⁴²³ Sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (gesto de escrita, articulação de uma palavra), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação visível e audível.

a análise da segunda utilidade da manutenção em suspensão das unidades admitidas, a possibilidade de apreensão de outras formas de regularidade, de outros tipos de relações (ver AS, p. 32-3).

A apreensão de outros tipos de relações é a descrição do espaço discursivo e não-discursivo: “Fazer aparecer, em sua pureza, o *espaço* em que se desenvolvem os *acontecimentos* discursivos (...) é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.” (AS, p. 33, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço (discursivo e não-discursivo) – o espaço discursivo é constituído pelas relações entre enunciados e entre grupos de enunciados, e o espaço não-discursivo é constituído pelas relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de outra ordem (não-discursiva) – ver AS, p. 32-3: o espaço discursivo e o espaço não-discursivo são, ambos, visíveis (a exigência do espaço garante a permanência no visível). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: espaço em que se desenvolvem os acontecimentos (discursivos) – espaço da presença⁴²⁴, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível.

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da demarcação das superfícies de emergência dos objetos de discurso (ver AS, p. 47)⁴²⁵.

A busca da formação dos múltiplos objetos de discurso tem por tarefa a demarcação de suas superfícies de emergência: “Seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência*: mostrar onde podem surgir...” (AS, p. 47, sublinhado nosso) O espaço é a superfície. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: superfície de emergência ou de surgimento (espaço da presença: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível). Estas superfícies de emergência dos objetos são múltiplas: “Essas *superfícies* não são as mesmas nas diferentes sociedades, em *diferentes épocas* e nas diferentes formas de discurso. (...) [essas superfícies de emergência são] organizadas de modo *específico...*” (AS, p. 47, grifo nosso) Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença, tempo, multiplicidade e (descrição da) especificidade: diferentes (múltiplas)

⁴²⁴ Sobre a (necessidade da) presença como acontecimento (e aparecimento), para a permanência no visível, ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quarto aparecimento da presença como acontecimento.

⁴²⁵ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto surgimento da presença como aparecimento.

superfícies de emergência organizadas de modo específico em diferentes épocas a diferença é multiplicidade, tempo e especificidade⁴²⁶.

Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que (...) se manifestam, o discurso (...) encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe o *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível. (AS, p. 47, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (descontínuo) e o domínio. Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: manifestação das diferenciações no campo (presença da multiplicidade no espaço: a exigência do espaço e a necessidade da presença garantem a permanência no visível). Há relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (reconhecimento do) limite (ou da finitude): aparecimento de objeto no domínio limitado (presença no espaço limitado ou finito: a exigência do espaço como reconhecimento do limite ou da finitude autoriza a visão absoluta ou total).

O sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das relações que colocam os objetos em um campo de exterioridade (ver AS, p. 51)⁴²⁷.

O objeto de discurso existe em função de um feixe complexo de relações:

Elas [as relações] não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite *aparecer*, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua *diferença*, sua *irreduzibilidade* e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um *campo de exterioridade*. (AS, p. 51, grifo nosso)

O espaço é o campo (de exterioridade – portanto, espaço visível: a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento do objeto em um campo de exterioridade (presença no espaço: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível). Há relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: aparecimento da diferença ou da irreduzibilidade do objeto em um campo de exterioridade (presença da especificidade no espaço: a exigência do espaço e a necessidade da presença, como

⁴²⁶ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”. Sobre a diferença como tempo, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto e o nono aparecimento da palavra “historicidade”. Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁴²⁷ Ver supra também comparativamente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço (como relação entre presença e espaço).

permanência no visível, levam à descrição da especificidade, como procura da visão minuciosa – a diferença é especificidade⁴²⁸).

O sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da configuração do campo enunciativo como formas de coexistência que delineiam um campo de presença, um campo de concomitância e um domínio de memória (ver AS, p. 64-5).

O conjunto de enunciados estabelece formas de coexistência:

A configuração do campo enunciativo compreende (...) formas de *coexistência*. Estas delineiam, inicialmente, um *campo de presença* (isto é, todos os enunciados já formulados em alguma outra parte [sic] e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados [sic] discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos) (...) (AS, p. 64, sublinhado nosso)⁴²⁹

O espaço é o campo (enunciativo) como campo (de presença) que remete a alhures (enunciados já formulados) - há, portanto, relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença⁴³⁰.

Distinto desse campo de presença, podemos descrever um *campo de concomitância* (trata-se, então, dos enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como confirmação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas) (...) (AS, p. 64-5, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (de concomitância) e o domínio (de objetos inteiramente diferentes).

Finalmente, o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica). (AS, p. 65, sublinhado nosso)

⁴²⁸ Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁴²⁹ Problemas de tradução: ao invés de “alguma outra parte” deveria ser “alhures”; faltou vírgula após “criticados” e antes de “discutidos”. Ver AS, p. 64.

⁴³⁰ Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço (como relação entre presença e espaço).

O espaço é o domínio (de memória), o corpo (de verdades) e o domínio (de validade) – emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço como garantia da permanência no visível.

O oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da rede constituída pelos quatro segmentos teóricos (atribuição, articulação, designação, derivação) como espaço regular de formação dos conceitos (ver AS, p. 68).

A retomada do exemplo da gramática geral, extraído de **As palavras e as coisas**, permite compreender a formação dos conceitos: “A rede constituída pelos quatro segmentos teóricos [atribuição, articulação, designação e derivação] (...) delinea o *espaço* regular de sua *formação* [dos conceitos].” (AS, p. 68, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço (regular constituído pela rede). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: espaço (regular) de formação (dos conceitos) – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível.

O nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo-terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das regras de formação dos conceitos (ver AS, p. 69-70).

As regras de formação dos conceitos estão no próprio discurso:

Na análise que aqui se propõe, as regras de *formação* têm seu *lugar* não na “mentalidade” ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse *campo* discursivo. Por outro lado, não são consideradas universalmente válidas para todos os *domínios* indiscriminadamente; são sempre descritas em *campos* discursivos *determinados*, e suas possibilidades indefinidas de extensão não são reconhecidas antecipadamente. Pode-se, no máximo, por uma comparação sistemática, confrontar, de uma *região* a outra, as regras de *formação* dos conceitos (...) (AS, p. 69-70, grifo nosso)

O espaço é o lugar (discurso), o campo (discursivo), o domínio e a região – emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço para permanência no visível. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: (regras de) formação no lugar (discurso) – presença no espaço: indissociabilidade entre espaço e presença, garantia da visão solitária e soberana. Há crítica da utopia: recusa do lugar das regras de formação (dos conceitos) na mentalidade ou na consciência dos indivíduos (outro lugar, heterotopia, como não-lugar, utopia, porque invisível). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: (regras de) formação em

campos (discursivos) determinados – presença no espaço específico: a exigência do espaço e a necessidade da presença levam à descrição da especificidade, por isso a visão solitária e soberana é visão específica. “Esses conjuntos de regras são bastante *específicos*, em cada um desses *domínios*, para caracterizar uma *formação* discursiva *singular* e bem *individualizada*...” (AS, p. 70, grifo nosso) O espaço é o domínio. Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: (regras específicas de) formação singular e individualizada em cada domínio – presença específica no espaço: novamente, a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade como permanência no visível através da procura da visão específica. “O *campo* pré-conceitual deixa *aparecerem* as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a *multiplicidade heterogênea* dos conceitos...” (AS, p. 70, grifo nosso) O espaço é o campo (pré-conceitual). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: aparecimento da multiplicidade (heterogênea dos conceitos) no campo (pré-conceitual) – presença da multiplicidade no espaço: espaço da presença, presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível, e a diferença (heterogeneidade) é multiplicidade⁴³¹.

O décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no sétimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do correlato do enunciado (ver AS, p. 103-5).

O correlato do enunciado é um conjunto de domínios: “... o que se pode definir como *correlato* do enunciado é um conjunto de domínios em que (...) [os] objetos podem aparecer e em que (...) [as] relações podem ser assinaladas...” (AS, p. 104, sublinhado nosso) O espaço é o domínio. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento (de objetos) em (um conjunto de) domínios – presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível. “O referencial do enunciado forma o *lugar*, a condição, o *campo de emergência*, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado...” (AS, p. 104, grifo nosso) O espaço é o lugar e o campo (como referencial do enunciado). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da

⁴³¹ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra principalmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

presença: (referencial do enunciado como) campo de emergência (espaço da presença: indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da visão solitária e soberana)⁴³².

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição do nível enunciativo (ver AS, p. 105).

A descrição do nível enunciativo deve ser feita pela “... análise das relações entre o enunciado e os *espaços* de diferenciação, em que ele mesmo faz *aparecer* as diferenças.” (AS, p. 105, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço (de diferenciação). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento (das diferenças) nos espaços (de diferenciação) – presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴³³.

O décimo-segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo-oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da função enunciativa como necessidade de um campo adjacente (ver AS, p. 111-2).

A existência do enunciado depende de um campo adjacente:

(...) para que se trate de um enunciado: é preciso relacioná-la [uma frase] com todo um *campo* adjacente. (...) não se pode dizer uma frase, não se pode fazer com que ela chegue a uma *existência* de enunciado sem que seja utilizado um *espaço* colateral; um enunciado tem sempre *margens* povoadas de outros enunciados. (AS, p. 112, grifo nosso)

O espaço é o campo (adjacente), o próprio espaço (colateral) e a margem (povoada de outros enunciados). Há relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: existência (de enunciado) no espaço (colateral) – presença no espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença: permanência no visível como visão solitária e soberana. As margens são mais extensas que (e comandam) o envolvimento psicológico: “O halo psicológico de uma formulação é comandado de longe pela disposição do *campo* enunciativo.” (AS, p. 112, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo) – emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço para a permanência no visível.

⁴³² Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como existência.

⁴³³ Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento.

O décimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no vigésimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da função enunciativa como domínio de coexistência (ver AS, p. 114).

A função enunciativa se realiza sobre um cenário de coexistência: a coexistência enunciativa é “... [o] *campo* enunciativo, isto é, o *domínio de coexistência* em que se exerce a função enunciativa.” (AS, p. 114, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo) e o domínio (de coexistência). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: domínio de coexistência (espaço de presença da multiplicidade: indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível). Os distintos tipos de relação dependem da função enunciativa:

(...) elas [as relações gramaticais, lógicas, metalinguísticas e retóricas] só podem *existir* e só são suscetíveis de análise, na medida em que as frases tenham sido “enunciadas”; em outros termos, na medida em que se desenrolem em um *campo* enunciativo que permita que elas se sucedam, se ordenem, coexistam e desempenhem um papel umas em relação às outras. (AS, p. 114, grifo nosso)

O espaço é o campo (enunciativo). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: existência (dos distintos tipos de relações) em um campo (enunciativo) – presença no espaço: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível. “O enunciado (...) é o que situa essas unidades significativas [frases, proposições, linguagem-objeto e grupos ou elementos de frases] em um *espaço* em que elas se *multiplicam* e se *acumulam*.” (AS, p. 114, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço. Existe relação entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade: espaço de multiplicação e de acúmulo (das unidades significativas).

O décimo-quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no vigésimo-sétimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da identidade do enunciado submetida a um conjunto de condições e de limites impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura, pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo e pelo papel ou função que deve desempenhar (ver AS, p. 119).

A identidade de um enunciado está submetida a um conjunto de condições e de limites: “... os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo *domínio* no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar.” (AS, p. 119, grifo nosso) O espaço é o domínio (de utilização ou de aplicação

do enunciado) – emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço para permanência no visível.

Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas, constituem para os enunciados um *campo de estabilização* que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. (AS, p. 119, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (de estabilização – repetição do enunciado com manutenção da identidade). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento (de um novo enunciado) no campo (de estabilização) – presença no espaço: indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴³⁴.

O décimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no trigésimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade repetível do enunciado (ver AS, p. 121).

A função enunciativa é caracterizada pela materialidade repetível:

(...) o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. (AS, p. 121, sublinhado nosso)

O espaço é a materialidade e o campo (de utilização). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: surgimento (do enunciado) em (sua) materialidade – presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴³⁵.

O décimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a recapitulação da definição do enunciado como função enunciativa (ver AS, p. 122-3).

A definição do enunciado leva à definição da função enunciativa:

(...) apercebi-me de que não podia definir o enunciado como uma unidade de tipo linguístico (...); mas que tinha que me ocupar de uma função enunciativa,

⁴³⁴ Ver supra também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento.

⁴³⁵ Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quinto surgimento da presença como aparecimento.

pondo em jogo unidades diversas (elas podem coincidir às vezes com frases, às vezes com proposições; mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadros de signos, jogo de proposições ou formulações equivalentes); e essa função, em vez de [sic] dar um “sentido”, a essas unidades, coloca-as em relação com um *campo* de objetos; em vez de [sic] lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de *posições* subjetivas possíveis; em vez de [sic] lhes fixar limites, coloca-as em um *domínio* de coordenação e de *coexistência*; em vez de [sic] lhes determinar a identidade, aloja-as em um *espaço* em que são consideradas, utilizadas e repetidas. (AS, p. 122, grifo nosso)⁴³⁶

O espaço é o campo (de objetos), a posição (subjetiva possível), o domínio (de coordenação e de coexistência) e o próprio espaço (de utilização e de repetição). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: domínio de coexistência (espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível). Quer dizer, a definição do enunciado leva à descoberta da função enunciativa: “Em suma, o que se descobriu não foi o enunciado atômico (...) mas sim o *campo* de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais ela faz *aparecerem* unidades diversas...” (AS, p. 122, grifo nosso) O espaço é o campo (de exercício da função enunciativa). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: campo (de exercício da função enunciativa) de aparecimento (de unidades diversas) – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível.

O décimo-sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não visível e não oculto (ver AS, p. 125-6).

A descrição do enunciado é a definição da realização de uma função que deu a uma série de signos uma existência: “Esta [*existência*] a [*função*] faz *aparecer* (...) como relação com um *domínio* de objetos; (...) como um jogo de *posições* possíveis para um sujeito; como um elemento em um *campo de coexistência*; (...) como uma *materialidade* repetível.” (AS, p. 125, grifo nosso)⁴³⁷ O espaço é o domínio (de objetos), a posição (possível para um sujeito), o campo (de coexistência) e a materialidade (repetível). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: campo de coexistência (espaço de presença da multiplicidade: indissociabilidade entre espaço e presença, garantia da permanência no visível). Há relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento (da função) como espaço (relação com um domínio de objetos, jogo de posições possíveis para

⁴³⁶ Problema de tradução: ao invés de “em vez de” deveria ser “em lugar de” – assim, ficaria preservado o sentido próprio do espaço através do emprego metafórico.

⁴³⁷ Sobre a presença como existência, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo aparecimento da presença como existência.

um sujeito, elemento em um campo de coexistência, materialidade repetível) e existência do espaço (de um domínio de objetos, de posições possíveis para um sujeito, de um campo de coexistência, da materialidade) - presença no espaço e presença do espaço: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível. A descrição dos enunciados é recusa do oculto – e o enunciado é não oculto: “... ela [a descrição dos enunciados] não tenta contornar as performances verbais para descobrir, atrás delas, ou sob sua *superfície aparente*, um elemento oculto, um sentido secreto que nelas se esconde, ou que através delas aparece [sic] sem dizê-lo...” (AS, p. 125-6, grifo nosso)⁴³⁸ O espaço é a superfície (aparente das performances verbais). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: superfície aparente (das performances verbais) – indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível. Há crítica da utopia: recusa da remissão da superfície aparente das performances verbais (espaço da presença) à descoberta, atrás delas ou sob elas, de um elemento oculto, de um sentido secreto escondido (outro lugar, heterotopia, como não-lugar, utopia)⁴³⁹.

O décimo-oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre a ausência característica de uma regularidade enunciativa e as significações encobertas pelo que se encontra formulado (ver AS, p. 127-8).

Há diferença entre ausência (característica de uma regularidade enunciativa) e significações encobertas (pelo que se encontra formulado):

(...) a todas (...) [as] modalidades diversas do *não-dito* que podem ser demarcadas sobre o campo enunciativo, é necessário, sem dúvida, acrescentar uma *ausência*, que, ao invés de [sic] ser interior, seria correlativa a esse campo e teria um papel na determinação de sua própria existência. Pode haver – e, sem dúvida, sempre há – nas condições de emergência dos enunciados, exclusões, limites ou lacunas que delineiam seu referencial, validam uma única série de modalidades, cercam e englobam grupos de coexistência, impedem certas formas de utilização. (AS, p. 127-8, sublinhado nosso)⁴⁴⁰

O espaço é o campo (enunciativo). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: existência do campo (enunciativo) – presença do espaço, indissociabilidade entre

⁴³⁸ Problema de tradução: ao invés de “aparece” deveria ser “se mostra”. Note-se que o verbo *se terrer* remete ao emprego metafórico do espaço com preservação do sentido próprio.

⁴³⁹ Sobre a crítica da utopia como eliminação do invisível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a relação entre crítica da utopia e crítica da ausência, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da crítica da ausência.

⁴⁴⁰ Problema de tradução: ao contrário de “ao invés de” deveria ser “em lugar de”.

espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴⁴¹. Há crítica da utopia: a busca das significações encobertas (procura do interior) é o comando da utopia (portanto do invisível) em relação ao espaço (e à presença, portanto, ao visível). A ausência é constitutiva (correlativa) da própria presença (e do espaço) como permanência na história (do visível)⁴⁴².

O décimo-nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo-terceiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível enunciativo, nem oculto, nem visível, no limite da linguagem (ver AS, p. 130-1)⁴⁴³.

O nível enunciativo está no limite da linguagem: “Ele [o nível enunciativo] define a modalidade de seu *aparecimento*: antes sua periferia que sua organização interna, antes sua *superfície* que seu conteúdo.” (AS, p. 130, grifo nosso) O espaço é a superfície. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: superfície de aparecimento (do nível enunciativo) – indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível⁴⁴⁴.

O vigésimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da exterioridade (ver AS, p. 140-1).

A análise da exterioridade é liberação do tema histórico-transcendental:

Desse tema [histórico-transcendental] a análise enunciativa tenta liberar-se, para restituir os enunciados à sua pura *dispersão*; para analisá-los em uma *exterioridade* sem dúvida paradoxal, já que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade; para considerá-los em sua *descontinuidade*, sem ter de relacioná-los (...) a uma abertura ou a uma diferença mais fundamental; para apreender sua própria *irrupção no lugar e no momento* em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento. (AS, p. 140, grifo nosso)

O espaço é a dispersão (há relação entre exigência do espaço e multiplicidade), a exterioridade, a descontinuidade (existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade), o

⁴⁴¹ Sobre a presença como existência (e emergência), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-terceiro aparecimento da presença como existência.

⁴⁴² Sobre a ausência como permanência no visível (e eliminação do invisível) e como identificação da efetividade (e reconhecimento do limite ou da finitude que autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁴³ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre invisível e inaudível e o décimo-quarto aparecimento da relação entre visível e audível, e no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁴⁴ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-sétimo surgimento da presença como aparecimento.

lugar e a incidência. Há crítica da utopia: espaço como exterioridade que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade (outro lugar, heterotopia, como não-lugar, utopia)⁴⁴⁵. Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e tempo: irrupção (do enunciado) no lugar e no momento em que se produziu - presença no espaço e no tempo: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível⁴⁴⁶. Há relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: incidência de acontecimento – espaço da presença: indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível. A escolha da palavra exterioridade remete à posição de existência: “... o que importa é reencontrar o *exterior* onde se repartem, em sua relativa raridade, em sua vizinhança lacunar, em seu *espaço* aberto, os *acontecimentos* enunciativos.” (AS, p. 141, grifo nosso) O espaço é o exterior como espaço aberto. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: exterior como espaço aberto onde se repartem os acontecimentos enunciativos – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível⁴⁴⁷.

O vigésimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo-primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da busca do exterior como local de acontecimentos (ver AS, p. 141)⁴⁴⁸.

A busca do exterior é o reconhecimento de que o campo dos enunciados é local empírico de acontecimentos:

Essa tarefa [reencontrar o exterior] supõe que o *campo* dos enunciados não seja descrito como uma “tradução” de operações ou de processos que se desenrolam em algum outro lugar [sic] (no pensamento dos homens, em sua consciência ou em seu inconsciente, na esfera das constituições transcendentais); mas que seja aceito, em sua modestia empírica, como *local de acontecimentos*, de regularidades, de relacionamentos, de modificações determinadas, de transformações sistemáticas; em suma, que seja tratado não como resultado ou vestígio de outra coisa, mas como um *domínio* prático (...) (AS, p. 141, grifo nosso)⁴⁴⁹

⁴⁴⁵ Sobre a crítica da utopia como eliminação do invisível, ou recusa do jogo de dominação do invisível (utopia) em relação à subordinação do visível (espaço), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁴⁶ Sobre a importância da necessidade da presença (como irrupção, produção, acontecimento e existência), ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-oitavo aparecimento da presença como existência.

⁴⁴⁷ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁴⁸ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço (como relação entre presença e espaço).

⁴⁴⁹ Problema de tradução: ao invés de “em algum outro lugar” deveria ser “alhores”.

O espaço é o campo (dos enunciados), o local (empírico de acontecimentos) e o domínio (prático). Há crítica da utopia: o campo dos enunciados (espaço) não é a tradução de operações ou de processos que se desenrolam alhures (pensamento, consciência, inconsciente, esfera das constituições transcendentais) – alhures, heterotopia, como não-lugar, utopia -, não é resultado ou vestígio de outra coisa (outro lugar, heterotopia, como não-lugar, utopia)⁴⁵⁰. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: campo (dos enunciados) como local (empírico, portanto visível) de acontecimentos – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴⁵¹.

O vigésimo-segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre o *a priori* formal e o *a priori* histórico (ver AS, p. 147-8)⁴⁵².

O *a priori* formal e o *a priori* histórico ocupam dimensões diferentes: o *a priori* histórico “... permite compreender como os *a priori* formais podem ter na história pontos de junção, lugares de inserção, de irrupção ou de emergência, domínios ou ocasiões de utilização...” (AS, p. 147, sublinhado nosso) O espaço é o ponto (de junção), o lugar (de inserção, de irrupção ou de emergência) e o domínio (de utilização). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: lugar de irrupção ou de emergência (dos *a priori* formais na história) – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível.

O vigésimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148).

Primeiro, a recusa do espaço indiferenciado:

O domínio dos enunciados (...) articulado segundo *a priori* históricos, (...) caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas, não tem mais o aspecto de planície monótona e

⁴⁵⁰ Sobre a crítica da utopia como projeto de eliminação do invisível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁵¹ Sobre a permanência no visível como aliança entre exigência do espaço e necessidade da presença, ver supra também no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁵² Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como emergência.

indefinidamente prolongada que eu lhe dava no início, quando falava de “superfície do discurso” (...) (AS, p. 148, sublinhado nosso)

O espaço é o domínio (dos enunciados), a planície (monótona e indefinidamente prolongada) e a superfície (do discurso) – a crítica ao espaço indiferenciado como planície indefinidamente prolongada é a recusa do infinito ou ilimitado que remete ao comando do invisível como perda da especificidade. Depois, o elogio do espaço múltiplo: “Temos que tratar (...) de um *volume* complexo, em que se diferenciam *regiões heterogêneas*, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor.” (AS, p. 148, grifo nosso) O espaço é o volume (complexo) e a região (heterogênea). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: diferenciação de regiões heterogêneas (a diferença é multiplicidade)⁴⁵³.

Ao invés de [sic] vemos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar [sic], temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu *domínio de aparecimento*) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu *campo* de utilização). (AS, p. 148, grifo nosso)⁴⁵⁴

O espaço é o domínio (de aparecimento dos enunciados como acontecimentos) e o campo (de utilização dos enunciados como coisas). Há crítica da utopia: recusa da história mítica, em que as palavras visíveis traduzem pensamentos constituídos antes e alhures (alhures que é nenhures, ou heterotopia como utopia). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: domínio de aparecimento (do enunciado como acontecimento) – espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível⁴⁵⁵.

O vigésimo-quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148-9)⁴⁵⁶.

O arquivo define o sistema de enunciabilidade do enunciado-acontecimento:

⁴⁵³ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra principalmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

⁴⁵⁴ Problema de tradução: ao contrário de “Ao invés de” deveria ser “Em lugar de” – daí a preservação da importância do espaço (principalmente em função de sua relação com a visão e a presença) – e ao invés de “em outro lugar” deveria ser “alhures”. O arquivo é o sistema dos enunciados como acontecimentos e como coisas: ver AS, p. 148.

⁴⁵⁵ Sobre a definição de arquivo como indissociabilidade entre presença e espaço que garante a permanência no visível, ver supra também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da presença como acontecimento.

⁴⁵⁶ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o oitavo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o *sistema de sua enunciabilidade*. (AS, p. 149, sublinhado nosso)

O espaço é a raiz e o corpo (do enunciado-acontecimento). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: raiz do acontecimento no corpo em que se dá (presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível)⁴⁵⁷.

O vigésimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das hierarquias internas às regularidades enunciativas (ver AS, p. 167-8).

Todos os enunciados são regulares:

Todo o *campo* enunciativo é, ao mesmo tempo, regular e *vigilante: é insone*; o menor enunciado – o mais discreto ou banal – coloca em prática todo o jogo das regras segundo as quais são *formados* seu objeto, sua modalidade, os conceitos que utiliza e a estratégia de que faz parte. (AS, p. 168, grifo nosso)

O espaço é o campo (enunciativo). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: formação (do objeto, da modalidade, dos conceitos e da estratégia) no campo (enunciativo) que é vigilante ou insone: presença no espaço (constantemente) visível⁴⁵⁸. “As regras jamais se apresentam nas formulações; atravessam-nas e constituem para elas um *espaço de coexistência*; não podemos, pois, encontrar o enunciado singular que as articularia.” (AS, p. 168, grifo nosso) O espaço é o (próprio) espaço (de coexistência). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e multiplicidade: espaço de coexistência (das formulações com as regras) – espaço da presença da multiplicidade: indissociabilidade entre espaço e presença como garantia da permanência no visível.

Entretanto, certos grupos de enunciados empregam essas regras em sua forma mais geral e mais largamente aplicável; a partir deles, podemos ver como outros objetos, outros conceitos, outras modalidades enunciativas, ou outras escolhas estratégicas, podem ser *formados* a partir de regras menos gerais e cujo *domínio* de aplicação é mais *específico*. (AS, p. 168, grifo nosso)

⁴⁵⁷ Sobre o arquivo como sistema de enunciabilidade que estabelece a indissociabilidade entre presença e espaço, ver supra também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo aparecimento da presença como acontecimento.

⁴⁵⁸ Sobre a importância da insônia como condição perceptivo-visual perfeita para a pedagogia da visão e para a estrutura de argumentação da constatação da visão, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quarto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a vigilância da insônia, como radicalização da permanência no visível, que reivindica a necessidade da onipresença, como radicalização da necessidade da presença, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença. Se a vigilância da insônia é a necessidade da onipresença, também é (seria) a exigência do panorama (como radicalização da exigência do espaço).

O espaço é o domínio (de aplicação das regras). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e (descrição da) especificidade: formação (de objetos, de conceitos, de modalidades enunciativas ou de escolhas estratégicas) cujo domínio é específico – presença no espaço específico: a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade (permanência no visível como procura da visão específica).

Pode-se, assim, descrever uma árvore de *derivação* enunciativa: em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão. (AS, p. 168, sublinhado nosso)

O espaço é a árvore, as ramificações e a extensão (mais ampla e mais delimitada) – o emprego metafórico do espaço preserva seu sentido próprio: a metáfora arbórea tem por função ressaltar a importância da exigência do espaço para a visão solitária e soberana como permanência no visível. A descrição de uma árvore de derivação enunciativa é a análise do espaço (da presença) e da presença (no espaço) visíveis (as hierarquias internas às regularidades enunciativas) através do emprego de metáfora espacial (árvore com ramificações). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: regras de formação em extensão mais ampla (presença no espaço) e regras de formação delimitadas em sua extensão (presença no espaço limitado) – a indissociabilidade entre espaço e presença associada ao reconhecimento do limite (ou da finitude) autoriza a visão absoluta ou total.

O vigésimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está situado no décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição arqueológica dos discursos na dimensão de uma história geral (ver AS, p. 188-9)⁴⁵⁹.

A análise arqueológica é recusa da projeção simbólica: “Se (...) a arqueologia suprime o tema da expressão e do reflexo, se ela se recusa a *ver* no discurso a *superfície* de projeção simbólica de acontecimentos ou de processos situados em outra parte [sic], não é para encontrar um encadeamento causal...” (AS, p. 188-9, grifo nosso)⁴⁶⁰ O espaço é a superfície (discurso). Há crítica da utopia: recusa em ver (discurso da visão) na superfície do discurso (exigência do espaço) a projeção simbólica de acontecimentos ou de processos situados alhures (heterotopia como utopia). A arqueologia também é recusa da análise causal: “Mas,

⁴⁵⁹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-terceiro aparecimento da presença como existência.

⁴⁶⁰ Problema de tradução: ao invés de “em outra parte” deveria ser “alhures”.

por outro lado, se ela mantém em suspenso semelhante análise causal, (...) é para descobrir o *domínio de existência* e de funcionamento de uma prática discursiva.” (AS, p. 189, grifo nosso) O espaço é o domínio. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: domínio de existência (de uma prática discursiva) – espaço da presença: indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível. A arqueologia é o projeto de descrição de uma história geral:

(...) a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o *domínio* das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; (...) o que ela quer revelar [sic] é o nível *singular* em que a história pode dar *lugar* a tipos *definidos* de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades *diversas*. (AS, p. 189, grifo nosso)⁴⁶¹

O espaço é o domínio (do não-discursivo visível) e o lugar (histórico dos discursos). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e (descrição da) especificidade: nível singular (descrição da especificidade) em que a história (discurso da historicidade como discurso da visão) pode dar lugar (exigência do espaço) a tipos definidos (descrição da especificidade) de discurso que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (multiplicidade) – espaço específico da multiplicidade espacial específica (o discurso da historicidade, como discurso da visão, é exigência do espaço, e a exigência do espaço leva à descrição da especificidade⁴⁶²: visão solitária e soberana como visão minuciosa).

O vigésimo-sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença está localizado no décimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação entre prática discursiva e elaboração científica (ver AS, p. 208)⁴⁶³.

Existe relação entre ciência e saber: “A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar *lugar* (...). As ciências (...) *aparecem* no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo.” (AS, p. 208, grifo nosso) O espaço é o lugar. Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: aparecimento das ciências no saber como lugar (presença no espaço, indissociabilidade entre espaço e presença como permanência no visível). Da relação entre ciência e saber surgem dois tipos de

⁴⁶¹ Problema de tradução: ao invés de “revelar” deveria ser “mostrar”.

⁴⁶² Sobre a importância do espaço e a atenção à especificidade como elementos constitutivos do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto aparecimento da palavra “historicidade”.

⁴⁶³ Ver supra comparativa e complementarmente no «Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença» o trigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

problema. O primeiro: “... que *local* e papel pode ter uma *região* de cientificidade no *território* arqueológico em que se delinea?” (AS, p. 208, grifo nosso) O espaço é o local, a região (de cientificidade) e o território (arqueológico) – emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço para permanência no visível. Depois: “Segundo que ordens e que processos se dá a *emergência* de uma *região* de cientificidade em uma formação discursiva determinada [sic]?” (AS, p. 208, grifo nosso)⁴⁶⁴ O espaço é a região (de cientificidade). Existe relação entre exigência do espaço e necessidade da presença: emergência de uma região de cientificidade em uma formação discursiva dada (presença do espaço, indissociabilidade entre espaço e presença, garantia da visão solitária e soberana como permanência no visível).

Sobre a relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, ver supra também o primeiro e o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade.

Sobre a relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e discurso da visão, há um caso exemplar cujo aparecimento está localizado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da individualização dos enunciados como recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos (ver AS, p. 95-6)⁴⁶⁵.

A individualização dos enunciados é recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos: “... para a análise dos atos de linguagem, [o enunciado] *aparece* como o *corpo visível* no qual eles [os atos de linguagem] se *manifestam*.” (AS, p. 95-6, grifo nosso) O espaço é o corpo (emprego metafórico com preservação do sentido próprio: exigência do espaço para permanência no visível). Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e discurso da visão: aparecimento (do enunciado) como corpo visível no qual se manifestam (os atos de linguagem) – presença no espaço visível. A permanência no visível, ou a visão solitária e soberana, é a necessidade da presença e a exigência do espaço, ou a indissociabilidade entre espaço e presença (a presença é sempre espacial assim como o espaço é sempre presença).

⁴⁶⁴ Problema de tradução: ao invés de “determinada” deveria ser “dada”.

⁴⁶⁵ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o oitavo surgimento da presença como aparecimento. Sobre o enunciado como mais onipresente que a frase, a proposição e o *speech act*, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença.

Sobre a relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e reconhecimento da finitude ou do limite, ver supra o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

Sobre a relação de harmonia entre exigência do espaço e descrição da especificidade (ou de como a exigência do espaço, como visão solitária e soberana ou permanência no visível, leva à descrição da especificidade, como visão minuciosa: o visível é espacial, o visível é específico, logo o espacial é específico), analisaremos onze aparecimentos, de acordo com a cronologia dos fatos, com o intuito de mostrar sua disseminação fundamental⁴⁶⁶.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no oitavo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação metodológica do questionamento imediato das unidades formadas como possibilidade teórica (ver AS, p. 29-30).

Primeiro, o método do questionamento das unidades imediatas:

(...) com que direito [as unidades imediatas] podem reivindicar um *domínio* que as *especifique no espaço* e uma continuidade que a individualize no tempo; (...) e se (...) não são, em sua individualidade aceita e quase institucional, o efeito de *superfície* de unidades mais consistentes.” (AS, p. 30, grifo nosso)

O espaço é o domínio, o próprio espaço e a superfície. Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: domínio específico no espaço (visão solitária e soberana ou permanência no visível como procura da visão específica ou busca da minúcia). Depois, a possibilidade teórica:

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um *espaço* mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria. (AS, p. 30, grifo nosso)

O espaço é o (próprio) espaço (geral – que autoriza a possibilidade teórica). O questionamento das unidades imediatas como necessidade da possibilidade teórica através do recurso à exigência do espaço é uma pedagogia da visão como passagem da aparência ou visão

⁴⁶⁶ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a relação (de harmonia) entre exigência do espaço e descrição da especificidade deveria ser lida conjuntamente com a relação entre necessidade da presença e descrição da especificidade (como relação entre presença e especificidade). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”.

imediate como ilusão à visão específica ou minuciosa que reivindica a exigência do espaço para a permanência no visível⁴⁶⁷.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está situado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da incompatibilidade entre os critérios que permitem definir a identidade de uma proposição e descrever a unidade singular de um enunciado (ver AS, p. 91-2).

Os critérios de identificação da proposição (lógica) são distintos dos critérios de individualização do enunciado:

Pode-se, na verdade, ter dois enunciados perfeitamente distintos que se referem a grupamentos discursivos bem diferentes, onde não se encontra mais que uma proposição, suscetível de um único e mesmo valor, obedecendo a um único e mesmo conjunto de leis de construção e admitindo as mesmas possibilidades de utilização. “Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu” são indiscerníveis do ponto de vista lógico e não podem ser consideradas como duas proposições diferentes. Ora, enquanto enunciados, estas duas formulações não são equivalentes nem intercambiáveis. Não se podem encontrar em um mesmo *lugar* no plano do discurso, nem pertencer exatamente ao mesmo grupo de enunciados. Se encontramos a fórmula “Ninguém ouviu” na primeira linha de um romance, sabe-se, até segunda ordem, que se trata de uma constatação feita seja pelo autor, seja por um personagem (em voz alta ou sob a forma de um monólogo interior); se encontramos a fórmula “É verdade que ninguém ouviu”, só podemos estar em um jogo de enunciados que constitui um monólogo interior, uma discussão muda, uma contestação consigo mesmo, ou um fragmento de diálogo, um conjunto de questões e de respostas. Nos dois casos, trata-se da mesma estrutura proposicional, mas de caracteres enunciativos bastante *distintos*. (AS, p. 91, grifo nosso)

O espaço é o lugar (no plano do discurso). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: os dois enunciados (“Ninguém ouviu” e “É verdade que ninguém ouviu”), indiscerníveis do ponto de vista lógico, não podem ocupar o mesmo lugar (espaço) no plano do discurso porque são caracteres enunciativos bastante distintos (específicos), quer dizer, a exigência do espaço leva à descrição da especificidade (lugar distinto) – o espaço é sempre específico: a visão solitária e soberana (permanência no visível) é visão específica (procura da minúcia).

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no décimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do sujeito do enunciado como lugar determinado e vazio (ver AS, p. 109).

⁴⁶⁷ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A descrição da função enunciativa estabelece que o sujeito do enunciado é um local determinado e vazio:

É um *lugar determinado* e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse *lugar*, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse *lugar* é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. (AS, p. 109, grifo nosso)

O espaço é o lugar (determinado e vazio, variável). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: (sujeito do enunciado como) lugar determinado (espaço específico) – a exigência do espaço leva à descrição da especificidade, permanência no visível como procura da visão minuciosa. A descrição do enunciado necessita da localização da posição do sujeito: “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (...); mas em determinar qual é a *posição* que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (AS, p. 109, grifo nosso)⁴⁶⁸ O espaço é a posição (do sujeito do enunciado) – a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível.

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está situado no sexto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da lei de raridade como reconhecimento da posição singular do enunciado (ver AS, p. 138)⁴⁶⁹.

A análise da lei de raridade dos enunciados é recusa da heterotopia como utopia:

Analisamos os enunciados, não como se estivessem no lugar de outros enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível, mas como estando sempre em seu *lugar próprio*. Recolocamo-los em um *espaço* aberto que seria inteiramente aberto e que não comportaria nenhuma reduplicação. (AS, p. 138, grifo nosso)

O espaço é o lugar (próprio) e o próprio espaço (aberto e sem reduplicação). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: lugar próprio (dos enunciados) – espaço específico (a exigência do espaço, como permanência no visível, leva à descrição da especificidade, como visão minuciosa). Há crítica da utopia: enunciados não estão no lugar

⁴⁶⁸ Sobre a dissociação entre o sujeito do enunciado e o autor da formulação, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sexto aparecimento da relação entre invisível e inaudível e o oitavo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁴⁶⁹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a relação entre permanência no visível como visão específica e exigência do espaço, e sobre a eliminação do invisível como crítica da utopia).

(espaço) de outros (enunciados) caídos abaixo da linha de emergência (presença) possível. “Não há texto embaixo, portanto nenhuma pletora. O *domínio* enunciativo está, inteiro, em sua própria *superfície*. Cada enunciado ocupa aí um *lugar* que só a ele pertence.” (AS, p. 138, grifo nosso) O espaço é o domínio, a superfície e o lugar. Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: cada enunciado ocupa um lugar (espaço) que só a ele pertence (específico) – a exigência do espaço leva à descrição da especificidade assim como a permanência no visível é procura da visão minuciosa. A crítica da utopia é, ao mesmo tempo, a atenção à especificidade:

A descrição não consiste, pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o não-dito cujo lugar ele ocupa; (...) mas, pelo contrário, que *posição singular* ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua *localização*, como ele se isola na *dispersão* geral dos enunciados. (AS, p. 138, grifo nosso)

O espaço é o lugar (ocupado pelo enunciado), a posição (singular), a localização – e a dispersão (geral). Há crítica da utopia: *versus* reconhecimento do não-dito (heterotopia como utopia) cujo lugar (espaço) o dito (enunciado) ocupa. Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: posição singular (do enunciado) – espaço específico (a exigência do espaço, ou permanência no visível, leva à descrição da especificidade, ou procura da visão minuciosa). Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e multiplicidade: posição singular (do enunciado) na dispersão geral (dos enunciados) – espaço específico na multiplicidade (espacial).

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da raridade efetiva dos enunciados (ver AS, p. 139).

A análise da formação discursiva é a procura da raridade efetiva dos enunciados: “... analisar um [sic] formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e determinar-lhe a forma *específica*. É, pois, em um sentido, pesar o ‘valor’ dos enunciados. Esse valor (...) não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; mas caracteriza o *lugar* deles...” (AS, p. 139, grifo nosso)⁴⁷⁰ O espaço é o lugar (dos enunciados). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: lugar específico (a procura da pobreza é a determinação da especificidade que é, por sua vez, a caracterização do espaço, por isso a exigência do espaço como garantia da permanência no visível leva à descrição da especificidade como

⁴⁷⁰ Erro de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

procura da visão minuciosa)⁴⁷¹. Há crítica da utopia: a determinação da especificidade (o “valor” dos enunciados) é recusa da presença de conteúdo secreto (heterotopia, em relação ao espaço específico, que é, na verdade, utopia, devido ao comando do invisível⁴⁷²) – a crítica da utopia é correlativa da atenção à especificidade, quer dizer, a eliminação do invisível é correlativa da permanência no visível como procura da visão específica⁴⁷³.

O sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está situado no décimo-quarto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados no nível do “diz-se” (ver AS, p. 141-2)⁴⁷⁴.

A análise dos enunciados situa-se no nível do “diz-se”: “... o *domínio* do qual certas figuras e certos entrecruzamentos indicam o *lugar singular* de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor.” (AS, p. 141-2, grifo nosso) O espaço é o domínio e o lugar. Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: lugar singular (de um sujeito falante, autor) – a exigência do espaço (permanência no visível) leva à descrição da especificidade (procura da visão minuciosa). O nível do “diz-se” é a exterioridade: “‘Não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer *lugar* [sic]. É considerado, necessariamente, no jogo de uma *exterioridade*.” (AS, p. 142, grifo nosso)⁴⁷⁵ O espaço é o onde (da fala) como exterioridade (exigência do espaço como permanência no visível)⁴⁷⁶. A exterioridade é recusa do *cogito*: “A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala (...) ou se oculta no que diz...” (AS, p. 141) Há crítica da utopia: recusa do *cogito* (interioridade) como heterotopia (em relação ao “diz-se”, exterioridade) que é utopia (não-dito, ocultação)⁴⁷⁷.

⁴⁷¹ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a relação entre permanência no visível e exigência do espaço). Nesse sentido, ver supra também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-nono surgimento da presença como aparecimento.

⁴⁷² Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a eliminação do invisível associada à crítica da utopia).

⁴⁷³ Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁷⁴ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-quinto aparecimento da relação entre visível e audível.

⁴⁷⁵ Problema de tradução: ao invés de “de qualquer lugar” deveria ser “de não importa onde”.

⁴⁷⁶ Sobre a relação entre permanência no visível e exigência do espaço, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁷⁷ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da comparação como limitada e regional (ver AS, p. 181).

A comparação arqueológica é sempre limitada e regional: “A comparação (...) é sempre *limitada e regional*. Longe de querer fazer *aparecerem* formas gerais, a arqueologia procura *desenhar configurações singulares*.” (AS, p. 181, grifo nosso) O espaço é a região e (o desenho das) configurações (singulares). Existe relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, (necessidade da) presença e (reconhecimento do) limite: aparecimento de regiões (configurações) limitadas e singulares (presença do espaço limitado e específico: a necessidade da presença e a exigência do espaço, indissociabilidade entre espaço e presença, associadas ao reconhecimento do limite, levam à descrição da especificidade, quer dizer, a permanência no visível como procura da visão específica, ligada ao reconhecimento do limite, autoriza a visão absoluta ou total – da especificidade⁴⁷⁸). Trata-se “... de fazer *aparecer* um conjunto bem determinado de formações discursivas, que têm entre si um certo número de relações descritíveis. Essas relações não extrapolam para *domínios* limítrofes, (...) e só têm valor no *domínio* que se encontra *especificado*.” (AS, p. 181, grifo nosso) O espaço é o domínio (limítrofe e especificado). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: (relações só têm valor no) domínio especificado – espaço específico: a exigência do espaço leva à descrição da especificidade (permanência no visível como procura da visão minuciosa). Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e (necessidade da) presença: aparecimento de domínio especificado (presença do espaço específico: a indissociabilidade entre espaço e presença – permanência no visível – leva à descrição da especificidade – busca da visão minuciosa)⁴⁷⁹.

O oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está situado no quarto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da definição de uma configuração particular (ver AS, p. 181-2).

A análise arqueológica é recusa da caracterização do espírito da época:

Isso [uniformidade total das relações descritas] seria, com efeito, a prova de que eu não teria descrito, como pretendi fazê-lo, uma *região de*

⁴⁷⁸ Sobre a autorização da visão absoluta ou total (ou sobre a possibilidade da visibilidade absoluta ou total) da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁷⁹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento.

interpositividade; teria caracterizado o espírito (...) de um [sic] época – contra o que todo meu trabalho se voltou. As relações que descrevi valem para definir uma configuração particular; não são signos para descrever, em sua totalidade, a fisionomia de uma cultura. (AS, p. 182, sublinhado nosso)⁴⁸⁰

O espaço é a região (de interpositividade) e a configuração (particular). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: região de interpositividade (espaço da multiplicidade). Há crítica da utopia: recusa da caracterização do espírito de uma época ou da fisionomia de uma cultura: emprego metafórico (espírito) com preservação do sentido próprio (utopia) que remete ao comando do invisível (o espírito é utopia porque invisível). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: configuração particular (espaço específico: a exigência do espaço leva à descrição da especificidade, permanência no visível como procura da visão minuciosa). A crítica da utopia é correlativa da atenção à especificidade⁴⁸¹.

O nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no décimo-quarto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da inscrição e do funcionamento de uma ciência no elemento do saber (ver AS, p. 208-9).

A ciência está relacionada ao saber: “A ciência (ou o que passa por tal) localiza-se em um *campo* de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações.” (AS, p. 209, grifo nosso) O espaço é o campo (de saber). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade: o papel da ciência localizada no campo do saber (espaço) varia conforme as diferentes formações discursivas (multiplicidade no espaço) e de acordo com suas mutações (multiplicidade no tempo) – espaço da multiplicidade no tempo.

Encontra-se uma relação *específica* entre ciência e saber em toda formação discursiva; a análise arqueológica, ao invés de definir entre eles uma relação de exclusão ou de subtração (buscando a parte do saber que se furta e resiste ainda à ciência, e a parte da ciência que ainda está comprometida pela vizinhança e influência do saber), deve mostrar, positivamente, como uma ciência se inscreve e funciona no *elemento* do saber. (AS, p. 209, grifo nosso)

O espaço é o elemento (do saber). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: a ciência se inscreve (e funciona) no elemento do saber através de uma relação específica (em cada formação discursiva) – espaço da especificidade: a exigência do espaço,

⁴⁸⁰ Erro de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

⁴⁸¹ Sobre a crítica da utopia correlativa da atenção à especificidade como eliminação do invisível correlativa da permanência no visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

como permanência no visível, leva à descrição da especificidade, como procura da visão minuciosa, ou a visão solitária e soberana é a visão específica.

O décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está situado no trigésimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “f”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do saber político na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas (ver AS, p. 220-1).

A análise do saber político pode ter outra direção, diferente da *episteme*: “Em lugar de analisá-lo [o saber político] – o que é sempre possível – na direção da *episteme* a que pode dar lugar, analisaríamos esse saber na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas.” (AS, p. 220, sublinhado nosso) O espaço é o lugar (saber político pode dar lugar a *episteme*). O saber político analisado na direção das lutas é uma prática específica: “Inscreve-se [o saber político], logo de início, no *campo* das diferentes práticas em que encontra, ao mesmo tempo, sua *especificação*, suas funções e a rede de suas dependências.” (AS, p. 221, grifo nosso) O espaço é o campo (das diferentes práticas). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: o saber político encontra no campo das diferentes práticas especificação (espaço da especificidade: a exigência do espaço como permanência no visível leva à descrição da especificidade como procura da visão minuciosa)⁴⁸². Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e multiplicidade: o saber político encontra no campo das diferentes práticas sua especificação – especificidade no espaço da multiplicidade (a diferença é multiplicidade e especificidade⁴⁸³). A relação da prática discursiva e do saber com os comportamentos e as estratégias autoriza a elaboração teórica: a questão seria “... mostrar como se formaram uma prática discursiva e um saber (...) que estão envolvidos em comportamentos e estratégias, que dão *lugar* a uma teoria (...) e que operam a interferência e a mútua transformação de uns e outros.” (AS, p. 221, grifo nosso) O espaço é o lugar (saber e prática dão lugar a uma teoria).

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade está localizado no décimo-quinto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como localização da arqueologia entre outros discursos constituídos (ver AS, p. 235-6).

⁴⁸² Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-quinto surgimento da presença como aparecimento.

⁴⁸³ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”. Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

A arqueologia está situada entre outros discursos constituídos:

Se situo a arqueologia entre outros tantos discursos que já estão constituídos (...) não é para dar-lhe um *lugar* definitivamente delineado em uma constelação imóvel; mas para revelar [sic], com o arquivo, as formações discursivas, as positivities, os enunciados e suas condições de formação, um *domínio específico* que não constitui, ainda, objeto de nenhuma análise (pelo menos no que ele pode ter de *particular* e de *irredutível* às interpretações e às formalizações); mas nada me garante antecipadamente – no *ponto de demarcação* ainda rudimentar em que estou agora – que ele permanecerá estável e *autônomo*. (AS, p. 235, grifo nosso)⁴⁸⁴

O espaço é o lugar (em uma constelação imóvel), o domínio (específico, particular, irredutível e autônomo) e o ponto (de demarcação). Existe relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade: arqueologia como domínio específico (ou particular, irredutível e autônomo) – a exigência do espaço (permanência no visível) leva à descrição da especificidade (procura da visão minuciosa). Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e (necessidade da) presença: surgimento de domínio específico (a exigência do espaço e a necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, levam à descrição da especificidade, quer dizer, a permanência no visível como visão solitária e soberana é a necessidade de ver mais com maior minúcia como procura da visão específica). O questionamento da localização (e da identidade) da arqueologia autoriza a elaboração de hipótese: assim, talvez a arqueologia permita

(...) situar o *lugar* de entrecruzamento entre uma teoria geral da produção e uma análise gerativa dos enunciados. Poderia ser revelado (...) que a arqueologia é o nome dado a uma certa parte da conjuntura teórica de hoje [1969]. Se esta conjuntura dá *lugar* a uma disciplina individualizável, cujos primeiros caracteres e limites globais se esboçariam aqui, ou se ela suscita um feixe de problemas cuja coerência atual não impede que possam ser, mais tarde, retomados em outra *situação* [sic], de modo diferente, em um nível mais elevado ou segundo métodos diversos, isso eu não saberia dizer no momento. (AS, p. 236, grifo nosso)⁴⁸⁵

O espaço é o lugar (de entrecruzamento e como disciplina individualizável) e alhures (de um feixe de problemas).

Sobre a relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade, ver supra também o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

Sobre a relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e identificação da efetividade, ver supra o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade.

⁴⁸⁴ Problema de tradução: ao invés de “para revelar” deveria ser “para fazer surgir”.

⁴⁸⁵ Problema de tradução: ao invés de “em outra situação” deveria ser “alhures”.

Sobre a relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, reconhecimento do limite ou da finitude e identificação da efetividade, ver supra o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade.

Sobre a relação de harmonia entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença (ou de como a indissociabilidade entre presença e espaço, garantia da permanência no visível como visão solitária e soberana, leva à descrição da especificidade, como procura da visão específica como necessidade de ver com maior minúcia: o visível é presença e espaço, o visível é especificidade, logo a presença e o espaço são especificidade), analisaremos seis aparecimentos de acordo com a cronologia dos fatos⁴⁸⁶.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está localizado no décimo-segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da articulação de descrições dos sistemas das relações primárias ou reais, secundárias ou reflexivas e discursivas (ver AS, p. 52).

As relações discursivas são distintas das relações primárias ou reais e secundárias ou reflexivas:

Assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das *relações primárias* ou *reais*, sistema das *relações secundárias* ou *reflexivas*, e sistema das *relações* que podem ser chamadas propriamente de *discursivas*. O problema é fazer com que apareça a especificidade dessas últimas e seu jogo com as outras duas. (AS, p. 52, sublinhado nosso)⁴⁸⁷

O espaço é o próprio espaço (articulado de descrições possíveis). Existe relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: aparecimento da especificidade do espaço das relações discursivas (presença do espaço da especificidade: a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade, permanência no visível como procura da visão minuciosa).

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está situado no décimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A**

⁴⁸⁶ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, a relação (de harmonia) entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença deveria ser lida conjuntamente com a relação da indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço com a descrição da especificidade (como relação entre presença, espaço e especificidade). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”.

⁴⁸⁷ As relações primárias ou reais representam a visibilidade não-discursiva, as relações secundárias ou reflexivas, a visibilidade discursiva como aparência, e as relações discursivas, a visibilidade (discursiva) como especificidade. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o primeiro aparecimento da tipologia da visibilidade

arqueologia do saber. Seu contexto é a análise do campo associado do enunciado como uma trama complexa (ver AS, p. 112-3).

A função enunciativa exige do enunciado a existência de um campo associado:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado (...) forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (...). É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (...). É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica (...). É constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro (...) (AS, p. 112-3, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (associado) – formado pelos enunciados atuais (presentes), anteriores (passados), posteriores (futuros) e estatutários – e o lugar (junto às formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: campo associado do enunciado (formado por outros enunciados), lugar (do enunciado) junto às formulações cujo *status* é compartilhado – espaço da multiplicidade. “Pode-se dizer, de modo geral que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um *campo* enunciativo em que *apareça* como elemento *singular*.” (AS, p. 113, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo). Existe relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: aparecimento (do enunciado) como elemento singular em um campo (enunciativo) – presença da especificidade no espaço: a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade: visão solitária e soberana como visão específica⁴⁸⁸.

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está localizado no vigésimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo enunciativo (ver AS, p. 113-4).

O enunciado está inserido em um campo enunciativo: “De início, desde sua raiz, ele [o enunciado] se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual.” (AS, p. 113, sublinhado

⁴⁸⁸ Ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

nosso) O espaço é a raiz e o lugar (do enunciado), e o campo (enunciativo): novamente, utilização de metáfora arbórea (raiz) com preservação do sentido próprio (espaço) para mostrar importância da exigência do espaço para a permanência no visível como visão solitária e soberana. Existe relação entre exigência do espaço e tempo: o enunciado tem lugar em um campo enunciativo (espaço) que lhe apresenta relações com o passado e com o futuro (tempo).

Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um *campo de coexistências*, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) *figura em um ponto definido, com uma posição determinada*, em um jogo enunciativo que a extrapola. (AS, p. 114, grifo nosso)

O espaço é o campo (de coexistências), o ponto (definido) e a posição (determinada). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: campo de coexistências (do enunciado) – espaço de presença da multiplicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível. Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: o enunciado figura (presença) em um ponto (espaço) definido (especificidade) – presença no espaço da especificidade: a indissociabilidade entre espaço e presença (visão solitária e soberana) leva à descrição da especificidade (visão minuciosa).

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está situado no vigésimo-oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **Arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo de utilização do enunciado (para a manutenção ou a variação de sua identidade) – ver AS, p. 120.

A manutenção ou a variação da identidade do enunciado é função do seu campo de utilização: “A constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do *campo de utilização* no qual ele se encontra inserido.” (AS, p. 120, sublinhado nosso) O espaço é o campo (de utilização). Existe relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: manutenção (ou variação) da identidade do enunciado através dos acontecimentos (presença) singulares (especificidade) é função do campo (espaço) de utilização – presença da especificidade no espaço: a

indissociabilidade entre espaço e presença (permanência no visível) leva à descrição da especificidade (procura da visão minuciosa)⁴⁸⁹.

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está localizado no sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não oculto (ver AS, p. 126)⁴⁹⁰.

O enunciado é não oculto:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, (...) o que é para elas o fato de terem *aparecido* – e nenhuma outra *em seu lugar*. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na *evidência da linguagem efetiva*. (AS, p. 126, grifo nosso)

O espaço é o lugar (das coisas ditas). Há crítica da utopia: recusa da interpretação como procura do não-dito (abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas) escondido ou recoberto pelo dito – busca do outro lugar, heterotopia, como utopia, não-lugar⁴⁹¹. Existe relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: aparecimento das coisas ditas em seu lugar – presença (única) no espaço específico: a necessidade da presença e a exigência do espaço (indissociabilidade entre espaço e presença) levam à descrição da especificidade: visão solitária e soberana (permanência no visível) como procura da visão específica (necessidade de ver com maior minúcia). Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, necessidade da presença e (identificação da) efetividade: aparecimento das coisas ditas em seu lugar como evidência da linguagem efetiva

⁴⁸⁹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como acontecimento (sobre a diferença entre enunciação e enunciado).

⁴⁹⁰ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁴⁹¹ Sobre a crítica da utopia como eliminação do invisível que domina o visível, ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da utopia como crítica da ausência que comanda a presença, ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sétimo aparecimento da crítica da ausência.

– presença no espaço da especificidade como efetividade⁴⁹²: a visão solitária e soberana é permanência no visível como procura da visão específica e/ou identificação da efetividade⁴⁹³.

O sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença está situado no décimo-quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como relação da arqueologia com teorias que respondem a critérios de rigor (ver AS, p. 234-5).

A arqueologia tem relação com teorias que respondem a critérios de rigor:

(...) as descrições arqueológicas, em seu desenrolar e nos campos que percorrem, articulam-se com outras disciplinas: procurando definir, fora de qualquer referência a uma subjetividade psicológica ou constituinte, as diferentes posições de sujeito que os enunciados podem implicar, a arqueologia atravessa uma questão que é colocada (...) pela psicanálise; (...) estudando a formação dos objetos, os campos nos quais emergem e se especificam, estudando também as condições de apropriação dos discursos, se depara com a análise das formações sociais. Trata-se, para a arqueologia, de *espaços correlativos*. (AS, p. 235, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (percorrido pela arqueologia e de emergência dos objetos), a posição (de sujeito) e o próprio espaço (correlativo). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: diferentes posições de sujeito (múltiplos espaços – a diferença é multiplicidade⁴⁹⁴). Há relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença: campos de emergência e de especificação dos objetos – espaço da presença e da especificidade: a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade (visão solitária e soberana como visão minuciosa)⁴⁹⁵.

Sobre a relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença, ver supra também o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade, o segundo, o sexto, o nono e o vigésimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o sétimo e o décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

Sobre a relação de harmonia entre exigência do espaço, descrição da especificidade, necessidade da presença e identificação da efetividade (ou de como a indissociabilidade entre espaço e presença, como permanência no visível ou visão solitária e soberana, ou

⁴⁹² Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-primeiro aparecimento da presença como existência (sobre a presença no espaço da efetividade como procedimento epistemológico-metodológico da história).

⁴⁹³ Sobre a permanência no visível, ou identificação da efetividade, como visão solitária e soberana, ou procura da visão específica, ver supra comparativamente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁴⁹⁴ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

⁴⁹⁵ Ver supra complementar e comparativamente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-nono surgimento da presença como aparecimento.

identificação da efetividade, leva à descrição da especificidade, como procura da visão minuciosa, ou identificação da efetividade: o visível é presença e espaço, o visível é efetivo, o visível é especificidade, logo o efetivo é específico), há um aparecimento localizado no quinto parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do estabelecimento da regularidade dos enunciados (ver AS, p. 164-5).

A arqueologia procura estabelecer a regularidade dos enunciados: “A regularidade (...) *especifica um campo efetivo de aparecimento.*” (AS, p. 165, grifo nosso) O espaço é o campo. Existe relação entre exigência do espaço, necessidade da presença, descrição da especificidade e identificação da efetividade: especificação de um campo efetivo de aparecimento – o espaço da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, como permanência no visível, ou a identificação da efetividade, leva à descrição da especificidade, como procura da visão minuciosa⁴⁹⁶.

Sobre a relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, necessidade da presença e identificação da efetividade, ver supra também o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

Sobre a relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, necessidade da presença e reconhecimento do limite ou da finitude, ver supra o sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

Relações do espaço com o discurso da miscigenação⁴⁹⁷

O espaço, como elemento do discurso da visão (exigência do espaço), possui relação de conflito com os outros elementos do discurso da historicidade, relação, multiplicidade, tempo (e guerra) – constituição do discurso da miscigenação -, quer dizer, há dominação do discurso da visão através da exigência do espaço em referência à subordinação do discurso da miscigenação (constituição do discurso da historicidade)⁴⁹⁸, daí por que a exigência do espaço

⁴⁹⁶ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento.

⁴⁹⁷ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença (para o discurso da visão e) em referência ao discurso da miscigenação, as “Relações do espaço com o discurso da miscigenação” deveriam ser lidas conjuntamente com as “Relações da presença com o discurso da miscigenação”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação”, e também “Terminologia da presença”.

⁴⁹⁸ Lembremos que a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ou inversão da ideia de senso comum de história, tem por objetivo a eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (como

cumprir a função de permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo (e da guerra).

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço e multiplicidade (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade: o visível é espacial, se o múltiplo for espacial, então a multiplicidade será visível), analisaremos onze aparecimentos, mediante a cronologia dos fatos, a fim de mostrar sua disseminação essencial⁴⁹⁹.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no décimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação e a análise da terceira consequência da crítica do documento, o tema e a possibilidade de uma história geral (*versus* uma história global) – ver AS, p. 11-2.

A história geral é a análise da multiplicidade (constituição das séries): “O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre (...) [as] diferentes séries...” (AS, p. 11)⁵⁰⁰ A história global, ao contrário, é a descrição da unificação (redução da multiplicidade à unidade):

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão – o que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época. (AS, p. 11)

A diferença entre história geral e história global permite entender a oposição entre espaço e utopia: “Uma história global cinge todos os fenômenos em torno de *um centro único* – princípio, significação, *espírito*, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, *o espaço de uma dispersão*.” (AS, p. 12, grifo nosso) O espaço é o

o discurso da historicidade como discurso da visão é o avesso do discurso da metafísica como discurso do invisível, a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação é o fim da possibilidade de dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação). Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “O discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia”, “O funcionamento do discurso da historicidade”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, principalmente “Sobre a presença”, “Terminologia da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

⁴⁹⁹ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença (para o discurso da visão e) em referência ao discurso da miscigenação, a relação (de conflito) entre exigência do espaço e multiplicidade deveria ser lida conjuntamente com a relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento da multiplicidade (como relação entre presença e multiplicidade). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação”.

⁵⁰⁰ Sobre a história geral como vontade de visibilidade absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

próprio espaço, como dispersão – existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: o espaço é múltiplo, local da multiplicidade: a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade⁵⁰¹. Há crítica da utopia: a crítica da história global é a recusa da unificação (redução da multiplicidade à unidade) como remissão do espaço da multiplicidade (visível) à utopia da unidade (invisível)⁵⁰².

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está situado no quarto parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da unidade de um discurso como formulação da lei de repartição de seus objetos (ver AS, p. 37)⁵⁰³.

A constatação da multiplicidade dos objetos desautoriza a busca da unidade de um discurso através da unidade de um objeto: “Assim, a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo *espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam*, e não pela permanência e singularidade de um objeto.” (AS, p. 37, grifo nosso) O espaço é o (próprio) espaço. Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: espaço onde diversos (multiplicidade) objetos se perfilam – espaço da multiplicidade: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade. Há relação entre exigência do espaço, multiplicidade e tempo: espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam (tempo) – espaço da multiplicidade temporal: a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade (e do tempo). “... definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a *dispersão* desses objetos, apreender todos os *interstícios* que os separam, medir as *distâncias* que reinam entre eles – em outras palavras, formular sua lei de *repartição*.” (AS, p. 37, grifo nosso) O espaço é a dispersão, o interstício, a distância e a repartição – há relação entre exigência do espaço e multiplicidade: o espaço é múltiplo, local de dispersão ou repartição dos objetos (a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível da multiplicidade).

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no décimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da

⁵⁰¹ Ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro aparecimento da palavra “historicidade” (sobre a importância da existência do espaço e da necessidade da multiplicidade para o discurso da historicidade).

⁵⁰² Sobre a história global como dominação do invisível em relação à subordinação do visível, e sobre a história geral como eliminação do invisível e permanência no visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁰³ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo surgimento da presença como aparecimento.

segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de formação discursiva e de regras de formação (ver AS, p. 43-4).

A definição de formação discursiva estabelece a importância da multiplicidade:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão [detectar uma regularidade entre os elementos: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas], e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...) (AS, p. 43, sublinhado nosso)

O espaço é a dispersão – existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: espaço múltiplo, local da dispersão – e a posição (a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade). Há relação entre a formação discursiva e a definição de regras de formação:

Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (AS, p. 43-4, sublinhado nosso)⁵⁰⁴

O espaço é a repartição – existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: espaço múltiplo, local de repartição (a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade).

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está situado no primeiro parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da busca da lei das enunciações diversas (ver AS, p. 57).

A formação das modalidades enunciativas é a busca da lei das enunciações diversas: “Seria necessário encontrar a lei de todas (...) [as] enunciações *diversas* e o *lugar* de onde vêm.” (AS, p. 57, grifo nosso) O espaço é o lugar (de onde vêm as enunciações). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: lugar de onde vêm as enunciações diversas – espaço da multiplicidade: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade.

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades

⁵⁰⁴ Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da presença como existência.

enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição dos lugares institucionais de obtenção do discurso (ver AS, p. 58-9).

A busca do local das enunciações diversas estabelece a necessidade da descrição dos lugares institucionais de obtenção do discurso: “É preciso descrever (...) os [diversos] *lugares* institucionais de onde o (...) [sujeito] obtém seu discurso...” (AS, p. 58) O espaço é o lugar (institucional). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: diversos lugares (institucionais de obtenção do discurso) – múltiplos espaços, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço é a permanência no visível da multiplicidade.

O sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está situado no sétimo parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do regime das enunciações de uma formação discursiva (ver AS, p. 61-2).

As diversas modalidades de enunciação atestam a dispersão do sujeito:

Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de *um* sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. (AS, p. 61, sublinhado nosso)

O espaço é a dispersão (do sujeito), o lugar (diversos lugares de dispersão), a posição (diversas posições de dispersão) e o plano (descontinuidade dos planos). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: diversos lugares de dispersão do sujeito (múltiplos espaços, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade). Há relação entre exigência do espaço, multiplicidade e (necessidade da) presença: diversas modalidades de enunciação (multiplicidade) manifestam (presença) dispersão do sujeito nos diversos (multiplicidade) lugares (espaço) e nas diversas (multiplicidade) posições (espaço) – presença da multiplicidade no espaço múltiplo: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade. “Renunciaremos, pois, a *ver* no discurso um fenômeno de expressão – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar [sic]; nele buscaremos antes um *campo* de regularidade *para diversas posições* de subjetividade.” (AS, p. 61, grifo nosso)⁵⁰⁵ O espaço é o campo (discurso) e a posição (de subjetividade). Há crítica da utopia: renúncia do fenômeno de expressão como se o discurso fosse a tradução verbal de uma síntese (função unificante: redução da multiplicidade à unidade) realizada alhures (sujeito transcendental ou

⁵⁰⁵ Problema de tradução: ao invés de “em algum outro lugar” deveria ser “alhures”.

subjetividade psicológica como outro lugar, alhures, heterotopia, que é, na verdade, não-lugar, nenhures, utopia, porque invisível – e ausente)⁵⁰⁶. Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: discurso como campo (de regularidade) para diversas posições (de subjetividade) – espaço da multiplicidade, espaço como multiplicidade (a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível da multiplicidade). “O discurso (...) é (...) um conjunto em que podem ser determinadas a *dispersão* do sujeito e sua *descontinuidade* em relação a si mesmo. É um *espaço de exterioridade* em que se desenvolve uma rede de *lugares distintos*.” (AS, p. 61-2, grifo nosso) O espaço é o discurso como dispersão (e descontinuidade), o próprio espaço (de exterioridade) e o lugar (lugares distintos). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: discurso como dispersão (e descontinuidade) do sujeito e/ou como espaço de exterioridade (crítica da utopia como recurso à interioridade, não-lugar, alhures, unificante) em que se desenvolve uma rede de lugares distintos – espaço da multiplicidade e espaço como multiplicidade: a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível da multiplicidade.

O sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no décimo-primeiro parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição da análise das formações discursivas através das relações pré-discursivas (ver AS, p. 84-5).

As relações pré-discursivas pertencem ao discurso:

(...) [as] relações [múltiplas], por mais que se esforcem para não serem a própria trama do texto, não são, por natureza, estranhas ao discurso. Pode-se mesmo qualificá-las de “pré-discursivas”, mas com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo, isto é, que elas não especificam um pensamento, uma consciência ou um conjunto de representações que seriam, mais tarde, e de uma forma jamais inteiramente necessária, transcritas em um discurso, mas que caracterizam certos níveis do discurso, definem regras que ele atualiza enquanto prática singular. *Não procuramos, pois, passar do texto ao pensamento, da conversa ao silêncio, do exterior ao interior, da dispersão espacial ao puro recolhimento do instante, da multiplicidade superficial à unidade profunda. Permanecemos na dimensão do discurso.* (AS, p. 84-5, grifo nosso)

O espaço é o discurso, o texto, a conversa (audível que remete, em última instância, ao visível⁵⁰⁷), o exterior, a dispersão (espacial) e a superfície. Há crítica da utopia: recusa de identificação das relações pré-discursivas com o pensamento, a consciência ou um conjunto

⁵⁰⁶ Sobre a crítica da utopia como recusa da aliança entre invisível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁵⁰⁷ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre invisível e inaudível (sobre a aliança entre visível e audível como remissão deste àquele).

de representações (não-lugar, utopia) e da passagem do espaço visível e presente (texto, conversa, exterior, dispersão espacial, multiplicidade superficial) à heterotopia como utopia, ausente e invisível (pensamento, silêncio, interior, puro recolhimento do instante, unidade profunda)⁵⁰⁸. Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: discurso como dispersão espacial e multiplicidade superficial (espaço da multiplicidade, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço é a permanência no visível da multiplicidade). A oposição entre multiplicidade superficial e unidade profunda mostra que a permanência na superfície (espaço) é a apologia da visão (solitária e soberana) da multiplicidade, enquanto a recusa da profundidade (utopia) é crítica do invisível (que comanda o visível) da unidade (que governa a multiplicidade)⁵⁰⁹.

O oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está situado no oitavo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da distinção entre analogia linguística, identidade lógica e homogeneidade enunciativa (ver AS, p. 166-7).

As regularidades enunciativas não se apresentam de maneira definitiva:

Temos, portanto, campos homogêneos de regularidades enunciativas (eles caracterizam uma formação discursiva), mas tais campos são diferentes entre si. Ora, não é necessário que a passagem a um novo campo de regularidades enunciativas seja acompanhada de mudanças correspondentes em todos os outros níveis dos discursos. Podemos encontrar performances verbais que são idênticas do ponto de vista da gramática (vocabulário, sintaxe, e, de uma maneira geral, a língua); que são igualmente idênticas do ponto de vista da lógica (estrutura proposicional, ou sistema dedutivo no qual se encontra situado); mas que são *enunciativamente* diferentes. (AS, p. 166, sublinhado nosso)

O espaço é o campo (de regularidade enunciativa). Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: campos homogêneos de regularidades enunciativas diferentes entre si (espaços múltiplos, espaço da multiplicidade, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade – a diferença é multiplicidade⁵¹⁰).

O nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no quinto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como efeito multiplicador (ver AS, p. 182-3).

⁵⁰⁸ Sobre a crítica da utopia como jogo de dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível audível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁵⁰⁹ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁵¹⁰ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra, sobretudo no “Prólogo – Discurso da historicidade”, todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

A arqueologia tem um efeito multiplicador:

[As] (...) redes [interdiscursivas] não são, pois, em número previamente definido, só a prova da análise pode mostrar se existem e quais existem (isto é, quais são suscetíveis de serem descritas). Além disso, cada formação discursiva não pertence (de qualquer forma não pertence necessariamente) a um único desses sistemas, mas entra simultaneamente em *diversos campos* de relações em que não ocupa o mesmo *lugar* e não exerce a mesma função (...) (AS, p. 183, grifo nosso)⁵¹¹

O espaço é o campo e o lugar. Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: diversos (multiplicidade) campos (espaço) de relações em que há variação de lugar (espaço) – múltiplos espaços e espaços múltiplos (a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade)⁵¹².

O décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está situado no décimo-segundo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da distinção entre os domínios científicos e os territórios arqueológicos (ver AS, p. 207-8).

Existe distinção entre domínio científico e território arqueológico: é necessário “... distinguir com cuidado os *domínios científicos* e os *territórios arqueológicos*: seu recorte e seus princípios de organização são completamente diferentes.” (AS, p. 207) O espaço é o domínio (científico) e o território (arqueológico). O domínio de cientificidade é restrito:

Só pertencem a um domínio de cientificidade as proposições que obedecem a certas leis de construção; afirmações que tivessem o mesmo sentido, que dissessem a mesma coisa, que fossem tão verdadeiras quanto elas, mas que não se prendessem à mesma sistematicidade, seriam excluídas desse domínio (...) (AS, p. 207)

O território arqueológico é múltiplo: “Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas.” (AS, p. 208) Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: os territórios arqueológicos (espaço) atravessam textos literários, filosóficos, científicos (multiplicidade) – espaços múltiplos, espaço da multiplicidade, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da multiplicidade.

⁵¹¹ Ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-segundo aparecimento da presença como existência (sobre a necessidade da presença como permanência no visível).

⁵¹² Sobre o apelo à multiplicidade como procura da visão específica ou busca da minúcia, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade está localizado no décimo-segundo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como busca da identidade do discurso através das diferenciações (ver AS, p. 232-3).

À questão do estabelecimento da identidade de seu discurso, história ou filosofia⁵¹³, Foucault dá uma dupla resposta, ao mesmo tempo crítica e afirmativa: “... meu discurso, longe de determinar o *lugar de onde fala*, evita o *solo* em que se poderia apoiar. É um discurso sobre discursos, mas não pretende neles encontrar uma *lei oculta*, uma *origem recoberta* que só faltaria libertar...” (AS, p. 233, grifo nosso) O espaço é o lugar (da fala, o discurso) e o solo (emprego metafórico, com preservação do sentido próprio, para indicação da recusa de certo espaço como crítica da utopia: *versus* procura de lei oculta ou origem recoberta, o outro lugar, heterotopia, como não-lugar, utopia, porque invisível⁵¹⁴). “Trata-se de desenvolver uma *dispersão* que nunca se pode conduzir a um sistema único de diferenças, e que não se relaciona a eixos absolutos de referência; trata-se de operar um descentramento que não permite privilégio a nenhum centro.” (AS, p. 233, grifo nosso) O espaço é a dispersão – há relação entre exigência do espaço e multiplicidade: discurso como dispersão (espaço como local da multiplicidade: a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível da multiplicidade).

Ao invés de [sic] percorrer o campo dos discursos para refazer, por sua conta, as totalizações suspensas, ao invés de [sic] procurar, no que foi dito, o *outro* discurso oculto, que permanece o *mesmo* (ao invés, portanto, de [sic] ele fazer, sem interrupção, de *alegoria* e de *tautologia*), opera sem cessar as diferenciações: *é diagnóstico*. (AS, p. 233, sublinhado nosso)⁵¹⁵

O espaço é o campo (dos discursos – do que foi dito). Há crítica da utopia: recusa da procura do outro discurso oculto, alegoria (heterotopia como utopia)⁵¹⁶. Existe relação entre exigência do espaço e multiplicidade: campo dos discursos (espaço) como operação das diferenciações (multiplicidade) – espaço da multiplicidade, espaço como multiplicidade: a exigência do espaço garante a permanência no visível da multiplicidade (a diferença é multiplicidade⁵¹⁷).

⁵¹³ Ver o décimo-primeiro parágrafo da “Conclusão”: AS, p. 232.

⁵¹⁴ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o vigésimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵¹⁵ Problema de tradução: em vez de “ao invés de” deveria ser “em lugar de”.

⁵¹⁶ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o vigésimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵¹⁷ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra, sobretudo no “Prólogo – Discurso da historicidade”, todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

Sobre a relação entre exigência do espaço e multiplicidade, ver supra também o único aparecimento da relação entre exigência do espaço e discurso da visão, o vigésimo e o vigésimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade, o segundo e o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença (ou de como a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade: o visível é espaço e presença, se o múltiplo for espaço e presença, então a multiplicidade será visível), analisaremos cinco aparecimentos de acordo com a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença está localizado no décimo-oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da formação dos objetos de um discurso como oposição à análise linguística da significação (ver AS, p. 55).

A descrição da formação dos objetos discursivos é recusa da análise linguística da significação:

A análise dos conteúdos léxicos define tanto os elementos de significação de que dispõem os sujeitos falantes, em uma dada época, como a estrutura semântica que aparece na *superfície* dos discursos já pronunciados; ela não se refere à prática discursiva como *lugar* onde se forma ou [sic] se deforma, *onde aparece e se apaga uma pluralidade emaranhada* – ao mesmo tempo superposta e lacunar – *de objetos*. (AS, p. 55, grifo nosso)⁵¹⁸

O espaço é a superfície (dos discursos) e o lugar (prática discursiva). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: prática discursiva como lugar (espaço) onde aparece (presença) uma pluralidade (multiplicidade) de objetos – presença da multiplicidade no espaço: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença está situado no primeiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da busca da lei de emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes (ver AS, p. 63).

⁵¹⁸ Problema de tradução: ao invés de “ou” deveria ser “e”.

Primeiro, há a constatação do aparecimento de múltiplos conceitos que, por sua vez, permite o seguinte questionamento: “Será preciso abandonar essa *dispersão* à *aparência* de sua desordem?” (AS, p. 63, grifo nosso) Depois, existe uma alternativa à aparência de dispersão (presença da multiplicidade): “Não se poderia encontrar uma lei que desse conta da *emergência sucessiva ou simultânea* de conceitos *discordantes*?” (AS, p. 63, grifo nosso) A busca desta lei de emergência sucessiva ou simultânea de conceitos discordantes (presença temporal da multiplicidade) autoriza o seguinte projeto descritivo: “... seria necessário descrever a organização do *campo* de enunciados em que *aparecem* e circulam [os conceitos discordantes].” (AS, p. 63, grifo nosso) O espaço é o campo (dos enunciados). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: aparecimento de conceitos discordantes ou dispersos no campo de enunciados (presença da multiplicidade no espaço: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade)⁵¹⁹.

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença está localizado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível pré-conceitual (ver AS, p. 66-7).

A descrição do sistema de formação conceitual estabelece uma dispersão: “Tal análise refere-se, pois, em um nível de certa forma *pré-conceitual*, ao campo em que os conceitos podem coexistir [dispersão] e às regras às quais esse campo está submetido.” (AS, p. 67, sublinhado nosso) O espaço é o campo (de coexistência dos conceitos). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: campo de coexistência dos conceitos (dispersos) – espaço da presença da multiplicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença assegura a permanência no visível da multiplicidade⁵²⁰.

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença está situado no décimo-quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição dos enunciados como individualização das formações discursivas (ver AS, p. 133-4).

Primeiro, a descrição dos enunciados:

⁵¹⁹ Sobre a permanência no visível (aparecimento dos conceitos discordantes no campo dos enunciados) como visibilidade discursiva imanente, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da tipologia da visibilidade.

⁵²⁰ Sobre a permanência no visível (pré-conceitual) como visibilidade discursiva imanente e anônima, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quarto aparecimento da tipologia da visibilidade.

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apóia em conjuntos de signos, (...) que requer, para se realizar, (...) um sujeito (não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); um campo associado (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); uma materialidade (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização). (AS, p. 133, sublinhado nosso)

O espaço é a posição (subjéitiva ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes), o campo (associado) como domínio (de coexistência para outros enunciados) e a materialidade. Há crítica da utopia: o sujeito não é a consciência que fala (outro lugar como não-lugar, utopia, porque invisível) – mas também não é o autor da formulação (outro lugar como espaço visível não-discursivo). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: campo associado como domínio de coexistência – espaço da presença da multiplicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade. Depois, a formação discursiva. A descrição da formação discursiva é a constituição de grupos de enunciados:

Isso supõe (...) que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das *posições* subjétivas e o sistema que os define e os prescreve; que se defina o regime comum a todos os seus *domínios associados*, (...) e o sistema que liga, entre si, todos esses *campos de coexistência* (...) (AS, p. 133-4, grifo nosso)

O espaço é a posição (subjéitiva), o domínio (associado) e o campo (de coexistência). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: domínio associado como campo de coexistência – espaço da presença da multiplicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença assegura a permanência no visível da multiplicidade.

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença está localizado no décimo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da definição de saber (ver AS, p. 206-7).

A definição de saber remete à prática discursiva:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem se definem, se aplicam e se transformam (...) (AS, p. 206-7, sublinhado nosso)

O espaço é o domínio (dos objetos), o próprio espaço e a posição (do sujeito), e o campo (dos enunciados). Existe relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença: campo dos enunciados (espaço) em que os conceitos (multiplicidade) aparecem (presença) – espaço da presença da multiplicidade: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade. Há relação entre exigência do espaço, multiplicidade, necessidade da presença e tempo: campo dos enunciados em que os conceitos aparecem e se transformam (tempo) – espaço da presença temporal da multiplicidade⁵²¹: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da multiplicidade (no tempo).

Sobre a relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença, ver supra também o quinto, o nono, o décimo-terceiro, o décimo-sexto, o décimo-sétimo e o vigésimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença e o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

Sobre a relação entre exigência do espaço, multiplicidade, necessidade da presença e identificação da efetividade, ver supra o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade.

Sobre a relação entre exigência do espaço, multiplicidade e descrição da especificidade, ver supra o vigésimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o quarto e o décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço e tempo (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo: o visível é espacial, se o temporal for espacial, então o tempo será visível), analisaremos quatro aparecimentos segundo a cronologia dos fatos⁵²².

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo está localizado no vigésimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira

⁵²¹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento.

⁵²² Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença (para o discurso da visão e) em referência ao discurso da miscigenação, a relação (de conflito) entre exigência do espaço e tempo deveria ser lida conjuntamente com a relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento do tempo (como relação entre presença e tempo). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação”.

parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade e da identidade do enunciado (ver AS, p. 115-6).

A identidade do enunciado é sensível à sua materialidade: “Ela [a materialidade] é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um *lugar* e uma *data*. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade.” (AS, p. 116, grifo nosso) O espaço é a materialidade como lugar (do enunciado). Existe relação entre exigência do espaço e tempo: o enunciado como materialidade precisa ter um lugar (espaço) e uma data (tempo) – a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo (data como materialidade).

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo está situado no vigésimo-quinto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da identidade do enunciado de acordo com um regime complexo de instituições materiais (ver AS, p. 117-8)⁵²³.

O exemplo do livro é característico para mostrar a manutenção da identidade do enunciado apesar da mudança da materialidade:

(...) “pequenas” diferenças não são eficazes para alterar a identidade do enunciado e para fazer surgir um outro: elas estão todas neutralizadas no elemento geral – material, é claro, mas igualmente institucional e econômico – do “livro”. Um livro, qualquer que seja seu número de exemplares ou de edições, quaisquer que sejam as substâncias diversas que ele pode utilizar, é um lugar de equivalência exata para os enunciados, uma instância de repetição sem mudança de identidade. Vê-se (...) que a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão (...) (AS, p. 117-8, sublinhado nosso)

O espaço é o lugar (material do livro) e o próprio espaço (ocupado pelo enunciado como materialidade). Existe relação entre exigência do espaço e tempo: a materialidade do enunciado, tendo em vista a manutenção de sua identidade, não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação (tempo) – mas é, de qualquer forma, sempre espaço-temporal: a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo (data da formulação como materialidade).

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo está localizado no vigésimo-sexto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte,

⁵²³ Ver supra complementarmente no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o único aparecimento da relação entre audição, tato e visão e o décimo-primeiro aparecimento da relação entre visível e audível.

“O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do regime de materialidade dos enunciados (ver AS, p. 118-9).

O regime de materialidade dos enunciados é caracteristicamente institucional:

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis. (AS, p. 118-9, sublinhado nosso)

O espaço é a materialidade como localização (espacial). Existe relação entre exigência do espaço e tempo: materialidade como localização espaço-temporal (dos enunciados) – a própria materialidade institucional dos enunciados sempre é localizável espaço-temporalmente⁵²⁴: a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível do tempo.

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo está situado no vigésimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de prática discursiva (ver AS, p. 136).

A prática discursiva é sempre histórica: “... [a prática discursiva] é um conjunto de regras anônimas, *históricas*, sempre determinadas no *tempo* e no *espaço*, que definiram, em uma dada *época* e para uma determinada *área* social, econômica, *geográfica* ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (AS, p. 136, grifo nosso) O espaço é o (próprio) espaço e a área geográfica. Existe relação entre exigência do espaço e tempo: regras históricas (discurso da historicidade), sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época (tempo) e para uma determinada área geográfica (espaço), as condições de exercício da função enunciativa – o discurso da historicidade é a exigência do espaço como permanência no visível do tempo.

Sobre a relação entre exigência do espaço e tempo, ver também supra o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença, e infra o quinto aparecimento da crítica da utopia.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo e reconhecimento do limite ou da finitude (ou de como a exigência do espaço, associada ao reconhecimento do limite ou da finitude, garante a permanência no visível do tempo, como vontade de visibilidade absoluta ou total: o visível é espacial, o visível é limitado ou finito, se o temporal for espacial e limitado ou finito, então o tempo será visível e haverá visão absoluta ou total),

⁵²⁴ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-segundo aparecimento da relação entre visível e audível (sobre a materialidade dos enunciados como dominação da visão).

analisaremos um aparecimento localizado no sétimo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do arquivo como indescritível em sua totalidade e incontornável em sua atualidade (ver AS, p. 150-1).

O arquivo não é descritível em sua totalidade: “Dá-se por fragmentos, *regiões* e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o *tempo* dele nos *separa*: em termos extremos, não fosse a raridade dos documentos, seria necessário o maior recuo *cronológico* pra analisá-lo.” (AS, p. 150, grifo nosso) O espaço é a região (arquivo). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e reconhecimento do limite: separação (limite) temporal (ou recuo cronológico) da região (do arquivo) – limite temporal do espaço: a exigência do espaço assegura a permanência no visível do tempo (e o reconhecimento do limite autoriza a visão absoluta ou total). O arquivo é incontornável em sua atualidade: “Entretanto, como poderia essa descrição do arquivo justificar-se, (...) demarcar o *lugar* de onde ele próprio fala, (...) se se obstinava em descrever somente os horizontes mais longínquos?” (AS, p. 150, grifo nosso) O espaço é o lugar (de fala do arquivo). “Não será necessário esclarecer, apenas obliquamente, o *campo* enunciativo de que ele mesmo faz parte?” (AS, p. 150, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo). “A análise do arquivo comporta, pois, uma *região* privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do *tempo* que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos *delimita*.” (AS, p. 150-1, grifo nosso) O espaço é a região (privilegiada). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e reconhecimento do limite: arquivo como análise da região (espaço) próxima do presente, mas diferente da atualidade (tempo que limita o presente através da indicação da alteridade)⁵²⁵ – limite temporal do espaço: a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo e o reconhecimento do limite autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total. “A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (...) a partir dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos; (...) seu *lugar* é o *afastamento* de nossas próprias práticas discursivas.” (AS, p. 151, grifo nosso) O espaço é o lugar (do arquivo). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e reconhecimento do limite: lugar (espaço) do arquivo é o afastamento (tempo como limite) das práticas discursivas atuais – limite temporal do espaço:

⁵²⁵ Sobre a importância da impregnação do tempo para o discurso da historicidade (e sobre a diferença como tempo), ver supra complementarmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o quarto aparecimento da palavra “historicidade”.

a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo e o reconhecimento do limite autoriza a visão absoluta ou total⁵²⁶.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença (ou de como a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo: o visível é espaço e presença, se o temporal for espaço e presença, então o tempo será visível), analisaremos cinco aparecimentos conforme a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença está localizado no décimo-terceiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da definição de enunciado como existência material de signos de uma língua (ver AS, p. 96-7)⁵²⁷.

Há um questionamento sobre a definição de enunciado como existência material de signos de uma língua:

(...) basta (...) que os signos de uma língua constituam um enunciado, uma vez que foram produzidos (articulados, delineados, fabricados, traçados) de um modo ou de outro, uma vez que *apareceram em um momento do tempo e em um ponto do espaço*, uma vez que a voz que os pronunciou ou o gesto que os moldou lhes deram as dimensões de uma *existência material*? (AS, p. 97, grifo nosso)

O espaço é o ponto (do espaço). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: aparecimento (existência) dos signos de uma língua em um momento do tempo e em um ponto do espaço (materialidade) – presença no tempo e no espaço: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo (momento do tempo como materialidade)⁵²⁸.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença está situado no décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da definição de enunciado como crítica à identificação com a língua e com objetos quaisquer apresentados à percepção (ver AS, p. 97-8)⁵²⁹.

⁵²⁶ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo surgimento da presença como aparecimento.

⁵²⁷ Ver supra complementarmente no « Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono surgimento da presença como aparecimento.

⁵²⁸ Sobre a existência material (presença no tempo e no espaço) como indistinção ou indiferenciação entre visível/tátil e audível (e remissão última do audível ao visível), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção; relação entre os sentidos” o sexto aparecimento da relação entre visível e audível.

⁵²⁹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quarto aparecimento da presença como emergência.

O enunciado não existe como um objeto perceptivo qualquer: “... não basta (...) qualquer realização *material* de elementos linguísticos, ou qualquer *emergência* de signos *no tempo e no espaço*, para que um enunciado apareça e passe a existir.” (AS, p. 98, grifo nosso)⁵³⁰ O espaço é o (próprio) espaço. Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: emergência (presença) de signos no tempo e no espaço (a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo – tempo como materialidade).

O enunciado (...) não *existe* do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial), nem do mesmo modo que objetos quaisquer apresentados à percepção (se bem que seja sempre dotado de uma certa *materialidade*, e que se possa sempre situá-lo segundo *coordenadas espaço-temporais*). (AS, p. 98, grifo nosso)

O espaço é a coordenada espacial (como materialidade). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: a existência (presença) do enunciado, dotado de certa materialidade (indissociabilidade entre espaço e presença), pode sempre ser situada segundo coordenadas espaço-temporais – presença (visível, ou perceptível, portanto material) no espaço (material, portanto perceptível, ou visível) e no tempo: a indissociabilidade entre espaço e presença assegura a permanência no visível do tempo.

O terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença está localizado no décimo-quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como função vertical de existência (ver AS, p. 98-9)⁵³¹.

O enunciado é uma função vertical de existência⁵³²: “... ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função [vertical de existência] que cruza um *domínio* de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que *apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço*.” (AS, p. 99, grifo nosso)⁵³³ O espaço é o domínio (de estruturas e de unidades possíveis) e o (próprio) espaço. Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: aparecimento (presença) de um domínio (espaço) de estruturas e de

⁵³⁰ Sobre qualquer emergência de signos no tempo e no espaço como aparência ou visão imediata que requer uma conversão do olhar como necessidade de minúcia para o aparecimento e a existência do enunciado, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da pedagogia da visão.

⁵³¹ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo surgimento da presença como aparecimento.

⁵³² Sobre o enunciado como função (vertical) de existência, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como existência.

⁵³³ Sobre o enunciado como indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (formulação escrita ou oral), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

unidades possíveis, com conteúdos concretos (permanência no visível), no tempo e no espaço – presença (visível) no tempo e no espaço: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo.

O quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença está situado no vigésimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como possibilidade de repetição (ver AS, p. 120-1)⁵³⁴.

O enunciado tem a capacidade de repetição:

Demasiado repetível para ser inteiramente solidário com as *coordenadas espaço-temporais de seu nascimento* (é algo diverso da *data* e do *local de seu aparecimento*), demasiado ligado ao que o envolve e o suporta para ser tão livre quanto uma pura forma (é algo diferente de uma lei de construção referente a um conjunto de elementos), ele [o enunciado] é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao *campo* em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas (...) (AS, p. 120-1, grifo nosso)

O espaço é a coordenada espacial (o local) e o campo (em que está colocado o enunciado). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: coordenadas espaço-temporais do nascimento (ou local e data do aparecimento) do enunciado (como enunciação) – a indissociabilidade entre espaço e presença assegura a permanência no visível do tempo.

O quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença está localizado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da história das ideias como descrição de uma série de figuras globais (ver AS, p. 161-2)⁵³⁵.

A história das ideias descreve uma série de figuras globais a partir do trabalho com as formulações banais (cotidianas, maciças): “... os enunciados devem aí ser tratados em massa e segundo o que têm em comum; sua singularidade de acontecimento pode ser neutralizada; perdem importância também a identidade de seu autor, *o momento e o lugar de seu aparecimento...*” (AS, p. 161-2, grifo nosso) O espaço é o lugar. Existe relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença: momento (tempo) e lugar (espaço) de aparecimento (presença) dos enunciados – é exatamente esta presença no tempo e no espaço

⁵³⁴ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quarto surgimento da presença como aparecimento.

⁵³⁵ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-segundo aparecimento da presença como acontecimento.

que é valorizada pela arqueologia⁵³⁶ (e a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo).

Sobre a relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença, ver supra também o vigésimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite (ou de como a exigência do espaço, que leva à descrição da especificidade, e está vinculada ao reconhecimento do limite ou da finitude, garante a permanência no visível, como visão solitária e soberana, do tempo, como procura da visão específica, ou necessidade de ver com maior minúcia, e autorização da visão absoluta ou total: o visível é espacial, específico e limitado, se o temporal for espacial, específico e limitado, então o tempo será visível e haverá visão absoluta ou total), analisaremos um aparecimento localizado no primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da análise arqueológica como descrição das comparações (ver AS, p. 180).

A comparação arqueológica é um evento guerreiro: “... o estudo arqueológico está sempre no *plural*: ele se exerce em uma *multiplicidade* de registros; (...) *tem seu domínio no espaço em que [sic] as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco.*” (AS, p. 180, grifo nosso)⁵³⁷ O espaço é o domínio e o espaço (em branco). Existe relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade: arqueologia tem seu domínio onde as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam (multiplicidade em guerra no espaço), desenham entre si espaços em branco (o desenho do espaço em branco entre unidades que se enfrentam é característico de como o discurso da visão, como exigência do espaço, está relacionado ao discurso da miscigenação, como necessidade da multiplicidade). “Quando se dirige a um tipo *singular* de discurso (...), é para estabelecer, por comparação, seus *limites cronológicos*: é também para descrever, ao mesmo tempo que eles e em correlação com eles, um *campo* institucional...” (AS, p. 180, grifo nosso) O espaço é o campo (institucional). Existe relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite: estabelecimento dos limites cronológicos (reconhecimento do limite e tempo) e descrição correlativa do campo (espaço)

⁵³⁶ Sobre a singularidade de acontecimento do enunciado (momento e lugar de seu aparecimento) como união de visível e audível, e sua neutralização (massificação global) como aliança entre visível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre visível e inaudível.

⁵³⁷ Problema de tradução: ao invés de “no espaço em que” deveria ser “onde”.

institucional de um tipo singular (especificidade) de discurso – especificidade no tempo limitado e no espaço: o tempo é visível devido à exigência do espaço (e a permanência no visível é busca da visão específica) e há possibilidade de visão absoluta ou total porque existe reconhecimento do limite.

Mas ele pode também, por uma espécie de aproximação lateral (...), utilizar *várias* positivities distintas, cujos estados concomitantes são comparados durante um período determinado e confrontados com outros tipos de discurso que tomaram o seu *lugar* em uma determinada *época*. (AS, p. 180, grifo nosso)

O espaço é o lugar (positividade, discurso). Existe relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e multiplicidade: tipos de discurso (multiplicidade) que tomaram o lugar (espaço) de várias positivities distintas (multiplicidade) em uma determinada (especificidade) época (tempo) – multiplicidade no espaço e no tempo específico: a exigência do espaço e a descrição da especificidade garantem a permanência no visível como procura da visão minuciosa do tempo e da multiplicidade.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença (ou de como a exigência do espaço e a necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, que levam à descrição da especificidade, garantem a permanência no visível do tempo, como procura da visão minuciosa: o visível é espaço, presença e especificidade, se o temporal for espacial, presencial e específico, então o tempo será visível), analisaremos dois aparecimentos de acordo com a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença está localizado no vigésimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do regime de materialidade repetível do enunciado (diferença entre enunciado e enunciação) – ver AS, p. 116-7⁵³⁸.

A enunciação é sempre singular e nunca pode ser repetida: “Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos for emitido. Cada uma dessas articulações tem sua *individualidade espaço-temporal*. (...). A enunciação é um *acontecimento* que não se repete; tem uma *singularidade situada e datada* que não se pode reduzir.” (AS, p. 116, grifo nosso) O espaço é o próprio espaço. Existe relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença: a enunciação é um acontecimento (presença) que tem uma singularidade (especificidade) situada (espaço) e datada (tempo) ou

⁵³⁸ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como acontecimento.

uma individualidade espaço-temporal – presença da especificidade no espaço e no tempo: a indissociabilidade entre espaço e presença que leva à descrição da especificidade assegura a permanência no visível como procura da visão minuciosa do tempo. O enunciado, distinto da enunciação, pode ser repetido:

Ora, o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato [sic] da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua *materialidade* (...). E, no entanto, ele não se reduz a uma forma gramatical ou lógica, na medida em que, mais do que ela e de modo diferente, é *sensível a diferenças de matéria, substância, tempo e lugar*. (AS, p. 117, grifo nosso)⁵³⁹

O espaço é o lugar (materialidade). Existe relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença: o enunciado é sensível a diferenças (especificidade) de matéria, substância (presença), tempo e lugar (espaço) – a materialidade repetível do enunciado leva em consideração a especificidade da presença, do tempo e do espaço (a indissociabilidade entre espaço e presença que leva à descrição da especificidade assegura a permanência no visível, como busca da minúcia da visão, do tempo.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença está situado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a fixação do vocabulário: definição de formulação (ver AS, p. 123-4)⁵⁴⁰.

A fixação do vocabulário estabelece a definição de formulação (ou enunciação): “... a formulação é um *acontecimento* que, pelo menos de direito, é sempre demarcável segundo *coordenadas espaço-temporais*, que pode ser sempre relacionada a um autor, e que eventualmente pode constituir, por si mesma, um ato *específico*...” (AS, p. 123, grifo nosso) O espaço é a coordenada espacial. Existe relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença: a formulação é um acontecimento (presença) específico demarcável segundo coordenadas espaço-temporais – presença da especificidade no espaço e no tempo: a indissociabilidade entre espaço e presença que leva à descrição da especificidade garante a permanência no visível, como procura da visão minuciosa, do tempo.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo e da multiplicidade: o visível é espacial, se o temporal e o múltiplo forem espaciais, então o tempo e a multiplicidade serão visíveis), analisaremos um aparecimento localizado no décimo parágrafo

⁵³⁹ Problema de tradução: ao invés de “fato” deveria ser “acontecimento”.

⁵⁴⁰ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sétimo aparecimento da presença como acontecimento.

do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como descrição sistemática de um discurso-objeto (ver AS, p. 160).

A arqueologia é recusa da soberania do mesmo:

(...) a arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso; (...) onde o pensamento permanece ainda o mais próximo de si, na forma ainda não alterada do mesmo, e onde a linguagem não se desenvolveu ainda na *dispersão espacial e sucessiva do discurso*. (AS, p. 160, grifo nosso)

O espaço é a dispersão (espacial). Existe relação entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade: dispersão (multiplicidade) espacial e sucessiva (tempo) do discurso – multiplicidade espacial e temporal: a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo e da multiplicidade. Há crítica da utopia: recusa da remissão do discurso (multiplicidade espacial e temporal) ao pensamento (utopia) idêntico a si mesmo (unificante).

A arqueologia é a descrição sistemática de um discurso-objeto:

Não pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da *origem*. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da *exterioridade*, uma transformação regulada do que já foi escrito. (AS, p. 160, grifo nosso)

O espaço é a exterioridade (reescrita como permanência no visível). Há crítica da utopia: recusa da volta à origem secreta (utopia invisível).

Sobre a relação entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade, ver supra também o único aparecimento da relação entre exigência do espaço e discurso da visão, o décimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade e o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença (ou de como a exigência do espaço e a necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, garantem a permanência no visível do tempo e da multiplicidade: o visível é espaço e presença, se o temporal e o múltiplo forem espaciais e presenciais, então o tempo e a multiplicidade serão visíveis), analisaremos dois aparecimentos de acordo com a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença está localizado no décimo-primeiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A**

arqueologia do saber. Seu contexto é a análise da descrição dos sistemas de dispersão (ver AS, p. 42-3).

O estudo das formas de repartição dos objetos, das enunciações, dos conceitos e das possibilidades estratégicas é a descrição de sistemas de dispersão:

Daí a idéia de descrever essas *dispersões*; de pesquisar se entre esses elementos (...) não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu *aparecimento sucessivo*, correlações em sua *simultaneidade*, *posições* assinaláveis em um *espaço* comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. (AS, p. 43, grifo nosso)

O espaço é a posição (assinalável) e o próprio espaço (comum). Existe relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença⁵⁴¹: descrição das dispersões (multiplicidade) através do aparecimento (presença) sucessivo (tempo), das correlações simultâneas (tempo), das posições (espaço) assinaláveis em um espaço comum – multiplicidade como presença no tempo e como espaço (a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível do tempo e da multiplicidade).

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença está situado no oitavo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber.** Seu contexto é a generalização da formação discursiva dos objetos (ver AS, p. 50-1).

A análise do discurso psiquiátrico do século XIX autoriza a generalização da formação discursiva dos objetos⁵⁴²:

Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) (...) se se puder mostrar como *qualquer* objeto do discurso em questão aí [conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação] encontra seu *lugar* e sua lei de *aparecimento*; se se puder mostrar que ele pode dar *origem* [sic], *simultânea* ou *sucessivamente*, a objetos [dispersos] que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar. (AS, p. 50-1, grifo nosso)⁵⁴³

O espaço é o lugar (do objeto do discurso). Existe relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença: na formação discursiva, qualquer objeto do discurso (multiplicidade) encontra seu lugar (espaço) e sua lei de aparecimento (presença), a formação discursiva dá origem (presença), simultânea ou sucessivamente (tempo), a objetos dispersos (multiplicidade) que se excluem – multiplicidade como espaço e como presença no

⁵⁴¹ Ver supra comparativamente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro surgimento da presença como aparecimento.

⁵⁴² Sobre a relação entre generalização e especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁴³ Problema de tradução: ao invés de “origem” deveria ser “nascimento”.

tempo (a indissociabilidade entre espaço e presença assegura a permanência no visível do tempo e da multiplicidade)⁵⁴⁴.

Sobre a relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e necessidade da presença, ver supra também o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença.

Sobre a relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade e descrição da especificidade, ver supra o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite (ou da finitude).

Sobre a relação entre exigência do espaço, tempo, multiplicidade, descrição da especificidade e necessidade da presença, ver supra o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço e miscigenação ou relação (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível da relação ou miscigenação: o visível é espacial, se a relação ou miscigenação for espacial, então a miscigenação ou relação será visível), analisaremos dois aparecimentos, através da cronologia dos fatos⁵⁴⁵.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e miscigenação está localizado no décimo-quarto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição do campo de vetores e de receptividade diferencial do jogo das trocas (ver AS, p. 185-6).

A descrição arqueológica analisa uma configuração de interpositividade como lei das comunicações: trata-se de “... descrever o *campo de vetores e de receptividade diferencial (de permeabilidade e de impermeabilidade)* que, para o *jogo das trocas*, foi uma condição de possibilidade histórica. *Uma configuração de interpositividade (...) é a lei de suas [dos discursos] comunicações.*” (AS, p. 185, grifo nosso) O espaço é o campo (de vetores e de receptividade diferencial). Existe relação entre exigência do espaço e miscigenação: descrição da configuração de interpositividade (miscigenação) como campo (espaço) de vetores e de receptividade diferencial (permeabilidade e impermeabilidade) para o jogo das trocas (miscigenação), ou como lei das comunicações (miscigenação) – espaço da miscigenação,

⁵⁴⁴ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto surgimento da presença como aparecimento.

⁵⁴⁵ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença (para o discurso da visão e) em referência ao discurso da miscigenação, a relação (de conflito) entre exigência do espaço e miscigenação deveria se lida conjuntamente com a relação entre dominação da (necessidade da) presença e subordinação do elemento da relação (ou da miscigenação). Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação”.

miscigenação no espaço: a exigência do espaço garante a permanência no visível da miscigenação.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e miscigenação está situado no trigésimo-primeiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “e”, “Os diferentes tipos de história das ciências”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação dos caracteres essenciais da descrição da *episteme* (ver AS, p. 217-8)⁵⁴⁶.

A descrição da *episteme* tem diversas características essenciais: “... abre um *campo* inesgotável e não pode nunca ser fechada; não tem por finalidade reconstituir o sistema de postulados a que obedecem todos os conhecimentos de uma época, mas sim percorrer um *campo* indefinido *de relações*.” (AS, p. 217, grifo nosso) O espaço é o campo (inesgotável e indefinido)⁵⁴⁷. Existe relação entre exigência do espaço e miscigenação: abertura ou trajeto de um campo (espaço) inesgotável ou indefinido de relações (miscigenação) – miscigenação no espaço (a percorrer), espaço da (abertura à) miscigenação (a exigência do espaço garante a permanência no visível da miscigenação).

Relação entre espaço e guerra

A guerra, elemento do discurso da historicidade que cumpre a função metodológica de crítica ao discurso da metafísica (a diferença é guerra)⁵⁴⁸, também está diretamente ligada ao discurso da miscigenação, já que a relação da multiplicidade no tempo acontece como conflito (assim como a indissociabilidade entre espaço e presença leva à descrição da especificidade, a relação da multiplicidade no tempo leva à guerra) - e a própria constituição do discurso da historicidade ocorre como guerra: aliança belicosa ou união tensa entre discurso da visão que

⁵⁴⁶ Ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-quinto aparecimento da presença como existência.

⁵⁴⁷ A descrição do campo inesgotável ou indefinido não é o recurso ao comando do invisível, mas a procura da visão específica, por isso a exigência do espaço (da miscigenação).

⁵⁴⁸ Sobre a guerra como elemento do discurso da historicidade que cumpre a função metodológica de crítica ao discurso da metafísica (a diferença é guerra: método da definição da singularidade através da exterioridade das vizinhanças), ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro, o segundo, o terceiro, o sétimo, o oitavo, o nono, o décimo e o décimo-primeiro aparecimento da palavra “historicidade” e “Herança filosófica: crítica da metafísica”. Na verdade, a guerra como confronto entre apologia do discurso da historicidade e crítica do discurso da metafísica está disseminada como modelo de compreensão (a própria metáfora do estrangeiro como gabarito de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade pretende esclarecer a guerra, sendo habitada por ela): é a guerra que permite entender, por exemplo, a relação entre audição e visão (no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”), o funcionamento da pedagogia da visão e da estrutura de argumentação da constatação da visão (no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”) e a oposição entre defesa da presença e crítica da ausência (no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”).

domina e discurso da miscigenação que obedece⁵⁴⁹. Se o espaço, como elemento do discurso da visão, está vinculado à guerra, como elemento do discurso da miscigenação, é porque a exigência do espaço cumpre a função da permanência no visível da guerra. Analisaremos um aparecimento da relação de conflito entre exigência do espaço e guerra localizado no décimo-sexto parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica da função conservadora da história (ver AS, p. 16-7).

A função conservadora opõe a história viva, aberta e contínua, tradicional e legítima, ao seu uso ilegítimo e atual (entenda-se, 1969), oriundo da invasão estruturalista, como descontinuidade: seu objetivo é a denúncia do fim da história (devido justamente à sua estruturalização), mas, na verdade, ela faz uso ideológico da história, já que a remete à soberania da consciência⁵⁵⁰. A exposição deste confronto aparece como emprego de uma metáfora espacial de guerra:

Acumulamos todos os tesouros de outrora na velha *ciudadela* desta história [viva, contínua, e aberta, referida à atividade sintética do sujeito]; acreditamos que ela fosse sólida; sacralizamos-la; fizemos dela o *lugar* último do pensamento antropológico; acreditamos poder aí capturar até mesmo aqueles que se tinham encarniado contra ela; acreditamos poder torná-los guardiões vigilantes. Mas os historiadores desertaram há muito tempo dessa velha *fortaleza* e partiram para trabalhar em *outro campo* [sic]; percebe-se mesmo que Marx ou Nietzsche não asseguram a salvaguarda que se lhes tinha confiado. Não se deve mais contar com eles para proteger os privilégios, nem para afirmar, uma vez mais – e, entretanto, só Deus sabe se se teria necessidade disso na aflição de hoje [1969] –, que a história, pelo menos ela, é viva e contínua; que ela é, para o tema em questão, o *lugar* do repouso, da certeza, da reconciliação – do sono tranquilizado. (AS, p. 17, grifo nosso)⁵⁵¹

O espaço é a (velha) cidadela (da história viva, contínua e aberta), o lugar (último do pensamento antropológico), a (velha) fortaleza (da história viva, contínua e aberta), alhures (o outro lugar, da história descontínua) e o lugar (do repouso, da certeza, da reconciliação, do sono tranquilizado) – o emprego metafórico com preservação do sentido próprio tem por função destacar o elemento da guerra (por isso a metáfora espacial é guerreira). Existe relação

⁵⁴⁹ Sobre a constituição do discurso da historicidade como guerra, aliança belicosa ou união tensa entre discurso da visão dominador e discurso da miscigenação subordinado, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, principalmente “O discurso da historicidade”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”. A guerra como aliança belicosa ou união tensa entre dominação do discurso da visão e subordinação do discurso da miscigenação é fundamental para o entendimento da estrutura do “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”: o discurso da visão domina o discurso da miscigenação (explicação interna da constituição do discurso da historicidade: guerra como união tensa ou aliança belicosa, relação de dominação e subordinação) para evitar a solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (explicação externa da constituição do discurso da historicidade: guerra como crítica ou eliminação), quer dizer, o estrangeiro combate o metafísico para tornar-se historiador.

⁵⁵⁰ Ver supra complementarmente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o segundo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁵⁵¹ Problema de tradução: ao invés de “outro campo” deveria ser “alhures”.

entre exigência do espaço e guerra: confronto entre a velha cidadela ou fortaleza da história (viva, aberta e contínua), que é o lugar último do pensamento antropológico (ou da soberania da consciência) – aqui há o movimento da heterotopia à utopia: a velha cidadela, heterotopia em relação ao espaço da história atual descontínua visível, remete à utopia do pensamento antropológico invisível – e o lugar do repouso, da certeza, da reconciliação, do sono tranquilizado – o sono tranquilizado é, ao mesmo tempo, o esquecimento da guerra (tranquilidade) e a renúncia da visão (sono), por isso o discurso da metafísica, como comando do invisível, tem como atitude típica a preguiça; a velha fortaleza não possui guardiões vigilantes (ora, a condição perfeita do discurso da historicidade como discurso da visão é justamente a vigilância da insônia⁵⁵²) -, e alhures (da história atual, descontínua). O espaço da guerra e a guerra como choque espacial são visíveis (a exigência do espaço garante a permanência no visível da guerra) – já o sono tranquilizado da história viva, aberta e contínua remete ao invisível da soberania da consciência.

Sobre a relação entre exigência do espaço e guerra, ver supra também o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e reconhecimento da finitude ou do limite.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença (ou de como a exigência do espaço e a necessidade da presença, indissociabilidade entre espaço e presença, garantem a permanência no visível da guerra: o visível é espaço e presença, se a guerra for espacial e presencial, então a guerra será visível), analisaremos um aparecimento localizado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como descrição dos diferentes espaços de dissensão (ver AS, p. 174-5).

A análise arqueológica das contradições não é interpretação: “Para a análise arqueológica, as contradições não são nem *aparências a transpor*, nem *princípios secretos* que seria preciso destacar. São objetos a serem descritos por si mesmos...” (AS, p. 174, grifo nosso) Há crítica da utopia: recusa da transposição das aparências (presença) e do destaque de princípios secretos (invisível) – busca da utopia⁵⁵³. A arqueologia mostra a contradição (como objeto a ser descrito por si mesmo):

Fazendo (...) com que a contradição entre duas teses derive de um certo *domínio* de objetos, de suas delimitações e de seu esquadramento, (...) definimos o *lugar* em que se dá [sic]; fazemos *aparecer* a ramificação da

⁵⁵² Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade da onipresença”.

⁵⁵³ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

alternativa; localizamos a *divergência* e o *lugar* em que os dois discursos [sic] se justapõem. (AS, p. 175, grifo nosso)⁵⁵⁴

O espaço é o domínio (de objetos) e o lugar (da contradição e da justaposição dos discursos). Existe relação entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença: aparecimento (presença) do lugar (espaço) em que se localiza a contradição (ou a divergência - guerra) – presença do espaço da guerra: a indissociabilidade entre espaço e presença garante a permanência no visível da guerra⁵⁵⁵.

Em relação a uma história das ideias que desejaria fundir as contradições na unidade semioturna de uma figura global, ou transmutá-las em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação ou de explicação, a arqueologia descreve os diferentes *espaços de dissensão*. (AS, p. 175)

O espaço é o (próprio) espaço (de dissensão, das contradições). Há crítica da utopia: recusa da história das ideias como procura da unidade de uma figura global ou de um princípio abstrato (invisível, utopia) de interpretação ou de explicação⁵⁵⁶. Existe relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade: descrição dos diferentes (multiplicidade) espaços de dissensão (guerra) – multiplicidade espacial da guerra: a exigência do espaço garante a permanência no visível⁵⁵⁷ da multiplicidade e da guerra (e a diferença é multiplicidade⁵⁵⁸).

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível da guerra e da multiplicidade: o visível é espacial, se a guerra e o múltiplo forem espaciais, então a guerra e a multiplicidade serão visíveis), analisaremos dois aparecimentos de acordo com a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade está localizado no décimo parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da individualização de um discurso a partir da dispersão dos pontos de escolha (ver AS, p. 42).

A individualização de um discurso é a procura da dispersão dos pontos de escolha:

⁵⁵⁴ Problema de tradução: ao invés de “em que se dá” deveria ser “em que se localiza”; e ao invés de “discursos” deveria ser “discursos”.

⁵⁵⁵ Sobre a indissociabilidade entre espaço e presença, ver também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

⁵⁵⁶ Sobre a crítica da utopia como recusa do jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁵⁷ Sobre a relação entre discurso da visão e exigência do espaço, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁵⁸ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra, sobretudo, no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

Não seria (...) indicado buscá-los [os princípios de individualização de um discurso] na *dispersão dos pontos de escolha* que ele [o discurso] deixa livres? Não seriam as diferentes possibilidades que ele abre no sentido (...) de suscitar *estratégias opostas*, de dar *lugar a interesses inconciliáveis* (...)? (...) não poderíamos demarcar a *dispersão dos pontos de escolha* e definir (...) um *campo de possibilidades estratégicas*? (AS, p. 42, grifo nosso)

O espaço é o ponto (de escolha), o lugar (de interesses inconciliáveis) e o campo (de possibilidades estratégicas). Existe relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade: dispersão (multiplicidade) dos pontos (espaço) de escolha (guerra), lugar (espaço) a interesses (multiplicidade) inconciliáveis (guerra), campo (espaço) de possibilidades (multiplicidade) estratégicas opostas (guerra) – multiplicidade espacial em guerra, espaço da multiplicidade guerreira: a exigência do espaço garante a permanência no visível da guerra e da multiplicidade.

O segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade está situado no décimo parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise de uma formação discursiva como um espaço de dissensões múltiplas (ver AS, p. 178-9).

A formação discursiva não é a paz invisível:

Uma formação discursiva não é, pois, o texto *ideal*, contínuo e *sem aspereza*, que corre sob a *multiplicidade das contradições* e as resolve na *unidade calma de um pensamento coerente*; não é, tampouco, a *superfície* em que se vem refletir, sob mil aspectos diferentes, uma contradição que estaria sempre em segundo plano, mas *dominante*. (AS, p. 178-9, grifo nosso)

O espaço é a superfície (formação discursiva). Há crítica da utopia: recusa da busca do texto ideal (invisível, utopia), sem aspereza (pacífico), unidade calma de um pensamento coerente (paz da unidade do invisível); e recusa da procura de uma contradição dominante, sempre em segundo plano em relação à superfície (dominação da utopia – invisível – em relação à subordinação do espaço – visível). Há relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade: formação discursiva como superfície da multiplicidade das contradições (espaço da multiplicidade em guerra: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da guerra e da multiplicidade).

É antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos. A análise arqueológica revela o primado de uma contradição que tem seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição, mas não para nivelar todas as oposições em formas gerais de pensamento e pacificá-las à força por meio de um *a priori* coator. (AS, p. 179, sublinhado nosso)

O espaço é o (próprio) espaço (de dissensões). Existe relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade: espaço de dissensões (guerra) múltiplas ou de oposições diferentes – a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível da guerra e da multiplicidade (e

a diferença é multiplicidade⁵⁵⁹). Há crítica da utopia: recusa do envio das oposições ou das contradições (espaço de dissensões múltiplas) ao pensamento (utopia) pacífico como *a priori* coator. “Trata-se (...) de demarcar, em uma prática discursiva *determinada*, o *ponto* em que elas [as oposições] se constituem, definir a forma que assumem, as relações que estabelecem entre si e o *domínio* que comandam. Em suma, trata-se de manter o discurso em suas *asperezas múltiplas...*” (AS, p. 179, grifo nosso) O espaço é o ponto (de constituição das oposições) e o domínio (que as oposições comandam). Existe relação entre exigência do espaço, guerra, multiplicidade e (descrição da) especificidade: demarcação do ponto (espaço) em que as asperezas (guerra) múltiplas (multiplicidade) se constituem em uma formação discursiva determinada (especificidade) – especificidade como espaço da guerra múltipla: a exigência do espaço que leva à descrição da especificidade assegura a permanência no visível da guerra e da multiplicidade como procura da visão minuciosa (a visão solitária e soberana é visão específica).

Sobre a relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade, ver supra também o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite (ou da finitude) e o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, guerra, multiplicidade e descrição da especificidade (ou de como a exigência do espaço que leva à descrição da especificidade garante a permanência no visível da guerra e da multiplicidade como procura da visão específica: o visível é espacial e específico, se a guerra e o múltiplo forem espaciais e específicos, então a guerra e a multiplicidade serão visíveis), analisaremos um aparecimento localizado no vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de uma posição singular pela exterioridade das vizinhanças (ver AS, p. 19-20).

O livro **A arqueologia do saber** estabelece sua identidade através de uma estratégia guerreira:

(...) a maneira precavida, claudicante deste texto: a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de *definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças*; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão – tentar *definir esse*

⁵⁵⁹ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra, sobretudo, no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda. (AS, p. 20, grifo nosso)⁵⁶⁰

O espaço é a posição (singular) e o próprio espaço (branco da fala). Existe relação entre exigência do espaço, guerra, multiplicidade e descrição da especificidade: a estratégia metodológica da definição de uma posição (espaço) singular (especificidade) – definição do espaço branco da fala (audível) como discurso (visível): a remissão do audível ao visível é atestada pela própria exigência do espaço - pela exterioridade (guerra) das vizinhanças (multiplicidade) – espaço específico como guerra com a multiplicidade (espacial) - é um evento de guerra presente em toda estrutura de apresentação e de argumentação de **A arqueologia do saber** (a exigência do espaço que leva à descrição da especificidade garante a permanência no visível da guerra e da multiplicidade como procura da visão minuciosa).

Sobre a relação entre exigência do espaço, guerra, multiplicidade e descrição da especificidade, ver supra também o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade.

Sobre a relação de conflito entre exigência do espaço, guerra, tempo e multiplicidade (ou de como a exigência do espaço garante a permanência no visível da guerra, da multiplicidade e do tempo: o visível é espacial, se a guerra, o múltiplo e o temporal forem espaciais, então a guerra, a multiplicidade e o tempo serão visíveis), analisaremos um aparecimento localizado no décimo-primeiro parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos fenômenos de continuidade, de retorno e de repetição (ver AS, p. 197-8).

A prática discursiva comporta fenômenos de continuidade e de descontinuidade:

A arqueologia se propõe a (...) fazer atuar o contínuo e o descontínuo um contra o outro: mostrar como o contínuo é formado segundo as mesmas condições e conforme as mesmas regras que a dispersão; e que entra – nem mais nem menos que as diferenças, as invenções, as novidades ou os desvios – no campo da prática discursiva.” (AS, p. 198, grifo nosso)

O espaço é o campo (da prática discursiva). Existe relação entre exigência do espaço, guerra, tempo e multiplicidade: atuação do contínuo e do descontínuo (tempo) ou da dispersão (multiplicidade) um contra o outro (guerra) no campo (espaço) da prática discursiva – multiplicidade temporal em guerra no espaço: a exigência do espaço assegura a permanência no visível da guerra, da multiplicidade e do tempo.

⁵⁶⁰ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre tato e visão (sobre a relação entre tato invisível, visão específica e espaço).

Crítica da utopia⁵⁶¹

O discurso da historicidade, como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão (relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade: indissociabilidade entre presença e espaço leva à descrição da especificidade, ou permanência no visível, como visão solitária e soberana, é visão específica, como procura da minúcia) e discurso da miscigenação (relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra: a relação da multiplicidade no tempo leva à guerra), é crítica do discurso da metafísica, por isso o discurso da historicidade, como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, é eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, como fim da possibilidade de dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação⁵⁶². O discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica: se o discurso da historicidade é discurso da visão, então o discurso da metafísica é discurso do invisível; se o discurso da visão é necessidade da presença, então o discurso do invisível é necessidade da ausência; se o discurso da visão é exigência do espaço, então o discurso do invisível é exigência da utopia; como há indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço para a permanência no visível (como visão solitária e soberana), a crítica da ausência é correlativa da crítica da utopia para a eliminação do invisível; quer dizer, a indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço é o avesso da união entre (necessidade da) ausência e (exigência da) utopia, por isso a correlação entre crítica da ausência e crítica da utopia é complementar como esclarecimento indireto ou negativo da indissociabilidade entre presença e espaço⁵⁶³. O discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade: se o discurso da metafísica, como exigência da utopia, precisa do jogo de dominação da utopia em relação à subordinação do espaço, então o discurso da historicidade (ou discurso da visão), como exigência do espaço, necessita da recusa da heterotopia (outro lugar, alhures) como

⁵⁶¹ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença (para o discurso da visão, em relação ao discurso da miscigenação e) em referência à crítica ao discurso da metafísica, a “Crítica da utopia” deveria ser lida conjuntamente com “Sobre a ausência” e “Crítica da ausência”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, e também “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

⁵⁶² Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, que é dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, como dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ver supra, exemplarmente, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Discurso da visão como necessidade da presença”.

⁵⁶³ Ver supra complementarmente “Sobre o espaço”.

eliminação da utopia (não-lugar, nenhures); quer dizer, se o discurso da metafísica envia o espaço à heterotopia como (comando da) utopia, então o discurso da visão permanece no espaço como recusa da heterotopia que é eliminação da utopia. Analisaremos sete aparecimentos da crítica da utopia, de acordo com a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da crítica da utopia está localizado no décimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do campo que precisa ser percorrido, das noções que precisam ser testadas e das análises que precisam ser empreendidas (ver AS, p. 44-5).

O método da suspensão das unidades evidentes e a elaboração dos conceitos de formação discursiva e de regras de formação indicam uma possível transformação na história das ideias exposta como mudança espacial:

O perigo (...) é que em *lugar* de dar fundamento ao que já existe, em *lugar* de reforçar com traços cheios linhas esboçadas, em *lugar* de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em *lugar* de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das *paisagens* familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um *terreno* ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever. (AS, p. 44, grifo nosso)

O espaço é o lugar (como possível mudança espacial): passagem da paisagem (familiar) ao terreno (ainda não esquadrinhado) – o emprego metafórico preserva o sentido próprio (da exigência do espaço para o discurso da visão).

O que, até então, velava pela segurança do historiador e o acompanhava até o crepúsculo (o destino da *racionalidade* e da [sic] *teleologia* das ciências, o longo trabalho contínuo do *pensamento* através do tempo, o despertar e o progresso da *consciência*, sua perpétua retomada por si mesma, o movimento inacabado mas ininterrupto das totalizações, o retorno a uma *origem* sempre aberta e, finalmente, a *temática histórico-transcendental*), tudo isso não corre o risco de desaparecer, liberando à análise um *espaço* branco, indiferente, *sem interioridade* nem promessa? (AS, p. 44-5, grifo nosso)⁵⁶⁴

O espaço é o (próprio) espaço (branco, indiferente, sem interioridade, nem promessa). Há crítica da utopia: combate entre a recusa da paisagem familiar (racionalidade, teleologia, pensamento, consciência, origem, tema transcendental: heterotopia como utopia) e a defesa do terreno (ainda não esquadrinhado) do espaço branco, indiferente, sem interioridade (quer dizer, visível *versus* utopia como invisível), nem promessa.

O segundo aparecimento da crítica da utopia está situado no décimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de

⁵⁶⁴ Problema de tradução: ao invés de “o destino da racionalidade e da teleologia das ciências” deve ser “o destino da racionalidade e a teleologia das ciências”.

A arqueologia do saber. Seu contexto é a análise do sujeito do enunciado *versus* sua identificação funcional com o autor da formulação (ver AS, p. 109)⁵⁶⁵.

O sujeito do enunciado não é funcionalmente o autor da formulação:

(...) não é (...) a *intenção significativa* que, invadindo silenciosamente o *terreno* das palavras [sic], as ordena como o *corpo visível* de sua *intuição*; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na *superfície* do discurso. (AS, p. 109, grifo nosso)⁵⁶⁶

O espaço é o corpo (visível das palavras) e a superfície (do discurso). Há crítica da utopia: recusa da identificação funcional do sujeito do enunciado com o autor da formulação como comando da intuição (heterotopia como utopia) em relação ao corpo visível das palavras (espaço visível: a permanência no visível é garantida pela exigência do espaço⁵⁶⁷), ou antecipação silenciosa (inaudível) da intenção significativa (utopia como invisível inaudível⁵⁶⁸). “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou *quis dizer*, ou disse sem querer)...” (AS, p. 109, grifo nosso) Há crítica da utopia como recusa do recurso ao (comando) do “querer dizer” (intenção significativa, utopia) no dito.

O terceiro aparecimento da crítica da utopia está localizado no vigésimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da quarta condição para que uma sequência de elementos linguísticos possa ser considerada e analisada como um enunciado, a existência material (ver AS, p. 115).

O enunciado deve ter existência material:

Poderíamos falar de enunciado se uma voz não o tivesse enunciado, se uma *superfície* não registrasse seus signos, se ele não tivesse tomado *corpo* em um *elemento sensível* e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes – em uma memória ou em um *espaço*? Poderíamos falar de um enunciado como de uma *figura ideal e silenciosa*? O enunciado é sempre apresentado através de uma *espessura material* (...) (AS, p. 115, grifo nosso)

⁵⁶⁵ Ver supra complementarmente o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁵⁶⁶ Há um erro e um problema de tradução na seguinte passagem do texto, “invadindo silenciosamente o terreno das palavras” (*anticipant silencieusement sur les mots*): o problema está no uso de “invadindo”, quando o emprego de “antecipando-se” preservaria a importância fundamental do tempo; e o erro está no acréscimo de “o terreno”, daí a sugestão de “antecipando-se silenciosamente sobre as palavras” (este acréscimo tem a vantagem do realce da importância do espaço sugerido pela preposição “sobre”).

⁵⁶⁷ Ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o oitavo aparecimento da relação entre visível e audível (sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível como remissão ao comando da visão: a exigência do espaço prova que a única condição de auditibilidade aceita é aquela que remete à visibilidade e que, portanto, é espacial).

⁵⁶⁸ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível inaudível em relação à subordinação do visível (corpo visível das palavras: permanência no visível como exigência do espaço), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sexto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

O espaço é a superfície (de registro dos signos), o corpo (elemento sensível), o próprio espaço (marca em um espaço) e a materialidade (espessura material)⁵⁶⁹. A voz do enunciado (o audível) remete, em última instância, à superfície de registro dos signos (o visível) – daí o audível, utópico (marca em uma memória), adquirir espaço (marca em um espaço), quer dizer, a exigência do espaço prova que o único audível que interessa é aquele que remete ao visível (que é, portanto, espacial)⁵⁷⁰. Há crítica da utopia: recusa do enunciado como figura ideal (utopia invisível) e silenciosa (inaudível)⁵⁷¹.

O quarto aparecimento da crítica da utopia está situado no décimo-segundo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da busca do exterior como definição do lugar possível dos sujeitos falantes (ver AS, p. 141).

A busca do exterior, como definição do lugar dos sujeitos falantes, é recusa do recurso ao transcendental:

Ela [a busca do exterior] supõe (...) que (...) [o] *domínio* enunciativo não tome como referência (...) alguma coisa semelhante a uma *consciência* coletiva, nem uma *subjetividade transcendental*; mas que seja descrito como um *campo* anônimo cuja configuração defina o *lugar* possível dos sujeitos falantes. (AS, p. 141, grifo nosso)

O espaço é o domínio (enunciativo), o campo (anônimo) e o lugar (possível dos sujeitos falantes). Há crítica da utopia: recusa da referência à consciência (coletiva) ou à subjetividade (transcendental) como envio do espaço (domínio enunciativo) à utopia. “Não é mais preciso situar os enunciados em relação a uma *subjetividade soberana*, mas reconhecer, nas diferentes formas da subjetividade que fala, efeitos próprios do *campo* enunciativo.” (AS, p. 141, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo). Há crítica da utopia: recusa do recurso à subjetividade soberana (utopia que comanda o espaço – campo enunciativo)⁵⁷².

O quinto aparecimento da crítica da utopia está localizado no décimo-terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da busca do

⁵⁶⁹ Ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o oitavo aparecimento da presença como existência (sobre a indissociabilidade entre espaço e presença).

⁵⁷⁰ Sobre a indistinação ou indiferenciação entre visível e audível como remissão ao visível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁵⁷¹ Ver supra também no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo aparecimento da relação entre visível e audível (sobre o combate entre a defesa do visível audível e a crítica do invisível inaudível).

⁵⁷² Sobre a crítica da utopia como eliminação do invisível que domina o visível e a exigência do espaço como permanência no visível, ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

exterior como recusa da temporalidade da consciência ou do tempo obscuro do pensamento (ver AS, p. 141).

A busca do exterior analisa o campo dos enunciados como recusa da temporalidade da consciência: “Ela [a busca do exterior] supõe (...) que em suas transformações, em suas séries sucessivas, em suas derivações, o *campo* dos enunciados não obedeça à temporalidade da *consciência* como a seu modelo necessário.” (AS, p. 141, grifo nosso) O espaço é o campo (dos enunciados). Há crítica da utopia: recusa da obediência do campo dos enunciados (espaço) à temporalidade (tempo) da consciência (utopia)⁵⁷³. Existe relação entre exigência do espaço e tempo: transformações, séries sucessivas e derivações no campo dos enunciados – tempo no espaço, quer dizer, a exigência do espaço garante a permanência no visível do tempo.

Não se deve esperar (...) poder escrever uma história das coisas ditas que seria (...) a história de uma *consciência* individual ou anônima, de um projeto, de um sistema de *intenções*, de um conjunto de metas. *O tempo dos discursos não é a tradução, em uma cronologia visível, do tempo obscuro do pensamento.* (AS, p. 141, grifo nosso)

Há crítica da utopia: recusa da história das coisas ditas (campo dos enunciados – espaço visível: exigência do espaço como permanência no visível) como recurso à consciência, às intenções (utopia), tradução do tempo obscuro (invisível) do pensamento (utopia)⁵⁷⁴ – o tempo como permanência no visível (campo dos enunciados como cronologia visível) é garantido pela exigência do espaço (coisas ditas como campo dos enunciados).

O sexto aparecimento da crítica da utopia está situado no oitavo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arqueologia (ver AS, p. 151).

A arqueologia é a descrição do arquivo: “A revelação (...) do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do *campo* enunciativo.” (AS, p. 151, grifo nosso) O espaço é o campo (enunciativo). “Esse termo [arqueologia] (...) não associa a análise a nenhuma *exploração* [sic] ou *sondagem geológica*.” (AS, p. 151, grifo nosso)⁵⁷⁵ O espaço é a geologia. Há crítica da utopia: a arqueologia não é escavação ou sondagem geológica, ou seja, é recusa

⁵⁷³ Sobre a crítica da utopia como eliminação do invisível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁷⁴ Sobre a crítica da utopia como recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁷⁵ Problema de tradução: ao invés de “exploração” deveria ser “escavação” – para a preservação da ideia de busca do invisível e da utopia, passagem da superfície à profundidade.

da procura do não-dito (invisível, utopia) sob o dito (visível, espaço): “Ele [o termo arqueologia] designa o tema geral de uma descrição que interroga o já-dito no nível de sua existência...” (AS, p. 151)⁵⁷⁶ O emprego da metáfora espacial (exploração ou sondagem geológica) tem dupla função: primeiro, indica a importância (epistemológica) do espaço para a arqueologia, quer dizer, mostra que a exigência do espaço é a garantia da permanência no visível; depois, aponta para o perigo do abandono do espaço, já que a pesquisa geológica parte da superfície (visível) em direção à profundidade escondida ou oculta (invisível), ou seja, mostra que a utopia é correlativa do comando do invisível (em relação ao visível).

O sétimo aparecimento da crítica da utopia está localizado no sétimo parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do discurso como monumento (ver AS, p. 159).

Para a arqueologia, o discurso não é documento:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos (...). Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial (...) (AS, p. 159)

Há crítica da utopia: recusa da busca de pensamentos, representações, imagens, temas, obsessões, ocultos nos discursos (procura da heterotopia como utopia), *versus* busca da profundidade do essencial da opacidade importuna (procura da heterotopia como utopia), enfim, crítica do discurso como documento (signo de outra coisa, procura da heterotopia como utopia)⁵⁷⁷. Para a arqueologia, o discurso é monumento: “... ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um ‘outro discurso’ mais oculto. Recusa-se a ser ‘alegórica’.” (AS, p. 159) O espaço é o volume (próprio do discurso, como monumento)⁵⁷⁸. Há crítica da utopia: recusa da interpretação como busca do outro discurso (heterotopia) oculto (invisível, utopia).

⁵⁷⁶ Sobre a necessidade da presença (existência do já-dito) para a permanência no visível, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-primeiro aparecimento da presença como existência.

⁵⁷⁷ Sobre a crítica da utopia como projeto de eliminação do invisível cuja dominação se exerce em relação à subordinação do visível (discurso como documento), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁵⁷⁸ Sobre a exigência do espaço como permanência no visível, ou visão solitária e soberana (discurso como monumento), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

Sobre a crítica da utopia, ver supra também o único aparecimento da relação entre exigência do espaço e discurso da visão, o primeiro e o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade, o segundo, o nono, o décimo-sétimo, o décimo-oitavo, o vigésimo, o vigésimo-primeiro, o vigésimo-terceiro e o vigésimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença, o quarto, o quinto, o sexto e o oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade, o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença, o primeiro, o sexto, o sétimo e o décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade, o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença, o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e multiplicidade, o único aparecimento da relação entre exigência do espaço e guerra, o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença e o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade.

Discurso da visão como exigência do espaço⁵⁷⁹

A repartição do discurso da historicidade mediante a constituição do discurso da visão é exigência do espaço (ou: o espaço, elemento do discurso da historicidade, faz parte do discurso da visão): a terminologia plural do espaço possui emprego metafórico que preserva o sentido próprio, daí por que a exigência do espaço assegura a permanência no visível e está próxima da pedagogia da visão (o emprego metafórico é a aparência como risco da ilusão, e a preservação do sentido próprio é a procura da visão específica como necessidade de minúcia).

A repartição do discurso da historicidade mediante a constituição do discurso da visão é indissociabilidade entre exigência do espaço e necessidade da presença que leva à descrição da especificidade (ou: relação de harmonia entre espaço, presença e especificidade): o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, ou a permanência no visível, ou a identificação da efetividade, é exigência do espaço (e necessidade da presença) – o visível é efetivo, o visível é espacial, o visível é presencial -, como procura da visão minuciosa, ou identificação da efetividade, ou descrição da especificidade – o visível é específico, o efetivo é específico, logo o espaço e a presença são específicos e/ou efetivos (e o reconhecimento do

⁵⁷⁹ Devido à analogia entre a função (da exigência) do espaço e (da necessidade) da presença para o discurso da visão, o “Discurso da visão como exigência do espaço” deveria ser lido conjuntamente com o “Discurso da visão como necessidade da presença”. Ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Discurso da visão como necessidade da presença”.

limite ou da finitude, ou a constatação da totalidade, autoriza o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total, ou a vontade de visibilidade absoluta ou total, ou o panóptico da especificidade: o espaço, a presença e a especificidade são limitados ou finitos, logo há visão absoluta ou total).

A constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação (ou: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação como inversão da ideia de senso comum de história⁵⁸⁰) é relação de conflito entre exigência do espaço e relação, multiplicidade, tempo e guerra – constituição do discurso da miscigenação: relação da multiplicidade no tempo leva à guerra - (devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica): a exigência do espaço assegura a permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra – o visível é espacial, se a relação, o múltiplo, o temporal e a guerra forem espaciais, então a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra serão visíveis - (como eliminação da possibilidade de dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação)⁵⁸¹.

A constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica (ou: o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica) mostra que a crítica da utopia (correlativa da crítica da ausência) é complementar à (ou: esclarece negativa ou indiretamente a) exigência do espaço (indissociável da necessidade da presença) – a indissociabilidade entre espaço e presença é o avesso da união entre utopia e ausência -: enquanto a permanência no visível é assegurada pela exigência do espaço (e pela necessidade da presença), a eliminação do invisível (do jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível) é garantida pela crítica da utopia (ou: recusa da remissão do espaço à heterotopia como comando da utopia) – e pela crítica da ausência (o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade).

⁵⁸⁰ Lembremos que a ideia de senso comum de história é a do domínio do discurso da miscigenação (“narração de mudanças”: relação da multiplicidade no tempo como guerra) em relação à possibilidade de eliminação do discurso da visão (“estudo do passado”, ou daquilo que não tem mais presença, não ocupa mais o espaço e, portanto, perdeu sua especificidade: necessidade da ausência e exigência da utopia que levam à generalidade) – daí a solidariedade entre ideia de senso comum de história e discurso da metafísica (ou definição metafísica da história). Ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “Apologia da história”.

⁵⁸¹ Sobre os três sentidos da guerra, em referência ao discurso da metafísica (constituição do discurso da historicidade como crítica ao discurso da metafísica), ao discurso da visão (constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão dominador e discurso da miscigenação subordinado) e ao discurso da miscigenação (constituição do discurso da historicidade como discurso da miscigenação: relação da multiplicidade no tempo leva à guerra), ver supra “Relação entre espaço e guerra”.

A metáfora do estrangeiro é o modelo de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade: a vontade do estrangeiro (apologia do discurso da historicidade) é a união de duas heranças opostas, a afirmação da epistemologia (defesa do discurso da visão através da exigência do espaço) e a negação da metafísica (recusa do discurso do invisível mediante crítica da utopia) – o controle do discurso da miscigenação (constitutivo da ideia de senso comum de história), realizado pelo discurso da visão (por isso a exigência do espaço assegura a permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra), é justamente a eliminação definitiva do discurso da metafísica (por isso a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra jamais serão utópicos), quer dizer, o fim do perigo da solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica é a dominação do discurso da visão na constituição do discurso da historicidade.

CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÃO DA ESPECIFICIDADE: DIFERENÇA COMO SINGULARIDADE

Sobre a descrição da especificidade, ou primeiro conceito de diferença: singularidade

A constituição do discurso da visão, ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana⁵⁸² como permanência no visível e/ou identificação da efetividade⁵⁸³ que leva à procura da visão específica (o visível é efetivo, o visível é específico, o efetivo é específico)⁵⁸⁴, ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total⁵⁸⁵ como permanência no visível, e/ou identificação da efetividade, e/ou procura da visão específica⁵⁸⁶, que mediante reconhecimento do limite ou da finitude (portanto, constatação da totalidade) autoriza vontade de visibilidade absoluta ou total ou panóptico da especificidade (o visível é limitado ou finito, portanto há visão absoluta ou total)⁵⁸⁷, dito de outro modo, a constituição do discurso da visão como necessidade da presença⁵⁸⁸ e exigência do espaço⁵⁸⁹, ou

⁵⁸² Sobre o discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (relação entre audição, tato e visão), ver supra, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, principalmente “O ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana”.

⁵⁸³ Sobre (o ideal epistemológico-perceptivo da) visão solitária e soberana ou permanência no visível como identificação da efetividade (o visível é efetivo), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “A estrutura de argumentação da constatação da visão”.

⁵⁸⁴ Sobre o discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (relação entre visível e invisível, ou relação interna à visão), permanência no visível e/ou identificação da efetividade (o visível é efetivo) como procura da visão específica (o visível é específico, logo o efetivo é específico), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

⁵⁸⁵ Sobre o discurso da visão como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (relação entre pedagogia da visão e estrutura de argumentação da constatação da visão), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, principalmente “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”.

⁵⁸⁶ Sobre a reciprocidade entre permanência no visível (ou visão solitária e soberana), identificação da efetividade e procura da visão específica (o visível é efetivo, o visível é específico, o efetivo é específico), ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

⁵⁸⁷ Sobre o discurso da visão como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total (reciprocidade entre pedagogia da visão e estrutura de argumentação da constatação da visão), permanência no visível, ou identificação da efetividade, ou procura da visão específica, que mediante reconhecimento do limite ou da finitude (o visível é finito ou limitado), ou constatação da totalidade, autoriza visão absoluta ou total, ou vontade de visibilidade absoluta ou total, ou panóptico da especificidade, ver supra, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, conjuntamente “A pedagogia da visão”, “A estrutura de argumentação da constatação da visão” e “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa”.

⁵⁸⁸ Sobre o discurso da visão como necessidade da presença (relação de harmonia entre visão e presença), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, principalmente “Sobre a presença”.

indissociabilidade entre presença e espaço⁵⁹⁰ (permanência no visível)⁵⁹¹, que levam à descrição da especificidade⁵⁹² (procura da visão minuciosa)⁵⁹³, estabelece a diferença como singularidade, quer dizer, a descrição da especificidade (ou a busca da visão minuciosa) é a definição da singularidade como primeiro conceito de diferença⁵⁹⁴, porque singularidade é o termo principal, preferencial e recorrential, que condensa as três ideias de especificidade como propriedade da individualidade, precisão da minúcia e separação da distinção⁵⁹⁵ (neste processo, há reciprocidade entre descrição e análise como visão: ver é descrever, ver é analisar, logo descrever é analisar e vice-versa). Analisaremos nove aparecimentos da relação

⁵⁸⁹ Sobre o discurso da visão como exigência do espaço (relação de harmonia entre visão e espaço), ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, exemplarmente “Terminologia plural do espaço: emprego metafórico com preservação do sentido próprio”.

⁵⁹⁰ Sobre o discurso da visão como indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço (constituição do discurso da visão como relação de harmonia entre presença e espaço), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, principalmente “Indissociabilidade entre presença e espaço”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, exemplarmente “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade”.

⁵⁹¹ Sobre a reciprocidade entre necessidade da presença e permanência no visível (ou visão solitária e soberana, ou identificação da efetividade) – constituição do discurso da visão como necessidade da presença -, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença” e “Relações da presença com o discurso da visão”. Sobre a reciprocidade entre exigência do espaço e permanência no visível (ou visão solitária e soberana, ou identificação da efetividade) – constituição do discurso da visão como exigência do espaço -, ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, principalmente “Relações do espaço” e “Relações do espaço com o discurso da visão”. Sobre a reciprocidade da indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço com a permanência no visível (ou visão solitária e soberana, ou identificação da efetividade) - constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço -, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade”.

⁵⁹² Sobre o discurso da visão como indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço que leva à descrição da especificidade (constituição do discurso da visão como relação de harmonia entre presença, espaço e especificidade), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relações do espaço”.

⁵⁹³ Sobre a reciprocidade da indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço que leva à descrição da especificidade com a permanência no visível (ou visão solitária e soberana, ou identificação da efetividade) como procura da visão minuciosa (ou identificação da efetividade) – constituição do discurso da visão como indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço que leva à descrição da especificidade -, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Terminologia da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço” e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço”, “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade” e “Discurso da visão como exigência do espaço”.

⁵⁹⁴ O discurso da visão, através da descrição da especificidade (ou procura da visão minuciosa), define a singularidade como primeiro conceito de diferença, ou seja, a singularidade, para o discurso da visão, remete à especificidade, no discurso da historicidade (lembramos que o discurso da historicidade estabelece a diferença como especificidade). Sobre a diferença como especificidade (para o discurso da historicidade), ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade” (historicidade como, respectivamente, espaço da multiplicidade específica de diferenças relacionadas, temporalidade de diferenças específicas relacionadas, múltipla presença temporal específica e temporalidade das múltiplas presenças específicas).

⁵⁹⁵ Sobre a singularidade, primeiro conceito de diferença, como termo principal, preferencial e recorrential, de condensação das três ideias de especificidade, propriedade da individualidade, precisão da minúcia e separação da distinção, ver infra “Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão”.

entre descrição da especificidade e diferença como singularidade (intercalados com a apresentação da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão), de acordo com a cronologia dos fatos, a fim de comprovar sua disseminação fundamental.

Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão

Existe relação entre discurso da visão e descrição da especificidade, ou a permanência no visível é a procura da visão minuciosa, ou a indissociabilidade entre (necessidade da) presença e (exigência do) espaço leva à (descrição da) especificidade (a identificação da efetividade é descrição da especificidade): a descrição da especificidade, cuja terminologia plural como propriedade, singularidade (termo principal), autoctonia, particularidade, irredutibilidade, unicidade, individualidade, diferença (a singularidade é o primeiro conceito de diferença), imanência, precisão, definição, determinação, exclusão, distinção, separação, estrito, autonomia, remete à união entre as ideias de propriedade da individualidade, de precisão da minúcia e de separação da distinção, ou à definição da singularidade como primeiro conceito de diferença, precisa da imobilidade da singularidade para a fixação da visão: as consequências são o reforço da relação de harmonia da descrição da especificidade com os outros elementos do discurso da visão, a identificação da efetividade, o reconhecimento do limite ou da finitude, a necessidade da presença⁵⁹⁶ e a exigência do espaço⁵⁹⁷ (a permanência no visível como procura da visão minuciosa é fixação da visão), através de proximidade ou sinonímia (especificar é limitar ou definir, logo a fixação da visão é vontade de visibilidade absoluta ou total), e o acirramento da relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação⁵⁹⁸ devido à possibilidade de eliminação dos

⁵⁹⁶ Sobre a relação de harmonia entre descrição da especificidade (procura da visão minuciosa) e discurso da visão como necessidade da presença (permanência no visível) – relação entre presença e especificidade -, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”.

⁵⁹⁷ Sobre a relação de harmonia entre descrição da especificidade (procura da visão minuciosa) e discurso da visão como exigência do espaço (permanência no visível) – relação entre espaço e especificidade -, ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade”. Sobre a relação de harmonia da descrição da especificidade (procura da visão minuciosa) com o discurso da visão como indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço (permanência no visível) – relação entre presença, espaço e especificidade -, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relações entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade”.

⁵⁹⁸ Sobre a constituição do discurso da historicidade como aliança belicosa ou união tensa entre discurso da visão e discurso da miscigenação (relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação), ver supra,

elementos do discurso da miscigenação – o estrangeiro afirma sua herança para domar a história arriscando sua vontade⁵⁹⁹ -, daí a perda da relação (em função da singularidade como separação), a desatenção à multiplicidade (em função da singularidade como individualidade) e a suspensão ou o congelamento do tempo (em função da singularidade como precisão). Analisaremos, segundo a cronologia dos fatos, de modo a comprovar a disseminação fundamental, trinta e seis aparecimentos da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (intercalados com a apresentação da relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade), segundo suas múltiplas configurações: relação da descrição da especificidade com a identificação da efetividade, e/ou o reconhecimento da finitude ou do limite (constatação da totalidade), e/ou a necessidade da presença, e/ou a exigência do espaço.

no “Prólogo – Discurso da historicidade”, especialmente “O discurso da historicidade”, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença” e “Terminologia da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relações do espaço”.

⁵⁹⁹ A tese da função da descrição da especificidade, a fixação da visão, como acirramento da relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação que leva à possibilidade de eliminação dos elementos do discurso da miscigenação é o avesso da tese da constituição do discurso da historicidade como confirmação da ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação, solidária da definição metafísica da história devido à possibilidade de exclusão do discurso da visão: o estrangeiro ameaçado (pela herança filosófica da negação metafísica), ao defender sua herança (filosófica da epistemologia aplicada ao discurso da visão), corre o risco de perder sua vontade (a apologia da história) – a história é uma espécie de animal indomável (discurso da miscigenação): para domá-la (tese da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação), o estrangeiro precisa atacar o metafísico (eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica), correndo o risco de sacrificar sua vontade (perda do discurso da miscigenação). Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como confirmação da ideia de senso comum de história, do predomínio do discurso da miscigenação, solidária da definição metafísica da história devido à possibilidade de exclusão do discurso da visão, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Apologia da história”, e no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência” e “Crítica da ausência”. Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação mediante eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O funcionamento do discurso da historicidade”, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço”, “Relações do espaço com o discurso da miscigenação”, “Relação entre espaço e guerra”, “Crítica da utopia” e “Discurso da visão como exigência do espaço”. Sobre a metáfora do estrangeiro como gabarito de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica”, “Apologia da história”, “Herança filosófica: afirmação da epistemologia” e “O funcionamento do discurso da historicidade”, no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão como epistemologia da percepção” e “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica”, no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total”, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença”, “Sobre a ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço”, “Relação entre espaço e guerra” e “Discurso da visão como exigência do espaço”.

O primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-sétimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a explicação do livro (ver AS, p. 17-8).

O livro **A arqueologia do saber** é a tentativa de dar coerência à trajetória anterior de Foucault (**História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**): “Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mudanças que se operam, em geral, no *domínio* da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os *limites*, os temas *próprios* da história das ideias...” (AS, p. 17, grifo nosso) A especificidade é a propriedade, o que pertence a, e o que é peculiar: o específico é o próprio, a posse e a singularidade ao mesmo tempo⁶⁰⁰ (e o primeiro conceito de diferença é justamente a singularidade, o que pertence a um, único, unicidade e individualidade, e o que é distinto⁶⁰¹). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço): os limites próprios ao domínio da história das ideias (limite específico do espaço) – o domínio é o pertencimento, a posse e a dominação espacial⁶⁰²: encontro da exigência do espaço com a descrição da especificidade. Especificar é limitar (espacialmente): somente é possível ver (descrever) o que é limitado (é possível limitar através do espaço⁶⁰³), e o limite é sempre específico (singular, único e distinto), logo o discurso da visão (como exigência do limite espacial, ou do espaço limitado) estabelece a necessidade da descrição da especificidade (singularidade como diferença)⁶⁰⁴: daí o risco da imobilidade da singularidade, já que a distinção do único, a individualização, leva à fixação da visão, que é, simultaneamente, desatenção ao múltiplo, perda da relação e suspensão do tempo (devido à manutenção da identidade).

O segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-nono parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a explicação do livro como apresentação da transformação autóctone no domínio da história (*versus* a transferência da análise estrutural) – ver AS, p. 18.

⁶⁰⁰ O próprio como posse e como peculiaridade corresponde, respectivamente, ao primeiro e ao segundo sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1403-4.

⁶⁰¹ O singular como diferente, a relação entre o pertencimento ao único, unicidade e individualidade, e a distinção (distinto porque único), corresponde, respectivamente, ao primeiro e ao terceiro sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1591.

⁶⁰² O domínio como pertencimento, posse e dominação espacial corresponde, respectivamente, ao terceiro, ao segundo e ao primeiro sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 607.

⁶⁰³ Sobre o espaço como uma das possibilidades de estabelecimento do limite, ver o terceiro sentido da palavra “limite”: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1032.

⁶⁰⁴ Discurso da visão como união da estrutura de argumentação da constatação da visão e da pedagogia da visão: a exigência do espaço assegura a permanência no visível e a descrição da especificidade é a procura da visão minuciosa (o reconhecimento do limite autoriza a visão absoluta ou total da especificidade).

O livro **A arqueologia do saber** não é a importação de uma análise estrutural para a história das ideias:

Não se trata de transferir para o *domínio* da história, e *singularmente* da história dos conhecimentos, um método estruturalista que foi testado em *outros campos* de análise. Trata-se de revelar os princípios e as consequências de uma transformação *autóctone* que está em vias de se realizar no *domínio* do saber histórico. (AS, p. 18, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (primeiro conceito de diferença): da história à história dos conhecimentos há distinção e individualização (portanto, especificação como singularização); e a autoctonia: a transformação pertence ao próprio (possessão) saber histórico. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (exigência do espaço) – e combate entre autoctonia e aloctonia -: a transformação autóctone (mesma terra, espaço próprio, específico, singular) no domínio (exigência do espaço) do saber histórico não é a transferência (aloctonia) do método estruturalista, testado em outros campos (heterotopia) de análise, para o domínio (espaço) da história – a autoctonia (espaço específico) recusa o movimento da heterotopia como aloctonia (indistinção, perda da especificidade espacial)⁶⁰⁵. Entretanto, a transformação autóctone no domínio da história não é totalmente estranha à análise estrutural: “É bem possível que essa transformação, os problemas que ela coloca (...) não sejam, até certo ponto, estranhos ao que se chama análise estrutural. Mas não é essa análise que aqui se encontra, *especificamente*, em jogo...” (AS, p. 18, grifo nosso) A especificidade é a distinção que individualiza (transformação autóctone no domínio da história), singularidade, e, paradoxalmente, é por isso que é possível que a análise estrutural não seja estranha (indiferente) à transformação da história. O discurso da visão (exigência do espaço) é a necessidade da descrição (visão) da especificidade (diferença como singularidade) que tem como consequência o risco da imobilidade (a fixação da visão), quer dizer, a perda da relação (devido à distinção) e a desatenção ao múltiplo (devido à individualização).

O terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no vigésimo-segundo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do livro como questionamento do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito (*versus* debate sobre a estrutura) – ver AS, p. 19.

O livro **A arqueologia do saber** não é um debate sobre o estruturalismo, mas um questionamento sobre a subjetividade: “... esta obra (...) não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (...); mas sim no *campo* em

⁶⁰⁵ Sobre a exigência do espaço como garantia da permanência no visível, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico.

que se *manifestam*, se cruzam, se emaranham e se *especificam* as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito.” (AS, p. 19, grifo nosso) A especificidade é a descrição da minúcia e da individualidade (singularidade): especificar, ou seja, explicar (ver, descrever) minuciosamente, esmiuçar, e apontar individualmente (singularizar)⁶⁰⁶, as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço): exposição (descrição, visão) minuciosa e individual (singular) das questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito, em seu campo (espaço) de manifestação (presença) – especificidade no espaço da presença. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição da especificidade⁶⁰⁷ (singularidade como diferença)⁶⁰⁸, daí o risco da imobilidade da singularidade (fixação da visão), perda da relação, desatenção à multiplicidade e congelamento do tempo (permanência da identidade).

O quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação dos problemas teóricos do emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série e de transformação na história das ideias (ver AS, p. 23).

O uso conceitual-histórico do léxico da diferença (descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação) apresenta problemas procedimentais e teóricos:

O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação, coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos. São estes os problemas que vão ser aqui estudados (as questões de procedimento serão consideradas no curso das próximas pesquisas empíricas (...)) (AS, p. 23)

A escolha dos problemas teóricos e o abandono das questões de procedimento é uma opção pela especificidade em que existe desatenção à multiplicidade (postergação das questões procedimentais) e perda da relação (entre os problemas teóricos e as questões de procedimento). Além disso, os problemas teóricos (do emprego conceitual-histórico do léxico da diferença) estão em um processo irreversível de especialização: “... só serão considerados

⁶⁰⁶ Especificar, como descrição da minúcia e da individualidade, é, respectivamente, o segundo e o terceiro sentido do verbo. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 701.

⁶⁰⁷ Sobre a relação entre necessidade da presença, exigência do espaço (ou indissociabilidade entre presença e espaço como permanência no visível) e descrição da especificidade (ou procura da visão minuciosa), ver supra complementarmente no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁶⁰⁸ Movimento da pedagogia da visão: (permanência no visível proporcionada pela indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço como) busca da visão minuciosa (como descrição da especificidade).

em um *campo particular*: nessas disciplinas (...) que se chamam história das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos.” (AS, p. 23, grifo nosso) A especificidade é a particularidade (singularidade) como restrição ou individualização do espaço. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (exigência do espaço): campo (espaço) particular (específico). O discurso da visão (exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença), quer dizer, a permanência no visível é a procura da visão minuciosa, daí o risco da imobilidade da singularidade (fixação da visão como desatenção à multiplicidade, perda da relação e manutenção da identidade/suspensão do tempo).

O quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no sétimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da manutenção em suspensão das formas prévias de continuidade (ver AS, p. 29).

A manutenção em suspensão das formas prévias de continuidade é a recusa da sua evidência inquestionável (cuja aparência mantém a cegueira) e a opção pela especificidade (como visão minuciosa)⁶⁰⁹: “Que fenômenos *específicos* fazem *aparecer* no *campo* do discurso?” (AS, p. 29, grifo nosso) A especificidade é a individualidade (singularidade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço): aparecimento (presença) de fenômenos (visível) específicos no campo (espaço) do discurso – presença da especificidade visível no espaço. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, presença no espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como primeiro conceito de diferença), ou seja, há permanência no visível como procura da visão minuciosa, daí a imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da primeira utilidade da manutenção em suspensão das unidades admitidas, a restituição da singularidade de acontecimento do enunciado (ver AS, p. 32).

A manutenção em suspensão das unidades admitidas tem por escopo a restituição da singularidade de acontecimento do enunciado:

⁶⁰⁹ Sobre a manutenção em suspensão das formas prévias de continuidade como pedagogia da visão, passagem da aparência como ilusão à visão diferente como especificidade, ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

Na verdade, a supressão sistemática das unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua *singularidade de acontecimento* (...); faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa *irredutível* – e muito frequentemente minúscula – *emergência*. (AS, p. 32, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade, o que é peculiar e/ou individual, o que é distinto, o que é minucioso, a distinção pela minúcia da peculiaridade, e a irredutibilidade, o que não se pode reduzir, o que é invencível, o que é indecomponível⁶¹⁰. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença)⁶¹¹: singularidade de acontecimento ou irredutível emergência do enunciado (especificidade da presença, presença específica)⁶¹² – a diferença é a singularidade, ou a invencibilidade da distinção da individualidade minuciosa. O enunciado é um acontecimento estranho: “Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: (...) porque é *único como todo acontecimento*, mas está aberto à repetição...” (AS, p. 32, grifo nosso)⁶¹³ Um dos aspectos da paradoxalidade do enunciado é sua singularidade, o fato de que pertence exclusivamente a si mesmo, é único. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença)⁶¹⁴: o enunciado é único (singular, específico) como todo acontecimento (toda presença), quer dizer, a presença é sempre específica. O discurso da visão (necessidade da presença) requer a descrição da especificidade (singularidade como diferença), ou seja, a permanência no visível é a busca da visão minuciosa, então há imobilidade, fixação, da visão (devido justamente à singularidade) – perde-se a relação, ignora-se a multiplicidade, mantém-se a identidade, suspende-se o tempo.

O sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “As formações discursivas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**.

⁶¹⁰ O irredutível como o que não se pode reduzir, o invencível (e aí percebemos a relação entre especificidade e guerra), o indecomponível corresponde, respectivamente, ao primeiro, ao segundo e ao terceiro sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 969.

⁶¹¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como acontecimento.

⁶¹² A “observação (colocar sob o olhar, *mettre sous le regard*) da irredutível emergência” (visão da presença específica) já mostra a implicação entre discurso da visão, necessidade da presença e descrição da especificidade.

⁶¹³ Sobre o enunciado como acontecimento estranho que une visibilidade e auditibilidade, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre visível e audível. Sobre o enunciado como acontecimento estranho que une necessidade da presença e exigência do espaço (indissociabilidade entre presença e espaço), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁶¹⁴ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como acontecimento.

Seu contexto é a avaliação das possibilidades da análise das formações discursivas (ver AS, p. 44-5).

A primeira avaliação da análise das formações discursivas é o questionamento da possibilidade do resgate das unidades familiares:

Eu havia usado, para uma primeira marcação, certos agrupamentos (...) bastante familiares: nada me garante que os reencontre no fim da *análise*, nem que descubra o princípio de sua *delimitação* e de sua *individualização*; não estou certo que as formações discursivas que isolei (...) não introduzam recortes imprevistos. (AS, p. 44, grifo nosso)⁶¹⁵

A especificidade é a individualização (singularidade). Existe relação entre (análise da) especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite): a análise das formações discursivas é a busca do princípio de delimitação (limite) e de individualização (especificidade) – especificar, apontar individualmente, é limitar, marcar o fim⁶¹⁶ (a vontade de visibilidade absoluta ou total somente é possível devido ao reconhecimento do limite ou da finitude). A segunda avaliação da análise das formações discursivas é o questionamento da possibilidade da garantia da cientificidade:

Da mesma forma, nada me garante que semelhante discussão poderá dar conta da cientificidade (ou da não-cientificidade) desses conjuntos discursivos que tomei como ponto de partida e que se apresentam, de início, com uma certa presunção de racionalidade científica; nada me garante que minha *análise* não se situe em um nível inteiramente *diferente*, constituindo uma *descrição irreduzível* à epistemologia ou à história das ciências. (AS, p. 44, grifo nosso)⁶¹⁷

A especificidade é a irreduzibilidade, o que não se pode reduzir (ou a singularidade, o que é distinto, como diferença): análise das formações discursivas como descrição irreduzível (nível inteiramente diferente) à epistemologia ou à história das ciências – há uma reciprocidade entre análise e descrição, já que os dois procedimentos remetem à visão: analisar/descrever é ver. O discurso da visão (reconhecimento do limite) leva à descrição (ou análise) da especificidade (singularidade como diferença), por isso a visão absoluta ou total é específica, e daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda

⁶¹⁵ Sobre o questionamento das unidades familiares como crítica da utopia (e exigência do espaço para a permanência no visível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da crítica da utopia.

⁶¹⁶ Limitar como marcar o fim (reciprocidade entre limite e finitude) é o quinto sentido da palavra “limite”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1032.

⁶¹⁷ Há dois problemas de tradução: ao invés de “discussão” deveria ser “descrição” (para a preservação da importância metodológica e epistemológica da descrição, principalmente devido à sua remissão à visão), e ao invés de “ponto de partida” deveria ser “ponto de ataque” (para a preservação da importância do discurso da guerra).

parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da demarcação das superfícies de emergência dos objetos de discurso (ver AS, p. 47).

A formação dos objetos de discurso necessita da demarcação de suas superfícies de emergência: “Seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua [dos objetos de discurso] *emergência*: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas (...) [as] diferenças individuais...” (AS, p. 47, sublinhado nosso) Quer dizer, as superfícies de emergência ou de surgimento dos objetos de discurso são organizadas “... de modo *específico*...” (AS, p. 47, grifo nosso) A especificidade é a diferença individual, individualidade distinta, singularidade (primeiro conceito de diferença). Existe relação entre (análise da) especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁶¹⁸ e exigência do espaço⁶¹⁹): demarcação (limite) das superfícies (espaço) de emergência ou de surgimento (presença) para análise das diferenças individuais (singularidade, especificidade) – limite do espaço da presença para especificidade. Demarcar é determinar o limite de, delimitar, mas também separar, distinguir e, principalmente fixar⁶²⁰: encontro da demarcação/do limite com a singularidade/especificidade (singularizar é individualizar e distinguir) e a imobilidade (demarcar é fixar através do limite que distingue) da singularidade, fixação da visão (o demarcar está vinculado ao mostrar, e mostrar é ver) que analisa (ou descreve, vê).

Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que então se manifestam, o discurso (...) encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe o *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível. (AS, p. 47, sublinhado nosso)

A especificidade é a diferenciação (distinção que individualiza, singularização). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁶²¹ e exigência do espaço⁶²²): na manifestação (presença) dos campos (espaço) de diferenciação (especificidade), o discurso limita (limite) seu domínio (espaço) e faz aparecer (presença) o objeto, quer dizer, torna-o descritível (visível) – presença do espaço

⁶¹⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto surgimento da presença como aparecimento.

⁶¹⁹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁶²⁰ Demarcar como delimitar (marcar o limite de), distinguir (separar) e fixar corresponde, respectivamente, ao primeiro, terceiro e segundo sentido do verbo. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 533.

⁶²¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto surgimento da presença como aparecimento.

⁶²² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

da especificidade: limite do espaço e presença para descrição (visão). O discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição (visão) da especificidade (singularidade como diferença), quer dizer, a permanência no visível como vontade de visibilidade absoluta ou total é a procura da visão minuciosa, daí a imobilidade da singularidade como fixação da visão.

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o primeiro aparecimento está localizado no quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da análise das grades de especificação ou de diferenciação dos objetos de discurso (ver AS, p. 48).

A formação dos objetos de discurso exige a análise de suas grades de especificação ou de diferenciação: “Analisar (...) as *grades de especificação [de diferenciação]*: trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as (...) [diferenças] como objetos do discurso...” (AS, p. 48, sublinhado nosso) A especificidade é a especificação (descrição da singularidade) e/ou a diferenciação (singularidade como diferença) – aliança entre especificidade e diferença através da singularidade: primeiro conceito de diferença⁶²³ - : análise das grades de especificação ou descrição das grades de diferenciação (analisar/descrever como ver) – reciprocidade entre análise e descrição como visão.)

O nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do relacionamento que caracteriza a prática discursiva (ver AS, p. 53-4).

A recapitulação da busca da unidade do discurso quanto à formação dos objetos permite compreender o relacionamento que caracteriza a prática discursiva:

Havíamos procurado a unidade do discurso junto aos próprios objetos, (...) – em resumo, junto ao que é dado ao sujeito falante – e fomos mandados de volta, finalmente, para um relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva; descobrimos, assim, (...) um conjunto de *regras* que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade. (AS, p. 53, sublinhado nosso)

A especificidade é a propriedade (o que pertence a, possessão, o que é peculiar, individualização) como imanência (o que é inseparável, inseparabilidade)⁶²⁴, singularidade

⁶²³ Sobre a diferença como especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” sobretudo o sexto, o sétimo, o nono e o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁶²⁴ A imanência como inseparabilidade do individual é o primeiro sentido da palavra “imanente”. Ver FERREIRA, Aurélio B. De H. **Novo...**, p. 918.

como individualidade inseparável que pertence unicamente a si mesma: relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva ou conjunto de regras imanentes a uma prática discursiva (definição de sua especificidade)⁶²⁵. O sistema de formação dos objetos (o relacionamento ou o conjunto de regras de uma prática discursiva) tem como característica a permanência estável: “... não são os objetos que permanecem constantes, (...) mas o estabelecimento de relação entre as *superfícies* em que podem *aparecer*, em que podem ser *delimitados, analisados e especificados*.” (AS, p. 53-4, grifo nosso) A especificidade é a singularização (diferença como distinção individual). Existe relação entre (análise da) especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço): somente é possível analisar (quer dizer, ver) e especificar (singularizar como diferenciar) os objetos a partir de seu aparecimento (presença) e de sua delimitação (limite) na superfície (espaço – presença no espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço, e limite no espaço, espaço do/como limite). O discurso da visão (indissociabilidade entre espaço e presença e reconhecimento do limite) requer a descrição (análise, visão) da especificidade (diferença como singularidade) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até a visão absoluta ou total - como meio de imobilização da singularidade (ou da fixação da visão).

O décimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da permanência no nível discursivo como crítica ao recurso do aquém e do além do discurso (ver AS, p. 55-6).

A permanência no discurso é crítica da volta às coisas (aquém do discurso: plenitude viva da experiência)⁶²⁶ e da ida às palavras (além do discurso: descrição do vocabulário): “... fica-se, tenta-se ficar no nível do *próprio* discurso.” (AS, p. 55, grifo nosso) A especificidade é a propriedade, o que pertence a, posse, como imanência, o que é inseparável de, inseparabilidade, enfim, singularidade, o que pertence a um, individualidade inseparável: permanência no nível do próprio (específico, singular) discurso. A permanência no discurso (posse individual inseparável) é crítica da relação entre palavras e coisas: “... gostaria de *mostrar*, por meio de exemplos *precisos*, que, *analisando os próprios* discursos, *vemos se*

⁶²⁵ Sobre a relação entre imanência como visibilidade discursiva e especificidade como necessidade da visão diferente, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da tipologia da visibilidade.

⁶²⁶ Sobre a crítica do aquém do discurso como recusa da aliança entre visível e inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre visível e inaudível.

desfazem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, *próprias* da prática discursiva.” (AS, p. 56, grifo nosso) A especificidade é a precisão, o que é exato, particularização, distinção (singularidade: individualidade distinta)⁶²⁷: mostrar/ver exemplos precisos (específicos, singulares)⁶²⁸; e a propriedade (singularidade como posse individual inseparável): analisar/ver os próprios (específicos, singulares) discursos e as regras próprias (específicas, singulares) da prática discursiva. O discurso como prática que forma regularmente seus objetos é crítica da designação, ou seja, da remissão dos signos às coisas: “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.” (AS, p. 56, sublinhado nosso) A especificidade é a irredutibilidade, o que não se pode reduzir, o que é indecomponível (singularidade como individualidade distinta): discursos irredutíveis (específicos, singulares) à língua e ao ato da fala. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): é preciso fazer aparecer (presença) e descrever (visão) – descrito/visto, porque aparecido/presente – a irredutibilidade (especificidade) do discurso em relação à língua e ao ato da fala (presença e descrição/visão da especificidade). O discurso da visão (necessidade da presença) precisa da descrição (visão) da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa - para que haja imobilidade da singularidade como fixação da visão (consequentemente, perda da relação e desatenção à multiplicidade).

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o segundo aparecimento está situado no segundo parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do *status* dos indivíduos que proferem o discurso (ver AS, p. 57-8).

A formação das modalidades enunciativas depende da análise do *status* dos indivíduos que proferem o discurso:

(...) quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* dos

⁶²⁷ A precisão como exatidão, particularização e distinção refere-se, respectivamente, ao oitavo (exatidão) e ao primeiro (particularização e distinção) sentido do verbo “precisar”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1380.

⁶²⁸ Sobre a especificidade como precisão que funciona segundo indistinção ou indiferenciação entre visível e audível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

indivíduos que têm – e apenas eles – o direito (...) de proferir semelhante discurso? (AS, p. 57, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade, o que é particular/individual, e o que é distinto/diferente: o *status* ou a titularidade dos indivíduos que proferem o discurso está vinculado à singularidade (individualidade distinta, especificidade) deste discurso. O processo de especificação (ou de diferenciação) continua, pois o *status* dos indivíduos está associado também às mudanças sociais ou civilizatórias: “Esse *status* dos (...) [indivíduos] é, em geral, bastante singular em todas as formas de sociedade e de civilização: ele não é, quase nunca, um personagem indiferenciado ou intercambiável.” (AS, p. 58, sublinhado nosso) A especificidade é a singularidade, e a singularidade é diferença (*versus* indiferenciação), quer dizer, exposição (visão) da distinção particular – a crítica da indiferenciação (tornar a diferença invisível, porque interiorizada como negação)⁶²⁹ é uma crítica da abstração (desatenção à diferença, distração que é separação da percepção/da visão e permanência abstrusa no oculto, invisível)⁶³⁰: encontro do indiferenciado com o abstrato (na verdade, a indiferenciação é uma modalidade de funcionamento da abstração). A crítica da abstração (como crítica da indiferenciação) mostra a relação tensa entre singularidade e totalidade: o caráter generalizante-condicional (em geral, quase nunca) da afirmação da singularidade na totalidade (o *status* dos indivíduos é bastante singular/diferente em todas as formas de sociedade ou de civilização) carrega o perigo da invisibilidade, já que a generalização é outra modalidade da abstração, mas traz a necessidade do condicional, pois a pedagogia da visão ensina que o caminho da visão minuciosa/específica à vontade de visibilidade absoluta ou total é um imperativo irrevogável para o historiador⁶³¹.)

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o terceiro aparecimento está localizado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos procedimentos de intervenção aplicados aos enunciados (ver AS, p. 65-6).

⁶²⁹ Sobre a indiferenciação como movimento para dentro, interiorização, e como negação, ou privação, ver os dois sentidos do prefixo “in” (o primeiro como sinônimo do prefixo “em”): FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 628 e p. 927.

⁶³⁰ A abstração como distração, separação da realidade sensível e ocultação corresponde, respectivamente, ao sétimo sentido do verbo “abstrair”, ao segundo e ao sexto sentido da palavra “abstrato”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 17.

⁶³¹ Sobre o conflito entre vontade de visibilidade absoluta ou total e necessidade da visão específica expresso pelo processo de generalização (cujo perigo da invisibilidade seria eliminado através da unicidade da visão), ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A descrição da organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam conceitos discordantes, quer dizer, a busca da formação dos conceitos, exige a definição dos procedimentos de intervenção aplicados aos enunciados:

Torna-se possível (...) definir os *procedimentos de intervenção* que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados. Esses procedimentos, na verdade, não são os mesmos para todas as formações discursivas; os que são aí utilizados (à exceção de todos os outros) (...) permitem especificar cada uma delas. (AS, p. 65, sublinhado nosso)

A especificidade é a definição, o que é limitado, o que é exato, o que é inconfundível (distinto)⁶³², da unicidade, o que é único, individual (singularidade): os procedimentos de intervenção que são utilizados à exceção de todos os outros (permanência no visível como especificidade: singularidade como diferença). Existe crítica da generalização (mesmidade como generalização que remete à invisibilidade): os procedimentos de intervenção que são utilizados (especificidade visível) à exceção de todos os outros (generalização invisível), ou os procedimentos não são os mesmos (mesmidade) para todas (totalidade) as formações discursivas (crítica da generalização.)

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no segundo parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das escolhas teóricas ou das estratégias como incipiência (ver AS, p. 72).

A análise das escolhas teóricas ou das estratégias é incipiente porque as pesquisas anteriores de Foucault (**História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas**) não concentraram a atenção sobre sua formação:

(...) tratava-se de *descrever*, cada vez, a formação discursiva em todas as suas dimensões e segundo suas características *próprias*: era preciso, pois, definir, cada vez, as regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, das escolhas teóricas. Mas chegou-se à conclusão de que o ponto difícil da *análise* e aquele que exigia mais atenção não eram sempre os mesmos. (AS, p. 72, grifo nosso)

A especificidade é a propriedade, o pertencente a uma individualidade (singularidade): descrição ou análise (quer dizer, visão) das características próprias (específicas, singulares) – os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as escolhas teóricas – da formação discursiva. O exemplo de **História da loucura**, através da indicação do ponto difícil da

⁶³² A definição como limite ou demarcação, exatidão ou precisão e inconfundibilidade (ou distinção) corresponde, respectivamente, ao primeiro, ao quarto e ao segundo sentido do verbo “definir”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 528.

análise, daquele que exigia mais atenção (duplo apelo correlativo, de visão e de especificidade), mostra a importância da formação dos objetos:

Na *Histoire de la Folie*, tratei de uma formação discursiva cujos pontos de escolha teóricos eram bastante fáceis de serem demarcados, cujos sistemas conceituais eram relativamente pouco numerosos e sem complexidade, cujo regime enunciativo, enfim, era bastante homogêneo e monótono; em compensação, o problema era a emergência de todo um conjunto de objetos, muito enredados e complexos; tratava-se de descrever, antes de tudo, a formação desses objetos, para demarcar, em sua especificidade, o conjunto do discurso (...) (AS, p. 72, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade (individualização minuciosa da distinção): descrição da formação dos objetos para demarcação da especificidade do discurso. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite e necessidade da presença): descrição (descrever é ver) da formação dos objetos, ou da emergência (presença) de um conjunto de objetos, para demarcação (delimitação, fixação, separação/distinção - limite) da especificidade (singularidade como diferença) do discurso – o reconhecimento do limite como fixação da singularidade (a singularidade é sempre limitada) é o risco da imobilidade (simultaneamente desatenção à multiplicidade, perda da relação e suspensão do tempo mediante a manutenção da identidade) e a autorização da possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total: visão absoluta ou total da especificidade. O discurso da visão (reconhecimento do limite e necessidade da presença) leva à descrição (análise, visão) da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, e daí à imobilidade da singularidade (como fixação da visão).

O décimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no sexto parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da determinação das escolhas teóricas como dependência do regime e dos processos de apropriação do discurso (ver AS, p. 74-5).

A formação das escolhas teóricas ou das estratégias exige a análise do regime e dos processos de apropriação do discurso:

A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende (...) de uma (...) instância. (...). Essa instância compreende (...) o *regime e os processos de apropriação* do discurso: pois, em nossas sociedades (...) a propriedade do discurso (...) está reservada de fato (...) a um grupo determinado de indivíduos (...) (AS, p. 74-5, sublinhado nosso)

A especificidade é a determinação, o que é preciso, definido, e o que é distinto (singularidade como diferença)⁶³³: determinação (especificação, singularização) das escolhas teóricas realmente efetuadas, e grupo determinado (específico, singular) de indivíduos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (identificação da efetividade⁶³⁴ e reconhecimento do limite): a determinação (delimitação: fixação do limite)⁶³⁵ das escolhas teóricas realmente efetuadas (efetividade)⁶³⁶ depende da análise (ou da descrição: visão) da apropriação do discurso por um grupo determinado (especificidade) de indivíduos – o limite da efetividade leva à especificidade, ou: vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade. O discurso da visão (identificação da efetividade e reconhecimento do limite) é a necessidade da descrição da especificidade (permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade), daí a imobilidade da singularidade como fixação da visão.

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o quarto aparecimento está situado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da distinção entre os critérios que permitem definir a identidade de uma proposição e aqueles que servem para descrever a unidade singular de um enunciado (ver AS, p. 91-2)⁶³⁷.

Há diferença entre enunciado e proposição porque é possível ter dois enunciados distintos onde existe apenas uma proposição ou, ao contrário, um enunciado onde existem proposições complexas e redobradas ou fragmentárias e inacabadas: “Os critérios que permitem definir a identidade de uma proposição, distinguir várias delas sob a unidade de uma formulação, caracterizar sua autonomia ou sua propriedade de ser completa, não servem para *descrever a unidade singular* de um enunciado.” (AS, p. 92, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (o que pertence a um, único, individualidade, e o que é distinto, distinção) como unidade (o que é único, unicidade, o que não pode ser dividido,

⁶³³ A determinação como precisão ou definição, e distinção, corresponde, respectivamente, ao segundo e ao sexto sentido do verbo “determinar”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 580.

⁶³⁴ Sobre a importância da identificação da efetividade para o discurso da visão (como permanência no visível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico.

⁶³⁵ A determinação como delimitação e fixação corresponde ao primeiro sentido do verbo “determinar”. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 580.

⁶³⁶ Sobre a relação entre “efetivar” e “efetuar”, ver o significado de “efetível”, e sobre a efetividade como realidade, ver o terceiro sentido da palavra: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 620.

⁶³⁷ Sobre a relação entre discurso da visão (como exigência do espaço) e descrição da especificidade (como diferença), ver supra complementarmente no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

indivisível, e o que forma um todo completo, totalidade)⁶³⁸: descrição da unidade singular (individualidade distinta ou unicidade indivisível total) de um enunciado – visão da especificidade/singularidade como diferença ou vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade.)

O décimo-terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o questionamento da reciprocidade entre a individualização dos enunciados e a demarcação dos atos de formulação (ver AS, p. 93-4)⁶³⁹.

A definição do ato de formulação (*speech act*, ato ilocutório) tem por objetivo estabelecer a relação entre existência do enunciado e isolamento do ato de formulação: “... *descreve-se a operação que foi efetuada pela própria fórmula, em sua emergência...*” (AS, p. 94, grifo nosso) A especificidade é a propriedade, o que pertence a, possessão, o que é peculiar, peculiaridade, possessão da peculiaridade (singularidade): própria fórmula. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (identificação da efetividade e necessidade da presença): descrição da operação efetuada (efetividade) pela própria (especificidade) fórmula em sua emergência (presença) – descrição/visão da efetividade da especificidade através da presença⁶⁴⁰. O ato ilocutório é “... o que se produziu pelo *próprio* fato de ter sido enunciado – e *precisamente* esse enunciado (*e nenhum outro*) em circunstâncias bem *determinadas*.” (AS, p. 94, grifo nosso) A especificidade é a propriedade (possessão da particularidade), a precisão (o que é exato, exatidão, o que é distinto, distinção)/exclusão e a determinação (o que é definido, definição, o que é distinto, distinção) – singularidade como diferença -: o próprio fato de ter sido enunciado, precisamente esse enunciado/nenhum outro em circunstâncias bem determinadas. Daí a suposição de que a individualização dos enunciados corresponde à demarcação dos atos de formulação:

Pode-se, então, supor que a *individualização* dos enunciados depende dos mesmos critérios que a *demarcação* dos atos de formulação: cada ato tomaria

⁶³⁸ A unidade como unicidade, indivisibilidade e totalidade corresponde, respectivamente, ao quarto, ao quinto e ao nono sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1738.

⁶³⁹ Sobre a definição do ato ilocutório como indistinção ou indiferenciação entre visível e audível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre visível e audível.

⁶⁴⁰ Sobre a condição de visibilidade, proporcionada pela identificação da efetividade e pela necessidade da presença, como a única capaz de valorizar a especificidade (quer dizer, a permanência no visível leva à procura da minúcia da visão), ver no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quinto aparecimento da relação entre visível e audível. Sobre a necessidade da presença, cuja garantia da permanência no visível é o critério para a tentativa de reciprocidade entre a existência do enunciado e o isolamento do ato de formulação, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como emergência.

corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, *habitado* por um desses atos. *Existiriam* um pelo outro e em uma exata reciprocidade. (AS, p. 94, grifo nosso)

A especificidade é a individualização (singularização, ao mesmo tempo unicidade e distinção): individualização dos enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço): a individualização (descrição da especificidade como singularização) dos enunciados corresponderia⁶⁴¹ à demarcação (delimitação, fixação, separação/distinção - limite) dos atos de formulação (especificar é limitar), ou seja, cada ato tomaria corpo (espaço) em um enunciado e cada enunciado seria habitado (espaço) por um ato, ou existiriam (presença) um pelo outro (espacializar é presentificar, e vice-versa: indissociabilidade entre presença e espaço) – especificar é limitar através do espaço e da presença. O discurso da visão (identificação da efetividade, reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço) reivindica a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, daí a imobilidade da singularidade (como fixação da visão).

O décimo-quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica do estabelecimento da relação biunívoca entre o conjunto dos enunciados e o dos atos de formulação (ver AS, p. 94-5).

A correlação entre enunciados e atos ilocutórios é impossível porque frequentemente é preciso mais de um enunciado para efetuar um *speech act*:

(...) juramento, prece, contrato, promessa, demonstração, exige, na maior parte do tempo, um certo número de fórmulas distintas ou de frases separadas: seria difícil contestar, em cada uma delas, o *status* de enunciado, sob o pretexto de que são todas atravessadas por um único e mesmo ato ilocutório. Talvez se diga que, nesse caso, o próprio ato não permanece único ao longo da série dos enunciados; que há, em uma prece, tantos atos de prece limitados, sucessivos e justapostos quantas forem as exigências formuladas por enunciados distintos; e que há, em uma promessa, tantos comprometimentos quantas forem as sequências individualizáveis em enunciados separados. Não poderíamos, entretanto, nos satisfazer com esta resposta: inicialmente porque o ato de formulação não serviria mais para definir o enunciado, mas deveria ser, ao contrário, definido por este – que justamente constitui problema e requer critérios de individualização. (AS, p. 94-5, sublinhado nosso)

⁶⁴¹ Sobre a suposição da reciprocidade entre individualização dos enunciados e demarcação dos atos de formulação como aparência cuja ilusão exige a necessidade da visão diferente como busca da minúcia, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o oitavo aparecimento da pedagogia da visão.

Várias características da especificidade aparecem e todas remetem à singularidade como diferença: distinção (o que é diferente – fórmulas distintas, enunciados distintos), separação (o que é distinto – frases separadas, enunciados separados), unicidade (o que é único – único ato ilocutório), propriedade (o que pertence ao peculiar – próprio ato) e individualidade (o que é particular – sequências individualizáveis, critérios de individualização do enunciado). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude): a especificidade (individualização do enunciado) exige limite ou finitude (definição, dar um fim, ou limite), somente é possível estabelecer a singularidade (diferença) do enunciado através da busca do seu limite ou da sua finitude (especificar/singularizar é limitar/definir). “Além disso, certos atos ilocutórios só podem ser considerados como acabados em sua *unidade singular* se vários enunciados tiverem sido *articulados*, cada um no *lugar que lhe convém*.” (AS, p. 95, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (o que é individual, o que é distinto) como unidade (o que pertence a um, é único): unidade singular dos atos ilocutórios. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço): articulação (fala ou escrita, audível ou visível, fala/audível que remete necessariamente à escrita/ ao visível, daí à presença) dos enunciados no lugar (espaço) que lhes convém (especificidade como propriedade da unidade singular) – presença no espaço da especificidade. O discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total -, então à imobilidade da singularidade (fixação da visão como desatenção à multiplicidade, perda da relação e suspensão do tempo/manutenção da identidade).

O décimo-quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da recusa dos modelos gramaticais, lógicos e analíticos para a individualização dos enunciados (ver AS, p. 95-6).

A individualização dos enunciados não se ajusta adequadamente aos modelos gramaticais, lógicos e analíticos:

Quando se quer individualizar os enunciados, não se pode admitir sem reservas nenhum dos modelos tomados de empréstimo à gramática, à lógica ou à “Análise”. (...) encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados onde não se pode reconhecer nenhuma frase; encontramos mais enunciados do que os *speech acts* que podemos isolar, como se o enunciado fosse (...) mais onipresente (...) que todas essas

figuras; (...) mas como se, por isso mesmo, ele recusasse toda possibilidade de descrição. (AS, p. 95, sublinhado nosso)⁶⁴²

A especificidade é a individualização (o que é peculiar, o que é minucioso, o que é distinto – singularidade como diferença): individualização dos enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): o enunciado como onipresença⁶⁴³ (presença) paradoxalmente parece recusar toda possibilidade de descrição ou dificultar a individualização (especificidade) dos enunciados, quer dizer, há necessidade da visão (descrição) para que exista especificidade (individualização, singularização) e a garantia de tal processo é dada justamente pela presença – descrição/visão da especificidade através da presença. O discurso da visão (necessidade da presença) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa -, daí à imobilidade da singularidade como fixação da visão (quer dizer, desatenção à multiplicidade, perda da relação e suspensão do tempo mediante preservação da identidade).

O décimo-sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-segundo parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise crítica do limiar do enunciado como limiar da existência dos signos (ver AS, p. 96).

Se os modelos gramaticais (frase), lógicos (proposição) e analíticos (ato ilocutório) não servem para individualizar o enunciado, então ou o enunciado não pode ser individualizado ou qualquer signo pode ser considerado enunciado:

Será preciso (...) admitir que o enunciado não pode ter caráter *próprio* e que não é suscetível de *definição* adequada, na medida em que é, para todas as análises da linguagem, a matéria extrínseca a partir da qual elas determinaram seu objeto? Será preciso admitir que qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços (...) é suficiente para constituir um enunciado (...)? (AS, p. 96, grifo nosso)

A especificidade é a propriedade, o que pertence a, o que é individual, singularidade: caráter próprio (específico, singular) do enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite): a especificidade (caráter próprio) do enunciado depende do estabelecimento do seu limite (definição adequada). Se o limiar do enunciado for

⁶⁴² Sobre a individualização do enunciado como proximidade do modelo analítico dos atos de linguagem devido a comum necessidade da presença, exigência do espaço e permanência da visibilidade, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o oitavo surgimento da presença como aparecimento e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento (caso exemplar) da relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e discurso da visão.

⁶⁴³ Sobre a onipresença, ou radicalização da necessidade da presença, como garantia do panóptico, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença.

a existência dos signos, então é preciso especificar esta existência para individualizar o enunciado: “Que queremos dizer quando afirmamos que há signos, e que basta que *haja* signos para que *haja enunciado*? Que *status singular* atribuir a esse ‘há’?” (AS, p. 96, sublinhado nosso) A especificidade é a singularidade (como diferença): *status* singular (específico) da existência que permita individualizar (diferenciar) o enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): existência (presença) singular (especificidade) dos signos para existência do enunciado – presença da especificidade, presença específica⁶⁴⁴. O discurso da visão (reconhecimento do limite e necessidade da presença) leva à descrição da especificidade (singularidade como primeiro conceito de diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total - e daí ao risco da imobilidade da singularidade como fixação da visão, desatenção à multiplicidade (de signos) e perda da relação (justaposição) ao mesmo tempo: “... seria necessário admitir que há enunciado desde que existam *vários* signos *justapostos* – e por que não, talvez? – desde que exista um e *somente um*.” (AS, p. 96, grifo nosso)

O décimo-sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação de distinção entre língua e enunciado (ver AS, p. 97-8)⁶⁴⁵.

O enunciado é distinto da língua: “O enunciado (...) não *existe* (...) do mesmo modo que a língua (apesar de ser composto de signos que só são *definíveis*, em sua *individualidade*, no interior de um sistema linguístico natural ou artificial)...” (AS, p. 98, grifo nosso) A especificidade é a individualidade (unicidade e distinção, singularidade como diferença): enunciado composto de signos com sua individualidade (especificidade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite e necessidade da presença⁶⁴⁶): existência (presença) do enunciado composto de signos definíveis (finitude ou limite) em sua individualidade (especificidade como singularidade) – presença como limite da especificidade (limitar é especificar). O discurso da visão

⁶⁴⁴ Sobre a relação entre necessidade da presença e descrição da especificidade, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quarto aparecimento da presença como existência.

⁶⁴⁵ Sobre a formação do enunciado como crítica ao limiar de existência dos signos a partir de uma pedagogia da visão como passagem da aparência à visão específica, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da pedagogia da visão.

⁶⁴⁶ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quarto aparecimento da presença como emergência. Sobre importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença.

(reconhecimento da finitude ou do limite e necessidade da presença) requer a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total -, daí a imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O décimo-oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do enunciado como modo singular de existência (ver AS, p. 100).

O enunciado possui um “... modo *singular* de *existência*, característico de toda série de signos, desde que seja enunciada...” (AS, p. 100, grifo nosso) Esta existência singular não pode ser confundida “... com a existência dos signos enquanto elementos de uma língua, nem tampouco com a existência material das marcas que ocupam um fragmento e duram um tempo mais ou menos longo.” (AS, p. 100) A especificidade é a singularidade como diferença (unicidade individual distinta): modo singular (específico) de existência do enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): existência (presença) singular (específica) do enunciado – presença da especificidade, presença específica. O discurso da visão (necessidade da presença) requer a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa - através da imobilidade da singularidade ou da fixação da visão.

O décimo-nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no sétimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do correlato ou do referencial do enunciado (ou da oposição entre os níveis enunciativo, gramatical e lógico da formulação) – ver AS, p. 103-5.

A relação do enunciado com o que enuncia é diferente da relação da frase com seu sentido e da relação da proposição com seu referente:

Como *definir* a relação que caracterizaria, *exclusivamente* [sic], o enunciado – relação que parece implicitamente suposta pela frase ou pela proposição e que lhes *aparece* como anterior? Como *separá-la, em si mesma*, das relações de sentido ou dos valores de verdade com os quais usualmente a confundimos? (AS, p. 103, grifo nosso)⁶⁴⁷

A especificidade é a propriedade, o que pertence a, e o que é individual, e a separação, o que é particular, e o que é distinto, possessão individual distinta/separada (singularidade como diferença): relação própria, em si mesma (específica) do enunciado, separada (distinta) das

⁶⁴⁷ Problema de tradução: ao invés de “exclusivamente” deveria ser “propriamente”. De qualquer forma, a exclusividade como o que exclui, exclusão/separação, e o que restringe, restrição/particularização, é a singularidade como diferença, a individualidade distinta.

relações de sentido e de verdade. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite e necessidade da presença⁶⁴⁸): aparecimento (presença) da definição (finitude ou limite) da relação própria/separada (especificidade) do enunciado – presença do limite da especificidade (vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade). O discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite e necessidade da presença) reivindica a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total -, daí a imobilidade da singularidade como fixação da visão.

O vigésimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é análise do sujeito do enunciado como função determinada (ver AS, p. 106-8).

A ruptura entre o autor da formulação e o sujeito do enunciado é geral: “É absolutamente geral na medida em que o sujeito do enunciado é uma função *determinada*, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro...” (AS, p. 107, grifo nosso) A especificidade é a determinação, o que é preciso, individual, e o que é distinto, individualização e distinção (singularidade como diferença): sujeito do enunciado como função determinada (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite): sujeito do enunciado como função determinada - a determinação é individualização e distinção, mas também delimitação/definição e fixação⁶⁴⁹: determinar é especificar/singularizar e delimitar/definir (limitar é especificar e vice-versa), e há risco da imobilização da singularidade ou da fixação da visão. O discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite) leva à descrição da especificidade (singularidade como primeiro conceito de diferença) – visão absoluta ou total da especificidade - e à fixação da visão ou à imobilidade da singularidade.

O vigésimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da variação da posição do sujeito enunciante quando se trata de efetuar uma operação (ver AS, p. 108-9).

⁶⁴⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como existência. Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença

⁶⁴⁹ A determinação é individualização (segundo sentido do verbo “determinar”), distinção (sexto sentido), delimitação/definição e fixação (primeiro sentido). Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 580.

A partir da análise correlativo-comparativa de dois exemplos semelhantes, “Chamo de reta todo conjunto de pontos que...” e “Consideremos um conjunto finito de elementos quaisquer”, surge o projeto de “... *descrever* qual é a *posição específica* do sujeito enunciante...” (AS, p. 108, grifo nosso) Dada a distinção entre os exemplos (apesar da semelhança), é possível estabelecer a seguinte conclusão: “... *vê-se* (...) que ela [a posição do sujeito enunciante] não é (...) a mesma quando se trata de *efetuar*, no *próprio* enunciado, uma operação.” (AS, p. 109, grifo nosso) A especificidade é a própria diferenciação entre os dois exemplos, a busca da distinção, ao invés somente da semelhança, para a individualização: singularidade como primeiro conceito de diferença – e a propriedade (possessão individual distinta): próprio enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (identificação da efetividade e exigência do espaço): a posição (espaço) do sujeito enunciante é específica (singular), quer dizer, varia conforme a operação efetuada/vista (efetividade/permanência no visível) no próprio (específico) enunciado – espaço da especificidade da efetividade, espaço específico da efetividade. O discurso da visão (identificação da efetividade e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença), quer dizer, há permanência no visível como procura da visão minuciosa – imobilidade da singularidade, fixação da visão.

O vigésimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-sexto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da constituição de uma unidade gramatical ou lógica como determinação das regras de sua construção (ver AS, p. 110).

A determinação das regras de construção permite compreender a constituição da unidade gramatical da frase ou da unidade lógica da proposição:

Em casos extremos [sic], pode-se conceber uma frase ou uma proposição que se *determina* “sozinha” [sic], sem nenhuma outra para lhe servir de contexto, sem nenhum conjunto de frases ou de proposições associadas: o fato de serem, nessas condições, inúteis e inutilizáveis não impede que se possa reconhecê-las, mesmo assim, em sua *singularidade*. (AS, p. 110, grifo nosso)⁶⁵⁰

A especificidade é a singularidade (individualidade separada/distinta – primeiro conceito de diferença): singularidade (especificidade) da frase ou da proposição. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude): determinação (delimitação ou definição) “totalmente só” (limite ou finitude da

⁶⁵⁰ Problemas de tradução: ao invés de “em casos extremos” deveria ser “no limite” e em vez de “sozinha” deveria ser “totalmente só”.

individualidade como totalidade separada) da frase ou da proposição como reconhecimento da sua singularidade (especificidade) – limitar/definir é especificar/singularizar. O discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude) requer a descrição (visão) da especificidade (singularidade como diferença) – visão absoluta ou total da especificidade -, daí a imobilidade da singularidade como fixação da visão (simultaneamente desatenção à multiplicidade, perda da relação e suspensão do tempo/manutenção da identidade – frase ou proposição “totalmente só”, sem nenhuma outra para lhe servir de contexto, sem associação).

O vigésimo-terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo associado do enunciado (como trama complexa) – ver AS, p. 112-3.

O campo associado do enunciado forma uma trama complexa: “O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto *determinado*, um conteúdo representativo *específico*, forma uma trama complexa.” (AS, p. 112, grifo nosso) A especificidade é a determinação, o que é preciso, individual, e o que é distinto (singularidade como diferença): contexto determinado (específico) e conteúdo representativo específico (singular). O campo associado do enunciado estabelece sua singularidade: “*Pode-se dizer, de modo geral* que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um *campo* enunciativo [*associado*] em que *apareça* como elemento *singular*.” (AS, p. 113, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (individualidade e distinção: primeiro conceito de diferença): enunciado como elemento singular (específico). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença⁶⁵¹ e exigência do espaço⁶⁵²): aparecimento (presença) do enunciado como elemento singular (especificidade) em um campo (espaço) associado – presença da especificidade no espaço. A generalização (“pode-se dizer de modo geral”) da condição de transformação dos elementos linguísticos (ou da frase, ou de uma série de signos) em enunciado através do aparecimento da singularidade no espaço (campo) associado mostra a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade e revela o perigo da abstração (comando do invisível), já que a generalização (“de modo geral”) é uma possibilidade

⁶⁵¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁵² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

condicional (“pode-se dizer”). O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição (visão) da especificidade – permanência no visível como procura da visão minuciosa - e daí à imobilidade da singularidade (primeiro conceito de diferença) como fixação da visão.

O vigésimo-quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no vigésimo-quinto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade repetível do enunciado (ver AS, p. 117-8).

A variação da identidade do enunciado está associada a um regime complexo de instituições materiais, ou a seu *status* modificável de coisa ou de objeto: “... sabe-se, por exemplo, que, para os historiadores da literatura, a edição de um livro publicado sob os cuidados do autor não tem a mesma importância que as edições póstumas, que os enunciados têm aí um valor *singular...*” (AS, p. 118, grifo nosso)⁶⁵³ A especificidade é a singularidade (individualidade distinta: primeiro conceito de diferença): valor singular (específico) dos enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço): valor singular (especificidade) dos enunciados aí, no livro publicado (presença e espaço visíveis) sob os cuidados do autor – presença no espaço da especificidade. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição (visão) da especificidade – permanência no visível como busca da visão minuciosa -, e daí à imobilidade da singularidade (primeiro conceito de diferença) como fixação da visão.

O vigésimo-quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no vigésimo-oitavo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo de utilização do enunciado (para manutenção de sua identidade) – ver AS, p. 120.

A manutenção da identidade do enunciado depende de seu campo de utilização: “A constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do *campo de utilização* no qual ele se encontra inserido.” (AS, p. 120, sublinhado

⁶⁵³ Sobre a manutenção da identidade do enunciado como neutralização de sua singularidade ou especificidade, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o único aparecimento da relação entre audição, tato e visão e o décimo-primeiro aparecimento da relação entre visível e audível. Sobre a manutenção da identidade do enunciado a partir do exemplo do livro como exigência do espaço, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo.

nosso) Quer dizer, “... ela *própria* [a identidade do enunciado] é relativa e oscila segundo o uso que se faz do enunciado e a maneira pela qual é manipulado.” (AS, p. 120, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (individualidade distinta: primeiro conceito de diferença) e a propriedade (possessão individual distinta: singularidade como diferença): acontecimentos singulares (específicos) das enunciações e identidade do enunciado ela própria (específica, singular) relativa. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença⁶⁵⁴ e exigência do espaço⁶⁵⁵): a manutenção da identidade do enunciado (que não é suspensão da especificidade como generalização, mas repetição sempre singular/específica) através dos acontecimentos (presença) singulares (especificidade) das enunciações é função de seu campo (espaço) de utilização – presença específica no espaço, presença da especificidade do espaço. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço) requer a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa -, então há imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O vigésimo-sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no vigésimo-nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da possibilidade de repetição do enunciado (ver AS, p. 120-1).

O enunciado tem a possibilidade da repetição: “Enquanto uma enunciação pode ser *recomeçada* ou *reevocada*, enquanto uma forma (linguística ou lógica) pode ser *reatualizada*, o enunciado tem a particularidade de poder [sic] ser *repetido*: mas sempre em condições estritas.” (AS, p. 121, sublinhado nosso)⁶⁵⁶ A especificidade é a propriedade (o que pertence a, o que é particular, possessão individual) e o estrito (o que é exato, individual, o que é incomparável, ou seja, individualidade incomparável)⁶⁵⁷ – singularidade como diferença -: a possibilidade da repetição, sempre em condições estritas (específicas, singulares – a

⁶⁵⁴ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como acontecimento.

⁶⁵⁵ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁶⁵⁶ Problema de tradução: ao invés de “a particularidade de poder” deveria ser “propriamente o poder de”. De qualquer forma, a tradução preserva a especificidade como singularidade (diferença), já que a particularidade (o que pertence a, o que é minucioso, o que é individual, o que é distinto, ou seja, propriedade da individualidade minuciosa distinta) remete à propriedade (individualidade distinta). Sobre a particularidade como propriedade, minúcia, individualidade e distinção, ver, respectivamente, o segundo sentido do adjetivo “particular”, o primeiro, o terceiro e o segundo sentido do verbo “particularizar”: FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 1274.

⁶⁵⁷ O estrito como exatidão (individualidade) e incomparabilidade corresponde, respectivamente, ao primeiro e ao segundo sentido da palavra. Ver FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo...**, p. 729.

incomparabilidade leva à imobilidade da singularidade como fixação da visão), é a particularidade (singularidade/especificidade) do enunciado, o que ao mesmo tempo o individualiza e o distingue (primeiro conceito de diferença) do recomeço ou da reevocação da enunciação e da reatualização da forma linguística ou lógica. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço): as condições sempre estritas (específicas, singulares) da possibilidade da repetição do enunciado estão associadas ao local (espaço)⁶⁵⁸ de seu aparecimento (presença)⁶⁵⁹, quer dizer, repetição é sempre especificidade (presença no espaço da especificidade). O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa - e daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão: desatenção à multiplicidade e perda da relação).

O vigésimo-sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no trigésimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como objeto específico (através da materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa) – ver AS, p. 121.

O enunciado, como materialidade repetível, é um objeto específico:

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico (...) o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entre em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. (AS, p. 121, sublinhado nosso)

A especificidade é a caracterização da individualidade minuciosa e distinta do enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença⁶⁶⁰ e exigência do espaço⁶⁶¹): aparecimento (presença) do enunciado como objeto específico (presença da especificidade), surgimento (presença) do enunciado em sua materialidade (espaço), aparecimento (presença) com um *status*, colocação em campos (espaço) de utilização – caracterização da materialidade repetível como

⁶⁵⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença.

⁶⁵⁹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quarto surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁶⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quinto surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁶¹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

especificação/singularização/diferenciação do enunciado. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) requer a descrição (visão) da especificidade (singularidade como diferença), quer dizer, há permanência no visível como procura da visão minuciosa – risco da imobilidade da singularidade como fixação da visão: suspensão do tempo através da manutenção da identidade.

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o quinto aparecimento está localizado no quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados como nível específico de descrição (ver AS, p. 125).

A análise dos enunciados não é uma descrição total da linguagem: “Em toda densidade resultante dos [sic] performances verbais, ela [a análise dos enunciados] se situa num nível *particular* que deve ser *separado* dos outros, *caracterizado* em relação a eles e *abstraído*.” (AS, p. 125, grifo nosso)⁶⁶² A análise dos enunciados não é uma análise gramatical das frases, uma análise lógica das proposições ou uma análise psicológica ou contextual das formulações: “A *análise* dos enunciados corresponde a um nível *específico* de *descrição*.” (AS, p. 125, grifo nosso) A especificidade é a particularidade, o que pertence a (possessão), o que é minucioso (minúcia), o que é individual (individualidade) e o que é distinto (distinção) – singularidade como diferença. Existe relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade: a análise (analisar é ver) dos enunciados corresponde a um nível particular/específico (minúcia e posseção – singularidade como diferença) de descrição (descrever é ver, logo analisar é descrever) que deve ser separado (distinção: separar é distinguir – singularidade como diferença) dos outros, caracterizado (individualização – singularidade como diferença) em relação a eles e abstraído (imobilização da singularidade/fixação da visão: desatenção à multiplicidade e perda da relação) – aqui, a abstração é, ao mesmo tempo, a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade⁶⁶³, que carrega o risco da imobilidade da singularidade (a recusa da descrição total da linguagem é a busca da especificidade), e o estabelecimento do conceito de diferença como singularidade (a recusa da descrição total da linguagem é uma estratégia de guerra.)

O vigésimo-oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-quarto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**.

⁶⁶² Erro de tradução: ao invés de “dos” deveria ser “das”.

⁶⁶³ Sobre a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

Seu contexto é a apresentação do estabelecimento de uma possibilidade (como reciprocidade entre análise das formações discursivas e descrição dos enunciados) – ver AS, p. 131-3.

Há uma tentativa de união da descrição dos enunciados com a análise das formações discursivas:

(...) como a *descrição* dos enunciados, assim *definida*, pode ajustar-se à *análise* das formações discursivas, cujos princípios esbocei anteriormente? E ao contrário: até que ponto se pode dizer que a *análise* das formações discursivas é uma *descrição* dos enunciados, no sentido que acabei de dar a essa palavra? (AS, p. 131, grifo nosso)

Há reciprocidade entre descrição e análise: descrever é ver e analisar é ver, logo descrever é analisar (e vice-versa). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude): se a relação entre descrição dos enunciados (terceira parte, especialmente primeiro, segundo e terceiro capítulo) e análise das formações discursivas (segunda parte, especialmente a partir do final do segundo capítulo até o sétimo) for estabelecida, então haverá o “fechamento do círculo”, quer dizer, existirá a visão absoluta ou total da especificidade, porque tanto a análise das formações discursivas quanto a descrição dos enunciados são especificidades limitadas ou finitas (definição da descrição dos enunciados – finitude ou limite da visão). O “fechamento do círculo” é a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade:

(...) tento *elucidar nela mesma* – a fim de medi-la e estabelecer suas exigências – uma possibilidade de *descrição* que utilizei sem conhecer bem suas restrições e recursos; (...) esforço-me para *mostrar* [sic], na regularidade que lhe é *própria* e que eu controlava mal, aquilo que tornava possível o que eu dizia. (AS, p. 132, grifo nosso)⁶⁶⁴

A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade distinta – singularidade como diferença): possibilidade de descrição nela mesma (na regularidade que lhe é própria). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): elucidar (trazer à luz, fazer ver)/fazer aparecer (presença) uma possibilidade descritiva nela mesma (especificidade, singularidade)/na regularidade que lhe é própria (especificidade, singularidade) – visão da presença da especificidade. O “fechamento do círculo”, como estabelecimento de uma possibilidade (descritiva/análitica/visível), é o reconhecimento do limite ou da finitude:

(...) procedo por (...) *círculos* concêntricos, e vou ora na direção dos mais exteriores, ora na dos mais interiores: partindo do problema da descontinuidade no discurso e da *singularidade* do enunciado (tema central), procurei *analisar*, na periferia, certas formas de grupamentos enigmáticos; mas os princípios de unificação com que me deparei [sic] (...) exigiram que eu voltasse, para o centro, ao problema do enunciado e que tentasse *elucidar* o que é preciso entender por enunciado. E considerarei (...) que tenha

⁶⁶⁴ Problema de tradução: ao invés de “mostrar” deveria ser “fazer aparecer”.

liberado um *domínio* coerente de *descrição* (...) se tiver conseguido “fechar o círculo” e *mostrar* que a *análise* das formações discursivas está bem centrada na *descrição* do enunciado em sua *especificidade*. Em suma, se tiver conseguido *mostrar* que as dimensões *próprias* do enunciado é que estão utilizadas na *demarcação* das formações discursivas. (AS, p. 132-3, grifo nosso)⁶⁶⁵

A especificidade é a singularidade (unicidade distinta – singularidade do enunciado) e a propriedade (possessão individual distinta – singularidade como diferença -: dimensões próprias do enunciado). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço): analisar/elucidar (fazer ver)/mostrar o aparecimento (presença) de um domínio (espaço) em que a descrição do enunciado em sua especificidade (nas suas dimensões próprias) corresponde à demarcação (delimitação/definição) da análise das formações discursivas – visão da presença do espaço da especificidade -, ou “fechamento” (limite ou finitude) do “círculo” (espaço da especificidade) – limitar ou definir é especificar ou singularizar (vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade). O discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição (análise, visão) da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão)⁶⁶⁶.

O vigésimo-nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da busca da lei de raridade dos enunciados (ver AS, p. 138).

A análise das formações discursivas/a descrição dos enunciados procura estabelecer uma lei de raridade: “... ela [a análise dos enunciados e das formações discursivas] quer *determinar* o princípio segundo o qual puderam *aparecer* os *únicos* conjuntos significantes que foram enunciados.” (AS, p. 138, grifo nosso) A especificidade é a unicidade, o que é somente um, o que exclui outro, o que é incomparável, o que forma um todo completo (singularidade como diferença): únicos (específicos, singulares) conjuntos significantes enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (identificação

⁶⁶⁵ Problema de tradução: ao invés de “com que me deparei” deveria ser “que me apareceram”.

⁶⁶⁶ Sobre a possibilidade de reciprocidade entre análise das formações discursivas e descrição dos enunciados (o “fechamento do círculo”) como pedagogia da visão, (permanência no visível como) procura da visão minuciosa até a visão absoluta ou total da especificidade (fixação da visão através da imobilidade da singularidade), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da pedagogia da visão.

da efetividade⁶⁶⁷, reconhecimento do limite ou da finitude e necessidade da presença⁶⁶⁸): determinar (delimitar/definir) o aparecimento (presença) dos únicos (especificidade) conjuntos significantes enunciados (efetividade) – limite ou finitude da presença da especificidade efetiva: a presença efetiva da especificidade como limite ou finitude autoriza a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade. O discurso da visão (identificação da efetividade, reconhecimento do limite ou da finitude e necessidade da presença) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade - e daí à imobilidade da singularidade como fixação da visão.

O trigésimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no oitavo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arqueologia como descrição do arquivo (ver AS, p. 151).

A arqueologia é análise da prática discursiva como descrição do arquivo: “A arqueologia *descreve* os discursos como práticas *especificadas* no elemento do arquivo.” (AS, p. 151, grifo nosso)⁶⁶⁹ O arquivo é análise das formações discursivas e descrição dos enunciados: “A revelação (...) do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a *descrição* das formações discursivas, a *análise* das positivities, a *demarcação* do campo enunciativo.” (AS, p. 151, grifo nosso) A especificidade é a singularidade como diferença (ao mesmo tempo, propriedade, individualidade, minúcia e distinção): a arqueologia descreve (vê) o discurso como prática especificada (que pertence a, que é individualizado por, que é esmiuçado por, que é diferenciado por) no elemento do arquivo. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço⁶⁷⁰): a arqueologia é descrição específica do arquivo como descrição das formações discursivas, análise das positivities e demarcação (limite) do campo (espaço) enunciativo (descrição/análise, visão – descrever é ver, analisar é ver, descrever e analisar são recíprocos - da especificidade – singularidade como diferença - como limite do espaço – o espaço é

⁶⁶⁷ Sobre a importância da identificação da efetividade para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁶⁶⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁶⁹ Sobre a relação entre arqueologia, arquivo e necessidade da presença (como existência) – para o discurso da visão -, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-primeiro aparecimento da presença como existência.

⁶⁷⁰ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da crítica da utopia.

limitado porque é sempre visível -, quer dizer, uma das modalidades da visão da especificidade, da diferenciação/singularização, é a limitação espacial, como fixação/imobilização/separação da singularidade, que autorizará a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total). O discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade - e daí à imobilidade da singularidade (como fixação da visão).

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o sexto aparecimento está situado no sexto parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação das diferenças entre análise arqueológica e história das ideias (ver AS, p. 159).

Existem quatro diferenças essenciais entre arqueologia e história das ideias:

Espero que se possa compreender, nesses diferentes pontos [determinação de novidade, análise das contradições, descrições comparativas e demarcação das transformações], as *particularidades* da *análise* arqueológica e que se possa, eventualmente, medir sua capacidade *descritiva*. (AS, p. 159, grifo nosso)

A especificidade é a particularidade (propriedade, minúcia, individualidade e distinção: o que pertence ao que é individual através da minúcia que distingue, diferenciação/singularização – singularidade como primeiro conceito de diferença): particularidade (especificidade, singularidade) da arqueologia. Há reciprocidade entre análise e descrição porque os dois procedimentos epistemológicos e metodológicos remetem à visão: as particularidades (especificidade) da análise (visão) arqueológica permitem medir sua capacidade descritiva (visão) – quer dizer, a descrição arqueológica é a análise da diferença como singularidade.)

O trigésimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no quinto parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o estabelecimento da regularidade dos enunciados (ver AS, p. 164-5).

Todo enunciado é regular: “Regularidade (...) designa, para qualquer performance verbal (...), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e *define* sua *existência*. A regularidade, assim entendida, (...) *especifica um campo efetivo de aparecimento*.” (AS, p. 165, grifo nosso) A especificidade é a singularidade como diferença: a regularidade específica, quer dizer, singulariza/diferencia (individualização e distinção). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (identificação da

efetividade, reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁶⁷¹ e exigência do espaço⁶⁷²): a definição (finitude) da existência (presença) do enunciado especifica um campo (espaço) efetivo de aparecimento (presença) – finitude da presença como especificidade do espaço efetivo da presença, ou: a finitude da presença é a especificidade do espaço efetivo da presença (limitar é especificar/singularizar). O discurso da visão (identificação da efetividade, reconhecimento da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição (visão) da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade - e daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão).

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o sétimo aparecimento está localizado no oitavo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da distinção entre analogia linguística, identidade lógica e homogeneidade enunciativa (ver AS, p. 166-7)⁶⁷³.

A arqueologia analisa/descreve exclusivamente as homogeneidades enunciativas: “É preciso, pois, distinguir entre *analogia linguística* (ou tradutibilidade), *identidade lógica* (ou equivalência) e *homogeneidade enunciativa*. São dessas homogeneidades – e exclusivamente – que a arqueologia se encarrega.” (AS, p. 166, sublinhado nosso) A especificidade é a distinção e a exclusividade (exclusão e propriedade): a distinção (separação, exclusão) entre analogia linguística, identidade lógica e homogeneidade enunciativa é, ao mesmo tempo, individualização (peculiaridade minuciosa) da arqueologia como descrição exclusiva (propriedade) das homogeneidades enunciativas – singularidade como diferença, simultaneamente distinção e individualização, individualização através da distinção.)

O trigésimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu

⁶⁷¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁷² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade, necessidade da presença e identificação da efetividade.

⁶⁷³ Sobre a homogeneidade enunciativa como exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

contexto é a análise da descrição de uma árvore de derivação enunciativa (ver AS, p. 167-8)⁶⁷⁴.

Existem hierarquias internas às regularidades enunciativas que possibilitam a descrição de uma árvore de derivação:

(...) certos grupos de enunciados empregam (...) [as] regras em sua forma mais geral e mais largamente aplicável; a partir deles, podemos ver como outros objetos, outros conceitos, outras modalidades enunciativas, ou outras escolhas estratégicas, podem ser formados a partir de regras menos gerais e cujo domínio de aplicação é mais específico. Pode-se, assim, descrever uma árvore de derivação enunciativa: em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão. (AS, p. 168, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade (propriedade, individualidade, distinção e minúcia) como diferença: regras cujo domínio de aplicação é (mais) específico (singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço⁶⁷⁵): descrição (visão) de árvore (espaço como emprego de metáfora da visão) enunciativa, ou seja, derivação através da ramificação (espaço como metáfora da visão) da regularidade mais bem delimitada (limite) e localizada (espaço) – limitar é espacializar - /domínio (espaço como propriedade) de aplicação mais específico (singular) – especificar é limitar, logo especificar é espacializar – a partir das regras mais gerais (emprego em sua extensão mais ampla) – a generalidade é, nesse caso, especificidade, porque a regularidade é sempre limitada e espacial (a árvore é sempre um ser limitado e espacialmente localizado), e a passagem à maior especificidade (derivação ou ramificação) é a busca da minúcia (na verdade, a remissão da inteligibilidade da derivação, que é um processo de especificação, ao emprego de metáfora espacial visível, árvore com ramificações, indica a relação entre descrição da especificidade e visão do espaço e do limite e mostra a vontade de visibilidade absoluta ou total)⁶⁷⁶. O discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível

⁶⁷⁴ Ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quarto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão (sobre a insônia como condição perceptivo-visual perfeita para o discurso da visão). Ver supra também no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo caso exemplar da radicalidade da relação entre permanência no visível e necessidade da presença (sobre a vigilância da insônia, radicalização da permanência no visível, como necessidade de onipresença, radicalização da necessidade da presença, que leva ao panóptico, como visão absoluta ou total).

⁶⁷⁵ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁶⁷⁶ Ver supra comparativa e complementarmente no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O trigésimo-terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de saber (ver AS, p. 206-7).

A definição de saber é a especificação da prática discursiva:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...) não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (AS, p. 206-7, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença (propriedade da individualidade distinta pela minúcia): especificação (singularização/diferenciação) da prática discursiva – para definição do saber. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença⁶⁷⁷ e exigência do espaço⁶⁷⁸): a definição (delimitação – finitude ou limite) do saber é a especificação (especificidade/singularidade) da prática discursiva (definir, dar o limite, é especificar, tornar individual, distinguir e esmiuçar) através do domínio (espaço como propriedade) dos objetos, do espaço/da posição do sujeito, do campo (espaço) de aparecimento (presença) e de definição (finitude) dos conceitos (espaço da presença e da finitude ou do limite) e das possibilidades de utilização e de apropriação do discurso, quer dizer, o espaço da presença (e da finitude ou do limite) dos objetos, das posições subjetivas, dos conceitos e das possibilidades estratégicas especifica (singulariza) a prática discursiva que define (delimita) o saber (especificar é presentificar, espacializar e limitar/definir). O discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, daí à imobilidade da singularidade como fixação da visão.

⁶⁷⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-primeiro surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁷⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença.

O trigésimo-quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “b”, “O saber”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação entre ciência e saber (ver AS, p. 208).

As ciências aparecem em uma formação discursiva tendo o saber como fundo, daí a seguinte questão: “Segundo que ordens e que processos se dá a *emergência* de uma *região* de cientificidade em uma formação discursiva *determinada* [sic]?” (AS, p. 208, grifo nosso)⁶⁷⁹ A especificidade é a determinação (o que é exato, individualidade, e o que é distinto, distinção – singularidade como primeiro conceito de diferença): formação discursiva determinada/dada (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença⁶⁸⁰ e exigência do espaço⁶⁸¹): emergência (presença) de uma região (espaço) de cientificidade em uma formação discursiva determinada/dada (especificidade) – presença do espaço na especificidade. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço) requer a descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência do visível como procura da visão minuciosa -, daí a imobilidade da singularidade (como fixação da visão).

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o oitavo aparecimento está situado no trigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “F”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como orientação para a *episteme* (ver AS, p. 221-2)⁶⁸².

A arqueologia foi uma orientação voltada para a *episteme* porque as formações discursivas não pararam de se epistemologizar: “... não é surpreendente (...) que as formações discursivas e as regularidades *específicas* do saber se tenham delineado justamente onde os níveis da cientificidade e da formalização foram os mais difíceis de serem atingidos.” (AS, p. 222, grifo nosso) A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade e distinção): regularidades específicas (que pertencem a, que são individuais, e que são

⁶⁷⁹ Problema de tradução: ao invés de “determinada” deveria ser “dada” – para preservação do texto original; entretanto, o “dado” aqui é “determinado”, quer dizer, também faz referência à especificidade.

⁶⁸⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁸¹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁶⁸² Sobre a arqueologia como orientação para a *episteme* que reivindica a necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-sexto surgimento da presença como aparecimento.

distintas, diferentes, minuciosas) do saber – daí a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade: visão da individualidade (propriedade) distinta (minuciosa)/descrição das regularidades específicas do saber.)

(Sobre a relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o nono aparecimento está localizado no segundo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como valorização fracassada do estruturalismo (ver AS, p. 225).

O interlocutor discursivo acusa Foucault de fracasso na tentativa de distanciamento (que seria, na verdade, uma valorização) do estruturalismo:

(...) você lançou toda uma série de noções que parecem estranhas aos conceitos hoje [1969] admitidos pelos que descrevem línguas ou mitos, obras literárias ou contos [estruturalismo]; você falou de formações [discursivas], positivities, saber, práticas discursivas; toda uma panóplia de termos cuja *singularidade* e poderes maravilhosos você tinha a satisfação de sublinhar, a cada momento. (AS, p. 225, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (unicidade e distinção): singularidade (especificidade) de uma panóplia de termos. Existe relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade: destaque (descrição, visão) da singularidade (especificidade: unicidade, o que é único, individual, e distinção, o que é diferente) de uma panóplia de termos (formações discursivas, positivities, saber, práticas discursivas).

O trigésimo-quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está localizado no décimo-quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como caracterização da arqueologia (ver AS, p. 234-5).

A arqueologia nasceu da reflexão sobre pesquisas concretas: “A palavra arqueologia (...) designa (...) uma das linhas de abordagem [sic] para a *análise* das performances verbais: *especificação* de um nível – o do enunciado e do arquivo...” (AS, p. 234, grifo nosso)⁶⁸³ A especificidade é a especificação (individualização e distinção – singularidade como diferença): especificação de um nível (do enunciado e do arquivo). A arqueologia tem relação com teorias que respondem a critérios de rigor (são, para ela, espaços correlativos): “... estudando a formação dos objetos, os *campos* nos quais *emergem* e se *especificam*, estudando também as condições de apropriação dos discursos, [a arqueologia] se depara com a *análise* das formações sociais.” (AS, p. 235, grifo nosso) A especificidade é a especificação (individualização e distinção, minúcia e propriedade – singularização como diferenciação): os objetos se especificam. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão

⁶⁸³ Problema de tradução: ao invés de “de abordagem” deveria ser “de ataque”.

(necessidade da presença⁶⁸⁴ e exigência do espaço⁶⁸⁵): estudo do campo (espaço) de emergência (presença) e de especificação dos objetos – descrição/análise/visão do espaço da presença e da especificidade: para o discurso da visão, a presença no espaço leva à especificidade, à singularidade como diferença. O discurso da visão (necessidade da presença e exigência do espaço, indissociabilidade entre presença e espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como busca da visão minuciosa - e daí à imobilidade da singularidade (fixação da visão).

O trigésimo-sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão está situado no décimo-quinze parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como localização da arqueologia (ver AS, p. 235-6).

A arqueologia é a busca da especificidade:

Se situo a arqueologia entre tantos outros discursos que já estão constituídos (...) é (...) para revelar [sic], com o arquivo, as formações discursivas, as positivities, os enunciados e suas condições de formação, um *domínio específico* que não constituí, ainda, objeto de nenhuma *análise* (pelo menos no que ele pode ter de *particular* e de *irredutível* às interpretações e às formalizações); mas nada me garante antecipadamente – no *ponto de demarcação* ainda rudimentar em que estou agora – que ele permanecerá estável e *autônomo*. (AS, p. 235, grifo nosso)⁶⁸⁶

A especificidade é a particularidade (propriedade, minúcia, individualidade e distinção), a irredutibilidade (o que não se pode reduzir, o que é invencível, o que é indecomponível) e a autonomia (propriedade do individual e independência que distingue) – singularidade como primeiro conceito de diferença -: arqueologia como domínio específico, particular e irredutível, autônomo. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço⁶⁸⁷): a arqueologia é o surgimento (presença) de um domínio (espaço como propriedade) específico – presença do espaço específico -, uma análise (visão) particular (específica) irredutível (específica) às interpretações e às formalizações (na medida em que a interpretação é o envio do dito/escrito/visível ao não-dito/não-escrito/invisível, ela é uma abstração criticada pela arqueologia como permanência no audível/visível, descrição/análise da especificidade),

⁶⁸⁴ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-nono surgimento da presença como aparecimento.

⁶⁸⁵ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁶⁸⁶ Problema de tradução: ao invés de “revelar” deveria ser “fazer surgir”.

⁶⁸⁷ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

portanto autônoma (específica), cujo ponto (espaço) de demarcação (delimitação, fixação e separação/distinção) é rudimentar – especificar é limitar (espacialmente): imobilização da singularidade. A arqueologia poderia fazer parte da conjuntura teórica (da sua época): “Se esta conjuntura dá *lugar* a uma disciplina *individualizável*, cujos primeiros caracteres e *limites* globais se esboçariam aqui, (...) isso eu não saberia dizer no momento.” (AS, p. 236, grifo nosso) A especificidade é a individualidade (unicidade distinta - singularidade como diferença): disciplina individualizável. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite e exigência do espaço⁶⁸⁸): disciplina individualizável (específica) como lugar (espaço) limitado – especificar é limitar espacialmente. O discurso da visão (reconhecimento do limite, necessidade da presença e exigência do espaço) leva à descrição da especificidade (singularidade como diferença) – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade -, daí à imobilidade da singularidade (como fixação da visão).

Sobre a relação entre descrição da especificidade e discurso da visão, ver infra também o primeiro, o terceiro e o nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação, e o décimo-sétimo, o vigésimo e o trigésimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade.

Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença)

A relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação como possibilidade de eliminação dos elementos constitutivos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade, tempo (e guerra), devido à relação entre descrição da especificidade e discurso da visão como necessidade de imobilização da singularidade para a fixação da visão (por isso a perda da relação, a desatenção à multiplicidade e a suspensão ou o congelamento do tempo) – o estrangeiro defende sua herança para conquistar a história correndo o risco de perder sua vontade⁶⁸⁹ - transforma-se em relação de conflito como dominação do discurso da visão, através justamente da descrição da especificidade, em referência à subordinação do discurso

⁶⁸⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁶⁸⁹ Ver supra “Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão”.

da miscigenação – o estrangeiro conquista a história através da insônia⁶⁹⁰ -: a função da descrição (ou análise)⁶⁹¹ da especificidade é exatamente controlar os elementos constitutivos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade, tempo (e guerra), para garantir sua permanência no visível (e assegurar a fixação da visão através da imobilidade da singularidade); dito de outro modo, a descrição da especificidade (como procura da visão minuciosa) é o principal instrumento de dominação do discurso da visão (a procura da visão minuciosa é imobilidade da singularidade: fixação da visão) para controlar ou subordinar o discurso da miscigenação (por isso a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra são específicos: garantia da permanência no visível mediante fixação da visão)⁶⁹² – neste processo, há definição do segundo conceito de diferença: multiplicidade como heterogeneidade⁶⁹³. Analisaremos treze aparecimentos da relação entre descrição da

⁶⁹⁰ A vontade do estrangeiro (a apologia da história, ou a defesa do discurso da historicidade) é a afirmação da herança filosófica da epistemologia (a dominação do discurso da visão, ou a insônia) como inversão da ideia de senso comum de história (a subordinação do discurso da miscigenação). Sobre a insônia como atitude perfeita do estrangeiro, ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”.

⁶⁹¹ Sobre a reciprocidade entre análise e descrição como visão (ver é analisar, ver é descrever, logo analisar é descrever e vice-versa), ver supra “Sobre a descrição da especificidade, ou primeiro conceito de diferença: singularidade”.

⁶⁹² A descrição da especificidade, como imobilidade da singularidade para fixação da visão, é a insônia do estrangeiro, ou o principal instrumento de dominação do discurso da visão. Neste sentido, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade) cumpre função distinta da necessidade da presença e da exigência do espaço, porque além da permanência no visível como visão solitária e soberana, a procura da visão minuciosa também é fixação da visão como possibilidade da visão absoluta ou total (a proximidade ou sinonímia com o reconhecimento do limite ou da finitude, especificar ou fixar é limitar ou definir, é autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade). Sobre a função da necessidade da presença para o discurso da visão (permanência no visível como visão solitária e soberana), ver supra, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, principalmente “Terminologia da presença”, “Relações da presença com o discurso da visão”, “Indissociabilidade entre presença e espaço”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”. Sobre a função da exigência do espaço para o discurso da visão (permanência no visível como visão solitária e soberana), ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, principalmente “Sobre o espaço”, “Terminologia plural do espaço: emprego metafórico com preservação do sentido próprio”, “Relações do espaço”, “Relações do espaço com o discurso da visão”, “Relação entre exigência do espaço, necessidade da presença e descrição da especificidade”, “Relações do espaço com o discurso da miscigenação”, “Relação entre espaço e guerra” e “Discurso da visão como exigência do espaço”. Sobre a proximidade ou sinonímia entre descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade para fixação da visão) e reconhecimento do limite ou da finitude (especificar ou fixar é limitar ou definir) – descrição da especificidade leva à visão absoluta ou total -, ver supra “Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão”.

⁶⁹³ Sobre a multiplicidade (ou heterogeneidade) como (segundo conceito de) diferença (para o discurso da miscigenação), ou sobre a diferença como multiplicidade (para o discurso da historicidade), ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade” (historicidade como, respectivamente, multiplicidade das diferenças relacionadas no espaço de uma dispersão temporal, descontinuidade das diferenças, descontinuidade do múltiplo ou dispersão da diferença – união da primeira e da segunda definição -, presença da diferença temporal específica visível, presença da diferença temporal relacionada, presença da diferença temporal visível, espaço da multiplicidade específica de diferenças relacionadas, temporalidade de diferenças específicas relacionadas, temporalidade múltipla de diferenças específicas, múltipla presença temporal específica, temporalidade das múltiplas presenças específicas e presença no espaço da temporalidade de múltiplas diferenças específicas relacionadas).

especificidade e discurso da miscigenação segundo a cronologia dos fatos de modo a comprovar a sua disseminação fundamental.

O primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no oitavo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades do discurso”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do questionamento imediato das unidades inteiramente formadas (ver AS, p. 29-30).

A aceitação das unidades formadas tem por escopo seu imediato questionamento:

Não me apoiarei nelas [unidades inteiramente formadas] senão o tempo necessário para me perguntar que unidades formam: com que direito podem reivindicar um *domínio* que as *especifique* no *espaço* e uma continuidade que a [sic] *individualize* no *tempo*; e se (...) não são, em sua *individualidade* aceita e quase institucional, o efeito de *superfície* de unidades mais consistentes. (AS, p. 30, grifo nosso)⁶⁹⁴

A especificidade é a individualidade (unicidade distinta) – singularidade como diferença. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (exigência do espaço⁶⁹⁵): unidade formada como domínio (espaço como propriedade) que especifica (singulariza/diferencia) no espaço – especificar é espacializar (espaço específico, especificidade no espaço) – e individualidade (especificidade, singularidade) aceita como efeito de superfície (espaço) de unidade mais consistente – especificidade no espaço: a exigência do espaço leva à descrição da especificidade (permanência no visível como procura da visão minuciosa). Há relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (tempo): unidade formada como continuidade (tempo) que individualiza (especifica, singulariza/diferencia) no tempo – especificidade no tempo: a descrição da especificidade controla o tempo (permanência no visível do tempo). O espaço e o tempo imobilizam a singularidade (fixação da visão), seja através do domínio (especificação no espaço), seja mediante a continuidade (individualização no tempo) – e o objetivo é justamente questionar a manutenção destas especificidades aceitas, ainda que a meta seja buscar unidades mais consistentes (quer dizer, outras especificidades)⁶⁹⁶.

O segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no quarto parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e

⁶⁹⁴ Erro de tradução: ao invés de “a” deveria ser “as”.

⁶⁹⁵ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁶⁹⁶ O questionamento das unidades inteiramente formadas e a busca de unidades mais consistentes é uma pedagogia da visão como passagem da aparência que ilude à visão diferente cuja necessidade de ver mais é procura da minúcia. Ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do sistema de formação discursiva (ver AS, p. 79-80).

O sistema de formação discursiva é o relacionamento regular (determinação), estabelecido pelo discurso (prática discursiva), entre o visível discursivo e o não-discursivo (elementos heterogêneos):

Vimos que (...) quando se fala de um sistema de formação [discursiva], não se compreende somente a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos) mas seu relacionamento – sob uma forma bem determinada – estabelecido pela prática discursiva. (AS, p. 79-80, grifo nosso)

A especificidade é a determinação (precisão, individualidade, e distinção, diferença - singularidade): relacionamento sob uma forma bem determinada (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação e multiplicidade): visão do sistema de formação discursiva como justaposição, coexistência ou interação (relação) de elementos heterogêneos (heterogenia, visível discursivo e não-discursivo, como multiplicidade: segundo conceito de diferença)⁶⁹⁷ – relação da multiplicidade – e como seu relacionamento sob uma forma bem determinada (específica, singular) estabelecido pela prática discursiva – relação específica, ou melhor, relação da multiplicidade é específica (a descrição da especificidade controla a relação da multiplicidade: permanência no visível da relação e da multiplicidade): a singularidade fixa/imobiliza a visão, já a multiplicidade a flexibiliza/mobiliza, mas os dois movimentos são complementares, já que para que a relação da multiplicidade não seja abstração (comando do invisível) é preciso especificá-la/singularizá-la (permanência no visível).

O terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no nono parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da mobilidade do sistema de formação discursiva (ver AS, p. 82-3).

Existem duas formas de mobilidade do sistema de formação discursiva:

Inicialmente, ao nível dos elementos [não-discursivos] que estão relacionados: estes, na verdade, podem sofrer um certo número de mutações intrínsecas que são integradas à prática discursiva, sem que seja alterada a forma geral de sua regularidade; assim, (...) [há modificação dos elementos]; entretanto, a prática discursiva (...) continuou a estabelecer entre estes elementos um mesmo conjunto de relações; de modo que o sistema conservou os caracteres de sua *individualidade*; através das mesmas leis de

⁶⁹⁷ Sobre a diferença como multiplicidade, ver supra sobretudo no “Prólogo – Discurso da historicidade” todos os aparecimentos da palavra “historicidade”.

formação, novos objetos *aparecem* (...), novas modalidades de enunciação são empregadas (...), novos conceitos são delineados (...) e, certamente, novos edifícios teóricos podem ser construídos. (AS, p. 82-3, grifo nosso)

A especificidade é a individualidade (propriedade da peculiaridade: singularidade como diferença): conservação da individualidade (especificidade, singularidade) do sistema de formação discursiva. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): novos objetos aparecem (presença) através das mesmas leis de formação ou da conservação da individualidade (especificidade) do sistema de formação (ou da manutenção da forma geral da regularidade da prática discursiva) – presença na/da especificidade: a necessidade da presença leva à descrição da especificidade (a permanência no visível é procura da visão minuciosa). Há multiplicidade não-discursiva (elementos que sofrem mutações), entretanto existe especificidade (singularidade) discursiva (manutenção do mesmo sistema de formação dos elementos): passagem da multiplicidade para a especificidade. A outra forma de mobilidade do sistema de formação vem da especificidade discursiva (para a multiplicidade não-discursiva):

(...) inversamente, as práticas discursivas modificam os domínios por elas *relacionados*. Por mais que se esforçassem em instaurar relações *específicas* que só podem ser *analisadas* em seu *próprio* nível, essas *relações* não exercem seus efeitos apenas no discurso; inscrevem-se também nos *elementos* por elas *articulados* uns com os outros. (AS, p. 83, grifo nosso)

A especificidade é a propriedade (propriedade da individualidade minuciosa e distinta – singularidade como diferença): análise de relações específicas (singulares) no nível do próprio (específico) discurso. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação e multiplicidade): análise (visão) da inscrição das relações discursivas específicas (especificidade) nos elementos (multiplicidade) articulados/relacionados (relação) – análise da especificidade na multiplicidade relacionada: a descrição da especificidade controla a multiplicidade relacionada (permanência no visível da multiplicidade e da relação). Há especificidade (singularidade) discursiva (estabelecimento de relação entre elementos não-discursivos tornados discursivos), entretanto existe multiplicidade não-discursiva (modificação dos elementos articulados): passagem da especificidade para a multiplicidade.

O quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no segundo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como relação entre uma série de signos e “outra coisa” (ver AS, p. 100-1).

O exemplo da duplicação de uma série de signos estabelece o problema da definição do enunciado: “Uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com ‘outra coisa’ (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica (...)) uma *relação específica* que se refira a ela *mesma* [*relação singular* entre duas séries idênticas]...” (AS, p. 101, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (como diferença): relação específica (singular) de uma série de signos com “outra coisa” que se refira a ela mesma (propriedade da individualidade: manutenção da peculiaridade em si própria). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação): enunciado como relação específica entre uma série de signos e “outra coisa” – mesmo que se refira a ela própria (à especificidade como unicidade), há relação (miscigenação, mistura) com “outra coisa” (exemplo da duplicação): a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

O quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da diferença entre a relação do enunciado com o que enuncia e a relação do nome com o que designa ou significa (ver AS, p. 101-2).

A relação do enunciado com o que enuncia é distinta da relação do nome com o que designa ou significa (o sentido do nome é definido por suas regras de utilização, daí sua possibilidade de recorrência):

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma *relação singular*: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (AS, p. 101-2, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (individualidade distinta - diferença): relação singular (específica: propriedade da individualidade) do enunciado com o que enuncia. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação): relação singular (miscigenação específica) do enunciado com o que enuncia, diferente (especificidade como distinção, singularidade como diferença) da relação do nome com o que designa ou significa – a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

O sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no sexto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a

análise do afastamento (e da dependência) entre a relação do enunciado com o que enuncia e a relação da frase com seu sentido (ver AS, p. 102-3).

A relação da frase com seu sentido (e mesmo as correlações da frase sem sentido) dependem da relação do enunciado com o que enuncia:

É no interior de uma *relação* enunciativa *determinada* e bem estabilizada que a relação de uma frase com seu sentido pode ser assinalada. Além disso, essas frases, mesmo se as tomamos no nível enunciativo em que elas não têm sentido, não estão, enquanto enunciados, privadas de *correlações* (...) (AS, p. 103, grifo nosso)

Quer dizer, “Por mais que uma frase não seja significativa, ela se *relaciona* a alguma coisa, na medida em que é um enunciado.” (AS, p. 103, grifo nosso) A especificidade é a determinação (precisão da individualidade, minúcia da distinção – singularidade como diferença): relação enunciativa determinada (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação): no interior de uma relação (miscigenação) enunciativa (relação do enunciado com o que enuncia) determinada (específica) e bem estabilizada (manutenção da miscigenação específica, imobilidade da singularidade/fixação da visão) que a relação de uma frase com seu sentido (e as correlações da frase sem sentido) podem ser assinaladas – a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

O sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no nono parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da relação do enunciado com um sujeito (ver AS, p. 105).

O enunciado está relacionado a um sujeito: “Um enunciado (...) se *distingue* de uma série qualquer de elementos linguísticos, porque mantém com um sujeito uma *relação determinada* que se deve *isolar* [sic], sobretudo, das relações com as quais poderia ser *confundida*, e cuja natureza é preciso *especificar* [sic].” (AS, p. 105, grifo nosso)⁶⁹⁸ A especificidade é a distinção, a determinação, a separação e a precisão (exatidão/individualidade e distinção/separação – singularidade como diferença): o enunciado se distingue (separa) de uma série qualquer de elementos linguísticos porque mantém com um sujeito uma relação determinada (exata/individual) que se deve separar (“isolar”/distinguir) das relações com as quais poderia ser confundida (crítica da indiferenciação: perda da

⁶⁹⁸ Problemas de tradução: ao invés de “isolar” deveria ser “separar” – entretanto, o isolamento (individualização) remete à separação (distinção) -; ao invés de “é preciso especificar” deveria ser “é necessário precisar” – entretanto, a precisão (exatidão/individualização e distinção) remete à especificidade (singularidade como diferença).

especificidade) e cuja natureza é necessário precisar (“especificar”, singularizar). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação): o enunciado mantém com um sujeito uma relação determinada (miscigenação específica) – o enunciado e o sujeito, diferentes, têm entre si uma relação (mistura) específica (individualizada e distinta): a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

O oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no décimo-quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição dos enunciados como individualização da formação discursiva (ver AS, p. 133-4).

A descrição dos enunciados e a análise das formações discursivas são procedimentos recíprocos:

Descrever enunciados, *descrever* a função enunciativa de que são portadores, *analisar* as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se *articulam*, é tentar revelar [sic] o que se poderá *individualizar* como formação discursiva, ou ainda, a mesma coisa, porém na direção inversa: a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais (...). O que foi definido como “formação discursiva” escande o plano geral das coisas ditas no nível *específico* dos enunciados. As quatro direções em que a *analisamos* (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) *correspondem* aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa [respectivamente, referencial, sujeito, campo associado, materialidade]. (AS, p. 134, grifo nosso)⁶⁹⁹

A especificidade é a individualização (singularização/diferenciação): descrever enunciados/analisar a função enunciativa (reciprocidade entre descrição e análise: remissão à visão) é mostrar (descrever/analisar é mostrar/ver) a individualização (especificação) da formação discursiva, e vice-versa (reciprocidade): a definição da formação discursiva escande o plano geral das coisas ditas (portanto, visíveis) no nível específico dos enunciados – a aliança entre descrição dos enunciados e análise das formações discursivas é a união entre a segunda parte (“As regularidades discursivas”: análise do discurso) e a terceira (“O enunciado e o arquivo”: teoria do enunciado), até justamente o terceiro capítulo (“A descrição dos enunciados”). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação e multiplicidade): a descrição da função enunciativa (realização através da articulação de um referencial, de um sujeito, de um campo associado, de uma materialidade –

⁶⁹⁹ Problema de tradução: ao invés de “revelar” deveria ser “mostrar”. Sobre a descrição dos enunciados e a análise das formações discursivas como exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço, multiplicidade e necessidade da presença.

miscigenação da multiplicidade) corresponde (miscigenação) à análise da formação discursiva (formação dos objetos, das posições subjetivas, dos conceitos, das escolhas estratégicas – miscigenação da multiplicidade) – reciprocidade entre descrição e análise (visão), relação (miscigenação) recíproca entre descrição dos enunciados (visão da multiplicidade miscigenada) e análise da formação discursiva (visão da multiplicidade miscigenada), quer dizer, a miscigenação das multiplicidades relacionadas é específica: a descrição da especificidade controla a relação da multiplicidade (permanência no visível da relação e da multiplicidade). “Ora, o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido *estrito*, grupos de enunciados...” (AS, p. 133, grifo nosso) A especificidade é o estrito (exato, individual, singular, distinto, diferente): reciprocidade estrita (específica) entre descrição da formação discursiva e constituição de grupos de enunciados.

O nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no décimo-sétimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação da correlação entre individualização das formações discursivas e descrição dos enunciados (ver AS, p. 134-5).

A demarcação das formações discursivas e a descrição dos enunciados são procedimentos correlativos:

Pode-se dizer que a *demarcação* das formações discursivas (...) revela [sic] o nível *específico* do enunciado; mas pode-se dizer, da mesma forma, que a *descrição* dos enunciados e da maneira pela qual se organiza o nível enunciativo, conduz à *individualização* das formações discursivas. Os dois procedimentos são igualmente justificáveis e reversíveis. A *análise* do enunciado e a da formação são estabelecidas *correlativamente*. (AS, p. 134-5, grifo nosso)⁷⁰⁰

A especificidade é a individualização (unicidade distinta – singularidade como diferença): nível específico (singular) do enunciado, individualização (singularização, especificação) das formações discursivas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite): demarcação (delimitação) das formações discursivas mostra (visão) nível específico do enunciado – limite mostra especificidade, limitar é especificar (autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade): imobilidade da singularidade, fixação da visão. Há relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação): correlação/reversibilidade entre análise das formações discursivas e descrição do nível específico dos enunciados – reciprocidade entre análise e descrição

⁷⁰⁰ Problema de tradução: ao invés de “revelar” deveria ser “mostrar”.

(remissão à visão), relação entre/miscigenação das especificidades: a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

O décimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da forma de aditividade dos enunciados (ver AS, p. 143) .

A análise das formas de acúmulo dos enunciados tem por tarefa a abordagem da sua forma de aditividade:

Essa análise [das formas de acúmulo] supõe (...) que os enunciados sejam abordados na forma de *aditividade* que lhes é específica. Na verdade, os tipos de grupamento entre enunciados sucessivos não são sempre os mesmos e não procedem jamais por simples amontoamento ou justaposição de elementos sucessivos. (...) cada um tem um modo específico de se compor, de se anular, de se excluir, de se completar, de formar grupos mais ou menos indissociáveis e dotados de propriedades singulares (...). Além do mais, as formas de atividade [sic] não se apresentam de forma definitiva para uma categoria determinada de enunciados (...) (AS, p. 143, sublinhado nosso)⁷⁰¹

A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade e distinção): forma de aditividade específica (singularidade como diferença: individualidade) dos enunciados/os tipos de grupamento entre enunciados sucessivos não são sempre os mesmos (singularidade como diferença: distinção)/ modo específico (singularidade como diferença: individualidade) de composição, de anulação, de exclusão, de completude, de formação de grupos indissociáveis (especificidade como unicidade indecomponível) e dotados de propriedades singulares (especificidade como individualidade distinta); e a determinação (especificidade como precisão/individualidade e distinção/diferença): categoria determinada (específica) de enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (tempo): abordagem da forma de aditividade (tempo) específica dos enunciados/os tipos de grupamento entre enunciados sucessivos (tempo como sucessão) não são sempre os mesmos (especificidade como distinção), as formas de aditividade (tempo) não se apresentam de forma definitiva (especificidade como unicidade) para uma categoria determinada (especificidade como singularidade: individualidade e distinção) de enunciados – tempo (variável) modifica especificidade (determinada: imóvel/fixa): conflito entre imobilidade da singularidade/fixação da visão e mobilidade/flexibilidade do tempo (passagem de uma especificidade/diferença à outra através do tempo), quer dizer, a descrição da especificidade controla o tempo (permanência no visível do tempo).

⁷⁰¹ Erro de tradução: ao invés de “atividade” deveria ser “aditividade”.

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no primeiro parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da positividade de um discurso como *a priori* histórico (ver AS, p. 145-6).

A positividade de um discurso estabelece sua unidade através da multiplicidade de registros (função de *a priori* histórico):

As *diferentes* obras, os livros *dispersos*, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos *singulares* em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais – todas essas figuras e *individualidades diversas* (...) *comunicam* pela forma de positividade de seus discursos. (AS, p. 145-6, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (unicidade e distinção) como diferença (discursos singulares, diferentes obras) e a individualidade (unicidade e distinção - individualidades diversas). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (relação e multiplicidade): individualidades diversas (diferentes obras, livros dispersos, discursos singulares) – múltiplas especificidades (a multiplicidade é a dispersão) – comunicam (miscigenação) pela forma de positividade de seus discursos – múltiplas especificidades relacionadas⁷⁰² (estabelecem unidade como *a priori* histórico): a descrição da especificidade controla a multiplicidade relacionada (permanência no visível da multiplicidade e da relação).

O décimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está situado no décimo-segundo parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação das relações e das dependências entre a ordem arqueológica, a ordem sistemática e a ordem cronológica (ver AS, p. 169).

Há distinção e relação entre as diferentes ordens, arqueológica, sistemática e cronológica:

Por mais que essas *diferentes* ordens [ordem arqueológica, das sistematicidades e das sucessões cronológicas] sejam *específicas* e tenham *cada uma* sua *autonomia*, deve haver entre elas *relações* e *dependências*. Para certas formações discursivas, a ordem arqueológica talvez não seja muito diferente da ordem sistemática, já que em outros casos ela segue o fio

⁷⁰² Sobre a comunicação das individualidades diversas (miscigenação das múltiplas especificidades) como exigência do espaço (e reconhecimento do limite) para a permanência no visível, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e reconhecimento do limite ou da finitude.

das sucessões cronológicas. Tais paralelismos (...) merecem ser *analisados*. É importante, de qualquer forma, não *confundir* os diversos ordenamentos; não procurar em uma “descoberta” inicial, ou na originalidade de uma formulação, o princípio de onde podemos tudo deduzir e derivar; não procurar, em um princípio geral, a lei das regularidades enunciativas ou das invenções individuais; não pedir à derivação arqueológica que reproduza a ordem do tempo ou que revele [sic] um esquema dedutivo. (AS, p. 169, grifo nosso)⁷⁰³

A especificidade é a autonomia (propriedade da unicidade – singularidade como diferença): as diferentes (diferença) ordens são específicas (especificidade) e têm, cada uma (unicidade), sua autonomia. Existe relação entre (análise da) especificidade e discurso da miscigenação (relação): análise das diferentes ordens específicas e autônomas (especificidade) que têm entre si relações e dependências, paralelismos (miscigenação) – visão da especificidade miscigenada ou da miscigenação da especificidade: a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação). O perigo da confusão entre os ordenamentos é, ao mesmo tempo, necessidade da preservação da especificidade e recurso à crítica da abstração.

O décimo-terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação está localizado no décimo-quarto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação entre ciência e saber (ver AS, p. 208-9).

Sempre há relação de especificidade entre ciência e saber:

Encontra-se uma *relação específica* entre ciência e saber em toda formação discursiva; a *análise* arqueológica, ao invés de [sic] definir entre eles uma relação de exclusão ou de subtração (buscando a parte do saber que se furta e resiste ainda à ciência, e a parte da ciência que ainda está comprometida pela vizinhança e influência do saber), deve *mostrar*, positivamente, como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber. (AS, p. 209, grifo nosso)⁷⁰⁴

A especificidade é a singularidade como diferença: relação específica (singular) entre ciência e saber em toda formação discursiva. Existe relação entre (análise da) especificidade e discurso da miscigenação (relação): análise arqueológica deve mostrar (visão) positivamente a relação (miscigenação) específica entre ciência e saber (como a ciência se inscreve e funciona

⁷⁰³ Problema de tradução: ao invés de “revele” deveria ser “mostre”.

⁷⁰⁴ Problema de tradução: em vez de “ao invés de” deveria ser “em lugar de”.

no elemento do saber)⁷⁰⁵ – visão da miscigenação específica: a descrição da especificidade controla a relação (permanência no visível da relação).

Sobre a relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação, ver infra também o vigésimo-quarto e o trigésimo-quinto aparecimento da crítica da generalidade.

Relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade: do confronto entre especificidade e multiplicidade

A constituição do discurso da historicidade como relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação mediante dominação do discurso da visão em referência à subordinação do discurso da miscigenação, que tem na descrição da especificidade ou imobilidade da singularidade o principal instrumento de ataque ou de controle em referência aos elementos constitutivos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade, tempo e guerra – o estrangeiro torna-se historiador mediante a insônia⁷⁰⁶ -, encontra sua expressão máxima quando o conjunto de todos os elementos do discurso da visão, identificação da efetividade, reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença, exigência do espaço e descrição da especificidade, encontra os elementos do discurso da miscigenação: o choque do funcionamento díspare dos dois discursos que se combinam produz plurais configurações, quer dizer, o encontro da indissociabilidade entre presença e espaço ou da identificação da efetividade (como permanência no visível) que leva à descrição da especificidade ou à identificação da efetividade (como procura da visão minuciosa) – e, mediante reconhecimento do limite ou da finitude, autoriza a visão absoluta ou total – com a relação da multiplicidade em guerra no tempo⁷⁰⁷ gera várias uniões tensas ou alianças belicosas, ou relações de dominação e subordinação, sempre o discurso da visão controlando o discurso da miscigenação (assim, por exemplo, a presentificação da multiplicidade ou a espacialização da relação), e o principal confronto é aquele que opõe o escopo maior da descrição da especificidade, a imobilidade da singularidade para a fixação da visão (daí a

⁷⁰⁵ Sobre a inscrição da ciência no elemento do saber como exigência do espaço para a permanência no visível, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁷⁰⁶ Ver supra “Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença)”.

⁷⁰⁷ Sobre o discurso da miscigenação como relação da multiplicidade no tempo que leva à guerra (relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra), ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço”, “Relação entre espaço e guerra” e “Discurso da visão como exigência do espaço”.

visão absoluta ou total da especificidade)⁷⁰⁸, e a característica magna do discurso da miscigenação, a mobilidade da multiplicidade através da flexibilização da relação⁷⁰⁹ (na verdade, assim como o discurso da visão gira em torno da descrição da especificidade, ou da diferença como singularidade, o discurso da miscigenação focaliza a multiplicidade, ou a diferença como heterogeneidade)⁷¹⁰. Analisaremos vinte e dois aparecimentos da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade, de modo a mostrar a sua disseminação fundamental segundo a cronologia dos fatos.

O primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no décimo-primeiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da quarta consequência da crítica do documento, o encontro de certos problemas metodológicos que caracterizam a história nova (ver AS, p. 12-3).

A última consequência da crítica do documento é a caracterização da história nova a partir do encontro de certos problemas metodológicos, dentre os quais:

(...) a *especificação* de um método de *análise* (tratamento quantitativo dos dados, decomposição segundo um certo número de traços assinaláveis, cujas correlações são estudadas, decifração interpretativa, análise das frequências e das distribuições); a *delimitação* dos conjuntos e dos subconjuntos que *articulam* o material estudado (*regiões, períodos, processos unitários*); a *determinação* das *relações* que permitem caracterizar um conjunto (pode tratar-se de relações numéricas ou lógicas; de relações funcionais, causais analógicas; pode tratar-se da relação significante-significado). (AS, p. 12-3, grifo nosso)

⁷⁰⁸ Sobre a relação entre descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade para fixação da visão, e reconhecimento do limite ou da finitude, como autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade (se especificar ou fixar é limitar ou definir, então especificar é ver tudo), ver supra “Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão” e “Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença)”.

⁷⁰⁹ O discurso da miscigenação como relação da multiplicidade no tempo que leva à guerra não faz jus à complexidade da relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra, já que a flexibilização do discurso da miscigenação gera distintas configurações entre os seus elementos (de qualquer forma, a multiplicidade é o principal instrumento de mobilidade – assim como a descrição da especificidade é o principal instrumento de dominação do discurso da visão).

⁷¹⁰ Lembremos que tanto a constituição interna do discurso da historicidade (relação de conflito ou choque, ou união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, que é relação de dominação ou controle, ataque do discurso da visão, e subordinação do discurso da miscigenação) quanto a constituição do discurso da miscigenação (relação da multiplicidade no tempo leva à guerra) acontecem como guerra – e o confronto entre descrição da especificidade como imobilidade da singularidade para fixação da visão e mobilidade da multiplicidade mediante flexibilização da relação, ou entre diferença como especificidade ou singularidade e diferença como multiplicidade ou heterogeneidade, é a batalha principal da guerra entre discurso da visão e discurso da miscigenação. Sobre as diferentes utilizações da guerra para o discurso da historicidade, o discurso da visão e o discurso da miscigenação, ver supra, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, principalmente “Relação entre espaço e guerra”, mas também “Discurso da visão como exigência do espaço”.

A especificidade é a especificação (singularização como diferenciação): especificação de um método de análise (especificidade da visão, visão específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, exigência do espaço – discurso da visão –, relação e tempo – discurso da miscigenação): a especificação de um método de análise (visão) está associada à delimitação (limite) dos conjuntos e dos subconjuntos (regiões – espaço –, períodos – tempo) que articulam (miscigenação) o material estudado – especificidade: limite espacial e temporal através da relação; especificar é limitar – e à determinação (especificidade/finitude) das relações (miscigenação) que permitem caracterizar um conjunto – especificidade como finitude da miscigenação (nos dois casos, há um processo de especificação⁷¹¹ em que a miscigenação assume o papel de unicidade/especificidade através da busca do limite ou da finitude), quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à exigência do espaço, controla a relação e o tempo (ou seja, há fixação da visão, ou permanência no visível da relação e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de uma posição singular pela exterioridade das vizinhanças (ver AS, p. 19-20).

A definição de uma posição singular através da exterioridade das vizinhanças (trata-se de “... *definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças...*” (AS, p. 20, grifo nosso)) é o método de **A arqueologia do saber**. A especificidade é a singularidade como diferença (propriedade da unicidade e distinção da minúcia): posição singular (específica, diferente). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, exigência do espaço⁷¹² – discurso da visão – e guerra – discurso da miscigenação): a definição (reconhecimento da finitude que autoriza a possibilidade da visibilidade absoluta ou total) de uma (especificidade como unicidade) posição (espaço) singular (específica) – “... tentar *definir* esse *espaço* branco de onde falo...”

⁷¹¹ Sobre a apresentação dos problemas metodológicos da história nova como processo de especificação que remete à pedagogia da visão como necessidade da visão minuciosa e diferente, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da pedagogia da visão.

⁷¹² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra, multiplicidade e descrição da especificidade.

(AS, p. 20, grifo nosso)⁷¹³ – pela (através da) exterioridade de suas vizinhanças (ao mesmo tempo, estratégia de guerra – separação das vizinhanças -, especificidade como distinção – o exterior da propriedade da unicidade – e espaço como metáfora – vizinhanças -; por isso, especificar é limitar espacialmente, o limite é a condição da guerra e da miscigenação) – finitude do espaço da especificidade através da miscigenação como guerra: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à exigência do espaço, controla a guerra (para a fixação da visão, ou permanência no visível da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no décimo-segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do sistema das relações primárias (ou reais), secundárias (ou reflexivas) e discursivas (ver AS, p. 52).

Há distinção entre relações primárias ou reais, secundárias ou reflexivas e discursivas:

Assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das *relações primárias* ou *reais*, sistema das *relações secundárias* ou *reflexivas*, e sistema das *relações* que podem ser chamadas propriamente de *discursivas*. O problema é fazer com que apareça a especificidade dessas últimas e seu jogo com as outras duas. (AS, p. 52, sublinhado nosso)

A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade – singularidade como diferença): especificidade das relações propriamente (especificamente) discursivas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço)⁷¹⁴ – discurso da visão – e relação – discurso da miscigenação): espaço articulado (relação) de descrições (visão) possíveis em que aparece (presença) a especificidade das relações propriamente (especificidade) discursivas e seu jogo (relação) com as relações primárias ou reais e secundárias ou reflexivas⁷¹⁵ – espaço visível da miscigenação: presença da especificidade da relação e da miscigenação (a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação como procura da visão minuciosa).

⁷¹³ Sobre a definição do espaço branco da fala como ato de incerteza ou tatear cego, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre tato e visão.

⁷¹⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁷¹⁵ Sobre as relações primárias ou reais como visibilidade não-discursiva, as relações secundárias ou reflexivas como visibilidade discursiva explícita (imediate, aparência) e as relações discursivas como visibilidade prática (diferente, minuciosa, específica), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o primeiro aparecimento da tipologia da visibilidade.

O quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no segundo parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das formas de sucessão dos enunciados em que aparecem e circulam os conceitos (ver AS, p. 63-4).

A formação dos conceitos está associada à organização dos enunciados:

Essa organização compreende, inicialmente, formas de sucessão e, entre elas, as diversas disposições [sic] *das séries enunciativas* (...); os diversos tipos de correlação [sic] dos enunciados (...); os diversos esquemas retóricos segundo os quais se pode combinar [sic] grupos de enunciados (...) (AS, p. 63-4, sublinhado nosso)⁷¹⁶

A formação dos conceitos depende da organização dos enunciados: o que vai “... reger o *aparecimento* e a recorrência dos conceitos (...) é a *disposição* geral dos enunciados e sua *seriação* em conjuntos *determinados*...” (AS, p. 64, grifo nosso) Uma formação discursiva “... é, antes de tudo, um conjunto de regras para *dispor em série* enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de *dependências*, de ordem e de *sucessões* em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos.” (AS, p. 64, grifo nosso) A especificidade é a determinação (precisão/exatidão, individualidade, e distinção – singularidade como diferença): conjuntos determinados (específicos, singulares) de enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷¹⁷ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): o aparecimento (presença) dos conceitos é regido pelas diversas (multiplicidade) formas de sucessão (tempo) dos enunciados, dentre as quais os tipos ou esquemas de dependência (relação), em conjuntos determinados (especificidade) – aparecimento da diversidade sucessiva relacionada como determinação, ou presença da multiplicidade temporal miscigenada como especificidade: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa.

O quinto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**.

⁷¹⁶ Problemas de tradução: ao invés de “as diversas disposições” deveria ser “os diversos ordenamentos”; ao invés de “correlação” deveria ser “dependência”; e faltou grifar a palavra “combinar” (de acordo com o original).

⁷¹⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sétimo surgimento da presença como aparecimento.

Seu contexto é a análise da constituição do sistema de formação conceitual como feixe de relações (ver AS, p. 66).

A formação dos conceitos é o estabelecimento de um feixe de relações: “... o que *pertence propriamente* a uma formação discursiva e o que permite *delimitar* o grupo de conceitos, embora *discordantes*, que lhe são *específicos*, é a maneira pela qual (...) [os] *diferentes* elementos [bastante *heterogêneos*] estão *relacionados* uns aos outros.” (AS, p. 66, grifo nosso) A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade – singularidade como primeiro conceito de diferença): o que pertence propriamente (especificamente) a uma formação discursiva (grupo de conceitos que lhe são específicos – singulares). Existe relação entre análise da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite – discurso da visão -, relação, multiplicidade e guerra – discurso da miscigenação): análise (visão) do que pertence propriamente (especificidade) a uma formação discursiva e do que permite delimitar (limite) o grupo de conceitos discordantes (guerra) que lhe são específicos – especificar é limitar – é a maneira pela qual os diferentes elementos heterogêneos (multiplicidade como segundo conceito de diferença) estão relacionados (relação/miscigenação) uns aos outros – análise da especificidade e do limite da especificidade em discórdia é multiplicidade em relação, ou visão do limite da especificidade em guerra é miscigenação da multiplicidade: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, controla a relação, a multiplicidade e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e da guerra como procura da visão minuciosa.

O sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no quinto parágrafo do sexto capítulo, “A formação das estratégias”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição das instâncias específicas de decisão das escolhas realizadas (como estudo da economia da constelação discursiva) – ver AS, p. 73-4.

A análise das escolhas teóricas ou das estratégias precisa da descrição das instâncias específicas de decisão e, por consequência, do estudo da economia da constelação discursiva:

(...) todos os jogos possíveis não estão efetivamente realizados: há muitos conjuntos parciais, compatibilidades regionais, arquiteturas coerentes, que poderiam ter aparecido [sic] e que não se manifestaram. Para dar conta das escolhas – e apenas [sic] delas – que foram realizadas entre todas as que poderiam ter sido, é preciso descrever instâncias específicas de decisão: em primeiro lugar, o papel desempenhado pelo discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos. É preciso, pois, estudar a *economia*

da constelação discursiva à qual ele pertence. (AS, p. 73, sublinhado nosso)⁷¹⁸

Dentre a diversidade de relações entre discursos, deve-se destacar: “Pode-se (...) *descrever*, entre *diversos* [sic] discursos, *relações de delimitação* recíproca, cada um deles apresentando as marcas *distintivas* de sua *singularidade* pela *diferenciação* de seu *domínio*, seus métodos, seus instrumentos, seu *domínio* de aplicação...” (AS, p. 74, grifo nosso)⁷¹⁹ A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade, propriedade e distinção, minúcia): instâncias específicas (singulares – visíveis) de decisão, marcas (minúcia) distintivas (distinção) da singularidade (individualidade) do discurso pela diferenciação (singularização, especificação) de seu domínio (propriedade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, necessidade da presença⁷²⁰ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): para dar conta do nascimento ou da manifestação (presença) das escolhas efetivamente (efetividade) realizadas é preciso descrever (visão) instâncias específicas (especificidade) de decisão tais como a relação do discurso estudado com diversos (multiplicidade) discursos – para presença da efetividade (permanência no visível) é preciso descrição da especificidade como relação com multiplicidade: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade e à necessidade da presença, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa. Há relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): descrição (visão) de relações (relação) de delimitação (limite) entre diversos (multiplicidade) discursos com apresentação da singularidade/da distinção (especificidade) pela diferenciação (especificidade) do domínio (espaço como propriedade) – descrição da relação de limite entre diversidade através da especificidade do espaço, ou visão da miscigenação da multiplicidade como limite mediante especificidade do espaço: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa.

⁷¹⁸ Problemas de tradução: ao invés de “aparecido” deveria ser “nascido”; ao invés de “apenas” deveria ser “somente”.

⁷¹⁹ Problema de tradução: ao invés de “diversos” deveria ser “vários”.

⁷²⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da relação entre necessidade da presença e identificação da efetividade.

O sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no terceiro parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o questionamento da unidade de um discurso como formação sistemática dos objetos, das enunciações, dos conceitos e das opções teóricas através da dispersão dos elementos (ver AS, p. 79).

A unidade de um discurso (portanto, sua especificidade) é estabelecida através de uma dispersão de elementos (portanto, de sua multiplicidade):

(...) [a] *dispersão* [de elementos] – com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas, e substituições – pode ser *descrita*, em sua *singularidade*, se formos capazes de *determinar* as regras *específicas* segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos e opções teóricas: se *há* unidade, ela (...) reside (...) no sistema que torna possível e rege sua formação. (AS, p. 79, grifo nosso)

Daí o questionamento da formação da unidade (especificidade) a partir do sistema (portanto, da miscigenação) que une a dispersão de elementos (multiplicidade):

Como afirmar que *individualizamos* bem conjuntos discursivos, se, por trás da *multiplicidade* aparentemente *irredutível* dos objetos, enunciações, conceitos e escolhas, utilizamos, de maneira bastante temerária, uma massa de elementos que não eram menos numerosos nem menos *dispersos*, mas que, além disso, eram *heterogêneos* entre si? Se repartimos todos esses elementos em quatro grupos *distintos* cujo modo de *articulação* quase não foi *definido*? E em que sentido podemos dizer que todos esses elementos descobertos por trás dos objetos, enunciações, conceitos e estratégias dos discursos, asseguram a *existência* de conjuntos não menos *individualizáveis* que obras ou livros? (AS, p. 79, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (individualidade e distinção) como diferença: singularidade da dispersão de elementos, regras específicas de formação, individualização de conjuntos discursivos, multiplicidade irredutível, quatro grupos distintos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): descrição da singularidade da dispersão, quer dizer, existência da individualização depende da determinação ou da definição da articulação da multiplicidade (aparentemente) irredutível/heterogênea/distinta (visão da especificidade da multiplicidade, ou presença da especificidade depende do limite ou da finitude da relação da multiplicidade como diferença: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à necessidade da presença, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa): conflito entre dois conceitos de diferença, especificidade *versus* multiplicidade, ou entre imobilidade da singularidade/fixação da visão

contra mobilidade da heterogeneidade/flexibilidade da miscigenação (a possibilidade da expansão da especificidade depende de seu domínio sobre a multiplicidade através do controle da miscigenação – e a aparência de irredutibilidade da multiplicidade remete exatamente a este controle futuro: é o aspecto ilusório denunciado pela pedagogia da visão através da exposição condicional e da busca da visão específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia)⁷²¹.

O oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no sexto parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das relações de dependência entre os níveis inferiores e superiores na direção inversa (ver AS, p. 81).

Há uma hierarquia de relações, da formação dos objetos à formação das estratégias, passando respectivamente pela formação das enunciações e dos conceitos, mas também na direção inversa:

Mas as *relações* se estabelecem igualmente em uma direção inversa. Os níveis inferiores não são *independentes* dos que lhes são superiores. As escolhas teóricas excluem ou implicam, nos enunciados que as *efetuam*, a formação de certos conceitos, isto é, certas formas de *coexistência* entre os enunciados (...) (AS, p. 81, grifo nosso)

Quer dizer, a opção teórica

(...) pode utilizar ou excluir algumas dessas regras e, em consequência disso, fazer com que *apareçam* certos conceitos que não se apresentam [sic] em *nenhum outro lugar* [sic] (...) ela [a escolha teórica] o produziu [o conceito] por intermédio das regras *específicas* de formação dos conceitos e pelo jogo das *relações* que mantém com esse nível. (AS, p. 81, grifo nosso)⁷²²

A especificidade é a singularidade como diferença: regras específicas de formação dos conceitos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): as escolhas teóricas fazem aparecer (presença), nos enunciados que as efetuam (efetividade), por intermédio de regras específicas (especificidade) e devido a um jogo de relações (relação), certos conceitos (específicos) que não aparecem (presença) em nenhures (espaço), isto é, certas formas de coexistência (presença da relação/da multiplicidade) entre enunciados –

⁷²¹ Sobre a crítica da visibilidade discursiva horizontal (aparência como ilusão) e a defesa da visibilidade discursiva vertical (visão específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sexto aparecimento da tipologia da visibilidade.

⁷²² Problema de tradução: ao invés de “se apresentam” deveria ser “aparecem”; ao invés de “em nenhum outro lugar” deveria ser “em nenhures”.

aparecimento/presença, através da efetividade, da especificidade e da relação/miscigenação, do espaço e da multiplicidade: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa. A independência entre os níveis inferiores e superiores seria a imobilização da singularidade/a fixação da visão, mas a relação entre os níveis é justamente a mobilidade da multiplicidade/a flexibilização da miscigenação (dominada, entretanto, pelo discurso da visão através principalmente da descrição da especificidade).

O nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no quarto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como átomo do discurso (ver AS, p. 90).

O enunciado é um acontecimento singular: “Repetidas vezes usei o termo ‘enunciado’, seja para falar (como se se tratasse de *indivíduos* ou *acontecimentos singulares*) de uma ‘população de enunciados’, seja para *opô-lo* (como a parte se *distingue* do todo) aos conjuntos que seriam os ‘discursos’.” (AS, p. 90, grifo nosso) A especificidade é a singularidade (individualidade e distinção) como diferença: enunciado como indivíduo ou acontecimento singular (específico). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): população de indivíduos ou de acontecimentos singulares (multiplicidade da presença da especificidade) ou oposição/distinção da parte ao todo (especificidade *versus* multiplicidade), ou seja, enunciado como individualidade e como distinção/separação em relação ao discurso: conflito entre imobilidade da singularidade (primeiro conceito de diferença)/fixação da visão, ou enunciado, e mobilidade da multiplicidade (segundo conceito de diferença)/flexibilidade da miscigenação, ou o discurso; de qualquer forma, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa (por isso a multiplicidade é um conjunto de especificidades – população de acontecimentos singulares). O enunciado seria, assim, o átomo do discurso:

À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de agrupamentos; como um grão que aparece na

superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso. (AS, p. 90, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença: formas específicas de grupamentos – também o enunciado é a singularidade: elemento indecomponível (individualidade), suscetível de ser isolado (separação/distinção) em si mesmo (propriedade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): o enunciado aparece como um grão/ponto/elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo, demarcado na superfície de um tecido/em planos de repartição (presença da especificidade como limite no espaço: enunciado) e como capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos/em formas específicas de grupamentos (presença da especificidade como relação com a multiplicidade: discurso). O conflito entre imobilidade da singularidade (fixação da visão) e mobilidade da multiplicidade (flexibilização da miscigenação) acontece como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação através da descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade) que, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (por isso o enunciado entra em formas específicas de grupamentos: relação específica da multiplicidade). Por fim, a expressão “à primeira vista” remete ao ensinamento da pedagogia da visão de que a aparência (a horizontalidade do olhar) é uma ilusão que precisa da minúcia como necessidade de ver mais (por isso o aspecto condicional da definição de enunciado como átomo do discurso e a revelação progressiva, “pedagógica”, do enunciado como função vertical de existência)⁷²³.

O décimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no vigésimo parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo enunciativo (ver AS, p. 113-4).

Não há enunciado solitário:

De início, desde sua raiz, ele se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado:

⁷²³ Sobre a definição condicional ou provisória de enunciado como átomo do discurso que é uma aparência como ilusão cuja necessidade de visão diferente como busca de ver mais e minuciosamente levará à sua definição como função vertical de existência, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o sétimo aparecimento da pedagogia da visão. Ver também o prosseguimento dos parágrafos até o final deste capítulo: AS, p. 91-9.

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (AS, p. 114-5, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença: especificação do enunciado. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço⁷²⁴ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): especificação do enunciado, desde sua raiz (presença e espaço) ele existe (presença) em um campo (espaço) enunciativo (multiplicidade)/faz parte de um conjunto/se integra em um jogo enunciativo onde tem seu (especificidade como propriedade da individualidade e distinção) lugar (espaço), que lhe apresenta relações (relação) possíveis com o passado (tempo)/faz parte de uma série e que lhe abre um futuro (tempo) eventual – especificação: presença no espaço da multiplicidade/da relação com o tempo (há conflito entre especificidade e multiplicidade: o enunciado tem seu lugar em um campo enunciativo, sempre faz parte de um conjunto, se apoiando em outros enunciados, mas deles se distinguindo – a especificação do enunciado em um campo enunciativo é um movimento de expansão da especificidade como forma de domínio da multiplicidade, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa).

Não *há* enunciado que não suponha *outros*; não *há* nenhum que não tenha, em torno de si, um *campo de coexistências*, efeitos de *série* e de *sucessão*, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um *ponto definido*, com uma *posição determinada*, em um *jogo* enunciativo que a extrapola. (AS, p. 114, grifo nosso)

A especificidade é a definição (exatidão/individualidade – enunciado em um ponto/espaço definido/específico) e a determinação (precisão/individualidade – enunciado com uma posição/espaço determinada/o, específica/o) – singularidade como diferença. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço⁷²⁵ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da

⁷²⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁷²⁵ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

miscigenação): existência (presença) do enunciado em um ponto (espaço) definido (específico) com uma posição (espaço) determinada (específica) num campo (espaço) de coexistências (presença da relação/da multiplicidade) com efeitos de série e de sucessão (tempo) em um jogo (relação) enunciativo – presença no espaço da especificidade em um espaço de presença da multiplicidade/da relação com o tempo: conflito entre especificidade, ou imobilidade da singularidade para a fixação da visão, e multiplicidade, cuja mobilidade é realizada pela flexibilização da miscigenação/relação e que traz como consequência a especificação da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa).

O décimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no vigésimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade repetível do enunciado (distinção entre enunciação e enunciado) – ver AS, p. 116-7.

A definição da enunciação estabelece a remissão da multiplicidade à especificidade:

Diremos que *há* enunciação cada vez que um conjunto de signos for *emitido*. Cada uma dessas *articulações* tem sua *individualidade espaço-temporal*. Duas pessoas podem dizer ao mesmo tempo a mesma coisa; já que são duas, haverá duas enunciações distintas. Um único e mesmo sujeito pode repetir várias vezes a mesma frase; haverá igual número de enunciações distintas no tempo. *A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir.* (AS, p. 116, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença: propriedade da unicidade/individualidade/irredutibilidade e distinção. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷²⁶, exigência do espaço⁷²⁷ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): enunciação como acontecimento/emissão de signos/articulação (presença) que tem sua singularidade situada e datada/individualidade espaço-temporal que não se repete/que não se pode reduzir (presença como especificidade no espaço e no tempo – a multiplicidade é o conjunto de especificidades: imobilidade da singularidade/fixação da visão; dito de outro modo, a descrição da

⁷²⁶ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como acontecimento.

⁷²⁷ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença.

especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa)⁷²⁸. A suspensão da especificidade estabelece a remissão da multiplicidade à generalização (ou indiferenciação, ou indefinição):

Essa singularidade, entretanto, deixa passar um certo número de constantes – gramaticais, semânticas, lógicas –, pelas quais se pode, neutralizando o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam, reconhecer a forma geral de uma frase, de uma significação, de uma proposição. O tempo e o lugar da enunciação, o suporte material que ela utiliza, tornam-se então indiferentes, pelo menos em grande parte: o que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas. (AS, p. 116-7, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença: individualidade/exatidão e distinção. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): individualização/singularidade da enunciação como suporte material de acordo com coordenadas no lugar e no tempo (momento) – especificidade como presença no espaço e no tempo: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa (a multiplicidade/dispersão é repetição: generalização/negação da especificidade, ou indiferenciação/negação da diferença/da distinção, ou indefinição/negação da finitude/do limite – mobilidade da multiplicidade como mesmidade/abandono da visão como proximidade do invisível). A definição do enunciado estabelece a remissão da multiplicidade à repetição da especificidade:

Ora, o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato [sic] da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade: não teremos problemas em afirmar que uma mesma frase pronunciada por duas pessoas, em circunstâncias, entretanto, um pouco diferentes, constitui apenas um enunciado. E, no entanto, ele não se reduz a uma forma gramatical ou lógica, na medida em que, mais do que ela e de modo diferente, é sensível a diferenças de matéria, substância, tempo e lugar. Qual é, pois, essa materialidade própria do enunciado e que autoriza certos tipos singulares de repetição? Como se pode falar do mesmo enunciado onde há várias enunciações distintas – enquanto devemos falar de vários enunciados onde podemos reconhecer formas, estruturas, regras de construção, alvos idênticos? Qual é, pois, esse regime de *materialidade repetível* que caracteriza o enunciado? (AS, p. 117, sublinhado nosso)⁷²⁹

⁷²⁸ Sobre a descrição da especificidade como imobilidade da singularidade, para fixação da visão (ou imobilidade do olhar), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como acontecimento.

⁷²⁹ Problema de tradução: ao invés de “fato” deveria ser “acontecimento”.

A especificidade é a singularidade como diferença: propriedade da individualidade e distinção. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷³⁰, exigência do espaço⁷³¹ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): enunciado sensível a diferenças de matéria, substância (presença e espaço), tempo e lugar (espaço)/materialidade própria, tipos singulares de repetição – presença da especificidade no/do espaço e no tempo (a multiplicidade é repetição de especificidades: especificação da multiplicidade, ou imobilidade da singularidade para fixação da visão, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa).

O décimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no vigésimo-sexto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da materialidade dos enunciados (distinção entre enunciação e enunciado) – ver AS, p. 118-9.

O enunciado (remissão da multiplicidade à repetição da especificidade) é distinto da/mas sensível à enunciação (remissão da multiplicidade à especificidade irrepitível):

Um enunciado pode ser o mesmo, manuscrito em uma folha de papel ou publicado em um livro; pode ser o mesmo pronunciado oralmente, impresso em um cartaz, reproduzido por um gravador; em compensação, quando um romancista pronuncia uma frase qualquer na vida cotidiana, visto que a coloca tal qual no manuscrito que redige, atribuindo-a a um personagem, ou mesmo deixando-a ser pronunciada pela voz anônima que representa a do autor, não se pode dizer que se trate, nos dois casos, do mesmo enunciado. (AS, p. 118)

A materialidade repetível do enunciado (o enunciado audível e o enunciado visível, tanto no caso da sua identificação, quanto no caso da sua dissociação, têm como referência a possibilidade da remissão do audível ao visível, quer dizer, a possibilidade da repetibilidade não está vinculada diretamente à diferença auditabilidade/visibilidade, mas à ordem institucional – de qualquer forma, falado ou escrito, o enunciado é sempre visível⁷³²) é institucional:

⁷³⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como acontecimento.

⁷³¹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁷³² Sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (identificação do enunciado audível e visível) e a preservação da especificidade e da diferença entre visível e audível (dissociação entre enunciado audível e visível) como remissão à dominação do visível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-segundo aparecimento da relação entre visível e audível.

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiars e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis. (AS, p. 118-9, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença: individualidade (e distinção). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença, exigência do espaço⁷³³ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): a materialidade (presença e espaço) institucional/mas também a localização espaço-temporal define (finitude) a individualidade repetível (reinscrição e transcrição)/mas também limitada e perecível (o limite pode ser final – finitude – e/ou inicial – limiar) do enunciado – presença no espaço e no tempo como finitude ou limite da especificidade (limitar é especificar): a multiplicidade remete à repetição da especificidade: imobilidade da singularidade para fixação da visão, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: especificação da multiplicidade, ou seja, a repetibilidade do enunciado é específica.

O décimo-terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no segundo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a fixação do vocabulário (formulação, enunciado e discurso) – ver AS, p. 123-4.

Primeiro, a definição de formulação (ou, a rigor, enunciação): “... a formulação é um *acontecimento* que, pelo menos de direito, é sempre *demarcável* segundo coordenadas *espaço-temporais* (...) e que eventualmente pode constituir, por *si mesma*, um ato *específico*...” (AS, p. 123, grifo nosso) A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade/minúcia e distinção): formulação como constituição por si mesma (individualidade) de um ato específico (minúcia e distinção). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁷³⁴, exigência do espaço⁷³⁵ – discurso da visão – e tempo – discurso da

⁷³³ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo.

⁷³⁴ Sobre a definição de formulação como necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sétimo aparecimento da presença como acontecimento.

miscigenação): formulação como acontecimento (presença) demarcável (limite) segundo coordenadas espaço-temporais que constitui ato específico – presença da especificidade limitada no espaço e no tempo (há fixação da visão através da imobilidade da singularidade – o tempo, elemento do discurso da miscigenação, é capturado pelo discurso da visão como fixação, dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total). Segundo, a definição de enunciado:

Chamaremos *enunciado* a modalidade de existência própria (...) [do] conjunto de signos [efetivamente produzidos]: (...) modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (AS, p. 123-4, sublinhado nosso)

A especificidade é a propriedade (singularidade como diferença): enunciado como modalidade de existência própria (específica) de um conjunto de signos efetivamente produzidos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁷³⁶, exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): enunciado como modalidade de existência (presença) própria do conjunto de signos efetivamente produzidos que está em relação com um domínio (espaço como propriedade) de objetos, prescreve uma posição (espaço) definida (finitude) a qualquer sujeito possível, está situada entre outras (multiplicidade) performances verbais e está dotado de uma materialidade (presença e espaço) repetível – presença efetiva da especificidade como relação/miscigenação com espaço da multiplicidade, prescrição de espaço finito (especificar é limitar), colocação entre multiplicidade e dotação de presença no espaço (a presença da especificidade entre a multiplicidade – enunciado entre outros enunciados – é a identificação da multiplicidade de especificidades imóveis, fixas para a visão, quer dizer, a multiplicidade é capturada pelo discurso da visão: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade, ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a

⁷³⁵ Sobre a definição de formulação como exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁷³⁶ Sobre a definição do enunciado como necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da presença como existência.

fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total). Terceiro, a definição de discurso:

(...) da maneira mais geral e imprecisa [sic], ele [o discurso] designava um conjunto de performances verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente tudo que havia sido produzido) em matéria de conjunto de signos. Mas compreendia-se também por discurso um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições. Enfim – e este sentido foi finalmente privilegiado (com o primeiro que lhe serve de horizonte) – o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar (...) que a lei de tal série é precisamente o que chamei (...) *formação discursiva*, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição (...) dos enunciados (...), o termo discurso poderá ser fixado: conjuntos de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação (...) (AS, p. 124, sublinhado nosso)⁷³⁷

A especificidade é a particularidade (individualidade) e a precisão (minúcia) - singularidade como diferença -: o discurso, conjunto de sequências de signos, como enunciados, tem modalidades particulares (específicas) de existência; a lei da série (dos enunciados) é precisamente (especificamente) a formação discursiva. O caminho do uso e da definição de discurso em **A arqueologia do saber** é o elogio da especificidade (e a crítica, correlativa, da generalização), do primeiro sentido como generalidade ao terceiro como especificidade, a miscigenação da análise das formações discursivas (segunda parte do livro) com a descrição dos enunciados (terceira parte) – na verdade, da generalidade à especificidade, a miscigenação foi especificada – mostra a pedagogia da visão como passagem da aparência como ilusão à minúcia como necessidade de ver mais⁷³⁸. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷³⁹ – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): discurso como conjunto ou série de enunciados (conjunto de performances verbais/de sequências de signos como modalidades particulares de existência) cuja lei ou sistema é precisamente a formação discursiva (princípio de dispersão e de repartição dos enunciados) – do discurso ao enunciado, do enunciado ao discurso, e do discurso ao enunciado, presença da especificidade como multiplicidade (a multiplicidade é fixada pelo discurso da visão: conjunto de especificidades imóveis – termo discurso fixado como conjunto de enunciados, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da

⁷³⁷ Problema de tradução: ao invés de “imprecisa” deveria ser “indecisa” – para preservação do original -; de qualquer forma, a tradução, ao errar, permaneceu fiel à oposição entre especificidade como precisão e generalidade como “imprecisão”.

⁷³⁸ Na verdade, é a pedagogia da visão como vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade. Ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da presença como existência.

⁷³⁹ Sobre a definição do discurso como necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da presença como existência.

singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa).

O décimo-quarto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no décimo-sexto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise enunciativa como perseguição do sono dos textos (ver AS, p. 142).

A descrição dos enunciados analisa o sono dos textos:

(...) a *particularidade* [sic] da *análise* enunciativa não é despertar textos de seu sono *atual* para reencontrar, encantando as marcas ainda lisíveis em sua *superfície*, o clarão de seu nascimento; trata-se, ao contrário, de segui-los ao longo de seu sono, ou antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de *existência* pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, na espessura do *tempo* em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos. (AS, p. 142, grifo nosso)⁷⁴⁰

A especificidade é a propriedade (individualidade distinta – singularidade como diferença): o próprio da análise enunciativa. Existe relação entre análise da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷⁴¹, exigência do espaço – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): o próprio (especificidade) da análise (visão) enunciativa é a procura do modo de existência (presença) característico dos enunciados/levantar temas relacionados ao sono atual (presença) dos textos/marcas lisíveis (visíveis) em sua superfície (espaço), independentemente de sua enunciação, na espessura do tempo em que subsistem (especificidade da visão é presença espacial no tempo) – o tema do sono dos textos está associado à enunciação (nascimento do enunciado) e a seu despertar, literalmente representação (do sono atual para clarão do nascimento: abstração, da especificidade, da presença espacial, em direção à origem perdida, busca do invisível)⁷⁴², mas também ao enunciado (elogio da especificidade através da permanência no visível como presença espacial no tempo, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade,

⁷⁴⁰ Problema de tradução: ao invés de “a particularidade” deveria ser “o próprio” – para preservação do original, apesar da conservação do sentido da especificidade.

⁷⁴¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-nono aparecimento da presença como existência.

⁷⁴² Sobre o tema do despertar do sono dos textos (busca do clarão do nascimento) como crítica da ausência correlativa da crítica da abstração (da especificidade) porque recusa do resgate do invisível, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-nono aparecimento da presença como existência.

aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa).

O décimo-quinze aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148)⁷⁴³.

O arquivo é o sistema dos enunciados:

O domínio dos enunciados (...) articulado segundo *a priori* históricos, (...) caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas, não tem mais o aspecto de planície monótona e indefinidamente prolongada que eu lhe dava no início, quando falava de “superfície do discurso” (...). Temos que tratar, agora de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. (AS, p. 148, sublinhado nosso)

A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade e distinção): domínio dos enunciados caracterizado por diferentes (específicos) tipos de positividade, escandido por formações discursivas distintas (específicas), domínio dos enunciados como volume complexo em que se diferenciam (especificam) regiões heterogêneas e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor (específicas). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do espaço⁷⁴⁴ – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): domínio (espaço como propriedade) dos enunciados, caracterizado por diferentes tipos de positividade (especificidade e multiplicidade: múltiplas especificidades), escandido por formações discursivas distintas (especificidade e multiplicidade: múltiplas especificidades), é um volume (espaço) complexo em que se diferenciam regiões heterogêneas (especificidade, espaço e multiplicidade: especificação do espaço da multiplicidade) e em que se desenrolam segundo regras específicas (especificidade) práticas que não se podem superpor (especificidade) – espaço da especificidade e da multiplicidade (a passagem da superfície do discurso, como planície indefinida, às práticas discursivas complexas, como regiões heterogêneas, é, ao mesmo tempo, pedagogia da visão: caminho da visão geral, imediata, inicial, à visão específica, crítica da generalização: perigo da remissão ao invisível, devido à indefinição, e

⁷⁴³ Sobre a definição do arquivo como necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da presença como acontecimento.

⁷⁴⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

elogio da especificidade: especificação do espaço⁷⁴⁵ – neste movimento, a especificação está vinculada ao reconhecimento da multiplicidade como heterogeneidade, segundo conceito de diferença, como conjunto de especificidades imóveis), quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à exigência do espaço, controla a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa.

O décimo-sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo como sistema da formação e da transformação dos enunciados (ver AS, p. 149-50).

O arquivo é distinto da língua (sistema de construção das frases possíveis), da tradição (biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas: recolhimento passivo das palavras pronunciadas como *corpus*) e do esquecimento (abertura do exercício da liberdade da palavra nova):

(...) o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. (...) entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É* [sic] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados. (AS, p. 150, sublinhado nosso)⁷⁴⁶

A especificidade é a particularidade (individualidade e distinção – singularidade como diferença): o arquivo define um nível particular (específico, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁷⁴⁷ – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): arquivo como definição (finitude) de um nível particular (especificidade), de uma prática que faz surgir (presença)/(aparecimento - presença - das regras de uma prática) uma multiplicidade de enunciados como tantos (multiplicidade) acontecimentos (presença) regulares/sistema de formação dos enunciados e como tantas (multiplicidade) coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação/sistema de transformação ou modificação dos enunciados (finitude da especificidade – especificar é definir – como presença da

⁷⁴⁵ Sobre a passagem da crítica do espaço indiferenciado ao elogio do espaço múltiplo especificado, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁷⁴⁶ Erro de tradução: não há grifo em “É” no original.

⁷⁴⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-primeiro aparecimento da presença como acontecimento.

multiplicidade: harmonia entre enunciado como acontecimento/formação e enunciado como coisa/transformação devido à imobilidade da singularidade para fixação da visão, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à necessidade da presença, controla a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O décimo-sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no primeiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a crítica da história das ideias como descrição de uma série de figuras globais (ver AS, p. 161-2).

A história das ideias, ao analisar os elementos antigos, repetidos, tradicionais que aparecem em formulações banais, cotidianas, maciças, é descrição de uma série de figuras globais:

(...) manifesta a história como inércia e marasmo (...); os enunciados devem ser (...) tratados em *massa* e segundo o que têm em *comum*; sua *singularidade de acontecimento* pode ser neutralizada; perdem importância também (...) o *momento e o lugar de seu aparecimento*; em compensação, é sua extensão que deve ser medida: até onde e até quando eles se repetem, por que canais se difundem, em que grupos circulam, que horizonte *geral* delinham para o pensamento dos homens, que limites lhe impõem e, caracterizando uma época, como permitem distingui-la das outras. Descreve-se, então, uma série de figuras *globais*. (AS, p. 161-2, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (individualidade e distinção) como diferença: neutralização da singularidade (especificidade) de acontecimento dos enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷⁴⁸, exigência do espaço⁷⁴⁹ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): neutralização da singularidade (especificidade) de acontecimento (presença) como momento (tempo) e lugar (espaço) de aparecimento (presença) dos enunciados (especificidade da presença no tempo e no espaço: imobilidade da singularidade/fixação da visão – o tempo é capturado/imobilizado pelo discurso da visão, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa). A recusa da história das ideias é a crítica da generalização/globalização, através

⁷⁴⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-segundo aparecimento da presença como acontecimento.

⁷⁴⁹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença.

da recusa da massificação e da comunidade dos enunciados como neutralização (portanto, abstração) da especificidade (singularidade de acontecimento)⁷⁵⁰.

O décimo-oitavo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise arqueológica como comparação (ver AS, p. 180).

A arqueologia é uma análise comparativa:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. (AS, p. 180, grifo nosso)

A especificidade é a individualização (e a distinção) – singularidade como diferença -: individualização (especificação) de formações discursivas através da comparação entre elas como oposição/distinção (especificação) e relação de especificidade com práticas não-discursivas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença – discurso da visão -, relação, multiplicidade, tempo e guerra – discurso da miscigenação): análise/descrição (visão) arqueológica como individualização (especificação) de formações discursivas, quer dizer, estabelecimento de comparação: oposição (guerra e especificidade como distinção) de umas (especificidade como unicidade) às outras (multiplicidade) na simultaneidade (mesmo tempo) em que se apresentam (presença), distinção (especificidade) das que não têm o mesmo calendário (tempo diferente) e relação (miscigenação) de especificidade com as práticas não-discursivas (multiplicidade) – visão como especificação: guerra das múltiplas especificidades no mesmo tempo da presença, especificação no tempo diferente e relação de especificidade com multiplicidade (todos os elementos do discurso da miscigenação, relação, multiplicidade, tempo e guerra, estão a serviço da visão da especificidade: há um processo de especificação que imobiliza/fixa a singularidade, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra como procura da visão minuciosa). “... o estudo arqueológico está *sempre no plural*: ele se exerce em uma *multiplicidade* de registros; (...) tem seu *domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si*

⁷⁵⁰ Sobre a massificação dos enunciados (ou a neutralização de sua especificidade) como recurso ao visível inaudível, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre visível e inaudível.

espaços em branco.” (AS, p. 180, grifo nosso) A especificidade é a unicidade (singularidade como diferença): unidades (especificidades). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do espaço⁷⁵¹ – discurso da visão -, multiplicidade e guerra – discurso da miscigenação): o estudo arqueológico está sempre no plural/multiplicidade de registros, tem seu domínio (propriedade) no espaço de justaposição, de separação (especificidade como distinção), de fixação de arestas, de enfrentamento (guerra) e de desenho de espaços em branco (especificidade como distinção) entre unidades (especificidades) – visão sempre da multiplicidade: espaço de guerra entre especificidades (o discurso da visão imobiliza a singularidade através da dominação em relação ao discurso da miscigenação: a multiplicidade, segundo conceito de diferença, mediante a guerra como especificação, é um conjunto de especificidades: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à exigência do espaço, controla a multiplicidade e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e da guerra como procura da visão minuciosa).

Quando se dirige a um tipo *singular* de discurso (...), é para estabelecer, por comparação, seus *limites cronológicos*; é também para *descrever*, ao mesmo tempo que eles e em *correlação* com eles, um *campo* institucional, um conjunto de *acontecimentos*, de práticas, de decisões políticas, um encadeamento de processos econômicos (...) (AS, p. 180, grifo nosso)

A especificidade é a singularidade (como diferença): tipo singular (específico) de discurso. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença, exigência do espaço⁷⁵² – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): quando se dirige a um tipo singular (especificidade) de discurso, é para estabelecer seus limites cronológicos (tempo) e para descrever (ver), em correlação (miscigenação) com eles, um campo (espaço – visível não-discursivo) institucional, um conjunto de acontecimentos (presença – visível não-discursivo), de práticas, de decisões políticas, um encadeamento de processos econômicos (multiplicidade) – especificação: limite do tempo (especificar é limitar temporalmente) e descrição da miscigenação/relação com espaço e com presenças como multiplicidade (não-discursiva): união entre discurso da visão (limitação do tempo – imobilizado) e discurso da miscigenação (relação da especificidade discursiva com multiplicidade não-discursiva –

⁷⁵¹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite.

⁷⁵² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre descrição da especificidade, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite.

imobilizada através do espaço e da presença): a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total.

Mas ele [o estudo arqueológico] pode também, por uma espécie de aproximação lateral (...), utilizar *várias* positivities *distintas*, cujos estados *concomitantes* são comparados durante um *período determinado* e *confrontados* com *outros* tipos de discurso que tomaram o seu *lugar* em uma *determinada época* [sic]. (AS, p. 180, grifo nosso)⁷⁵³

A especificidade é a singularidade como diferença (exatidão/individualidade e distinção): positivities distintas (específicas), período determinado (específico) e época dada (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude ou do limite, exigência do espaço⁷⁵⁴ – discurso da visão -, multiplicidade, tempo e guerra – discurso da miscigenação): comparação de várias (multiplicidade) positivities distintas (especificidade) concomitantes (mesmo tempo) durante um período (tempo) determinado (limite ou finitude e especificidade: especificar é limitar) e confronto (guerra) com outros (multiplicidade) tipos de discurso que tomaram seu lugar (espaço) em uma época (tempo) dada (finitude ou limite e especificidade) – múltiplas especificidades no (mesmo) tempo finito ou limitado/específico em guerra no espaço (de substituição) com múltiplas especificidades no tempo finito ou limitado/específico (há um movimento de preservação da especificidade através da imobilização da singularidade ou da fixação da visão que captura a mobilidade/flexibilidade dos elementos constitutivos do discurso da miscigenação, por isso a imobilidade do tempo – período determinado/época dada -, a fixidez da multiplicidade – distinção de várias positivities: conjunto de especificidades – e a especificação da guerra – encontro com sentido de distinção/separação da especificidade): a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude ou do limite e à exigência do espaço, controla a multiplicidade, o tempo e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade, do tempo e da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total.

⁷⁵³ Problema de tradução: ao invés de “determinada época” deveria ser “época dada” – para preservação do original; apesar disso, o “dado” tem o sentido de “determinado” (ao mesmo tempo, específico e finito ou limitado).

⁷⁵⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo, descrição da especificidade e reconhecimento do limite.

O décimo-nono aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a apresentação do jogo das analogias e das diferenças entre as diversas formações discursivas no nível das regras de formação (ver AS, p. 184).

A arqueologia estabelece as analogias e as diferenças entre as diversas formações discursivas: “O que esta [a arqueologia] quer libertar é, inicialmente – mantidas a *especificidade* e a *distância* das *diversas* formações discursivas -, o *jogo* das analogias e das diferenças, tais como *aparecem* no nível das regras de formação.” (AS, p. 184, grifo nosso) A especificidade é a singularidade como diferença: especificidade e distância (distinção) entre as diversas formações discursivas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷⁵⁵ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): libertação, mantidas a especificidade e a distância (especificidade) das diversas (multiplicidade) formações discursivas (imobilidade da singularidade/fixação da visão: multiplicidade como conjunto de especificidades), do jogo (relação/miscigenação) das analogias e das diferenças tais como aparecem (presença) no nível das regras de formação – presença da relação/miscigenação das múltiplas especificidades: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa.

O vigésimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no quarto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível de embreagem dos acontecimentos (ver AS, p. 191-2).

A arqueologia, como definição das regras de formação de um conjunto de enunciados, estabelece como uma sucessão de acontecimentos externos (não-discursivos) se articula com um discurso:

A arqueologia não nega a possibilidade de enunciados novos em correlação com acontecimentos “exteriores”. Sua tarefa é mostrar em que condições pode haver tal correlação entre eles, e em que ela consiste precisamente (quais são seus limites, forma, código, lei de possibilidade). Não evita a mobilidade dos discursos que os faz agitarem-se ao ritmo dos acontecimentos [sucessivos]; tenta libertar o nível em que ela se desencadeia – o que se poderia chamar o nível de *embreagem* dos acontecimentos [sic]. (Embreagem

⁷⁵⁵ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-quarto surgimento da presença como aparecimento.

que é específica para cada formação discursiva (...) (AS, p. 192, sublinhado nosso)⁷⁵⁶

A especificidade é a precisão (individualidade minuciosa) – singularidade como diferença -: precisão (especificidade) da correlação entre enunciados novos e acontecimentos exteriores, embreagem específica dos acontecimentos para cada formação discursiva. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷⁵⁷ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): mostrar (ver) precisamente (especificamente) a existência (presença) da correlação (relação/miscigenação) de enunciados novos (multiplicidade discursiva) com acontecimentos exteriores (presenças não-discursivas múltiplas), ou libertar o nível de embreagem (miscigenação), específica para cada formação discursiva, dos acontecimentos (presenças não-discursivas múltiplas)/mobilidade (miscigenação) dos discursos ao ritmo dos acontecimentos sucessivos (presenças temporais não-discursivas) – visão da especificidade da presença da miscigenação/relação do discurso com as múltiplas presenças não-discursivas (visíveis), ou visão da especificidade da miscigenação/relação das múltiplas presenças temporais não-discursivas com os múltiplos discursos: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa (a função do discurso da miscigenação é mobilizar/flexibilizar o discurso da visão, por isso a exigência da multiplicidade, a necessidade da relação e a importância do tempo; de qualquer forma, a descrição da especificidade, instrumento principal e consequência última do discurso da visão, cuja tarefa é imobilizar/fixar a singularidade, captura o discurso da miscigenação, por isso é necessário precisar a correlação e especificar a embreagem; este conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação, ou da imobilidade da singularidade/fixação da visão contra a mobilidade da multiplicidade/flexibilização da miscigenação, é constitutivo do discurso da historicidade como discurso da guerra – não é à toa que a singularidade como distinção também seja uma estratégia de guerra, quer dizer, a manutenção da propriedade da individualidade imóvel/fixa que precisa da distinção/separação em referência à multiplicidade móvel/flexível).

⁷⁵⁶ Problema de tradução: ao invés de “embreagem dos acontecimentos” deveria ser “embreagem acontecimental” (sobre esta escolha, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-terceiro aparecimento da presença como acontecimento).

⁷⁵⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-terceiro aparecimento da presença como acontecimento.

O vigésimo-primeiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está localizado no décimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação entre saber, ciência e ideologia (ver AS, p. 209-10).

A relação entre ciência e ideologia está vinculada ao saber:

É (...) aí, nesse *espaço de ação* [sic] [como uma ciência se inscreve e funciona no elemento do saber], que se estabelecem e se *especificam* as *relações* da ideologia com as ciências. A influência da ideologia sobre o discurso científico e o funcionamento ideológico das ciências (...) *articulam-se* onde a ciência se destaca sobre o saber. (AS, p. 209, grifo nosso)⁷⁵⁸

Quer dizer, “... a questão da ideologia proposta à ciência (...) é a questão de sua *existência* como prática discursiva...” (AS, p. 210, grifo nosso) A especificidade é a especificação (singularidade como diferença): especificação das relações da ideologia com as ciências. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁷⁵⁹, exigência do espaço⁷⁶⁰ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): as relações (miscigenação) da ideologia com as ciências/influência da ideologia sobre o discurso científico e funcionamento ideológico das ciências/questão da ideologia proposta à ciência (multiplicidade) se estabelecem e se especificam/articulam-se (relação) no espaço de jogo (relação) onde a ciência se destaca sobre o saber/questão da existência (presença) da ciência como prática discursiva – especificação da relação/miscigenação da multiplicidade no espaço da presença (os elementos constitutivos do discurso da visão imobilizam/fixam os elementos constitutivos do discurso da miscigenação, dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa, por isso a miscigenação é especificada e a multiplicidade é presença no espaço – o escopo é tornar o discurso da historicidade permanentemente visível).

O vigésimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade está situado no trigésimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “f”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição

⁷⁵⁸ Problema de tradução: ao invés de “espaço de ação” deveria ser “espaço de jogo”.

⁷⁵⁹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-quarto aparecimento da presença como existência.

⁷⁶⁰ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-terceiro aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico.

arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição arqueológica da sexualidade no sentido da ética (ver AS, p. 218-9).

A experiência de uma descrição arqueológica da sexualidade poderia ser uma análise no sentido da ética (sistema de proibições e de valores), distinta da orientação no sentido da *episteme* (discursos científicos): “Tal arqueologia, se fosse bem sucedida em sua tarefa, *mostraria* como as proibições, as exclusões, os limites, as valorizações, as liberdades, as transgressões da sexualidade, *todas* as suas *manifestações*, verbais ou não, estão *ligadas* a uma prática discursiva *determinada*.” (AS, p. 219, grifo nosso) A especificidade é a determinação (exatidão/precisão e distinção – singularidade como diferença): prática discursiva determinada (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): mostrar (visão) como todas (multiplicidade) as manifestações (presença) da sexualidade estão ligadas (relação/miscigenação) a uma prática discursiva determinada (especificidade) – visão da presença da multiplicidade como relação/miscigenação com especificidade (através do controle da miscigenação – ligação -, a mobilidade/flexibilidade da multiplicidade – todas as manifestações, verbais ou não, da sexualidade - é captada/unificada pela especificidade – prática discursiva determinada -: imobilidade da singularidade/fixação da visão): a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa.

Sobre a relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade, ver infra também todos os aparecimentos da crítica da generalidade, afora o décimo-sétimo, o vigésimo, o vigésimo-quarto, o trigésimo-primeiro e o trigésimo-quinto.

Crítica da generalidade

A constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica (o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica)⁷⁶¹ permite compreender por

⁷⁶¹ Sobre a tese da constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica a partir da tese de que o discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica, ou de que o discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, ver supra, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Herança filosófica: crítica da metafísica” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade), no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos”, “Discurso da visão: apologia da história e crítica da metafísica” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana correlativa do projeto de

que há crítica da generalidade realizada pela apologia da descrição da especificidade⁷⁶²: se no discurso da metafísica, como discurso do invisível composto por possibilidade, infinitude ou ilimitado, ausência e utopia, a generalidade cumpre a tarefa do envio do visível ao invisível⁷⁶³,

eliminação do invisível), no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível”, “Sobre a relação entre visível e invisível” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana inseparável de seu avesso, o projeto de eliminação do invisível), “A pedagogia da visão” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: visão diferente ou específica como necessidade de ver mais e com maior minúcia correlativa da eliminação da invisibilidade como condição provisória ou transitória), “A estrutura de argumentação da constatação da visão” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: a defesa da permanência no visível como visão solitária ou soberana, ou da identificação da efetividade, é consequência do projeto de eliminação do invisível), “Tipologia da visibilidade” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa da visibilidade discursiva vertical inseparável da recusa do invisível), “Discurso da visão: reciprocidade entre processo pedagógico e constatação argumentativa” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: visão diferente como necessidade de ver mais ou defesa da permanência no visível como visão solitária e soberana e/ou identificação da efetividade correlativa do término da invisibilidade como condição provisória ou do projeto de eliminação do invisível) e “Discurso da historicidade como vontade de visão absoluta ou total” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão como ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total correlativa da eliminação do invisível), no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a presença” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão como ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana e ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total correlativa da crítica do discurso da metafísica como projeto de eliminação do invisível), “Sobre a ausência” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade: necessidade da ausência como modo indireto de caracterização da necessidade da presença), “Crítica da ausência” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: apologia da necessidade da presença inseparável da crítica da necessidade da ausência), “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: panóptico, ou vigilância da insônia como necessidade de onipresença, inseparável da eliminação do invisível, ou da recusa da preguiça da sonolência como crítica da necessidade da ausência) e “Discurso da visão como necessidade da presença” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão como necessidade da presença correlativa da recusa do discurso da metafísica ou discurso do invisível como crítica da ausência), e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço” (discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: exigência do espaço para permanência no visível implica crítica da utopia para eliminação do invisível), “Relação entre espaço e guerra” (constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica), “Crítica da utopia” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, ou discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão como exigência do espaço para permanência no visível correlativa da recusa do discurso da metafísica ou discurso do invisível como crítica da utopia para eliminação do invisível) e “Discurso da visão como exigência do espaço” (discurso da metafísica revela o avesso do discurso da historicidade, ou discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica, por isso constituição do discurso da historicidade como crítica do discurso da metafísica: defesa do discurso da visão através da exigência do espaço correlativa da recusa do discurso do invisível mediante crítica da utopia).

⁷⁶² Sobre a explicação externa da constituição do discurso da historicidade através da guerra como crítica ou eliminação do discurso da metafísica (método da definição da singularidade mediante a exterioridade das vizinhanças: diferença como guerra), ver supra comparativamente no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro aparecimento da palavra “historicidade” e “Herança filosófica: crítica da metafísica” e, no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Relação entre espaço e guerra”. Sobre o próprio método da definição da singularidade através da exterioridade das vizinhanças, ver o vigésimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**: AS, p. 19-20.

⁷⁶³ Sobre o funcionamento do discurso da metafísica como discurso do invisível, ou jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível, necessidade da ausência e exigência da utopia, ou identificação

então no discurso da historicidade como discurso da visão composto por (identificação da) efetividade, (reconhecimento do) limite ou (da) finitude, (necessidade da) presença e (exigência do) espaço, a (descrição da) especificidade cumpre a função correlativa da eliminação do invisível e da permanência no visível como procura da visão minuciosa – o estrangeiro ataca o metafísico para conquistar a história⁷⁶⁴. A relação de combate ou confronto (oposição direta) entre discurso da historicidade como discurso da visão e discurso da metafísica como discurso do invisível tem na disputa pelo discurso da miscigenação, como relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra, sua batalha mais importante: os elementos do discurso da miscigenação, suscetíveis à influência tanto do discurso da metafísica quanto do discurso da visão⁷⁶⁵, são o principal alvo da guerra entre discurso da historicidade e discurso da metafísica, daí a outra função da descrição da

da possibilidade, que através do recurso à abstração ou à generalidade, estabelece o envio do visível ao invisível, ou mediante o reconhecimento do ilimitado ou da infinitude, determina o comando eterno do invisível, ver supra especialmente, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença”, e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Crítica da utopia” e “Discurso da visão como exigência do espaço”.

⁷⁶⁴ Sobre a oposição direta entre o funcionamento do discurso da metafísica e o funcionamento do discurso da historicidade (discurso do invisível *versus* discurso da visão, envio do visível ao invisível *versus* eliminação do invisível, comando do invisível *versus* permanência no visível como visão solitária e soberana, identificação da possibilidade *versus* identificação da efetividade, reconhecimento da infinitude ou do ilimitado *versus* reconhecimento da finitude ou do limite, eterna remissão ao invisível *versus* visão absoluta ou total, necessidade da ausência *versus* necessidade da presença, exigência da utopia *versus* exigência do espaço, recurso à abstração ou à generalidade *versus* descrição da especificidade), ver supra especialmente, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência”, “Panóptico: vigilância da insônia como necessidade de onipresença” e “Discurso da visão como necessidade da presença”.

⁷⁶⁵ Sobre a suscetibilidade ou vulnerabilidade do discurso da miscigenação, devido à sua flexibilização ou mobilidade, ver supra “Relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade: do confronto entre especificidade e multiplicidade”. Sobre a suscetibilidade ou vulnerabilidade do discurso da miscigenação em referência ao discurso da metafísica, ou sobre a relação entre discurso da miscigenação e discurso da metafísica como passagem da solidariedade (como exclusão do discurso da visão) à dominação (do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação), ver supra comparativamente, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “Apologia da história” e “O funcionamento do discurso da historicidade” (o discurso da miscigenação, ou a ideia de senso comum de história, é solidário ao discurso da metafísica, ou à definição metafísica da história, porque ambos estabelecem a possibilidade de exclusão do discurso da visão: a “narração das mudanças” como “estudo do passado” é privação da presença, falta do espaço e perda da especificidade, portanto necessidade da ausência, exigência da utopia e recurso à generalidade), no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Sobre a ausência”, “Crítica da ausência” e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Crítica da utopia” e “Discurso da visão como exigência do espaço” (a possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica transforma-se em ou revela-se como dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação: a multiplicidade, por exemplo, além de ausente, remete ao ilimitado ou à infinitude, quer dizer, como ausência é reduzida à unidade e como infinito ou ilimitado deixa de ser multiplicidade). Sobre a suscetibilidade ou vulnerabilidade do discurso da miscigenação em referência ao discurso da visão, ou sobre a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ver supra comparativamente, no “Prólogo – Discurso da historicidade”, “O funcionamento do discurso da historicidade”, no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença”, “Relações da presença com o discurso da miscigenação” e “Discurso da visão como necessidade da presença”, e no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço”, “Sobre o espaço”, “Relações do espaço com o discurso da miscigenação”, “Relação entre espaço e guerra” e “Discurso da visão como exigência do espaço”.

especificidade, correlativa da primeira (como crítica da generalidade): o controle dos elementos do discurso da miscigenação (por isso, a especificação da relação, da multiplicidade, do tempo, da guerra) para evitar sua solidariedade com o discurso da metafísica – o estrangeiro torna-se historiador quando derrota o metafísico⁷⁶⁶. A constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, quer dizer, a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação tem por escopo evitar a possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, ou a dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade, ao reconhecimento do limite ou da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra, para a fixação da visão, ou existe permanência no visível como procura da visão minuciosa até a visão absoluta ou total, como forma de evitar a solidariedade dos elementos do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (envio do visível ao invisível), por isso a crítica da generalidade é projeto de eliminação do invisível. O caso da multiplicidade é paradigmático: o discurso da metafísica, através da generalidade, pode reduzir a multiplicidade à unidade ou enviá-la à infinitude ou ao ilimitado (nos dois casos, o comando do invisível está assegurado); para evitar tal solidariedade (que é dominação do discurso da metafísica), fruto da suscetibilidade ou da vulnerabilidade da multiplicidade (devido à sua mobilidade característica da flexibilização do discurso da miscigenação), o discurso da visão, mediante a descrição da especificidade, imobiliza e/ou define/delimita a multiplicidade, daí sua consideração como singularidade e/ou totalidade, na verdade totalidade da especificidade (nos dois casos, há fixação da visão, ou permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da

⁷⁶⁶ Sobre a função da descrição da especificidade como imobilidade da singularidade para fixação da visão em referência ao controle dos elementos do discurso da miscigenação, ou sobre a dominação do discurso da visão através da descrição da especificidade em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ver supra “Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença)”. Sobre o principal confronto entre discurso da visão e discurso da miscigenação, a batalha entre descrição da especificidade para a fixação da visão, ou diferença como singularidade, e mobilidade da multiplicidade mediante flexibilização da relação, ou diferença como heterogeneidade, ver supra “Relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade: do confronto entre especificidade e multiplicidade”. Na verdade, o confronto entre discurso da visão e discurso da miscigenação, ou a batalha entre descrição da especificidade como imobilidade da singularidade para a fixação da visão e mobilidade da multiplicidade mediante flexibilização da relação, pertence à guerra entre discurso da historicidade como discurso da visão e discurso da metafísica como discurso do invisível, ou à batalha da descrição da especificidade como crítica da generalidade: o estrangeiro somente conquistará a história quando derrotar o metafísico.

especificidade). Analisaremos cinquenta e quatro aparecimentos da crítica da generalidade através da cronologia dos fatos de modo a comprovar a sua disseminação fundamental.

O primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no oitavo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da primeira consequência da crítica do documento, a multiplicação das rupturas na história das ideias, a exposição dos períodos longos na história propriamente dita (ver AS, p. 8-9).

A crítica do documento teve como uma de suas consequências a exposição dos períodos longos na história propriamente dita: “O *aparecimento dos períodos longos na história de hoje [1969] não é um retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações; é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries.*” (AS, p. 9, grifo nosso) O problema da história como exposição dos períodos longos é a constituição de séries:

(...) *definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir [sic] o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou “quadros”*: daí a *multiplicação* dos estratos, seu desligamento, a *especificidade do tempo* e das *cronologias* que lhe são *próprias*; daí a necessidade de *distinguir* (...) tipos de *acontecimentos de nível inteiramente diferente* (...); daí a possibilidade de fazer com que *apareçam séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos*. (AS, p. 8-9, grifo nosso)⁷⁶⁷

A crítica da generalidade é a recusa do retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, às fases prescritas pelo destino das civilizações (aqui, a generalidade é um procedimento de unificação como modalidade de abstração – da multiplicidade visível – que busca o invisível). Esta crítica é realizada em nome da descrição da especificidade. A especificidade é a unicidade (individualidade), a propriedade (possessão) e a distinção (separação) – singularidade como diferença -: tipo específico de relações de cada uma (especificidade como unicidade) das séries, especificidade do tempo e das cronologias próprias (especificidade como propriedade) de cada estrato, distinguir (especificidade como distinção) acontecimentos de nível inteiramente diferente (especificidade como distinção/separação). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): elaboração/constituição, metodologicamente organizada, das séries como definição (finitude) dos elementos, fixação dos limites, visão (mostrar) das relações específicas (múltiplas relações específicas) de cada

⁷⁶⁷ Problema de tradução: ao invés de “descobrir” deveria ser “mostrar” – para preservação da linguagem do discurso da visão (já que “descobrir” pode comportar o sentido de mostrar o que está oculto, escondido, secreto, atitude típica da interpretação, que procura o invisível).

uma das séries (multiplicidade finita, relação especificada) e descrição (visão) das relações entre as diferentes séries (miscigenação das múltiplas especificidades), daí multiplicação dos estratos (das séries), especificidade do tempo e das cronologias próprias (específicas), distinção de tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente (múltiplas presenças específicas), aparecimento de séries com limites amplos (aparecimento dos períodos longos) constituídas de acontecimentos raros ou repetitivos (presença da multiplicidade temporal limitada) – tempo limitado/especificado, multiplicidade presentificada/especificada: o movimento de especificação do discurso da miscigenação é dominação do discurso da visão (e a constituição do “quadro” é a visão absoluta ou total), quer dizer, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo (para a fixação da visão, ou a garantia da permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo, como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total). Outra consequência da crítica do documento foi a multiplicação das rupturas na história das ideias:

Ora, na história das ideias, do pensamento e das ciências, a mesma mutação [elaboração, metodologicamente organizada, das séries] provocou um efeito inverso: dissociou a longa série constituída pelo *progresso da consciência*, ou a *teleologia da razão*, ou a *evolução do pensamento humano*; (...) colocou em dúvida as possibilidades da *totalização*. Ela ocasionou a *individualização de séries diferentes, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear*. Assim, *apareceram*, em lugar dessa *cronologia contínua da razão*, que se fazia remontar invariavelmente à inacessível origem, à sua abertura fundadora, escalas às vezes breves, *distintas umas das outras, rebeldes diante de uma lei única*, frequentemente *portadoras* de um tipo de história que é *própria de cada uma, e irredutíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória*. (AS, p. 9, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a dissociação da continuidade do invisível (longa série constituída pelo progresso da consciência/modelo geral de uma consciência que adquire, progride e tem memória, ou teleologia da razão/cronologia contínua da razão, ou evolução do pensamento humano), o questionamento da totalização, a recusa da redução da multiplicidade específica (individualização de séries diferentes) à linearidade da unificação - aqui, a generalidade é a continuidade/linearidade do invisível através da unificação/totalização como redução (da multiplicidade específica visível). Esta crítica é realizada pela descrição da especificidade. A especificidade é a individualização, a distinção, a propriedade, a unicidade e a irredutibilidade (singularidade como diferença): individualização (especificação) de séries diferentes (especificidade como distinção), escalas distintas (especificidade como distinção) umas (especificidade como unicidade) das outras (especificidade como distinção), portadoras (especificidade como propriedade) de um tipo de história que é própria (especificidade como

propriedade) de cada uma (especificidade como unicidade) e irredutíveis (especificidade como irredutibilidade) ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e tem memória (crítica da generalidade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): individualização (especificidade) de séries diferentes (multiplicidade temporal) que se justapõem, se sucedem (tempo), se sobrepõem, se entrecruzam (relação/miscigenação – multiplicidade, tempo e relação especificados)/aparecimento (presença) (no espaço: lugar) de escalas (séries: tempo) distintas umas das outras (multiplicidade específica – multiplicidade e tempo especificados) – especificação da presença espacial de múltiplas temporalidades específicas relacionadas/miscigenadas (a especificação é a garantia do controle ou da dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou a garantia da permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa)⁷⁶⁸.

O segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no nono parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da segunda consequência da crítica do documento, a importância da noção de descontinuidade nas disciplinas históricas (ver AS, p. 9-11).

O terceiro papel da noção de descontinuidade nas disciplinas históricas é o trabalho do conceito:

Ela [a *descontinuidade: dispersão temporal*] é (...) o conceito que o trabalho não deixa de *especificar* (em lugar de negligenciá-lo como uma lacuna *uniforme e indiferente* entre duas figuras positivas); ela toma uma forma e uma função *específica* [sic] de acordo com o *domínio* e o nível em que é *delimitada* [sic]: não se fala da mesma descontinuidade quando se *descreve* um limiar epistemológico, a reversão de uma curva de população, ou a substituição de uma técnica por outra. (AS, p. 10, grifo nosso)⁷⁶⁹

A noção de descontinuidade é paradoxal: “... é, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, *delimita o campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode*

⁷⁶⁸ Sobre a exposição dos períodos longos na história propriamente dita e a multiplicação das rupturas na história das ideias como consequências da mesma crítica do documento, ou seja, sobre a união entre história propriamente dita e história das ideias como (mesma) apologia do discurso da visão (principalmente através da descrição da especificidade) correlativa da (mesma) crítica do discurso da metafísica (mediante recusa da generalidade como eliminação do invisível), ver supra complementarmente no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o primeiro aparecimento da pedagogia da visão.

⁷⁶⁹ Problemas de tradução: ao invés de “específica” deveria ser “específicas”; ao invés de “delimitada” deveria ser “determinada” – para preservação do original (de qualquer forma, o sentido de limite ou finitude fica inalterável).

ser estabelecida através da comparação desses domínios.” (AS, p. 10, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da descontinuidade como lacuna uniforme e indiferente entre duas figuras positivas (aqui, a generalidade é a uniformização, eliminação da diferença: redução da multiplicidade, e a indiferenciação, eliminação da diferença: retorno ao mesmo, da multiplicidade temporal visível). Esta crítica é realizada pela descrição da especificidade. A especificidade é a especificação e a individualização/distinção (singularidade como diferença): especificação do conceito de descontinuidade, forma e função específicas da descontinuidade, individualização/comparação (distinção) dos domínios. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, exigência do espaço – discurso da visão -, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): especificação do conceito de descontinuidade (dispersão/multiplicidade temporal) como descrição de função específica de acordo com domínio (espaço como propriedade) de determinação (finitude)/noção de descontinuidade delimita (limite) o campo (espaço) de que é o efeito, ou noção de descontinuidade permite individualizar os domínios (espaços múltiplos) mas só pode ser estabelecida através da comparação (especificidade como distinção) desses domínios – especificação da multiplicidade do tempo: descrição/visão da especificidade como finitude do espaço (especificar é limitar, limitar é espacializar)/limite do espaço especifica multiplicidade temporal (e vice-versa), ou multiplicidade temporal especifica espaços múltiplos/distinção ou especificação dos espaços múltiplos estabelece multiplicidade temporal (se a multiplicidade temporal especifica/distingue o limite do espaço, é porque o limite espacial especifica/individualiza a multiplicidade do tempo: esta reciprocidade mostra o movimento da especificação como controle/dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude ou do limite e à exigência do espaço, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da terceira consequência da crítica do documento, o tema e a possibilidade de uma história geral (*versus* história global) – ver AS, p. 11-2.

Primeiro, a descrição e a crítica da história global:

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação *comum* a todos os fenômenos de um período, a lei

que explica sua *coesão* – o que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época. Tal projeto está ligado a duas ou três hipóteses: *supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles [sic] relações de analogia mostrando como estes se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central; supõe-se, por outro lado, que uma única e mesma forma de historicidade compreenda as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, os comportamentos políticos, e os submeta ao mesmo tipo de transformação; supõe-se, enfim, que a própria história possa ser articulada em grandes unidades – estágios ou fases – que detêm em si mesmas seu princípio de coesão.* (AS, p. 11, grifo nosso)⁷⁷⁰

A crítica da generalidade é a recusa da comunidade/coesão (significação comum a todos os fenômenos de um período/lei que explica sua coesão), da homogeneidade (derivação a partir da causalidade, simbolização a partir da analogia e expressão a partir da unidade/mesmidade: a generalidade/homogeneidade é a redução do discurso da historicidade – relação entre discurso da visão, reconhecimento da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço, e discurso da miscigenação, multiplicidade e tempo: todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal definida/múltiplas presenças no espaço e no tempo finitos; a multiplicidade é a totalidade, autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total: multiplicidade é presencial, tempo é finito, dominação/controlado do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação – ao discurso da metafísica: a miscigenação/relação é purificada pela homogeneidade, pela causalidade, pela analogia e pela unidade/mesmidade), da unidade/mesmidade (em referência à multiplicidade: única e mesma forma de historicidade compreende estruturas econômicas, estabilidades sociais, inércia das mentalidades, hábitos técnicos, comportamentos políticos/mesmo tipo de transformação)⁷⁷¹ e da unidade/coesão (história articulada em grandes unidades que detêm em si mesmas seu princípio de coesão) – aqui, a generalidade é a comunidade/coesão, a homogeneidade, a unidade/mesmidade e a unidade/coesão: “Uma descrição *global* cinge todos os fenômenos em torno de um *centro único* – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto...” (AS, p. 12, grifo nosso)⁷⁷² A crítica da generalidade (história global) tem como contraponto a defesa da descrição da especificidade (história geral):

⁷⁷⁰ Problema de tradução: faltou vírgula após “deles” e antes de “relações”.

⁷⁷¹ Sobre a historicidade como (redução da multiplicidade à) unidade e mesmidade para o discurso da metafísica, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro aparecimento da palavra “historicidade”.

⁷⁷² Sobre a generalidade como dominação (da unidade) do invisível em relação à subordinação (da multiplicidade) do visível (discursivo e não-discursivo), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a generalidade como redução da multiplicidade (espacial visível) à unidade (utópica invisível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

São estes postulados [da história global] que a história nova põe em questão quando problematiza as *séries*, os recortes, os *limites*, os desníveis, as defasagens, as *especificidades cronológicas* [*temporalidades diferentes*], as *formas singulares de permanência* [*diversas permanências*], os tipos possíveis de *relação* [em que conjuntos *distintos* certos elementos podem figurar simultaneamente]. (...). O problema que se apresenta – e que *define* a tarefa de uma história geral – é *determinar* que forma de *relação* pode ser legitimamente *descrita* entre essas *diferentes séries* (...) (AS, p. 11-2, grifo nosso)

Ou seja, “... uma história *geral* desdobraria (...) o *espaço de uma dispersão*.” (AS, p. 12, grifo nosso)⁷⁷³ A especificidade é a singularidade como diferença (individualidade/minúcia e distinção): especificidades cronológicas, formas singulares de permanência. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, exigência do espaço⁷⁷⁴ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação)⁷⁷⁵: história geral como definição/determinação/descrição das especificidades cronológicas/temporalidades diferentes, das diversas formas singulares de permanência, da relação entre as diferentes séries/ do espaço de uma dispersão – descrição/visão da finitude ou do limite das múltiplas especificidades temporais, da relação/miscigenação da multiplicidade temporal e do espaço da multiplicidade temporal (a relação, a multiplicidade e o tempo – discurso da miscigenação – são controlados pela descrição da especificidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à exigência do espaço, como forma de manutenção da dominação do discurso da visão, por isso a imobilidade da singularidade ou a fixação da visão: permanência no visível procura da visão minuciosa até possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total)⁷⁷⁶. A história geral é descrição da especificidade (discurso da historicidade, portanto – e é geral porque trata do discurso da miscigenação), não generalidade (remissão ou redução do discurso da historicidade à unidade do invisível – tarefa do discurso da metafísica).

O quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-terceiro parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da mutação epistemológica da história (ver AS, p. 14).

⁷⁷³ Sobre a história geral como análise da multiplicidade (espacial visível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

⁷⁷⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

⁷⁷⁵ Sobre a função da existência do espaço, do estabelecimento de relação, da necessidade da multiplicidade e da importância do tempo para o funcionamento do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o primeiro aparecimento da palavra “historicidade”.

⁷⁷⁶ Sobre a história geral como permanência no visível (discursivo e não-discursivo) que autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A mutação epistemológica da história, como necessidade de formulação de uma “... *teoria geral da descontinuidade, das séries, dos limites, das unidades, das ordens específicas, das autonomias e das dependências diferenciadas...*” (AS, p. 14, grifo nosso), não foi suficientemente registrada ou refletida pela história do pensamento:

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, *indefinidamente*, a linha dos antecedentes, a reconstituir tradições, a seguir curvas evolutivas, a projetar teleologias, e a recorrer *continuamente* às metáforas da vida, *experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico.* (AS, p. 14, grifo nosso)

Ou seja: “É como se tivéssemos medo de *pensar o outro* [sic] *no tempo de nosso próprio pensamento.*” (AS, p. 14, grifo nosso)⁷⁷⁷ A crítica da generalidade é a desintegração da forma tranquilizadora do idêntico: procura das origens, busca indefinida (infinito) da linha dos antecedentes, reconstituição de tradições, prosseguimento de curvas evolutivas, projeção de teleologias, recorrência contínua às metáforas da vida (aqui, a generalidade é a continuidade da identidade – abandono da diferença como singularidade). A crítica da generalidade tem como correlato a defesa da descrição da especificidade. A especificidade é a unicidade, a autonomia (propriedade da individualidade) e a distinção/separação (singularidade como diferença): teoria geral das unidades (especificidades), das ordens específicas (singulares), das autonomias (especificidades) e das dependências diferenciadas (específicas), experiência de repugnância singular (específica) em pensar a diferença no tempo de nosso próprio (específico) pensamento. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): formulação de teoria geral da descontinuidade (multiplicidade temporal), das séries (multiplicidade temporal), dos limites, das unidades (especificidade como unicidade), das ordens específicas, das autonomias (especificidade como propriedade da individualidade) e das dependências diferenciadas (múltiplas relações específicas)/experiência de pensamento da diferença ou do outro (especificidade como singularidade) no tempo de nosso próprio (específico) pensamento e da descrição (visão) dos afastamentos (especificidade como separação/distinção) e das dispersões (múltiplas especificidades) – visão total da multiplicidade temporal limitada, das especificidades e das múltiplas relações específicas, visão da especificidade/singularidade no tempo da multiplicidade (há especificação do discurso da miscigenação, quer dizer, dominação do discurso da visão, através da descrição da especificidade, em relação à subordinação do discurso da miscigenação; dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da

⁷⁷⁷ Erro de tradução: a palavra “outro” deveria começar com maiúscula e estar grifada (conforme original).

singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total). A teoria geral da descontinuidade está associada à possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total, portanto a generalidade é visão total; já a generalidade da continuidade da identidade está vinculada à procura do invisível, portanto é abstração infinita.

O quinto aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-quinco parágrafo da “Introdução” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do papel do tema da continuidade na história (ver AS, p. 15-6).

O papel do tema da continuidade na história é a proteção da soberania do sujeito e das figuras gêmeas da antropologia e do humanismo contra todas as descentralizações: “Contra a descentralização operada por Marx (...) ele [o tema da continuidade na história] deu lugar (...) à procura de uma história *global* em que todas as *diferenças* de uma sociedade poderiam ser conduzidas a uma forma *única*, (...) a um tipo *coerente* de civilização...” (AS, p. 15, grifo nosso) Para o tema da continuidade, a história é soberania da consciência:

(...) uma história que não seria *escansão*, mas *devir*; que não seria *jogo de relações*, mas *dinamismo interno*; que não seria *sistema*, mas *árido trabalho da liberdade*; que não seria *forma*, mas *esforço incessante de uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si própria, até as profundezas de suas condições*; uma história que seria, ao mesmo tempo, *longa paciência ininterrupta* e *vivacidade de um movimento que acabasse por romper todos os limites*. (AS, p. 15-6, grifo nosso)

A validade do tema da continuidade, como oposição entre história e estrutura, precisa da contestação da descentralização: “... é preciso, evidentemente, contestar nas próprias *análises* históricas o uso da *descontinuidade*, a *definição* dos níveis e *dos limites*, a *descrição das séries específicas*, a *revelação [sic] de todo o jogo das diferenças*.” (AS, p. 16, grifo nosso)⁷⁷⁸

A crítica da generalidade é a recusa da história global (busca da unidade/coerência como redução das múltiplas especificidades), da continuidade do domínio da consciência (movimento vivo e ininterrupto) – aqui, a generalidade é globalização (unidade/coerência)/continuidade da consciência (redução da multiplicidade de especificidades). A crítica da generalidade é correlativa do elogio da descrição da especificidade. A especificidade é a singularidade como diferença: descrição das séries específicas (singulares). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude ou do limite – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise (visão) histórica como uso da

⁷⁷⁸ Problema de tradução: ao invés de “a revelação” deveria ser “o mostrar-se”.

descontinuidade (multiplicidade temporal), definição (finitude) dos níveis/escansão e dos limites (limite), descrição (visão) das séries (multiplicidade temporal)/(forma) específicas, mostrar-se (visão) do jogo/de relações (miscigenação)/sistema das diferenças/descentralização de todas as diferenças de uma sociedade – visão da multiplicidade temporal, da finitude do limite, das múltiplas temporalidades específicas e das múltiplas relações/miscigenação das especificidades (para o discurso da historicidade, é maior a recorrência dos elementos do discurso da miscigenação, entretanto existe constância do movimento de especificação, como instrumento de dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude ou do limite, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O sexto aparecimento da crítica da generalidade está situado no nono parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da suspensão das formas imediatas de continuidade como aparecimento do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos (distinto da análise da língua) – ver AS, p. 30-1.

A suspensão das formas imediatas de continuidade é o aparecimento do projeto de descrição dos acontecimentos discursivos:

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou [sic] escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. (...) o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (AS, p. 30, sublinhado nosso)

Esta descrição é distinta da análise da língua:

(...) uma língua constitui sempre um sistema para enunciados *possíveis* – um conjunto finito de regras que autoriza um número *infinito* de desempenhos. *O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas* (...) (AS, p. 30-1, grifo nosso)

A questão central da análise da língua é: “... segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes *poderiam* ser construídos?” (AS, p. 31, grifo nosso) Já a questão crucial para a descrição do discurso é: “... *como apareceu um determinado [sic] enunciado, e não outro em seu lugar?*” (AS, p. 31, grifo

nosso)⁷⁷⁹ A crítica da generalidade é a separação/recusa (ao mesmo tempo, estratégia de guerra e especificidade como distinção) da análise da língua como possibilidade da infinitude – e tal combate/diferenciação é realizado pela descrição do discurso como efetividade da finitude. A especificidade é a unicidade/propriedade (possessão da individualidade) e a unicidade/determinação/exclusão (exatidão/minúcia do único/exclusivo) - singularidade como diferença -: instância própria (específica) de cada (específico) enunciado, aparecimento de um (único) determinado/tal (específico) enunciado e não outro (exclusão) em seu lugar/únicas (específicas) sequências linguísticas formuladas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença⁷⁸⁰, exigência do espaço⁷⁸¹ – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): projeto de descrição dos acontecimentos discursivos (visão das múltiplas presenças) como definição de domínio imenso (finitude do espaço múltiplo/total)/conjunto de todos os enunciados efetivos falados e escritos (totalidade da multiplicidade efetiva audível e visível)⁷⁸²/população de acontecimentos no espaço do discurso em geral (multiplicidade de presenças no espaço total)/campo dos acontecimentos discursivos: conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas formuladas (espaço de múltiplas presenças como finitude ou limite da efetividade) em sua dispersão de acontecimentos (multiplicidade das presenças) e na instância própria de cada um (especificidade)/aparecimento de um determinado/tal enunciado e não outro em seu lugar (presença da especificidade no espaço) – visão da totalidade/da finitude/do limite do espaço/da presença/da efetividade como multiplicidade da especificidade⁷⁸³: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação: a multiplicidade, elemento do discurso da miscigenação, é controlada por todos os elementos do discurso da visão, identificação da efetividade, reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença e exigência do espaço, através da descrição da especificidade: imobilização de

⁷⁷⁹ Problema de tradução: ao invés de “determinado” deveria ser “tal” – para preservação do original, entretanto, o sentido da especificidade continua presente.

⁷⁸⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da presença como acontecimento.

⁷⁸¹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o primeiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e identificação da efetividade.

⁷⁸² Sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível (escrito) e audível (falado) como (identificação da) efetividade, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁷⁸³ Sobre a identificação da efetividade como permanência no visível que, através do reconhecimento do limite (ou da finitude), autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total, cuja pedagogia da visão como procura da minúcia estabelece a visão absoluta ou total da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

singularidades/fixação da visão, quer dizer, permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total.

O sétimo aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo parágrafo do primeiro capítulo, “As unidades do discurso”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da oposição entre descrição do discurso e história do pensamento (ver AS, p. 31-2).

A história do pensamento é análise alegórica:

(...) não se pode reconstituir um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos. Mas esse conjunto é tratado de tal maneira que se tenta encontrar, além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu [sic] involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. A análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão, infalivelmente, é: o que se dizia no que estava dito? (AS, p. 31, sublinhado nosso)⁷⁸⁴

A descrição do discurso é análise específica:

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação [sic]; de *determinar* as condições de sua *existência*, de *fixar seus limites* da forma mais justa, de estabelecer suas *correlações com os outros* enunciados a que pode estar *ligado*, de *mostrar* que outras formas de enunciação *exclui*. (...) deve-se *mostrar* por que não poderia ser outro, como *exclui* qualquer outro, como *ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar*. A questão pertinente [sic] a uma tal *análise* poderia ser assim formulada: *que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte* [sic]? (AS, p. 31-2, grifo nosso)⁷⁸⁵

A crítica da generalidade é a recusa/distinção (estratégia de guerra e especificidade como distinção) da história do pensamento como procedimento interpretativo (querer-dizer: o que se dizia no que estava dito) referente à alegoria (busca do além, do outro discurso interior inesgotável) que remete ao invisível (intenção, consciência, inconsciente) – aqui, a generalidade é alegoria: interpretação do invisível⁷⁸⁶. A história do pensamento (alegoria) é

⁷⁸⁴ Problema de tradução: ao invés de “emergiu” deveria ser “mostrou-se”.

⁷⁸⁵ Problemas de tradução: ao invés de “sua situação” deveria ser “seu acontecimento”; ao invés de “pertinente” deveria ser “própria”; ao invés de “em nenhuma outra parte” deveria ser “em nenhures”.

⁷⁸⁶ Sobre a alegoria ou interpretação do invisível como dominação da união de invisível e inaudível (palavra muda do texto invisível) em relação à subordinação da aliança entre visível e audível (voz que escutamos percorre linhas escritas), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o primeiro aparecimento da relação entre invisível e inaudível. Sobre a recusa da interpretação como eliminação (da dominação) do invisível (em relação à subordinação do visível), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da generalidade, alegoria ou interpretação do invisível, como crítica da ausência, recurso

combatida pela descrição do discurso (especificidade). A especificidade é singularidade como diferença (propriedade/unicidade e exclusão): singularidade de acontecimento do enunciado, questão própria à análise do discurso, singular existência que vem à tona no que se diz e em nenhures. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença⁷⁸⁷, exigência do espaço⁷⁸⁸ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): descrição (visão) do discurso/análise do campo discursivo (visão do espaço) como determinação (finitude)/fixação de limites das condições de existência/mostrar-se/manifestação/estreiteza de acontecimento (presença) da singularidade (especificidade) do enunciado/singular existência (presença específica) que vem à tona (visão)⁷⁸⁹ no que se diz e em nenhures (exclusão e espaço)/exclusão (especificidade) de outras formas de enunciação/ocupação de lugar (espaço) que nenhum outro (especificidade como exclusão) enunciado poderia ocupar⁷⁹⁰ e estabelecimento de correlações (miscigenação) com outros enunciados (multiplicidade) a que pode estar ligado (relação)/ocupação de lugar (espaço) no meio dos outros (multiplicidade) e relacionado a eles (miscigenação) – visão da finitude ou do limite da presença da especificidade no espaço (específico): fixação da singularidade, e da relação/miscigenação (da especificidade) com multiplicidade espacial, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude ou do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (a imobilidade da especificidade entre a multiplicidade espacializada é uma estratégia de dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, por isso o discurso da historicidade é um discurso de guerra).

O oitavo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A formação dos objetos”, da segunda parte, “As regularidades

à abstração que é busca da utopia (como ausência), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da crítica da ausência.

⁷⁸⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da presença como existência.

⁷⁸⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁷⁸⁹ Sobre a permanência no visível como procura da visão específica ou necessidade de minúcia (singular existência que vem à tona no que se diz), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o terceiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁷⁹⁰ Sobre o nenhures como (crítica da) utopia, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do campo de exterioridade do objeto (ver AS, p. 51).

O aparecimento de um objeto de discurso depende das condições positivas de um feixe complexo de relações: “Essas *relações* são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização...” (AS, p. 51, grifo nosso) Essas relações não estão presentes no objeto: “Elas não *definem* a constituição *interna* do objeto, mas o que lhe permite *aparecer, justapor-se a outros* objetos, *situar-se em relação a eles, definir sua diferença*, sua *irreducibilidade* e, eventualmente, sua *heterogeneidade*; enfim, ser colocado em um *campo de exterioridade*.” (AS, p. 51, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da constituição interna do objeto (relações não estão presentes no objeto) – aqui, a generalidade é busca do interno (como procura do invisível). A crítica da generalidade (constituição interna do objeto) é realizada pela descrição da especificidade (colocação do objeto em um campo de exterioridade). A especificidade é a irreducibilidade (o que não se pode reduzir/unicidade: a exterioridade visível não pode ser reduzida à interioridade invisível) – singularidade como diferença -: diferença/irreducibilidade do objeto. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁷⁹¹, exigência do espaço⁷⁹² – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): as relações (miscigenação) estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização (multiplicidade visível discursiva e não-discursiva) definem (finitude) a permissão do aparecimento (presença) do objeto, da justaposição a outros (relação com multiplicidade) objetos, da situação em relação a eles (relação com multiplicidade), da definição da diferença/da irreducibilidade (finitude da especificidade) e da heterogeneidade (finitude da multiplicidade – a heterogeneidade como multiplicidade corresponde ao segundo conceito de diferença)/da colocação em um campo de exterioridade (espaço da visibilidade) – miscigenação da multiplicidade como finitude da presença, relação com multiplicidade, como finitude da especificidade na multiplicidade, como colocação em espaço visível: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a

⁷⁹¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da indissociabilidade entre presença e espaço.

⁷⁹² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação: da constatação da miscigenação da multiplicidade para a imobilização da finitude da presença da especificidade no espaço da visibilidade, ou do caminho da mobilidade do discurso da miscigenação para a fixação do discurso da visão, há o conflito entre especificidade, primeiro conceito de diferença, e multiplicidade, segundo conceito de diferença: a definição da irreduzibilidade é a imobilidade da singularidade e a definição da heterogeneidade é a imobilidade da – possível mobilidade da – multiplicidade: no primeiro caso, a diferença como especificidade combate a procura do invisível, no segundo, a diferença como multiplicidade é garantia da permanência no visível devido à sua especificação).

O nono aparecimento da crítica da generalidade está localizado no sétimo parágrafo do quarto capítulo, “A formação das modalidades enunciativas”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição do regime das enunciações de uma formação discursiva (ver AS, p. 61-2).

As modalidades diversas de enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito (sujeito transcendental ou subjetividade psicológica):

Na análise proposta, as diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. (AS, p. 61, sublinhado nosso)

O discurso não é um fenômeno de expressão (remissão ao invisível), mas um espaço de exterioridade (permanência no visível):

Renunciaremos, pois, a *ver* no discurso um fenômeno de *expressão* – a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar [sic]; nele buscaremos antes um *campo* de regularidade para *diversas posições* de subjetividade. O discurso, assim concebido, (...) é (...) um conjunto em que podem ser *determinadas* a *dispersão* do sujeito e sua *descontinuidade* em relação a si mesmo. É um *espaço de exterioridade* em que se desenvolve uma *rede de lugares distintos*. (AS, p. 61-2, grifo nosso)⁷⁹³

A crítica da generalidade é a recusa da atividade sintética ou da função unificante da identidade da consciência/do sujeito em que o discurso é um fenômeno de expressão (tradução verbal de síntese realizada alhures: identidade da consciência/do sujeito –

⁷⁹³ Problema de tradução: ao invés de “em algum outro lugar” deveria ser “alhures”.

heterotopia como utopia⁷⁹⁴ do invisível) – aqui, a generalidade é a síntese/unificação da identidade da consciência/do sujeito (a redução da multiplicidade, através da expressão, à unidade é procura/refúgio do invisível: discurso da metafísica)⁷⁹⁵. Esta crítica da generalidade (diversidade remete à unidade invisível) é estabelecida pela descrição da especificidade (multiplicidade remete à especificidade visível). A especificidade é a determinação (precisão/minúcia/unicidade e distinção – singularidade como diferença): especificidade de uma prática discursiva, discurso como conjunto em que podem ser determinadas (especificadas) a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo, discurso como espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (específicos). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço⁷⁹⁶ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise (visão) das diversas (multiplicidade) modalidades de enunciação como manifestação (presença) da dispersão (multiplicidade) do sujeito nos diversos (multiplicidade) *status*, nos diversos lugares (multiplicidade espacial), nas diversas posições (multiplicidade espacial) que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade (multiplicidade espacial e temporal) dos planos de onde fala, ligados (miscigenação) por um sistema de relações (miscigenação) estabelecido pela especificidade de uma prática discursiva (visão da multiplicidade como presença da multiplicidade espacial e temporal relacionada/miscigenada pela especificidade: conflito entre discurso da miscigenação e discurso da visão, já que a relação da multiplicidade remete à/é dominada pela especificação da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa); ver no discurso um campo (espaço) de regularidade para diversas posições (multiplicidade espacial) de subjetividade/um conjunto em que podem ser determinadas (especificadas e limitadas) a dispersão (multiplicidade) do sujeito e sua descontinuidade (multiplicidade espacial e temporal) em relação a si mesmo/um espaço de exterioridade (espaço da visibilidade) em que

⁷⁹⁴ Sobre a recusa do discurso, fenômeno de expressão ou tradução verbal de síntese realizada alhures, como crítica da utopia (envio do espaço à heterotopia que é utopia), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

⁷⁹⁵ Sobre o discurso da metafísica como aliança entre invisível e inaudível (consciência muda), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o segundo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁷⁹⁶ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

se desenvolve uma rede (miscigenação) de lugares distintos (multiplicidade espacial específica) – visão do espaço da multiplicidade/visão da especificidade (da finitude) da multiplicidade espacial e temporal/visão do espaço (visível) da relação (miscigenação) da multiplicidade espacial específica (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação como conflito entre multiplicidade e especificidade: imobilização da singularidade correlativa da presentificação/da espacialização da multiplicidade, dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa).

O décimo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A formação dos conceitos”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do nível “pré-conceitual” como crítica à gênese empírica das abstrações (ver As, p. 69-70).

A descrição do nível “pré-conceitual” não se refere à gênese empírica das abstrações:

Na *análise* que aqui se propõe, as regras de formação têm seu *lugar* não na “*mentalidade*” ou na *consciência* dos indivíduos, mas no *próprio* discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse *campo* discursivo. Por outro lado, não são consideradas *universalmente* válidas para todos os *domínios*, *indiscriminadamente* [sic]; são *sempre descritas em campos discursivos determinados*, e suas *possibilidades indefinidas de extensão* não são reconhecidas antecipadamente. Pode-se, no máximo, por uma comparação sistemática, confrontar, de uma *região* a outra, as regras de formação dos conceitos (...) (AS, p. 69-70, grifo nosso)⁷⁹⁷

A comparação, como destaque das identidades e das diferenças entre os conjuntos de regras, mostra a tensão entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação:

Esses conjuntos de regras são bastante *específicos*, em *cada um* desses *domínios*, para caracterizar uma formação discursiva *singular* e bem *individualizada*; mas apresentam analogias suficientes para que *vejamos* essas *diversas* formações constituírem um grupamento discursivo mais vasto e de um nível mais elevado. De qualquer forma, as regras de formação dos conceitos, qualquer que seja sua *generalidade*, não são o resultado, depositado na história e sedimentado na espessura dos hábitos coletivos, de operações efetuadas pelos indivíduos; não constituem o esquema descarnado de todo um *trabalho obscuro*, ao longo do qual os conceitos se teriam mostrado através de ilusões, preconceitos, erros, tradições. O *campo* pré-conceitual deixa *aparecerem* as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a *multiplicidade heterogênea* dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das ideias. (AS, p. 70, grifo nosso)

⁷⁹⁷ Problema de tradução: mesmo que a palavra “indiscriminadamente” não esteja literalmente utilizada, o sentido da perda da distinção/da especificidade corresponde à escolha de tradução.

A crítica da generalidade é a recusa da gênese empírica das abstrações: *versus* trabalho obscuro de remissão (das regras de formação) à mentalidade ou à consciência dos indivíduos⁷⁹⁸, contra universalização indiscriminada (das regras de formação)/(reconhecimento antecipado de possibilidades de) extensão indefinida – aqui, a generalidade é abstração (procura do invisível) e universalização (indistinção e indefinição). A crítica da generalidade (curso empírico das ideias) é realizada pela descrição da especificidade (permanência no discurso visível). A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade), a determinação (exatidão e distinção), a unicidade (individualidade), a individualização (singularidade como primeiro conceito de diferença): as regras de formação têm seu lugar no próprio (específico) discurso, as regras de formação são sempre descritas em campos discursivos determinados (específicos), os conjuntos de regras são bastante específicos em cada um (unicidade) dos domínios para caracterizar uma (unicidade) formação discursiva singular e bem individualizada (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço⁷⁹⁹ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): análise (visão) do lugar (espaço) das regras de formação no próprio (especificidade) discurso/campo (espaço) discursivo (as regras de formação se impõem a todos os indivíduos de acordo com um anonimato uniforme: a uniformidade é o fim da referência à abstração/remissão à mentalidade ou à consciência e a permanência na especificidade do visível/próprio discurso), ou: o campo (espaço) pré-conceitual deixa aparecerem (presença) as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea (multiplicidade como heterogeneidade corresponde ao segundo conceito de diferença) dos conceitos; descrição (visão) das regras de formação sempre em campos ou domínios (espaço) discursivos determinados (especificidade), ou: os conjuntos de regras são bastante específicos em cada um dos domínios (espaço) para caracterizar uma formação discursiva singular (especificidade) e bem individualizada (especificidade); comparação/confronto (miscigenação) das regras de formação dos conceitos de uma região (espaço) a outra (multiplicidade), ou: os conjuntos de regras apresentam analogias (miscigenação) suficientes para que vejamos (visão) as diversas (multiplicidade) formações constituírem um grupamento discursivo mais vasto e de um nível

⁷⁹⁸ Sobre a recusa do lugar das regras de formação dos conceitos na mentalidade ou na consciência dos indivíduos como crítica da utopia (envio do espaço à heterotopia que é utopia, procura do invisível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁷⁹⁹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o nono aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

mais elevado (perigo da generalidade, movimento de especificação do discurso da miscigenação) – visão do espaço da especificidade/espaço de presença da multiplicidade; visão do espaço da especificidade/espaço da especificidade; miscigenação da multiplicidade no espaço/miscigenação como visão da multiplicidade, em suma, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa (o perigo da generalidade é a abstração, remissão ao invisível/fuga do visível, e a universalização, indistinção/negação da especificidade e indefinição/negação da finitude, e o abstrato/invisível é o indiferenciado/infinito; a possibilidade da generalidade existe porque há multiplicidade, potência da miscigenação/relação; o fim da generalidade é sua dominação através da especificidade: por isso, o discurso da visão, mediante a descrição da especificidade, controla o discurso da miscigenação: para evitar a generalidade e, por conseguinte, em última instância, eliminar o invisível; por isso, também, há conflito entre multiplicidade e especificidade: a mobilidade da multiplicidade, através da flexibilização da relação, que traz o perigo da generalidade, precisa ser controlada/dominada pela imobilização da singularidade, mediante a especificação, para a fixação da visão).

O décimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no sétimo parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de sistemas de formação (ver AS, p. 81-2).

Os sistemas de formação discursiva não remetem ao pensamento ou à representação dos homens: “Não são coações que teriam sua origem nos *pensamentos* dos homens, ou no jogo de suas *representações...*” (AS, p. 81, grifo nosso) Os sistemas de formação estão no próprio discurso:

Esses sistemas (...) residem no *próprio* discurso; ou antes (já que não se trata de sua interioridade e do que ela pode conter, mas de sua *existência específica* e de suas condições) em suas fronteiras, nesse *limite em que se definem* as regras *específicas* que fazem com que *exista* como tal. (AS, p. 81-2, grifo nosso)⁸⁰⁰

O sistema de formação é a regularidade de uma prática (discursiva):

Por sistema de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de *relações* que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser *correlacionado* em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou

⁸⁰⁰ Sobre a recusa da interioridade do discurso como crítica da ausência, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como existência.

qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia. *Definir em sua individualidade singular* um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (AS, p. 82, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da remissão da origem dos sistemas de formação ao pensamento ou ao jogo das representações dos homens (aqui, a generalidade é a abstração da especificidade discursiva como procura do invisível – pensamento ou representação). Justamente a descrição da especificidade (permanência na visibilidade discursiva) combate este procedimento de abstração da generalidade (redução ao invisível). A especificidade é a propriedade (possessão da unicidade) e a individualidade (unicidade) – singularidade como diferença -: existência específica (singular) do próprio (específico) discurso, definição das regras específicas (singulares) que fazem com que o discurso exista como tal, definição de um sistema de formação em sua individualidade singular (especificidade). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença⁸⁰¹ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): os sistemas de formação residem no limite em que se definem (finitude) as regras específicas que fazem com que o discurso exista (presença) como tal/existência específica, o sistema de formação é um feixe complexo de relações (miscigenação) que funcionam como regra/prescreve o que deve ser correlacionado (miscigenação da multiplicidade) em uma prática discursiva, a definição (finitude) de um sistema de formação em sua individualidade singular (especificidade) é a caracterização de um discurso ou de um grupo de enunciados mediante a regularidade de uma prática – limite ou finitude da especificidade/(da miscigenação específica) da presença, miscigenação da multiplicidade, finitude da especificidade (como miscigenação): há especificação da relação da multiplicidade, quer dizer, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada ao reconhecimento da finitude ou do limite, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão (ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total), ou dominação do discurso da visão, que imobiliza a singularidade para a fixação da visão, em relação à subordinação do discurso da miscigenação, que movimenta a multiplicidade devido à flexibilização da relação.

O décimo-segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-primeiro parágrafo do sétimo capítulo, “Observações e consequências”, da segunda parte, “As

⁸⁰¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o terceiro aparecimento da presença como existência.

regularidades discursivas”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das formações discursivas como permanência na dimensão do discurso (ver AS, p. 84-5).

A análise das formações discursivas descreve um conjunto de relações múltiplas:

(...) essas *relações [múltiplas]*, por mais que se esforcem para não serem a própria trama do texto, não são, por natureza, estranhas ao discurso. Pode-se mesmo qualificá-las de “pré-discursivas”, mas com a condição de que se admita que esse pré-discursivo pertence, ainda, ao discursivo, isto é, que elas não *especificam* um *pensamento*, uma *consciência* ou um *conjunto de representações* que seriam, mais tarde, e de uma forma jamais inteiramente necessária, transcritas em um discurso, mas que caracterizam certos níveis do discurso, *definem* regras que ele *atualiza* enquanto prática *singular*. (AS, p. 84-5, grifo nosso)

A análise das formações discursivas é permanência no discurso: “*Não procuramos, pois, passar do texto ao pensamento, da conversa ao silêncio, do exterior ao interior, da dispersão espacial ao puro recolhimento do instante, da multiplicidade superficial à unidade profunda. Permanecemos na dimensão do discurso.*” (AS, p. 85, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da abstração como passagem da especificidade do visível (permanência no discurso: texto, conversa, exterior, dispersão espacial, multiplicidade superficial) à generalidade do invisível (procura do não-discurso: pensamento/consciência/representação, silêncio, interior, puro recolhimento do instante, unidade profunda)⁸⁰² – aqui, a generalidade é abstração/unificação do invisível⁸⁰³. Esta crítica da generalidade é realizada pela descrição da especificidade. A especificidade é a singularidade como diferença: as relações múltiplas “pré-discursivas” especificam (singularizam) certos níveis do discurso/definem regras que ele atualiza enquanto prática singular (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença, exigência do espaço)⁸⁰⁴ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): as relações (miscigenação) pré-discursivas múltiplas especificam certos níveis do discurso/definem (finitude) regras que ele atualiza (presença) enquanto prática singular (especificidade), ou há permanência na dimensão do discurso (texto, conversa, exterior, dispersão espacial, multiplicidade superficial) – miscigenação múltipla como especificação

⁸⁰² Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (a passagem da multiplicidade superficial à unidade profunda é o caminho do espaço da multiplicidade visível à utopia da unidade invisível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

⁸⁰³ Sobre a generalidade, abstração ou unificação do invisível, como aliança entre invisível (pensamento) e inaudível (silêncio) combatida pela união entre visível (texto) e audível (conversa), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o quarto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁸⁰⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e multiplicidade.

e/ou como finitude da presença da especificidade, visível/audível: multiplicidade espacial (a mobilidade da multiplicidade proporcionada pela flexibilização da relação é controlada pela especificidade que imobiliza a singularidade para a fixação da visão, por isso há especificação das relações múltiplas, quer dizer, há dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, por isso existe também espacialização da multiplicidade, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O décimo-terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-quinto parágrafo do primeiro capítulo, “Definir o enunciado”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como função vertical de existência (ver AS, p. 98-9).

O enunciado, em seu “... modo de *ser singular* (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)...” (AS, p. 98, grifo nosso), não é uma estrutura, “... isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez *infinito* de modelos concretos...” (AS, p. 98-9, grifo nosso), mas “... uma função de *existência* que pertence, *exclusivamente* [sic], aos signos...” (AS, p. 99, grifo nosso)⁸⁰⁵ Quer dizer:

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que *apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço*. (AS, p. 99, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da identificação do enunciado com uma estrutura (unidade que autoriza infinitos modelos concretos) – aqui, a generalidade é unidade como recurso à infinitude. A crítica da generalidade (unidade que remete ao infinito) é efetuada pela descrição da especificidade (função de existência singular). A especificidade é a singularidade e a propriedade (individualidade e distinção – diferença): modo de ser singular (específico) do enunciado como função de existência que pertence propriamente (especificamente) aos signos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁰⁶, exigência do espaço⁸⁰⁷ – discurso da visão – e tempo – discurso

⁸⁰⁵ Problema de tradução: ao invés de “exclusivamente” deveria ser “propriamente” – para preservação do original, entretanto a tradução escolhida mantém a importância da especificidade para o discurso da visão.

⁸⁰⁶ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo surgimento da presença como aparecimento e o quinto aparecimento da presença como existência.

da miscigenação): o enunciado, em seu modo de ser singular (presença específica) como função de existência (presença) que pertence propriamente (especificamente) aos signos⁸⁰⁸, faz com que apareçam (presença) estruturas/unidades, com conteúdos concretos (visibilidade como especificidade), no tempo e no espaço – presença da especificidade como presença da visibilidade no tempo e no espaço (como presença temporal e espacial visível): o tempo é imobilizado/presentificado devido à dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa.

O décimo-quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-quarto parágrafo do segundo capítulo, “A função enunciativa”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do sujeito do enunciado como lugar determinado e vazio (ver AS, p. 109).

O sujeito do enunciado não é funcionalmente o autor da formulação:

(...) não é (...) a *intenção significativa* que, invadindo silenciosamente o *terreno das palavras* [sic], as ordena como o *corpo visível* de sua *intuição*; não é o núcleo constante, imóvel e *idêntico a si mesmo* de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam *manifestar na superfície do discurso*. (AS, p. 109, grifo nosso)⁸⁰⁹

O sujeito do enunciado é um lugar determinado e vazio:

É um *lugar determinado* e vazio que pode ser *efetivamente* ocupado por indivíduos *diferentes*; mas esse lugar, em vez de ser *definido* de uma vez por todas e de se manter *uniforme* ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, *idêntico a si mesmo*, através de várias frases, bem como para se *modificar* a cada uma. (AS, p. 109, grifo nosso)

O sujeito do enunciado, como lugar determinado e vazio, é uma característica da formulação enquanto enunciado: “*Descrever* uma formulação enquanto enunciado não consiste em *analisar* as relações entre o autor e o que ele disse (ou *quis dizer*, ou *disse sem querer*); mas em *determinar* qual a *posição* que pode e deve ocupar *todo indivíduo* para ser seu sujeito.” (AS, p. 109, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da ligação do sujeito do

⁸⁰⁷ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço, tempo e necessidade da presença.

⁸⁰⁸ Sobre o enunciado, função de existência que pertence propriamente aos signos, como indistinção ou indiferenciação entre visível (formulação escrita) e audível (formulação oral), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sétimo aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸⁰⁹ Problema de tradução: ao invés de “invadindo silenciosamente o terreno das palavras” deveria ser “antecipando silenciosamente as palavras” – para preservação do original (sentido do tempo da anterioridade), apesar do uso de “terreno” (sentido do espaço) corresponder à necessidade do discurso da visão.

enunciado com o autor da formulação (função do querer-dizer/intenção significativa⁸¹⁰/intuição ou do dizer-sem-querer/inconsciente como manutenção da identidade/núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo) – aqui, a generalidade é a identidade/uniformidade do invisível⁸¹¹. A crítica da generalidade é correlativa do elogio da especificidade. A especificidade é a determinação (exatidão/minúcia da individualidade e distinção/separação da diferença – singularidade): sujeito do enunciado como lugar determinado (específico, singular), descrever uma formulação enquanto enunciado consiste em determinar (especificar) a posição do sujeito. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, reconhecimento da finitude, necessidade da presença, exigência do espaço⁸¹² – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): na descrição (visão) da formulação enquanto enunciado⁸¹³ o sujeito do enunciado é um lugar (espaço) determinado (especificidade) e vazio/“terreno” (espaço) das palavras/corpo (espaço) visível que pode ser efetivamente ocupado/manifestação (presença) na superfície (espaço) do discurso por indivíduos diferentes (multiplicidade), ou: determinação (especificidade) da posição (espaço) que pode e deve ocupar todo indivíduo (multiplicidade) para ser sujeito do enunciado, e definição (finitude) do lugar (espaço) como variação, preservação ou modificação da identidade – descrição/visão do espaço (visível) da especificidade como presença da efetividade no espaço da multiplicidade, ou: especificação do espaço da multiplicidade, e: finitude do espaço como (possibilidade da) multiplicidade: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação: a multiplicidade é duplamente dominada/controlada pela especificidade, seja quando múltiplos indivíduos diferentes (visível não-discursivo) podem/devem ocupar um mesmo lugar determinado (espaço da especificidade) e vazio (vazio justamente porque permite a ocupação por múltiplos indivíduos diferentes) – redução da multiplicidade à especificidade -, seja quando a modificação (possibilidade da multiplicidade) da identidade do espaço da especificidade (lugar determinado e vazio) está sujeita à definição (finitude ou limite) – subordinação da multiplicidade à especificação/definição/delimitação (especificar é

⁸¹⁰ Sobre a intenção significativa como aliança entre invisível e inaudível (intenção silenciosa), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o sexto aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁸¹¹ Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (ambas remetem ao comando do invisível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da crítica da utopia.

⁸¹² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o terceiro aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸¹³ Sobre o enunciado como indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (formulação escrita ou oral), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o oitavo aparecimento da relação entre visível e audível.

limitar), quer dizer, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a multiplicidade, para a fixação da visão (ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O décimo-quinto aparecimento da crítica da generalidade está localizado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não visível e não oculto (ver AS, p. 125-6).

O enunciado é uma função vertical de existência:

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal [frase, proposição ou ato de formulação], mas *definir* as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma *existência específica*. Esta a faz *aparecer* (...) como *relação com um domínio de objetos*; (...) como um *jogo de posições* possíveis para um sujeito; (...) como um elemento em um *campo de coexistência*; (...) como uma *materialidade* repetível. A *descrição* dos enunciados se dirige, segundo uma dimensão de certa forma vertical, às condições de *existência* dos *diferentes* conjuntos significantes. (AS, p. 125, grifo nosso)

O paradoxo do enunciado é ser, ao mesmo tempo, não visível (função vertical) e não oculto (função de existência)⁸¹⁴:

(...) ela [a *descrição* dos enunciados] não tenta contornar as performances verbais para descobrir, *atrás* delas, ou *sob* sua superfície aparente, um elemento *oculto*, um sentido *secreto* que nelas se *esconde*, ou que através delas aparece [sic] sem dizê-lo; e, entretanto, o enunciado não é imediatamente visível; não se apresenta de forma tão manifesta quanto uma estrutura gramatical ou lógica (mesmo se esta não estiver inteiramente clara, mesmo se for muito difícil de elucidar). O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto. (AS, p. 125-6, grifo nosso)⁸¹⁵

A crítica da generalidade é a recusa da procura do oculto ou do secreto escondido implícito – aqui, a generalidade é a abstração do invisível através de procedimento interpretativo (busca do que está atrás ou sob)⁸¹⁶. A crítica da generalidade (procura do invisível) é realizada pela

⁸¹⁴ Sobre o paradoxo do enunciado como não visível (visão horizontal da aparência como ilusão) e não oculto (invisível) – na verdade, o enunciado é a visão vertical como visão específica ou minuciosa –, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁸¹⁵ Problema de tradução: ao invés de “aparece” deveria ser “se mostra”.

⁸¹⁶ Sobre a crítica da generalidade, recusa da procura do invisível mediante abstração ou interpretação, como crítica da ausência (a ausência é o elemento oculto, o sentido secreto escondido), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da crítica da ausência. Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (recusa da passagem do espaço, superfície aparente das performances verbais, à heterotopia como utopia, descoberta atrás ou sob de um elemento oculto ou de um sentido secreto escondido), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

descrição da especificidade (permanência na visibilidade vertical)⁸¹⁷. A especificidade é a singularidade como diferença: existência específica (singular) de uma série de signos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁸¹⁸, exigência do espaço⁸¹⁹ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): descrição (visão) do enunciado como definição (finitude) das condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos uma existência (presença) específica como relação (miscigenação) com um domínio (espaço) de objetos (multiplicidade), como jogo (miscigenação) de posições (espaço da multiplicidade) possíveis para um sujeito, como elemento em um campo (espaço) de coexistência (miscigenação da multiplicidade), e como materialidade (presença do espaço, espaço da presença, indissociabilidade entre presença e espaço) repetível – visão da finitude da presença da especificidade como miscigenação com espaço da multiplicidade, como (presença no) espaço da miscigenação da multiplicidade, como presença do espaço/espaço da presença (o discurso da visão, através da descrição da especificidade, controla/domina o discurso da miscigenação: a especificidade é espacial – também presencial, finita -, a multiplicidade é espacializada, logo a multiplicidade é especificada/há especificação da multiplicidade, daí a imobilização da singularidade como fixação da visão, dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O décimo-sexto aparecimento da crítica da generalidade está situado no sexto parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do enunciado como não oculto (ver AS, p. 126).

O enunciado é não oculto:

Não oculto, por definição, já que caracteriza as modalidades de existência próprias de um conjunto de signos efetivamente produzidos. A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente

⁸¹⁷ Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível e a descrição da especificidade como permanência no visível através da busca da visão minuciosa (visão vertical), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁸¹⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo aparecimento da presença como existência.

⁸¹⁹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. Só pode se referir a performances verbais realizadas, já que as analisa ao nível de sua existência: descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas. A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva. (AS, p. 126, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da identificação do enunciado com a condição de oculto, a crítica da interpretação (*versus* procura do enunciado latente, escondido, do não-dito, do invisível: pensamentos, imagens, fantasmas) – aqui, a generalidade é interpretação⁸²⁰ como busca do invisível⁸²¹ que é multiplicidade/abundância (infinitude). A crítica da generalidade (procedimento interpretativo)⁸²² é realizada pela descrição da especificidade (análise histórica). A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade), a precisão (exatidão e distinção) e a exclusão (separação/distinção) – singularidade como diferença -: modalidades de existência próprias (específicas) de um conjunto de signos efetivamente produzidos, análise enunciativa como precisão (especificidade) das coisas ditas/das frases pronunciadas ou escritas/dos elementos significantes traçados ou articulados: singularidade (especificidade) que as faz existirem, descrição das coisas ditas precisamente (especificidade) porque foram ditas, fato das coisas ditas terem aparecido e nenhuma outra (especificidade) em seu lugar. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, necessidade da presença⁸²³, exigência do espaço⁸²⁴ – discurso da visão – e multiplicidade – discurso da miscigenação): análise (visão) enunciativa histórica como caracterização/descrição (visão) das modalidades de

⁸²⁰ Sobre a recusa da interpretação como crítica da utopia (passagem do espaço, dito, à heterotopia, não-dito, que é utopia, porque invisível), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

⁸²¹ Sobre a generalidade ou interpretação como procedimento de abstração que busca o invisível que é ausência (a interpretação é o comando da ausência em relação à presença), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sétimo aparecimento da crítica da ausência.

⁸²² Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível (recusa da interpretação que é dominação do invisível em relação à subordinação do visível), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁸²³ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-primeiro aparecimento da presença como existência.

⁸²⁴ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço, descrição da especificidade e necessidade da presença.

existência/manifestação/aparecimento (presença) próprias (especificidade) de um conjunto de signos efetivamente produzidos/coisas ditas/frases realmente (efetividade) pronunciadas (audível) ou escritas (visível)/elementos significantes traçados (tátil/visível)⁸²⁵ ou articulados (audível)⁸²⁶/performances verbais realizadas (efetividade)/evidência (visão) da linguagem efetiva: precisamente (especificidade) a singularidade (especificidade) que as faz existirem (presença)/precisamente porque foram ditas, o oferecimento à observação (visão) e à leitura (visão/audição), a mil usos ou transformações (multiplicidade) possíveis entre outras coisas (multiplicidade) mas não como as outras coisas (especificidade: exclusão da multiplicidade)/aparecimento (presença) das coisas ditas (multiplicidade visível) e nenhuma outra (especificidade: exclusão da multiplicidade invisível) em seu lugar (espaço) – visão (análise/descrição: reciprocidade entre analisar e descrever, porque remetem a ver) histórica (para a história, a visão é uma necessidade epistemológica) da presença da efetividade no espaço como especificidade⁸²⁷ entre a multiplicidade, ou: a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada à identificação da efetividade, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a multiplicidade, para a fixação da visão (ou permanência no visível da multiplicidade como procura da visão minuciosa): a multiplicidade, através da distinção/diferenciação (especificação), é controlada/dominada pelo discurso da visão como conjunto de singularidades imóveis (garantia da fixação da visão) – o perigo da multiplicidade é sua função na generalidade como remissão ao invisível (tarefa da interpretação); a especificação da multiplicidade, como conjunto de singularidades (a multiplicidade tende à totalidade, daí a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total), é a garantia da permanência no visível (papel da análise/descrição histórica); por isso a constante vigilância do discurso da visão em relação aos elementos constitutivos do discurso da miscigenação: evitar a potência da generalidade como possibilidade do invisível; no fundo, a dominação do discurso da visão, mediante a descrição da especificidade (sua principal arma), em relação à subordinação do discurso da miscigenação é a defesa do discurso da historicidade correlativa da eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso

⁸²⁵ Sobre a dominação do visível em relação à subordinação do tátil (elementos significantes traçados: a função do traço tátil é sua visibilidade), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸²⁶ Sobre a indistinção ou indiferenciação entre visível e audível (frases pronunciadas ou escritas, elementos significantes traçados ou articulados), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-terceiro aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸²⁷ Sobre a permanência no visível ou visão solitária e soberana (necessidade da presença, exigência do espaço) como identificação da efetividade e procura da visão minuciosa (descrição da especificidade), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

da metafísica: a especificação da multiplicidade é permanência no visível como procura da visão minuciosa, ou multiplicidade como totalidade, e eliminação do invisível, ou fim da potência de infinitude da multiplicidade⁸²⁸.

O décimo-sétimo aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-primeiro parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da segunda razão da quase-invisibilidade do enunciado, a remissão da estrutura significante da linguagem sempre a outra coisa (ver AS, p. 128-9).

Uma das razões da quase-invisibilidade do enunciado (o nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade) é a remissão da estrutura significante da linguagem sempre a outra coisa:

Outra razão [da quase-invisibilidade do enunciado] é a de que *a estrutura significante da linguagem remete sempre a outra coisa*; os objetos aí se encontram *designados*; o sentido é visado; o sujeito é tomado como referência por um certo número de signos, mesmo se não está presente em si mesmo. *A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente [sic], pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência. Não é ela o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar?* (AS, p. 128, grifo nosso)⁸²⁹

A descrição do enunciado é permanência no visível da sua existência (crítica, portanto, da estrutura significante da linguagem):

Ora, se queremos *descrever* o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa *existência*; *interrogar a linguagem*, não na direção a que ela remete, mas *na dimensão que a produz*; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento – logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que *determina sua existência singular e limitada*. (AS, p. 128-9, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da estrutura significante da linguagem como remissão (designação, nomeação, mostrar) sempre a outra coisa (objeto, sentido, sujeito, alhures, distante, longínquo, verdade, enfim, ausência⁸³⁰ e utopia) – nesse caso, a linguagem é secundária em relação à outra coisa (busca do invisível). Aqui, a generalidade é abstração do

⁸²⁸ Quando a multiplicidade leva à infinitude, age o reconhecimento da finitude, e a multiplicidade é totalidade; quando a multiplicidade é reduzida à unidade pela abstração, age a descrição da especificidade, e a multiplicidade é especificidade; nos dois casos, a crítica da generalidade (eliminação do invisível como infinitude ou unidade) é dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (permanência no visível da multiplicidade como totalidade da especificidade).

⁸²⁹ Problema de tradução: ao invés de “ausente” deveria ser “alhures”.

⁸³⁰ Sobre a crítica da generalidade como crítica da ausência (recusa do comando da ausência em relação à presença através da abstração), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o nono aparecimento da crítica da ausência.

invisível (abandono da linguagem visível em direção à diferença invisível)⁸³¹. A descrição da especificidade (permanência na visibilidade da existência da linguagem) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a singularidade (como diferença): própria (específica) existência singular (específica) da linguagem. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento da finitude ou do limite e necessidade da presença⁸³²): descrição (visão) do nível enunciativo como determinação (finitude) da própria (especificidade) existência (presença) singular (especificidade) e limitada da linguagem – visão como finitude ou limite da presença da especificidade⁸³³: imobilização da singularidade, garantia da fixação da visão – permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (o limite assegura a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total).

O décimo-oitavo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-nono parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de discurso (ver AS, p. 135-6).

A apresentação da definição de discurso, respectiva e recorrentemente negativa e positiva, é, ao mesmo tempo, estratégia de guerra e especificação como distinção/separação/diferenciação, negativo *versus* positivo. Primeiro, o aspecto negativo: “... ele [o discurso] não forma uma *unidade* retórica ou *formal, indefinidamente repetível* e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história...” (AS, p. 135, grifo nosso) Depois, a apresentação positiva: “... [o discurso] é constituído de um número *limitado* de enunciados para os quais podemos *definir* um conjunto de condições de *existência*.” (AS, p. 135, grifo nosso) Novamente o aspecto negativo: “O discurso (...) não é uma *forma ideal e intemporal* que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo [surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo]...” (AS, p. 135, grifo nosso) E a apresentação positiva: “... [o discurso] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história,

⁸³¹ Sobre a generalidade, abstração do invisível (abandono da linguagem visível em direção à diferença invisível), como jogo de dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁸³² Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quinto aparecimento da presença como existência.

⁸³³ Sobre a permanência no visível (necessidade da presença), visão solitária e soberana, como necessidade de ver mais e com maior minúcia (descrição da especificidade), visão específica, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o nono aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade...” (AS, p. 135-6, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da identificação do discurso com uma unidade retórica ou formal (indefinidamente repetível) e com uma forma ideal e intemporal – aqui, a generalidade é unidade do invisível (unidade formal/ideal que é intemporal justamente porque indefinidamente repetível). A descrição da especificidade (história da multiplicidade temporal) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão e distinção/separação da individualidade) e a unicidade (singularidade como diferença): unidade (especificidade) na própria (especificidade) história, problema dos próprios (especificidade) limites e dos modos específicos de temporalidade do discurso. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença⁸³⁴ – discurso da visão -, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): o discurso é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (presença)/o discurso é histórico (visão): unidade (especificidade) e descontinuidade (multiplicidade temporal) na própria (especificidade) história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes (limite: separação, especificidade: distinção), de suas transformações (multiplicidade temporal), dos modos específicos de sua temporalidade – limite como finitude da presença⁸³⁵/visão da especificidade e da multiplicidade temporal (na visão da especificidade): limite/especificidade, multiplicidade temporal, tempo da especificidade: dominação do discurso da visão em referência à subordinação do discurso da miscigenação: a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à necessidade da presença, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão (ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O décimo-nono aparecimento da crítica da generalidade está localizado no vigésimo parágrafo do terceiro capítulo, “A descrição dos enunciados”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de prática discursiva (ver AS, p. 136).

⁸³⁴ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-sétimo aparecimento da presença como existência.

⁸³⁵ Sobre a permanência no visível (necessidade da presença) como reconhecimento do limite ou da finitude que autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A definição de prática discursiva ocorre mediante apresentação negativa *versus* positiva (estratégia de guerra e especificação como distinção/separação). Primeiro, a apresentação negativa:

(...) o que se chama “prática discursiva” pode ser (...) *precisado*. Não podemos confundi-la com a *operação expressiva* pela qual um indivíduo formula uma *ideia*, um *desejo*, uma *imagem*; nem com a *atividade racional* que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “*competência*” de um *sujeito falante*, quando constrói frases gramaticais (...) (AS, p. 136, grifo nosso)

A seguir, a apresentação positiva: “... [a prática discursiva] é um conjunto de regras anônimas, *históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época* [sic] e para uma *determinada área* [sic] social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (AS, p. 136, grifo nosso)⁸³⁶ A crítica da generalidade é a recusa da identificação da prática discursiva com a operação expressiva (formulação de ideia/desejo/imagem), com a atividade racional (sistema de inferência) e com a competência do sujeito falante (construção de frases gramaticais) – sempre há remissão ao invisível: ideia/desejo/imagem, razão, competência (aqui, a generalidade é remissão à unidade do invisível). A descrição da especificidade (permanência no visível/na história) é crítica da generalidade. A especificidade é precisão (exatidão e distinção) e determinação (precisão e distinção) – singularidade como diferença -: precisão (especificação) da prática discursiva: conjunto de regras históricas sempre determinadas (especificadas) no tempo/época dada (específica) e no espaço/área social, econômica, geográfica ou linguística dada (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, exigência do espaço⁸³⁷ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): precisão (especificidade) da prática discursiva como conjunto de regras anônimas, históricas (visão), sempre determinadas (especificidade) no tempo e no espaço, que definiriam (finitude), em uma época (tempo) dada (especificidade) e para uma área (espaço) social, econômica, geográfica ou linguística dada (especificidade), as condições de exercício da função enunciativa – especificação como visão da especificidade no tempo e no espaço/da finitude no tempo da especificidade e no espaço da especificidade: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à

⁸³⁶ Problemas de tradução: ao invés de “dada época” deveria ser “época dada”, e ao invés de “determinada área” deveria ser “área (...) dada” – para preservação do original, entretanto nos dois casos o “dado” é o “específico”, de modo que não é de todo equivocada a tradução por “determinada”.

⁸³⁷ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e tempo.

exigência do espaço, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total.

O vigésimo aparecimento da crítica da generalidade está situado no quinto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de um sistema limitado de presenças (para a busca do estabelecimento de uma lei de raridade) – ver AS, p. 138.

A lei de raridade dos enunciados é exclusão (da abundância) do não-dito: “Estudam-se os enunciados no *limite* que os *separa* do que *não* está *dito*, na instância que os faz *surgirem* à *exclusão* de todos os outros.” (AS, p. 138, grifo nosso) A lei de raridade dos enunciados é permanência no dito: “Não se trata (...) de estudar os obstáculos que (...) *recalcaram* (...) tal *significação inconsciente*, ou tal *racionalidade em devir*; mas de *definir um sistema limitado de presenças*.” (AS, p. 138, grifo nosso) A crítica da generalidade é a exclusão da abundância do não-dito como remissão ao invisível⁸³⁸ (significação inconsciente, racionalidade em devir) – aqui, a generalidade é recurso ao invisível como ilimitado. A descrição da especificidade (permanência no visível) é crítica da generalidade. A especificidade é exclusão (unicidade e distinção/separação – singularidade como diferença): surgimento dos enunciados à exclusão (especificidade) de todos os outros. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (reconhecimento do limite ou da finitude e necessidade da presença⁸³⁹): estudo dos enunciados no limite que os separa (especificidade) do que não está dito/na instância que os faz surgirem (presença) à exclusão (especificidade) de todos os outros, como definição (finitude) de um sistema limitado de presenças⁸⁴⁰ – limite ou finitude da presença da especificidade: imobilização da singularidade para fixação da visão que autoriza possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total (permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total da especificidade).

O vigésimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no sexto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O

⁸³⁸ Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível (exclusão do não-dito), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a eliminação do invisível como crítica da ausência (não-dito, ausente, é invisível), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da presença como surgimento.

⁸³⁹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o primeiro aparecimento da presença como surgimento.

⁸⁴⁰ Sobre a permanência no visível (necessidade da presença: surgimento do dito) que através do reconhecimento do limite ou da finitude (limite ou finitude do surgimento do dito) autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de uma posição singular (para a busca do estabelecimento de uma lei de raridade) – ver AS, p. 138.

A lei de raridade dos enunciados, como definição de um sistema limitado de presenças/exclusão do não-dito, é definição de posição singular/não é recalçamento ou repressão do oculto e subjacente:

(...) não ligamos essas “exclusões” a um *recalçamento* ou a uma *repressão*; não supomos que, *sob enunciados manifestos*, alguma coisa permaneça *oculta e subjacente*. *Analizamos* os enunciados, não como se estivessem no *lugar de outros enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível*, mas como estando *sempre em seu lugar próprio*. Recolocamo-los em um espaço que seria inteiramente aberto e que não comportaria nenhuma *reduplicação*. Não há *texto embaixo*, portanto nenhuma *pletora*. *O domínio enunciativo está, inteiro, em sua própria superfície*. *Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence*. A *descrição* não consiste pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o *não-dito* cujo lugar ele ocupa; nem como podemos reduzi-lo a um *texto silencioso e comum*; mas, pelo contrário, que *posição singular* ocupa, que *ramificações* no sistema das formações permitem demarcar sua *localização*, como *ele se isola na dispersão geral dos enunciados*. (AS, p. 138, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da reduplicação como recalçamento ou repressão do oculto e subjacente/não-dito/enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível/sob enunciados manifestos/redução a texto silencioso e comum (não há texto embaixo)⁸⁴¹ – aqui, a generalidade é procura do invisível⁸⁴²/inaudível. A descrição da especificidade (permanência no visível dos enunciados manifestos) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a singularidade (como diferença): análise dos enunciados em seu lugar próprio (específico), o domínio enunciativo está inteiro em sua própria (específica) superfície, cada enunciado ocupa um lugar que só a ele pertence (especificidade como propriedade), descrição do enunciado como ocupação de posição singular (específica), isolamento (especificidade como unicidade/individualidade e distinção/separação) do enunciado na dispersão geral dos enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço)⁸⁴³ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): análise (visão) dos enunciados manifestos (presença) como estando sempre em seu lugar (espaço) próprio (especificidade)/o domínio (espaço) enunciativo está inteiro em sua própria

⁸⁴¹ Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (recusa da busca do não-dito, dos enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível, do texto embaixo), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁴² Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível (recusa do oculto e subjacente, não-dito, texto embaixo), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

⁸⁴³ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

(especificidade) superfície (espaço): cada enunciado ocupa aí um lugar (espaço) que só a ele pertence (especificidade) – o domínio enunciativo inteiro é a multiplicidade como totalidade (primeira dominação da multiplicidade), o domínio enunciativo na superfície é a multiplicidade como espaço (segunda dominação da multiplicidade) e o domínio enunciativo inteiro como ocupação, por cada enunciado, de um lugar que só a ele pertence é a multiplicidade como conjunto de especificidades (terceira dominação da multiplicidade) -, ou descrição (visão) do enunciado como ocupação de posição (espaço) singular (especificidade)/demarcação de sua localização (espaço) nas ramificações (miscigenação da multiplicidade) do sistema das formações/isolamento (especificidade) na dispersão (multiplicidade) geral (totalidade) dos enunciados – as ramificações são uma metáfora arbórea espacial que remete à imobilidade da miscigenação/da multiplicidade para fixação da visão: é o isolamento da especificidade na dispersão geral, ou melhor, na multiplicidade como totalidade, daí a possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total - visão da presença no espaço da especificidade, ou visão do espaço da especificidade⁸⁴⁴ na miscigenação/na multiplicidade: domínio/controle do discurso da visão, mediante a descrição da especificidade, em relação à subordinação do discurso da miscigenação, através da multiplicidade, totalizada/espacializada (metaforizada)/especificada; dito de outro modo, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão (ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa).

O vigésimo-segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da raridade efetiva dos enunciados (ver AS, p. 139).

A análise das formações discursivas é descrição da raridade (pobreza) efetiva dos enunciados, oposta à interpretação como multiplicação (riqueza) do sentido secreto:

(...) a *análise* das formações discursivas se volta para (...) [a] raridade [*efetiva* dos enunciados]; toma-a por objeto *explícito*; tenta *determinar-lhe* o sistema *singular*; e, ao mesmo tempo, dá conta do fato de que pôde haver interpretação. *Interpretar* é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela. Mas *analisar* um [sic] formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e *determinar-lhe* a forma *específica*. É, pois, em um sentido, pesar o “valor” dos enunciados. Esse valor (...) não é avaliado

⁸⁴⁴ Sobre a permanência no visível (necessidade da presença e exigência do espaço) como visão específica ou minuciosa (descrição da especificidade), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

pela presença de um *conteúdo secreto*; mas caracteriza o *lugar* deles, sua capacidade de *circulação e de troca*, sua possibilidade de *transformação*, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros. Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: *tesouro inesgotável* de onde se pode tirar sempre novas riquezas, e a cada vez *imprevisíveis*; (...) ele *aparece* como um bem – *finito, limitado*, desejável, útil – que tem suas regras de *aparecimento* e também suas condições de apropriação e de utilização (...) (AS, p. 139, grifo nosso)⁸⁴⁵

A crítica da generalidade é a recusa da interpretação/exegese como multiplicação/riqueza imprevisível/tesouro inesgotável do sentido/do conteúdo secreto⁸⁴⁶ – aqui, a generalidade é interpretação da multiplicidade invisível (a multiplicidade tende ao infinito ou ilimitado). A descrição da especificidade (análise da raridade efetiva/visível dos enunciados) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: determinação do sistema singular (específico) da raridade efetiva dos enunciados, determinação da forma específica (singular) da pobreza enunciativa. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, reconhecimento da finitude ou do limite, necessidade da presença⁸⁴⁷, exigência do espaço⁸⁴⁸ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): a análise (visão) das formações discursivas toma por objeto explícito (visível) a raridade efetiva dos enunciados/procura a lei da pobreza enunciativa, tenta determinar-lhe (finitude) o sistema singular (especificidade)/a forma específica, pesa o valor dos enunciados: lugar (espaço) deles, capacidade de circulação e de troca (miscigenação), possibilidade de transformação (multiplicidade temporal) na economia dos discursos e na administração dos recursos raros: o discurso aparece (presença) como bem finito, limitado, que tem suas regras de aparecimento (presença) – visão da efetividade/da finitude da especificidade: (no) espaço/(através da) miscigenação/(como) multiplicidade temporal: presença da finitude ou do limite⁸⁴⁹ (o discurso da miscigenação é dominado pelo discurso da visão através da descrição da especificidade, quer dizer, a

⁸⁴⁵ Erro de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

⁸⁴⁶ Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível (a interpretação ou exegese, como multiplicação do sentido ou riqueza inesgotável do conteúdo secreto, é a dominação do invisível em relação à subordinação do visível, a pobreza ou raridade efetiva), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (o conteúdo secreto é a heterotopia, em relação ao espaço – lugar dos enunciados -, como utopia), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁴⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-nono surgimento da presença como aparecimento.

⁸⁴⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o quinto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁴⁹ Sobre a permanência no visível, através da identificação da efetividade (da necessidade da presença e da exigência do espaço), como possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total, devido ao reconhecimento do limite ou da finitude, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-primeiro aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade, ao reconhecimento da finitude ou do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total – o confronto entre discurso da visão e discurso da metafísica ocorre como disputa pelo controle do discurso da miscigenação: para evitar que a multiplicidade seja infinitude ou ilimitado, riqueza imprevisível ou tesouro inesgotável, solidariedade entre discurso da miscigenação e discurso da metafísica como dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação, é preciso torná-la efetiva, finita ou limitada, presente, espacial e específica, raridade ou pobreza enunciativa, quer dizer, totalidade da especificidade, justamente constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação, ou dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O vigésimo-terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-quarto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos enunciados no jogo de uma exterioridade (nível do “diz-se”) – ver AS, p. 141-2.

A análise dos enunciados não coloca a questão de quem “... se *oculta* no que diz...” (AS, p. 141, grifo nosso); ela situa-se no jogo de uma exterioridade (no nível do “diz-se”):

(...) isso não deve ser entendido como uma espécie de *opinião comum*, de *representação coletiva* que se imporia a todo indivíduo, nem como uma grande *voz anônima* que falaria necessariamente através dos discursos de cada um; mas como o conjunto das coisas ditas, as *relações*, as regularidades e as *transformações* que podem aí ser *observadas*, o *domínio* do qual certas figuras e certos *entrecruzamentos* indicam o *lugar singular* de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. (AS, p. 141-2, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da comunidade/coletividade/anonimato como remissão ao oculto⁸⁵⁰ – aqui, a generalidade é a procura do invisível através da redução da multiplicidade/da especificidade à comunidade/coletividade⁸⁵¹ (a multiplicidade específica é

⁸⁵⁰ Sobre a crítica da generalidade como eliminação da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (recusa do comando do oculto que controla o dito), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (recusa do comando do oculto ou da interioridade, heterotopia em relação ao espaço da exterioridade, como utopia), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁵¹ Sobre a crítica da generalidade como crítica da auditibilidade invisível (fala da grande voz anônima: o anonimato é invisível) – esta crítica ocorre através da defesa da visibilidade específica (observação do conjunto das coisas ditas como lugar singular), por isso o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana, já

reduzida à unidade invisível). A descrição da especificidade (permanência na exterioridade do visível) é crítica da generalidade (busca da interioridade do invisível). A especificidade é a singularidade como diferença: lugar singular (específico) de um sujeito falante. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do espaço⁸⁵² – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise dos enunciados no nível do “diz-se”/no jogo de uma exterioridade como o conjunto das coisas ditas (visíveis), as relações (miscigenação), as regularidades e as transformações (multiplicidade temporal) que podem ser observadas (vistas), o domínio (espaço) do qual certas figuras e certos entrecruzamentos (miscigenação) indicam o lugar (espaço) singular (especificidade) de um sujeito falante – visão da miscigenação/da multiplicidade temporal/do espaço da miscigenação como espaço da especificidade⁸⁵³ (a relação é espacializada para especificação): imobilização da miscigenação, da multiplicidade e do tempo para fixação da visão, controle/dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, ou seja, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão (ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa).

O vigésimo-quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-quinto parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise enunciativa como identificação de formas específicas de acúmulo (ver AS, p. 142).

A análise enunciativa é elogio da especificidade/crítica da interioridade e da indiferença: “... ela [a análise enunciativa] se dirige a *formas específicas de acúmulo* que não podem identificar-se nem com uma *interiorização na forma da lembrança*, nem com uma *totalização indiferente dos documentos*.” (AS, p. 142, grifo nosso) A indiferença está ligada à interioridade:

Estes quatro termos, leitura – traço – *decifração* – *memória* (qualquer que seja o privilégio que se dê a um ou outro, e qualquer que seja a extensão metafórica que se lhe atribua e que lhe permita reconsiderar os três outros),

que a única auditibilidade que interessa é aquela que remete necessariamente à visibilidade -, ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-quinto aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸⁵² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁵³ Sobre a permanência no visível (exigência do espaço) como procura da visão minuciosa (descrição da especificidade), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

definem o sistema que permite, usualmente, arrancar o discurso passado de sua inércia [totalização indiferente dos documentos] e reencontrar, num momento, algo de sua vivacidade perdida [interiorização na forma da lembrança]. (AS, p. 142, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da totalização indiferente dos documentos e da interiorização na forma da lembrança – aqui, a generalidade é passagem da totalização indiferente dos documentos (negação da singularidade como diferença) à interiorização na forma da lembrança (afirmação da identidade como mesmidade), ou caminho da leitura (visibilidade da totalização indiferente dos documentos) à memória (invisibilidade da interiorização na forma da lembrança), passando pela decifração do traço (procura do invisível). A descrição da especificidade (permanência nas formas visíveis de acúmulo) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: identificação das formas específicas (singulares) de acúmulo. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (multiplicidade e tempo): análise (visão) enunciativa como identificação das formas (multiplicidade) específicas de acúmulo (tempo) – visão da multiplicidade específica do tempo: a multiplicidade e o tempo são controlados pela descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, para fixação da visão, ou permanência no visível da relação e do tempo (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O vigésimo-quinto aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-sétimo parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da remanência dos enunciados (ver AS, p. 143).

Os enunciados são remanentes:

(...) [a] análise [enunciativa] supõe que os enunciados sejam considerados na *remanência* que lhes é própria e que não é a do retorno sempre possível ao acontecimento passado da formulação. Dizer que os enunciados são remanentes não é dizer que eles permanecem no campo da memória ou que se pode reencontrar o que queriam dizer (...) (AS, p. 143, sublinhado nosso)

A remanência é a existência persistente:

Embora a conservação através do *tempo* seja o prolongamento acidental ou bem-sucedido de uma *existência* feita para passar com o momento, a remanência pertence, de pleno direito, ao enunciado; o esquecimento e a destruição são apenas, de certa forma, o grau zero da remanência. E sobre o fundo por ela constituído, os jogos da *memória* e da *lembrança* podem-se desenrolar. (AS, p. 143, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da identificação da remanência com a permanência na memória/na lembrança ou com o reencontro do querer-dizer (do acontecimento passado da

formulação)⁸⁵⁴ – aqui, a generalidade é permanência no/procura do invisível. A descrição da especificidade (análise da persistência da existência/da permanência no visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) – singularidade como diferença -: remanência própria dos/pertence aos (específica, singular) enunciados. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁵⁵ – discurso da visão – e tempo – discurso da miscigenação): análise (visão) dos enunciados na remanência/conservação da existência (presença) através do tempo que lhes é própria (especificidade) – visão da presença no tempo como especificidade: o tempo é duplamente imobilizado pelo discurso da visão, mediante a presença e através da especificação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível do tempo como procura da visão minuciosa (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O vigésimo-sexto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-nono parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise enunciativa dos fenômenos de recorrência (ver AS, p. 143).

Os enunciados são recorrentes: “A análise enunciativa supõe (...) que se levem em consideração os fenômenos de *recorrência*. Todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas.” (AS, p. 143, sublinhado nosso) A recorrência é a multiplicidade específica: “Em relação a todas (...) [as] possibilidades de *recorrência*, a *memória* e o *esquecimento*, a *redescoberta do sentido* ou sua *repressão*, longe de serem *leis fundamentais*, não passam de figuras *singulares*.” (AS, p. 143, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da memória (redescoberta do sentido) e do esquecimento (repressão do sentido) como leis fundamentais – aqui, a generalidade é a defesa do invisível como fundamento (do visível, do discurso). A descrição da especificidade (transformação da memória e do esquecimento em figuras singulares/visíveis) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: memória e esquecimento como figuras singulares (específicas). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da

⁸⁵⁴ Sobre o retorno sempre possível ao acontecimento passado da formulação como necessidade da presença (o retorno somente é possível devido justamente à presença), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o oitavo aparecimento da presença como acontecimento.

⁸⁵⁵ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo aparecimento da presença como existência.

historicidade (exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise (visão) enunciativa dos fenômenos/das possibilidades de recorrência (tempo): todo enunciado compreende um campo (espaço) de elementos (multiplicidade) antecedentes (tempo) em relação aos quais se situa (localização da especificidade), mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações (miscigenação) novas/memória e esquecimento são figuras singulares (especificidade) – visão do tempo: espaço da multiplicidade temporal (para especificidade) e da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa (a relação, a multiplicidade e o tempo estão a serviço da especificidade: é a perpetuação da dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação através da imobilização da singularidade).

O vigésimo-sétimo aparecimento da crítica da generalidade está localizado no vigésimo-primeiro parágrafo do quarto capítulo, “Raridade, exterioridade, acúmulo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de positividade (ver AS, p. 144)⁸⁵⁶.

A definição de positividade é crítica da generalidade (referência ao invisível)/elogio da especificidade (permanência no visível):

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar, não o momento ou a marca da origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma *positividade*. (AS, p. 144, sublinhado nosso)

O crítico da generalidade/defensor da especificidade é um positivista feliz: “Se substituir a *busca das totalidades* pela *análise da raridade*, o *tema do fundamento transcendental* pela *descrição das relações de exterioridade*, a *busca da origem* pela *análise dos acúmulos*, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente.” (AS, p. 144, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da totalização de uma significação (busca das totalidades/revelação de uma interpretação/decidir sobre uma racionalidade), da referência à

⁸⁵⁶ Sobre o estabelecimento da definição de positividade como pedagogia da visão (caminho da cegueira à visão absoluta ou total, passando pela necessidade da visão específica), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-segundo aparecimento da pedagogia da visão.

interioridade de uma intenção/de um pensamento/de um sujeito (tema do fundamento transcendental/descoberta de um fundamento), do reencontro do momento ou da marca da origem (busca da origem/liberação de atos constituintes/percorrer uma teleologia) – aqui, a generalidade é, sempre, procura da unidade do invisível (busca de uma significação através da totalização, de uma intenção mediante a interiorização, da origem através do reencontro). A descrição da especificidade (positivismo do visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: formas específicas (singulares) de um acúmulo. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): descrição (visão) de um conjunto de enunciados como figura lacunar e retalhada/análise (visão) da raridade, segundo a dispersão (multiplicidade) de uma exterioridade (visibilidade da presença no espaço)/descrição (visão) das relações (miscigenação) de exterioridade, para reencontrar as formas (multiplicidade) específicas de um acúmulo (tempo)/análise (visão) dos acúmulos é estabelecimento de uma positividade (feliz) – visão (reciprocidade entre análise e descrição) da multiplicidade relacionada (como presença no espaço) e da multiplicidade específica do tempo (a multiplicidade miscigenada é controlada pela presença no espaço, a multiplicidade temporal é especificada: estratégias do discurso da visão para manutenção de sua dominação sobre o discurso da miscigenação – a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa).

O vigésimo-oitavo aparecimento da crítica da generalidade está situado no segundo parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de *a priori* histórico (ver AS, p. 146-7).

O *a priori* (histórico) é “... condição de *realidade* para enunciados.” (AS, p. 146, grifo nosso):

(...) [trata-se de] isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas [sic] à experiência; mas de uma história determinada [sic], já que é a das coisas efetivamente ditas.* (AS, p. 146, sublinhado nosso)⁸⁵⁷

⁸⁵⁷ Problemas de tradução: ao invés de “apresentadas” deveria ser “dadas”, e ao invés de “determinada” deveria ser “dada” – para preservação do original, entretanto nos dois casos a importância respectiva da presença e da especificidade está mantida.

O *a priori* (histórico) é o sistema de uma dispersão temporal:

A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (AS, p. 146, sublinhado nosso)

Quer dizer, uma disciplina “... comporta um tipo de história – uma forma de *dispersão no tempo*, um modo de *sucessão*, de estabilidade [sic] de reativação, de [sic] rapidez de desencadeamento ou de rotação – que lhe *pertence particularmente* [sic], mesmo se estiver em *relação com outros* tipos de história.” (AS, p. 147, grifo nosso)⁸⁵⁸ O *a priori* (histórico) é um conjunto transformável:

(...) o *a priori* não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da identificação do *a priori* (histórico) com o invisível (verdades que poderiam nunca ser ditas nem realmente dadas à experiência; sentido) através da coerência, da unificação (da simultaneidade) e da dedução (da sucessão), e mediante intemporalidade (universo inalterável acima dos acontecimentos) – aqui, a generalidade é unificação intemporal do invisível. A descrição da especificidade (*a priori* histórico como dispersão temporal visível)⁸⁵⁹ é crítica da generalidade. A especificidade é o dado/determinado (precisão e distinção) e a propriedade (possessão da individualidade) – singularidade como diferença -: forma específica (singular) do modo de ser dos enunciados, história dada/determinada (específica) das coisas efetivamente ditas, história específica (singular) do discurso, tipo de história que pertence propriamente (especificamente) a uma disciplina. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença⁸⁶⁰ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da

⁸⁵⁸ Erro de tradução: faltou acrescentar “e” após “estabilidade” e antes de “de reativação”; ao invés de “de” deveria ser “uma”. Problema de tradução: ao invés de “particularmente” deveria ser “propriamente”.

⁸⁵⁹ Sobre a historicidade como presença da diferença temporal específica visível, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o terceiro aparecimento da palavra “historicidade”.

⁸⁶⁰ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o quinto aparecimento da presença como emergência.

miscigenação)⁸⁶¹: *a priori* (histórico) como condição de realidade (efetividade e presença: visibilidade) para enunciados: isolar (especificidade como separação/distinção) as condições de sua emergência (presença), a lei de sua coexistência com outros (miscigenação das múltiplas presenças), a forma específica de seu modo de ser (presença), os princípios segundo os quais subsistem (presença no tempo), se transformam (multiplicidade temporal) e desaparecem; *a priori* (histórico) de uma história dada/determinada (especificidade como visibilidade): coisas efetivamente ditas (visíveis) ou realmente (efetividade) dadas/apresentadas à experiência (presença como visibilidade); *a priori* (histórico) como sistema de dispersão (multiplicidade) temporal dos enunciados: superposição e substituição recíproca, simultaneidade e sucessão/o discurso tem uma história específica (especificidade como visibilidade) ou um tipo de história (forma de dispersão no tempo, modo de sucessão, de estabilidade e de reativação, rapidez de desencadeamento ou de rotação) que lhe pertence propriamente (especificidade como propriedade), mesmo se estiver em relação (miscigenação) com outros (multiplicidade) tipos de história (visibilidade); *a priori* histórico como conjunto transformável (multiplicidade temporal): define-se (finitude) como o conjunto das regras, características de uma prática discursiva, inseridas nos elementos que ligam/correlacionam (miscigenação da multiplicidade visível), que os modificam (miscigenação da multiplicidade temporal) e com eles se transformam em certos limiares (miscigenação da multiplicidade temporal como limite) decisivos – visão (como efetividade e presença) da especificidade ou especificação como presença/miscigenação das múltiplas presenças/presença da especificidade/presença no tempo/multiplicidade temporal; visão da especificidade: efetividade (e presença); visão da multiplicidade temporal: visão da especificidade (em relação com multiplicidade temporal como especificidade); visão da multiplicidade temporal: finitude ou limite da multiplicidade temporal miscigenada (o discurso da visão, através da descrição da especificidade, domina o discurso da miscigenação: a relação, a multiplicidade e o tempo são controlados pela descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à identificação da efetividade, ao reconhecimento do limite ou da finitude e à necessidade da presença, para a garantia da fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

⁸⁶¹ Sobre a importância da definição da diferença (como multiplicidade), da ligação com o tempo, da realização através da presença, da atenção à especificidade e da instância do visível para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o terceiro aparecimento da palavra “historicidade”.

O vigésimo-nono aparecimento da crítica da generalidade está localizado no terceiro parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da distinção entre *a priori* histórico e *a priori* formal (ver AS, p. 147-8).

O *a priori* histórico é diferente do *a priori* formal:

Diante dos *a priori* formais cuja jurisdição se estende sem contingência, ele [o *a priori* histórico] é uma figura puramente empírica; mas, por outro lado, já que permite compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, deve poder dar conta do fato de que tal discurso, em um momento dado, possa acolher e utilizar ou, ao contrário, excluir, esquecer ou desconhecer, esta ou aquela estrutura formal. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

O *a priori* histórico analisa o *a priori* formal na história:

(...) permite compreender como os *a priori* formais podem ter na história pontos de junção, lugares de inserção, de irrupção ou de emergência, domínios ou ocasiões de utilização, e compreender como a história pode ser não uma contingência absolutamente extrínseca, não uma necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética, mas uma regularidade específica. (AS, p. 147, sublinhado nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da identificação do *a priori* histórico com o *a priori* formal (história como necessidade da forma que desenvolve sua própria dialética/jurisdição sem contingência) – aqui, a generalidade é o comando (dialética) do invisível (forma) em relação à subordinação do visível (contingência). A descrição da especificidade (*a priori* histórico) é crítica da generalidade (*a priori* formal). A especificidade é a singularidade como diferença: história como regularidade específica (singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (identificação da efetividade, necessidade da presença⁸⁶², exigência do espaço⁸⁶³ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): o *a priori* histórico, figura puramente empírica ou contingente (presença e espaço visíveis), permite compreender os discursos na lei de seu devir (tempo) efetivo: tal (específico) discurso, em um momento (tempo) dado (específico), pode acolher ou utilizar, ou excluir, esquecer ou desconhecer, esta ou aquela (específica) estrutura formal/permite compreender como os *a priori* formais podem ter na história, como regularidade específica, pontos de junção (espaços múltiplos de miscigenação), lugares de inserção, de irrupção ou de emergência (espaços múltiplos de miscigenação e de presença), domínios (espaços múltiplos) ou ocasiões (tempos múltiplos) de utilização – visão do tempo

⁸⁶² Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o sexto aparecimento da presença como emergência.

⁸⁶³ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

da efetividade: tempo da especificidade (o tempo é controlado pela efetividade e pela especificidade: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação através da imobilização do tempo que garante a fixação da visão ou permanência no visível como procura da visão minuciosa)/visão da especificidade: espaço múltiplo da miscigenação, espaço múltiplo da miscigenação e da presença, espaço ou tempo múltiplos (espacialização da multiplicidade e da relação: imobilização da especificidade para fixação da visão ou permanência no visível como procura da visão minuciosa, ou dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O trigésimo aparecimento da crítica da generalidade está situado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “O *a priori* histórico e o arquivo”, da terceira parte, “O enunciado e o arquivo”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de arquivo (ver AS, p. 148-9).

O arquivo é visibilidade discursiva (nem visibilidade não-discursiva, nem invisibilidade):

Trata-se (...) do que faz com que *tantas coisas ditas* por tantos homens, *há tantos milênios*, não tenham surgido apenas segundo as *leis do pensamento*, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na *ordem do espírito* ou na ordem das coisas; mas que tenham *aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente* [sic] *o nível discursivo*; que (...) *nasçam segundo regularidades específicas*; em suma, que se *há coisas ditas – e somente estas* -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. (AS, p. 148-9, grifo nosso)⁸⁶⁴

O arquivo é regularidade específica (não acúmulo indefinido):

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o *sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares*. Mas o *arquivo é*, também, *o que faz com que todos* [sic] *as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa*, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que *se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas* (...) (AS, p. 149, grifo nosso)⁸⁶⁵

O arquivo é multiplicidade/especificidade (não unidade/confusão): “Longe de ser o que unifica tudo que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria.” (AS, p. 149, sublinhado)

⁸⁶⁴ Problema de tradução: ao invés de “particularmente” deveria ser “propriamente” – para preservação do original, entretanto o sentido da especificidade está garantido.

⁸⁶⁵ Erro de tradução: ao invés de “todos” deveria ser “todas”.

nosso) A crítica da generalidade é a recusa da dominação do invisível em relação à subordinação do visível (surgimento das coisas ditas segundo as leis do pensamento), ou o envio do visível ao invisível (coisas ditas como sinalização, no nível das performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito)⁸⁶⁶; é também a recusa do visível indiferenciado (acúmulo indefinido de todas as coisas ditas como massa amorfa) – aqui, a generalidade é unificação como dominação do invisível e/ou como manutenção infinita da confusão/indiferenciação visível. A descrição da especificidade (múltiplas regularidades especificamente discursivas/visíveis) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a unicidade/distinção – singularidade como diferença -: jogo de relações que caracterizam propriamente (especificamente) o nível discursivo, nascimento das coisas ditas segundo regularidades específicas (singulares), arquivo como sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares (específicos), coisas ditas se agrupam em figuras distintas (específicas), se mantêm ou se esfumam segundo regularidades específicas (singulares), arquivo diferencia (específica) os discursos em sua existência múltipla e os especifica (singulariza) em sua duração própria (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁶⁷, exigência do espaço⁸⁶⁸ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): arquivo como aparecimento/surgimento de tantas coisas ditas há tantos milênios graças a todo um jogo de relações que caracterizam propriamente o nível discursivo/nascimento de tantas coisas ditas segundo regularidades específicas/existência das coisas ditas, e somente estas, devido ao sistema da discursividade (presença da multiplicidade visível no tempo como miscigenação específica); arquivo como lei do que pode ser dito, sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, e como o que faz com que todas as coisas ditas se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (visão da presença da especificidade e totalidade visível como espaço múltiplo da especificidade, miscigenação da multiplicidade, presença no tempo da especificidade – a multiplicidade é a totalidade); arquivo como diferenciação dos discursos/tudo que foi dito em sua existência múltipla e como

⁸⁶⁶ Sobre a crítica da generalidade como recusa da dominação do invisível aliado ao inaudível em relação à subordinação do visível (audível), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o oitavo aparecimento da relação entre invisível e inaudível.

⁸⁶⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo aparecimento da presença como acontecimento.

⁸⁶⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra complementarmente no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-quarto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

especificação (dos discursos/tudo que foi dito) em sua duração própria (especificação da totalidade visível como múltiplas presenças e como tempo da especificidade – a multiplicidade é a totalidade) – nas três situações, o discurso da visão, através da descrição da especificidade, domina o discurso da miscigenação: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa (a multiplicidade como totalidade é a visão absoluta ou total da especificidade, a multiplicidade como unidade e/ou infinitude indiferenciada é comando da unidade do invisível indiferenciado: a multiplicidade, elemento do discurso da miscigenação, é alvo de disputa entre o discurso da visão e o discurso da metafísica – o discurso da visão domina o discurso da miscigenação para evitar a possibilidade de solidariedade deste com o discurso da metafísica).

O trigésimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no primeiro parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da eficácia descritiva da arqueologia (ver AS, p. 155-6).

A utilidade da arqueologia depende de sua capacidade de descrição e de análise da linguagem (estabelecimento de unidades discursivas), está associada, portanto, à sua eficácia metodológica (distinção em relação à formalização e à interpretação): “... tentei fazer com que *surgisse a especificidade* de um método que não seria nem *formalizador*, nem *interpretativo...*” (AS, p. 155, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da formalização (indiferenciação, ou perda da especificidade) e da interpretação (envio do visível ao invisível, ou procura do invisível). A descrição da especificidade (método arqueológico: análise das formações discursivas e descrição dos enunciados) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: surgimento da especificidade (singularidade) de um método. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (necessidade da presença): surgimento (presença) da especificidade de um método (arqueologia) que não seria (especificidade como distinção) nem formalizador nem interpretativo – presença da especificidade (permanência no visível como procura da visão minuciosa).

O trigésimo-segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no oitavo parágrafo do primeiro capítulo, “Arqueologia e história das ideias”, da quarta parte, “A

descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a descrição da arqueologia como análise diferencial das modalidades de discurso (ver AS, p. 159-60).

A arqueologia não é doxologia: “A arqueologia não procura encontrar a transição *contínua e insensível* que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue.” (AS, p. 159, grifo nosso) Ou seja: “Ela [a arqueologia] não vai, em *progressão* lenta, do campo *confuso* da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência...” (AS, p. 160, grifo nosso) A arqueologia é análise diferencial das modalidades de discurso: “O problema dela [a arqueologia] é (...) *definir* os discursos em sua *especificidade*; *mostrar* em que sentido o *jogo das regras* que utilizam é *irredutível* a qualquer outro; segui-los ao longo de suas *arestas exteriores* para melhor *salientá-los*.” (AS, p. 159-60, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da continuidade/progressão insensível (invisível) da confusão (da opinião) à singularidade (do sistema)/definição (da ciência) – aqui, a generalidade é indiferenciação (negação da especificidade). A crítica da generalidade é realizada pela descrição da especificidade (diferenciação). A especificidade é a irredutibilidade (unicidade do indecomponível) – singularidade como diferença -: definir os discursos em sua especificidade (singularidade), mostrar que o jogo das regras utilizado pelos discursos é irredutível (específico, singular), salientar os discursos através de suas arestas exteriores (especificá-los). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude – discurso da visão -, relação, multiplicidade e guerra – discurso da miscigenação): definição (finitude) dos discursos (multiplicidade) em sua especificidade: mostrar (ver) que o jogo das regras (miscigenação da multiplicidade) que utilizam é irredutível (especificidade)/seguir-los ao longo de suas arestas exteriores (estratégia de guerra e distinção como especificidade) para melhor salientá-los (especificidade visível) – finitude da multiplicidade como especificidade: visão da miscigenação da multiplicidade como especificidade/visão da especificidade como guerra (o discurso da visão, através da descrição da especificidade, domina o discurso da miscigenação: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, controla a relação, a multiplicidade e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O trigésimo-terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-terceiro parágrafo do segundo capítulo, “O original e o regular”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como crítica à periodização totalitária (ver AS, p. 169-70).

A arqueologia é crítica da periodização totalitária:

Nada seria mais falso do que *ver na análise* das formações discursivas uma tentativa de *periodização totalitária*: a partir de um certo momento e por um certo tempo, *todo mundo pensaria da mesma forma*, apesar das diferenças de superfície, *diria a mesma coisa*, através de um vocabulário polimorfo, e produziria uma espécie de grande discurso que se poderia percorrer *indiferentemente* em todos os sentidos. (AS, p. 169-70, grifo nosso)

A arqueologia é crítica da sincronia global:

(...) a arqueologia *descreve* um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu *próprio recorte temporal*, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um *ordenamento*, *hierarquias* e todo um *florescimento* que excluem uma *sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente*. (AS, p. 170, grifo nosso)

A arqueologia diferencia o período da época:

Nas tão *confusas* unidades chamadas “épocas”, ela [a arqueologia] faz *surgirem*, com sua *especificidade*, “períodos enunciativos” que se *articulam* no tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas de evolução linguística, mas *sem se confundir com eles*. (AS, p. 170, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da totalização da mesmidade indiferenciada (no caso de todos pensarem da mesma forma, a mesmidade é invisível) ou da globalização maciça, amorfa e confusa (época como unidade confusa) – aqui, a generalidade é totalização/globalização indiferenciada, maciça, amorfa, confusa da mesmidade (visível e invisível). A descrição da especificidade (especificação diferenciada da multiplicidade) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) – singularidade como diferença -: nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio (específico) recorte temporal, surgimento da especificidade (singularidade) dos períodos enunciativos. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁶⁹ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): a arqueologia descreve (visão) um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio (especificidade) recorte temporal/a arqueologia faz surgirem (presença) com sua especificidade os períodos (multiplicidade temporal) enunciativos: neste nível estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento (miscigenação)/que se articulam (miscigenação) no tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas de evolução linguística (multiplicidade temporal) sem se confundir com eles (especificidade como distinção) – visão (da presença) do(s) (múltiplos) tempo(s) da especificidade: miscigenação da multiplicidade temporal com (preservação da) especificidade: há um processo de especificação do tempo que

⁸⁶⁹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o segundo aparecimento da presença como surgimento.

mostra a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa.

O trigésimo-quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no quinto parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise arqueológica como descrição dos diferentes espaços de dissensão (ver AS, p. 174-5).

A arqueologia é descrição imanente/intrínseca (especificidade), não generalização ou interpretação: “Para a *análise* arqueológica, as contradições não são nem *aparências a transpor*, nem *princípios secretos* que seria preciso destacar. São objetos a serem *descritos por si mesmos...*” (AS, p. 174, grifo nosso) Para a arqueologia, a contradição é espacial:

Fazendo (...) com que a contradição entre duas teses derive de um certo *domínio* de objetos, de suas *delimitações* e de seu esquadramento, (...) *definimos o lugar* em que se dá; fazemos *aparecer a ramificação da alternativa*; *localizamos a divergência e o lugar em que os dois discursos se justapõem*. (AS, p. 175, grifo nosso)

A descrição arqueológica das contradições é plural: “Tomando as *contradições* como objetos a serem *descritos*, a *análise* arqueológica não tenta *descobrir* em seu lugar uma forma ou uma temática *comuns*, e sim *determinar* a medida e a forma de sua *variação*.” (AS, p. 175, grifo nosso) Há oposição entre arqueologia e história das ideias:

Em relação a uma história das ideias que desejaria fundir as contradições na unidade semioturna de uma figura global, ou transmutá-las em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação ou de explicação, a arqueologia descreve os diferentes espaços de dissensão. (AS, p. 174, sublinhado nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da globalização (aparências a transpor, descoberta do comum, fundição das contradições na unidade semioturna de uma figura global) e da interpretação (princípios secretos a destacar, descoberta do comum, transmutação das contradições em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação) - nos dois casos, a generalidade é procura da unidade do invisível (através da redução da multiplicidade visível)⁸⁷⁰. A descrição da especificidade (permanência na multiplicidade visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (exatidão e distinção) – singularidade como

⁸⁷⁰ Sobre a crítica da generalidade como eliminação do (jogo de dominação) do invisível (em relação à subordinação do visível), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença.

diferença -: determinação (especificação) da medida e da forma da variação das contradições. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, necessidade da presença⁸⁷¹, exigência do espaço⁸⁷² – discurso da visão -, multiplicidade e guerra – discurso da miscigenação): a análise (visão) arqueológica determina (especificidade) a medida e a forma da variação das contradições (multiplicidade em guerra) como objetos a serem descritos (visão) por si mesmos (especificidade)/a arqueologia descreve (visão) os diferentes (multiplicidade da especificidade) espaços de dissensão (guerra): fazendo com que a contradição (guerra) entre duas teses (multiplicidade) derive de um certo domínio de objetos (espaço da multiplicidade), de suas delimitações (limite) e de seu esquadramento, definimos (finitude) o lugar (espaço) em que se dá, fazemos aparecer (presença) a ramificação da alternativa (espaço da guerra), localizamos a divergência (espaço da guerra) e o lugar (espaço) em que os dois discursos (multiplicidade) se justapõem (guerra) – (visão da) especificação da multiplicidade (visível) em guerra/visão da multiplicidade (específica) espacial em guerra: multiplicidade em guerra como espaço da multiplicidade limitada, ou finitude do espaço (da guerra), presença do espaço da guerra, espaço da guerra (da multiplicidade)⁸⁷³: o escopo do discurso da visão é a sua dominação em relação à subordinação do discurso da miscigenação através da descrição da especificidade, ou imobilização da singularidade para a fixação da visão, por isso a espacialização da multiplicidade e da guerra, a presentificação da guerra, depois a limitação ou a finitude do espaço, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a multiplicidade e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total; além disso, o discurso da visão, ao dominar o discurso da miscigenação, evita a possibilidade de solidariedade deste com o discurso da metafísica: assim a multiplicidade presentificada, espacializada, finita ou limitada autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade, o que evita sua redução à unidade do invisível através da globalização ou da interpretação.

⁸⁷¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-segundo surgimento da presença como aparecimento.

⁸⁷² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o único aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e necessidade da presença.

⁸⁷³ Sobre a permanência no visível (exigência do espaço), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-quinto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

O trigésimo-quinto aparecimento da crítica da generalidade está localizado no nono parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das diferentes funções que a contradição pode exercer (ver AS, p. 177-8).

A análise arqueológica das diferentes funções da contradição é multiplicidade/especificidade, não homogeneidade/generalidade:

Todas (...) [as] *formas de oposição* não desempenham o *mesmo* papel na prática discursiva: não são, de modo *homogêneo*, obstáculos a serem superados ou princípio de crescimento. Não basta, de qualquer forma, procurar nelas a causa do retardamento ou da aceleração da história; não é a partir da *forma vazia e geral da oposição* que o *tempo* se introduz na verdade e na idealidade do discurso. *Essas oposições são sempre momentos funcionais determinados*. (AS, p. 177, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da homogeneidade/mesmidade vazia e geral – aqui, a generalidade é homogeneização como unidade do invisível. A descrição da especificidade (multiplicidade do visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (precisão e distinção – singularidade como diferença): oposições como momentos funcionais determinados (específicos, singulares). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (multiplicidade, tempo e guerra): todas (multiplicidade como totalidade) as formas de oposição (guerra) são sempre momentos (multiplicidade temporal) funcionais determinados (especificidade) – totalidade/multiplicidade em guerra como multiplicidade temporal específica (a especificação da multiplicidade, do tempo e da guerra tem por objetivo garantir a fixação da visão ou a permanência no visível como procura da visão minuciosa, daí a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação)⁸⁷⁴.

O trigésimo-sexto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo parágrafo do terceiro capítulo, “As contradições”, da quarta parte, “A descrição arqueológica” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da formação discursiva como espaço de dissensões múltiplas (ver AS, p. 178-9).

Uma formação discursiva é um espaço de dissensões múltiplas:

Uma formação discursiva não é, pois, o *texto ideal, contínuo e sem aspereza*, que corre *sob* a multiplicidade das contradições e as resolve na *unidade calma de um pensamento coerente* (...). É antes um *espaço de dissensões múltiplas*; um *conjunto de oposições diferentes* cujos níveis e papéis devem ser *descritos*. (AS, p. 178-9, grifo nosso)

Para a arqueologia, o modelo de contradição é a oposição recíproca simultânea:

⁸⁷⁴ Sobre a dominação do discurso da visão através da exigência do espaço (as oposições como momentos funcionais determinados remetem à exigência do espaço), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico.

A análise arqueológica revela o primado de uma contradição que tem seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição, mas não para nivelar todas as oposições em formas gerais de pensamento e pacificá-las à força por meio de um a priori coator. (AS, p. 179, sublinhado nosso)

A arqueologia é manutenção do discurso em suas asperezas múltiplas:

Trata-se (...) de demarcar, em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas [as oposições] se constituem, definir a forma que assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que comandam. Em suma, trata-se de manter o discurso em suas asperezas múltiplas e de suprimir, em consequência disso, o tema de uma contradição uniformemente perdida e reencontrada, resolvida e sempre renascente, no elemento indiferenciado do Logos. (AS, p. 179, sublinhado nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da unidade/uniformidade calma/sem aspereza/pacífica, contínua/perdida e reencontrada, do pensamento/*Logos/a priori* coerente/ideal/indiferenciado e coator – aqui, a generalidade é unidade pacífica, contínua e indiferenciada do invisível⁸⁷⁵. A descrição da especificidade (multiplicidade guerreira do visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (precisão e distinção – singularidade como diferença): prática discursiva determinada (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, exigência do espaço⁸⁷⁶ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e guerra – discurso da miscigenação): a análise (visão) arqueológica descreve (visão) uma formação discursiva como um espaço de dissensões múltiplas/um conjunto de oposições diferentes/multiplicidade das contradições/trata-se de manter o discurso em suas asperezas múltiplas (espaço da multiplicidade em guerra): trata-se de demarcar o ponto em que as oposições se constituem (limite do espaço da multiplicidade em guerra), definir a forma que assumem (finitude da multiplicidade em guerra), as relações que estabelecem entre si (finitude da miscigenação da multiplicidade em guerra) e o domínio que comandam (espaço da multiplicidade em guerra) em uma prática discursiva determinada (especificidade) – visão do espaço limitado/finito da multiplicidade em guerra como especificidade: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (a multiplicidade miscigenada em guerra é especificada e limitada ou finita: dominação do discurso da visão

⁸⁷⁵ Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (o invisível é utopia), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade.

⁸⁷⁶ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o segundo aparecimento da relação entre exigência do espaço, guerra e multiplicidade.

que fixa em relação à subordinação do discurso da miscigenação imobilizado e fim da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica, por isso a crítica da generalidade como recusa da redução da visibilidade da multiplicidade miscigenada em guerra à unidade pacífica, contínua e indiferenciada do invisível: a multiplicidade como totalidade da especificidade que é visão absoluta ou total também é crítica direta da continuidade, que tende ao infinito ou ilimitado, e da indiferenciação do invisível).

O trigésimo-sétimo aparecimento da crítica da generalidade está localizado no terceiro parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da comparação arqueológica como sempre limitada e regional (ver AS, p. 181).

A comparação arqueológica é limitada e espacial: “A *comparação (...) é sempre limitada e regional*. Longe de querer fazer *aparecerem formas gerais*, a arqueologia procura *desenhar configurações singulares*.” (AS, p. 181, grifo nosso) O procedimento comparativo é uma apologia da especificidade, trata-se de “... fazer *aparecer* um conjunto bem *determinado* de formações discursivas, que têm *entre si* um certo número de *relações descritíveis*. *Essas relações não extrapolam para domínios limítrofes (...)*: só têm valor no *domínio* que se encontra *especificado*.” (AS, p. 181, grifo nosso) A comparação arqueológica estabelece relação entre especificidades: “... [o] conjunto interdiscursivo encontra-se ele próprio, e sob sua forma de grupo, em relação com outros tipos de discurso (...). São essas relações internas e externas que caracterizam (...) um conjunto específico e permitem que (...) se reconheça uma *configuração interdiscursiva*.” (AS, p. 181, sublinhado nosso) A crítica da generalidade é a recusa da utilização da comparação para o estabelecimento de formas gerais (extrapolação dos domínios limítrofes) – aqui, a generalidade é a passagem da especificidade visível limitada e espacial para a generalidade invisível ilimitada e utópica. A descrição da especificidade (permanência no visível limitado/finito e regional/espacial) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (exatidão e distinção) e a propriedade (possessão da individualidade) – singularidade como diferença -: a arqueologia procura desenhar configurações singulares (específicas), trata-se de fazer aparecer um conjunto bem determinado (específico) de formações discursivas, as relações descritíveis só têm valor no domínio especificado (singularizado), conjunto interdiscursivo ele próprio (específico), as relações internas e externas caracterizam um conjunto específico (singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite,

necessidade da presença⁸⁷⁷, exigência do espaço⁸⁷⁸ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): a comparação (multiplicidade em relação) é sempre limitada e regional (espaço): aparecimento/desenho (presença) de configurações singulares (múltiplas especificidades)/trata-se de fazer aparecer (presença) um conjunto bem determinado de formações discursivas (multiplicidade como especificidade) que têm entre si um certo número de relações descritíveis (miscigenação visível da multiplicidade) que só têm valor no domínio especificado (espaço da especificidade): esse conjunto interdiscursivo encontra-se ele próprio (multiplicidade miscigenada como especificidade) sob sua forma de grupo em relação com outros tipos de discurso (miscigenação com multiplicidade como especificidade): relações internas e externas (miscigenação das múltiplas especificidades) caracterizam um conjunto específico e permitem reconhecimento de uma configuração interdiscursiva – multiplicidade (sempre) como limite e espaço: presença de especificidades como miscigenação (visível) no espaço (da especificidade): há espacialização e limitação da multiplicidade como especificação⁸⁷⁹ e é a miscigenação visível que garante a caracterização da multiplicidade como conjunto de especificidades relacionadas, quer dizer, a descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade), aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (ação do discurso da visão como dominação em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O trigésimo-oitavo aparecimento da crítica da generalidade está situado no quarto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como comparação limitada (ver AS, p. 181-2).

Para a arqueologia, a comparação limitada é exclusão deliberada e metódica da generalidade:

Não só admito que minha análise seja limitada, mas quero que seja assim e lho imponho. Para mim um contra-exemplo seria justamente a possibilidade de dizer: todas as relações que vocês descreveram a propósito de (...)

⁸⁷⁷ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-terceiro surgimento da presença como aparecimento.

⁸⁷⁸ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o sétimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁷⁹ Sobre a permanência no visível (necessidade da presença e exigência do espaço) que através do reconhecimento do limite autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

formações particulares, (...) nós as encontramos uniformemente e do mesmo modo [em todas as outras disciplinas] (...). Isso seria, com efeito, a prova de que eu não teria descrito, como pretendi fazê-lo, uma região de interpositividade; teria caracterizado o espírito ou a ciência de um [sic] época – contra o que todo meu trabalho se voltou. As relações que descrevi valem para definir uma configuração particular; não são signos para descrever, em sua totalidade, a fisionomia de uma cultura. (AS, p. 182, sublinhado nosso)⁸⁸⁰

A crítica da generalidade é a recusa da *Weltanschauung* (uniformidade da totalidade como caracterização do espírito de uma época) – aqui, a generalidade é uniformidade total invisível⁸⁸¹. A descrição da especificidade (espaço visível limitado) é crítica da generalidade. A especificidade é a particularidade (individualidade) – singularidade como diferença -: formações particulares (específicas, singulares), configuração particular (específica, singular). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite ou da finitude, exigência do espaço⁸⁸² – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): análise (visão) limitada como descrição (visão) de todas (multiplicidade como totalidade) as relações (múltiplas miscigenações) a propósito de formações particulares (múltiplas especificidades) que valem para definir (finitude) uma configuração particular/uma região de interpositividade (espaço da multiplicidade relacionada como especificidade) – visão do limite: visão das múltiplas/de todas as relações de múltiplas especificidades como finitude do espaço da especificidade como multiplicidade relacionada⁸⁸³ (a finitude do espaço da especificidade imobiliza a multiplicidade miscigenada/a miscigenação múltipla para a fixação da visão, dito de outro modo, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite ou da finitude e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação como eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica: assim, a multiplicidade, ao invés de remeter à

⁸⁸⁰ Erro de tradução: ao invés de “um” deveria ser “uma”.

⁸⁸¹ Sobre a crítica da generalidade como eliminação do invisível, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão. Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia (o geral é invisível, logo utopia), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁸² Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o oitavo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁸⁸³ Sobre a permanência no visível (exigência do espaço) que através do reconhecimento do limite autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade, ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-sexto aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

uniformidade do invisível, é totalidade da especificidade, portanto possibilidade da vontade de visibilidade absoluta ou total).

O trigésimo-nono aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-quinto parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como definição de formas específicas de articulação entre formações discursivas e domínios não-discursivos (ver AS, p. 186).

A arqueologia estabelece relação entre o discurso e o não-discurso: “A arqueologia faz (...) com que *apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não-discursivos* (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos).” (AS, p. 186, grifo nosso) A arqueologia define formas específicas de articulação entre o discurso e o não-discurso:

Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia (...) não busca (...) encontrar o que neles se *exprime* (tarefa de uma *hermenêutica*); ela tenta *determinar* como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar *ligadas* a sistemas *não-discursivos*: procura *definir formas específicas de articulação*. (AS, p. 186, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da hermenêutica (encontrar o que se exprime nos fatos enunciativos) – aqui, a generalidade é a hermenêutica como expressão do invisível (passagem do visível ao invisível). A descrição da especificidade (permanência no visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: formas específicas (singulares) de articulação. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁸⁸⁴, exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): a arqueologia faz com que apareçam (presença) relações (miscigenação) entre as formações discursivas (multiplicidade) e domínios não-discursivos (espaço como multiplicidade visível)/tenta determinar (finitude) como as regras de formação de que depende um conjunto de fatos enunciativos (multiplicidade) e que caracterizam a positividade a que pertence podem estar ligadas (relação) a sistemas não-discursivos (multiplicidade visível)/procura definir (finitude) formas específicas (multiplicidade específica) de articulação (relação) – presença da miscigenação da multiplicidade (visível discursiva e não-discursiva/espacial)/finitude da multiplicidade (discursiva) como relação com multiplicidade (não-discursiva)/finitude da miscigenação da multiplicidade como especificidade (o não-discursivo é espacializado, por

⁸⁸⁴ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-quinto surgimento da presença como aparecimento.

isso é visível, a miscigenação é presentificada, por isso é imobilizada para a fixação da visão, a multiplicidade é presentificada, espacializada, finita e especificada, por isso é visível, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: dominação do discurso da visão que fixa/singulariza em relação à subordinação do discurso da miscigenação imobilizado/especificado).

O quadragésimo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-oitavo parágrafo do quarto capítulo, “Os fatos comparativos”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da descrição arqueológica dos discursos na dimensão de uma história geral (ver AS, p. 188-9).

A análise arqueológica dos discursos critica o tema da expressão e do reflexo:

Se, (...) [na] *análise*, a arqueologia suprime o tema da *expressão e do reflexo*, se ela se recusa a *ver* no discurso a superfície de *projeção simbólica* de acontecimentos ou de processos situados *em outra parte* [sic], (...) não é para assegurar a independência soberana e solitária do discurso; é para descobrir o *domínio de existência* e de funcionamento de uma prática discursiva. (AS, p. 188-9, grifo nosso)⁸⁸⁵

A descrição arqueológica dos discursos é projeto de uma história geral:

(...) a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um *status* de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar [sic] é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade [sic] e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas. (AS, p. 189, sublinhado nosso)⁸⁸⁶

A crítica da generalidade é a recusa da expressão/do reflexo/da simbolização (ver no discurso a superfície de projeção simbólica/de reflexo/de expressão de acontecimentos ou de processos situados alhures) – aqui, a generalidade é a indiferenciação (perda da especificidade) como procura da heterotopia (como utopia)⁸⁸⁷. A descrição da especificidade é crítica da generalidade. A especificidade é a autonomia e a propriedade (possessão da individualidade) – singularidade como diferença -: autonomia e especificidade do discurso, nível singular

⁸⁸⁵ Problema de tradução: ao invés de “em outra parte” deveria ser “alhures”.

⁸⁸⁶ Problemas de tradução: ao invés de “revelar” deveria ser “mostrar”; ao invés de “que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade” deveria ser “que têm eles mesmos seu tipo próprio de historicidade”.

⁸⁸⁷ Sobre a crítica da generalidade como crítica da utopia, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

(específico) em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm eles mesmos seu tipo próprio (específico) de historicidade. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁸⁸⁸, exigência do espaço⁸⁸⁹ – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação)⁸⁹⁰: análise (visão) arqueológica como descoberta do domínio (espaço) de existência (presença) e de funcionamento de uma prática discursiva/mostrar (visão) a autonomia e a especificidade do discurso/descrição (visão) arqueológica dos discursos na dimensão de uma história geral: descoberta do domínio (espaço) das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais (multiplicidade não-discursiva visível) nas quais pode articular-se (relação) uma formação discursiva/mostrar (visão) o nível singular (especificidade) em que a história pode dar lugar (espaço) a tipos definidos (finitude) de discurso que têm eles mesmos seu tipo próprio (especificidade) de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (multiplicidade visível não-discursiva) – visão do espaço da presença (da especificidade discursiva)/visão: espaço da multiplicidade (visível não-discursiva) em relação/miscigenação (com especificidade discursiva visível)/especificidade (visível) como espaço da finitude (da especificidade discursiva) em relação/miscigenação com multiplicidade (visível não-discursiva): o discurso é visível através da especificidade, o não-discurso está em relação com o discurso/a especificidade porque é visível/foi espacializado, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total, quer dizer, o discurso da visão, mediante a especificação, domina o discurso da miscigenação; a história geral é a aliança da visibilidade discursiva e não-discursiva com preservação e disseminação da especificidade, não é generalidade, ou seja, perda da especificidade/indiferenciação como remissão ao invisível.

O quadragésimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no quinto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A

⁸⁸⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-terceiro aparecimento da presença como existência.

⁸⁸⁹ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o vigésimo-sexto aparecimento da relação entre exigência do espaço e necessidade da presença.

⁸⁹⁰ Sobre a importância da constatação da multiplicidade (como diferença), da atenção à especificidade (como diferença), da necessidade da relação e da exigência do espaço para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sexto aparecimento da palavra “historicidade”.

descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da ramificação arqueológica das regras de formação (ver AS, p. 192-3).

A arqueologia analisa a ramificação das regras de formação: “... todas as regras de formação atribuídas pela arqueologia a uma positividade não têm a mesma generalidade: algumas são mais *particulares* e derivam das outras. Essa subordinação pode ser somente hierárquica, mas pode comportar também um *vetor temporal*.” (AS, p. 192, grifo nosso) Dito de outro modo: “... a *ramificação* arqueológica das regras de formação não é uma rede *uniformemente simultânea*; há *relações, ramificações, derivações que são temporalmente neutras*; há *outras que implicam uma direção temporal determinada*.” (AS, p. 192, grifo nosso) A arqueologia mostra a relação entre neutralidade temporal e sucessão:

A arqueologia não toma, pois, como modelo, nem um esquema puramente lógico de simultaneidades, nem uma sucessão linear de acontecimentos, mas tenta mostrar o entrecruzamento entre relações necessariamente sucessivas e outras que não o são. (...). Longe de ser indiferente à sucessão, a arqueologia demarca os vetores temporais de derivação. (AS, p. 192-3, sublinhado nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da uniformidade simultânea/indiferença à sucessão (esquema puramente lógico de simultaneidades) – aqui, a generalidade é uniformidade como indiferença (à especificidade temporal). A descrição da especificidade (atenção à especificidade temporal) é crítica da generalidade. A especificidade é a particularidade (individualidade) e a determinação (exatidão e distinção) – singularidade como diferença -: regras de formação mais particulares (específicas), direção temporal determinada (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): a arqueologia mostra (visão) a ramificação (espaço como metáfora arbórea) das regras de formação/algumas são mais particulares (especificidade) e derivadas, de uma positividade: entrecruzamento entre subordinação hierárquica/há (presença) relações, ramificações, derivações (miscigenação múltipla) temporalmente neutras/relações que não são sucessivas e vetor temporal/há (presença) relações, ramificações, derivações (miscigenação múltipla) que implicam uma direção temporal determinada (tempo específico)/relações necessariamente sucessivas/demarcção (limite) dos vetores temporais de derivação – visão do espaço da miscigenação entre (presença da) multiplicidade (temporalmente neutra) e (presença da) multiplicidade temporal limitada/especificada, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão,

ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: a metáfora arbórea da ramificação é o paradigma da dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, quer dizer, a imobilização da singularidade para a fixação da visão se dá preferencialmente como espacialização da miscigenação, da multiplicidade e do tempo.

O quadragésimo-segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no sexto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise arqueológica da sucessão (ver AS, p. 193).

A análise arqueológica da sucessão é crítica do tema da sucessão absoluta e da sucessão única: “O que ela [a arqueologia] suspende é o tema de que *a sucessão é um absoluto*: um encadeamento primeiro e indissociável a que o discurso estaria submetido pela lei de sua finitude; e também o tema de que no discurso só há *uma* forma e *um* único nível de sucessão.” (AS, p. 193, grifo nosso) A arqueologia estabelece a relação entre múltiplas sucessões: “Ela substitui esses temas por *análises* que fazem *aparecer*, ao mesmo tempo, as *diversas formas de sucessão* que se superpõem nos discursos (...) [(as séries)] e a maneira pela qual se *articulam* as *sucessões* assim *especificadas*.” (AS, p. 193, grifo nosso) A arqueologia tenta “... *mostrar como pode haver sucessão e em que níveis diferentes encontram-se sucessões distintas*.” (AS, p. 193, grifo nosso) A história arqueológica do discurso é recusa dos modelos da linearidade da linguagem e do curso da consciência:

É preciso, (...) para constituir uma *história* arqueológica do discurso, livrarmo-nos de dois modelos que, por muito tempo sem dúvida, impuseram sua imagem: o *modelo linear de ato da fala* (...) em que *todos* os acontecimentos *se sucedem*, com exceção do efeito de coincidência e de superposição; e o *modelo do fluxo da consciência* cujo presente escapa sempre a si mesmo na abertura do futuro e na retenção do passado. (AS, p. 193, grifo nosso)

Para a arqueologia, o discurso é uma prática distinta da consciência e da língua:

O discurso, pelo menos tal como é *analisado* pela arqueologia, isto é, ao nível de sua positividade, não é uma *consciência* que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas *formas próprias de encadeamento e de sucessão*. (AS, p. 193, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da unidade do absoluto (do tempo), ao mesmo tempo modelo da linearidade da linguagem (sucessão absoluta ou total) e modelo do fluxo da consciência (sucessão única – da consciência como invisível) – aqui, a generalidade é unidade absoluta (do tempo) como sucessão total do invisível. A descrição da especificidade

(multiplicidade temporal visível) é crítica da generalidade⁸⁹¹. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a distinção/separação – singularidade como diferença -: diversas formas de sucessão especificadas, encontram-se sucessões distintas (específicas) em níveis diferentes (específicos), formas próprias (específicas) de encadeamento e de sucessão. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁹² – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação)⁸⁹³: (história ou) análise (visão) arqueológica (dos discursos) como aparecimento (presença) das diversas formas (multiplicidade) de sucessão/séries (tempo) que se superpõem nos discursos/mostrar (visão) como pode haver (presença) sucessão (tempo) e em que níveis diferentes (múltiplas especificidades) encontram-se sucessões distintas (múltiplos tempos específicos)/discurso como prática que tem suas formas próprias (múltiplas especificidades) de encadeamento e de sucessão (tempo) e (aparecimento) da articulação (relação) das sucessões (múltiplos tempos) especificadas – visão da presença da multiplicidade temporal específica e da miscigenação da multiplicidade temporal específica: presentificação da multiplicidade, do tempo e da miscigenação, especificação da multiplicidade e do tempo, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa, ou seja, há dominação do discurso da visão que, através da imobilização do discurso da miscigenação, pode garantir a fixação da visão.

O quadragésimo-terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no nono parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como distinção de diversos planos de acontecimentos possíveis na densidade do discurso (ver AS, p. 195-6).

⁸⁹¹ Sobre a indissociabilidade entre crítica (da generalidade) e apologia ou defesa (da descrição da especificidade) como importância fundamental da estratégia de guerra (que é também especificidade como diferenciação, distinção e/ou separação) para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sétimo aparecimento da palavra “historicidade”. Sobre a crítica da generalidade (recusa da língua através do modelo linear de ato da fala como sucessão absoluta ou total) e a correlativa defesa da descrição da especificidade (apologia do discurso através da historicidade como multiplicidade temporal) como dissociação entre visível e audível que mostra o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana (desvinculada da audição), ver supra no “Capítulo 1 – Epistemologia da percepção: relação entre os sentidos” o décimo-sexto aparecimento da relação entre visível e audível.

⁸⁹² Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-oitavo surgimento da presença como aparecimento.

⁸⁹³ Sobre a importância da questão do tempo, da multiplicidade (como diferença), do cuidado com a especificidade e da necessidade da relação para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o sétimo aparecimento da palavra “historicidade”.

A arqueologia estabelece a presença como multiplicidade/especificidade, não como homogeneidade:

A arqueologia, ao invés [sic] de considerar que o discurso é feito apenas de uma série de acontecimentos *homogêneos* (as formulações individuais), *distingue*, na *própria densidade* do discurso, *diversos planos de acontecimentos* possíveis: *plano dos próprios* enunciados em sua *emergência singular*; *plano de aparecimento* dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas estratégicas (ou das *transformações* que afetam as que já *existem*); *plano da derivação* de novas regras de formação a partir de regras já empregadas – mas sempre no elemento de uma única e mesma positividade; finalmente, em um quarto nível, *plano* em que se efetua a *substituição* de uma formação discursiva por outra (ou do *aparecimento* e do *desaparecimento* puro e simples de uma positividade). (AS, p. 195-6, grifo nosso)⁸⁹⁴

A crítica da generalidade é a recusa da homogeneidade da presença (mesmidade da multiplicidade, perda da especificidade devido à iterabilidade) – aqui, a generalidade é homogeneidade. A descrição da especificidade (multiplicidade da especificidade) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade e a distinção, singularidade como diferença: a arqueologia *distingue* (especifica) diversos planos de acontecimentos possíveis na *própria* (específica) densidade do discurso, plano dos *próprios* (específicos) enunciados em sua emergência singular (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (necessidade da presença⁸⁹⁵, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): a arqueologia *distingue* (especificidade) na *própria densidade* (espaço da especificidade) do discurso diversos planos de acontecimentos (multiplicidade espacial de múltiplas presenças) possíveis: plano (espaço) dos *próprios* (especificidade) enunciados em sua emergência singular (presença da especificidade), plano de aparecimento (espaço da presença) dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos e das escolhas estratégicas (multiplicidade) ou das transformações (multiplicidade temporal) que afetam as que já existem (presença), plano da derivação (espaço da multiplicidade temporal relacionada) de novas regras de formação a partir de regras já empregadas sempre no elemento de uma única e mesma positividade, plano (espaço) em que se efetua a substituição de uma formação discursiva por outra (multiplicidade temporal) ou do aparecimento (presença) e do desaparecimento puro e simples de uma positividade – especificação (no espaço da especificidade) da multiplicidade (do espaço da presença): espaço da presença da especificidade, espaço da presença da multiplicidade (e da multiplicidade temporal), espaço (da presença) da multiplicidade temporal miscigenada, espaço (da

⁸⁹⁴ Problema de tradução: em vez de “ao invés” deveria ser “em lugar” – para preservação da importância da linguagem do espaço para o discurso da visão.

⁸⁹⁵ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quarto aparecimento da presença como acontecimento.

presença) da multiplicidade temporal (a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa: se há especificação da multiplicidade, se existe espacialização/presentificação da multiplicidade, do tempo e da relação, se há multiplicação do tempo e da relação, então o discurso da visão, através da descrição da especificidade, domina o discurso da miscigenação).

O quadragésimo-quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise das transformações (ver AS, p. 196-7).

A análise do aparecimento de uma positividade (e do desaparecimento de outra) é recusa dos modelos teológico da criação e psicológico da consciência:

Para *analisar* tais *acontecimentos* [substituição de uma formação discursiva por outra], é insuficiente *constatar modificações* e logo relacioná-las seja ao *modelo teológico* e estético *da criação* (com sua *transcendência*, com todo o jogo de suas originalidades e de suas invenções), seja ao *modelo psicológico da tomada de consciência* (com seus precedentes *obscuros*, suas antecipações, suas circunstâncias favoráveis, seus poderes de reestruturação) (...) (AS, p. 196, grifo nosso)

A análise das substituições é defesa da multiplicidade específica e crítica da unidade indiferenciada:

É necessário definir precisamente em que consistem (...) [as] modificações: substituir a referência indiferenciada à *mudança* – ao mesmo tempo continente geral de todos os acontecimentos e princípio abstrato de sua sucessão – pela análise das *transformações*. O desaparecimento de uma positividade e a emergência de uma outra implica diversos tipos de transformações. Indo das mais particulares às mais gerais, pode-se e deve-se descrever como se transformaram os diferentes elementos de um sistema de formação (...); como se transformaram as relações características de um sistema de formação (...); como as relações entre diferentes regras de formação foram transformadas (...); como, enfim, se transformam as relações entre diversas positivities (...) (AS, p. 196-7, sublinhado nosso)

A arqueologia substitui a mudança pelas transformações: “... a arqueologia tenta estabelecer o sistema das transformações em que consiste a ‘mudança’; tenta elaborar essa noção vazia e abstrata, para dar-lhe o *status* analisável da transformação.” (AS, p. 197, sublinhado nosso) O objetivo da arqueologia é retirar da mudança “... seu primado de lei universal e seu *status* de efeito geral, e que ela seja substituída pela análise das transformações diversas.” (AS, p. 197, sublinhado nosso) A crítica da generalidade é a recusa do modelo teológico da criação (remissão à transcendência) e do modelo psicológico da consciência (recurso ao invisível/obscuro) para a análise das modificações, já que ambos remetem à mudança como

indiferenciação, generalização/totalização/universalização e abstração/vazio – aqui, a generalidade é unidade do invisível. A descrição da especificidade (análise da multiplicidade específica/visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a precisão (exatidão e distinção) e a particularidade (propriedade da peculiaridade e distinção da minúcia), singularidade como diferença: definir precisamente (especificamente) em que consistem as modificações, transformações mais particulares (específicas). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁸⁹⁶ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise (visão) das transformações diversas (multiplicidade temporal)/definir precisamente (finitude da especificidade) em que consistem as modificações (multiplicidade temporal): o desaparecimento de uma positividade e a emergência (presença) de outra implica diversos tipos de transformações (multiplicidade temporal): indo das mais particulares (especificidade) às mais gerais, pode-se e deve-se descrever (visão) como se transformaram os diferentes elementos (multiplicidade temporal) de um sistema de formação, como se transformaram as relações (multiplicidade temporal da miscigenação múltipla) características de um sistema de formação, como as relações entre diferentes regras de formação foram transformadas (miscigenação múltipla da multiplicidade temporal), como se transformam as relações entre diversas positivities (multiplicidade temporal da miscigenação múltipla) – visão da multiplicidade temporal/finitude da especificidade da multiplicidade temporal: presença da multiplicidade temporal como especificação: visão da multiplicidade temporal, da multiplicidade temporal da miscigenação múltipla, da miscigenação múltipla da multiplicidade temporal, da multiplicidade temporal da miscigenação múltipla: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à necessidade da presença, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: há especificação/presentificação da multiplicidade (como tempo), existe multiplicação/temporalização da relação, logo há dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação, o que evita a possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (ao invés da multiplicidade ser indiferenciada como unidade do invisível, ela é especificada como visibilidade minuciosa).

⁸⁹⁶ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-quinto aparecimento da presença como acontecimento.

O quadragésimo-quinto aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-segundo parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a definição de ruptura (ver AS, p. 198-9).

A ruptura não é homogeneidade:

O *aparecimento* e a destruição das positivities, o jogo das substituições a que dão *lugar*, não constituem um processo *homogêneo* que se desenrolaria, em *toda* parte, da *mesma* maneira. Não se deve acreditar que a ruptura seja uma espécie de grande deriva *geral* a que estariam submetidas, ao *mesmo* tempo *todas* as formações discursivas: a ruptura não é um tempo morto e *indiferenciado* que se intercalaria – não mais que um instante – entre duas fases manifestas; não é o lapso sem duração que separaria duas épocas e desdobraria, de um lado e de outro de uma falha, dois tempos heterogêneos (...) (AS, p. 198, grifo nosso)

A ruptura é especificidade/multiplicidade:

(...) é sempre, entre positivities *definidas*, uma *descontinuidade especificada* por um certo número de *transformações distintas*. Desse modo, a *análise dos cortes* arqueológicos tem por propósito estabelecer, *entre tantas modificações diversas*, analogias e diferenças, hierarquias, complementariedades, coincidências e defasagens: em suma, *descrever a dispersão das próprias descontinuidades*. (AS, p. 198-9, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da homogeneidade da totalidade como indiferenciação do tempo – aqui, a generalidade é homogeneidade/indiferenciação da totalidade/mesmidade atemporal (portanto, invisível). A descrição da especificidade (multiplicidade descontínua específica) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a distinção (separação), singularidade como diferença: ruptura como descontinuidade especificada por certo número de transformações distintas (específicas), descrever a dispersão das próprias (específicas) descontinuidades. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): a ruptura/o aparecimento (presença) e a destruição das positivities ou o jogo das substituições a que dão lugar (espaço) é sempre, entre positivities definidas (finitude da multiplicidade), uma descontinuidade (multiplicidade temporal) especificada por certo número de transformações distintas (multiplicidade temporal específica)/a análise (visão) dos cortes (multiplicidade temporal) arqueológicos estabelece, entre tantas modificações diversas (multiplicidade temporal), analogias e diferenças, hierarquias, complementariedades, coincidências e defasagens (relações múltiplas): descrição (visão) da dispersão das próprias (especificidade) descontinuidades (multiplicidade temporal) – presença (no espaço) (da multiplicidade finita) da multiplicidade temporal especificada

(pela multiplicidade temporal específica)/visão da multiplicidade temporal como miscigenação da multiplicidade: visão da multiplicidade temporal específica (a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: a multiplicidade e o tempo são presentificados, espacializados, especificados, além disso a multiplicidade é finita e a miscigenação é especificada: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação).

O quadragésimo-sexto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-terceiro parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise dos cortes arqueológicos (ver AS, p. 199).

A análise dos cortes arqueológicos não é busca da unidade da totalidade: “A ideia de *um único e mesmo corte* que divide de *uma vez*, e em um momento dado, *todas* as formações discursivas, interrompendo-as com *um único* movimento e reconstituindo-as segundo as *mesmas* regras, não poderia ser mantida.” (AS, p. 199, grifo nosso) O corte arqueológico é específico: “A contemporaneidade de várias transformações não significa sua exata coincidência cronológica: *cada transformação pode ter seu índice particular de ‘viscosidade’ temporal.*” (AS, p. 199, grifo nosso) Ou ainda:

Inversamente, *transformações contemporâneas, análogas e ligadas*, não remetem a um *modelo único* que se reproduziria, diversas vezes, na *superfície* dos discursos e imporá a *todos* uma forma estritamente *idêntica* de ruptura: (...) [é preciso] *mostrar quais eram as diferenças específicas* (...) [das] *transformações* (...) (AS, p. 199, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da unidade da totalidade (único e mesmo corte para todas as formações discursivas) – aqui, a generalidade é identidade da unidade/mesmidade da totalidade. A descrição da especificidade (multiplicidade temporal específica) é crítica da generalidade⁸⁹⁷. A especificidade é a particularidade (propriedade da peculiaridade e minúcia da distinção), singularidade como diferença: índice particular (específico) de viscosidade temporal de cada transformação, é preciso mostrar diferenças específicas das transformações. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do

⁸⁹⁷ Sobre a crítica da generalidade correlativa da defesa da descrição da especificidade como necessidade da guerra contra o discurso da metafísica para a constituição do discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o oitavo aparecimento da palavra “historicidade”.

espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação)⁸⁹⁸: cada transformação pode ter seu índice particular de viscosidade temporal (multiplicidade temporal como especificidade temporal)/é preciso mostrar as diferenças específicas das transformações contemporâneas, análogas e ligadas, na superfície dos discursos (visão da multiplicidade temporal específica miscigenada no espaço) – o discurso da visão domina o discurso da miscigenação mediante a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, que, aliada à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa.

O quadragésimo-sétimo aparecimento da crítica da generalidade está localizado no décimo-quinto parágrafo do quinto capítulo, “A mudança e as transformações”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da arqueologia como desarticulação da sincronia dos cortes e como crítica à unidade abstrata da mudança e do acontecimento (ver AS, p. 200).

A arqueologia é crítica da unidade abstrata da mudança: “... se fala sobre ela [a *época*], é sempre a propósito de práticas discursivas *determinadas* e como resultado de suas *análises*.” (AS, p. 200, grifo nosso) A arqueologia é crítica da unidade abstrata do acontecimento:

A época [sic] clássica, que foi frequentemente mencionada nas análises arqueológicas, não é uma figura temporal que impõe sua unidade e sua forma vazia a todos os discursos; é o nome que se pode dar a um emaranhado de continuidades e descontinuidades, de modificações internas às positivities, de formações discursivas que aparecem e desaparecem. (AS, p. 200, grifo nosso)⁸⁹⁹

A arqueologia desarticula a sincronia dos cortes:

(...) a *ruptura* não é, para a arqueologia, o ponto de apoio de suas *análises*, o limite que ela mostra de longe, sem poder determiná-lo nem dar-lhe uma especificidade: a ruptura é nome dado às transformações que se referem ao regime geral de uma ou várias formações discursivas (AS, p. 200, sublinhado nosso)

A arqueologia desfaz a unidade abstrata do acontecimento:

(...) a Revolução Francesa [sic] – já que foi em torno dela que se centraram até aqui todas as *análises* arqueológicas – (...) funciona como um conjunto complexo, *articulado, descritível*, de *transformações* que deixaram intactas um certo número de positivities, *fixaram*, para outras, regras que ainda são as nossas e, igualmente, estabeleceram positivities que acabam de se desfazer ou se desfazem ainda *sob nossos olhos*. (AS, p. 200, grifo nosso)⁹⁰⁰

⁸⁹⁸ Sobre a importância da questão do tempo, da pertinência da especificidade, da necessidade da multiplicidade (como diferença) para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o oitavo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁸⁹⁹ Erro de tradução: ao invés de “época” deveria ser “idade”.

⁹⁰⁰ Erro de tradução: ao invés de “Francesa” deveria ser “francesa”.

A crítica da generalidade é a recusa da unidade (temporal) vazia/infinita/inespecífica da totalidade (idade/época como figura temporal que impõe sua unidade vazia a todos os discursos, ruptura como limite sem determinação nem especificidade) – aqui, a generalidade é unidade abstrata/infinita/indiferenciada da totalidade. A descrição da especificidade (procura da multiplicidade específica visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (exatidão e distinção – singularidade como diferença): práticas discursivas determinadas (específicas), ruptura como limite determinado e específico. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁹⁰¹ – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): época como práticas discursivas determinadas e como resultado das análises arqueológicas (visão do tempo como especificidade)/época clássica, nas análises arqueológicas, como emaranhado de continuidades e descontinuidades, de modificações internas às positivities, de formações discursivas que aparecem e desaparecem (visão do tempo como miscigenação da multiplicidade temporal presente)/ruptura como transformações que se referem ao regime geral de uma ou várias formações discursivas cujo limite pode ser determinado ou especificado (multiplicidade temporal como limite da especificidade)/Revolução (francesa), para análises arqueológicas, como conjunto articulado, descritível, de transformações que deixaram intactas certo número de positivities, fixaram para outras regras que ainda são as nossas e estabeleceram positivities que acabam de se desfazer ou se desfazem ainda sob nossos olhos (visão da miscigenação da multiplicidade temporal) – através da presentificação, da especificação e da limitação, o tempo, a multiplicidade e a relação, elementos do discurso da miscigenação, são controlados pelo discurso da visão, que precisa justamente da imobilidade da singularidade para a fixação da visão, ou permanência no visível como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total.

O quadragésimo-oitavo aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “c”, “Saber e ideologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise da relação entre estrutura epistemológica, função ideológica e formação discursiva (ver AS, p. 210).

O exemplo da economia política (analisado em **As palavras e as coisas**) é utilizado para traçar a diferença entre generalidade/immediatez e especificidade/mediação:

⁹⁰¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-nono surgimento da presença como aparecimento.

Pode-se dizer a grosso modo, e passando por cima de qualquer *mediação e especificidade*, que a economia política tem um papel na sociedade capitalista, que ela serve aos interesses da classe burguesa, que foi feita por ela e para ela, que carrega, enfim, o estigma de suas origens até em seus conceitos e em sua arquitetura lógica (...) (AS, p. 210, grifo nosso)

A descrição da relação entre estrutura epistemológica e função ideológica necessita da análise da formação discursiva:

(...) qualquer *descrição mais precisa das relações entre* a estrutura epistemológica da economia e sua função ideológica deverá passar pela *análise* da formação discursiva que lhe deu *lugar* e do conjunto dos objetos, conceitos e escolhas teóricas que tiveram de ser elaborados e sistematizados. Deveremos *mostrar*, então, como a prática discursiva que deu *lugar* a tal positividade funcionou *entre* outras práticas que podiam ser de ordem discursiva, mas também de ordem política ou econômica. (AS, p. 210, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da imediatez inespecífica (para a descrição das relações entre estrutura epistemológica e função ideológica) – aqui, a generalidade é justamente imediatez inespecífica (é a visão imediata ou a aparência que necessita da minúcia da visão). A descrição da especificidade (mediação específica) é crítica da generalidade. A especificidade é a precisão (exatidão e distinção), singularidade como diferença: descrição mais precisa (específica), com mediação e especificidade, das relações entre estrutura epistemológica e função ideológica. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do espaço – discurso da visão -, relação e multiplicidade – discurso da miscigenação): descrição mais precisa das relações entre a estrutura epistemológica e a função ideológica deverá passar pela análise da formação discursiva que deu lugar à positividade e do conjunto dos objetos, conceitos, escolhas teóricas que tiveram de ser elaborados e sistematizados (visão da especificidade da miscigenação da multiplicidade como visão do espaço e da multiplicidade)/mostrar como a prática discursiva que deu lugar à positividade funcionou entre outras práticas de ordem discursiva ou não-discursiva (visão do espaço da multiplicidade miscigenada discursiva e não-discursiva) – há especificação da miscigenação da multiplicidade, na verdade, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à exigência do espaço, controla a relação e a multiplicidade, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação e da multiplicidade como procura da visão minuciosa, quer dizer, há dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação.

O quadragésimo-nono aparecimento da crítica da generalidade está localizado no vigésimo-terceiro parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do**

saber. Seu contexto é a análise da repartição dos diferentes limiares no tempo (ver AS, p. 211-2).

A repartição dos diferentes limiares no tempo não é homogeneidade:

A repartição desses diferentes limiares [positividade, epistemologização, cientificidade e formalização] no tempo, sua sucessão, sua defasagem, sua eventual coincidência, a maneira pela qual se podem comandar ou implicar uns aos outros e as condições nas quais alternadamente se instauram, constituem para a arqueologia um de seus domínios maiores de exploração. Sua cronologia, na verdade, não é nem regular, nem homogênea. Não é com o mesmo ritmo e ao mesmo tempo que todas as formações discursivas os transpõem, escandindo, assim, a história dos conhecimentos humanos em diferentes períodos: na época em que muitas positividades transpuseram o limiar da formalização, muitas outras ainda não tinham atingido o da cientificidade ou mesmo da epistemologização. (AS, p. 211-2, grifo nosso)

A repartição dos diferentes limiares no tempo é especificidade: “Trata-se, de fato, de acontecimentos cuja dispersão não é (...) [homogênea]: sua ordem singular é um dos caracteres de cada formação discursiva.” (AS, p. 212, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da homogeneidade/mesmidade cronológica da totalidade (para a repartição dos diferentes limiares no tempo: todas as formações discursivas os transpõem com o mesmo ritmo e ao mesmo tempo) – aqui, a generalidade é homogeneidade/mesmidade temporal da totalidade. A descrição da especificidade (singularidade da multiplicidade) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: ordem singular (específica) de repartição dos diferentes limiares no tempo para cada formação discursiva. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁹⁰², exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): domínio de exploração (espaço da visão) para a arqueologia: repartição/transposição/dispersão (multiplicidade) dos diferentes limiares (limite), como acontecimentos (presença), no tempo, sua sucessão, sua defasagem, sua coincidência, a maneira pela qual se podem comandar ou implicar uns aos outros (miscigenação) e as condições nas quais alternadamente se instauram/sua ordem singular (especificidade) é um dos caracteres de cada formação discursiva (espaço da visão: multiplicidade do limite da presença miscigenada no tempo como especificidade: o discurso da visão, através da descrição da especificidade, domina o discurso da miscigenação, ou seja, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade

⁹⁰² Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-sexto aparecimento da presença como acontecimento.

e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total).

O quinquagésimo aparecimento da crítica da generalidade está situado no vigésimo-sexto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “d”, “Os diferentes limiares e sua cronologia”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise do modelo matemático como única prática discursiva que transpôs de uma vez todos os diferentes limiares (ver AS, p. 213-4).

O fato de a matemática ter transposto ao mesmo tempo todos os diferentes limiares (positividade, epistemologização, cientificidade e formalização) torna esta disciplina modelar, mas traz também o perigo da homogeneização:

(...) ao tomar o estabelecimento do discurso matemático como protótipo do nascimento e do *dever de todas* as outras ciências, corre-se o risco de homogeneizar todas as formas singulares de historicidade, reconduzir à instância de um *único corte todos os limiares diferentes* que uma prática discursiva pode transpor, e reproduzir, *indefinidamente*, em todos os momentos, a problemática da origem: assim se achariam renovados os direitos da análise histórico-transcendental. (AS, p. 214, grifo nosso)

A generalização do modelo matemático é uma impossibilidade para o historiador:

A matemática foi seguramente modelo para a maioria dos discursos científicos em seu esforço de alcançar o rigor formal e a demonstratividade; mas, *para o historiador que interroga o dever efetivo das ciências, ela é um mau exemplo – um exemplo que não se poderia, de forma alguma, generalizar*. (AS, p. 214, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da análise histórico-transcendental como homogeneização/unidade da totalidade, como repetição indefinida do transcendental – aqui, a generalidade é homogeneidade/unidade da totalidade como procura infinita do invisível⁹⁰³. A descrição da especificidade (singularização da multiplicidade) é crítica da generalidade⁹⁰⁴. A especificidade é a singularidade como diferença: formas singulares (específicas) de historicidade. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁹⁰⁵, exigência do espaço – discurso da

⁹⁰³ Sobre a crítica da generalidade como recusa da repetição da unidade e da mesmidade, mediante redução da multiplicidade e da especificidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o nono aparecimento da palavra “historicidade”. Sobre a crítica da generalidade como recusa da homogeneização (da especificidade), ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁹⁰⁴ Sobre a indissociabilidade entre crítica da generalidade e descrição da especificidade como necessidade da guerra para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

⁹⁰⁵ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o décimo-sétimo aparecimento da presença como acontecimento.

visão -, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação)⁹⁰⁶: o historiador (aquele que vê) interroga o nascimento e o devir efetivo de todas as ciências/todas as formas singulares de historicidade/todos os limiares diferentes que uma prática discursiva pode transpor – visão da presença no espaço e do tempo efetivo da multiplicidade (como totalidade)/visão da totalidade da especificidade/visão da totalidade da multiplicidade como limite (a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total): o discurso da visão domina o discurso da miscigenação, assim o tempo é efetivo/visível e a multiplicidade é totalidade (ora, o duplo perigo da multiplicidade é a sua redução à unidade, através da homogeneização, e o seu envio à infinitude ou ao ilimitado, mediante repetição indefinida, como remissão, em última instância, ao invisível, daí que o reconhecimento de seu limite ou de sua finitude, como totalidade, através da descrição da especificidade, autoriza a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade): combate entre discurso da visão e discurso da metafísica como eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica.

O quinquagésimo-primeiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no trigésimo-quinto parágrafo do sexto capítulo, “Ciência e saber”, item “F”, “Outras arqueologias”, da quarta parte, “A descrição arqueológica”, de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é a análise arqueológica do saber político na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas (ver AS, p. 220-1).

Há possibilidade de uma arqueologia do saber político na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas: “Tentáramos *ver* se o comportamento político de uma sociedade, de um grupo ou de uma classe, não é atravessado por uma prática discursiva *determinada e descritível*.” (AS, p. 220, grifo nosso) O saber político como prática discursiva não é expressão da realidade objetiva: “Já que é regularmente formado por uma prática discursiva que se desenrola *entre outras* práticas e se *articula com* elas, ele [o saber político] não constitui uma *expressão* que ‘refletiria’, de maneira mais ou menos adequada, um certo número de ‘dados objetivos’ ou de práticas reais.” (AS, p. 221, grifo nosso) O saber político como prática discursiva está vinculado a outras práticas:

⁹⁰⁶ Sobre a importância da existência da especificidade, da questão da multiplicidade (como diferença), da necessidade da presença e da persistência do tempo para o discurso da historicidade, ver supra no “Prólogo – Discurso da historicidade” o décimo aparecimento da palavra “historicidade”.

“Inscreve-se, logo de início, no *campo das diferentes* práticas em que encontra, ao mesmo tempo, sua *especificação*, suas funções e a *rede de suas dependências*.” (AS, p. 221, grifo nosso) A descrição do saber político como prática discursiva é recusa do recurso à gênese da consciência: “Se tal *descrição* fosse possível, (...) não teríamos de colocar o problema psicológico de uma tomada de *consciência*; teríamos de *analisar* a formação e as *transformações* de um saber.” (AS, p. 221, grifo nosso) A crítica da generalidade é a recusa da expressão da realidade objetiva (para o discurso, a realidade objetiva visível é condição de invisibilidade, já que não-discursiva) e da gênese da consciência (remissão à unidade do invisível) – nos dois casos, a generalidade é perda da especificidade devido à procura do invisível. A descrição da especificidade (permanência no visível como prática discursiva) é crítica da generalidade. A especificidade é a determinação (exatidão e distinção), singularidade como diferença: prática discursiva determinada (específica), especificação do saber político no campo das diferentes práticas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (exigência do espaço⁹⁰⁷ – discurso da visão⁹⁰⁸ –, relação, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise da formação e das transformações do saber político como prática discursiva determinada e descritível que se desenrola entre outras práticas e se articula com elas/se inscreve no campo das diferentes práticas em que encontra sua especificação, suas funções e a rede de suas dependências – visão da multiplicidade temporal como especificidade no espaço da miscigenação da multiplicidade: a especificação da multiplicidade, da miscigenação e do tempo (a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa) tem por tarefa perpetuar a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (etapa necessária para a vontade de visibilidade absoluta ou total da especificidade).

O quinquagésimo-segundo aparecimento da crítica da generalidade está situado no quarto parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como crítica da transcendência, da subjetividade e da diacronia do discurso (ver AS, p. 226-7).

⁹⁰⁷ Sobre a importância da exigência do espaço para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo aparecimento da relação entre exigência do espaço e descrição da especificidade.

⁹⁰⁸ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra complementarmente no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-quinto surgimento da presença como aparecimento.

Primeiro, a crítica da transcendência do discurso: “Se falei de um discurso, (...) foi (...) para *mostrar* que, ao lado dos métodos de estruturação linguística (ou dos de *interpretação*), podia-se estabelecer uma *descrição específica dos enunciados, de sua formação e das regularidades próprias do discurso.*” (AS, p. 226, grifo nosso) Segundo, a crítica da referência à subjetividade do discurso: “Se suspendi as referências ao sujeito falante, não foi para descobrir leis de construção ou formas que seriam aplicadas da *mesma* maneira por *todos* os sujeitos falantes, nem para fazer falar o grande discurso *universal* que seria *comum a todos* os homens de *uma* época.” (AS, p. 226, grifo nosso) A análise do discurso é referência à multiplicidade específica:

Tratava-se (...) de *mostrar* em que consistiam *as diferenças*, como era possível que homens, no interior de uma mesma prática discursiva, falassem de objetos *diferentes*, tivessem *opiniões opostas*, fizessem *escolhas contraditórias*; tratava-se, também, de *mostrar em que as diferentes práticas discursivas se distinguem umas das outras*; em suma, não quis excluir o problema do sujeito; quis *definir as posições* e as funções *que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos.* (AS, p. 226-7, grifo nosso)

Terceiro, a crítica à diacronia do discurso:

(...) não neguei a história; mantive em suspenso a *categoria geral e vazia da mudança* para fazer *aparecerem transformações de níveis diferentes*; recuso um *modelo uniforme de temporalização* para *descrever, a propósito de cada prática discursiva, suas regras de acúmulo, exclusão, reativação, suas formas próprias de derivação* e suas *modalidades específicas de conexão em sequências diversas* [sic]. (AS, p. 227, grifo nosso)⁹⁰⁹

A crítica da generalidade é a recusa da interpretação (busca da transcendência do discurso)⁹¹⁰, da mesmidade da totalidade (descoberta de leis de construção ou formas aplicadas da mesma maneira por todos os sujeitos falantes) ou universalidade/comunidade/unidade da totalidade (grande discurso universal comum a todos os homens de uma época) e da uniformidade temporal vazia (suspensão da categoria geral e vazia da mudança, recusa de um modelo uniforme de temporalização) – a generalidade é, nos três casos, procura da unidade do invisível. A descrição da especificidade (permanência no visível como multiplicidade específica) é crítica da generalidade. A especificidade é a propriedade (possessão da individualidade) e a distinção (separação), singularidade como diferença: descrição específica (singular) dos enunciados e das regularidades próprias (específicas) do discurso, mostrar em que as diferentes práticas discursivas se distinguem umas das outras, formas próprias

⁹⁰⁹ Problema de tradução: ao invés de “suas modalidades específicas de conexão em sequências diversas” deveria ser “seus modos específicos de embreagem em sucessões diversas”.

⁹¹⁰ Sobre a crítica da generalidade (recusa da interpretação como busca da transcendência do discurso) como eliminação do invisível (a interpretação é a dominação do invisível em relação à subordinação do visível, ou envio do visível ao invisível), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

(específicas) de derivação e modos específicos de embreagem em sucessões diversas de cada prática discursiva. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença⁹¹¹, exigência do espaço – discurso da visão -, relação, multiplicidade, tempo e guerra – discurso da miscigenação): descrição específica dos enunciados, de sua formação e das regularidades próprias do discurso (visão da especificidade⁹¹² da multiplicidade: a multiplicidade é especificada); mostrar as diferenças: como homens no interior de uma mesma prática discursiva falavam de objetos diferentes, tivessem opiniões opostas, fizessem escolhas contraditórias (visão da multiplicidade como especificidade: multiplicidade em guerra – a multiplicidade é um conjunto de especificidades em guerra)/mostrar a distinção das diferentes práticas discursivas (visão da especificidade da multiplicidade específica: especificação da multiplicidade)/definir as posições que o sujeito podia ocupar na diversidade dos discursos (finitude da multiplicidade espacial: a multiplicidade é espacializada e finita); aparecimento de transformações de níveis diferentes (presença da multiplicidade temporal como especificidade: a multiplicidade é presentificada e especificada): descrever as regras de acúmulo, as formas próprias de derivação e os modos específicos de embreagem em sucessões diversas para cada prática discursiva (visão da multiplicidade temporal e da miscigenação da multiplicidade temporal como especificidade: especificação da multiplicidade, do tempo e da miscigenação) – em todos os casos, há dominação do discurso da visão que, através da descrição da especificidade, controla o discurso da miscigenação, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a relação, a multiplicidade, o tempo e a guerra, para a fixação da visão, ou permanência no visível da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total (da especificidade).

O quinquagésimo-terceiro aparecimento da crítica da generalidade está localizado no nono parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como questionamento do deslocamento do debate sobre a consciência constituinte (dimensão transcendental) – ver AS, p. 230-1.

⁹¹¹ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o trigésimo-sétimo surgimento da presença como aparecimento.

⁹¹² Sobre a permanência no visível (regularidades próprias do discurso) como procura da visão específica ou minuciosa (descrição específica dos enunciados), ver supra no “Capítulo 2 – Epistemologia da percepção: relação entre visível e invisível” o décimo-oitavo aparecimento da estrutura de argumentação da constatação da visão.

A análise dos deslocamentos do debate sobre a dimensão transcendental como garantia da soberania da consciência permite compreender algumas características (verdadeiras) da arqueologia⁹¹³. Eis o segundo deslocamento:

(...) opor à *descrição* arqueológica, à sua *preocupação* de estabelecer *limiares, rupturas e transformações*, o verdadeiro trabalho dos historiadores que seria o de mostrar as *continuidades* (enquanto que, há dezenas de anos, o propósito da história não é esse), e criticar-lhe então sua *indiferença* [sic] em *relação às empiricidades*. (AS, p. 231, grifo nosso)⁹¹⁴

O deslocamento permite compreender que a arqueologia é preocupação com a especificidade das empiricidades. A crítica da generalidade é a recusa da despreocupação/indiferenciação das empiricidades como procura das continuidades (da soberania da consciência/da dimensão transcendental) – aqui, a generalidade é despreocupação/indiferenciação (abandono) do visível como continuidade (procura) do invisível. A descrição da especificidade (preocupação com a especificidade das empiricidades/do visível como descontinuidade) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: preocupação/diferença (especificidade) em relação às empiricidades. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite – discurso da visão -, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): descrição arqueológica como preocupação em estabelecer limiares, rupturas, transformações/diferença em relação às empiricidades (visão do limite e da multiplicidade temporal/especificidade da multiplicidade visível: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação). Eis o terceiro deslocamento:

(...) considerá-la [a *descrição* arqueológica] como uma empresa para *descrever totalidades* culturais, para *homogeneizar as diferenças mais manifestas* e reencontrar a *universalidade* das formas coatoras (enquanto que ela tem por propósito *definir a especificidade singular das práticas discursivas*), e objetar-lhe, então, *diferenças, mudanças e mutações*. (AS, p. 231, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da totalização/homogeneização/universalização da multiplicidade visível (diferenças mais manifestas) – aqui, a generalidade é

⁹¹³ Sobre os deslocamentos do debate sobre a dimensão transcendental (garantia da soberania da consciência) que autorizam a caracterização da arqueologia como deslocamento espacial (garantia da permanência no visível como procura da visão específica), ver supra no “Capítulo 4 – Visão absoluta ou total: exigência do espaço” o décimo-sexto aparecimento da terminologia plural do espaço como emprego metafórico.

⁹¹⁴ Problema de tradução: ao invés de “indiferença” deveria ser “despreocupação” – para preservação da oposição entre preocupação e despreocupação no original; entretanto, a opção por “indiferença” corresponde ao sentido da perda da especificidade, da diferença.

homogeneização/universalização da totalidade como envio da multiplicidade visível à unidade invisível. A descrição da especificidade (finitude da especificidade da multiplicidade visível) é crítica da generalidade. A especificidade é a singularidade como diferença: definição da especificidade singular das práticas discursivas. Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento da finitude, necessidade da presença – discurso da visão –, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): definição (finitude) da especificidade singular das práticas discursivas/das diferenças (mais manifestas), das mudanças, das mutações (presença da multiplicidade temporal) – processo de especificação/definição/presentificação da multiplicidade e do tempo: a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento da finitude e à necessidade da presença, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação.

O quinquagésimo-quarto aparecimento da crítica da generalidade está situado no décimo-oitavo parágrafo da “Conclusão” de **A arqueologia do saber**. Seu contexto é o diálogo consigo mesmo como questionamento da mudança no campo do discurso (ver AS, p. 237-8).

Foucault lança três perguntas sobre a mudança a seu interlocutor/inimigo discursivo:

(...) que ideia você tem da mudança e, digamos, da revolução, pelo menos na ordem científica e no campo dos discursos, se a liga aos temas do sentido, do projeto, da origem e do retorno, do sujeito constituinte, em suma, a toda a temática que garante à história a presença universal do *Logos*? Que possibilidade lhe dá, se a analisa conforme metáforas dinâmicas, biológicas, evolucionistas, nas quais, habitualmente, se dissolve o problema difícil e específico da mutação histórica? Mais precisamente ainda: que *status* político pode dar ao discurso se nele só vê uma transparência diminuta que cintila por um instante no limite das coisas e dos pensamentos? (AS, p. 237, sublinhado nosso)

E prossegue com mais quatro perguntas a partir da afirmação do discurso como prática discursiva:

A prática do discurso revolucionário e do discurso científico na Europa, há duzentos anos, não o liberou da ideia de que as palavras são vento, um sussurro exterior, um ruído de asas que mal ouvimos na seriedade da história? Ou será preciso imaginar que, para recusar essa lição, você se obstinou a *desconhecer as práticas discursivas em sua existência própria*, e que queria manter contra ela uma *história do espírito*, dos conhecimentos *da razão, das ideias* ou das opiniões? Qual é, pois, o medo que o faz responder em termos de *consciência*, quando lhe falam de uma *prática*, de suas condições, de suas regras, de suas *transformações históricas*? Qual é, pois, o medo que o faz procurar, além de todos os *limites*, as *rupturas*, os abalos, as *escansões*, o *grande destino histórico-transcendental* do Ocidente? (AS, p. 237-8, grifo nosso)

A crítica da generalidade é a recusa da universalidade do *Logos*, do uso de metáforas evolucionistas, da transparência do pensamento, da história do espírito/da razão/das ideias, da remissão à consciência, do destino histórico-transcendental – aqui, a generalidade é história universal da evolução da consciência (invisível)⁹¹⁵. A descrição da especificidade (história específica das transformações discursivas/visíveis) é crítica da generalidade. A especificidade é a precisão (exatidão e distinção) e a propriedade (possessão da individualidade), singularidade como diferença: problema específico (singular) da mutação histórica, mais precisamente (especificamente) ainda, conhecer as práticas discursivas em sua existência própria (específica). Existe relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade (reconhecimento do limite, necessidade da presença⁹¹⁶, exigência do espaço – discurso da visão -, multiplicidade e tempo – discurso da miscigenação): análise da mudança/da revolução/do problema específico da mutação histórica na ordem científica e no campo dos discursos: conhecer as práticas discursivas em sua existência própria e em suas transformações históricas/limites, rupturas, escansões (visão da especificidade da multiplicidade temporal no espaço: presença da especificidade e multiplicidade temporal como limite - a multiplicidade e o tempo são especificados, espacializados, presentificados e limitados, quer dizer, a descrição da especificidade, ou imobilidade da singularidade, aliada ao reconhecimento do limite, à necessidade da presença e à exigência do espaço, controla a multiplicidade e o tempo, para a fixação da visão, ou permanência no visível da multiplicidade e do tempo como procura da visão minuciosa até visão absoluta ou total: dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação através da descrição da especificidade).

Sobre a crítica da generalidade, ver supra também o segundo e o terceiro aparecimento da relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade, o vigésimo-terceiro e o trigésimo-sexto aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da visão, o segundo, o sétimo e o décimo-segundo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação, e o décimo-primeiro, o décimo-terceiro, o décimo-quarto, o décimo-quinto e o décimo-sétimo aparecimento da relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade.

⁹¹⁵ Sobre a generalidade como remissão ao invisível que é ausência (o transcendental é a ausência, justamente porque invisível), ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-sexto aparecimento da presença como existência.

⁹¹⁶ Sobre a importância da necessidade da presença para o discurso da visão, ver supra no “Capítulo 3 – Visão absoluta ou total: necessidade da presença” o vigésimo-sexto aparecimento da presença como existência.

Discurso da visão como descrição da especificidade

A constituição interna do discurso da visão é procura da visão minuciosa (ou descrição da especificidade), ou o funcionamento do discurso da visão como visão solitária e soberana ou permanência no visível, ou identificação da efetividade, é busca da visão minuciosa ou necessidade de ver mais e com maior acuidade, ou identificação da efetividade, e através do reconhecimento do limite ou da finitude, ou da constatação da totalidade, é autorização da vontade de visibilidade absoluta ou total, ou da visão absoluta ou total, ou do panóptico da especificidade. O estrangeiro afirma sua herança filosófica como insônia.

A constituição externa do discurso da visão é descrição da especificidade (ou procura da visão minuciosa), ou o funcionamento do discurso da visão como indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço leva à descrição da especificidade. O estrangeiro afirma sua herança filosófica como insônia.

A constituição interna e externa do discurso da visão é descrição da especificidade (ou procura da visão minuciosa) como definição da singularidade (ou primeiro conceito de diferença) – relação entre descrição da especificidade e diferença como singularidade -, ou a função da descrição (ou análise) da especificidade é a imobilidade da singularidade, como condensação das ideias de propriedade da individualidade, precisão da minúcia e separação da distinção, para a fixação da visão. O estrangeiro afirma sua herança filosófica como insônia⁹¹⁷.

A relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (ou a imobilidade da singularidade para a fixação da visão) é reforço da relação de harmonia entre necessidade da presença, exigência do espaço e descrição da especificidade (ou a visão solitária e soberana, ou permanência no visível, como busca da visão minuciosa, ou identificação da efetividade, é fixação da visão): a proximidade ou sinonímia entre descrição da especificidade e reconhecimento do limite ou da finitude é visão absoluta ou total (ou especificar/singularizar é limitar/definir, logo ver tudo). O estrangeiro afirma sua herança filosófica como insônia.

A relação entre descrição da especificidade e discurso da visão (ou a imobilidade da singularidade para a fixação da visão) é acirramento da relação de conflito entre discurso da visão e discurso da miscigenação devido à possibilidade de eliminação do discurso da miscigenação (ou perda da relação, desatenção à multiplicidade e suspensão ou congelamento

⁹¹⁷ Ver supra “Sobre a descrição da especificidade, ou primeiro conceito de diferença: singularidade”.

do tempo). O estrangeiro que defende sua herança filosófica como insônia corre o risco de perder sua vontade como conquista da história⁹¹⁸.

A relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (ou a função da descrição da especificidade como imobilidade da singularidade para a fixação da visão) é dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (ou a função da descrição da especificidade como imobilidade da singularidade é o controle do discurso da miscigenação para a fixação da visão); a constituição do discurso da historicidade como união tensa ou aliança belicosa entre discurso da visão e discurso da miscigenação é o confronto entre descrição da especificidade (ou imobilidade da singularidade para a fixação da visão) e mobilidade da multiplicidade (mediante flexibilização da miscigenação), ou heterogeneidade como segundo conceito de diferença – relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade. O estrangeiro conquista a história através da defesa de sua herança filosófica como insônia⁹¹⁹.

A oposição direta entre discurso da historicidade como discurso da visão e discurso da metafísica como discurso do invisível é descrição da especificidade como crítica da generalidade para a eliminação do invisível: devido à suscetibilidade ou vulnerabilidade do discurso da miscigenação (como mobilidade ou flexibilidade), a constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação (a função da descrição da especificidade como imobilidade da singularidade é o controle do discurso da miscigenação para a fixação da visão) é a eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (a função da descrição da especificidade é complementar à sua função como crítica da generalidade para a eliminação do invisível). O estrangeiro ataca o metafísico (ou nega sua herança filosófica) através da insônia (ou afirma sua herança filosófica) para conquistar a história: o estrangeiro torna-se historiador quando derrota o metafísico⁹²⁰.

A metáfora do estrangeiro como gabarito de inteligibilidade da constituição do discurso da historicidade é o elogio da descrição da especificidade como insônia: na guerra entre o estrangeiro e o metafísico, ou no confronto entre a afirmação da herança filosófica (da defesa do discurso da visão) e a negação da herança filosófica (da crítica do discurso da metafísica) - o estrangeiro forja sua principal arma para o ataque contra o metafísico (a

⁹¹⁸ Ver supra “Sobre a imobilidade da singularidade: relação entre descrição da especificidade e discurso da visão”.

⁹¹⁹ Ver supra “Relação entre descrição da especificidade e discurso da miscigenação (sobre a multiplicidade como segundo conceito de diferença)” e “Relação entre descrição da especificidade e discurso da historicidade: do confronto entre especificidade e multiplicidade”.

⁹²⁰ Ver supra “Crítica da generalidade”.

insônia, ou a descrição da especificidade como imobilidade da singularidade para a fixação da visão) -, a conquista da história (ou a vontade do estrangeiro como apologia da história) é a batalha derradeira - o estrangeiro derrota o metafísico (insônia, ou crítica da generalidade para eliminação do invisível, ou término da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica como impossibilidade da dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação) e transforma-se em historiador (constituição do discurso da historicidade como dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação mediante a insônia, ou a descrição da especificidade como controle do discurso da miscigenação para a fixação da visão).

CONCLUSÃO

A arqueologia do saber é o discurso da historicidade de Foucault. Este texto maior, já que o único integralmente dedicado à simbiose criativa de teoria da história e reflexão filosófica⁹²¹, não tem caráter crepuscular (término do período do saber, marcado pelo método arqueológico, como avaliação da obra precedente)⁹²², mas é a aurora do duplo desafio extemporâneo que lança aos historiadores vindouros e aos filósofos futuros: de uns, exige a preocupação epistemológica, de outros, a atenção à especificidade. Híbrido, este texto forte, endurecido, fruto da incomunicabilidade entre filosofia e história, obriga o historiador profissional a problematizar seu ofício a partir da reflexão filosófica (crítica o empirista inhenho ou o positivista tacanho), mas também impõe ao filósofo de gabinete o questionamento de sua contemplação mediante o fazer historiográfico (crítica o apriorista excelso ou o metafísico meditativo).

A magnitude de **A arqueologia do saber** é a construção de um discurso da historicidade que não é um discurso da história nem um discurso da filosofia, mas desafia ambos de maneira *sui generis* a pensarem diferentemente⁹²³. A constituição do discurso da historicidade é a história da vitória do discurso da visão contra o discurso da metafísica para a conquista do discurso da miscigenação.

O discurso da historicidade é o avesso do discurso da metafísica. O discurso da historicidade é o discurso da visão: o ideal epistemológico-perceptivo da visão solitária e soberana é a primeira vitória da visão (contra a audição e o tato). O discurso da metafísica é o discurso do invisível: o ideal pedagógico-argumentativo da visão absoluta ou total é a segunda vitória da visão (contra o invisível). O discurso da visão é a indissociabilidade entre necessidade da presença e exigência do espaço que leva à descrição da especificidade. O discurso da visão é necessidade da presença: a crítica da ausência é a terceira vitória da visão. O discurso da visão é exigência do espaço: a crítica da utopia é a quarta vitória da visão. O discurso da visão é descrição da especificidade: a crítica da generalidade é a quinta vitória da

⁹²¹ Machado, ao analisar a trajetória do método arqueológico, marca a especificidade de cada texto: “Não se encontra em Michel Foucault uma unidade metodológica (...): qualquer livro seu é, do ponto de vista metodológico, sempre diferente do livro anterior...” (MACHADO, R. **Ciência...**, p. 13)

⁹²² Mas é o próprio Machado quem considera **A arqueologia do saber** o ponto final da trajetória da história arqueológica: “É (...) uma etapa – a última – de uma trajetória em que a arqueologia, para clarificar o seu exercício, define sua especificidade.” (MACHADO, R. **Ciência...**, p. 171)

⁹²³ Afirma Deleuze: “... a História (...) responde porque Foucault soube inventar (...) uma maneira propriamente filosófica de interrogar, que é ela própria nova e que dá um novo impulso à História.” (DELEUZE, G. **Os estratos...**, p. 75) E Veyne: “Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, (...) mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores.” (VEYNE, P. **Foucault...**, p. 239)

visão. O discurso da historicidade como discurso da visão é crítica do discurso da metafísica como discurso do invisível.

O discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação. O discurso da miscigenação é relação de harmonia entre relação, multiplicidade, tempo e guerra. O discurso da visão é necessidade da presença: o controle (ou a presentificação) da relação, da multiplicidade e do tempo é a sexta vitória da visão. O discurso da visão é exigência do espaço: o controle (ou a espacialização) da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra é a sétima vitória da visão. O discurso da visão é descrição da especificidade: o controle (ou a especificação) da relação, da multiplicidade, do tempo e da guerra é a oitava vitória da visão.

O discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação devido à possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica (a vulnerabilidade ou suscetibilidade do discurso da miscigenação é a condição da guerra entre discurso da historicidade como discurso da visão e discurso da metafísica como discurso do invisível: para evitar a dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação, há dominação do discurso da historicidade através do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação). O discurso da visão é descrição da especificidade: do confronto entre imobilidade da singularidade e mobilidade da multiplicidade, a fixação da visão é a nona vitória da visão.

A metáfora do estrangeiro é o modelo de inteligibilidade privilegiado da constituição do discurso da historicidade. A vontade do estrangeiro é a apologia da história (“Quero ser historiador!”). A herança filosófica (do estrangeiro) é a afirmação epistemológica (“Não posso abandonar a filosofia!”). A outra herança filosófica (do estrangeiro) é a negação metafísica (“Odeio a metafísica!”). A vontade do estrangeiro (subordinação do discurso da miscigenação) é o transporte da herança filosófica afirmativa (dominação do discurso da visão) e da herança filosófica negativa (crítica do discurso da metafísica) – leia-se: o discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação mediante a eliminação do discurso da metafísica. A metáfora do estrangeiro pode ser contada de outro modo. O estrangeiro é o epistemólogo insone (discurso da visão). O metafísico é o filósofo preguiçoso (discurso do invisível). A história é a terra inóspita – melhor seria, o animal indomável (discurso da miscigenação). O estrangeiro conquista a história quando derrota o metafísico com a insônia – leia-se: o discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação

através da eliminação do discurso da metafísica (a inospitalidade ou indomesticabilidade da história é a sua vulnerabilidade ou fragilidade: o estrangeiro torna-se bárbaro ou conquistador, e o metafísico civilizado ou sofisticado é facilmente derrotado: para dominar a história, que civilidade ou sofisticação pode vencer a barbárie?). Sobre a metáfora do estrangeiro, contemos à socapa outra versão não-oficial, apócrifa, menos sorumbática. O estrangeiro é o elemento terrestre ou terrícola (ou mundano) – discurso da visão. O metafísico é o elemento ventígeno ou celeste (ou espiritual) – discurso do invisível. A história é o elemento ígneo ou inflamável (ou combustível) – discurso da miscigenação. O estrangeiro conquista a história quando vence o metafísico: a combustão ou espiritualização da história (dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação) é extinta quando do seu apagamento ou da sua mundanização (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação), quer dizer, a vulnerabilidade ou fragilidade da história (discurso da miscigenação) pode levá-la tanto ao mundo celestial (discurso da metafísica) quanto ao mundo terreno (discurso da visão) – leia-se: o discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação como eliminação da possibilidade de solidariedade do discurso da miscigenação com o discurso da metafísica. Excurso: já que a promessa do abandono da belicosidade não se cumpriu, pense-se que a história é aquosa ou líquida, flexível (a característica magna do discurso da miscigenação é a mobilidade da multiplicidade), assim o estrangeiro seria como o bombeiro que por uma estranha mutação faz do incêndio (ou da dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação) ocasião de salvamento (dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação), ou transforma o fogo e seu movimento celestial em fluidez que conduz à terra molhada – leia-se: o discurso da historicidade é a dominação do discurso da visão em relação à subordinação do discurso da miscigenação como eliminação da dominação do discurso da metafísica em relação à subordinação do discurso da miscigenação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Escritos de Foucault: fontes primárias

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 2001 [1969].

Escritos de Foucault: fontes secundárias

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Tradução de Lilian Rose Shalders. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

_____. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. **Raymond Roussel**. Tradução de Manoel Barros da Motta e Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX**. Tradução de Denize Lezan de Almeida. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

- _____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- _____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** Tradução de Maria da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Dits et écrits: 1954-1988.** Paris: Gallimard, 1994, 4 v.
- _____. **Entre filosofía y literatura. Obras esenciales.** Introducción, traducción y edición a cargo de Miguel Morey. Barcelona: Paidós, 1999, v. I.
- _____. **Estrategias de poder. Obras esenciales.** Introducción, traducción y edición a cargo de Julia Varela y Fernando Álvarez Uría. Barcelona: Paidós, 1999, v. II.
- _____. **Estética, ética y hermenéutica. Obras esenciales.** Introducción, traducción y edición a cargo de Ángel Gabilondo. Barcelona: Paidós, 1999, v. III.
- _____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.** Organização de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. (Ditos e escritos I)
- _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Organização de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Ditos e escritos II)
- _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Organização de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. (Ditos e escritos III)
- _____. **Estratégia, poder-saber.** Organização de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos IV)
- _____. **Ética, sexualidade, política.** Organização de Manoel de Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ditos e escritos V)
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975).** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população:** *curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Nascimento da biopolítica:** *curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito.** Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Escritos sobre Foucault: fontes primárias

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Tradução de José Carlos Rodrigues. 2 ed. Lisboa: Vega, 1998.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MERQUIOR, José Guilherme. **Michel Foucault, ou o nihilismo de cátedra.** Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

VEYNE, Paul M. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.** Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 237-85.

Escritos sobre Foucault: fontes secundárias

BLANCHOT, Maurice. **Foucault como o imaginário.** Tradução de Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio d'Água, [s.d.].

BILLOUET, Pierre. **Foucault.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CASTELO BRANCO, Guilherme; NEVES, Luiz Felipe Baêta (orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência.** Rio de Janeiro: Nau; Londrina: Cefil, 1998.

CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (orgs.). **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000.

DELEUZE, Gilles. Rachar as coisas, rachar as palavras. In: **Conversações, 1972-1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 105-17.

_____. A vida como obra de arte. In: **Conversações, 1972-1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 118-26.

- _____. Um retrato de Foucault. In: **Conversações, 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 127-47.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo, v. 2: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1994.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926-1984**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GUÉDEZ, Annie. **Lo racional y lo irracional. Introducción al pensamiento de M. Foucault**. Buenos Aires: Paidós, [s.d.].
- HABERMAS, Jürgen. As ciências humanas desmascaradas pela crítica da razão: Foucault. In: **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Maria Antónia Espadinha Soares. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 225-49.
- _____. Aporias de uma teoria do poder. In: **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Maria Helena Rodrigues Carvalho. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 251-73.
- HAN, Béatrice. **L'ontologie manquée de Michel Foucault: entre l'historique et le transcendental**. Grenoble: Jérôme Millon, 1998.
- HEKMAN, Susan J. Foucault: niilismo moral. In: **Hermenêutica e sociologia do conhecimento**. Tradução de Luís Manuel Bernardo. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 241-58.
- JAPIASSU, Hilton Ferreira. A epistemologia “arqueológica” de Michel Foucault. In: **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, p. 111-34.
- LEPARGNEUR, Hubert. Foucault, franco atirador. In: **Introdução aos estruturalismos**. São Paulo: Herder, 1972, p. 75-88.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MOREY, Miguel. Introducción: la cuestión del metodo. In: FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 9-44.
- NUNES, Benedito. Arqueologia da arqueologia. In: **O dorso do tigre**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 59-78.

- O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 33-62.
- OLIVEIRA, Nythamar Fernandes de. Verdade, poder, ética: Foucault e a genealogia da modernidade. In: **Tractatus ethico-politicus: genealogia do ethos moderno**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 137-61.
- _____. A hermenêutica radical de Michel Foucault. In: REIS, Róbson Ramos dos; ROCHA, Ronai Pires da (org.). **Filosofia hermenêutica**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000, p. 69-92.
- ORLANDI, Luiz B. L. Do enunciado em Foucault à teoria da multiplicidade em Deleuze. In: TRONCA, Ítalo A. (org.). **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987, p. 11-42.
- PHILP, Mark. Michel Foucault. In: SKINNER, Quentin (sob a direção de). **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Tradução de Teresa Curvelo. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 87-107.
- QUEIROZ, André. **Foucault: o paradoxo das passagens**. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.
- RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RAJCHMAN, John. **Foucault: a liberdade da filosofia**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ROUANET, Sergio Paulo. Poder e comunicação. In: **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 147-92.
- _____. O sagitário do presente. In: **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-9.
- _____. Foucault e a modernidade. In: **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 217-28.
- TERRA, Ricardo R. Foucault leitor de Kant: da antropologia à ontologia do presente. In: **Analytica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, v. 2, n. 1, p. 73-87.
- WHITE, Hayden. Foucault decodificado: notas do subterrâneo. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Ed. da USP, 1994, p. 253-83.